

# Callipole

Revista de Cultura n.º 28 – 2022



*Callipole*

# *Callipole*

Revista de Cultura

N.º 28 – 2022



## ***Callipole – Revista de Cultura n.º 28 – 2022***

### **Propriedade**

Câmara Municipal de Vila Viçosa

### **Diretor**

Inácio José Ludovico Esperança

### **Diretor Adjunto**

Licínio Lampreia

### **Conselho de Redação**

António Rosa, Carlos Filipe, João Gabriel Caia, João Ruas, Joaquim Barreiros, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Lopes, Margarida Borrega, Moisés Cayetano Rosado, Noémia Serrano e Tiago Salgueiro

### **Colaboradores deste número**

António Rei, Armando Quintas, Artur Anselmo, Beatriz Canas Mendes, Carlos Aurélio, Carlos Filipe, Carlos Fiolhais, Francisco Caeiro, Inês Jonífero, João Cabrita, João Gabriel Caia, João Luís da Costa Nunes, João Pires Lopes, João Ruas, Joaquim Saial, Licínio Lampreia, Luís Brito da Luz, Luís Faria, Luís Filipe Roma, Luís Lopes, Patrícia Bruno e Tiago Salgueiro

### **Capa**

Rosto de exemplar da edição “d’Os Lusíadas” de Luís de Camões © FCB

### **Administração e Redação**

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

### **Endereço eletrónico de *Callipole***

[revista.callipole@cm-vilavicosas.pt](mailto:revista.callipole@cm-vilavicosas.pt)

### **Paginação e impressão**

Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

[www.rainhoeneves.pt](http://www.rainhoeneves.pt) | [geral@rainhoeneves.pt](mailto:geral@rainhoeneves.pt)

### **Periodicidade anual (28.º ano)**

**Tiragem:** 500 exemplares

**ISSN:** 0872-5225

**Depósito Legal N.º** 68004/93

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

## NOTA DE ABERTURA

<i>Inácio José Ludovico Esperança</i> .....	7
---	---

## MEMÓRIA CAMONIANA

### PASSOS DA VIDA E DA OBRA DE CAMÕES

<i>Artur Anselmo</i> .....	11
----------------------------	----

### OS DOIS PELICANOS

<i>João Ruas</i> .....	23
------------------------	----

## ESTUDOS HISTÓRICOS

### UM CALIPOLENSE NO EXÉRCITO, DO TEMPO DA MONARQUIA E DA GRANDE GUERRA, EXPEDICIONÁRIO EM MOÇAMBIQUE: A BIOGRAFIA DO 1.º SARGENTO FRANCISCO MARTINS

<i>Joaquim Saial</i> .....	67
----------------------------	----

### A PRESENÇA DE ALENTEJANAS E ALENTEJANOS DIPLOMADOS NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA ENTRE 1900 E 1951

<i>João Luís da Costa Nunes</i> .....	75
---------------------------------------	----

### AÇÃO E RETÓRICA COMUNISTA NO ALENTEJO: O JORNAL CLANDESTINO “O CAMPONÊS” PARA A MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS (1947-1958)

<i>João Gabriel Caia</i> .....	107
--------------------------------	-----

### ACHEGAS À BIOGRAFIA DOS PADRES CALIPOLENSES IRMÃOS ROCHA ESPANCA, ANTÓNIO JOAQUIM E JOAQUIM JOSÉ, COM DESENVOLVIMENTO DE ALGUNS ASSUNTOS EM QUE O SEGUNDO INTERVEIO OU REFERIU

<i>Joaquim Saial</i> .....	131
----------------------------	-----

### UM SANTO ENTRE NÓS E AS GIESTAS – PAPA SÃO JOÃO PAULO II EM VILA VIÇOSA, 40 ANOS DEPOIS.

<i>Francisco Caeiro</i> .....	151
-------------------------------	-----

### O FERIADO MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA, CONTRIBUTO PARA UMA REFLEXÃO

<i>Luís Filipe Roma</i> .....	163
-------------------------------	-----

## Índice

MAKḤŪL IBN ʿUMAR, ṢĀḤIB JALMĀNIYYA (SENHOR DE JUROMENHA) (866 – 875 d.C.) <i>António Rei e Patrícia Bruno</i> .....	175
---	-----

A CASA DE BRAGANÇA: ORIGEM, MERCÊS E PATRIMÓNIO SENHORIAL <i>Inês Fraústo Jonífero</i> .....	187
---	-----

## ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

FARMÁCIA MONTE, UM TEMPLO DA CIÊNCIA, EM VILA VIÇOSA <i>Tiago Salgueiro</i> .....	201
--	-----

AS INSCRIÇÕES, O MESTRE CONSTRUTOR E O CASTELO DO ALANDROAL <i>Luís Faria</i> .....	213
--	-----

PASSADO, PRESENTE E FUTURO DO MÁRMORE <i>Carlos Fiolhais</i> .....	247
---	-----

ECONOMIA, PATRIMÓNIO E CULTURA (IM) MATERIAL DA INDÚSTRIA DOS MÁRMORES DE VILA VIÇOSA, BORBA E ESTREMOZ <i>Armando Quintas</i> .....	267
--	-----

A ARQUITETURA DOS MÁRMORES NOS CONVENTOS PAULISTAS <i>Carlos Filipe e João Pires Lopes</i> .....	281
---	-----

ANTONIO BACCI <i>Luís Brito da Luz</i> .....	317
---	-----

PROCESSOS GEOLÓGICOS DINÂMICOS: CONTRIBUTOS PARA A SUA INTERPRETAÇÃO <i>Luís Lopes</i> .....	321
--	-----

## ESTUDOS LITERÁRIOS

DA CONDIÇÃO FEMININA À CONDIÇÃO HUMANA: A EXPRESSÃO DO ARQUÉTIPO MATERNO NOS CONTOS DE FLORBELA ESPANCA <i>Beatriz Canas Mendes</i> .....	333
---	-----

FLORBELA ESPANCA, PARA ALÉM DA VIDA <i>João Cabrita</i> .....	343
--	-----

## HOMENAGENS

ANTÓNIO TELMO <i>Carlos Aurélio</i> .....	351
--	-----

À MEMÓRIA DE JOÃO AUGUSTO DO COUTO JARDIM: EGRÉGIO BENEMÉRITO CALIPOLENSE <i>Licínio Lampreia</i> .....	363
---	-----

## NOTA DE ABERTURA

---

A Revista *Callipole*, tem como principal missão produzir e difundir conhecimento essencialmente na área da História e do património de Vila Viçosa. É uma das mais antigas revistas de cultura do nosso país, editada pelo Município de Vila Viçosa nos últimos trinta anos, e lança, este ano, o vigésimo oitavo número. Ao longo de trinta anos, a Revista tem desempenhado um papel importantíssimo na divulgação, estudo e reflexão do nosso património e da grandiosa História de Vila Viçosa. Por isso, tem-se afirmado, cada vez mais, como um importante instrumento para a construção da identidade Calipolense, o que é essencial para a estratégia definida com o objetivo de conseguirmos que a UNESCO classifique Vila Viçosa como Património da Humanidade, propósito que realmente achamos que, mais tarde ou mais cedo acontecerá pois, acreditamos que a História e o património desta terra disso são merecedores.

Esta Revista existe, não só porque alguém, um dia, a criou, mas também porque ao longo do tempo muitos conseguiram que ela se apresentasse, sempre e cada vez mais, como um projeto válido. Por isso, por ocasião da 28.<sup>a</sup> edição, não posso deixar de relevar o papel do seu primeiro diretor, Dr. Francisco António Rato Chagas, e de reconhecer o contributo de todos os que, ao longo dos anos, contribuíram para que a *Callipole* se tornasse uma revista incontornável na área da cultura.

No presente ano iniciámos a digitalização de alguns números da Revista *Callipole* que já se encontram disponíveis on-line, na página do Município. Este passo, representa uma resposta a inúmeras solicitações de técnicos e de leitores. É nosso objetivo, disponibilizar, brevemente, on-line todos os números, uma vez que o trabalho de digitalização está a desenvolver-se a bom ritmo.

Na verdade, o sucesso de uma revista depende de muitos colaboradores. Agradeço, por isso e em especial, aos 22 colaboradores que escreveram textos para este número e ao seu atual Conselho de Redação. No entanto, não posso deixar de agradecer também a todos os que ajudaram esta Revista a crescer e que não me é possível enumerar aqui, alguns deles já partiram pelo que lhes presto uma justa e

## **Inácio José Ludovico Esperança**

merecida homenagem. Não posso também deixar de referir todos os anteriores Diretores, membros dos sucessivos Conselhos de Redação, colaboradores e leitores. A todos eles, deixo o meu muito obrigado pelo trabalho realizado e pela contribuição que, de diferentes formas, deram à nossa Revista.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Inácio José Ludovico Esperança



# Memória Camoniana

---

## Passos da Vida e da Obra de Camões

---

Artur Anselmo

### A Vida

Não são muitos os dados rigorosos sobre a vida de Luís de Camões: quase todos provêm de documentos oficiais e testemunhos de contemporâneos, havendo ainda um pequeno número de informações que pode colher-se – com as necessárias cautelas – de alusões autobiográficas que aparecem na própria obra do poeta. O seu nascimento, no seio de uma família da pequena nobreza, terá ocorrido em 1524 ou 1525. Recebeu educação escolar apurada e frequentou talvez o Curso de Artes em Coimbra, numa época em que seu tio, D. Bento de Camões, era prior do mosteiro de Santa Cruz e cancelário da Universidade. Não se encontra o nome de Luís de Camões nas listas de alunos dos Estudos Gerais de Coimbra, mas isso nada significa, se tivermos em mente as circunstâncias em que se fazia a matrícula dos alunos: os registos são, nesse capítulo, muito incompletos. Seja como for, a vastíssima cultura revelada nos textos camonianos prova que o poeta terá seguido estudos académicos intensivos.

Após a indocumentada passagem por Coimbra, veio Camões para Lisboa, vivendo o ambiente da corte. Duas cartas, escritas “a um amigo”, fazem supor que Luís de Camões terá feito vida aventureira na sua juventude. Abraçou então a carreira das armas: esteve em Ceuta (1549?), onde perdeu um dos olhos. Desse acidente nasceria, em parte, segundo Afrânio Peixoto (*Ensaios Camonianos*, 1932), uma espécie de complexo de inferioridade, compensado na frequência obsessiva do sintagma “olhos” na *Lírica*; pensamos, porém, que tal acidente biográfico, como sustenta João Mendes (*Literatura Portuguesa – I*), deve ser aproximado das influências neoplatónicas que povoam a obra lírica de Camões. De acordo com a chamada “Tese da Infanta” (assim conhecida por ter como centro a figura de D.

---

\* Professor Catedrático de Língua, Literatura e Cultura Portuguesas.

Maria, filha do rei D. Manuel), a passagem pelo Norte de África – designada por alguns como “desterro” – teria sido provocada por questões amorosas: pobre, Camões renderia preito à Infanta através de D. Catarina de Ataíde, também de alta condição social.

Camões partiu para a Índia em 1553, depois de estar envolvido numa rixa, durante a qual agrediu Gonçalo Borges, na procissão do Corpo de Deus, e de, por isso, ter sido preso. Saído da cadeia em situação de penúria (*vide* a canção “Vinde cá, meu tão certo secretário”), não terá tido outra solução senão a de partir para refazer a vida. Da sua experiência na Índia sabe-se que:

- a) sofreu tempestade próximo do cabo da Boa Esperança e tomou parte, durante a viagem, numa expedição militar;
- b) esteve perto do cabo de Guardafui e numa das ilhas Molucas;
- c) conviveu em Goa com o vice-rei D. Francisco Coutinho e com o cientista Garcia de Orta;
- d) poderia ter estado em Macau, como Provedor dos Defuntos e Ausentes;
- e) ao viajar do Oriente para Goa, naufragou na foz do rio Mecão, onde se afogou a escrava Dinamene, a quem dedicaria uma série de sonetos;
- f) teria escrito aí a canção “Sôbolos rios”;
- g) em 1567 veio de Goa para Moçambique, onde Diogo do Couto o encontrou em estado de acentuada pobreza e ocupado na redacção final d’*Os Lusíadas*.

Regressado a Portugal em 1569, Camões continuou a viver em condições precárias. A estas dificuldades costuma andar associada uma lenda, segundo a qual o poeta arrastaria existência penosa, em companhia do escravo Jau, mas a fantasia dos biógrafos de Camões não tem limites, razão por que essa lenda (como muitas outras) deve ser encarada com a maior desconfiança. Em 1572 saía a edição impressa d’*Os Lusíadas*, mas, segundo se crê, não diminuíram por isso as dificuldades materiais do poeta: a tença de 15 000 réis, que lhe foi atribuída por D. Sebastião após a publicação do poema épico, teria sido um lenitivo para minorar a pobreza de Camões. A morte veio em 10 de Junho de 1579 ou 1580.

## **A Obra**

*Os Lusíadas*. O poema épico teve duas edições datadas de 1572, sendo uma delas contrafacção da outra: tudo indica que a verdadeira primeira edição é a que tem, na portada, o pelicano voltado para a esquerda do leitor, enquanto a do pelicano voltado para a direita teria sido realizada muito mais tarde, clandestinamente, para evitar mutilações e alterações introduzidas no texto do poema (por ordem da Inquisição) quando Portugal estava sob o domínio filipino. Depois da morte de Camões saíram: em 1584 a Edição dos Piscos, assim denominada por causa da ridícula interpretação das palavras “piscosa Sesimbra”; em 1613 a edição comentada pelo Padre Manuel Correia e precedida da primeira biografia de Camões, da

autoria de Pedro de Mariz; em 1639 a edição comentada por Manuel Faria e Sousa, apaixonado camonista. Entre as que se seguiram, registre-se a do Morgado de Mateus (1817), célebre pelas ilustrações que a embelezam mas pouco fiel ao texto ideal; a do centenário (1880), promovida pelo Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, com revisão de Adolfo Coelho e prefácio de Ramalho Ortigão; a de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, em 1905-1908; a de Augusto Epifânio da Silva Dias, em 1910; a de 1921, fac-similada da de 1572, com aparato crítico de José Maria Rodrigues; a de 1928, de Afonso Lopes Vieira, actualizando a grafia e pontuação; a de 1972, sob a orientação de Hernâni Cidade; das mais recentes, destaque-se a edição fac-similada comparada das duas versões datadas de 1572, publicada em 1982 sob a responsabilidade de Bernardo Xavier Coutinho.

**Rimas.** Não saíram em vida de Camões: foram recolhidas das várias colecções particulares em que andavam dispersas as poesias líricas atribuídas a Luís de Camões. As primeiras edições são: a de 1595, coligida e prefaciada por Fernão Rodrigues Lobo Soropita; a de 1598, do livreiro Estevão Lopes, que acrescenta algumas outras composições; a de 1614, de Domingos Fernandes, também responsável por mais acrescentos; a de 1685-1689, de Faria e Sousa, o qual, no seu fanatismo camoniano impenitente, chega a atribuir a Camões poesias de Diogo Bernardes; a de 1860-1869, do Visconde de Juromenha, que não corrige as imperfeições anteriores; a de 1873, de Teófilo Braga, igualmente sem critério válido de autoria. A reconstituição do cânone lírico camoniano começou com D. Carolina Michaëlis e Wilhelm Storck, sendo continuada por José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira. Edições posteriores mais importantes: as de Costa Pimpão (1944, 1953 e 1972), Hernâni Cidade (1946), Salgado Júnior (1963), Emanuel Pereira Filho (1974), Cleonice Berardinelli (1980), Maria de Lourdes Saraiva (1981) e Leodegário de Azevedo Filho (1985-1998).

**Teatro.** A primeira edição dos autos de Camões (comédias *Anfitriões*, *El-Rei Seleuco* e *Filodemo*) vem incluída no volume compilado por Afonso Lopes, em 1587, sob o título de *Autos e Comédias Portuguesas*. Trata-se de uma obra colectiva, onde Camões figura ao lado de outros autores dramáticos.

## Características Gerais da Poesia de Camões

Segundo Schlegel, a poesia de Camões, só por si, “vale por uma literatura inteira”. O motivo principal desta afirmação está em que a obra de Camões reflecte as várias correntes artísticas e ideológicas do século XVI em Portugal, é elaborada sobre uma experiência pessoal múltipla e dá forma lapidar a um conjunto de ideias e padrões de vida correntes na sua época e no seu meio social. Em relação a outros autores contemporâneos, é um humanista que elabora a sua experiência à luz de uma cultura teórica.

Como sabemos, deve-se a Sá de Miranda a introdução das formas métricas renascentistas em Portugal. Com ele colaboraram: Bernardim Ribeiro, o autor de *Menina e Moça* e de várias éclogas; António Ferreira, autor de *Poemas Lusitanos*

e promotor do classicismo literário; e outros poetas italianizantes, como Diogo Bernardes, Frei Agostinho da Cruz e Pedro de Andrade Caminha. Na sua campanha nacionalista em favor do classicismo literário, António Ferreira defendera, sobretudo, as seguintes normas metodológicas:

- a) a primazia do estudo e do trabalho sobre a inspiração;
- b) a necessidade do conhecimento aprofundado dos clássicos;
- c) a vantagem da crítica e da autocrítica;
- d) o sentido da justa proporção;
- e) o abandono da herança peninsular medieval.

Pelo que diz respeito ao nacionalismo de António Ferreira, a defesa do casticismo da língua portuguesa e a proscrição do emprego da língua castelhana constituíam os dois vectores mais significativos. Daí o seu empenho em manter viva e fecunda a língua pátria: “Floresça, fale, cante, ouça-se e viva/ a portuguesa língua e, lá onde for,/ vá senhora de si, soberba e altiva./ Se ` té qui esteve baixa e sem louvor, / culpa é dos que a mal exercitaram, / esquecimento nosso e desamor”.

Ora, Camões foi o melhor discípulo português de Petrarca, realizando o novo ideal da poesia e da expressão estética, como o não tinham conseguido nem Sá de Miranda nem António Ferreira; e foi também o mais perfeito trovador da linha do *Cancioneiro Geral*, na redondilha e no mote glosado. Finalmente, ao levar a cabo a epopeia, objectivo principal do classicismo português, desenvolveu num grande poema as ambições a que aspiravam António Ferreira e outros poetas.

A experiência pessoal repassa os seus versos – e estes, literariamente, reflectem um ideal clássico de ordenação e hierarquia. Camões cultivou os géneros mais importantes do “estilo novo” (sonetos, oitavas, tercetos, sextinas, éclogas, odes, elegias, canções) e, ao mesmo tempo, os subgéneros quatrocentistas em redondilha maior e menor (vilancetes, cantigas e outras composições obrigadas a mote). Pelo facto de praticar os metros e estrofes tradicionais, afasta-se, assim, de António Ferreira; isto sem esquecer que, também em contradição com Ferreira, tanto escreve em português como em castelhano.

Sublinha, acertadamente, António José Saraiva: “Depois do esforçado e atormentado verso de Sá de Miranda, depois da fluência de Bernardim, um pouco monótona e sobretudo invertebrada, e ao par da trabalhada e estudada harmonia de António Ferreira, Camões aparece com um verso aparentemente fácil e sem esforço, como que nascido do próprio discurso falado”. Há, com efeito, uma íntima associação entre o verso camoniano e a linguagem comum, que reaparecerá em poetas como Garrett ou Fernando Pessoa.

As tensões fundamentais da lírica camoniana revelam um desajuste entre a sua longa e variada experiência e os ideais da sua formação social, escolar e literária. Essa contradição, expressa nas redondilhas “Sôbolos rios” (escritas, segundo se julga, num dos momentos mais críticos da sua vida, reflecte-se, por exemplo, nas composições em que trata temas tão significativos com a Mudança, o Amor e o Desconcerto Moral do Mundo.

Quanto ao tema do Amor, importa lembrar que Camões tivera uma educação platonizante, na linha dos preceitos humanísticos: como sabemos, os humanistas, ao ressuscitarem a Antiguidade, tinham tentado conciliar o platonismo com a escolástica medieval, o que explica a grande voga de Platão no Renascimento. A concepção do amor na poesia provençal, de certo modo, já estava informada de platonismo: a mulher não era só companheira mas também um ser angélico que sublimava e apurava a alma dos amantes (Beatriz conduzindo Dante ao Paraíso; Laura, depois de morta, inspirando a parte mais importante da lírica de Petrarca, são exemplos que podem filiar-se na mesma genealogia estética e sentimental). Camões herdou esta concepção da Mulher e do Amor: a mulher amada aparece iluminada por uma luz sobrenatural, que lhe transfigura as feições carnaís: respira gravidade, serenidade, altura.

Mas a experiência do poeta era demasiado *vivida* para se cingir a tais convenções. Por isso, ele nota o contraste entre o desejo carnal e o ideal desinteressado, o amar *pela activa* e o amar *pela passiva*, de que fala ironicamente uma personagem do *Auto de Filodemo*. Haja em vista que o amor carnal foi cantado aliciantemente por Camões n' *Os Lusíadas* (episódio da Ilha dos Amores).

Embora não haja quaisquer argumentos válidos provando que Camões tivesse lido Platão no original, crê-se que teria conhecimento da doutrina platónica através da versão de Santo Agostinho. Segundo Platão, cuja vida decorre nos séculos VI e V a.C., as qualidades que conhecemos no mundo seriam manifestações limitadas – e até contraditórias – de Ideias Absolutas, isto é, de atributos da divindade. Assim, a beleza das coisas terrenas não passaria de um simulacro da Beleza Plena, a qual existe substancialmente num mundo a que este serve apenas de sombra. A beleza corporal é reflexo da Beleza pura, pelo que só esta deveria ser procurada.

A tensão camoniana entre a espiritualidade e a carnalidade (entre Laura e Vénus) oferece-nos uma idealidade amorosa mais realista nas suas raízes instintivas do que aquela que nos fora oferecida por Petrarca.

Tensão igualmente característica do lirismo de Camões é a da Mudança, entendida como o tempo, a fortuna, o acaso, que trazem o homem “de esperança em esperança, de desejo em desejo”. A ansiedade de ser individualmente feliz e a impossibilidade de o conseguir fazem com que não haja, em rigor, felicidade *presente*. Logo, toda a felicidade não é senão uma lembrança do passado. Apoiado na doutrina platónica, porém, Camões vai mais longe: a felicidade não estaria na *memória* terrena mais sim na *reminiscência* pré-natal da vida puramente espiritual das Ideias. O desejo da felicidade é, assim, uma nostalgia do mundo donde viemos para este desterro que é o mundo presente.

Por fim, o contraste entre o merecimento e o destino individual, a que Camões chama o “Desconvento Moral do Mundo”, é outra tensão dominante na sua lírica. Perante esse desconforto, que promove os maus e os medíocres e persegue os mais aptos, Camões defende (ver as oitavas “Ao Desconcerto do Mundo”) o cepticismo, o retiro na vida bucólica, o epicurismo – e, por aí, chega a uma solução religiosa que o conduz inevitavelmente a Deus, isto é, à chave do segredo.

## O Poema Épico

Vem do século XV a ideia de realizar um poema épico sobre a expansão portuguesa. É sabido que Ângelo Policiano, humanista italiano, se oferecera a D. João II, em 1491, para cantar os feitos dos Portugueses, em versos latinos. Outro humanista – Luís de Vives – exaltara os Descobrimentos numa dedicatória a D. João II. Em 1516, no prólogo ao *Cancioneiro Geral*, Garcia de Resende lamentava-se de que os feitos nacionais não estivessem cantados como mereciam. António Ferreira, apesar da sua aversão à vida marítima e guerreira, encorajara outros poetas a escreverem a epopeia, e ele mesmo chegou a ensaiar o estilo heróico.

Sendo a epopeia um género poético-narrativo eminentemente clássico, compreende-se que os humanistas tenham desejado cultivá-la, seguindo de perto o modelo dos poemas épicos do Homero (*Ilíada* e *Odisseia*, séculos IX-VIII a.C.) e de Virgílio (*Eneida*, século I a.C.). Ainda por cima, a tradição épica não podia separar-se do conteúdo grandioso e heróico dos feitos narrados e cantados nesses poemas: fossem ou não exactos os contornos históricos das narrativas épicas, delas se desprendia um halo de exemplaridade, de edificação dos leitores de todas as épocas, que não podia deixar de seduzir os humanistas. Não tanto para aconselharem que se copiassem os exemplos greco-latinos de heroicidade e sublimação, mas, sobretudo, para testarem as suas grandezas nacionais com as de outros povos antigos.

De acordo com a tradição retórica clássica, a poesia épica deveria girar em torno de temas solenes, sublimes, relacionados com a prática de feitos ilustres e de proezas bélicas. Exigia-se que o fundo temático fosse um acontecimento histórico, mas que este nada tivesse a ver com o presente: por outras palavras, tratava-se de celebrar o passado, um passado longínquo de que os presentes se pudessem orgulhar, um passado já nimbado dos fumos da lenda. Esta base histórica com seu prolongamento lendário é que permitiria ao poeta dar largas à sua fantasia, na certeza de que lhe interessava menos reconstruir acontecimentos do passado com intuítos meramente informativos do que evidenciar tudo o que, em tal passado, transpunha os limites das possibilidades de acção humana e terrena, para entrar nos umbrais da fama e da glória. Naturalmente, a acção da narrativa seria protagonizada por um ou mais heróis, e estes heróis suporiam a manifestação de forças físicas e psíquicas bem acima do comum das criaturas deste mundo; mas a heroicidade não era incompatível com acentos humanos, instintivos e simples de comportamento. Quanto ao amor, ele poderia inserir-se na trama do poema épico, muito embora sob a forma de episódios isolados: ternura, magnanimidade, abertura de espírito, tudo serviria para completar harmoniosamente o descritivo das façanhas de guerra.

Assim se perfilavam as ideias essenciais que a Retórica quinhentista divulgara na Europa em matéria de poesia épica. Nem tudo era transferido directamente da Antiguidade Clássica, até porque a Idade Média conhecera o género épico (a *Chanson de Roland* e o *Cid* constituem dois excelentes exemplos) e não deixara de introduzir no modelo clássico adaptações de carácter nacional, a que os humanistas se mostrarão sensíveis, mau grado o antimedievalismo das suas teorizações. Todavia, as regras fundamentais do género vinham da Grécia e de Roma, tanto no ponto

de vista da estrutura formal pelo que diz respeito a certas componentes do entrecho (caso da intervenção dos deuses nas acções humanas).

Estruturalmente, o poema épico é desdobrado em três partes autónomas: a *proposição*, isto é, o enunciado do tema da obra; a *invocação*, ou seja, o apelo às forças que podem mover a inspiração do poeta: a *narração*, parte central e mais extensa, que contém o relato minucioso dos acontecimentos centrados em torno do ou dos heróis, mediante uma sequência lógica mas não necessariamente cronológica (surpreender a acção a meio, *in medias res*, pode ser tão artificial como necessário, numa perspectiva descritiva). Estas três partes do poema conduzem ao *epílogo* ou fecho da acção, que deve revestir aspectos de verosimilhança e de coerência.

Nos poemas homéricos, os deuses surgem-nos como entidades reais e forças vivas, empenhadas em alcançar a vitória através dos homens; estes, por sua vez, pondo à prova a sua capacidade física e a sua astúcia, candidatam-se à imortalidade. Isso mesmo nos aparece em Camões, na fidelidade ao padrão homérico e graças à mediação de um elemento caracterizadamente português: o mar. É a aventura marítima que atrai os Portugueses – sob a forma de herói colectivo – para a condição de seres imortais, sem que, por esse facto, abandonem a condição humana, com as suas fraquezas e defeitos. O cunho marítimo de *Os Lusíadas* pode ser aproximado, na perspectiva global de uma comparação com os poemas clássicos, da *Odisseia*, da *Eneida* e de outras composições menos conseguidas, tais como os poemas de Apolónio de Rodes e Valério Flaco.

Cronologicamente anteriores aos *Lusíadas* são outras epopeias do Renascimento, nomeadamente o *Orlando Furioso*, de Ariosto. Mas Camões, se não é o primeiro a tentar o poema épico, é certamente aquele que, na época do Renascimento, mais cedo toma consciência da importância dos Descobrimentos no contexto da nova civilização. Daí o significado fulcral da viagem de Vasco da Gama à Índia, tema central do poema camoniano.

### Argumento e Estrutura d'*Os Lusíadas*

A pretexto da narrativa da viagem de Vasco da Gama, Camões canta a grandeza histórica de Portugal, desde a fundação da nacionalidade até à expansão ultramarina.

O poema começa com uma *Proposição*, na qual o poeta apresenta o assunto de que vai tratar (glorificação dos feitos dos Portugueses), e entra seguidamente numa *Invocação*, onde o autor, rejeitando as musas antigas como estimuladoras da sua inspiração, pede auxílio a divindades nacionais, as “Tágides” (ninfas do Tejo). Vem depois a *Dedicatória*, corpo estranho no poema, onde Camões oferece a sua obra ao rei D. Sebastião. Por fim, começa a *Narração*, isto é, o desenvolvimento do assunto, que ocupa não só a maior parte das estâncias do Canto I mas também os restantes nove cantos.

Depois de ter situado o início da narrativa no momento em que os navegantes português, comandados por Vasco da Gama, se encontram junto à costa oriental africana (Canal de Moçambique) e começam a singrar no Oceano Índico, reúnem-



-se os deuses no Olimpo, convocados por Júpiter para se pronunciarem sobre a empresa dos Lusitanos ( a estes, na esteira de André de Resende, Camões chama *Lusíadas*, nome que a erudição humanística dera aos descendentes de Luso, companheiro de Baco). Júpiter decide protegê-los na costa africana, onde navegam, mas logo Baco se opõe, temendo que os marinheiros portugueses obscureçam a fama das vitórias que ele próprio alcançara na Índia. (Segundo a lenda, Baco, deus do vinho, notabilizara-se também pelas suas actividades guerreiras, nas quais avulta a conquista da Índia.) Mas Júpiter é apoiado por Vénus, deusa do amor, “afeiçoada à gente lusitana”.

Estão em cena, como no primeiro acto de uma peça de teatro, as personagens que vão tecer a intriga. Do Olimpo descemos de novo para o Índico, onde segue a armada portuguesa. Os navegantes desembarcam ao outro dia, na ilha de Moçambique, em busca de água fresca, mas são recebidos como hostilidade pelos Mouros, que os esperam na praia. Trava-se então um combate, ao fim do qual os Mouros fogem, permitindo que os Portugueses se abasteçam de água e voltem às naus. Antes, porém, os Mouros propõem a paz e oferecem aos navegadores um piloto que possa orientá-los. Vasco da Gama aceita, recebe as desculpas de regedor mouro e decide partir.

Contrariando a decisão de Júpiter, Baco crias aos navegantes toda a sorte de adversidades e contratempos. O piloto, insidiosamente, diz a Vasco da Gama que existe ali perto uma ilha habitada por cristãos; então, o comandante dirige a frota para Quíloa, cujos habitantes são apenas Mouros – e só a ajuda de Vénus, ao desviar as embarcações mediante ventos contrários, consegue evitar a cilada concebida pelo piloto. Este, frustrado no seu intento, insiste em falar de outra ilha, povoada, segundo diz, de cristãos e mouros “juntamente”: Mombaça. Na realidade, porém, Mombaça pertence apenas à comunidade moura – e o Canto I do poema termina com algumas reflexões do poeta sobre mais esta perfídia.

O Canto II encontra navegantes em Mombaça, onde o regedor dos Mouros dá a Vasco da Gama mostras de fingida amizade. Gama envia dois homens a terra, em missão de reconhecimento, e eles regressam bem impressionados, sem saberem que tinham sido enganados por Baco, fingindo de sacerdote cristão. Na manhã seguinte, perante a insistência do rei mouro, Vasco da Gama apresta-se para o desembarque, enquanto os Mouros entram nas naus, onde são recebidos com provas de confiança e deferência. Mas outros guerreiros mouros, em terra, preparam-se para destruir a frota portuguesa e vingar o revés de Moçambique. É neste momento que Vénus intervém, impedindo os navegantes, com astúcia, de entrarem na barra e dirigindo-se depois a Júpiter, a quem pede protecção para os Lusos. O rei dos deuses manda que Mercúrio (o mensageiro) vá à Terra: este aparece em sonhos a Vasco da Gama, fazendo-lhe ver a urgência de deixar Mombaça e escolher outro porto de confiança. “Dai velas (disse), daí ao largo vento, / Que o Céu nos favorece, e Deus o manda...”.

A armada parte então para Melinde, onde encontra melhor acolhimento, tanto do povo como do seu rei. Este pede ao comandante português que lhe conte a história da sua gente, narração que Vasco da Gama começa a fazer no Canto III.

Após a invocação de Calíope, musa da poesia épica, segue-se uma descrição geográfica da Europa. Vasco da Gama narra então a história de Portugal, desde a formação da nacionalidade, no tempo do Conde D. Henrique, até ao tempo de D. Manuel. Dessa narrativa faz parte o episódio de Inês de Castro, que “depois de morta foi rainha”, referindo-se ainda à vingança que D. Pedro I tirou dos assassinos de Inês depois de subir ao trono e a forma como o monarca obrigou os vassallos a honrá-la como rainha. Termina o Canto III com a menção dos factos sucedidos no reinado de D. Fernando.

O Canto IV continua a narrativa histórica de Vasco da Gama, com referências ao Interregno, a D. João I, à intervenção de Castela, ao heroísmo de Nuno Álvares Pereira, à batalha de Aljubarrota e à expedição de Ceuta. Sobe então ao trono o rei D. Duarte, cujo irmão Fernando, infante santo, fica cativo dos Mouros. Seguem-se os reinados de D. Afonso V, durante a qual se dá a invasão de Castela, e de D. João II, que manda emissários, por terra, em demanda das chamadas “terras do Prestes João”. Ao rei D. Manuel I, sucessor de D. João II, aparecem em sonho, na forma de dois velhos, o Ganges e o Indo; e, de acordo com as suas indicações, prepara o rei a expedição marítima para a Índia, escolhendo-o a ele, Vasco da Gama, para o seu comando. Em Lisboa, dirigem-se os navegantes para o embarque, enquanto à sua volta se manifesta a reacção sentimental das pessoas queridas; e, através da fala do Velho do Restelo, ecoam as vozes de quantos se opõem à empresa das Descobertas, encerrando-se aí o Canto IV.

No início do Canto V, Vasco da Gama continua a contar ao rei de Melinde as peripécias da viagem e seus acidentes (como o fogo-de-santelmo e a tromba marítima), sem esquecer o breve episódio da corrida de Veloso numa das surtidas dos marinheiros em terra firme. Passando a relatar os perigos que teve de defrontar ao passar o cabo das Tormentas, Vasco da Gama conta como, em plena tempestade, lhe apareceu o gigante Adamastor, figura portentosa e horrenda de que vem a transformar-se em promontório. Este, além de se descrever e de contar as suas próprias aventuras e desventuras, faz previsões sobre o que espera os Portugueses na Índia.

Depois, Vasco da Gama menciona os perigos que correu a tripulação em climas inóspitos, o desânimo que a invadiu quando foi obrigada a ingerir “mantimentos já corruptos” e a suportar outros sofrimentos, os quais, no entanto, não a vencem. Seguem-se as estrofes onde o poeta descreve o escorbuto e seus efeitos horrorosos. Ao terminar a narrativa, Vasco da Gama deixa o rei e outros circunstantes profundamente impressionados com os feitos dos Lusitanos. O rei de Melinde volta para o palácio, depois de louvar os Portugueses. Este canto terminará com várias reflexões do poeta acerca da aliança das letras com os feitos guerreiros: “Enfim, não houve forte Capitão / Que não fosse também docto e ciente...”.

Começa o Canto VI com os festejos que assinalaram a chegada dos navegantes portugueses, após o que Vasco da Gama se despede, partindo para a Índia. Mas Baco está inconformado: entrega-se a novas maquinações e desce ao palácio de Neptuno, que, a pedido seu, convoca o Concílio dos Deuses Marinho, onde Baco estranha a indiferença deles perante o arrojo dos Portugueses. Então, Neptuno manda a Éolo que solte os ventos.

Entretanto, a armada prossegue viagem, aligeirando-se as dificuldades do mar com a narração de casos como a história romântica dos Doze de Inglaterra, que o poeta põe na boca de Fernão Veloso. Surge então a tempestade que Baco encomendara. Sentindo-se perdido, recorre Vasco da Gama à protecção de Deus e, com a ajuda de Vénus, consegue ver terras da Índia. O canto VI termina com uma dissertação sobre as honras verdadeiras, fundadas no esforço, no valor e no sofrimento.

Inicia-se o Canto VII com a entrada dos navegantes no porto de Calecute. Vasco da Gama manda avisar o Catual (governador da cidade) da sua chegada. O mensageiro enviado por Gama – o degredado João Martins – encontra-se com Monçaide, mouro da Berbéria, conhecedor dos Portugueses e da língua castelhana, o qual, admirado de vê-los tão longe, os informa sobre a história, organização e costumes da Índia.

Devidamente autorizados, desembarcam os navegadores, que são recebidos pelo Catual e por outros naires (nobres). Dirigem-se então todos para o palácio do Samorim, rei do Indostão, descrito pelo poeta, assim como o templo por onde passam e a reacção dos habitantes. Junto do Samorim, Vasco da Gama transmite-lhe uma mensagem de amizade, paz e comércio, em nome do rei de Portugal. Responde o imperador que, embora honrado com a deferência, ouviria os seus conselheiros antes de dar uma resposta. Como já é noite, convida os Portugueses a ficarem no palácio.

De manhã, o Catual, em nome do Samorim, manda chamar Monçaide, a quem pede informações sobre aquela gente nova; o Mouro relata então os feitos dos Lusitanos, desde a península hispânica até à África, e aconselha o Catual a visitar a frota. Esse assim faz, sendo recebido cortesmente por Paulo da Gama. Aqui, o poeta, deixando o Catual na contemplação das bandeiras representando os feitos dos Portugueses, abre um parêntesis para se referir aos seus ideais e propósitos de escritor e para invocar mais uma vez a protecção das ninfas inspiradoras, com o que termina o Canto VII.

A iniciar o Canto VIII vem uma descrição panorâmica da história portuguesa, de que se encarrega Paulo da Gama, a pretexto de explicar as figuras pintadas nas bandeiras. Assim, ele mostra ao Catual, em palavras expressivas, o que foram e fizeram figuras de heróis como Luso, Ulisses, Sertório, Viriato, etc., até aos defensores de Ceuta, D. Pedro e D. Duarte de Meneses. Em seguida, o Catual retira-se.

Entretanto, os arúspices tinham previsto que os Portugueses haviam de submeter, com guerras e cativos, a gente da Índia. Então, Baco, encarnando a figura do Profeta, aparece em sonhos a um devoto sacerdote maometano, mostrando-lhe os danos que os Portugueses causariam na Índia à religião dos Muçulmanos. Com ouro e presentes, Baco corrompe os principais da terra, induzindo-os a não confiar nos Portugueses e a retardar o despacho do Gama. Este, então, procura o rei, que aceita um acordo; o Catual, depois de tentar contrariar a decisão de Samorim, resgata Vasco da Gama em troca de mercadoria. Nas últimas estrofes do Canto VIII, o poeta faz uma série de reflexões amargas acerca do poder do ouro.

Estão vencidas as dificuldades levantadas aos Portugueses, e estes podem agora regressar à Pátria. O Canto IX oferece-lhes a primeira compensação: Vénus, que

sempre guiara os Lusitanos, há muito pensava num prémio para eles; por isso, com o auxílio de Cupido, leva-os à Ilha dos Amores, onde se dá o noivado do Gama com Tétis e a união dos navegantes com as Nereidas.

Nas primeiras estrofes do Canto X, durante um banquete na ilha, uma ninfa narra os vaticínios de Proteu acerca dos vice-reis da Índia e de outros futuros feitos dos Portugueses no Oriente. Tétis faz aos navegantes a descrição do Universo, que reserva surpresas agradáveis aos Portugueses, em muitos lugares. Com mar sereno, chegou a hora do regresso à Pátria: “Assi foram cortando o mar sereno, / Com vento sempre manso e nunca irado, / Até que houveram vista do terreno / Em que nasceram, sempre desejado. / Entraram pela foz do Tejo ameno, / E a sua pátria e Rei temido e amado / O prémio e glória dão por que mandou, / E com títulos novos se ilustrou”.

### Classicismo e Humanismo

Mesmo sem dados concretos sobre a preparação escolar de Camões (o pouco que se sabe, como vimos, é fundado em conjecturas acerca dos seus estudos em Coimbra), temos seguramente informações esclarecedoras a respeito do movimento cultural português no tempo do Poeta. E, não sendo viável o aparecimento de *topoi* e esquemas mentais renascentistas na obra camoniana sem uma contrapartida de ilustração individual, tudo indica que Camões viveu intensamente o período de incubação dos ideais renascentistas em Portugal, reflectindo nas suas composições a influência do seu ambiente em que se formou: “Os reinos e os impérios poderosos / que em grandeza no mundo mais cresceram, / ou por valor de esforço floresceram / ou por varões nas letras espantosos”. Esta consciência da utilidade das letras para o bem da república, esta defesa clara da eficácia das *humanae litterae* num contexto social, não a teria Camões se o Renascimento não houvesse marcado – graças aos humanistas – os gostos, a sensibilidade, o estilo de vida do País, por muito que queiramos (e temos razões para isso) reduzir essa influência aos sectores mais ilustrados da Corte Portuguesa.

Ao partir para a Índia, em 1553, o *honesto estudo* de Camões, a que o Poeta se refere no fecho d’*Os Lusíadas*, atingira o limiar da *praxis*, bem ilustrado na mudança que entretanto se operara em Portugal, com a transição da Idade Média para os tempos modernos, período cujas contradições mais visíveis se ajustam como uma luva à obra de Gil Vicente. E, ao contrário do “trovador e mestre da balança”, demasiado velho e preso à terra para mudar de rumo, Camões será um escritor incondicionalmente dominado pelo fascínio do mundo novo, soldado e poeta, homem de acção e de pensamento: “Pera servir-vos, braço às armas feito, / Pera cantar-vos, mente às Musas dada...”.

A menos que vejamos na obra de Camões a marca simplificadora de um *deus ex machina*, é lícito sublinhar a integração do Poeta na última fronteira deste movimento renovador. O texto camoniano aparece-nos, assim, como a síntese harmoniosa entre o construtivismo clássico, teorizado pelos humanistas, e o sentimento

## Artur Anselmo

de profundidade das coisas e dos seres, que só uma longa experiência vivida pode transmitir: “Desta arte a vida noutra fui trocando; / eu não, mas o destino fero, irado, / que eu inda assi por outra não trocara. / Fez-me deixar o pátrio ninho amado, / passando o longo mar, que ameaçando / tantas vezes me esteve a vida cara. / ... / agora peregrino vago e errante, / vendo nações, linguagens e costumes, / céus vários, qualidades diferentes, / só por seguir com passos diligentes / a ti, Fortuna injusta, que consumes / as idades, levando-lhe diante / ãa esperança em vista de diamante, / mas quando das mão cai, se conhece / que é frágil vidro aquilo que aparece” (Canção X).

# Os Dois Pelicanos

---

João Ruas\*

“Morrendo com a Patria, Camões deixou-nos um legado inigualavel: o canto sublime da historia que *era o silencio de todas as historias!*”

D. Manuel II

## I. A História da Questão

D. Manuel II conseguiu reunir os dois exemplares da edição de *Os Lusíadas* com o mesmo pé de imprensa, isto é, um da edição princeps e outro da contrafacção. O facto de existirem tais espécies só foi detectado no século XVII, mais precisamente depois de 1644 e só até 1649, por Manuel de Faria e Sousa quando escreveu a “Vida del Poeta”, na introdução à sua edição de “*Rimas Varias de Luis de Camoens*”. Consideramos 1644 porque é a data do manuscrito dessa obra que pertence à Biblioteca de D. Manuel II (Ms. LXXXIII e Ms. LXXXIV) composto por dois volumes, e foi impresso em 1685; quanto a 1649, é a data do falecimento do escritor.

A observação deste autor é inexacta, pois considera que foi por estar esgotada a primeira edição que se fez outra no mesmo ano:

“El gasto desta impression fue de manera, que el mismo año se hizo outra. Cosa que aconteció rara vez en el Mundo: y en Portugal ninguna más de esta. Y porque esto há de parecer nuevo, y no fácil de creer, yo asseguro que lo he examinado bien en las mismas dós ediciones que yo tengo; por diferencias de caracteres; de ortografía; de erratas que ay en la primera, y se ven eme[n]dadas en la segunda; y de algunas palabras com que mejorò lo dicho<sup>1</sup>”.

---

\* Bibliotecário-Arquivista.

<sup>1</sup> *Rimas Varias / Luis De Camoens... Commentadas Por Manuel De Faria Y Sousa... – Lisboa: En la Imprenta de Theotonio Damaso de Mello..., 1685. – Parágrafo 27.*

Ficamos a saber que Faria e Sousa conheceu duas espécies distintas e considerou-as como autênticas, mas não esclarece as diferenças. Neste texto o comentador afirma também que o Poeta morreu em 1579, data aliás corroborada por outros autores.

Assim ficou a questão a sobrestar por perto de dois séculos até que o Morgado de Mateus decidiu fazer a sua monumental edição do poema, em 1817, e retomou o caminho para tentar resolver o enigma.

Desde logo, D. José Maria de Souza Botelho partiu de um equívoco e considerou como princeps a edição que hoje sabemos ser a contrafacção, mas fez, apesar disso, um estudo comparativo e minucioso das duas espécies. Pese embora o ter procurado provar a sua tese que não estava correcta, isso em nada retira o mérito à sua esplêndida edição. Foram impressos 210 exemplares que serviram para ofertas; sabemos que nenhum foi posto à venda. Exemplo ímpar de um grande benemérito das letras portuguesas<sup>2</sup>.

A edição do Morgado de Mateus provocou uma série de reacções, quer em Portugal (e.g. Academia das Ciências, 1818-1819), quer no estrangeiro, por exemplo em Inglaterra (John Adamson, 1820), mas de todas elas só muito mais tarde o Visconde de Juromenha (1860) conseguiu focar-se no problema das duas edições com a data de 1572 e resolveu referir-se a uma contrafacção que teria sido impressa de modo semelhante para evitar as licenças e a censura<sup>3</sup>.

Todavia, só em 1880, ano considerado para comemorar o terceiro centenário da morte do Poeta, saiu o primeiro estudo exaustivo e mais correcto, dentro desta problemática sobre as duas edições de 1572. Trata-se da obra de Tito de Noronha<sup>4</sup> que analisa com toda a clareza este enigma e propõe uma solução que não está muito longe da realidade, isto é, de como tudo pode ter sucedido.

Tito de Noronha começa por enumerar as diferenças entre as duas edições, dando relevo à orientação da cabeça e colo do pelicano, a algumas letras com corpo e olho diferentes, aos nomes das divindades que aparecem trocados e à grafia de certas palavras, mormente a terminação em ão e em am. Põe ainda a hipótese de se terem completado alguns exemplares com folhas ou mesmo cadernos de uma e outra das duas edições, prática corrente ainda nos dias de hoje, para se poder conseguir um exemplar completo, o que tem outro valor no mercado livreiro. Tivemos conhecimento de um caso destes, há bem poucos anos, que foi praticado por um livreiro-antiquário de Lisboa, mas não ficámos a saber de que edição os cadernos provinham nem qual era o exemplar incompleto.

No seu estudo, Tito de Noronha esclarece ainda que a primeira edição ou princeps (pelicano com a cabeça voltada para a esquerda do observador) se teria esgo-

---

<sup>2</sup> Os Lusíadas / Luís de Camões. – Edição do Morgado de Mateus. – Paris: na officina typographica de Firmin Didot, 1817.

<sup>3</sup> Obras de Luiz de Camões precedidas de um ensaio biographico... pelo Visconde de Juromenha. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-69. – 6 vol.

<sup>4</sup> A Primeira Edição de Os Lusíadas / Por Tiro De Noronha. – Porto e Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardon Editor, 1880.

tado e por isso “um impressor mais audacioso” fez uma “reprodução”, hoje usamos o termo contrafacção, escondida pelo mesmo Alvará, pois já tinham morrido quer o impressor António Gonçalves (não há mais notícias a partir de 1576), quer o Poeta (1579), verdadeiros opositores a qualquer edição sem o seu consentimento.

A portada foi copiada directamente do rosto de um exemplar e ao ser impressa saiu naturalmente invertida. O autor sugere ainda que o trabalho foi executado à pressa “visto ser feito a occultas”, dando como impressor Andres Lobato, pois fora este quem usara essa mesma portada na “Copilaçam...” de Gil Vicente no ano de 1586 (Anselmo 783).

Estava no bom caminho para resolver a questão, mas depois decidiu que a “reprodução” teria sido feita depois da segunda edição, a de 1584, portanto em 1585. Permitimo-nos discordar, não só de Tito de Noronha, como de outros autores que adiante nomearemos.

Em 1921, o Professor José Maria Rodrigues<sup>5</sup>, incontestável camonista dos princípios do século XX, também se referiu à questão das duas edições estando em pleno acordo com Tito de Noronha e referenciou como princeps a edição que tem o pelicano com a cabeça voltada para a esquerda do observador. Distinguiu-as ainda pela sétima estância da primeira estrofe; sendo a princeps a que começa por “E entre...”.

Este autor foi o primeiro a referir as marcas de água do papel, facto inédito até aí, pois contactou Ataíde e Melo, bibliotecário da Biblioteca Nacional, que na época muito se dedicou a esta particularidade resultante da feitura do papel, tendo publicado um primeiro estudo sobre o assunto<sup>6</sup>. Desse contacto entre ambos resultou a conclusão de que o papel onde foi impressa a contrafacção não é de todo o mesmo que usou António Gonçalves. Daí a investigação se ter orientado para Andres Lobato, impressor espanhol que trabalhou em Lisboa entre 1583 e 1587. Esta tese apoia-se também na publicação que o referido impressor fez das obras de Gil Vicente, onde surge várias vezes e de maneira até invertida a portada da contrafacção. Por tudo isto, José Maria Rodrigues veio a considerar que a edição “Entre...” ou seja a contrafacção, teria sido impressa por Andres Lobato entre 1582 e 1586 ou talvez por Afonso Lopes que lhe aparece associado, ora como impressor ora como livreiro.

Já nos referimos a Ataíde e Melo e voltamos agora a fazê-lo porque foi este bibliotecário quem trouxe uma nova luz sobre a questão da portada e chegou mesmo a uma lista muito completa (total de doze vezes a da princeps e duas vezes a contrafacção) das ocorrências em que as portadas foram usadas<sup>7</sup>. Pudemos encontrar mais obras com as referidas portadas, mas voltaremos a este ponto na análise que faremos mais adiante no nosso estudo. Em meados do século XX (1946) surge

<sup>5</sup> Os Lusíadas / De Luís de Camões; introdução do Professor Dr. José Maria Rodrigues. – Lisboa: Tip. Da Biblioteca Nacional, 1921.

<sup>6</sup> O papel como elemento de identificação / Arnaldo Faria de Ataíde e Melo. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.

<sup>7</sup> Ataíde e Melo – As portadas dos Lusíadas, in “Anais das Bibliotecas e Arquivos”, Série II, vol. IV, n.º 16, Dezembro 1923, pp. 249-250.



um outro autor, Eleutério Cerdeira<sup>8</sup>, tipógrafo de profissão que encara o problema sob os mais variados aspectos (tipografia, xilogravura, tipos, composição, impressão e edição) e conclui igualmente qual a edição princeps e em que período teria sido produzida a contrafacção. A partir daqui apresenta uma nova solução e afirma que foi Manuel de Lyra o impressor e a data seria após a da segunda edição, entre 1584 e 1586, mas com intuítos patrióticos. Esta situação é no mínimo difícil de compreender, pois Manuel de Lyra era possivelmente castelhano de nação e além disso ele acabara de fazer uma edição de *Os Lusíadas*, se bem que muito truncada, mas que fora revista e autorizada.

O Professor Hernâni Cidade revisita<sup>9</sup> todos os autores que trataram este tema e conclui a favor de Andres Lobato, talvez com Afonso Lopes, livreiro que teve autorização para imprimir os “Autos e Comedias...” (1586), onde se inclui Camões, e também “Copilaçam...”, de Gil Vicente (1586), obra que contém por várias vezes a portada da contrafacção.

Francisco Dias Agudo, em 1972, publicou um artigo<sup>10</sup> em que faz uma comparação entre muitos exemplares que viu e outros dos quais lhe enviaram cópias, para depois concluir que houve só uma edição em 1572. O autor baseia-se em certos pontos como por exemplo a folha 65 do exemplar da contrafacção da Biblioteca Nacional (cota: CAM 1P) que comparada com a mesma folha do exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (cota: cofre 2) se apresentam iguais, mas não deviam ser, pois este último é um exemplar da edição princeps.

Este longo percurso foi devidamente esclarecido e discutido por Xavier Coutinho num artigo da Revista “Bracara Augusta” de 1980<sup>11</sup>, onde aliás o autor termina esse trajecto de modo inconclusivo.

No entanto, o mesmo autor, um ano depois, num outro artigo publicado pela Fundação Calouste Gulbenkian<sup>12</sup>, expõe uma nova situação a partir de um exemplar de *Os Lusíadas* encontrado na Biblioteca da Universidade de Santiago de Compostela. Neste caso, Xavier Coutinho vê a possibilidade de terem existido quatro ou pelo menos três edições. Duas em 1572 e outra, que seria uma edição pirata (Santiago de Compostela), igual porém à primeira, mas com tais diferenças que se aproxima da de 1597. Conclui então este autor que se teria feito esta em 1595 (“terceira”) por ser o ano em que se publicaram as “Rimas”. Tudo isto a partir de um exemplar incompleto e provavelmente com folhas, ou mesmo cadernos, provenientes de exemplares quer da princeps quer da contrafacção.

---

<sup>8</sup> Duas grandes fraudes camonianas / Eleutério Cerdeira. – Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1946.

<sup>9</sup> Luís de Camões / Hernâni Cidade in “Revista da Faculdade de Letras”, 1950.

<sup>10</sup> A Edição d’ “Os Lusíadas” de 1572 / Francisco Dias Agudo, in “Garcia da Orta”, número especial comemorativo, 1972. – pp. 1 a 9, mais XXII estampas.

<sup>11</sup> B. Xavier Coutinho, A edição “princeps” de “Os Lusíadas” in Revista “Bracara Augusta”, 1980.

<sup>12</sup> B. Xavier Coutinho, A edição “princeps” de “Os Lusíadas”. Um problema complexo e difícil (ou insolúvel?) in Arquivos do Centro Cultural Português. – Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981. – Vol. XVI. – pp. 571-720.

Pela nossa parte, antes de podermos concluir o que quer que seja, vamos percorrer o caminho que julgamos necessário para conhecermos melhor o problema e ao longo do trajeto elucidaremos a nossa posição.

## II. A Investigação

A prossecução do nosso trabalho leva-nos a seguirmos o rumo que o livro nos indica ou seja, primeiro trataremos das portadas; depois das capitulares, dos tipos e da tiragem; vamos ainda observar o texto em português e as respectivas traduções espanholas por serem contemporâneas (1580); para culminarmos com o estudo das marcas de água do papel utilizado em ambas as edições, prova irrefutável da sua autonomia e do tempo que entre elas decorreu.

É ponto assente que a edição “princeps” ou “E entre...” ou ainda S (sinistra), com a cabeça do pelicano virada para a esquerda do observador, saiu dos prelos de António Gonçalves em 1572. A outra edição que é semelhante, que designamos por contrafacção, também conhecida por “Entre...” ou D (dextra), com a cabeça do pelicano virada para a direita do observador, foi feita cerca de doze anos depois e terá saído de prelos que adiante identificaremos (FIGS. 1, 2).



Figura 1 – Rosto do exemplar da edição princeps BDMII 377 (à esquerda)

Figura 2 – Rosto do exemplar da contrafacção BDMII 378 (à direita)

## As Portadas

O rosto de muitos livros do século XVI era constituído por uma portada que consistia num frontão, duas colunas e uma base, que tanto poderia ser um todo, uma só peça, como um conjunto de elementos em várias partes. A zona central que estava vazia era o local onde se inseria o texto com as letras do título, do nome do autor, do pé de imprensa, das autorizações, etc. Este facto permitia que a mesma portada fosse usada várias vezes, pois só mudava o texto da parte central, conforme a obra.

A título de exemplo podemos referir o caso do impressor Luís Rodrigues (activo entre 1539 e 1549) que tinha uma portada (xilogravura) que usou repetidas vezes e era uma só peça, mas com o uso quebrou-se e continuou a ser usada. No entanto, ficou sempre a notar-se, na impressão, o traço da fissura que existia na madeira.

De igual modo sucedeu com a portada de *Os Lusíadas*, cuja utilização referenciámos doze vezes antes de 1572 e mais quatro após essa data. A lista dessas obras que apresentamos (ANEXO 1), merece ser apreciada com uma observação prévia.

Como se pode verificar (FIG. 3), esta portada era constituída por quatro peças em madeira e composta de um frontão, duas colunas e uma base, estamos a referir-nos à edição princeps (pelicano voltado para a esquerda do observador). As colunas, como se observa nas obras publicadas até 1554, têm um conjunto de armas ao centro que ficam por detrás da própria coluna. Devido à fragilidade dessas peças, à pressão da prensa e também porque nesse ano Germão Galharde utilizou essa portada pelo menos quatro vezes, esses pequenos apêndices foram-se partindo e acabaram por ser retirados. No entanto, nesse mesmo ano e seguintes, podem ainda observar-se uns pequenos pedaços da antiga ligação das armas às colunas (FIG. 4).

Na sequência da nossa lista verifica-se que António Gonçalves usou essa portada em 1570 (FIG. 5) e depois em 1572 para a impressão de *Os Lusíadas*. Mais tarde, o seu material passou para o impressor António Ribeiro e vamos encontrar o frontão e a base numa lei de D. Filipe I datada de Lisboa, a 7 de Julho de 1583, e ainda a portada completa em 1586 na “Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento...”. O mesmo material chegou até António Álvares que utilizou só a base em 1594, no final de “Summa de Casos de Consciencia...”, de Manuel Rodrigues, e, por fim, o mesmo impressor voltou a usar a portada num auto de Gil Vicente, “...breve su[m]mario da historia de Deus...”, publicado em 1598 (FIG. 6).

Não pretendemos que a nossa lista seja exaustiva, mas até hoje não pudemos apurar mais ocorrências. Já sabíamos desde Tito de Noronha que a portada servira para várias impressões de Germão Galharde, com e sem as armas; aprofundámos mais o nosso conhecimento com o artigo de Artur Anselmo que enuncia nove casos de utilização anteriores a 1572 e dois casos após essa data. Conseguimos, portanto, aumentar estes números e fixámos o seu uso em doze vezes antes e quatro depois. Tudo isto nos permite reforçar o que já aprendêramos com Tito de Noronha, a edição princeps é a que tem a cabeça do pelicano voltada para a esquerda do observador.



Figura 3 – Em cima: BDMII 144 (à esquerda) | BDMII Res. 279 Adq. (à direita)  
Em baixo: BPE Res. 84 (à esquerda) | BPE Séc. XVI, 6115 (à direita)





Figura 4 – Em cima: MNARQ LA 45 P (E 2098) (à esquerda) | BDMII 182 (à direita)  
Em baixo: BN Portugal Res. 162 P (à esquerda) | BDMII 189 (à direita)



Figura 5 – Em cima: BDMII 194 (à esquerda) | BN Portugal Res. 242 V (à direita)

Em baixo: BGUC VT 18-8-18 (à esquerda) | BPMP MS 171 (1) (à direita)

Passemos agora em revista as vezes em que se conhece ter sido usada a portada da contrafacção (cabeça do pelicano voltada para a direita do observador). Além da já conhecida utilização em “1572” por “António Gonçalves”, assim se lê no pé de imprensa da contrafacção, sabemos ter sido usada muitas vezes na edição das obras de Gil Vicente em 1586 por Andres Lobato, “Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente...”.

Como se pode observar (FIG. 7), desde logo o uso incorrecto no rosto do “Livro Primeyro” onde as colunas estão invertidas e a base também. No “Libro Segvndo” continua a base a estar invertida. Só no “Qvarto liuro” já está tudo correcto, mas, ainda assim, as colunas estão trocadas de posição, tendo em conta a primeira vez que foi usada, isto é, na contrafacção. Esta portada tem uma característica especial, pois uma das colunas tem a sombra de dois lados contrários, isto é, uma das colunas tem o sombreado todo do mesmo lado e a outra tem o sombreado da metade inferior ao contrário do da metade superior.

Andres Lobato era um impressor espanhol que trabalhou em Lisboa entre 1583 e 1587. Segundo António Joaquim Anselmo, fez também uma obra de parceria com Manuel de Lyra em 1586 (Anselmo 779), mas publicou mais oito trabalhos seus ou em parceria com Afonso Lopes (Anselmo 783 e 786) moço da capela real e livreiro. Com este mesmo nome e na mesma época surgem ainda dois trabalhos de Afonso Lopes como livreiro em 1583 (Anselmo 788) e como impressor em 1587 (Anselmo 789). Deve referir-se ainda que Afonso Lopes aparece a publicar outra obra de parceria com António Álvares em 1590 (Anselmo 53). Temos também a notícia de Afonso Lopez Ruiz “Moço da Camara del Rey” que seria livreiro em 1592 (Anselmo 26).

Como nota final deste percurso pelas diferentes vezes em que as portadas foram usadas, deve assinalar-se que na época do Morgado de Mateus a convicção de que a contrafacção era a primeira edição levou mesmo à publicação de um decreto de 2 de Maio de 1825, da Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos, afirmando essa posição.

A distinção entre as duas portadas não se resume só à posição da cabeça do pelicano, pois verifica-se que a contrafacção foi mal copiada da princeps e depois foi impressa e saiu invertida, como a imagem num espelho. O número de quadradinhos da base do frontão é de 29 na contrafacção e de 18 na princeps. Além disto, temos ainda o facto de as colunas terem o canelado em sentido contrário, na princeps desce da esquerda para a direita e na contrafacção desce da direita para a esquerda. Os capacetes estão virados para o interior na princeps e para o exterior na contrafacção. Das ligações das armas que existiam no início, ficaram pequenos restos na princeps, mas na contrafacção nunca existiram. Por último, podemos verificar que as ramagens no interior da base não são iguais, bem como a coroa de louros tem diferenças nas voltas e extensão do laço.

Todos estes pormenores permitem-nos afirmar que a portada da contrafacção que existe na Biblioteca Nacional (cota: CAM 1P) é uma construção que resulta de uma combinação de elementos de ambas as portadas (e.g. os capacetes estão virados para o interior e deveriam estar virados para o exterior; as ramagens do interior





Figura 6 – Em cima: BDMII 458 (à esquerda) | BDMII 477 (à direita)  
Em baixo: BDMII Res. 30 Adq. (à esquerda) | BN Espanha R 3630 (à direita)





Figura 7 – Em cima: BPE Res. 146 (à esquerda) | BPE Res. 146 (à direita)  
Em baixo: BPE Res. 146 (à esquerda) | BPE Res. 146 (à direita)

da base são iguais às da edição princeps) e a posição do colo e cabeça, se bem que virada para a direita do observador, não é igual à da contrafacção. Podemos verificar ainda que o corpo da letra no interior da portada corresponde mais ao da princeps do que ao da contrafacção, que é muito maior (FIG. 9).

Última observação, a marca de água que surge no rosto do exemplar da Biblioteca Nacional não aparece em mais algum dos exemplares que vimos, é uma flor-de-lis de grande dimensão (5 cm), o que indica ser um papel do final do século XVI ou já do século XVII.

### Capitulares, Tipos e Tiragem

Uma capitular no início de cada canto (10), mais uma do Alvará, f. [2] das preliminares, perfaz um total de onze capitulares ao longo do poema. São quase todas letras do mesmo alfabeto com motivos vegetalistas em volta e uma dimensão quadrada de ca. 2,6 cm de lado. Constituem excepções as letras N, início do canto oitavo, e a letra M, início do canto décimo. Estas duas letras pertencem a outro alfabeto com menos motivos vegetalistas e a letra M tem uma máscara ao centro.

As capitulares são quase todas iguais nas duas impressões e bem conhecidas das edições de António Gonçalves, mas com algumas diferenças. O E inicial do Alvará não é igual em ambas, sendo que o E da contrafacção, embora muito semelhante ao da princeps, só o encontramos em duas obras editadas pela viúva de André de Burgos em 1582 e 1583. A letra M, início do canto décimo, é muito semelhante, mas algo diferente na contrafacção. Deve anotar-se também que o I inicial nos cantos segundo e sétimo aparece invertido na contrafacção. O A inicial do canto primeiro não é igual ao do canto terceiro, mas são ambos iguais na contrafacção. Tudo isto revela tratar-se de um alfabeto bastante comum para a época e pode encontrar-se em várias oficinas.

Quanto aos tipos usados no texto, trata-se de um aldino ou grifo, corpo 15, e só se nota que o da contrafacção está mais usado. Por vezes surgem pares de letras tais como o st, o sp ou mesmo os dois ss que ora surgem diferentes ora iguais em ambas as impressões. Outro ponto que permite distinguir as edições são as iniciais de cada estrofe que na princeps são em itálico e na contrafacção são quase sempre em redondo.

Todos estes aspectos foram também observados por Eleutério Cerdeira e podemos concluir, com este autor, que o tipo é o mesmo, mas mais gasto na contrafacção. A utilização de tipo redondo no início das estrofes da contrafacção deve significar que na oficina de António Gonçalves haveria mais caracteres de caixa alta, tipo aldino, do que na oficina do contrafactor.

Ainda neste âmbito dos tipos e corpos de letra é por de mais conhecido, por isso damos só referência, que o corpo do pé de imprensa da contrafacção é maior do que o da princeps. Sabe-se também que o texto do Alvará na contrafacção tem mais uma linha e os dias da data escritos por extenso, sendo que naturalmente as linhas

não partem de igual modo. Por fim, o corpo da letra do parecer de Frei Bartolomeu Ferreira e a assinatura na princeps é 15, enquanto que na contrafacção o parecer é 11 e a assinatura é 20.

Devemos ainda referir um outro problema que sempre surgiu de difícil solução e prende-se com o trabalho na tipografia, isto é, o número de exemplares de cada tiragem. Nada de mais complexo, pois entre 100 e 300 exemplares tudo é permitido pensar, no entanto, e segundo indicações de Eleutério Cerdeira (144 exemplares) e a nossa experiência nas tipografias que ainda usavam os caracteres móveis em chumbo, estaríamos confiantes em propor um número de cerca de 120 exemplares, dado que António Gonçalves teria impresso três obras nesse ano de 1572 (Anselmo 695, 696 e 697).

A primeira era um fôlio de 120 f., a segunda um in-8.º de 26 f. e a terceira um in-4.º de 188 f. Todavia, o in-fôlio tem uma carta dedicatória de Frei Simão Coelho à Infanta D. Maria, datada de 8 de Dezembro de 1572, e por isso seria o último trabalho desse ano. A obra impressa por António Gonçalves e que Anselmo coloca antes (Anselmo 694) é “De Rebus Emmanuelis...” de Jerónimo Osório e tem uma licença de Setembro de 1572, embora no rosto esteja a data de 1571. Tudo isto nos faz acreditar terem estas duas obras sido impressas na segunda metade desse ano, o que situa a impressão de *Os Lusíadas* na primeira metade de 1572. Mais ainda, o Alvará está datado de 24 de Setembro de 1571 e autoriza a impressão para o final desse ano, princípios do outro. Resta um pequeno in-8.º “Instituição & Summario...” (Anselmo 696) com 26 f. e, dado o tema, não seria uma obra com uma tiragem de muitos exemplares.

Podemos agora esboçar um cálculo para esclarecermos como chegámos a este número da tiragem. A obra compõe-se de 23 cadernos e meio, sendo esta metade o resultado da soma de quatro páginas no início (folha de rosto e folha do Alvará) e quatro páginas no final, f. 185 e 186. Normalmente supõe-se que um caderno corresponde a uma folha, mas dadas as dimensões da folha utilizada (30x42 cm) são precisas duas para fazer um caderno in-8.º, por isso temos cadernos com duas marcas de água, por vezes até diferentes. Sabemos que um caderno de 16 páginas demorava um dia a compor; portanto, os 23 cadernos e meio demoravam 24 dias. A impressão de 1 caderno, duas folhas de papel (30x42 cm), seriam dois dias, isto é, 2 folhas (4 + 4 páginas na frente) 10 minutos, 12 folhas por hora, dava para um período de cerca de 10 horas de trabalho, 120 folhas; mais outro dia de 10 horas para imprimir no verso, ficavam prontos 60 cadernos iguais. Portanto os 23 cadernos e meio (total da obra) levavam 47 dias para termos 60 exemplares. A distribuição ou o desmanchar da rama seria de meio-dia por caderno o que faz 12 dias para os 23 cadernos e meio. Somando agora 24 dias para a composição; mais 47 dias para a impressão ( $2 \times 23 \text{ dias} + 2 \times 1/2 \text{ dia} = 47$ ), mas para imprimir 120 exemplares é o dobro, 94 dias; mais 12 dias para a distribuição, o total perfaz 130 dias ( $24+94+12=130$ ). Se aceitarmos que em cerca de cinco meses há vinte domingos chegaremos a uma sorna de  $130+20=150$  dias, ou seja, cinco meses para a impressão dos 120 exemplares de *Os Lusíadas*, no final de 1571 e na primeira metade do ano de 1572.

O número de 120 significa que para um livro de tal importância, hoje restam 25, isto é, cerca de um quinto da tiragem. No que se refere à contrafacção, arriscamos um número de 60 exemplares para a tiragem e hoje teríamos 13 exemplares conhecidos, ou seja, também cerca de um quinto da tiragem. Sabemos que qualquer destes números está sujeito a ser desmentido, pois o grau de incerteza é grande e o nosso conhecimento ainda está muito longe de uma realidade tão pouco documentada.

## TEXTO EM PORTUGUÊS E TRADUÇÕES ESPANHOLAS

Na impossibilidade de podermos confrontar o texto impresso em português com o original manuscrito, devemos considerar como fidedigno e mais fiel o texto que aparece na edição princeps. Todavia, algumas gralhas poderão ser atribuídas ao tipógrafo<sup>13</sup>, mais os erros que escapam às várias leituras e o que pode ter acontecido durante o trajecto do manuscrito. Primeiro foi entregue a Frei Bartolomeu Ferreira, depois de lido e autorizado seguiu para a tipografia e finalmente deve ter regressado ao censor para comparar o texto já impresso com o original do poeta ou com uma cópia que para o efeito se fizera. Tal como se estipula na “Décima Regra” de “Rol dos livros...”<sup>14</sup> “[ue] o original do livro q[ue] se ouuer d[e] imprimir, fiq[ue] na mão do examinador autenticado e assinado por mão do próprio autor”.

Em 1581 saiu um “Catalogo dos livros qve se prohibem nestes Regnos...”<sup>15</sup> que mantém intacta a regra décima, mas acrescenta vinte folhas de “Avisos e lembranças...” com avultada lista de autores, casos e pormenores, agora proibidos, o que pode ajudar a explicar o desastrosos corte da segunda edição de *Os Lusíadas* de 1584, visto que é o mesmo censor, Frei Bartolomeu Ferreira, quem assina esses “Avisos...” e a licença para tal edição.

Podemos acrescentar como nota ao que acabámos de expor sobre o maior rigor do “Catalogo” de 1581 que Gil Vicente e até o livro “Menina e Moça” de Bernardim Ribeiro já constam nos “Livros Proibidos em Lingoagem...”.

Numa comparação que fizemos entre os textos da edição princeps e da contrafacção, referentes só aos dois primeiros cadernos, isto é, até à f. 16v.º, observámos todas as alterações de um para o outro, como abaixo discriminamos. Além do que é normal na substituição das terminações verbais em ão que passam a am, assiná-lamos muitas outras.

<sup>13</sup> Maria Rodrigues, Introdução p. IX

<sup>14</sup> “Rol dos livros que neste reyno se prohibem... – Lixboa: per Francisco Correa..., 1564”.

<sup>15</sup> “Catalogo dos livros qve se prohibem nestes Regnos & Senhorios de Portugal... – Lisboa; per Antonio Ribeiro..., 1581”.

	Princeps	Contrafacção
f. 2, 7, 4	Cesarea	Cesaria
f. 2v.º, 9, 2	tenro	Tenro
f. 3, 12, 4	Cítara	Cítera
f. 4	Deixão [Reclamo]	Deixão
f. 4v.º, 21, 1	Deixão	Deixam
f. 5, 26, 7	capitão	capitam
f. 5v.º, 27, 3	não	nam
f. 5v.º, 27, 4	Affrico	Africo
f. 5v.º, 29, 8	Tornarão	Começáram
f. 8	E eis [Reclamo]	Eis
f. 8v.º, 45, 1	Eis	Eis
f. 8v.º, 47, 1	algodão	algodam
f. 9, 49, 8	Phaeton	Phaetom
f. 9, 50	6 terminações em ão	2 em am, 1 em ão, 3 em am
f. 9v.º, 52, 7	abitais	habitais
f. 10v.º, 57, 3	tão	tam
f. 10v.º, 57, 5	então	entam
f. 10v.º, 57, 7 e 8	2 terminações verbais ão	não mudam
f. 10v.º, 58, 1, 3 e 6	3 terminações verbais ão	não mudam
f. 13, 73, 1	grão	gram
f. 16, 90, 3	povoação	povoaçam
f. 16v.º, 94, 6	tenção	tençam

Estes casos permitem-nos verificar que a composição da contrafacção variava no caso das terminações em ão, quer em formas verbais quer em advérbios ou mesmo em substantivos. Além disso, também se observa que na mesma página a regra da substituição de ão por am não era constante, o que indica não ser possível o que refere Dias Agudo sobre a impressão do branco e da retirada. Aliás, algumas gralhas de tipografia que surgem em ambos os textos só provam que o compositor da contrafacção ou não sabia ler ou era castelhano, limitando-se a copiar fielmente o que via.

No entanto, nada nos leva a concordarmos com Dias Agudo, de que foi feita uma única edição, isto sem retirar valor ao seu artigo, pois já sabemos a razão de termos folhas da princeps na contrafacção (BDMII) e folhas da contrafacção na princeps (BGUC), mas essa prova será feita na parte em que tratarmos das marcas de água.

Uma outra via para o estabelecimento do texto em português, que já foi tentada por Tito de Noronha, consiste em fazer a comparação com as traduções em castelhano, pois surgiram duas em 1580 e outra em 1591.

O facto de o texto em castelhano seguir a princeps torna irrefutável a existência de duas edições distintas e separadas no tempo por cerca de doze anos. Assinale-se também que as traduções em castelhano (1580) são contemporâneas

da princeps (1572), da contrafacção (1583-1586) e da segunda edição (1584). Temos portanto duas em 1580, Alcalá de Henares e Salamanca, e uma impressa em Madrid, 1591. Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e o poema só voltou a ter uma tradução em castelhano no século XIX, 1818, com um intervalo de mais de dois séculos.

Para melhor compreendermos as diferenças que existem nos dois textos portugueses, princeps e contrafacção, e destes para as traduções castelhanas, estabelecemos um quadro simples onde figuram as duas versões em português e as três traduções.

O quadro que aqui se publica pode ter várias leituras e a primeira é a de considerarmos como texto base para as traduções em castelhano o texto da edição princeps. No entanto, podemos ainda inferir que as traduções de Alcalá e de Madrid nos parecem mais rigorosas e de maior erudição mesmo em relação ao texto da contrafacção. Veremos no capítulo seguinte que as traduções de 1580 não podiam conhecer o texto da contrafacção pois esta ainda não fora impressa, mas o que podemos afirmar é que a tradução de 1591 segue ainda o texto da princeps. Provavelmente não chegara a Espanha qualquer exemplar da contrafacção.

#### Quadro comparativo das edições portuguesas e castelhanas

	<b>Princeps 1572</b>	<b>Contrafacção 1572</b>	<b>Alcalá de Henares 1580</b>	<b>Salamanca 1580</b>	<b>Madrid 1591</b>
I, 1, 7	E entre	Entre	Y entre gente remota	Que entre gente remota	Y entre...
I, 24, 4	De Luso	Do Luso	de Luso	del Luso	de Luso
I, 29, 8	Tornarão a seguir	Começaram a seguir	de nuevo seguiram	Proseguira com vientos	Continuem y prossigan su derrota
I, 64, 2	Responde o valeroso capitão	Respondeo o valeroso Capitão	alli responde	El capitan responde	A todo el general le satisfaze
II, 1, 7	Quando as infidas gentes	Quando as infidas gentes	quando las infidas gentes	Qua[n]do la perfidas gentes	quando los falsos moros
II, 56, 2	filho de Maia	filho de Maria	hijo de Maya	Cileno	hijo de Maya
II, 100, 2	Os animos alegres resoando	Resonando	los animos resonando	resonando	resonando
VI, 85, 6	De quem foge o ensifero Oriente	Oriente	que Orion com sus armas	A quie[n] el rostro guarda Orion	El armado Orion ardente

[continua]

	<b>Princeps 1572</b>	<b>Contrafacção 1572</b>	<b>Alcalá de Henares 1580</b>	<b>Salamanca 1580</b>	<b>Madrid 1591</b>
VIII, 32, 3	Portugues Cipião chamar se deve	Capitão	Portugues Cipion ser	Portugues Capitan lhamar-se	el Scipion Portugues
IX, 21, 6	Da primeira co terreno seio	Da primeira co terreno seio	De la primera madre com el seno	Com el qual hombre fue de pocatura	Com el terreno, tiene do es honrada
IX, 63, 2	Responde lhe do ramo Philomela	Philomena	respondele del ramo Filomela	El ruyseñor* del arbol le responde	respondele delramo Philomela

\* ruyseñor = rouxinol = filomela.

Os únicos casos em que as traduções parecem seguir o texto da contrafacção são os seguintes:

resonando – talvez por a palavra ser mais próxima do castelhano e ter surgido como natural também nas traduções;

Cipião – surge na contrafacção Capitão e na de Salamanca “Capitan”, pode ter sido provocado por se tomar Cipião por abreviatura de Capitão o que vem dar Capitan na tradução.

Considerando as afirmações que aqui sustentámos, somos levados a postular que as traduções castelhanas seguiram o texto da princeps e assim se reforça a sua primazia.

## Marcas de água

A problemática que temos vindo a tratar poderá ser melhor esclarecida se atentarmos nas marcas de água do papel em que ambas as edições foram impressas. Resolvemos fazer esse levantamento e tal como se observa nos desenhos que apresentamos, desde logo se verifica não haver algum que seja comum às duas (ANEXO 2). Isto inviabiliza a sua contemporaneidade, mais ainda, como se vê e identifica, as marcas pertencem todas a um período concreto. As da princeps são anteriores a 1572, o que se assevera correcto, pois o papel era importado e fora fabricado algum tempo antes até poder ser utilizado no nosso país. As da contrafacção situam-se todas já depois dessa data e chegam mesmo a 1580, ou seja, foram usadas em Portugal um pouco depois, o que vem dar crédito à hipótese de a contrafacção ter sido impressa cerca de doze anos após a princeps.

Este método permite também determinar com certeza os “atropelos”, se assim podemos chamar-lhes, que muita confusão causaram, bem como induziram algumas teorias mais arriscadas. Dias Agudo afirmou serem as duas edições contempo-

râneas e por vezes com folhas de uma dentro da outra e vice-versa. A paginação era a mesma, o tipo e o corpo iguais, portanto, nada impedia a sua utilização algo indiscriminada, mas as marcas de água não permitem aceitar tal teoria.

Daremos exemplos desses “atropelos” executados em época que não podemos afirmar com certeza, mas já numa altura em que se procuravam exemplares perfeitos e ainda não havia um conhecimento tão rigoroso do que os distinguiu nem se assegurava a primazia de uma edição sobre a outra. Apontamos talvez para meados do século XIX, após a publicação da edição do Morgado de Mateus que veio relançar toda a polémica e valorizar os poucos exemplares até aí conhecidos.

Um caso referido por Dias Agudo é o do exemplar da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, edição princeps, cuja f. 65, início do caderno I, pertence à contrafacção. Este facto (FIG. 8) prova-se pelas maiúsculas exteriores às estrofes que aqui são em redondo, o que não devia acontecer, pois trata-se de um exemplar da edição princeps. Mais, a marca de água dessa folha faz parte do conjunto das da contrafacção, é uma mão com estrela grande e círculo no interior.

Outro caso, também já referenciado por Dias Agudo, é o do exemplar da contrafacção da Biblioteca de D. Manuel II, cujas folhas 179, 180, e as correspondentes 183 e 184 (FIG. 8-A), têm as maiúsculas todas em itálico, o que não lhe pertence, pois trata-se de um exemplar da contrafacção. Mais, a marca de água, como se pode verificar pelo desenho (FIG. 8-B), pertence ao conjunto das da princeps e não há contactos entre os conjuntos.

Podemos ainda referir o caso da portada do exemplar da contrafacção da Biblioteca Nacional (FIG. 9) que foi fabricada com elementos de ambas as portadas embora a cabeça do pelicano esteja voltada para a direita do observador e não seja rigorosamente igual aos outros exemplares da contrafacção que pretendia imitar.

A marca de água dessa folha é uma flor-de-lis de grande tamanho (ca. 5 cm), o que prova já ser papel do final do século XVI ou mesmo do século XVII. A portada foi feita para depois ser colocada num exemplar que a não tinha.

Após observarmos alguns exemplares que consideramos foram “completados” com partes de uma ou de outra edição vamos analisar mais em pormenor os conjuntos das marcas de água e o seu paralelismo com obras coevas. Referimo-nos aqui só aos exemplares que pudemos ter em mão, cujas listas dos exemplares conhecidos (ANEXO 3) e dos exemplares consultados (ANEXO 4) apresentamos nas páginas 60 e 61.

Ao apreciarmos os dois conjuntos de marcas de água nota-se em primeiro lugar um número mais reduzido (8) para a edição princeps em confronto com as da contrafacção (14) o que pode indiciar que esta foi feita com papel que se podia arranjar na oficina. Também se observa a situação de mais de uma marca de água por caderno na edição princeps, mas só para os cadernos da parte final, isto é, torna-se mais comum a partir do caderno M em diante.

Apurámos que uma folha tinha no máximo cerca de 36x48 cm e no mínimo cerca de 30x42 cm, com os pontusais na vertical, o que determina ser usada para fazer quatro folhas (8 páginas) de um in-4.º. A primeira dobra faz-se na transversal da folha e a segunda já é feita na longitudinal, de modo a ficar a marca de água na



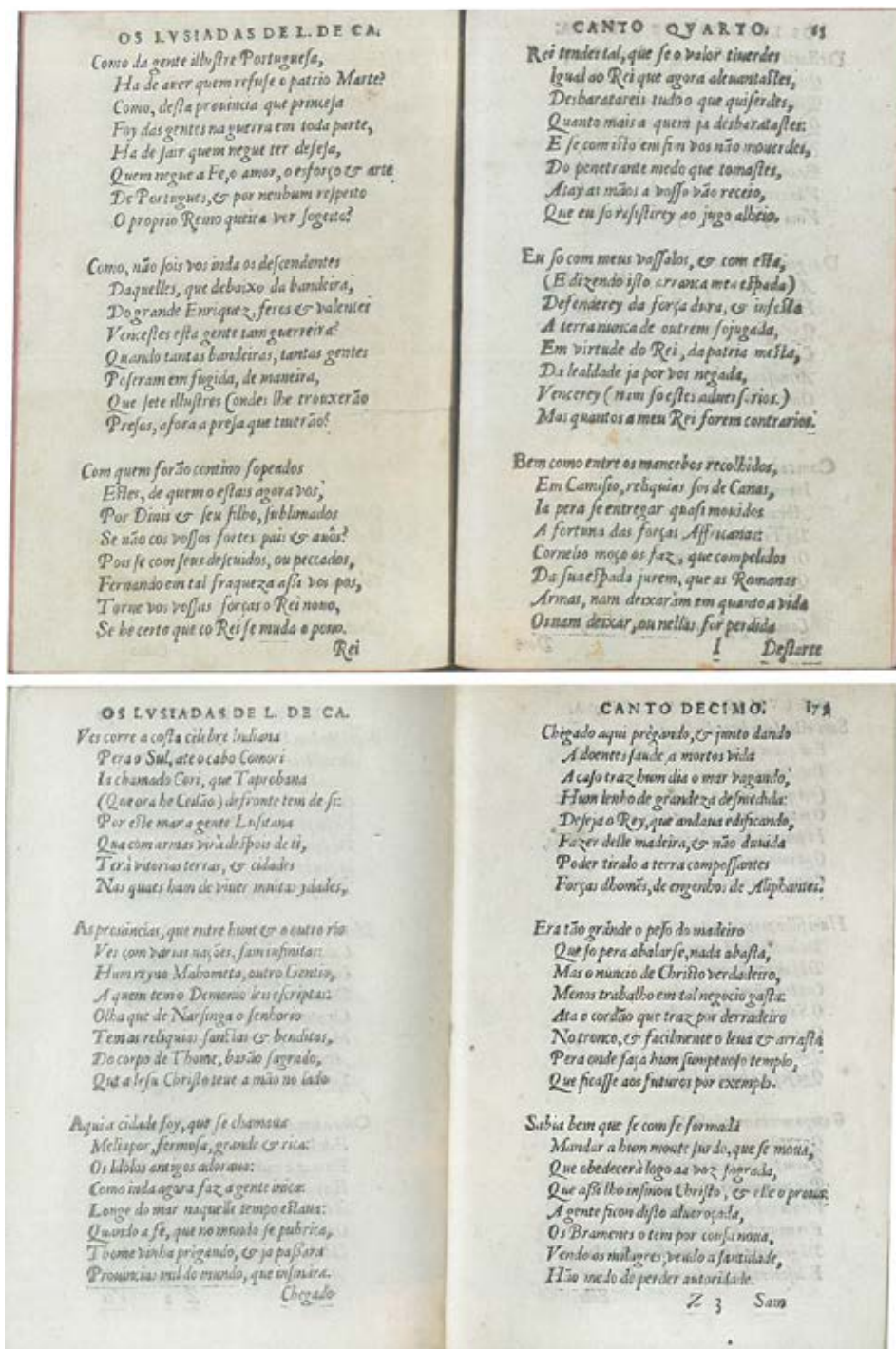


Figura 8 – Fólio 65 do exemplar da BGUC – Cofre 1 (em cima)

Figura 8-A – Fólio 179 do exemplar da BDMII 378 (em baixo)



Figura 8b – Fólios 180 e 183 do exemplar da contrafacção BDMII 378

Igual ao n.º 7 das marcas de água da princeps (à esquerda)

Figura 9 – Rosto do exemplar da contrafacção BN Portugal CAM. 1. P (à direita)



dobra e os pontusais na horizontal. A primeira metade da folha tem a marca de água (à esquerda) e a outra metade (à direita) não tem, por isso existem sempre folhas sem marca alguma. Para fazer um caderno in-4.º, usavam-se duas folhas, cada uma dá 4 f. do caderno (8 páginas), as duas dão 16 páginas e assim poderemos ter duas marcas por caderno ou nenhuma.

Conhecemos a dificuldade para se conseguir levantar a marca de água de um volume in-4.º, porque a marca fica na dobra da folha, após as dobragens. Conhecemos também a dificuldade em identificar as marcas que levantámos, relacionadas com os manuais de que dispomos. Não devemos esquecer também o facto de a marca de água se deteriorar com o uso e a pressão, pois já observámos algumas que conhecemos e depois nos surgem bastante deformadas.

Segundo as identificações que conseguimos em Briquet, podemos considerar como datas extremas do papel da edição princeps 1566 e 1570, o que se coaduna bem com a data de 1572; por igual razão, teremos como datas extremas do papel da contrafacção 1574 e 1580, o que se coaduna bem com a data provável entre 1583 e 1586, para a feitura da contrafacção.

Verificámos em obras impressas por António Gonçalves que as marcas são algumas da princeps. Desde logo, numa obra de 1570, “Sanctiones Apostolicae Extravagantes et Regvlae Cancellariae...”, onde o impressor utilizou também o

papel identificado como B-14013 e noutras obras de 1574 (Anselmo 703 e 704) o impressor utilizou o mesmo papel. Também já Ataíde e Melo o tinha identificado com os números 104 e 108 do seu interessante estudo. Como se comprova, o papel tinha uma importação que se prolongava por vários anos, dependente das condições impostas pelas guerras.

Verificámos ainda, em obras impressas por Andres Lobato, que as marcas de água são algumas das da contrafacção. Desde logo, numa lei de 1583, “Reformaçam da Iustia...”, o impressor utilizou o papel identificado como B-11059 e o n.º 14 da nossa lista da contrafacção.

Pudemos observar o exemplar de “Copilaçam de Todalas Obras De Gil Vicente...” (Anselmo 783) da Biblioteca Pública de Évora (cota: Res. 146) que infelizmente se encontra muito danificado, pois cortaram-lhe quatro cadernos. No entanto, existem pelo menos quatro marcas de água que estão na nossa lista da contrafacção, isto é, os números 4, 6 e 14, e o B-11009. Isto prova que Andres Lobato, em 1586, ainda utilizava papel que já usara na contrafacção.

Pelo que atrás fomos descrevendo, estamos agora mais firmes na convicção de que o papel de cada uma das edições datadas de 1572 tem correspondência, no caso de António Gonçalves, com o que foi utilizado nos anos anteriores e posteriores, de 1570 até 1574; no caso de Andres Lobato, igualmente temos anos anteriores e posteriores, isto é, desde 1583 até 1586.

Por último, fomos verificar qual fora o papel usado por Manuel de Lyra na segunda edição de *Os Lusíadas* (1584). Ficámos a saber que nesta obra o impressor usou também papel que está na contrafacção, o que é natural, pois trata-se de obras coevas. Identificámos uma delas, o n.º 13 da contrafacção, mas esta marca só nos apareceu uma vez e num dos exemplares, embora tenhamos visto quatro.

### **III. Conclusão**

A trajectória que traçámos, nas suas diferentes fases, leva-nos a podermos estabelecer um período mais definido para se fazer a contrafacção. Podemos aceitar como hipótese bem fundada o período de 1583 a 1586.

Assim, teríamos depois de 1572 um tempo em que não só ocorre o fecho da oficina de António Gonçalves, 1576, como a morte do poeta, 1579. Neste prazo, ainda algum dos mencionados no privilégio poderia reclamar da contrafacção, mas para além de 1579, visto o privilégio estar em vigor até 1582, já ninguém viria a terreiro. A menos que fosse a mãe do poeta, pois sabe-se que vivia ainda em 1581 quando D. Filipe I ordenou que lhe pagassem a tença que fora atribuída a seu filho.

Este preâmbulo permite-nos afirmar com alguma certeza que a contrafacção teria sido impressa entre 1582 e 1586, alargando portanto o prazo que inicialmente propuséramos. Por um lado, estamos autorizados pela data das marcas de água, isto é, 1580 ou 1581, mais o tempo necessário para chegar ao nosso país, e estamos em 1582. Por outro lado, o aparecimento da portada da contrafacção nas obras de Gil Vicente (1586) indica-nos que estes elementos do pórtico já existiam, pois não

parece aceitável que tivessem sido feitos de propósito para a referida obra e, assim, assinalamos também 1586 como o outro limite.

Uma vez que estabelecemos este período, vamos procurar conhecer melhor a realidade da época, em Lisboa, na área do livro. Tínhamos em actividade seis impressores e seis livreiros, conforme a lista que se apresenta.

#### **Livro de impressores e livreiros em actividade na cidade de Lisboa entre 1582 e 1586**

<b>Impressores</b>	
Marcos Borges	1565-1587
Manuel de Lyra	1579-1600
Andres Lobato	1583-1587
Afonso Lopes	1583-1587
António Ribeiro	1574-1590
António Álvares	1586-1600
<b>Livreiros</b>	
Miguel de Arenas	1582-1591
João de Espanha ou de Molina	1570-1592
Afonso Lopes	1581-1592
Simão Lopes	1582-1592
Luís Martel	1566-1583 (viúva)
Tomé Tavares	1583-1584

Dos impressores podemos excluir António Álvares, visto que da impressão que dele se conhece em 1586 (Anselmo 2) não foi encontrado exemplar algum. Quanto a Marcos Borges e António Ribeiro, também devem ser excluídos, porque sabemos que para eles passou o material de António Gonçalves. Para o caso de Marcos Borges, conforme se pode observar nos exemplares descritos em Anselmo 373, 374, 375 e 376, e Anselmo 378 em parceria com António Álvares. Para António Ribeiro verifica-se em Anselmo 972 e 987. Porque possuíam o material que fora usado na edição princeps deixa de fazer sentido procurarmos investigar se teriam feito a contrafacção.

Restam-nos três impressores como possíveis obreiros. Devemos excluir Manuel de Lyra, visto lhe ter sido concedida a licença para impressão de *Os Lusíadas* em 15 de Maio de 1584, após a aprovação e “assi emendado” por Frei Bartolomeu Ferreira. Sabe-se a que corresponde este “assi emendado”; significa um grande número de alterações, tais como a substituição de versos inteiros, e até mesmo a supressão de estrofes completas. Isto sucedeu depois da publicação em 1581 do “Catalogo dos Livros que se prohibem nestes Regnos...”, onde o frade dominicano tem uma intervenção notória e consequentemente um rigor de maior peso nos cortes que efectuou.

Parece-nos pouco provável ser este impressor, porque produziu a segunda edição (1584), ter ainda forjado depois uma outra semelhante à princeps. Além disto, já referimos também o caso de as marcas de água do papel por ele usado não corresponderem às da contrafacção, com um único caso contrário a esta regra.

Ficámos com dois nomes, Andres Lobato e Afonso Lopes. Este último, como se vê na lista dos livreiros, também aí consta e as suas impressões são em número de três: Anselmo 788, 789 e 53, sendo que as duas últimas são de 1587 e 1590 respectivamente. A espécie de 1590, feita em parceria com António Álvares, tem no pé de imprensa: “En Lisboa: Impressa com licencia por Antonio Alvarez y Alfonso Lopez”. A obra “Livro do Rosayro de Nossa Senhora...” (Anselmo 788) é de 1583, e nela só consta: “Em Lixboa. Ano 1583. A custa de Afonso Lopez”. Por isso, podemos considerar que este livreiro se confunde com o impressor e também com o “moço da capela real Afonso Lopez”, a quem foi concedido o privilégio real para a impressão de “Copilaçam...” de Gil Vicente, impressa por Andres Lobato em 1586 (Anselmo 783), bem como o privilégio real para a impressão de “Autos e Comedias...”, também impressa por Andres Lobato em 1587 (Anselmo 786).

Devemos tratar agora de Andres Lobato, porque foi este impressor quem efectuou e assinou nove trabalhos em Lisboa, entre 1583 e 1587, sendo um deles a “Copilaçam... de Gil Vicente” onde usou a portada que aparece na contrafacção.

Sabíamos que Andres Lobato trabalhara em Espanha, seu país de origem, antes de vir para Portugal e, por isso, procurámos conhecer o que fizera. Num excelente artigo de Francisco Leiva Souto<sup>16</sup> encontrámos a referência exacta do que pretendíamos e, assim, podemos afirmar que em Antequera, perto de Málaga, existia uma tipografia desde 1573 que pertencia à família Nebrija, onde Andres Lobato trabalhou. Esta família eram os descendentes e detentores do privilégio para a impressão das obras do latinista e gramático quatrocentista Elio de Nebrija. Foi Antonio de Nebrija, um neto do humanista, quem instalou a referida tipografia e começou a produção das obras de seu avô. Das oito obras que imprimiu entre 1573 e 1578, só uma não é do referido latinista, o que revela bem quanto podia pesar o privilégio, face à procura da Gramática, do dicionário, etc. Nos anos de 1595 a 1600, Agustin Antonio de Nebrija, filho de Antonio de Nebrija, produz ainda mais cinco obras, também todas de seu bisavô. Sabe-se que esta família possuía ao mesmo tempo uma tipografia em Granada e a sua actividade repartia-se pelos dois locais. Assim, quando Antonio de Nebrija não trabalhava em Antequera, de 1578 a 1581 e de 1582 a 1590, a imprensa funcionava em Granada e vice-versa. Veremos que estas idas e vindas podem ter sido importantes para sabermos o que sucedeu com o impressor que nos importa.

Andres Lobato teria sido aprendiz na oficina dos Nebrija durante os anos de 74 a 76, altura em que produz a sua primeira obra. Segundo Leiva Souto, Lobato já estaria em Antequera desde 74 ou talvez antes, porque o seu casamento realiza-se

---

<sup>16</sup> Leiva Souto, Francisco. – La imprenta de Antequera en el siglo XVI: Andres Lobato, Antonio de Nebrija y Claudio Bolan, in “Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios, n.º 61, Diciembre – 2000, pp. 29-45.

a 25 de Janeiro de 1575 e ali nasceram os seus três filhos até Dezembro de 1578, mas lá teria ficado até 1580. O regresso de Antonio de Nebrija dá-se por essa altura, sendo certo em 1581, o que poderá ter contribuído para a decisão de Lobato se deslocar até ao nosso país.

Vamos encontrá-lo em Lisboa desde 1583, na impressão de uma lei muito importante, “Reformaçam da jvstiça”, publicada depois de 4 de Janeiro de 1583. Devemos anotar também a existência de uma outra edição desta lei, no mesmo ano, mas feita por António Ribeiro. O que as torna diferentes, para além da composição tipográfica e da iconografia, é o facto de a que foi feita por António Ribeiro ser: “Aa custa de Luis Marteel Liureiro del Rey Nosso Senhor”; a que foi feita por Andres Lobato ser: “Aa custa de Isabel de Mendonça molher de Luis Martel q[ue] haja gloria Liureiro del Rey Nosso Senhor”.

Esta situação transporta-nos directamente para tentarmos compreender qual era o ambiente entre os livreiros de Lisboa, numa época tão especial, após a perda da Independência de Portugal em 1580.

Desde logo a família Martel que acima mencionámos, com Luís Martel “liureiro del Rey” e sua mulher Isabel de Mendonça<sup>17</sup>. Sabemos também que Tomé Tavares tomou o lugar de Salvador Martel, filho menor de Luís e Isabel, em Outubro de 1583, mas já teria falecido em 3 de Março de 1584<sup>18</sup>. A data de 16 de Outubro de 1583 situa a edição da lei por Andres Lobato mais para o final do ano, pois já se refere à morte de Luís Martel.

Temos também dois livreiros com o mesmo apelido Lopes, isto é, Simão Lopes que trabalhou com Manuel de Lyra em 1582 e 1583 (Anselmo 732, 733 e 734) e ainda Afonso Lopes que foi também impressor. Existem três obras que o mencionam – como tendo custeado a obra (Anselmo 788); como impressor (Anselmo 789); e como impressor associado a António Álvares (Anselmo 53). No entanto, existe um outro livreiro Afonso Lopes Ruyz que era “Moço da Camara del Rey” (Anselmo 26) e que poderá ser o mesmo, mas com o apelido Ruyz será difícil tratar-se sempre da mesma pessoa e ora era livreiro ora impressor ora surgia nomeado por um cargo exterior ao mundo do livro.

Para completarmos a nossa lista dos livreiros, restam-nos João de Molina ou João de Espanha e Miguel de Arenas. Este último, associado com o seu compatriota Molina, foi um livreiro com bastante actividade durante a década de 80 do século XVI, tendo trabalhado com António Ribeiro, Manuel de Lyra e Baltasar Ribeiro. No entanto, o grande livreiro e talvez impressor dessa época foi sem dúvida João de Espanha que em seu nome, ou em parceria com Miguel de Arenas, custeou mais de trinta obras desde 1570 até 1591.

Todavia, surge por vezes no rosto da obra como tendo oficina de tipografia em expressões tais como: “Ex officina Ioannis Hispani” (Anselmo 503) ou “apud Ioanem Hispaniam” (Anselmo 692 var.). Nestes casos, o nome do impressor aparece no cólofon (503) ou no Alvará (692). Aliás, esta última situação é muito sig-

<sup>17</sup> Deslandes, pp. 88 e 89.

<sup>18</sup> Viterbo, p. 346.



nificativa, pois dos dez exemplares conhecidos de “Sanctiones Apostolicae Extravagantes...” (Anselmo 692), dois deles têm no rosto: “apud Ioanem Hispaniam”, que são os da Biblioteca Municipal de Estremoz e da Biblioteca de D. Manuel II, em todos os outros surge a expressão: “apud Antonium Gundisalvum” (FIG. 10).



Figura 10 – Em cima: BMEtz Séc. XVI-024 (à esquerda) BDMII Res. 120 Adq. (à direita)  
Em baixo: BN Portugal Res. 1523 P (à esquerda) BGUC R-11-27 (à direita)

O exemplar de Vila Viçosa tem a particularidade de ter sido cosido e encadernado em pergaminho na oficina de João de Espanha, porque as guardas são o aproveitamento de duas cartas dirigidas ao proprietário, visto conterem o endereço bem explícito, tal como as fotografias o documentam (FIGS. 11, 12). Isto torna mais concreta a situação já conhecida, de que um livreiro tinha também uma oficina de encadernação para fazer o mais simples, a capa de pergaminho que corresponderia à nossa brochura de hoje. Depois, quem desejasse oferecer uma obra com uma encadernação inteira de pele, com ou sem dourados, teria de recorrer a um profissional mais especializado.

João de Espanha era um livreiro já radicado em Portugal desde 1566, por isso aparece em “Livro do Lançamento...” onde também figura Miguel de Arenas. Os livreiros estrangeiros tinham uma certa preponderância sobre os portugueses, pelo menos verifica-se um maior volume de negócios, tal como expõe Gomes de Brito<sup>19</sup>. Esta situação viria a ganhar maior incremento com o período da dominação filipina, por isso se observa que alguém como Andres Lobato chegasse a Lisboa (1583) e logo imprimisse uma lei que no mesmo ano António Ribeiro imprimira. Além disso, vamos encontrar o impressor espanhol a produzir, como referimos, obras dos mais notáveis autores da época. Acresce ainda o facto de este impressor ter ficado sob a protecção dos Carmelitas Descalços do Convento de S. Filipe el Real, também recém-instalados, em Lisboa, na Pampulha, numas casas que ali alugaram a 14 de Outubro de 1581<sup>20</sup>.

Andres Lobato produziu oito trabalhos com o seu nome e talvez outro de parceria com Manuel de Lyra. Dois deles no dito Convento (Anselmo 784 e 785), mais o que fez em conjunto com o citado Manuel de Lyra (Anselmo 779). Portanto, o impressor espanhol mal chegou conseguira ter boas relações com os livreiros espanhóis, João de Espanha e Miguel de Arenas, assim como colaborou com Manuel de Lyra, talvez castelhano também, e com os frades espanhóis, de instalação recente, mas sob a protecção real.

Verificamos ser um profissional bem relacionado no seu meio, mas com limitações técnicas, dada a fraca qualidade dos trabalhos que hoje podemos apreciar. No entanto, desde a sua chegada deve ter ouvido falar de Luís de Camões, quer por Manuel de Lyra quer por Afonso Lopes com quem viria a publicar duas peças de teatro do nosso épico.

Atente-se ainda num outro facto que traz a marca de Andres Lobato e nos ajuda a compreender as assincronias das suas publicações. A obra de Frei Heitor Pinto, “Imagem da Vida Christam, Ordenada per Dialogos como membros da sua composição”, publicada por Andres Lobato em 1585 (Anselmo 782), tem a aprovação de Frei Bartolomeu Ferreira datada de 16 de Julho de 1584 e do Santo Ofício de 21 de Julho de 1584. No entanto, o privilégio real é de 30 de Janeiro de 1572, ou seja, é

<sup>19</sup> Brito, Gomes de. – Notícia de Livreiros e Impressores em Lisboa na 2.<sup>a</sup> metade do século XVI. – Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1911. – pp. 9-10.

<sup>20</sup> Almeida, Fortunato de. – História da Igreja em Portugal. – Porto; Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1967-1971. – 4 vol. – vol. II, p. 183, col. 2.<sup>a</sup>.



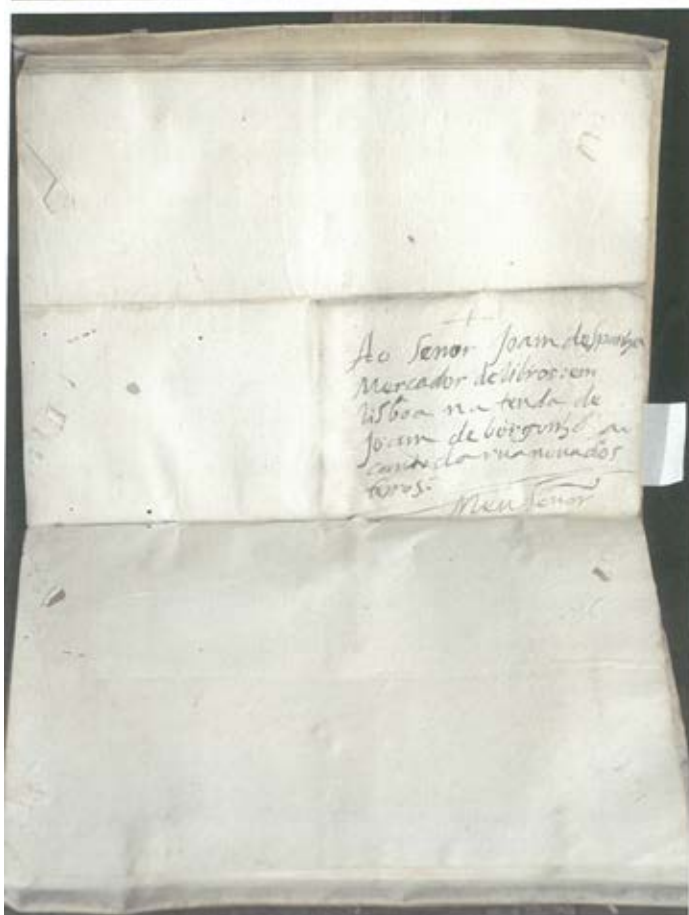
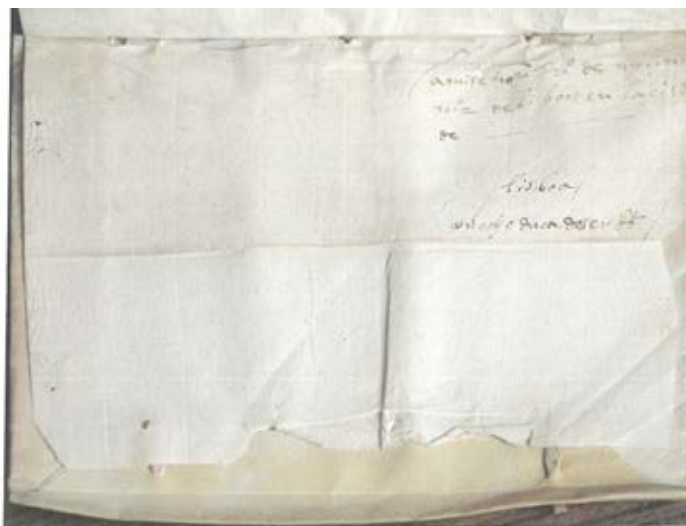


Figura 11 – Em cima: Guarda anterior do exemplar BDMII Res. 120 Adq.  
Figura 12 – Em baixo: Guarda posterior do exemplar BDMII Res. 120 Adq.

o privilégio que serviu para a edição da “quarta Impressam<sup>21</sup>” (1572), que foi feita por João de Barreira à custa de João de Espanha (Anselmo 214). Mas são precisamente João de Espanha e Miguel de Arenas quem recebe um privilégio num Alvará de 12 de Dezembro de 1584, para publicarem “Dialogos da vida Christã<sup>22</sup>”. Estes livreiros só vieram a custear uma segunda parte dos “Dialogos...” impressa por Baltasar Ribeiro em 1591 (Anselmo 994) e em 1592 (Anselmo 24) a primeira parte, mas esta só custeada por João de Espanha. Fica portanto no ar a questão de saber quem usou o privilégio de 12 de Dezembro de 1584 registado no Alvará passado pela chancelaria de D. Filipe I. O privilégio tinha uma duração de cinco anos e como vimos só em 1591 sai a segunda parte, saindo a primeira um ano depois.

Observa-se assim que saiu uma edição da “Imagem...” em 1585, feita por Andres Lobato, sem privilégio real, mas fora concedido em 1584 um privilégio por cinco anos aos livreiros João de Espanha e Miguel de Arenas que parece não utilizaram, embora viessem a mandar imprimir essa obra sete e oito anos depois.

Podemos questionar quem estava autorizado a fazer a edição de Andres Lobato, embora tenha a assinatura do censor Frei Bartolomeu Ferreira e a licença do Santo Ofício. Sabemos que o privilégio é de 1572 e que a obra é dedicada a D. Teotónio de Bragança, Arcebispo de Évora. No final, tem o visto de Frei Martim de Ledesma que morrera em 1574.

Por todos estes motivos podemos ser levados a supor que Andres Lobato era um impressor com um certo desembaraço quer pela protecção que tinha dos frades carmelitas quer pela influência que o meio dos livreiros espanhóis podia ter na época em que tudo isto se passa, ou seja, no início do período filipino.

Daqui podemos inferir que no ano em que Manuel de Lyra (1583) pediu licença para imprimir *Os Lusíadas*, já se sabia que rareavam os exemplares da edição princeps, o que justifica o pedido. Deste modo, porque não admitir a feitura da contrafacção antes mesmo de surgir a segunda edição, a de 1584? Não concordamos com os autores que atribuem o aparecimento da contrafacção a motivos patrióticos. Tem pouco sentido um impressor castelhano com amor patriótico lusitano (i. e. Andres Lobato) e muito menos um impressor, talvez castelhano (i. e. Manuel de Lyra), com amor patriótico lusitano e prestes a fazer, com a devida autorização, a designada “edição dos piscos”, ou seja, a de 1584 que é a segunda. Parece pouco provável que este impressor, Manuel de Lyra, tivesse feito a contrafacção para repor tudo o que tinha sido suprimido e que desvirtuara o texto.

Os tempos não deveriam permitir grandes veleidades, pois já saíra o “Catalogo dos livros que se prohibem...” com os “Avisos e lembranças...”. A menos que possamos admitir uma tentativa de lucro fácil, forjando um livro idêntico, para continuar a vender a edição “princeps”, sem qualquer risco de censuras, perdas de tempo e dinheiro, com alvarás e licenças. Daí a utilização do mesmo Alvará e licença, como aliás também já vimos alguma confusão na publicação da obra de Frei Heitor Pinto.

<sup>21</sup> Na realidade é a 5.<sup>a</sup> edição, tendo em conta a de Évora por André de Burgos em 1569.

<sup>22</sup> Deslandes, p. 83.

A nossa proposta de considerar Andres Lobato como o autor da contrafacção apoia-se em vários pontos, sendo o mais óbvio o facto de ser ele o único impressor que usa a portada da contrafacção, o que prova que ele a possuía. Já os impressores portugueses, Marcos Borges, António Ribeiro e, por último, António Álvares, tinham em sua posse o material que fora de António Gonçalves e, por isso, não precisavam de fazer outra portada. Resta-nos Manuel de Lyra, mas, podemos interrogar-nos, qual seria o préstimo para um impressor que fora autorizado a fazer a segunda edição, e ainda não sabia os cortes efectuados, de forjar uma contrafacção idêntica à princeps?

Apoiamos ainda a nossa convicção, além dos argumentos atrás deduzidos, na simples verificação que fizemos das marcas de água do papel utilizado.

Ainda que não possamos atribuir com absoluta certeza a feitura da contrafacção a Andres Lobato, de quem aliás não temos mais notícia a partir de 1587, julgamos ter trazido alguns elementos seguros para as teses de Tito de Noronha e de José Maria Rodrigues. Fizeram-se duas edições semelhantes com o mesmo pé de imprensa, mas em tempos diferentes, isto é, com cerca de doze anos de distância, uma por António Gonçalves (1572) e outra por Andres Lobato (1584-1586).

O nosso propósito foi o de estudar esta questão e dar algum contributo para um melhor conhecimento das atribuições da obra do nosso maior Poeta e, ao mesmo tempo, prestar a homenagem que sempre devemos a El-Rei D. Manuel II pela magnífica camoniana que nos legou e deixava antever a profundidade com que teria feito este estudo.

## ANEXO 1

## A PORTADA DE OS LUSÍADAS

1 – Regra e statutos : da ordem de Santiago.  
– Lixboa : per Germão galharde frances,  
15 de Junho de 1548

Anselmo 635, Simões 548, D. Manuel 63  
– BDMII 144

2 – Incipiu[n]t misse votiue secu[n]du[m]  
co[n]suetudine[m] curie Romane  
In natiuitate d[omi]ni in prima missa vel in  
gallicantu. – Ulixbone : per Germanu[m]  
galhard, 17 Kale[n]das Nove[m]bris 1551

BDMII Res. 279 Adq.

3 – Este liuro he do começo da historea de  
nossa rede[m]çam / [D. Leonor de Noronha].  
– 12.IV.1552

Anselmo 643, Gusmão 768, BPE – Res. 84

4 – Doutrina christã / [D. João de Melo].  
– Lixboa : em casa de Germão Galhard,  
1 de Janeiro de 1554

Anselmo 649, Gusmão 730, BPE.  
– Séc. XVI, 6115

5 – Carrilha... e[m] lingoa Tamul  
e Portugues... – Lixboa : per Germão  
galhardo..., 2 de Fevereiro de 1554

Anselmo 650, MNARQ LA 45P (E 2098)

6 – Tratado de la vida loores y excelencias del  
glorioso apostol y bienauenturado euangelista  
san Iuan... / co[m]puesto por el P. F. Diego  
de Estella... – Lisboa : en la impre[n]ta de  
German gallarde imprimidor del rey nuestro  
señor, 9 de Agosto de 1554

Anselmo 651, Simões 235, Gusmão 382,  
D. Manuel 81 – BDMII 182

7 – Doctrina de principios e fundame[n]tos  
da christa[n]dade / [D. João de Melo].  
– [Lixboa : Germão Galharde, depois de 2 de  
Fevereiro de 1554]

Anselmo 669, Simões 236 – BN Res. 1692 P.

8 – Primera Parte De Las Sentencias...  
– Lixbona : em casa de Germain Galhardo  
Impressor del Rey nuestro señor,  
13 de Novembro de 1554

Anselmo 654, Simões 847, Gusmão 947,  
D. Manuel 84 – BDMII 188

9 – Svmario e[m] que brevemente se  
contem algvas covsas (assi ecclesiasticas  
como secvlares) qve ha na cidade de Lisboa.  
– Lixboa : novamente em casa de Germão  
galharde Impremidor del Rey nosso senhor :  
Acharseja em casa de Gil marinho Liureiro  
do Infante dom Luis no terreiro do Paço  
onde sua A. mora, [depois de 13.XI.1554  
até 27.XI.1555, morte de D. Luis]

Anselmo 657, Simões 530, Gusmão 787,  
D. Manuel 85 – BDMII 194

10 – Incipiu[n]t manuale missarum  
secundu[m] co[n]suetudine[m] alme curie  
Romane... – Ulixbone : per Germanu[m]  
galhard, 30.VI.1560  
fol. 1 Incipiu[n]t misse votiue secu[n]du[m]  
co[n]suetudine[m] curie Romane.  
In natiuitate d[omi]ni in prima missa vel  
in galli cantu

Anselmo 667, Simões 360, BN – Res. 242 V  
e Res. 967 P

ANEXO 1

11 – Reportorio dos tempos... – Lixboa : em casa da Uiuua molher q[ue] foy de Germão Galhardo q[ue] s[an]cta gloria aja, 1563

Anselmo 679 – BGUC VT 18-8-18

12 – Reportorio dos te[m]pos... – Lisboa : em casa de Antonio gonsaluez, 1570

Anselmo 691, BPMP Ms. 0171 [1], D. Manuel 126 – BDMII 353

13 – Determinação de D. Filipe I. – 7.VII.1583  
Só o frontão e a base

D. Manuel 396 – BDMII 458

14 – Regra Do Glorioso Patriarcha Sam Bento... – Lisboa : por Antonio Ribeiro à custa da Congregação de Sam Bento, 1586

Anselmo 972, Simões 79, Gusmão 885, D. Manuel 191 – BDMII 477

15 – Summa De Casos De Consciencia... / Manuel Rodriguez. – Em Lisboa : Por Antonio Alvarez, 1594-1595

BDMII Res. 30 Adq.

16 – Ho auto que se segue he intitulado breue sum[m]ario da historia de Deos, Feyto por Gil Vicente. Foy representado ao muyto alto e muyto poderoso Rey do[m] Ioão o terceyro deste nome em Portugal, e a serenissima e muyto esclarecida Raynha dona Caterina em Almeyrim na era de MDXXVij. – [Lisboa] : Por Antonio Aluarez, 1598

Anselmo 47 – BNE R 3630\*

---

A PORTADA DA CONTRAFACÇÃO

Copilaçam De Todas as Obras De Gil Vicente... – Lixboa : por Andres Lobato, 1586

Anselmo 783, Simões 920, Gusmão 1079  
BPE Res. 146, Biblioteca da Ajuda

---

\* O pé de imprensa está no exemplar da “... Livraria dos Marquezes de Sabugosa...” – Lisboa: Imprensa Lucas, 1904”. Pág. 106.

ANEXO 2

PRINCEPS

1



B - 4219  
Genève - 1566

2



3



4



CONTRAFACÇÃO

1



B - 6983  
Périgueux - 1578

2



3



B - 14033  
Lectoure - 1580

4



# ANEXO 2

## PRINCEPS

5



B - 14047  
Angoulême - 1567/68

6



B - 14013  
Angoulême - 1570

7



8



B - 10987  
La Haye-du-puit - 1570

## CONTRAFACÇÃO

5



6



7



8



## ANEXO 2

### CONTRAFACÇÃO

9



B - 11009  
Lectoure - 1573

10



B - 11059  
Castelnau - Rivière - Basses Pyrénées - 1574

11



12



B - 8378  
Lectoure - 1574

13



B - 7181  
Lectoure - 1575

14



B - 10860  
Toulouse - 1581



ANEXO 3

Exemplares conhecidos de *OS LUSÍADAS*, Edição de 1572

*Pelicano voltado para a esquerda  
do observador:*

Academia Brasileira de Letras  
Academia das Ciências de Lisboa – J 80  
Ateneu Comercial do Porto  
Biblioteca José Mindlin, São Paulo (Ee)  
Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 2  
Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 3  
Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 4  
Biblioteca Nacional de Espanha R-14207  
Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro  
Biblioteca Nazionale, Napoli  
Bibliothèque nationale de France Yg. 74  
Bodleian Library, University of Oxford Antiq.  
e.P.1572.1  
Bosch Library, Stuttgart  
British Library C. 30  
British Library C. 34  
British Library G. 11286  
Casa de Bragança, Vila Viçosa (Ee)  
– BDMII 377  
Harvard University PORT 5215.72.5  
Harvard University PORT 5215.72.7  
Real Gabinete Português de Leitura,  
Rio de Janeiro  
Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães)  
Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral  
da Universidade – Cofre 1  
Exemplar do Dr. José Carlos Lopes (Porto)  
Exemplar de David Amador e Pinho (Porto)  
Exemplar do Dr. Sousa Machado (Porto)

*Pelicano voltado para a direita  
do observador:*

Biblioteca José Mindlin, São Paulo (E)  
Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 1P  
Biblioteca Nacional de Espanha R-14208  
Bibliothèque nationale de France Yg. 38  
British Library G. 11285  
Casa de Bragança, Vila Viçosa (E) –  
BDMII 378  
Harry Ransom Humanities Research Center,  
University of Texas  
Harvard University PORT 5215.72  
Harvard University PORT 5218.72.3  
Hispanic Society of America, New York  
John Carter Brown, Library,  
Brown University, Providence  
Diocese do Algarve  
Coleção particular (Lisboa)

ANEXO 4

Exemplares consultados de *OS LUSÍADAS*, Edição de 1572

*Pelicano voltado para a esquerda  
do observador:*

Academia das Ciências de Lisboa – J 80  
Ateneu Comercial do Porto  
Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 2  
Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 3  
Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 4  
Casa de Bragança, Vila Viçosa (Ee)  
– BDMII 377  
Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães)\*  
Universidade de Coimbra, Biblioteca Geral  
da Universidade – Cofre 1

*Pelicano voltado para a direita  
do observador:*

Biblioteca Nacional de Portugal – CAM 1P  
Casa de Bragança, Vila Viçosa (E) –  
BDMII 378  
Diocese do Algarve  
Colecção particular (Lisboa)

---

\* Ainda não consultado.

## **Bibliografia**

- AGUDO, Francisco Dias – A edição d’Os Lusíadas de 1572, in “Garcia de Orta”, Número especial, 1972, pp. 1 a 9 mais 22 estampas.
- ALBUQUERQUE, Alexandre de – As duas edições dos Lusíadas. Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 1921.
- ANSELMO, António Joaquim – Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI. – Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.
- AROUCA, João Frederico de Gusmão C. Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVII. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001-2008. – 4 vol.
- ANSELMO, Artur – Livros e mentalidades: Sobre a portada da 1.<sup>a</sup> edição d’Os Lusíadas. – Lisboa: Guimarães Editores, 2002, pp. 99 a 105.
- Catálogo Condes de Azevedo e Samodães / org. José dos Santos. – Porto: Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1921-1922. – 2 vol.
- Biblioteca D. Manuel II: Impressos dos séculos XV e XVI / introd., org. e índices João Ruas. – Caxias: Fundação da Casa de Bragança, 2002.
- Biblioteca D. Manuel II: Impressos dos séculos XVII e XVIII / introd., org. e índices João Ruas. – Caxias: Fundação da Casa de Bragança, 2004.
- BISMUT, Roger – Contribution à un centenaire: une tentative de rénovation épique, Les Lusíades de L. Camões. – Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de “Os Lusíadas”, 1972.
- BRIQUET, Charles Moïse – Les Filigranes. Dictionnaire historique des marques du papier. – Leipzig: Verlag Von Karl W Hiersemann, 1923. – 2.<sup>a</sup> col. – 4 vol.
- BRITO, Gomes de – Notícia de livreiros e impressores em Lisboa na 2.<sup>a</sup> metade do século XVI. – Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, 1911.
- CARVALHO, Joaquim – Livros de D. Manuel II. – Coimbra: Atlântida, 1950.
- Catálogo Dos Livros que se prohibem nestes Regnos... – Lisboa: per Antonio Ribeiro..., 1581.
- Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra / org. Maria Teresa Pinto Mendes. – Coimbra: BGUC, 1970.
- Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Suplemento / org. Maria da Graça Pericão de Faria. – Coimbra: BGUC, 1981.
- CERDEIRA, Eleutério – Duas grandes fraudes camonianas. – Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1946.
- CIDADE, Hernâni – Luís de Camões. – Lisboa: Editora Arcádia, 1971. – 2.<sup>a</sup> ed.
- COUTINHO, B. Xavier – A edição príncipes de “Os Lusíadas”: Subsídios para a sua crítica textual, in “Bracara Augusta”, 1980, pp. 129 a 373.
- A edição “Príncipes” de “Os Lusíadas”. Um problema complexo e difícil (ou insolúvel) muito provavelmente houve 3 edições “Príncipes” e não apenas 2, com a data (simulada) de 1572, in “Arquivos do Centro Cultural Português”. – Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981, vol. XVI, pp. 571 a 720.
- DESLANDES, Venâncio – Documentos para a História da Typographia Portuguesa nos séculos XVI e XVII. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.

- DOMINGOS, Manuela D. – Livraria de D. José da Silva Passanha. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.
- ESTORNINHO, Carlos – A contribuição inglesa para a camoniana. – Lisboa: Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de “Os Lusíadas”, 1972.
- Exposição da Biblioteca Camoniana de D. Manuel II / org. Manuel Inácio Pestana. – Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 1972.
- FICALHO, Conde de – A flora dos Lusíadas, in “Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, 2.<sup>a</sup> classe, T.P.V. II, sessão de 9 de Junho de 1886.
- GONÇALVES, Alfredo Machado – Tipografia Portuguesa: Livros impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada. – Ponta Delgada: [s.n], 1968 (Oficinas Tipográficas do Distrito dos Açores).
- GUSMÃO, Armando – Livros impressos no século XVI, Existentes na Biblioteca Pública de Évora: I – Tipografia Portuguesa. – Évora: Junta Distrital de Évora, 1962.
- SILVA, Inocêncio Francisco da e outros – IV Dicionário bibliográfico português – Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1927. – 23 vol.
- JACKSON, Keneth David – Luís de Camões e a Primeira Edição d’“Os Lusíadas”, 1572: Uma introdução ao CD-ROM, in “Portuguese Literaty & Cultural Studies”, número especial. – Dartmouth: Center for Portuguese Studies and Culture, 2003, University of Massachusetts. – Dartmouth.
- Colecção Camoniana de José do Canto. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1895. – Edição fac-similada 1972.
- JUROMENHA, Visconde de – Obras de Luiz de Camões / pelo Visconde de Juromenha. – Lisboa: Imprensa Nacional, 1860-1869. – 6 vol.
- LEITE, António Pedro de Sousa – “Os Lusíadas” da camoniana d’El Rei D. Manuel II no Paço Ducal de Vila Viçosa. As traduções inglesas do poema, in “Panorama”, n.º 44, IV Série, Dezembro de 1972, pp. 9 a 24.
- LEIVA SOTO, Francisco – La imprenta de Antequera en el siglo XVI: Andres Lobato, Antonio de Nebrija, Agustin Antonio de Nebrija y Claudio Bólan, in “Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios”, n.º 61, Diciembre 2000, pp. 29 a 45.
- D. MANUEL II, Rei de Portugal (1908-1910) – Livros Antigos Portuguezes 1489-1600 da Biblioteca de Sua Majestade Fidelíssima. – London: Maggs Bros, 1929-1935 (Cambridge: Imprensa da Universidade). – 3 vol.
- MANUSCRITOS da Biblioteca de D. Manuel II / introd., org. e índices João Ruas. – Caxias: Fundação da Casa de Bragança, 2006.
- MARTINS, José Vitorina de Pina – Um grande português D. Manuel II 1889-1932. – Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1989.
- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e – O papel como elemento de identificação. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926.
- As portadas dos Lusíadas, in “Anais das Bibliotecas e Arquivos”, n.º 16, Série II, vol. IV, Dezembro de 1923, pp. 249 a 250 e vol. V, 1924, pp. 156 a 158.
- MATEUS, Morgado de – Os Lusíadas / de Luís de Camões; edição do Morgado de Mateus. – Paris: na officina typographica de Firmin Didot, 1817.
- NORONHA, Tito de – A imprensa portuguesa durante o século XVI. Porto: Imprensa Portuguesa, 1874.

## João Ruas

- NORONHA, Tito de – A primeira edição dos Lusíadas. – Porto; Braga: Livraria Internacional de Ernesto Chardon Editor, 1880.
- PALAU Y DULCET, Antonio – Manual del librero hispano americano... – Barcelona: Libreria Anticuaria; Londres: Maggs Bros, 1923-1927. – 7 vol.
- Catalogue de la Bibliothéque de M. Fernando Palha. – Lisbonne: Imprimerie Libanio da Silva, 1896.
- MARTINS, José Vitorino de Pina – Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões. – Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.
- RODRIGUES, José Maria – Os Lusíadas / de Luís de Camões; introd. José Maria Rodrigues. – Lisboa: Tip. da Biblioteca Nacional, 1921.
- Rol Dos Livros Que Neste Reyno Se Prohibem... – Lixboa; per Francisco Correa..., 1564
- SILVA, Vítor Aguiar e – Os Lusíadas / de Luís de Camões; pref. Vítor Aguiar e Silva. – Braga: Universidade do Minho, 2004. – Fac-simile da edição princeps reproduzindo o exemplar pertencente à Sociedade Martins Sarmento.
- SIMÕES, Maria Alzira Proença – Catálogo dos impressos de tipografia portuguesa do século XVI: A Colecção da Biblioteca Nacional / Introd., org. e índices Maria Alzira Proença Simões. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.
- SOUSA, Manuel de Faria e – Rimas Varias de Luis de Camoens... / commentadas por Manuel de Faria Y Sousa... – Lisboa: En la Imprenta de Theotonio Damaso de Mello Impressor da Casa Real, 1685.
- THOMAS, Henry – Short-title catalogue of Portuguese books printed before 1601 now in the British Museum. – London: British Museum, 1940.
- VITERBO, Sousa – O movimento tipográfico em Portugal no século XVI. – Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

## Abreviaturas

- B – Briquet
- BDMII – Biblioteca de D. Manuel II
- BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra
- BMetz – Biblioteca Municipal de Estremoz
- BN – Biblioteca Nacional de Portugal
- BNE – Biblioteca Nacional de Espanha
- BPE – Biblioteca Pública de Évora
- BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto
- MNARQ – Museu Nacional de Arqueologia

## **Créditos Fotográficos**

BDMII

Joaquim Real Andrade

BPMP-CMP

Departamento Municipal de Bibliotecas

Biblioteca Pública Municipal do Porto

MNARQ

Pedro Ferreira

Agradecemos as imagens fornecidas pelos nossos colegas das seguintes instituições:

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca Municipal de Estremoz

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Pública de Évora

# Estudos Históricos

---

# Um Calipolense no Exército, do tempo da monarquia e da Grande Guerra, expedicionário em Moçambique: A biografia do 1.º sargento Francisco Martins

---

Joaquim Saial

*À memória do 1.º sargento seleiro-correio Francisco Martins e dos seus camaradas e patrícios calipolenses falecidos em Moçambique por ocasião da Grande Guerra: 1.º cabo de Infantaria n.º 11, João José do Nascimento Esteves (tifo/malária), Joaquim António Chamorra, do mesmo regimento (motivo desconhecido) e 1.º grumete da Armada Manuel Vidigueira (laringite tuberculosa)<sup>1</sup>.*

*Erradamente, é comum pensar-se que as biografias são relatos escritos exclusivos de personalidades conhecidas por grandes feitos numa determinada área das artes, da literatura, da ciência, da filantropia, da guerra, do crime ou numa de muitas outras actividades em que eventualmente a sua vida se destacou da do comum dos mortais. Porém, o homem anónimo também tem a sua biografia, mesmo que esta não seja tão espampanante, complexa ou profunda como a dos que possuem a história das suas vivências ditas superiores plasmada em livro. E mais: na sua simplicidade, por vezes, a biografia do ser vulgar também nos dá significativa ideia de numerosas facetas de um determinado tempo e de uma certa sociedade. É o que veremos, com os registos patentes na caderneta militar do cidadão calipolense Francisco Martins que atingiu o posto de 1.º sargento no Exército português, documento disponibilizado pelo nosso amigo e seu neto, Dr. José Manuel Pinho Martins.*



---

<sup>1</sup> Os expedicionários a Moçambique que até agora identificámos no Arquivo Histórico Militar.



Filho do albardeiro<sup>2</sup> João Martins e de Maria Bárbara<sup>3</sup>, doméstica, Francisco nasceu pelas onze horas de 7 de Outubro de 1886<sup>4</sup>, na Rua de (ou do) Cambaia<sup>5</sup>, freguesia de S. Bartolomeu, em Vila Viçosa<sup>6</sup>. A 5 de Março de 1903, com pouco mais de 16 anos, alistou-se como voluntário no Exército. Começou por ser aprendiz de clarim, tendo sido colocado nesse mesmo dia no Regimento n.º 3 de Cavalaria do Rei Eduardo VII de Inglaterra. Cavalaria n.º 3 estivera acantonada em diversas localidades, sendo que em 1863 tivera sede em Vila Viçosa, de onde passou para Estremoz em 1896, onde ainda hoje se mantém, embora com a denominação de Regimento de Cavalaria de Estremoz, adoptada a partir de 1 de Abril de 1975. É, portanto, perto da terra natal que o jovem assenta praça, nesse agrupamento militar então estranhamente designado com o nome do monarca britânico, afinal corrente gentileza feita a entidades estrangeiras de tal estirpe, muitas vezes homenageadas com comandos honorários de regimentos de outros países<sup>7</sup>.

Cabe dizer, antes de prosseguirmos com a sua biografia mais estritamente castrense e aproveitando os dados disponibilizados na caderneta, que tinha 1,60m<sup>8</sup>, olhos castanhos-escuros, nariz e boca regulares, rosto comprido e cor... natural.

---

<sup>2</sup> O que de certo modo faz compreender a sua futura especialidade de seleiro-correeiro no Exército. Segundo José Manuel Pinho Martins, o bisavô João terá ido para Vila Viçosa em busca de trabalho e por ali ficou. E conta que ele não só fazia albardas como tratava «a matéria-prima (ou parte dela), pois comprava e curtia peles num pedaço de horta do convento da Esperança, que adquiriu para esse efeito, dada a abundância de água do local», necessária para aquele tipo de trabalho.

<sup>3</sup> O pai era natural da freguesia de São João Baptista, vila de Carvoeiro (concelho de Mação, desde 1878), diocese de Portalegre (hoje, diocese de Portalegre-Castelo Branco) e a mãe, da freguesia de Santa Bárbara, Borba. Maria Bárbara faleceu em 1905 e o esposo em 1906 (informação do bisneto).

<sup>4</sup> Por coincidência, também ano de nascimento de outra calipolense, Maria da Conceição Saial Barradas, nossa tia-bisavó, esta a 6 de Fevereiro. Era costureira afamada da terra, bem como sua irmã Joana, ambas com vasto séquito de aprendizas, algumas das quais seguiram a mesma carreira.

<sup>5</sup> Hoje, do Dr. António José de Almeida.

<sup>6</sup> Foi baptizado a 25 de Novembro, na igreja de São João Evangelista, igreja paroquial da freguesia de São Bartolomeu.

<sup>7</sup> Segundo o “Elucidario Nobiliarchico”, II vol., Dezembro.1929, N.º XII, publicado em Outubro de 1930, p. 383, Cavalaria 3 adoptou este título por decreto de 14.02.1901. Eduardo VII sucedera à rainha Vitória em 22 de Janeiro desse ano. De 3 a 7 de Abril de 1903 iniciou por Portugal a sua primeira visita oficial como monarca a alguns países europeus. Por esse motivo, o parque a norte da lisboeta Avenida da Liberdade tem o seu nome.

SILVA, Marco José M. da, refere na p. 8 sua tese de mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria *As Unidades de Cavalaria Durante o Século XX – As Razões da Mudança* – citando OLIVEIRA, A. N. (1993) “História do Exército Português (1910-1945)” (Vol. II), Lisboa: Cegrev/Ex. –, que a República manteve esse título honorífico, bem como outros similares, alusivos a entidades estrangeiras, de outros regimentos; no sítio do Regimento de Cavalaria de Estremoz, diz-se que em 1911 o regimento deixou de ter essa designação – <https://heportugal.wordpress.com/2014/01/11/regimento-de-cavalaria-3/> (visto em 26.09.2020).

<sup>8</sup> José Manuel Pinho Martins assevera que o avô tinha altura superior a 1,60m. Tratar-se-á de engano do escriba da caderneta, tal como aconteceu com o nome da mãe do militar, ali designada como “Maria Barbosa”, em vez de “Maria Bárbara”.

## **Um Calipolense no Exército, do tempo da monarquia e da Grande Guerra, expedicionário em Moçambique: A biografia do 1.º sargento Francisco Martins**

Isto, para além de exibir como sinais particulares duas cicatrizes na testa e de mostrar indícios de ter sido vacinado. Antes do serviço militar aprendera a ler, escrever e contar e durante este fez o curso prático de habilitação para 2.º sargento em 1924 (10 valores) e o de 1.º sargento em 1925 (14 valores).

Francisco Martins foi admitido no Exército por 15 anos, mas pelo menos a partir de 1911, quando já estava ao serviço há cerca de oito, ia sendo readmitido até que pela última vez foi contratado. Assim sucedeu em 1911 (readmitido por mais três anos), entre 1914 e 1937 (sempre por mais um ano) e contratado por mais três, desde 30 de Abril de 1938 – o que indicia que a sua vida militar terá terminado no início dos anos 40. Passou a soldado em 21 de Maio de 1903 e começou a praticar na Fábrica de Armas o ofício de seleiro-correio<sup>9</sup> em 9 de Julho, tendo voltado ao corpo em 18 de Junho de 1904. Já aprovado com o ofício (ou seja, especialidade), passa oficialmente a correio no dia 21 e a 22 está no Regimento de Infantaria n.º 24 (Aveiro). Cabe aqui lembrar ao leitor mais desprevenido que o Exército nesta altura ainda não estava mecanizado e o transporte de armas e munições e tracção de ambulâncias, cozinhas de campanha, equipamento pesado de artilharia e outros materiais era feito através de solípedes, no caso, cavalos e muars. De tal modo, que alguns jovens com posses conseguiam eximir-se ao serviço militar trocando-se por alimárias<sup>10</sup>. Daí a necessidade de militares serventes, ferradores, serralheiros-ferreiros, picadores, carpinteiros de carros, veterinários e seleiros-correios como o biografado<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Situada em Santa Clara, Lisboa. Em 1927 passou a designar-se Fábrica de Equipamentos e Arreios e mais tarde Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento. A Fábrica de Braço de Prata só começou a ser construída em 1904 e foi inaugurada em 1908.

<sup>10</sup> Recordamos o caso de um familiar nosso, o calipolense Fernando Anão, talhante conhecido como “Marchantinho” que teve banca no malogrado mercado municipal em mármore que antecedeu o actual (depois, agricultor abastado) e se livrou do serviço militar disponibilizando um equídeo para o serviço do Exército.

<sup>11</sup> Para França, durante a Grande Guerra, foram pelo menos dois calipolenses com o posto e especialidade de soldados serventes de Cavalaria 10: João António de Andrade (filho de Nascimento de Jesus Andrade e Mariana de Jesus Parraça) e Joaquim Francisco Nunes (filho de João Nunes Mira e Augusta do Carmo), entre mais militares serventes de outras armas, algumas delas não especificadas, no caso talvez em actividades não ligadas a solípedes. Ido a França, temos também conhecimento de um 1.º cabo ferrador oriundo de Vila Viçosa, Joaquim Vicente Tanganho (filho de Vicente José Fraústo e Joana Augusta Saraiva). Ver o nosso texto SAIAL, Joaquim. *CALIPOLENSES NA GRANDE GUERRA – Condecorações, louvores, punições e outros factos alusivos aos militares naturais de Vila Viçosa inseridos no Corpo Expedicionário Português a França*, na Revista de Cultura Callipole, n.º 27, 2021 (ed. Câmara Municipal de Vila Viçosa).

O Decreto n.º 28:401 – Ordens do Exército de 1937, 1.ª série, indicava que o quadro permanente de sargentos de serviços especiais compreendia na especialidade de seleiros-correios apenas sete segundos-sargentos e 13 furriéis e que eram reformados a partir de 31 de Dezembro de 1937 os primeiros-sargentos serralheiros-espingardeiros, carpinteiros de carros, coronheiros e seleiros-correios. É de facto essa a data que consta como sendo a de passagem de Francisco Martins à reforma, na caderneta militar que temos vindo a divulgar.

Referiu-nos José Manuel Pinho Martins que o avô lhe contava que ele e outros correios faziam tirantes em cabedal, muito reforçados, para os cavalos puxarem peças de artilharia. Mesmo

O nosso homem passa ao Regimento de Infantaria n.º 23 (Coimbra), em 27 de Janeiro de 1905. Mas em 10 de Agosto de 1906 faz-se voluntário para o Serviço do Ultramar da Província de Moçambique, por dois anos, ficando adido ao Depósito de Praças do Ultramar. Seguiu viagem em 1 de Setembro e desembarcou em Lourenço Marques a 26, altura desde a qual passou a ver contado como bónus o tempo de serviço em mais 50%. Ficou colocado na 3.ª Companhia de Depósito de Moçambique<sup>12</sup>, até que em 30 de Março de 1907 o vemos no distrito de Tete<sup>13</sup>. Dias depois, a 18 de Abril, pertence à 5.ª Companhia Indígena de Infantaria de Moçambique<sup>14</sup>, onde se apresenta a 27 e a 31 de Maio está na 7.ª. A 25 de Setembro de 1908, finda a comissão, regressa a Lourenço Marques, “a fim de seguir para o Reino” a 26, ficando a partir daí adido ao Depósito de Praças do Ultramar<sup>15</sup>, onde estava a 11 de Novembro.

É então destacado para o Regimento de Artilharia n.º 5<sup>16</sup>, em 30 de Abril de 1909 e para o de Infantaria n.º 17 (Beja) em 23 de Maio. Mais uma vez, pouco ali se demora, passando ao Grupo de Artilharia de Montanha em 16 de Novembro e de novo ao Regimento n.º 3 de Cavalaria do Rei Eduardo VII de Inglaterra, onde começara a sua carreira militar e onde está em 1 de Dezembro. Martins não pára e a 29 de Agosto de 1911, ano em que casa com Maria Gertrudes Trindade<sup>17</sup>, por ordem do secretário da Guerra pertence ao Grupo de Caminhos de Ferro e a 20 de Outubro, com a mesma indicação, ao Grupo de Artilharia de Montanha. A 3 de

---

assim, devido ao pesado esforço, essas correias rebentavam com frequência – o que obrigava a reparação rápida, função que obviamente cabia a militares da especialidade do nosso biografado.

<sup>12</sup> Segundo o Dispositivo de Forças de 1901, em Moçambique, tal como em Angola, havia quatro Companhias de Depósito. Ver MARUJO, Rui Luís Madureira de Carvalho. *O Dispositivo do Exército Português Durante o Período Republicano (1910-1975)*, Academia Militar, Relatório científico final de trabalho de investigação aplicada, Lisboa, 2017.

<sup>13</sup> Província no topo da região centro de Moçambique. Faz fronteira com o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabwe (antiga Rodésia).

<sup>14</sup> Sobre a organização e qualidade das companhias indígenas de Moçambique, por esta altura, veja-se [http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm\\_mocam01.html](http://www.arqnet.pt/portal/portugal/grandeguerra/pgm_mocam01.html) (visto em 26.09.2020): “Do nosso lado, as tropas eram proporcionais aos nossos recursos. A organização militar de Moçambique era a do decreto de 14 de Novembro de 1901, que marcou um visível progresso das tropas coloniais; porém, as unidades europeias estavam quase extintas por economia, e assim, a guarnição da colónia limitava-se a um fraco esquadrão europeu e uma dúzia de companhias indígenas, cuja instrução não ia além da ordem unida, e os quadros, em geral, fatigados pelas febres, tinham fraca robustez e, quanto a instrução militar, estavam mal preparados porque nunca tinham passado por nenhuma escola militar. Acerca de mobilização de tropas coloniais nada estava estudado, ainda que treze expedições da Metrópole tivessem marchado até Moçambique, de 1891 a 1901.”

<sup>15</sup> Quartel da Junqueira. Ver LEMOS, Mário Matos e RAMIRES, Alexandre. *O primeiro fotógrafo de guerra português: José Henriques de Melo – Guiné, campanhas de 1907-1908*, ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008, p. 32.

<sup>16</sup> Em 1902, o RA5 tinha sede em Viana do Castelo, com um segundo grupo na Serra do Pilar, Vila Nova de Gaia.

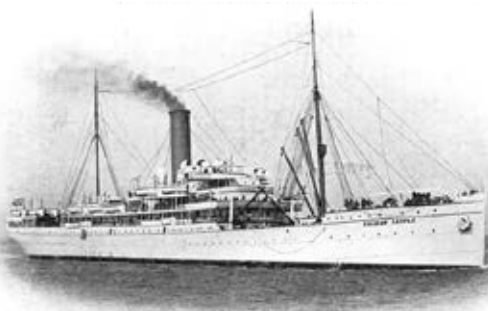
<sup>17</sup> A 16 de Dezembro. Maria Gertrudes tinha 24 anos.

## **Um Calipolense no Exército, do tempo da monarquia e da Grande Guerra, expedicionário em Moçambique: A biografia do 1.º sargento Francisco Martins**

Dezembro de 1912 nasce o primeiro dos seus dois filhos, José da Trindade Martins, futuro comerciante e proprietário do Café-Restaurante Framar, o mais importante de Vila Viçosa e à época um dos melhores do Alentejo. E em 1 de Novembro de 1913 vemo-lo no designado na caderneta como Regimento de Artilharia de Montanha, de recentíssima organização<sup>18</sup>.

Em 1914, com o início da Grande Guerra, Francisco Martins regressa a Moçambique. A Alemanha, que já era detentora de territórios em África<sup>19</sup>, estava ávida de os alargar, por questões estratégicas e de matérias-primas. Angola e Moçambique eram cobiçadas e logo em 1914 começaram escaramuças com as tropas portuguesas que para ali foram de imediato, travando-se então um conflito não declarado, só verdadeiramente assumido quando em 1916, a pedido do Reino Unido Portugal apresou os navios germânicos estacionados em portos portugueses. Declarada por esse motivo a guerra pela Alemanha nos primeiros dias de Março desse ano, foi a vez de tropas portuguesas avançarem para França. Ora sucede que o nosso militar rumou a Moçambique a 11 de Setembro de 1914, data da primeira de quatro expedições àquela colónia da África Oriental. Comandava-a o tenente-coronel Pedro Massano de Amorim, era constituída por 1527 militares, quatro peças de artilharia, quatro metralhadores e 327 solípedes e tinha a dupla missão de guarnecer a fronteira norte da colónia e prevenir revoltas indígenas. Embarcada no vapor inglês “Durham Castle”, chegou a Lourenço Marques quase um mês depois, a 16 de Outubro, e dali seguiu noutro navio para Porto Amélia. Vejamos então, as unidades que partiram de Lisboa nessa leva inicial: um batalhão do Regimento de Infantaria 15 (Tomar), três unidades de Engenharia, Saúde e Administração Militar (Lisboa), uma bateria do Regimento de Artilharia de Montanha (Portalegre/Évora), no qual estava inserido António Martins, e um esquadrão do Regimento de Cavalaria n.º 10 de Vila Viçosa... pelo que o nosso militar pelo menos usufruiu da companhia de patrícios na longa e decerto pouco agradável viagem através do Atlântico e do Índico<sup>20</sup>. Nada mais sabemos da segunda comissão de um ano por terras moçambicanas, sequer se chegou a entrar em combate, mas supomo-lo sempre ocupado com arreios e selas de cavalos e mulas,

UNION-CASTLE LINE TO SOUTH AND EAST AFRIC



INTERMEDIATE STEAMER “DURHAM CASTLE.” 8,239 TONS.

<sup>18</sup> Ver RAMOS, Renato. *A evolução da organização e do quadro de oficiais da Arma de Artilharia – da República à actualidade*, Trabalho de investigação aplicada, Academia Militar, Lisboa, 2009.

<sup>19</sup> Togolândia (Togo), Camarões, África Oriental Alemã (mais ou menos o Burundi, Ruanda e Tanzânia) e Sudoeste Africano (actual Namíbia).

<sup>20</sup> Dados coligidos no sítio governamental “Centenário da Grande Guerra” (visto em 4.10.2020) <http://centenariograndeguerra.defesa.gov.pt/africa/mocambique/as-expedicoes.html>

## Joaquim Saial

munido da sua inseparável caixa de ferramentas que a família ainda guarda com carinho<sup>21</sup>, na difícil campanha que lhe coube entre 22 de Outubro de 1914<sup>22</sup>, quando desembarcou de novo em Lourenço Marques, e o 9 de Novembro seguinte, data do regresso a Lisboa. Refira-se, como antes apontámos, que o tempo de serviço de África ia contando suplementos entre 50% e 150%, conforma a situação, o que lhe permitiu reformar-se mais cedo do que se tivesse estado sempre em Portugal continental.



Segue-se a colocação no Regimento de Infantaria n.º 16 (Évora) e o regresso em 19 de Fevereiro de 1917 ao Regimento de Artilharia de Montanha. Contudo, a chamada a Moçambique repete-se, ainda durante a Grande Guerra – o que fez dele duplo expedicionário<sup>23</sup>. A 2 de Agosto, chega pela terceira vez à colónia, desembarcando um exato mês depois da partida de Lisboa, “no porto a que se destinava”, provavelmente Lourenço Marques. Também se desconhece o enredo desta campanha, terminada com regresso à Metrópole e desembarque em Lisboa a 16 de Junho de 1919, meses após o término do conflito.

---

<sup>21</sup> Bem como o “burro de campanha”, cama articulada e desmontável, feita com hastes de madeira e lona, onde dormia no mato moçambicano. Acompanhavam-no nessas andanças africanas, como auxiliares, dois soldados nativos e uma mula que carregava a caixa de ferramentas, o burro de campanha e outros apetrechos necessários (ainda informação de José Manuel Pinho Martins).

<sup>22</sup> Destacado em 11 de Setembro.

<sup>23</sup> Ou triplo, se contarmos a primeira comissão, ainda antes do início da guerra.

## **Um Calipolense no Exército, do tempo da monarquia e da Grande Guerra, expedicionário em Moçambique: A biografia do 1.º sargento Francisco Martins**

Acabada a guerra, está mais dedicado à família e, cuidadoso com o futuro, é sócio n.º 2856 do Montepio dos Sargentos de Terra e Mar. Passa ao Regimento de Cavalaria n.º 10 em 16 de Junho de 1920 e é neste final de anos 10, em 25 de Setembro de 1920 que nasce a filha Ana Maria Trindade Martins<sup>24</sup>. Em 21 de Outubro de 1925 é promovido a 1.º sargento artífice seleiro-correeiro. Em 1 de Julho de 1927 volta a Cavalaria n.º 3 e em 1 de Novembro de 1932 ingressa no Regimento de Artilharia de Costa<sup>25</sup>. Depois, é o de Cavalaria<sup>26</sup> n.º 5 (Viseu), onde começa a fazer serviço a 3 de Dezembro de 1933 e que será a sua última unidade operacional pois a 1 de Junho de 1939 está com a pensão anual de 9216\$00 na 7.ª Companhia de Reformados, a qual é extinta em 1940. Ainda passa em 1 de Janeiro de 1941 ao Quartel-General da 4.ª Região Militar (Évora), pensamos que apenas nominalmente e não em situação presencial, pois estava reformado. É esta a última referência cronológica da sua caderneta.

Soubemos através do neto que, por ter enviado uma sela à Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil de 1922, inaugurada no Rio de Janeiro a 7 de Setembro, obteve uma medalha de menção honrosa. Parece que mesmo aos familiares “falava pouco da guerra” e era “na aparência, muito seco e duro”. Porém, já reformado, era visto no Rossio a ajudar a criançada local a lançar papagaios de papel, com grande gáudio desta.

Faleceu a 21 de Setembro de 1960, com 74 anos quase completos, e está sepultado no cemitério de Vila Viçosa.

---

<sup>24</sup> Esta filha, que por casamento adoptou o apelido Parraça, faleceu com 95 anos, em 7.02.2016 e está sepultada no cemitério de Vila Viçosa. No seu obituário vem como mês de nascimento o de Novembro, ao contrário do de Setembro, patente na caderneta militar paterna. <https://www.atesem-pre.pt/pt/necrologia/6866-ana-parraca> (visto em 07.10.2020).

<sup>25</sup> Não se indica onde. Este regimento, hoje extinto (1998/99), tinha baterias a norte e a sul do Tejo e em Setúbal.

<sup>26</sup> Na caderneta, grafado como “Cavalariça”...

# A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

## Parte 1 – Os anos até 1926/27

---

João Luís da Costa Nunes\*

*“A aquisição da cultura significa uma elevação constante, servida por um florescimento do que há de melhor no homem e por um desenvolvimento sempre crescente de todas as suas qualidades potenciais, consideradas do quádruplo ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico; significa, numa palavra, a conquista da liberdade.*

*E para atingir esse cume elevado, acessível a todo o homem, como homem, e não apenas a uma classe ou grupo, não há sacrifício que não mereça fazer-se, não há canseira que deva evitar-se. A pureza que se respira no alto compensa bem fadiga da ladeira.”*

*Bento de Jesus Caraça (1901-1948), A Cultura Integral do Indivíduo, Gradiva, 2008*

**Resumo:** Pretendemos, neste texto, dar um panorama sobre a presença de naturais do Alentejo diplomados pela Universidade de Coimbra (UC) na primeira metade do século XX. O texto está dividido em duas partes: a primeira e agora publicada, diz respeito ao período até ao ano letivo 1926/27; a segunda, a publicar em número próximo, retratará os anos letivos seguintes. Incluímos, em ambas as partes, as referências bibliográficas relativas à totalidade do período por nós estudado.

Salpicaremos a presença destas (poucas) mulheres e homens, com alguns pormenores relevantes da história e quotidiano da própria instituição. Fazemos ainda alguns singulares recuos e avanços relativamente ao período fixado para o nosso estudo, contextualizando, sempre que possível, o ambiente educativo do país, particularmente na UC.

Para esta pesquisa, recorreremos essencialmente aos Anuários da UC, publicação anual da própria, na qual encontramos um relato dos principais acontecimentos do

---

\* Professor de Matemática da Escola Secundária Lima-de-Faria, Cantanhede. Distrito de Coimbra.

ano letivo: *Oração de Sapiência* proferida por um convidado; relato de acontecimentos de relevo (visitantes ilustres, falecimentos de personalidades nacionais e académicas, doutoramentos *honoris causa*; legislação em vigor; lista dos docentes em exercício e respetiva categoria, cadeiras atribuídas, morada; lista dos alunos matriculados, naturalidade e filiação (nome do pai, na maioria dos casos); alunos distintos, premiados, bolseiros e isentos de propinas; relação das cadeiras por Curso e ano; estatísticas diversas;... A referência a estes assuntos não é feita de forma uniforme /constante ao longo dos anos: há informações que deixam de figurar e outras que são introduzidas de forma pontual.

No período em causa (1900-1951), os Anuários da UC não foram publicados em 16 anos letivos: de 1927/28 a 1937/38 e depois, de 1942/43 a 1947/48. Sendo assim, daremos informação sobre os restantes anos e usaremos alguns dados conhecidos através de outras fontes para ilustrar o que não nos foi possível recolher através dos Anuários.

Neste texto, decidimos manter muitas vezes a grafia original contida nos documentos consultados, julgando assim enriquecer o conhecimento dos leitores e preservando esta (também) memória. Aparecerão assim, palavras como: *anno*, *Alemtejo*, *Antonio*, *Mathematica*, *Villa Viçosa*...



Edifícios centrais da Universidade, Fachada norte.

[Anuário UC 1901/ 1902, Secção III]



## 1. Antes de 1900

Sabemos que, a Universidade em Portugal, só em 1537, no reinado de D. João III, se instalou definitivamente em Coimbra. Até lá e depois de 1290, mudou quatro vezes de localização entre Lisboa e Coimbra, a saber: 1306/07 – Coimbra; 1338 – Lisboa; 1354 – Coimbra e 1377 – Lisboa. Era a única universidade do país que ministrava os Cursos de Medicina e Direito, por exemplo. Sabemos, contudo, que a Universidade de Évora ou do *Espírito Santo* (1559-1759) ministrava algumas matérias. Terá sido aqui que a notável *menina precoce do século XVI*, a calipolense Públia Hortênsia de Castro (1548-1595) terá estudado Retórica, Humanidades e Metafísica. Carolina Michaëlis (de Vasconcelos) refere Públia na sua obra dedicada à Infanta D. Maria e suas damas, citando André de Resende que a qualificava como “*aquella que arrebatou um auditorio selecto de doutos latinista, e que reis, principes e embaixadores iam ouvir (...)*”.

Falamos nela pois há quem arrisque que também terá estudado Humanidades, Filosofia e Teologia na UC, mas disfarçada de homem por ali não poderem ter acesso as mulheres... Há também autores que apontam, em alternativa, a Universidade de Salamanca, algo que, embora difícil de comprovar, não seria caso único, já que, em Espanha, nesta Universidade e na de Alcalá de Henares, é seguro afirmar que, nesta época e desde o século XIV, houve mulheres docentes e alunas (Vaquinhas, 2018).

Sobre a presença de mulheres estudantes na UC, matriculadas de forma ordinária num Curso completo e a terminá-lo, temos de referir Domitilla Hormizinda Miranda de Carvalho (Requeixo, S. Martinho de Travanca, Vila da Feira, 1871 – Lisboa, 1966) que, em 1891/92, solicitou o acesso, tendo frequentado com distinção o Curso de Matemática que terminou em 1898. Refira-se ainda que passados 6 anos, diplomou-se também em Medicina ao lado de Sophia Julia Dias (Coimbra, 1878; Lisboa – 1956), formando assim o primeiro par de mulheres bacharéis (no mesmo dia) pela única universidade do país.

Com isto, não pretendemos afirmar que foram as primeiras médicas formadas no país. Sabemos da existência anterior de mulheres nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto. Noutras áreas, e fora de Coimbra e da Universidade, outras mulheres haviam frequentado o Curso Superior de Letras em Lisboa ou a Academia Politécnica do Porto. Nesta última, por exemplo, foi Rita Morais Sarmento (Porto, 1872-1931) a primeira mulher a diplomar-se (1894), tornando-se assim na primeira engenheira civil do país.

Voltando a Coimbra, e à única Universidade do país até 1911, depois da Implantação da República, antes de Domitilla de Carvalho há, contudo, referência ao nome de outras mulheres nos seus registos. Estas frequentaram o Curso de Partearas ou requereram o exame de Farmácia como praticantes que eram em boticas do país, tantas vezes propriedade de familiares seus. A primeira de que há registo é Maria José da Cruz Oliveira e Silva, natural de Lavos, Figueira da Foz, que realizou o referido exame em 1860, 31 anos antes de Domitilla de Carvalho ter ingressado na UC.

Na lista destas pioneiras, aparece Mariana da Conceição Figueiras Duarte, filha de José Ferreira Duarte, natural de Évora que foi examinada no dia 28 de julho de 1899, foi *aprovada plenamente* e viu a sua Carta de Farmácia passada cerca de 3 meses depois. De acordo com os registos, terá sido a primeira mulher alentejana a obter certificação das suas competências pela UC (Bandeira e Pita, 1990, p. 26).

Por esta altura, em 1890, o país contava com pouco mais de 5 milhões de habitantes e os distritos alentejanos de Évora, Beja e Portalegre contavam com a seguinte população: 118408, 157571 e 112834 indivíduos, respetivamente. No país, em 1888/89, apenas uma centena de indivíduos tinha concluído o ensino superior e 5000 o primário. Em 1893, o país contava com 200 hospitais (Valério, 2001, pp. 57, 463, 474-477, 502).

A abordagem anterior, do feminino, prende-se com ocorrências raras, como tudo aquilo que dizia respeito à educação na época, por isso, decidimos iniciar a apresentação desta forma: com foco nas mulheres, pois, para estas, o acesso ainda estava mais vedado, seja pelas condições económicas da maioria das famílias, seja pelo facto de o lugar que lhes estava reservado ser o do lar.

De seguida, e antes de entrarmos no século XX, o objeto do nosso estudo, façamos uma breve incursão nos dados objetivos referentes a 3 anos letivos do século XIX: **1870/71**; **1880/81** e **1890/91**. Conheçamos a realidade a respeito da presença de alentejanos (porque mulheres não houve) matriculados e diplomados na UC e anotemos alguns dados que caracterizaram a vida da universidade.

No ano letivo **1870/71**, era Reitor, *Julio Maximo* de Oliveira Pimentel, Visconde de *Villa-Maior*, Par do Reino, Lente jubilado da Escola *Polytechnica* de Lisboa, *socio efetivo* da Academia Real das *Sciencias*, **Comendador da Ordem de N. Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Villa-Viçosa**, *Official* da Torre e Espada do valor lealdade e *merito*, e da Legião *d'Honra*. A UC contava com 579 alunos, sendo, por exemplo, 33 oriundos do *Alemtejo* (10 do distrito de Évora, 8 do de Beja e 15 do de Portalegre), 22 do Algarve, 19 dos Açores, 8 da Madeira, 23 do Brasil, 2 de Cabo Verde, 1 dos *Estados da India* e 1 do *Imperio do Reino de Hespanha*.

Na **Faculdade de Theologia** não encontrámos qualquer aluno alentejano.

Já na de **Direito**, encontrámos os seguintes:

**A Presença de alentejanos e alentejanos diplomados  
na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

<b>Ano/ N.º total de alunos</b>	<b>Nome do aluno</b>	<b>Filiação (pai ou mãe)</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Morada em Coimbra</b>
<b>1.º 88 alunos</b>	António Maria Gonçalves	João Marques Gonçalves	Amieira, Portalegre	R. S. <i>Christovão</i> , 16
	António Maria Gouveia	Manuel Joaquim Gouveia	Tolosa, Portalegre	R. das Fangas, 61
	José Frederico Laranjo	<i>Possidonio</i> <i>Mattheus</i> Laranjo	<i>Castello</i> de Vide, Portalegre	R. da Trindade, 38
	José Joaquim da Costa Pinto <i>Sant'Iago</i>	<i>Antonio Maximo</i>	Moura, Beja	R. do Forno, 26
	Manuel de Jesus Portilheiro	Francisco de Jesus Portilheiro	Vaiamonte, Portalegre	R. das Colchas, 4
<b>2.º 71 alunos</b>	<i>Cesar</i> Augusto de Faria Videira	João Pedro <i>Affonso</i> Videira	<i>Castello</i> de Vide, Portalegre	R. da Trindade, 76
	Domingos Correia Caldeira Castel-Branco Cotta Falcão	José Caldeira Castel-Branco Cotta Falcão	Crato, Portalegre	Couraça dos Apóstolos
	Francisco <i>Corrêa</i> de Lemos	Ayres José <i>Corrêa</i> de Lemos	Gavião, Portalegre	Couraça de Lisboa, 83
	José Joaquim Lopes Tavares	Joaquim Lopes Tavares	<i>Monte-mór-o-novo</i> , Évora	R. de S. João, 28
<b>3.º 89 alunos</b>	Alberto de Sousa Larcher	José de Sousa Larcher	Portalegre	R. da Trindade, 52
	Alfredo Carlos Passanha	Carlos José da Fonseca Passanha	Moura, <i>Béja</i>	R. de S. João, 28
	<i>Antonio</i> Antão da Silva <i>Roza</i>	Joaquim José da Silva	Gavião, Portalegre	Couraça dos Apóstolos, 51
<b>5.º 47 alunos</b>	Francisco <i>Ignacio</i> de Mira	Joaquim Manuel Henriques de Mira	<i>Béja</i>	R. de S. João, 34
	João <i>Maximo</i> de Brito e Castro	Manuel <i>Maximo</i> de Brito	<i>Aviz</i> , Portalegre	Palácios Confusos, 32
	Júlio Marques de Vilhena	Francisco Marques da Barbuda	Ferreira, Beja	Marco da Feira, 1

Acrescente-se que, no 4.º ano, **não figurava qualquer aluno alentejano e que**, por curiosidade, era aluno do 5.º ano D. Miguel Aleixo *Antonio* do Carmo de Noronha, natural de Lisboa e em cuja filiação constava simplesmente: filho do Conde de Paraty (Anuário 1870/71, pp. 17, 143, 66 e seguintes).

Na **Faculdade de Medicina**, encontrámos alunos alentejanos nos três primeiros *annos*:

Ano/ N.º total de alunos	Nome do aluno	Filiação (pai ou mãe)	Naturalidade	Morada em Coimbra
<b>1.º</b> <b>18 alunos</b>	Fernando <i>Mattozo</i> dos Santos	<i>Antonio</i> Maria Rodrigues dos Santos	Campo Maior, Portalegre	<i>Edificio</i> da Universidade
	<i>Jeronymo</i> José d' Andrade Sequeira	<i>Antonio</i> José d' Andrade Sequeira	Alpalhão, Portalegre	R. da Ilha, 1
	João Augusto de Carvalho	José Maria de Carvalho	<i>Castello</i> de Vide, Portalegre	R. dos Estudos, 25
<b>2.º</b> <b>12 alunos</b>	<i>Luiz</i> Maria da Silva	<i>Bonifacio</i> Antonio da Silva	Elvas, Portalegre	Couraça dos Apóstolos, 23
<b>3.º</b> <b>11 alunos</b>	Bento Fialho Prego	Manuel Fialho Prego	Reguengos, Évora	Couraça dos Apóstolos
	Francisco Xavier de Menezes	Constantino Feliciano de Menezes	Beja	R. da Ilha, 20
	Joaquim José d' Andrade Sequeira	<i>Antonio</i> José d' Andrade Sequeira	Alpalhão, Portalegre	R. da Ilha, 1

No **Curso de *Pharmacia***, encontrámos Augusto Maria Diniz Sampaio, matriculado no 1.º ano, natural de *Niza*, Portalegre, filho de José Maria Diniz Sampaio habitando em Coimbra na Rua do Infante D. Augusto, 20 (Anuário 1870/71, p. 104).

Na **Faculdade de *Mathematica***, que incluía nos seus estabelecimentos o Observatório Astronómico que por sua vez tinha 1 diretor, 2 *astronomos*, 1 guarda e *machinista*, entre os seus funcionários. Nesta Faculdade apareceram os seguintes alunos alentejanos:

Ano/ N.º total de alunos	Nome do aluno	Filiação (pai ou mãe)	Naturalidade	Morada em Coimbra
<b>1.º</b> <b>59 alunos</b>	João <i>Antonio Róllo</i>	Joaquim <i>Antonio Róllo</i>	Marvão, Portalegre	Não referida
	João Manuel Baptista de Sousa Penalva	Manuel Joaquim <i>Servulo</i> de Sousa	Elvas, Portalegre	R. dos Anjos, 17
	<i>Marianno</i> José da Silva Presado	Manuel Maria da Silva Presado	<i>Villa Viçosa</i> , Évora	R. da Trindade, 76
	Sebastião Guerreiro de Sena Cabral	João de Sena Cabral	Ourique, Beja	Não referida

[continua]

**A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados  
na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

<b>2.º</b> <b>25 alunos</b>	Jayme Lobo de Brito Godins	João de Brito Godins	Crato, Portalegre	Não referida
	Manuel Francisco de Vargas	Manuel Francisco de Vargas	Mértola, Beja	Não referida
<b>3.º</b> <b>10 alunos</b>	José Antonio de Sousa Menezes	João de Sousa Menezes	Villa Viçosa, Évora	Couraça dos Apóstolos, 23
<b>4.º</b> <b>2 alunos</b>	Adriano Augusto da Silva Monteiro	Thiago da Silva Monteiro	Évora	Não referida

Acrescente-se que, o segundo aluno matriculado no 4.º ano, com Adriano Monteiro, era Alfredo Antonio Simões dos Santos Lisboa, natural de Chuquisaca, Bolívia.

Neste ano letivo, não houve matrícula de qualquer aluno no 5.º ano desta Faculdade, contudo, dois, apresentaram-se para serem *admitidos aos actos grandes*, isto é, para obterem diploma. Um deles foi João Francisco Ramos, natural de Estremoz, Évora, filho de Joaquim José Ramos.

Na **Faculdade de *Philosophia***, que incluía os Gabinetes de Zoologia, de Mineralogia e *conchyliologia*, de *Physica*, bem como o Laboratório *Chimico* e o Observatório *Metereologico*, encontrámos 48 alunos matriculados no 1.º *anno* sem qualquer referência à sua naturalidade. No 2.º *anno*, 26 alunos estavam matriculados no *Curso Geral*, havendo outros 16 alunos no *Curso Medico*, sendo um destes, Francisco Mendes *Callado*, natural de Alter do Chão, Portalegre, filho de Theotónio Mendes *Callado* e morava em Coimbra na Rua das Cozinhas, 17. Só no 4.º *anno*, no *Curso Geral*, com 2 alunos matriculados, voltámos a encontrar outro alentejano: Antonio Mendo Caldeira Castel-Branco de Portalegre, filho de João José Caldeira Castel-Branco, a residir na Couraça dos Apóstolos, 29. Quanto ao 3.º ano e aos restantes Cursos do 4.º, não há referência à naturalidade de todos os alunos. Para aqueles que é revelada, não encontrámos qualquer aluno oriundo do Alentejo.

No ano letivo anterior, 1869/70, de acordo com o *Mappa estatistico* que figura no Anuário do ano letivo seguinte (pp. est), pudemos observar que a distribuição dos alunos pelos diferentes Cursos era a seguinte: *Theologia* – 40; Direito – 312; Curso Administrativo (Faculdade de Direito) – 14; Medicina – 50; *Mathematica* – 84; *Philosophia* – 235 e Desenho – 100. Também ficámos a saber que, neste ano letivo, 27 alunos reprovaram de ano, sendo 13 do 1.º ano de Direito; 3 do mesmo ano, mas de *Mathematica*; 10 do 3.º e 1 do 4.º ano do curso de *Philosophia*.

Volvida uma década e analisando o Anuário de **1880/81**, pudemos conhecer que os valores da *propina do sello de verba* para os Cursos de *Theologia*, Medicina, *Mathematica* e *Philosophia* era de 17\$280 e para Direito, 23\$040. Para obter *Carta* de doutor, licenciado ou bacharel, o valor era 15\$000, isto é, 15 mil réis. Terão, no ano anterior, pago este valor, 203 alunos. A UC contou em 1879/80 com 560 alunos, número muito próximo do contabilizado 10 anos antes (579), sendo que 18 eram oriundos do *Alemtejo*: 4 do distrito de Évora, 1 do de Beja e 13 do de Portalegre.

Do Brasil, vieram 9, do Algarve, 13 e do *Douro*, que incluía os distritos do Porto, Aveiro e Coimbra, veio o maior número, 198.

Não encontrámos alentejanos matriculados em qualquer um dos Cursos da UC o que é de estranhar, uma vez que temos referência a 18 alunos matriculados no ano letivo anterior e não seriam todos finalistas. Não é raro encontrarmos algumas inconsistências na informação que figura nos Anuários: estas publicações eram certamente elaboradas com base na compilação de dados fornecidos pelas diferentes Faculdades e, claro, exposta a múltiplos erros (Anuário 1880/81, pp. 87, 97-101, 106, 131, 138-139, 149-150, 159).

Consultando o Anuário de **1890/91**, observámos que no ano letivo anterior, houve um aumento significativo do número de alunos matriculados: 857, sendo 54 vindos do *Alemtejo*, sendo 15, 13 e 26, o número dos vindos de cada um dos distritos de Évora, Beja e Portalegre, respetivamente. Houve 101 bacharéis, licenciados ou doutores, sendo que, só dois obtiveram classificação final superior a 17 valores (um com 18 e outro com 19), havendo 23 com classificação final inferior a 10 valores (oito com 8 e 15 com 9). De realçar a conquista de diploma com classificação abaixo de 10 valores.

Os alentejanos que frequentavam a UC no ano letivo de 1890/91 eram:

- na **Faculdade de Direito** e no 5.º *anno*, entre 73 matriculados: João *Ignacio* Palma Bentes, natural de Serpa, Portalegre, filho de *Ignacio* José Bentes e a residir na Estrada da Beira, 49; José Augusto de Sequeira, Marvão, freguesia de Santa Maria, Portalegre, filho de Francisco Paula Sequeira e não temos referência à sua morada em Coimbra;
- na **Faculdade de Medicina** e também no 5.º *anno*, entre 8 matriculados: João Carlos da Silva Senna, Elvas, freguesia de Santa Maria d'*Alcaçova*, Portalegre, filho de João Vicente de Senna, com morada em Coimbra na Travessa da Rua do Cabido, 10. Saiba-se que para se matricular neste ano, qualquer aluno tinha de apresentar certidão do *acto do quarto anno e grau de bacharel*. Para além disso e antes do dia 10 de julho, no qual começavam as *formaturas*, os *alumnos* tinham de apresentar certidão de habilitação em língua grega;
- na **Faculdade de Mathematica**, no 5.º *anno*, com 2 alunos matriculados, o alentejano era: Manuel Thomaz Soeiro da Silveira, Beja, freguesia de S. *Thiago*, filho de Maria dos Prazeres Soeiro e com morada em Coimbra, na Quinta da Várzea;
- na **Faculdade de Philosophia**, no 5.º *anno*, entre 5 inscritos e dos quais não conhecemos para todos a naturalidade, encontrámos Francisco Xavier Barreto Caldeira *Castello* Branco, natural de Alter do Chão, Portalegre, filho de Francisco Barreto Caldeira *Castello* Branco e residente em Coimbra em *Mont'Arroyo*, 44. Matriculado no 4.º ano, na 5.ª cadeira do Curso Médico, encontrámos ainda Francisco *Antonio* de Paula, Barrancos, Beja, filho de *Antonio* Francisco de Paula, vivendo em Coimbra da Rua Joaquim António de Aguiar, 76 (Anuário 1890/91, pp. 162-163, 65-68, 78, 89, 115, 134, 138-139).

## A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951



Laboratório Chimico (esquerda) e Observatório Astronómico que se situava no topo sul do Pátio das Escolas (direita) [clubepatrimonio.blogs.sapo.pt (23/3/21)]

Antes de entrarmos no século XX e apesar do nosso foco ser Coimbra, não podemos deixar de referir que, em 1894, a alentejana de Alcáçova, Elvas, Adelaide de Jesus Damas Brazão e *Cabette* (1867-1935), filha de Ezequiel Duarte Brazão ingressou na Escola Politécnica de Lisboa. Seguiu-se-lhe, em 1897, Maria Emília Frias, com 15 anos, natural de Portalegre, filha de João António Frias. Ambas passarão, findos os *Preparatórios*, para a Escola Médico-Cirúrgica da mesma cidade, vindo a tornar-se médicas. A primeira mulher a fazê-lo terá iniciado o seu percurso em 1880 e foi a lisboeta Elisa Augusta da Conceição Andrade, à data com 25 anos (Santos, 1991, pp. 24-30).

### 2. Os anos de 1900 a 1910

No ano de 1900, a UC contava no seu corpo docente com os seguintes alentejanos nascidos no distrito de Portalegre: na Faculdade de *Theologia*, o catedrático Francisco Martins, nascido em Campo Maior no dia 18 de outubro de 1848 e o *substituto*, Joaquim Mendes dos Remédios, natural de Niza, onde nasceu a 2 de agosto de 1867; na Faculdade de Direito, encontrámos José Frederico Laranjo, catedrático nascido em *Castello* de Vide no dia 20 de novembro de 1846.

Relativamente a alunos diplomados no ano letivo **1899/1900**, encontrámos os apresentados na tabela seguinte na qual indicamos outros dados considerados relevantes (Anuário 1900/01, pp. 20-30, 74-79, 94-97, 117, 152). Acresça-se a informação de que foi a 21/2/1900 que Egas Moniz (1874-1955) se licenciou com 16 valores (Muito Bom) com a tese "*Alterações antomio-pathologicas da difteria*". Em 1901, doutorou-se com a tese "*A vida sexual*".

Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados	Nome do diplomado (b – bacharel; l – licenciado)	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 2 licenciados 84 bacharéis	Joaquim Pedro Martins (l)	M. Bom – 16	Casa Branca, Souzel, Portalegre	Pedro José do Patrocínio Martins
	Fernando José Limpo Toscano (b)	Bom – 11	Portel, Évora	Fernando José <i>Balthazar</i>
	Francisco de Sousa Franco (b)	Suf. – 10	Fronteira, Portalegre	António Soares Franco
	<i>Jacyntho Ignacio</i> Fialho (b)	Bom – 11	Ferreira do Alentejo, Beja	<i>Ignacio Jacyntho</i> Fialho
	João Damasceno Ramalho (b)	Suf. – 10	Santo Aleixo, Monforte, Portalegre	João José Ramalho
	Joaquim Lopes Portelheiro Junior (b)	Bom – 11	Vaiamonte, Monforte, Portalegre	Joaquim Lopes Portelheiro
	<i>Marianno</i> Sequeira Feyo (b)	Bom – 12	Beja	<i>Marianno</i> de Sousa Feyo
<b>Medicina</b> 29 bacharéis (entre eles, <i>Elysio</i> de Moura (1877-1977) e Sobral Cid (1877-1941), ambos com 16 valores)	<i>Jacintho</i> Manuel d'Oliveira (b)	Bom – 13	Ourique, Beja	<i>Luiz</i> d'Oliveira
	João Evangelista Lopes Manita (b)	Bom – 15	Brinches, Serpa, Beja	Bento <i>Antonio</i> Manita
	Joaquim José d'Abreu (b)	Bom – 14	Elvas, Portalegre	Manuel Joaquim d'Abreu
<b>Mathematica</b> 3 bacharéis	<i>Antonio Jacintho</i> Fernandes Gião	Bom – 15	S. Pedro de Corval, Évora	Domingos Rosado Piteira Gião
<b>Philosophia</b> 5 bacharéis	João Baptista <i>Theotonio Varella</i>	Suf. – 8	Serpa, Beja	José Gomes <i>Varella</i>



**A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados  
na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

Os dados referentes ao ano letivo **1900/01** são os seguintes (Anuário 1901/02, pp. 73-84):

<b>Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados</b>	<b>Nome do diplomado</b>	<b>Classificação final (valores)</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Filiação</b>
<b>Direito</b> 86 bacharéis	<i>Antonio Alves da Costa</i>	Suf. – 9	<i>Atalaya, Gavião, Portalegre</i>	<i>Antonio Jacome da Costa</i>
	Augusto de Jesus Gomes Leal	Bom – 12	Elvas, Portalegre	Boaventura Gomes
	Gabriel Victor Bugalho Pinto	Bom – 11	Évora	Joaquim Maria Pinto
	José Nunes da Silva	Suf. – 8	Elvas, Portalegre	João Celestino da Silva
	José Paes <i>Telles</i>	Suf. – 10	Ervedal, Portalegre	<i>Antonio Paes da Silva Marques</i>
<b>Medicina</b> 33 bacharéis	Francisco Tello Gonçalves	Bom – 14	<i>Niza, Portalegre</i>	João <i>Ignacio</i> Gonçalves
<b><i>Philosophia</i></b> 10 bacharéis	João <i>Antonio</i> de <i>Mattos</i> Romão	M. Bom – 16	<i>Gaffete, Crato, Portalegre</i>	José Romão Paiva

Relativamente ao ano letivo **1901/02**, constatámos que o licenciado no ano letivo 1899/1900, Joaquim Pedro Martins, natural de Casa Branca, Sousel, distrito de Portalegre, fez as suas *conclusões magnas* conducentes ao grau de doutor da Faculdade de Direito. Fê-lo nos dias 12 e 13 do mês de dezembro de 1901 tendo obtido a classificação final de 16 valores com a menção de Muito Bom. Recebeu o título de doutor no dia 2 de fevereiro do ano seguinte.

Quanto a bacharéis tivemos (Anuário 1902/03, pp. 60-61):

Faculdade ou Curso	Nome do bacharel	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 99 bacharéis	<i>Antonio Tiberio Tojo de Sousa Franco</i>	Bom – 12	Amieira, Portel, Elvas, Portalegre	Manuel <i>Hypolito</i> se Sousa Franco
	Francisco Henrique de Sousa Romeiras Júnior	Bom – 11	<i>Montemór-o-Novo</i> , Évora	Francisco Henrique de Sousa Romeiras
	Humberto Montenegro Fernandes	Bom – 12	<i>Villa Viçosa</i> , Évora	Joaquim José Fernandes
	João de Penha Salema Coutinho	Bom – 11	Odemira, Beja	João Augusto de Penha Coutinho
<b>Medicina</b> 27 bacharéis	Henrique Beato Diniz <i>Miguens</i>	Bom – 12	<i>Niza</i> , Portalegre	Brás <i>Miguens</i> Beato
<b>Philosophia</b> 12 bacharéis	José Garcia <i>Regalla</i>	Bom – 15	Campo Maior, Portalegre	José Maria da Fonseca <i>Regalla</i>
	Carlos Accioli da Fonseca Freire <i>Themudo</i>	Bom – 11	Portalegre	João Freire <i>Themudo</i> de Oliveira

No ano letivo **1902/03**, frequentavam a UC 1028 estudantes, sendo 44 nascidos no Alentejo e distribuídos assim pelos seus distritos: 15 de Évora, 13 de Beja e 16 de Portalegre.

Do Minho, vieram 121; de Trás-os-Montes, 74; do Douro (Porto, Aveiro e Coimbra), 340; Beira Alta (Viseu), 94; Beira Baixa (Castelo Branco e Guarda), 115; *Extremadura* (Lisboa, Santarém, Leiria), 148; Algarve, 27; Açores, 17; Madeira, 7; África, 9; *Estados da Índia*, 9; Macau, 4; *Brazil*, 19.

Os únicos bacharéis que encontrámos neste ano letivo, oriundos do Alentejo, foram: João Augusto do Couto Jardim, natural de *Villa Viçosa*, Évora, com 15 valores (Bom), filho de João Gomes Jardim que atingiu o grau em Medicina num grupo de 29 alunos e *Antonio* Soares Franco Júnior na Faculdade de Direito, com 10 valores (Suficiente), natural de Fronteira, Portalegre e filho de *Antonio* Soares Franco, entre 90 alunos. De notar que, em 1900/01, apareceu um bacharel, de primeiro nome Francisco, também em Direito, que era certamente irmão de *Antonio Junior*.

## A Presença de alentejanos e alentejanos diplomados na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

Na Escola de *Pharmacia*, e pela presença de alentejanos ser, até ao momento mais rara, anotemos que, José Dias, filho de José Pedro Dias, natural de Ourique, Beja e a morar em Coimbra, na Rua Antero de Quental, se encontrava matriculado na 3.<sup>a</sup> cadeira num grupo de 12 alunos (Anuário 1903/04, pp. 132-137, 164-165, 232-233).

Relativamente ao ano letivo **1903/04**, a UC contou com a presença de 944 alunos, dos quais 48 eram alentejanos: 20 do distrito de Évora, 10 do de Beja e 18 do de Portalegre.

A relação dos bacharéis alentejanos diplomados neste ano letivo encontra-se abaixo (Anuário 1904/05, pp. 22-35):

<b>Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados</b>	<b>Nome do bacharel</b>	<b>Classificação final (valores)</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Filiação</b>
<i>Theologia</i> 20 bacharéis	Francisco <i>Antonio</i> Malato	Bom – 11	Portalegre	João Baptista Malato
<b>Direito</b> 123 bacharéis	<i>Affonso</i> Armando de Seixas Vidal	Suf. – 9	Gavião, Portalegre	Joaquim Lourenço Vidal
	Augusto José Queiroga Valentim	Suf. – 10	Évora	José Gregório Valentim
	João de Sousa Faria e Mello	Suf. – 9	Évora	<i>Antonio</i> de Sousa Faria e Mello
	José Caeiro da <i>Matta</i>	M. Bom – 16	Vimieiro, Évora	Francisco José da <i>Matta</i>
<b>Medicina</b> 26 bacharéis	João <i>Antonio</i> Pinto Bagulho	Bom – 11	Villa Boim, Elvas, Portalegre	João Joaquim Bagulho
<i>Philosophia</i> 9 bacharéis	Francisco Limpo de Lacerda	Suf. – 9	Moura, Beja	Visconde de Altas <i>Móras</i>

No ano letivo **1904/05**, dos 847 alunos matriculados na UC, 52 eram alentejanos (21 – distrito de Évora, 13 – distrito de Beja, 18 – distrito de Portalegre) e destes, 7 alcançaram o grau de bacharéis na Faculdade de Direito, aliás a única Faculdade que contou com a presença de diplomados nascidos no Alentejo. Foram eles: Alfredo Ferreira Cortez, com Suficiente, 9 valores, filho de Alfredo Maria Cortez Machado, de Estremoz, Évora; *Antonio* Maria Sequeira Queiroz, com 11 valores, Bom, filho de *Antonio* Eduardo Queiroz, natural de Borba, Évora; Francisco Manuel da Veiga Malta, com Suficiente, 10 valores, filho de Francisco Manuel de Brito Malta, natural de Montemor-o-Novo, Évora; João *Callado* Rodrigues, com Bom, 11 valores, filho de João José Rodrigues, natural de *Galvêas*, Ponte de Sôr, Portalegre; José Francisco Sequeira de Mello, com Suficiente, 8 valores, filho de José Francisco Sequeira de Mello, natural de Ourique, Beja; José

Godinho Neves, com Bom, 12 valores, filho de Manuel Godinho Neves, natural de Tolosa, Nisa, Portalegre e Leonardo Dias Navarro, com Suficiente, 10 valores, filho de José Maria Dias Navarro, natural de *Villa Viçosa*, Évora. Neste ano, houve 91 bacharéis em Direito (Anuário 1905/06, pp. 26-37).

Em **1905/06**, não se registou notável diferença no número total de estudantes na UC, bem como naqueles oriundos do Alentejo: 953 e 57 (20 do distrito de Évora, 17 do de Beja e 20 do de Portalegre). Encontrámos João *Antonio* Diniz Victorino, natural de Campo Maior, Portalegre, filho de *Antonio* Martinho Victorino, bacharel (entre 6) em *Theologia* com 12 valores (Bom). Já na Faculdade de Direito, o bacharel no ano letivo 1903/04, José Caeiro da *Matta*, conquistou o grau de doutor com Muito Bom, 19 valores. Refira-se que, desta vez, os dados referentes a este alentejano, acrescentam à freguesia onde nasceu, que identificam como *Vimieira* (em lugar de Vimieiro), o concelho com a grafia de *Arrayolos*. Ao seu lado esteve um colega que obteve o mesmo grau com a mesma classificação final. Também Marcolino José d'Oliveira, filho de José Manuel d'Oliveira, natural de Redondo, Évora, saiu bacharel com Suficiente, 9 valores. Consigo estiveram mais 76 (bacharéis) neste Curso. Os dois outros alentejanos encontrados foram bacharéis em Medicina (entre 21) de seus nomes: Francisco Martins *Grillo*, filho de Manuel *Antonio Grillo*, com 12 valores (Bom), natural de Mourão, Évora e João *Antonio* de Mattos Romão, filho de João Romão Paiva, natural de *Gáffete*, Crato, Portalegre, com 13 valores (Bom) (Anuário 1906/07, pp. 26-36).

Para os bacharéis em **1906/07**, analisemos os dados que constam do quadro seguinte (Anuário 1907/08, pp. 26-37):

Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados	Nome do bacharel	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 91 bacharéis (entre eles, os gémeos Sousa Mendes, Aristides e César, com Bom – 16 valores)	Alberto Vicente da Silva	Suf. – 11	Odemira, Beja	<i>Antonio</i> Vicente da Silva
	<i>Antonio</i> José Abêlho Mexia	Suf. – 10	Portalegre	João Frederico Tello Mexia
	<i>Antonio</i> Mourato Grave	Bom – 11	Alpalhão, Portalegre	Francisco Mourato Themudo
	Francisco Mourato Peliquito	Suf.-14	Alpalhão, Portalegre	José <i>Filippe</i> Peliquito
	João Machado da Silva	Bom – 16	Santa Maria d'Oliveira, Beja	Francisco Machado da Silva
	José Garcia da Costa	Suf. – 8	Reguengos, Évora	<i>Antonio Affonso</i> Costa
	José Pequito Crespo	Suf. – 14	<i>Gáffete</i> , Portalegre	<b>João</b> Brás Pequito

[continua]

**A Presença de alentejanos e alentejanos diplomados  
na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

<b>Direito</b> 91 bacharéis (entre eles, os gémeos Sousa Mendes, Aristides e César, com Bom – 16 valores)	José Martins Caeiro Carrasco	Suf. – 13	Moura, Beja	Manuel Caeiro Carrasco
	José Vicente Ferreira	Suf. – 9	Alandroal, Évora	José Vicente Ferreira
	Marcelino Fialho Gomes	Suf. – 10	Sobral, Moura, Beja	Carlos Augusto Fialho Gomes
	Pedro Sequeira <i>Feyo</i>	Suf. – 8	Beja	Mariano de Sousa <i>Feyo</i>
<b>Medicina</b> 33 bacharéis	Augusto <i>Cesar</i> da Silva Ferreira	Bom – 16	Estremoz, Évora	Manuel José Ferreira

Apresentamos de seguida os dados referentes aos bacharéis do ano **1907/08**, tendo em conta que, relativamente aos diplomados pela Escola de *Pharmacia* não são indicadas as suas naturalidades. Sendo assim, na lista seguinte poderão estar a faltar alentejanos diplomados nesta Escola. Neste ano, frequentaram a UC, 1085 estudantes, sendo 60 provenientes do Alentejo, 21 do distrito de Évora, 16 do de Beja e 23 do de Portalegre (Anuário 1908/09, pp. 19-31, 208):

<b>Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados</b>	<b>Nome do bacharel</b>	<b>Classificação final (valores)</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Filiação</b>
<b>Direito</b> 93 bacharéis	Agostinho José Ferreira Ramos de Carvalho	Suf. – 13	Montemor-o- -Novo, Évora	Gaspar Ferreira
	<i>Antonio</i> Pedro Nunes Coelho Sampaio	Suf. – 14	Portalegre	Joaquim Alfredo Coelho Sampaio
	<i>Antonio</i> Pedro da Silveira Bagulho	Suf. – 14	Elvas, Portalegre	João Joaquim Bagulho
	Carlos Alberto Nunes de Vellez Juzarte <i>Rollo</i>	Suf. – 13	Portalegre	<i>Adolpho</i> Augusto Juzarte <i>Rollo</i>
	Francisco Manuel Pereira Coelho	Suf. – 14	Alcaria Ruiva, Beja	Francisco Manuel Pereira
	José Maria <i>Castello</i> <i>Corrêa</i> da Silva	Suf. – 11	Crato, Portalegre	<i>Cesario</i> <i>Corrêa</i> da Silva
	José Nunes d’Almeida Lopes	Bom-15	<i>Móra</i> , Évora	José Nunes Lopes
<b>Philosophia</b> 26 bacharéis	Francisco Pereira Dias da Fonseca	Bom – 17	Reguengos, Évora	Ângelo Pires da Fonseca
	Manuel Lopes Marçal <i>Junior</i>	Bom – 17	Évora	Manuel Lopes Marçal

Com números muito semelhantes aos registados no ano letivo anterior quanto ao número de estudantes na UC e aqueles que eram naturais do Alentejo, observámos que, em **1908/09**, estes valores eram 1195 e 69, respetivamente, sendo que relativamente aos últimos, vieram 25 do distrito de Évora, 20 do de Beja e 24 do de Portalegre. Contámos com bacharéis nas Faculdades de Direito, de *Philosophia* e de *Mathematica*. Dois deles, um em cada Faculdade, de apelidos Mira *Feyo*, eram seguramente irmãos (Anuário 1909/10, pp. 22-31, 266):

Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados	Nome do bacharel	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 98 bacharéis	Alfredo Augusto Camarate de Campos	Suf. – 14	Montemor-o-Novo, Évora	<i>Cypriano</i> Justino da Costa Campos
	<i>Antonio</i> Duarte Silva	Bom – 16	Estremoz, Évora	<i>Antonio</i> Duarte Silva
	<i>Antonio</i> Mira <i>Feyo</i>	Bom – 15	Beja	<i>Antonio</i> Cordeiro de Sousa <i>Feyo</i>
	Armando Cordeiro Ramos	Suf. – 13	Évora	<i>Antonio</i> José Ramos
	<i>Emygdio</i> Guilherme Gareia Mendes	Bom – 17	Ervedal, Portalegre	Casimiro Esteves Mendes
	<i>Jacinto Oscar</i> Augusto de Freitas	Suf. – 14	<i>Aviz</i> , Portalegre	João Joaquim André de Freitas
	Júlio <i>Cesar</i> d'Almeida Freire	Bom – 17	Odemira, Beja	Joaquim Bernardo Cochado Freire
	<i>Mathias</i> do <i>Rosario</i> Fernandes	Suf. – 13	Évora	Manuel de Sousa Marques Fernandes
	<i>Raul</i> Carlos da Silva <i>Rebello</i>	Suf. – 14	Elvas, Portalegre	Manuel Maria <i>Rebello</i>
<b><i>Philosophia</i></b> 18 bacharéis	Luís Mira <i>Feyo</i>	Bom – 15	Beja	<i>Antonio</i> Cordeiro de Sousa <i>Feyo</i>
<b><i>Mathematica</i></b> 1 bacharel	Aureliano Lopes de Mira Fernandes	M. Bom – 20	<i>Côrte</i> do Pinto, <i>Mertola</i> , Beja (outras fontes referem Mina de S. Domingos a 16 de junho de 1884)	<i>Antonio</i> Lopes de Mira Fernandes

## A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

No ano letivo **1909/10**, a UC contou com 1262 alunos, dos quais 61 eram naturais do Alentejo distribuídos pelos seus distritos da seguinte forma: 20 de Évora, 18 de Beja e 23 de Portalegre. Deste último, José Abelho *Tello Mexia*, natural da capital do distrito, filho de João Frederico *Tello Mexia* foi bacharel em duas Faculdades: Medicina e *Philosophia*, com as classificações finais de 13 e 11 valores, respetivamente, com a menção de Suficiente, em ambas. Na Faculdade de Medicina, 14 atingiram o mesmo grau e na de *Philosophia*, 11. Os restantes alentejanos, num total de 9, diplomaram-se pela Faculdade de Direito, sendo um deles outro filho do Visconde de *Altas Móras*. Relembremos que, em 1903/04, apareceu o primeiro, de primeiro nome Francisco, mas bacharel em *Philosophia*.

Foram eles:

Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados	Nome do bacharel	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 115 bachareis	<i>Arthur</i> Rodrigues d'Almeida Ribeiro	Suf. – 14	Ourique, Beja	<i>Antonio</i> Rodrigues d'Almeida Ribeiro
	Carlos Manuel Pires de Lima da Fonseca	Suf. – 12	Évora	Joaquim Henriques da Fonseca
	Francisco <i>Ignacio</i> da Costa Mira	Bom – 15	Beja	Francisco <i>Ignacio</i> de Mira
	Francisco Manuel d'Araujo Parreira da Rocha	Suf. – 13	Serpa, Beja	<i>Antonio</i> d'Oliveira Rocha
	João <i>Antonio</i> Diniz Victorino (Bach. Theologia em 1905/06)	Bom – 15	Campo Maior, Portalegre	<i>Antonio</i> Martinho Victorino
	Joaquim Eduardo d'Almeida Homem	Suf. – 11	Pavia, Évora	Luís Diogo Vieira Pinto
	Joaquim Pedro <i>Rebello</i> Arnaut	Suf – 14	Pavia, <i>Móra</i> , Évora	Joaquim <i>Antonio</i> <i>Arnaud</i>
	Paulo Limpo de Lacerda	Suf. – 10	Moura, Beja	Visconde de Altas Móras
	<i>Virgilio</i> Saque	Suf. – 13	Ourique, Beja	Caetano da Silva Saque

Retenhamos, curiosamente, o pormenor que o Laboratório *Chimico* e o Jardim Botânico faziam parte da jurisdição da ainda existente Faculdade de *Philosophia*.



*Pormenor do Jardim Botânico*

[ml.ci.uc.pt (23/3/21)]

Neste ano letivo, bacharel no ano transato, o alentejano Aureliano Lopes de Mira Fernandes, licenciou-se em *Mathematica*, repetindo a menção de Muito Bom, 20 valores (18 de janeiro de 1910). O objeto da sua dissertação foi “*Importancia da thermo-dynamica na Physica mathematica*” e, neste âmbito, o Reitor, Conselheiro Alexandre Ferreira Cabral Paes do Amaral, entregou-lhe o grau correspondente na *Real Capella* (Anuário 1910/11, pp. 18-30, 248).

### 3. Depois da criação das Universidades de Lisboa e Porto (1911)

O ano de 1911, em Portugal, foi rico na preparação de mudanças no Ensino Superior. A 22 de março foi publicado o Decreto que criou as Universidades de Lisboa e do Porto. Assim, podemos ver (Anuário 1910/1911, p. 329) no *Decreto com força de lei* de 19/4/1911, no seu artigo 2.º, que as Universidades do Estado passaram a ser três: a antiga *Universidade de Coimbra*, a nova Universidade de Lisboa e a nova Universidade do Porto. No artigo 3.º podemos constatar por exemplo que era criada uma nova Faculdade: “*A Universidade reformada de Coimbra compreende*” (entre outras): “*Uma Faculdade de Sciencias destinada ao ensino superior e geral das sciencias mathematicas (1.ª secção), physica-chimicas (2.ª secção) e histórico-naturaes (3.ª secção) (...)*”.

Os efeitos desta novidade foram executados no ano letivo 1911/1912. No *Decreto com força de lei* de 12/5/1911, assinado entre outros, pelos ministros Theophilo Braga, António José de Almeida, Affonso Costa, José Relvas e Bernardino Machado, podemos conhecer que as propinas eram, por exemplo, na 1.ª Secção acima referida, de 15\$000, para os *cursos annuaes* e de 10\$000 para os *semestraes*. Um 1.º assistente auferia 600\$00 por ano e um 2.º assistente, 300\$00 (Anuário de 1910/1911, pp.457, 462).



Neste período reformista, no mês de maio de 1911, também foram criadas por Decreto, as Escolas Normais Superiores (ENS), bem como as Escolas de Educação Física. Estas últimas nunca vieram a funcionar. Com vista a “*promover a alta cultura pedagógica e habilitar para o magistério dos lyceus, das escolas normaes primarias, das escolas primarias superiores, e para a admissão ao concurso para os logares de inspectores de ensino*”, as ENS, anexas às Faculdades de Letras e *Sciencias*, tinham por objetivo a preparação pedagógica dos licenciados que iriam exercer a docência. No *Decreto com força de lei de 21/5/1911* (Anuário de 1910/1911, pp. 462-464), no seu artigo 2.º, constatamos que, nas ENS havia três Cursos: o de habilitação ao *magisterio lyceal*, ao *magisterio normal primario* e ao *magisterio primario superior*. Qualquer deles tinha a duração de dois anos, sendo o primeiro de preparação pedagógica e o segundo de iniciação na prática pedagógica (*artigo 4.º*).

Em 1910/11, comecemos por destacar o brilhante e já referido alentejano Aureliano Lopes de Mira Fernandes (na fotografia ao lado) que, neste ano, alcançou o grau de doutor em *Mathematica*: mais uma vez com Muito Bom, 20 valores (janeiro ou março de 1911, consoante a fonte). O tema da sua dissertação foi “*Theorias de Galois/ Elementos da theoria dos grupos de substituições*”, dedicando-se a assuntos iniciados por matemáticos como Lagrange (1736-1813) e Ruffini (1765-1822) e desenvolvidos depois por Cauchy (1789-1857) e Galois (1811-1832), entre outros.



Julgamos que Aureliano Mira Fernandes merece uma atenção mais dedicada uma vez que foi figura nacional de muito relevo.

Fez os estudos liceais no Liceu de Beja (5 primeiros anos) e os 2 restantes em Coimbra. Enquanto estudante da UC, aderiu à greve estudantil de Fevereiro de 1907 o que lhe causou a reprovação de ano por não ter apresentado o requerimento de concessão de perdão.

Em 1910 foi eleito deputado pelo Partido Republicano, abandonando pouco depois a vida política.

Foi *professor substituto* de Geometria Descritiva na Faculdade de Matemática e, em 1911, foi nomeado Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, onde lecionou até 1954.

A extensa série de trabalhos originais seus foram apresentados, na sua maioria, à *Accademia dei Lincei*, principal Academia de ciência italiana, por Tullio Levi-Civita (1873-1943), com quem manteve correspondência assídua e próxima.

Sócio efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, participou na fundação da *Sociedade Portuguesa de Matemática* (1940) e foi um dos fundadores da Junta de Investigação Matemática (1943). Entre os seus muitos discípulos ilustres esteve Bento de Jesus Caraça (1901-1948), outro ilustre alentejano de Vila Viçosa. Aprendeu russo e latim, línguas que escrevia e falava fluentemente.



Faleceu em Lisboa, no dia 19 de Abril de 1958, aos 73 anos.  
Na passagem dos 50 anos da sua morte foi homenageado pelos Correios com a publicação de um selo (imagem ao lado).  
O elenco de bacharéis alentejanos, neste ano letivo (1910/11), foi (Anuário 1911/12, pp. 29-46; Anuário 1912/13, p. 121):

Faculdade ou Curso / n.º total de diplomados	Nome do bacharel	Classificação final (valores) (com alterações à menção qualitativa)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 247 bacharéis	Antonio Francisco Pereira	Suf. – 13	Gavião, Portalegre	José Francisco <i>Junior</i>
	Antonio Joaquim Dordio Teotónio	Suf. – 12	Arraiolos, Évora	Antonio Joaquim Faria Teotónio
	Antonio Maria de Sousa Sardinha	Bom – 16	Monforte, Portalegre	José Maria da Silva Sardinha
	Antonio Pais Rovisco	Suf. – 13	Sousel, Portalegre	Joaquim Pais Rovisco
	Francisco Garcia y Garcia	Suf. – 11	Amareleja, Beja	Francisco Garcia Pulido
	Francisco José Nobre Ribeiro	Bom – 15	Saboia, Beja	Antonio Manuel Ribeiro
	Joaquim da Silva Pimentel	Suf. – 13	Gavião, Portalegre	Serafim Maria Pimentel Teixeira
	José Alves Sequeira	Bom – 14	Alpalhão, Portalegre	Antonio de Andrade Sequeira
	José Filipe Sequeira	Bom – 14	Alpalhão, Portalegre	João Filipe
	José Herculano Ribeiro Rebelo	Bom – 16	Vila Viçosa, Évora	José Celestino Rebocho Rebelo
	Pedro Alexandre Palma	Suf. – 12	S. João dos Caldeireiros, Mértola, Beja	Joaquim Madeira Palma
<b>Medicina</b> 15 bacharéis (entre eles Bissaya Barreto, 1908-1996, 19 valores)	Francisco Pereira Dias da Fonseca (Bach. em <i>Philosophia</i> , 1907/08)	Bom – 17	Reguengos, Évora	Ângelo Pires da Fonseca
	Manuel Lopes Marçal <i>Junior</i> (Bach. em <i>Philosophia</i> , 1907/08)	M.Bom – 18	Évora	Manuel Lopes Marçal

[continua]

**A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados  
na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951**

<b><i>Philosophia</i></b> 17 bacharéis (5 só referidos no Anuário 1912/13)	Artur Perdigão de Sousa Carvalho	Suf. – 13	Évora	Conde da Ervideira
--	-------------------------------------	-----------	-------	-----------------------

Acrescentemos que, até outubro de 1910, apenas 23 mulheres se tinham matriculado na UC. Em 1910/1911, havia 8 mulheres matriculadas: 4 na Escola de Farmácia, 1 na Faculdade de *Philosophia*, 1 na de Direito e 2 no Curso de Partearas (Gomes, 1987, pp.22-23).

Relativamente ao ano letivo **1911/12**, a UC contou com 1246 alunos. Do distrito de Évora, 20; do de Beja, 17 e do de Portalegre, 28. Realçemos os números relativos a algumas outras origens: Algarve – 53; Trás-os-Montes – 90, *Extremadura* – 169; Açores – 58; Madeira – 28; África – 19; Ásia – 6; *Brazil* – 19; França-1 e *Hespanha*-1. Neste ano letivo, passámos a contar com as Faculdades de Letras e de *Sciências*. Os bacharéis do Alentejo, neste ano letivo, foram (Anuário 1912/13, pp. 105-122, 303):

<b>Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados</b>	<b>Nome do bacharel</b>	<b>Classificação final (valores)</b>	<b>Naturalidade</b>	<b>Filiação</b>
<b>Direito</b>  216 bacharéis	<i>Antonio</i> Figueiredo da Costa Barbosa	Suf. – 13	Odemira, Beja	José Maria Correia Barbosa
	<i>Antonio</i> Nunes de Carvalho	Suf. – 13	Beja	Joaquim Pereira de Carvalho
	Francisco Henrique Brandão Pereira	Bom – 14	Montemor-o- -Novo, Évora	Henrique José Pereira
	João Serrão Cintra do Vale	Bom – 14	Odemira, Beja	João Serrão do Vale
	João Xavier Camarate de Campos (irmão bacharel em Direito em 1908/09)	Bom – 14	Montemor-o- -Novo, Évora	Cipriano Justino da Costa Campos
	José Adriano Pequito Rebello	Bom – 17	Gavião, Portalegre	José Caetano Rebello
	José Rodrigues de Almeida Ribeiro (irmão bacharel em Direito em 1909/10)	Bom – 14	Ourique, Beja	<i>Antonio</i> Rodrigues de Almeida Ribeiro
<b><i>Philosophia</i></b>  20 bacharéis	Jaime <i>Antonio</i> da Palma Mira (Bacharel em Medicina em 1912/13)	Suf. – 12	Albernoa, Beja	José Francisco Mira
	José Frederico Serra	Suf. – 11	Elvas, Portalegre	Joaquim <i>Antonio</i> Serra

No dia 31 de agosto de 1912, entrou, sendo a primeira a fazê-lo na UC, para a recém-criada Faculdade de Letras, a *professora ordinária* de Filologia Germânica, Carolina Michaëlis (de Vasconcelos): havia sido nomeada em 11 de junho de 1911 para o mesmo lugar na Faculdade de Letras de Lisboa, contudo não o chegou a ocupar, pois em dezembro desse ano foi colocada em *comissão*, em Coimbra. Foi aclamada e fascinantemente recebida, «*na presença de todo o professorado e no meio de vivos e espontâneos aplausos de alunas e alunos das várias Faculdades, (...) na histórica Sala dos Capelos, celebrando-se assim com a devida solenidade o ingresso da primeira mulher portuguesa no ensino universitário*». Em 1911/1912, frequentavam a UC, 5 mulheres e ocorreu outro facto inédito: foi eleita representante dos estudantes da Faculdade de Medicina à Assembleia Geral da UC, Maria da Conceição do Sameiro Ferro da Silva, nascida em Braga, aluna distinta e *querida* da sua Faculdade, já que esta eleição se repetiu nos anos em que foi aluna do Curso (Gomes, 1987, pp. 28-30).

Referente a **1912/13**, encontrámos 61 bacharéis em Direito, sendo um deles, Antonio Vitorino da Silva Carvalho, filho de João Vitorino da Silva Carvalho, natural de Alandroal, Évora, com classificação final de 12 valores (Suficiente). Na Faculdade de Medicina, houve 18 bacharéis, sendo 3 alentejanos. Um deles, com um irmão bacharel em Direito no ano letivo 1910/11, foi Alberto *Felipe* Sequeira, natural de Alpalhão, Niza, Portalegre, filho de João *Felipe*, com 16 valores (Bom). Os outros dois foram: Jaime Antonio Palma Mira, natural de *Albernôa*, Beja, filho de José Francisco Mira, com classificação final de 15 valores (Bom) e João Crisóstomo Antunes Júnior, homónimo de seu pai e natural de Elvas, Portalegre, com classificação final de 17 valores (Bom). O penúltimo (Jaime) teve irmão (José) bacharel em Direito em 1910/11.

Não encontrámos mais diplomados alentejanos num ano em que 66 alunos eram desta província: 14 do distrito de Évora, outros tantos do de Beja e 38 do de Portalegre. No Anuário consultado para o efeito, encontrámos a elucidativa informação do número de doutores graduados na UC durante o século XIX. Eles foram 481, sendo 18 deles naturais do Alentejo. Conheçamos a sua proveniência e a sua área de estudo: de Évora, 3 de *Theologia*, 1 de Cânones, 1 de Direito, 1 de Medicina e 1 de *Mathematica*; de Beja, 1 de *Theologia*, 1 de Leis e 1 de Direito; de Portalegre, 4 de *Theologia*, 2 de Direito, 1 de Medicina e 1 de *Mathematica*. Saibamos ainda que houve, no século XIX, 16 doutores naturais do Brasil: 1 de *Theologia*, 3 de Cânones, 6 de Leis, 1 de Direito, 1 de Medicina, 1 de *Mathematica* e 1 de *Philosophia*. Contudo, mais à frente, em Anuário consultado, existe a referência curiosa a respeito destes 6 doutores em Leis: “*É 5 e não 6 o número de doutores brasileiros, já que Miguel de Souza Borges Leal, filho de Feliz de Souza Nogueira, natural de Campo Maior, comarca do Maranhão a quem fôra concedido o grau de leis em 31/7/1803, mas a quem o decreto de 29/8 anulou esse grau (...) (pelo) desacato cometido (...) no próprio acto do doutoramento (...); pois proferiu (...) nessa altura insultos acompanhados de gestos de arrogância, no momento em que devia agradecer – tudo pelo facto de ter aparecido na urna um R (de reprovado?), quando fôra julgado o seu exame privado*” (Anuário 1913/14, pp. 43-49, 273, 307).

## A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

Em relação ao ano letivo **1913/14**, a UC acolheu 1344 estudantes, 68 dos quais oriundos do Alentejo, sendo 16 do distrito de Évora, 13 do de Beja e 39 do de Portalegre. No Anuário de 1914/15, soubemos que ocupava o 1.º lugar (em 18) na antiguidade do Quadro geral dos docentes, neste ano letivo, José Caeiro da Mata, nascido a 6 de janeiro de 1877, Vimieiro, Évora, provido de lugar na Faculdade de Direito. Em Coimbra, vivia no Penedo da Saudade, 100. Refira-se que se manteve ao serviço da UC até 1919, altura em que transitou para a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi ministro de Salazar por diversas vezes (Negócios Estrangeiros e Educação). Tivemos ainda conhecimento que, nesta Faculdade, foram demitidos 2 docentes, sendo um deles, Rui Enes Ulrich, cuja dispensa terá ocorrido a 10/11/1910, mas só agora publicitado.

Assinalemos ainda que, foi neste ano letivo que a UC contou com a primeira mulher bacharel em Direito, com 16 valores. Foi Regina da Glória Magalhães Quintanilha (1893-1967), nascida em Bragança e que foi também a primeira mulher a ingressar neste Curso, altura em que (1910) foi aclamada por toda a Academia com as capas no chão a dar-lhe passagem. Em Coimbra, vivia no Hotel Avenida. Foi também finalista do mesmo Curso, António de Oliveira Salazar.

Vejamos agora os bacharéis alentejanos no ano letivo em apreço (1913/14) (Anuário 1914/15, pp. 235-243, 259, 369):

Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados	Nome do bacharel	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b>  92 bacharéis	Abílio Marques Mourão	Suf. – 13	Gavião, Portalegre	<i>Antonio</i> José Alves Ferreira Mourão
	Domingos <i>Vitor</i> Cordeiro Rosado	Bom – 14	Redondo, Évora	Joaquim <i>Antonio</i> dos Santos Rosado
	Libânio Augusto Ramalho Esquível	Suf. – 13	Mourão, Évora	Manuel Augusto Rosado Esquível
	José Pires de Matos <i>Miguens</i>	Bom – 15	Aldeia da Mata, Portalegre	José Pires <i>Miguens</i>
<b>Mathematica</b>  6 bacharéis	<i>Ruy</i> da Silva Leitão	M.Bom – 18 (apenas outro colega, oriundo de S. Roque do Pico, Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, obteve esta classificação)	Elvas, Portalegre	<i>Antonio</i> Pires Leitão
<b>Philosophia</b>  17 bacharéis	Manuel Hermenegildo Lourinho	Suf. – 13	Portalegre	Francisco Hermenegildo Lourinho

No Anuário de 1916/17 (pp. 241-251), encontramos a relação dos 3 alunos que concluíram o Curso Farmacêutico-Químico neste ano letivo. Nela figura *Antonio Jordão Ferreira Falcão*, natural de Montargil, Portalegre, *distinto* com 16 valores, filho de *Antonio Jordão Ferreira*.

No ano letivo **1914/15**, a UC contava com 1360 alunos: 10 do distrito de Évora, 13 do de Beja e 37 do de Portalegre. Encontrámos, neste ano letivo, os primeiros 4 bacharéis pela Faculdade de Letras, 2 em Filologia Clássica, 1 em Filologia Germânica e outro em Filosofia, sem a presença de qualquer alentejano. Pela primeira vez também, surgiram os pioneiros, em número de 12, no bacharelato da Faculdade de *Sciências*, junção das antigas de *Mathematica* e de *Philosophia*. Um deles foi José Brás de Faria, natural de Beja, com 11 valores (Suficiente), filho de Miguel Brás de Faria.

Nas outras Faculdades, temos o registo dos seguintes diplomados (Anuário 1915/16, pp. 287, 291-298):

Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados	Nome do bacharel	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 57 bacharéis	Antonio Martinho Dinís Victorino (Irmão João, bach. em Theologia em 1905/06)	Suf. – 13	Campo Maior, Portalegre	Antonio Martinho Victorino
	Antonio Ladislau Parreira de Araújo Rocha	Bom – 15	Serpa, Beja	Antonio de Oliveira Rocha
	Francisco Caracol Soares Vítor	Bom – 14	Messejana, Beja	Francisco Soares Vítor
	João Vás Viola Júnior	Suf. – 12	Brinches, Serpa, Beja	João Vás Viola
	José Rosado da Fonseca	Bom – 14	Estremôs, Évora	João Rosado da Fonseca
	Raul de Carvalho Malato Fino	Bom – 14	Portalegre	Francisco Miranda Holbeche Fino
<b>Medicina</b> 23 bacharéis	José Frederico Serra (Bach. Philosophia em 1911/12)	Bom – 15	Elvas, Portalegre	Joaquim Antonio Serra

No anuário de 1916/17, encontrámos a lista de alunos admitidos a Bolsa de Estudo (cerca de 50), também em anos anteriores, mas que ainda estavam delas a usufruir. Nela, figuram: João Maria *Pôrto*, natural de Nisa (embora no registo encontrado, por lapso, apareça Mira), Portalegre, tendo ingressado na Faculdade de Medicina em 1913; José Silvestre Ferreira, natural de *Sáfara*, Beja, ingressado em 1915 em Direito e Manuel Joaquim da Conceição e Silva, Beja e ingressado na UC em 1916.

## A Presença de alentejanas e alentejanos diplomados na Universidade de Coimbra entre 1900 e 1951

Relativamente a **1915/16**, eram 1565 os alunos que estavam matriculados, havendo 59 do Alentejo: 13 do distrito de Évora, 11 do de Beja e 35 do de Portalegre. Este é o primeiro ano no qual não figuram as classificações finais de todos os diplomados, nomeadamente os abrangidos pela Nova Reforma na Faculdade de Direito. De acordo com os dados disponíveis, neste ano letivo, os diplomados foram os seguintes (Anuário 1916/17, pp. 40-47, 238, 241-251):

Faculdade ou Curso/ n.º total de diplomados	Nome do bacharel	Classificação final (valores)	Naturalidade	Filiação
<b>Direito</b> 58 bacharéis	Gabriel da Costa Gomes	Não indicada	Montoito, Redondo, Évora	Josefa da Conceição Gomes
	Horácio Baptista de Carvalho	Suf. – 13	<i>Ponte de Soure</i> , Portalegre	<i>Antonio</i> Baptista de Carvalho
	José Varela Lopes	Bom – 14	Cabeção, Mora, Évora	Simão Lopes Coelho
<b>Medicina</b> 61 bacharéis	Manuel Hermenegildo Lourinho (Bach. em <i>Philosophia</i> em 1913/14)	Bom – 14	Portalegre	Francisco Hermenegildo Lourinho
	Januário Machado Cavalheiro	M.Bom – 18	Elvas, Portalegre	Joaquim Alves Cavalheiro
	João <i>Antonio</i> Carreiras	Bom – 16	Campo Maior, Portalegre	Pedro Pereira Carreiras
	Zeferino Moreira de Sousa Baptista	Bom – 14	S. Bartolomeu de <i>Villa</i> Viçosa, Évora	Albino Moreira de Sousa Baptista
<b>Escola de Farmácia</b> 2 bacharéis	José Arsénio da Fonseca Júnior	Bom – 14	Alter do Chão, Portalegre	José Arsénio da Fonseca

Em **1916/17**, 1273 alunos frequentavam a UC. Do Alentejo, havia 42: 5 do distrito de Évora, 8 do de Beja e 29 do de Portalegre. Notemos que houve 8 bacharéis na Faculdade de Letras, contudo nenhum alentejano, o mesmo ocorrendo na Escola de Farmácia que contou com 3 diplomados, num total de 25 alunos a frequentarem-na. Na Faculdade de *Sciências*, que contou com 10 bacharéis, também não contou com alentejano algum. Já a Faculdade de Medicina, teve 2 (entre 28): Emílio Carita Polido, filho de José Curado Polido, natural de *Niza* e Manuel da Silva Pires, filho de Joaquim *Antonio* Pires, natural de Cabeço de Vide, Alter do Chão, Portalegre. Na Faculdade de Direito, que obteve 57 bacharéis, contámos com a presença de: Domingos Garcia Pulido, filho de João Martins Pulido, natural de Vidigueira, Beja; José Silvestre Ferreira Bossa, filho de Eufrásio Caetano Bossa, natural de *Safára*,

Moura, Beja; Rafael Salinas Calado, filho de Cristiano Mendes Calado, natural de Alter do Chão, Portalegre. Estes alunos faziam parte da denominada *Nova Reforma* do Curso. Já João de Deus Pereira, filho de José Pedro Palma, natural de Pias, Moura, Beja, pertencia ao chamado *período transitório*, foi bacharel em Direito com 13 valores (Suficiente) (Anuário 1917/18, pp. 189, 193, 237).

No ano letivo **1917/18**, dos 1198 alunos matriculados, 43 eram alentejanos, sendo 6 do distrito de Évora, 10 do de Beja e 27 do de Portalegre. Já da lista dos diplomados apenas encontrámos Amadeu Eduardo de Campos Paiva, filho de Eduardo Augusto de Campos Paiva, natural de Reguengos de Monsaraz, Évora, bacharel em Medicina, ao lado de 23 colegas. Estranhámos o facto de na Faculdade de Direito só terem terminado o seu Curso, 18 alunos. Colocamos a hipótese de os dados que aqui constam não serem absolutamente fidedignos e estarem incompletos. A Faculdade de Letras contou com 3 bacharéis, a de *Sciências*, 1 e a Escola de Farmácia, 5, sem alentejanos presentes (Anuário 1918/19, pp. 49-53, 61, 82-84).

No ano letivo **1918/19**, a UC tinha 59 alentejanos, 13 do distrito de Évora, 14 do de Beja e 32 do de Portalegre, num total de 1166 alunos. No que toca a bacharéis do Alentejo, encontrámos dois: Joaquim Dias Loução, filho de José Dias Loução, natural de Alpalhão, *Niza*, Portalegre, diplomado na Faculdade de Direito num conjunto de 84 alunos; José Galé *Lêngua*, filho de Henriqueta Galé *Lêngua*, natural de Elvas, Portalegre, diplomado pela Faculdade de *Sciências* em Ciências Físico-Químicas, aliás, o primeiro alentejano que encontrámos finalista nesta Faculdade e nesta área. Com ele, houve mais 4 bacharéis no mesmo Curso. Relativamente ao ano letivo 1919/20, ficámos a saber que ao natural de *Niza*, Portalegre, José da Graça *Pôrto*, ingressado na Faculdade de Direito no dia 4 de novembro de 1919, foi atribuída Bolsa de Estudo. Um seu irmão, presumimos, de nome João Maria *Pôrto*, havia tido igual tratamento aquando do seu ingresso em Medicina em 1913 (Anuário 1919/20, pp. 95-105, 115, 222-223).

Neste ano, a Assembleia Geral da UC tinha vagos os lugares dos Representantes dos alunos de Ciências e de Direito. Já a representante dos alunos de Medicina era a já atrás referida Maria da Conceição do Sameiro Ferro da Silva. Ainda neste ano, teve lugar o doutoramento, em Ciências Históricas na Faculdade de Letras, de Manuel Gonçalves Cerejeira, futuro cardeal patriarca.

Neste ano letivo, 15000 portugueses terão concluído o Ensino Primário e 300 o Superior, o triplo dos observados cerca de 30 anos antes (1888/89) (Valério, 2001, p. 463).

Referente a **1919/20**, ano em que 78 mulheres frequentavam a UC (Gomes, 1987, p.53), encontrámos a primeira mulher alentejana a conquistar o grau de bacharel: Hermínia Augusta da Costa Machado, filha de Álvaro Acácio Machado, natural de Reguengos de Monsaraz, Évora, diplomada pela Faculdade de Letras em Filologia Românica. Com ela estavam mais 7 bacharéis. Na Faculdade de Direito, encontrámos 3 alentejanos do distrito de Portalegre, sendo que um deles (Joaquim Loução) já havia sido incluído no ano letivo anterior, devendo por isso ter havido um lapso. Os outros dois foram: Jaime Dinis Oliveira de Almeida, natural de *Niza*, filho de Bartolomeu Dinis de Almeida e Manuel da Costa Lemos Mendes de Oli-



veira, natural de S. Lourenço e filho de Luís Mendes de Oliveira Fernandes. Com estes, encontrámos mais 70 bacharéis nesta Faculdade. Já na de Medicina, com 63 diplomados, figuravam os também oriundos do mesmo distrito e ambos de *Niza*, João Maria *Pôrto*, filho de Joaquim Martins *Pôrto* e Joaquim Carita Remechido, filho de José Maria Carita Remechido. Neste ano letivo, frequentaram a UC 1204 alunos, sendo 68 os alentejanos: 12 do distrito de Évora, 22 do de Beja e 34 do de Portalegre (Anuário 1920/21, pp. 53-63, 68).

A população alentejana, em 1920, tinha sofrido aumento desde 1890: cada distrito contaria agora com mais de 34 milhares em 30 anos volvidos, a saber, em Évora, 153239, em Beja, 200615 e em Portalegre, 147398 (Valério, 2001, p. 57).

No ano letivo **1920/21**, estavam matriculados 1155 alunos, sendo 67 alentejanos, 18 do distrito de Évora, 20 do de Beja e 29 do de Portalegre. Figuram neste ano, 5 bacharéis provenientes desta região, sendo 3 deles na Faculdade de Direito (entre 31) e 2 na de Medicina (entre 30). Na primeira, foram: Armando Cavaleiro Pinto Bastos, natural de Évora e filho de Martinho Pinto Bastos; Joaquim Toscano de Sampaio, de Cuba, Beja, filho de Sebastião Maria de Sampaio e Luís de Lemos Mendes de Oliveira, de S. Lourenço, Portalegre, filho de Luís Mendes Oliveira Fernandes. Este último teve irmão, Manuel, bacharel na mesma área no ano letivo anterior. Em Medicina, tivemos Augusto da Fonseca Júnior, natural de *Cólos*, Odemira, Beja, filho de José Augusto da Fonseca e Mário Serrão Burguete, de Belver, Portalegre, filho de Jacinto Serrão Burguete (Anuário 1921/22, pp. 55-62, 177).

Em cada um dos Anuários da UC consultados, o procedimento observado tem sido sempre o de constarem sempre os dados de conclusão de Curso relativos ao ano anterior. Contudo, tal não ocorre no de 1922/23. De acordo com os posteriores, deduzimos que dizem respeito aos do próprio ano que dá número ao documento. Sendo assim, por falta de informação, ficam por revelar os dados referentes ao ano 1921/22.

Sendo assim, em **1922/23**, constam os bacharéis em Direito José Augusto Fraústo Basso, filho de Júlio da Graça Marques Basso e José da Graça *Pôrto*, filho de Joaquim Martins *Pôrto*, ambos naturais de *Niza*, Portalegre e José Joaquim Frasquilho, filho de Francisco José Frasquilho, natural de Amareleja, Moura, Beja. Com eles, mais 5 dezenas de estudantes atingiram este grau, nesta Faculdade. Neste ano letivo, registamos como novidade o elevado número de doutoramentos em Medicina (24) contra apenas 8 licenciaturas. Tal vai ocorrer também em anos posteriores e, de acordo com informações a este respeito, conclui-se que não se tratava de doutoramentos académicos, mas sim profissionais (Anuário 1922/23, pp. 113-121).

Em **1923/24**, a Faculdade de Letras, a Secção de Filologia Românica contou com 7 licenciados, sendo um deles *Antonio* dos Santos Carreta Cota, filho de Artur dos Santos Pereira Cota de Évora. Houve 52 licenciados em Direito, incluindo 3 alentejanos do distrito de Portalegre: Alfredo Pereira Tavares Alves, filho de Nicolau Emílio Alves, natural da capital do distrito; Joaquim de Sousa Prates, de Montargil, Ponte de Sor, filho de *Antonio* Gil de Sousa e Joaquim Tavares Machado, de Aldeia da Mata, Crato e filho de João Machado Calado.

A Faculdade de Medicina, sem qualquer licenciado alentejano, voltou a contar com elevado número de doutores (19), um dos quais Joaquim de Moura Relvas, natural de Montalvão, Portalegre, filho de Joaquim de Moura Faria. Por último, fica a faltar o licenciado *Antonio* Jacinto Chichorro Marcão, filho de *Antonio* Jacinto Marcão, natural de Monforte, Portalegre que, ao lado de 7 colegas, obteve o grau em Ciências Matemáticas. De acordo com os dados disponíveis e consultados, terá sido o primeiro alentejano a adquiri-lo, nesta área, na UC (Anuário 1923/24, pp. 119-129).

No ano letivo **1924/25**, teremos tido o primeiro licenciado alentejano em Filologia Clássica (Faculdade de Letras): Joaquim José Horta e Costa Henriques, natural de Évora, filho de José da Costa Henriques. Ao seu lado, estiveram 2 mulheres e outro homem. Também tivemos o pioneiro alentejano nas *Ciências Históricas e Geográficas* (em 3): João Braz, natural de Ervedal, Aljustrel, Beja, filho de Manuel Jacinto Braz. Em Direito, dos 46 licenciados e 3 bacharéis, houve o licenciado de Odemira, Beja, *Antonio* dos Santos Silva Júnior, homónimo de seu pai. Na de Medicina, houve 17 licenciados, sendo um deles de Póvoa e Meadas, Castelo de Vide, Portalegre: João *Antonio* Transmontano, filho de *Antonio* José Transmontano. De novo, tivemos elevado número de doutores (42) nesta Faculdade e 4 eram alentejanos, todos do distrito de Portalegre: Alfredo da Silva Pimentel, natural de Gavião e filho de Serafim Pimentel Teixeira; Júlio da Silva Abreu, natural de Elvas e filho de Manuel Vicente de Abreu; Manuel Joaquim Costa, natural de Alagoa e filho de Joaquim Costa; Manuel Mendes de Almeida, natural da capital de distrito e filho de José Maria Serra de Almeida. Anotemos que a Faculdade de Ciências teve 11 licenciados e a de Farmácia, 8, não incluindo, em qualquer caso, alentejanos (Anuário 1924/25, pp. 109-119).

Relativamente a **1925/26**, encontrámos 37 licenciados em Direito, 2 do distrito de Beja. Foram eles, Adail Duarte Videira, filho de Manuel Duarte Videira, natural de Mértola e Rafael Baptista Nobre Sobrinho, filho de Manuel Baptista Sobrinho, natural de Alvito. Houve mais um, do distrito de Portalegre, natural de Seda, Alter do Chão, Mário Lopes Pinto de Castro, filho de Luiz Sérgio Lopes de Castro. Em Medicina, contámos com 24 doutores sendo um alentejano de Conceição, Beja, de nome Manuel Jacinto Nobre, filho de Jacinto Nobre. Licenciados, houve 31, um deles de Beja: Arnaldo Arsénio Aires Pimenta, filho de Porfírio Alves de Ataíde Pimenta. José Baptista Lopes, filho de José Vinagre, natural de Elvas, Portalegre, foi o único licenciado alentejano, em Ciências Matemáticas, num conjunto de 3, segundo o Anuário consultado. Noutra fonte, o Livro de Atas da *Congregação da Faculdade de Ciências*, este número sobe para 5, sendo *Ruy Luiz Gomes*, um deles e de que falaremos mais adiante.

No dia 16 de novembro de 1925, a UC perdeu a única professora que tinha: faleceu Carolina Michaëlis (Anuário 1925/26, pp. 103-113). Acrescente-se ainda que, neste universo feminino, tínhamos a frequentar a Faculdade de Ciências e a Escola de Farmácia, Leonor Maria da Piedade Flores que será a primeira mulher a ser 2.<sup>a</sup> assistente do 2.º Grupo da 2.<sup>a</sup> Secção (Química) da Faculdade de Ciências, em maio de 1938 (Gomes, 1987, p.103). Concluiu o Curso de Ciências Físico-

-Químicas, com 17 valores em 1931/32. Era natural de Pratel, *Vila Velha de Rodam*, Castelo Branco.

Em 1926/27, contámos 41 licenciados em Direito, 2 dos quais alentejanos, dando-se aqui a estreia de uma mulher, Maria José Alves, natural de Beja, filha de Manuel Joaquim Alves. O outro foi *Antonio* Marques Batoque, filho de *Luiz Antonio* Batoque, natural de Évora. Tivemos o número recorde de 104 licenciados em Medicina, 6 deles alentejanos: João de Sousa Carita, filho de Francisco de Matos Carita, natural de Monte da Pedra, Crato, Portalegre; Joaquim Jorge de Carvalho, filho de José Jacinto da Rosa Carvalho, natural de Vidigueira, Beja; Manuel Francisco Gomes, Beja e homónimo de seu pai; Manuel Frederico da Costa, natural de Portalegre e filho de João Augusto da Costa; Manuel Joaquim Mouta, de Elvas, Portalegre, filho de Júlio Albano Mouta e Raúl da Conceição Galiano, filho de Domingos Raúl Ferreira Galiano e natural de Évora.

O último licenciado alentejano registado neste Anuário foi *Luiz* Beda de Sousa Tavares Neto, natural de Évora, filho de *Antonio* Damião de Sousa Neto, aluno de Ciências Matemáticas. A respeito deste licenciado encontramos uma incongruência quando comparamos este registo com outras fontes, nomeadamente a Ata da *Congregação da Faculdade de Ciências*. Segundo este documento, Beda Neto, como ficou conhecido na Secção das Ciências Matemáticas onde veio a ser professor, ter-se-ia licenciado no ano letivo 1924/25 já que, em ata de 9 de maio de 1925, (p. 20-v) encontrámos o seu nome com a classificação final de 18 valores. Contudo, e consideramos o facto insólito, no mesmo livro, na página 27, este *termo* é anulado por despacho Reitoral do dia 12 de novembro de 1925. No verso desta mesma página, encontrámos a decisão final referente à segunda época do ano letivo 1926/1927, na qual o aluno conquistou uma classificação de 19 valores. Será talvez por esta razão, da alteração da classificação final, que o seu nome figura apenas no Anuário de 1926/27.

Beda Neto exercerá funções de 2.º *assistente* no ano letivo 1928/1929 e depois de 1.º *assistente* até 1934, seguidamente de professor auxiliar até 1938. Doutorou-se a 31 de julho de 1936 com a dissertação “*Contribuição para o Estudo da Teoria das Funções*”. Foi professor extraordinário até 1942. Contudo, num Despacho de 18 de abril de 1942, foi «nomeado primeiro assistente vitalício», com posse a 5 de junho do mesmo ano, conforme consta do Anuário de 1941/42 (p.101). Embora com esta nomeação, pediu, no ano de 1948 e no dia 9 de dezembro, a exoneração de 1.º *assistente*, a rescisão de contrato como professor extraordinário e respetiva exoneração, figurando a partir desta data com a categoria de catedrático (Anuário 1948/49, p.168).

Refira-se que um dos colegas de formatura (eram 3 ou 5, consoante a fonte) de Beda Neto foi Ruy *Luiz* Gomes, com 20 valores, nascido no Porto e que se doutorou na UC em 1928. Foi professor catedrático na Universidade do Porto e, fundou, em 1943, com o acima referido alentejano Aureliano Mira Fernandes, a Junta de Investigação Matemática, tendo sido afastado do ensino por ter reclamado da detenção de uma sua aluna pela PIDE. Foi ainda candidato à Presidência da República em 1951 apoiado pelo Movimento de Unidade Democrática (MUD) depois

de ter apoiado a candidatura do General Norton de Matos dois anos antes (Anuário 1926/27, pp. 99-113). É importante referir, até pela já exposta confusão e alguma imprecisão dos dados contidos nos Anuários consultados que, nesta época (1923 a 1926) a Universidade viveu momentos de crise, tendo tido 3 reitores, 1 por cada ano letivo. “(...) *a instabilidade política e a desorganização económica e financeira*” do país terão tido consequências óbvias na vida da UC e talvez por isso o Anuário de 1922/23 só tenha sido publicado em 1933, ano em que também “*foram publicados os Anuários referentes aos anos letivos 1923/24 e 1926/27*” (Gomes, 1987, p. 68).

[Continua no próximo número]

## **Bibliografia**

### **Fontes impressas**

Anuários da Universidade de Coimbra (1870/1871; 1880/1881; 1890/1891; 1900/1901-1926/1927; 1938/1939-1941/1942; 1948/1949-1950/1951), Coimbra, Universidade de Coimbra [disponíveis em <https://digitalis-dsp.uc.pt/republica/UCBG-8-118-1-3/rosto.html>].

BANDEIRA, Ana Maria Leitão; PITA, João Rui Rocha (1990), *As primeiras mulheres farmacêuticas na Universidade de Coimbra*, Kalliope, De Medicina, n.º 3, pp. 21-28.

BELL, Victoria; PITA, João Rui Rocha (2016), *Lembrando Maria Serpa dos Santos no seu centenário (1916-2016)*, Farmacêutico News, Ano 4, n.º 22, pp. 19-22.

GOMES, Joaquim Ferreira, *A mulher na Universidade de Coimbra*, Livraria Almedina, 1987

PIMENTEL, Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Temas e Debates, 2001

ROSMANINHO, Nuno, *Uma nova Alta de Coimbra*, Visão História n.º 46, pp. 44-47, abril 2018

SANTOS, Cândido dos, *A mulher e a Universidade do Porto, A propósito do centenário da formatura das primeiras médicas portuguesas*, U. Porto Press, 1991

SANTOS, Marcos Olímpio Gomes dos, *O Alentejo na Poesia*, documento adaptado a partir da tese de doutoramento do autor, 2011 [disponível em <https://docplayer.com.br/11419767-O-alentejo-na-poesia-1.html>], consultado em 13/3/2021].

SOUSA, Jorge Pais de, *Bissaya Barreto, Ordem e Progresso*, Almedina, 2017

VALÉRIO, Nuno (coordenação), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Vol. I (2001), INE [disponível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt), consultado em 1/3/2021].

VAQUINHAS, Irene, *Mulheres na Universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas*, História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, IV Série, Vol.8, n.º1, 219-244 (2018) [disponível em <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/80188>, consultado em 13/3/2021].

### Fontes não impressas

Pedido de bilhete de identidade – Arquivo Distrital de Portalegre – DigitArq [consultado em 8/12/2020, 4/3/21] (Fotografias de Maria Mourato, Mariana Pólvora)

<http://www.publico.pt/doutoramentos>. *web site do Jornal Público*. [Online] 8 de março de 2013. *Projeto de investigação em jornalismo computacional – Reaction* [consultado em 3/4/2013]

<http://www.uc.pt/academicos/provas/doutoramentos/> [consultado em 12/2/2014]

<https://www.uc.pt/fctuc/dmat/departamento/bibliomat/servicos/matematicos/MiraFernandes-A> [consultado em 6/3/2021]

### Fotografias de Coimbra [consultados em 23/3/2021]

<https://clubepatrimonio.blogs.sapo.pt>

[coimbraantiga.blogspot.pt](http://coimbraantiga.blogspot.pt)

<http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/jbuc/msg00212.html>

# Ação e Retórica Comunista no Alentejo: O jornal clandestino “*O Camponês*” para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)

---

João Gabriel Caia<sup>1</sup>

**Resumo:** Após a Segunda Guerra Mundial, a vitória das democracias entrega ao movimento oposicionista ao regime do Estado Novo uma nova força. Particularmente, o Partido Comunista Português, num processo de reorganização, adota como objetivo o incremento da sua influência junto dos trabalhadores rurais. Assim, funda-se, em 1947, *O Camponês*, com o intuito de melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais, preparando-os para os conflitos sociais. Tendo na unidade um princípio fundamental, as suas orientações vão no sentido da luta por melhores jornas, por emprego, por resistência, contra as políticas do regime, e em prol das ideias do partido.

A relação do jornal com as massas rurais vai-se estabelecer com base numa interdependência motivada pela relação direta entre as orientações do jornal e o sucesso das reivindicações. A precariedade laboral e a carestia de vida no Alentejo irão, deste modo, aproximar e assemelhar, partido, região e comunidades rurais.

**Palavras-chave:** *O Camponês*; Alentejo; Trabalhadores Rurais; Partido Comunista Português.

## Introdução

No presente estudo<sup>2</sup> analiso o jornal clandestino *O Camponês*, do Partido Comunista Português, e a sua influência no Alentejo, enquanto meio de mobilização de trabalhadores rurais e influenciador de conflitos sociais de oposição ao Estado Novo.

---

<sup>1</sup> Historiador. (Ciência Vitae 701F-8124-0668) [joaogabrielcaia@outlook.pt](mailto:joaogabrielcaia@outlook.pt)

<sup>2</sup> O presente artigo corresponde à versão integral, com algumas melhorias, do Seminário em História, desenvolvido para conclusão da Licenciatura em História e Arqueologia na Universidade de Évora (2018), sob a orientação académica e científica da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Nunes, Catedrática do Departamento de História.

Assim, dedico-me a estudar o jornal enquanto fonte arquivística para a compreensão das conexões existentes entre partido, região e sociedade. As minhas principais motivações residem na pouca investigação em torno do jornal, assim como na tentativa de compreender o histórico reivindicativo do Alentejo e as conexões existentes com sua relação, quase intrínseca, atualmente existente com o PCP. Defini como balizas cronológicas de estudo o ano de 1947, referente ao início da publicação do jornal, e o ano de 1958, por significar uma alteração de agenda, devido ao início da Guerra Colonial e do intenso êxodo rural que assola o Alentejo e prejudica a luta reivindicativa. No que diz respeito à regionalização, define-se neste estudo o Alentejo pela extensão que o recorte do Portugal 2020 estabelece, incluindo os distritos de Beja, Évora, Portalegre, a metade sul do distrito de Setúbal e algumas localidades do distrito de Santarém.

Estruturei este estudo em três grandes capítulos: «A realidade social dos campos alentejanos no início dos anos 40», no qual analisarei a estrutura social rural e a situação agrária do Alentejo antes de 1947, a conjuntura nacional e internacional do pós-guerras, relacionada com as dificuldades económicas e a política agrária do Estado Novo, e as orientações do PCP para a ação junto dos camponeses, assentes nas resoluções dos I e II Congressos Ilegais (de 1943 e 1946, respetivamente); «*O Camponês*: o perfil de um jornal clandestino no Alentejo», no qual caracterizarei a publicação, abordando questões relativas à sua fundação, à organização clandestina do PCP e às variações da periodicidade, assim como a importância dada à unidade e a mensagem política do partido; e, por fim. «As agendas de uma publicação clandestina de resistência no mundo rural», que servirá para fazer um levantamento e análise dos conflitos sociais relatados, para abordar a problemática da jornal, as relações com as estruturas do Estado Novo, as questões envolventes da martirização de trabalhadores rurais e, ainda, explicar as dificuldades financeiras da publicação.

## **A realidade social dos campos alentejanos no início dos anos 40**

### *a) A estrutura social rural*

A linguagem patente n' *O Camponês* só pode ser compreendida se houver um conhecimento cuidado acerca do mundo rural alentejano, sobretudo no que aos seus aspetos sociais diz respeito. Sendo um jornal cuja publicação se pauta pela reivindicação de melhores condições laborais, é fundamental analisar os estratos sociais a que se destina, no contexto da década de 40, de modo a melhor esclarecer as motivações que conduziram ao seu início, assim como a importante presença que foi registando na vida de muitos assalariados rurais alentejanos. Nesse sentido, há que ter em conta alguns apontamentos essenciais relativos à complexa diferenciação social e à relação com a propriedade agrícola.

De acordo com os dados fornecidos pelo Recenseamento da População de 1940, a esmagadora maioria da população ativa agrícola do Alentejo encontrava-se na condição de trabalhador por conta de outrem: relativamente ao distrito de Beja, 6

**Ação e Retórica Comunista no Alentejo: O jornal clandestino “O Camponês”  
para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)**

583 (9,5%) são patrões, 6 418 (9,3%) são isolados, 44 439 (64,5%) são trabalhadores por conta de outrem; 3 474 (5,0%) são trabalhadores não remunerados, e classificados na categoria de “outros” estão 8 091 (11,7%); relativamente ao distrito de Évora, contabilizam-se 3 919 (8,6%) patrões, 1 908 (4,2%) isolados, 33 077 (72,5%) trabalhadores por conta de outrem, 852 (1,9%) trabalhadores não remunerados, e 5 839 (12,8%) enquanto “outros”; e, por fim, relativamente ao distrito de Portalegre, existem 4 069 (9,1%) patrões; 2 320 (5,2%) isolados; 32 710 (73,5%) trabalhadores por conta de outrem; 881 (2,0%) trabalhadores não remunerados; e 4 562 (10,2%) classificados na categoria de “outros”<sup>3</sup>.

Contudo, a categorização social presente neste recenseamento revela-se insuficiente. Carmo propõe uma distinção que ressalva duas características fundamentais dos trabalhadores rurais alentejanos – o plurirrendimento e a pluriatividade. A categoria social mais representativa destas duas características é a de seareiro, na medida em que podem transitar da situação de trabalhador por conta própria para trabalhador por conta de outrem, uma vez que lhe eram cedidas terras poucos produtivas por um período que não ultrapassava os três anos. Além deste, integram as classes altas os latifundiários e os lavradores proprietários e/ou rendeiros, distinguindo-se pela forma de exploração agrícola. Os latifundiários ocupavam-se da gestão financeira da exploração agrícola que arrendavam e não exerciam qualquer tipo de exploração direta nela, residindo, muitas vezes, fora dos territórios rurais, além de, geralmente, se encontrarem em situação de plurirrendimento por possuírem mais to que uma exploração. Comparativamente, os lavradores possuíam áreas mais reduzidas e exerciam contacto direto com a exploração agrícola, não sendo titulares de mais fontes de rendimentos agrícolas. No que diz respeito aos isolados, caracterizam-se por serem um grupo homogéneo de pequenos e médios proprietários ou rendeiros, que recorriam ao trabalho familiar. Quanto às classes mais baixas, Carmo caracteriza-as globalmente pela situação de trabalho assalariado e distingui-as pela duração do contrato. Os *trabalhadores permanentes*, contratados anualmente para a realização de serviços nas herdades hierarquizadas onde, depois do proprietário (ou rendeiro), cabia ao feitor a *autoridade organizacional perante todos os trabalhadores*. Além destes, destacam-se os trabalhadores temporários (a grande maioria) que efetuavam trabalhos agrícolas muito importantes, mas de carácter sazonal, como a ceifa ou a monda.<sup>4</sup> Pelos baixos rendimentos e pela sazonal e incerta empregabilidade, é, sobretudo, para estes últimos que *O Camponês* tem o seu foco centrado.

*b) As dificuldades económicas e a contestada política agrária no pós-guerra*

Apesar de se ter mantido neutro, Portugal sofrera as consequências da conjuntura de economia de guerra, devido à forte dependência que a economia portuguesa tinha do exterior, no que concerne ao fornecimento de matérias-primas, bens inter-

---

<sup>3</sup> Cf. Rosas, 1998.

<sup>4</sup> Cf. Carmo, 2007.



médios (adubos, máquinas, etc.) e bens alimentares. Desta forma, aumentaram a escassez, a inflação e a agitação social. Face a estas dificuldades, o Estado adota uma política agrícola de intensa regulação estatal que se vai revelar ineficaz em garantir a autossuficiência alimentar e a estabilidade dos preços, contribuindo ainda mais para que haja um desvio dos géneros agrícolas para o contrabando e mercado negro, e para um açambarcamento. Rosas descreve da seguinte forma essa política agrária: “*O Estado incentivou o alargamento das zonas cultivadas e a diversificação de culturas, tentou garantir mão-de-obra barata para os trabalhos agrícolas, aumentou a jornada de trabalho, subsidiou a utilização de adubos aos agricultores vítimas das catástrofes provocadas pelo mau tempo, facilitou o crédito sobretudo para a zona do latifúndio alentejano. (...) A criação de mecanismos de controlo de preços e de comercialização dos bens (...) criaria o aumento da burocracia e a proliferação de institutos e comissões reguladoras, que pouco terão ajudado.*”<sup>5</sup>.

Estes desequilíbrios e subdesenvolvimentos conduzem à consciencialização da necessidade de industrialização e, por conseguinte, à elaboração dos planos de fomento. O período tratado no estudo do jornal *O Camponês*, entre 1947 e 1958, coincide com a vigência do I Plano de Fomento (1952-1958), no qual se destina 17% para a Agricultura, de um investimento total de 7,6 milhões de contos. Porém, a política agrária do regime é recorrentemente criticada n’*O Camponês* e uma das explicações para tal reside na política de baixos salários, permitida pelos baixos preços dos géneros alimentícios e pelo controlo dos sindicatos, que então constituiu um importante obstáculo ao desenvolvimento e modernização do sector. Os baixos salários perpetuaram a relação de confronto entre latifundiários e trabalhadores rurais, por causar uma situação de total dependência dos segundos para com os primeiros.

Analisando o que escreve Baptista, é possível inferir que a política agrária do Estado Novo teve um papel importante na frequência dos conflitos sociais registados nos campos do Alentejo. A “acalmia” dos anos trinta, provocada pelos efeitos positivos iniciais da Campanha do Trigo, da repressão, da instrumentalização das associações sindicais e do enfraquecimento das organizações oposicionistas, contrasta com os períodos mais conturbados de 1943 a 1948 e de 1951 a 1956, durante os quais a contínua política de apoio financeiro ao trigo concedeu alguma segurança aos rendimentos dos latifundiários e ignorou melhorar, em sentido algum, as precárias condições de vida dos trabalhadores rurais alentejanos<sup>6</sup>.

*c) Orientações de um PCP reorganizado: os dois primeiros congressos ilegais enquanto vértices de ação*

A década de 30 fora um período de forte repressão a todas as organizações anti-regime, deixando o PCP como a única estrutura sólida o suficiente para fazer oposição, mas com a necessidade de se reorganizar de modo a conseguir uma

---

<sup>5</sup> Cf. Rosas, 1998.

<sup>6</sup> Cf. Baptista, 1993.

influência assinalável, como assim o fez. No seu I Congresso Ilegal, de 1943, para o qual estão presentes 1,200 militantes<sup>7</sup>, pode-se afirmar que a influência do partido no Alentejo ainda é demasiado limitada. As resoluções são no sentido de alargar a atividade do Partido a todo país, descentralizando a mesma do Comité Central, através da criação de Comités Locais e Comités Regionais, e aproximando o Partido das “massas”. No que concerne à imprensa, existe um pedido a todos os escalões do Partido para que se enviem ao Comité Central opiniões acerca da mesma e aconselham-se reuniões de camponeses com delegados do Partido e *leitura colectiva de imprensa*. Quanto à organização de camponeses, constatam-se progressos, contudo, também um *completo desprezo pelo trabalho de organização entre os camponeses* por parte de organizações regionais e locais. Orienta-se, portanto, para um comportamento diferente das organizações de camponeses (menor rigidez), em comparação com as organizações do proletariado industrial., devido à heterogeneidade da classe. Além disso, observa-se que a instrumentalização das estruturas do Estado Novo ainda se encontra numa fase muito pouco inconsequente (algo que, até à data do congresso de 1946, não conhecerá melhorias)<sup>8</sup>.

O contexto em que acontece o II Congresso Ilegal, de 1946, já é muito diferente. O pós-guerra e a vitória das democracias face aos fascismos, obriga o Estado Novo a alterar a sua imagem institucional. O ambiente nacional foi, então, propício para a amnistia que se verificou em 1946, que permitiu a libertação de muitos presos políticos que regressam a Portugal. Saídos do Tarrafal, João Rodrigues, Pedro Soares, Alberto Araújo, Manuel Rodrigues da Silva, Militão Ribeiro e Francisco Miguel são convocados para o Comité Central do PCP. Pimentel indica que, neste ano, já eram 4,800 os militantes do Partido<sup>9</sup>, e também por isso se justifica uma maior relevância dada ao II Congresso Ilegal, em relação ao de 1943. Nele exaltam-se os resultados da II Guerra Mundial e, sobretudo, a vitória da URSS, critica-se intensamente a política de Salazar e faz-se um prolongamento das orientações feitas no I Congresso Ilegal, tendo em conta o resultado destas (que foi, no geral, positivo, dado ao aumento substancial dos quadros do Partido e das organizações). Além disso, tem lugar uma importante discussão ideológica, que culmina no recusar da linha de transição liderada por Júlio Fogaça.

O Congresso, apesar de verificar progressos das organizações partidárias junto das massas camponesas, pede que se destaquem mais quadros para regiões ainda débeis em termos organizacionais, também no sentido de fornecer uma maior qualificação política. Alerta-se para uma desigualdade na ação partidária junto dos pequenos rendeiros e pequenos proprietários, por comparação à mais desenvolvida ação junto dos trabalhadores rurais, pelo que se pede a adoção de *palavras de ordem apropriadas a estas camadas e um auxílio político*. Nas orientações presentes nas resoluções do congresso, além das leituras coletivas de imprensa (já propostas em 1943), reside um conjunto novo de intenções que propiciou o início da

---

<sup>7</sup> Cf. Pimentel, 2013.

<sup>8</sup> Cf. *I Congresso do Partido Comunista Português. Resoluções*. (1943).

<sup>9</sup> Cf. Pimentel, 2013.

publicação d'*O Camponês*, destacando-se as seguintes: organizações de vilas mais ativas nos territórios arredores; criação de Comissões camponesas; exaltam-se enquanto exemplares as experiências de unidades de trabalhadores na luta por jornas mais altas, com a criação de Comissões de Praça, verificadas em algumas regiões. O perfil d'*O Camponês* está, em certa medida, presente na seguinte frase: *“Para a mobilização das massas camponesas e para a educação dos quadros camponeses, é de aconselhar a criação de jornais e outras publicações destinados especialmente aos trabalhadores do campo, escritos numa linguagem acessível e com uma apresentação gráfica que facilite a sua leitura”*<sup>10</sup>. Em 1946, a preocupação do partido pelo trabalhador rural é assinalável. Isso não só é evidente nas resoluções, como o é no informe político de Álvaro Cunhal ao Comité Central, no qual critica o desemprego e afirma serem prioritários *a distribuição das terras incultas pelos camponeses, a assistência técnica, o fornecimento de adubos e sementes, a concessão de créditos baratos*<sup>11</sup>, reivindicações, aliás, depois muito repetidas nas páginas do jornal. Assim sendo, há que reconhecer a importância das resoluções do II Congresso Ilegal para o início d'*O Camponês*, como em 1949 se escreverá nas páginas do mesmo<sup>12</sup>, a propósito do seu segundo aniversário.

### **“O Camponês”: o perfil de um jornal clandestino no Alentejo**



Figura 1 – “O Camponês”, N.º 5, Agosto de 1947.

*“O aparecimento do “Camponês” corresponde a uma necessidade do movimento de Unidade Nacional e vem preencher uma lacuna há muito reconhecida. Realizando a UNIDADE de todos os que são prejudicados pela política fascista dos grandes senhores da terra e do governo, “O Camponês” ajudará os trabalhadores do campo a conquistar uma vida melhor: salários mais altos, mais géneros, mais liberdade, menos encargos tributários de toda a ordem.”*<sup>13</sup>.

É desta forma que *O Camponês* se apresenta. Com um português em desacordo com o Acordo Ortográfico de 1945 – e assim continuará –, com uma linguagem muito assertiva e objetivos bem definidos, o novo jornal clandestino do PCP chega destinado a consolidar a presença do partido numa região bastante subdesenvolvida, desigual nas relações sociais e, por isso, muito permeável a uma organiza-

<sup>10</sup> Cf. *II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Resoluções*. (1946).

<sup>11</sup> Cf. Cunhal, 1997.

<sup>12</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 25, Maio de 1949.

<sup>13</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 1, Maio de 1947.

**Ação e Retórica Comunista no Alentejo: O jornal clandestino “*O Camponês*”  
para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)**

ção assente na revolta e na reivindicação contra o poder estabelecido. As informações disponíveis sobre o aparelho partidário concreto que inicia a publicação do jornal são, no entanto, vagas e insuficientes para obter um panorama político completo. Até 1958, a única referência clara a um militante do partido envolvido na fundação do jornal é a Francisco Miguel, no N.º 49 de Abril e Maio de 1955.

A relação de Francisco Miguel com *O Camponês* é, ao que se pode concluir, efêmera fisicamente, mas assídua no que concerne aos assuntos abordados nos artigos. Trata-se, segundo escreve o artista militante José Dias Coelho, de um sapaiteiro, nascido em Baleizão em 1907, residente em Serpa, e desde cedo envolvido nos conflitos sociais dos trabalhadores rurais<sup>14</sup>. Porém, um mês após sair o primeiro número do jornal, em Junho de 1947, é detido em Évora, pela PIDE, no seguimento de uma operação que, de acordo com as memórias escritas deixadas pelo inspetor da polícia política, Fernando Gouveia, não o tinha como alvo previsto<sup>15</sup>. Nos anos seguintes, é recorrentemente lembrado em artigos que reclamam a sua libertação – sobretudo depois da sua pena prisional terminar – e noticiam manifestações de apoio, por todo o Alentejo, na forma de inscrições em paredes ou abaixo assinados enviados ao Ministério do Interior, além de ter o seu nome, várias vezes, a intitular donativos financeiros ao jornal.

Uma informação interessante mas que, naturalmente, é impossível de encontrar nas páginas d’*O Camponês*, diz respeito aos prováveis locais onde era produzido. Para tal, torna-se necessário analisar a organização clandestina do Partido. Recorrendo a fontes dos Serviços Centrais da PIDE, Matos elabora uma análise acerca da distribuição geográfica de militantes e simpatizantes do PCP, em 1948, da qual se inferem: quanto a militantes, 272 no Baixo Alentejo, 196 no Alentejo Litoral e 242 no Alto Alentejo; e quanto a simpatizantes, 337 no Baixo Alentejo, 193 no Alentejo Litoral e 336 no Alto Alentejo. Comparativamente com o restante país, as regiões do Alto e Baixo Alentejo só perdem em números com a região de Lisboa e circundantes.<sup>16</sup> Neste sentido, é possível compreender a importância da região alentejana para os quadros do Partido e correlacionar os altos níveis de militância com a nova estratégia de ação intensiva junto dos camponeses, protagonizada pelo início da publicação do jornal um ano antes. No contexto da reorganização do PCP a partir da década de 40, Matos analisa a descentralização do partido para fora de Lisboa, no que diz respeito à organização das suas casas e tipografias clandestinas. Quanto às casas clandestinas, é notória a importância do distrito de Setúbal, *adjacente a Lisboa, com a sua indústria, e ao Alentejo, com o campesinato*. Desse modo, de acordo com os dados disponibilizados pelo autor, nenhuma é estabelecida no Alentejo. Relativamente às tipografias, apesar de ter havido uma maior descentralização, também nenhuma se situa no Alentejo<sup>17</sup>. Ora, é verificável a posição de insegurança face ao Alentejo, muito devido à fraca densidade populacional que o

---

<sup>14</sup> Cf. Coelho, 2006.

<sup>15</sup> Cf. Pimentel, 2013.

<sup>16</sup> Cf. Matos, 2015.

<sup>17</sup> Cf. Matos, 2015.

caracteriza. De qualquer forma, o estudo de Matos não se foca, especificamente, em nenhum jornal clandestino, pelo que, a possibilidade de considerar a Margem Sul do Rio Tejo enquanto a região mais provável onde se imprimia *O Camponês*, só se torna num dado quase certo através do testemunho de Cândida Ventura, pertencente ao Comité Central, que afirma que “*de Janeiro de 1955 a 1959, a família é transferida para a Margem Sul, onde muda regularmente de localidade, assumindo a responsabilidade pela manutenção de uma tipografia clandestina, onde será impresso o Corticeiro e o Camponês*”<sup>18</sup>.

Na medida em que se trata de um jornal que se movia na clandestinidade, são naturais os avisos do mesmo para que não seja deitado ao lixo, de forma a ser distribuído por mais pessoas e, sobretudo, para evitar que seja encontrado pelas autoridades<sup>19</sup>. Segundo o testemunho de um camponês, José Rolo, a leitura coletiva (coletiva, porque a grande maioria da população rural era analfabeta) era feita nos campos, *quando não vinha ninguém*, num clima de secretismo comunitário<sup>20</sup>. A linguagem acessível e explicativa d’*O Camponês* era fator de incentivo, não só para a participação em conflitos sociais reivindicativos, mas também para a participação política nos quadros do PCP. A camponesa Francisca Galada Caeiro afirma essa importância, entendendo que *O Camponês* era um ponto de partida para o início da leitura do *Avante!* e, conseqüentemente, para a integração partidária<sup>21</sup>. Também uma regularidade na publicação, por estar muito condicionada externamente, não se verificava. As variações da periodicidade do jornal constituem uma característica natural da interação entre as dinâmicas da polícia política e do Partido que Pacheco Pereira verifica existir, já que as configurações organizacionais do segundo se alteram consoante a intensidade das ações da primeira<sup>22</sup>. Desde o primeiro até ao n.º 30, de Novembro de 1949, o jornal tem uma frequência quase mensal (com apenas dois números bimensais<sup>23</sup>). A partir desse número, a intensa repressão, e a conseqüente crise partidária, refletem-se significativamente. Em 1950 só se publicam dois números e, em 1951, *O Camponês* não é sequer publicado, com efeitos prejudiciais para a eficácia das reivindicações dos trabalhadores rurais. Esta ausência é justificada da seguinte forma: “*A partir de meados de 1949, a feroz repressão do fascismo salazarista tornou impossível a saída regular de “O Camponês” e dificultou a organização da luta dos camponeses alentejanos por melhores jornas e melhores condições de trabalho, com grande contentamento dos agrários fascistas e do governo fascista de Salazar por poderem continuar a exploração desenfreada e a imposição de trabalho escravo.*”<sup>24</sup> Ora, estas palavras per-

---

<sup>18</sup> Cf. Almeida, 2015

<sup>19</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 12, Março de 1948.

<sup>20</sup> Cf. Navarro, 2004.

<sup>21</sup> Cf. Almeida, 2015.

<sup>22</sup> Cf. Pereira, 1993.

<sup>23</sup> O n.º 19, relativo a Outubro e Novembro de 1948, e o n.º 29, relativo a Setembro e Outubro de 1949.

<sup>24</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 34, Abril de 1952.

**Ação e Retórica Comunista no Alentejo: O jornal clandestino “O Camponês”  
para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)**

mitem inferir que a organização partidária do Alentejo fora fortemente atingida. Desse modo, Pereira observa uma *grande proximidade entre a dinâmica da organização do partido e a das lutas*<sup>25</sup>.

A repressão começa, de forma mais intensa, em 1947, com várias detenções em junho. O jornal do mês seguinte denuncia ações repressivas por parte da GNR, PSP e PIDE, que culminam na prisão de trabalhadores rurais em S. Marcos da Ataboeira, Vale de Vargo, Canhestres ou Mora. Além disso, noticia ainda a prisão de Francisco Miguel e João Veiga (identificado como sendo de Albufeira e membro do PCP) e o assassinato, por espancamento de *um camponês de Vila Viçosa*<sup>26</sup> (cuja certeza da sua identidade, apesar existirem antes referências a José António Patuleia, só é possível ter a partir de um artigo de 1955, pois, pela primeira vez, precisa a data da sua morte em 20 de Junho de 1947<sup>27</sup>). Estas detenções acontecem no contexto de uma operação da PIDE em Vila Viçosa, em 8 de Junho, que culmina na prisão dos trabalhadores rurais Patuleia, José Miguel Boquinhas e Isidoro Albuquerque, e de José António Rosado, cuja detenção, por este ter ligações com o partido, permite à polícia política prender em Borba funcionários do PCP, como José António Pombeiro. João Veiga foi um dos detidos em Borba e era o *contro-leiro do organismo partidário comunista de Vila Viçosa*. No conhecido Julgamento dos 108, encontram-se entre os acusados de militância no PCP e no MUD, alentejanos de Coruche, Couço, Redondo, Vila Viçosa, Évora, Mora e Alpiarça<sup>28</sup>. Em 28 de Outubro de 1948, é detido o responsável do PCP pelo Alto Alentejo, Guilherme da Costa Carvalho, estudante no Porto. Em Setembro de 1949, é condenado a dois anos e seis meses prisão e enviado para o Tarrafal<sup>29</sup>. Esta onda de repressão fragiliza o partido e provoca uma crise no mesmo. No decorrer do ano de 1950, o PCP vai perder muitos funcionários e militantes devido às prisões e às mortes nas prisões da PIDE, mas também ao conflito interno – entre a linha «dura» (liderada por Álvaro Cunhal, que irá sobrelevar) e a linha «reformista» (liderada por Júlio Fogaça) – que resulta na expulsão de muitos, ou por razões ideológicas, ou por terem divulgado informação à PIDE<sup>30</sup>.

Um dos responsáveis pelas expulsões no partido foi António Gervásio, funcionário do Partido que irá liderar a reorganização do sector partidário no Alentejo, uma vez que a malha partidária se encontrava completamente desmantelada (antes da crise do final da década de 40, a organização partidária do Ribatejo Norte e Alto Alentejo era constituída por 4 Subcomités Regionais, em Vendas Novas, Mora, Montemor e Lavre, e por 6 Comités Locais que alargavam as zonas de influência do partido ao Couço, Montargil, Coruche ou Pavia). Américo Leal é destacado em 1951-52 para coordenar o Alto e o Baixo Alentejo. Madeira atribui o facto de se ter

---

<sup>25</sup> Cf. Pereira, 1982.

<sup>26</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 4, Julho de 1947.

<sup>27</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 50, Junho e Julho de 1955.

<sup>28</sup> Cf. Pimentel, 2013.

<sup>29</sup> Cf. Pimentel, 2013.

<sup>30</sup> Cf. Pimentel, 2013.

conseguido editar *O Camponês*, em 1952, à divisão do *trabalho de controlo político*, por António Gervásio<sup>31</sup>.

Após esta crise partidária – resolvida através de um afastamento voluntário e de uma sectorização ideológica extrema<sup>32</sup>, que isola o PCP na oposição –, *O Camponês* volta a ser publicado todos os anos, mas já não com a mesma frequência, até porque a repressão não tem término e integrará o quotidiano dos trabalhadores rurais.<sup>33</sup> Nesse sentido, também se verificam tentativas de apelo à defesa das reivindicações destes, por parte de agentes da GNR e da PSP, recordando as suas também humildes origens<sup>34</sup>. Em mais nenhum ano, até 1957, se publicam doze números mensais. O ano que é mais completamente coberto pelo *O Camponês* é o de 1955, o único com números relativos a todos os meses, apesar de apenas um ser mensal, sendo que os restantes se dividem em quatro bimensais e um trimensal.

#### *a) A unidade enquanto princípio basilar*

O princípio da unidade é determinante no discurso do jornal. A palavra surge sempre escrita em letras maiúsculas, num claro sinal de destaque e importância para os objetivos pretendidos. De facto, uma das principais preocupações, assídua em todos os números, é a de que as ações de conflito social levadas a cabo pelos trabalhadores rurais sejam efetuadas com base num comportamento de unidade, fulcral para uma vitória campesina. Seja pela conquista de boas jornadas, emprego, boas condições laborais, por vitórias eleitorais ou por levantamentos massivos a favor da paz e contra a repressão, clama-se sempre por unidade entre camponeses. Um exemplo, dos muitos possíveis de apresentar, que reflete esta característica do jornal é um artigo que relata uma vitória eleitoral dos camponeses na Assembleia Geral de uma coletividade local, em Pias, cujo título é “*UNIDADE – GARANTIA DA VITÓRIA*”<sup>35</sup>. O recurso a títulos exclamativos e expressivos é, portanto, habitual. Não obstante, o princípio da unidade também é utilizado num contexto oposto. Além dos sucessos, também são relatados erros e derrotas camponesas em conflitos sociais, com a função de constituírem um exemplo a não seguir, sendo a falta de unidade a razão para o fracasso mais vezes apresentada.

Ora, utiliza-se enquanto subtítulo “Órgão de Unidade Anti-Fascista para os Camponeses do Sul”, que no n.º 39 de Julho de 1953 se altera para uma designação mais inclusiva: “Órgão do Camponeses de Portugal”. Porém, continuam a dominar os artigos relativos ao Alentejo, pelo que a tentativa de “nacionalizar” o jornal acaba por sair gorada e, a partir do início do ano de 1961, regressar-se-á à designação original de forma a aumentar o foco principal no Sul do país. Nessa medida, é

---

<sup>31</sup> Cf. Madeira, 2004.

<sup>32</sup> Que Pimentel classifica como uma “*caça às bruxas*”, culminando mesmo em execuções de alguns militantes e membros.

<sup>33</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 47, Janeiro-Fevereiro de 1955.

<sup>34</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 53, Janeiro-Fevereiro de 1956.

<sup>35</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 34, Abril de 1952.

importante dizer que, apesar de em muito baixo número comparativamente ao Alentejo, o jornal chega a formular algumas orientações de luta a trabalhadores rurais do Ribatejo e do Algarve<sup>36</sup>. Contudo, a relevância das regiões adjacentes ao Alentejo não se esgota por aqui. Os protestos e as reivindicações dos trabalhadores rurais alentejanos conduzem os agrários e proprietários das terras à contratação de “ceifeiros de fora”, dispostos a trabalhar mais horas e por jornas mais baixas. Por conseguinte, *O Camponês* apela sempre para que as comissões de camponeses atuem junto destes, na tentativa de os informar sobre as suas reivindicações e sensibilizar à unidade<sup>37</sup>. Contudo, estas tentativas de unidade fracassam, na sua maioria, pelo que é também recorrente a ordem para que só se permita dar trabalho a “gente de fora quando houver trabalho garantido para os da localidade”<sup>38</sup>.

Enquanto prejuízo à unidade, a desigualdade de género é um assunto bem presente nas páginas d’*O Camponês*, refletindo os preconceitos da época, mas simultaneamente uma preocupação crítica acerca dos mesmos. Dos muitos artigos elegíveis para tal, pode-se destacar um intitulado *A SITUAÇÃO DA MULHER CAMPONESA*, no qual são dadas orientações aos camponeses para que ultrapassem os preconceitos sociais, que se materializam na desigualdade salarial, em prol da unidade na luta por melhores condições de vida<sup>39</sup>. Sobre a influência prática destas orientações, e apesar de se poder destacar um aumento da intensidade de participação reivindicativa feminina e, por exemplo, a existência de uma Praça de Jorna que une homens e mulheres, no Montijo<sup>40</sup>, as intensões de unidade entre homem e mulher nunca se irão traduzir na igualdade salarial pretendida. Não obstante, o próprio jornal, quando publica cadernos reivindicativos, nunca reclama salários iguais, perpetuando a desigualdade de género no seio da classe dos trabalhadores rurais.

A apologia pela unidade é também feita através dos incentivos à união dos camponeses para participações eleitorais, sejam relativas às Juntas de Freguesia ou à Assembleia Nacional, ou em conjunto com as outras forças oposicionistas democráticas, destacando-se o pedido do cumprimento das diretrizes do Conselho Nacional do MUNAF, e a defesa do fortalecimento deste e da legalidade do MUD, para que hajam eleições livres, no contexto da candidatura de Norton de Matos às eleições presidenciais de 1948<sup>41</sup>, e a participação camponesa massiva em apoio da candidatura de Humberto Delgado às presidenciais de 1958<sup>42</sup>. Inevitavelmente, a qualquer ato eleitoral sucediam acusações de burla eleitoral.

Um dos comportamentos do jornal que melhor reflete a importância da unidade para o partido é a severidade com que combate qualquer ameaça à mesma. Nesse sentido, existe uma prática comum de denúncia de camponeses “traidores”,

---

<sup>36</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 28, Agosto de 1949.

<sup>37</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 3, 2.ª quinzena de Junho de 1947.

<sup>38</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 16, Julho de 1948.

<sup>39</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 10, Janeiro de 1948.

<sup>40</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 13, Abril de 1948.

<sup>41</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 12, Março de 1948.

<sup>42</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 65, Julho de 1958.



expondo os seus nomes e acusando-os de estarem ao serviço da PIDE. A intensão do jornal é clara: “*Que todos os traidores sejam desmascarados e escoraçados do convívio de pessoas honradas*”<sup>43</sup>.

Em suma, compreende-se a necessidade de recorrer a este tipo de discurso retórico, bastante apelativo e persuasivo, visto que a população em causa dispões de condições de vida excessivamente precárias e, por conseguinte, férteis a atos negligentes entre pares, motivados pelo desespero humano, e, consequentemente, prejudiciais à eficácia da luta classista. Esta realidade é bastante perceptível, por exemplo, num artigo intitulado “*QUANDO NÃO HÁ TRABALHO NEM PÃO SÓ HÁ UM CAMINHO: A UNIDADE E A LUTA*”, no qual se argumenta que a luta coletiva é a única solução de combate ao desemprego e à fome, pelo que se devem evitar roubos entre camponeses<sup>44</sup>.

#### *b) A mensagem política do PCP aplicada ao meio rural*

A ambição de uma maior proximidade do partido com as massas rurais, manifestada nos congressos de 1943 e 1946, concretiza-se e será algo que moldará a mensagem do jornal. Em termos políticos, a propaganda comunista tornar-se-á mais corrente durante a década de 50. Antes, em Abril de 1949 exige-se, pela primeira vez, a reforma agrária enquanto única solução para combater o agravamento da situação social dos trabalhadores, provocado pela política agrária salazarista<sup>45</sup>. A partir de 1950, o jornal faz um acompanhamento ordinário da atualidade nacional e internacional, em contexto de Guerra Fria. Desse modo, é assumida uma posição de luta pela paz, em defesa do bloco soviético. Incentivam-se os camponeses a organizarem-se em “Comissões de Unidade pela Paz” e praticarem ações concordantes ao mesmo, como protestos, inscrições em paredes ou envios de abaixo-assinados à embaixada americana. Nestas, protesta-se contra o Pacto Atlântico ou a presença americana na Coreia. Por oposição, a União Soviética é constantemente elogiada – sendo adjetivada de “*baluarte da democracia e da paz*” –, de tal forma que no número 36 se transcreve, traduzido, um excerto do discurso de Estaline no XIX Congresso do Partido Comunista Soviético<sup>46</sup>. Neste sentido, o jornal também relata, constantemente, notícias elogiosas a países seguidores de políticas comunistas, como a Hungria ou a China. No plano nacional, é de destacar a promoção e partilha do programa partidário de 1954, respeitante à agricultura e aos camponeses, assim como a campanha de mobilização rural contra a presença de soldados portugueses na Índia, defendendo uma solução negocial e pacífica<sup>47</sup>.

Enquanto meios de aproximação à realidade social rural, foram criadas várias rubricas destinadas a uma explicação de fácil inteligibilidade sobre as linhas ideo-

---

<sup>43</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 35, Julho de 1952.

<sup>44</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 34, Abril de 1952.

<sup>45</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 24, Abril de 1949.

<sup>46</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 36, Outubro de 1952.

<sup>47</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 46, Novembro-Dezembro de 1954.

lógicas do partido. “*Perguntas e respostas*”, “*Voz do Agricultor*” ou a simples publicação de cartas enviadas por camponeses tinham como função estreitar a relação entre publicação e leitor, transmitindo uma preocupação e disponibilidade para a resolução de problemas individuais relativos à luta laboral. Outras rubricas, como “*Vamos Lá Conversar, Ó Zê*”, ou “*Conversar... para esclarecer*” detinham um carácter mais lúdico, por consistirem em simulações de conversas descontraídas, mas com um índole propagandístico. Além disso, também se publicavam efemérides históricas, como o 5 de Outubro, o 1 de Dezembro ou o 31 de Janeiro, com a intenção de exaltar a importância do espírito e da união nacional na luta pelos direitos do povo, numa rubrica intitulada “*Datas do Povos*”<sup>48</sup>.

### **As agendas de uma publicação clandestina de resistência no mundo rural**

#### *a) A narrativa dos conflitos sociais*

A razão de existência do jornal encontra-se no incentivo à mobilização das massas camponesas. Ora, o principal incentivo à multiplicação de conflitos sociais consiste no constante relato de conflitos sociais bem-sucedidos. É por esta lógica que a narrativa do jornal se molda. Os artigos que dão conta de greves, protestos e manifestações, fazem-no através de um discurso que recorre à exaltação de bons exemplos e, em alguns casos, ao exagero.

A retórica d’*O Camponês* estabelece uma dinâmica entre as orientações do mesmo e o sucesso das reivindicações. As segundas dependem diretamente do quão bem são cumpridas as primeiras. Por isso, os relatos de casos em que as reivindicações camponesas não se viram satisfeitas, explicam o insucesso pela falta de unidade e mobilização. Pelo contrário, as localidades onde mais conflitos sociais se registam são tidas como exemplares, reclamando uma tradição de luta e de sucesso na obtenção das condições laborais reivindicadas. Por norma, é também nestas onde se registam mais episódios repressivos. O relato sobre uma grande greve no Couço é paradigmático disto mesmo. A elevada repressão sobre os protestos no Couço, contra os resultados eleitorais das presidenciais de 1958, fora respondida com uma greve de “*mais de 6 mil pessoas*”. O papel das mulheres é sempre procurado destacar pelo jornal, com o objetivo de alcançar uma maior unidade entre géneros (veja-se o grande relato que se faz de uma greve vitoriosa de 600 camponesas em Bencatel<sup>49</sup>). Neste caso, a sua importância foi a de retirar os instrumentos de trabalho aos que hesitaram em aderir à greve (este comportamento de persuasão entre camponeses é, aliás, apanágio das orientações do jornal).<sup>50</sup>

Contudo, os números apresentados das pessoas envolvidas nestes conflitos sociais devem ser encarados com as devidas reservas. Para o período de 1952 a

<sup>48</sup> Cf. entre outros, os n.ºs 21, 46, 52, 56, 59 e 66 d’*O Camponês*.

<sup>49</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 58, Janeiro de 1957.

<sup>50</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 66, Outubro de 1958.

1960, o PCP estima que cerca de 112,657 trabalhadores rurais tenham participado em conflitos sociais<sup>51</sup>. De facto, o tipo de retórica de um jornal como *O Camponês*, partidário, permite considerar de veracidade improvável a contagem feita aos camponeses revoltosos, sobretudo quando esta ascende aos milhares, tal como um extenso artigo sobre uma greve de cerca de 4,000 camponeses de Pias e Vale de Vargo, que acabara vitoriosa a favor das reivindicações de aumento da jorna<sup>52</sup>.

Entre 1947 a 1958, a luta pela “*boa jorna*”, a luta por emprego e a resistência à repressão constituem os principais motivos que conduzem os trabalhadores rurais ao conflito social. Verificam-se simultaneamente durante os onze anos, mas têm variações próprias assinaláveis. Entre 1947 e 1949, o Verão é, por excelência, o período que melhores condições de vida oferece aos camponeses, fruto do emprego gerado pelas ceifas de trigo. Nesse sentido, é também o período durante o qual se registam mais conflitos sociais, a partir do mês de Abril, por emprego e jornas, muito por culpa da importância que a força de trabalho camponesa adquire. Já o Inverno, caracteriza-se pelo mau clima e os altos níveis desemprego que outros trabalhos, como a apanha da azeitona e a monda, não conseguem colmatar. A repressão, apesar de sempre presente, aumenta exponencialmente a partir de 1949 – coincidindo com a crise partidária –, continuando severa durante a década de 50. As relações entre trabalhadores rurais e autoridades revelar-se-ão conflituosas e de profundo antagonismo, como pode ser verificado, por exemplo, num artigo sobre um ataque, em Escoural, de trabalhadores rurais a um agente da GNR que estava escondido a “*espiar de noite*”<sup>53</sup>. A seguinte afirmação de Dias Coelho é assinalável: “*O terror foi levado ao campo pela GNR, e centenas de camponeses foram presos. Os assalariados agrícolas que se recusavam a ir para o trabalho eram barbaramente espancados.*”<sup>54</sup>. Ainda assim, um relatório de um subinspetor da PIDE, datado 22 de Agosto de 1955, revela a existência de alguma *compreensão pela atitude daqueles que «só se excederam quando viram baldados os seus esforços para obterem trabalho»*<sup>55</sup>.

Quanto ao período a partir de 1949, a principal diferença reside no grande aumento de desemprego, agora também durante o período das ceifas, devido ao progressivo uso de mecanização. A carestia de vida aumenta significativamente e, por conseguinte, os relatos de “marchas de fome” multiplicam-se. Reflexo disso é as orientações do jornal, em Abril de 1949, para que se façam mobilizações coletivas de apropriação de alimentos dos grandes lavradores, por parte de todos os camponeses<sup>56</sup>. Desse modo, a população agrícola do Alentejo, entre 1950 e 1960, decresce em 12%, enquanto o grau de mecanização das explorações agrícolas cresce 135%, segundo dados dos Inquéritos às Explorações Agrícolas em 1952-

---

<sup>51</sup> Cf. Madeira, 2004.

<sup>52</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 35, Julho de 1952.

<sup>53</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 47, Janeiro-Fevereiro de 1955.

<sup>54</sup> Cf. Coelho, 2006.

<sup>55</sup> Cf. Pimentel, 2007; Pimentel, 2013.

<sup>56</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 24, Abril de 1949.

-1954<sup>57</sup>. Com a mecanização, a grande propriedade torna-se menos dependente do arrendamento e, por conseguinte, o número de rendeiros conhece uma progressiva diminuição. Então, torna-se também num problema bastante discutido pelos artigos do jornal. Apesar de se compreender e apoiar o uso de mecanização, o facto de constituir um obstáculo importante ao emprego de trabalhadores rurais motiva intensas reivindicações para que o uso desta esteja dependente do nível de empregabilidade: *Proibição do emprego de máquinas enquanto houverem braços para-dos!*<sup>58</sup>. As lutas por emprego ganham assim uma importância renovada. Quando os agrários ou rendeiros não satisfazem as reivindicações, os trabalhadores viram-se para os órgãos estatais. Em Montemor, por exemplo, relatam-se concentrações de cerca de 300 camponeses, que invadiram a Câmara a pedir trabalho<sup>59</sup>. A resposta das Câmaras Municipais e do próprio Estado traduz-se, por vezes, num aumento de obras públicas, mas com uma eficácia demasiado residual.

A Tabela 1 (ver anexos) constitui uma tentativa de levantamento de conflitos sociais por localidades relatadas n’*O Camponês*, entre 1947 e 1958. Uma tentativa, porque não é tarefa fácil, na medida em que algumas descrições dos conflitos sociais pautam-se pela imprecisão da sua localização. No entanto, pode-se inferir uma maior tendência de resistência e reivindicação nas localidades do Baixo Alentejo, com especial destaque para Baleizão, Pias e Vale do Vargo.

#### *b) A luta pela jorna*

A jorna constituía a forma de vencimento dos assalariados rurais, paga diariamente. O seu valor era negociado nas Praças de Jorna, onde os feitores dos agrários iam, de manhã, contratar os trabalhadores aí concentrados. Raby recorda que esta era, por muitos, vista *como uma instituição retrógrada, reminiscência do mercado de escravos*<sup>60</sup>. Contudo, eram também os únicos locais que ofereciam condições suficientes para reivindicações coletivas de trabalhadores rurais, permitindo negociações mais eficazes com o patronato<sup>61</sup>, sendo assim de vital importância para o PCP. No entanto, isto não sucedia em todas as localidades alentejanas. Em Vila Velha, Cutileiro aponta para a existência de um ceticismo relativo ao esforço colectivo para obter melhor salário, na medida em que, mesmo nas poucas ocasiões em que era acordado um aumento de salário este, ou só era efetuado duas ou três semanas mais tarde, ou nem sequer era cumprido<sup>62</sup>. Nesse sentido, *O Camponês* orienta, em muitos e extensos artigos, à formação de muitas Praças e Comissões de Praça, de modo a garantir uma maior unidade de trabalhadores na reivindicação da jorna pretendida<sup>63</sup>.

---

<sup>57</sup> Cf. Carmo, 2007.

<sup>58</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 59, Março de 1957.

<sup>59</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 37, Fevereiro de 1953.

<sup>60</sup> Cf. Raby, 1990.

<sup>61</sup> Cf. Pereira, 1982.

<sup>62</sup> Cf. Cutileiro, 2004.

<sup>63</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 11, Fevereiro de 1948.

Os valores das jornas variavam conforme o género (os homens recebiam, no geral, quase o dobro), as condições laborais oferecidas (se se garantia comida), e o tipo de trabalho. Pelo carácter duradouro e exigente, os valores das jornas relativas às ceifas eram os mais altos e, por isso, detinham um papel central nas preocupações dos trabalhadores rurais e d'*O Camponês*. No seu primeiro ano de publicação, em Maio de 1947, é publicado um caderno de reivindicações para as ceifas, pedindo para homens: 50\$00 a “sêco”; 40\$00 com comida; e para as mulheres: 32\$00 a “sêco”; 26\$00 com comida<sup>64</sup>. Em Julho de 1947, relatam-se conquistas de aumentos de jornas entre 30\$00 a 50\$00 e pede-se que as praças e comissões durem para além da época de ceifas<sup>65</sup>. Para as ceifas de 1948, é dada a orientação para que se combinem os preços de jorna por cada localidade. O jornal decide não publicar reivindicações comuns para todo o Alentejo, uma vez que considera ser antes necessário unificar por região<sup>66</sup>, e só o voltará a fazer em 1955 e 1958. Nesses anos, os valores reivindicados são os mesmos de 1947. Aliás, e não se conhecendo valores para as ceifas de 1949, 1950 e 1951, os relatos sobre conquistas de jornas entre 1947 a 1958 revelam uma continuidade: em localidades onde “*não houve luta, unidade, nem se criaram comissões*”, alcançam-se máximos de 25\$00<sup>67</sup>; noutras, onde os camponeses se encontram mais organizados, alcançam-se jornas até 55\$00, sendo que nas ceifas de 1955 conseguem-se alcançar o 60\$00<sup>68</sup>. O aumento do desemprego e da precariedade são os fatores mais relevantes para a manutenção dos mesmos valores reivindicados durante anos, visto que muitos agrários prefeririam o abandono das terras ao pagamento das jornas pretendidas<sup>69</sup>.

Relativamente à apanha da azeitona e aos arrozais, as conquistas de aumentos de jornas rondam os 27\$00 para os homens e 12\$50 para as mulheres<sup>70</sup>, enquanto as mondas não ultrapassam os 20\$00. Durante este período, o jornal irá também reivindicar as 8 horas de trabalho, porém, sem qualquer sucesso<sup>71</sup>.

*c) Relação com as estruturas do Estado Novo: críticas e tentativas de instrumentalização*

*O Camponês* adota, naturalmente, uma posição ofensiva relativamente às políticas do Estado Novo, nomeadamente as que dizem respeito à situação agrária nacional. Os primeiros números, aliás, publicam artigos de condenação da aprovação, pela Assembleia Nacional, de um projeto de lei de Mira Galvão, “*deputado fascista e grande agrário do Alentejo*”, que permite a venda ou troca dos foros da

<sup>64</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 1, Maio de 1947.

<sup>65</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 4, Julho de 1947.

<sup>66</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 14, Maio de 1948.

<sup>67</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 38, Março de 1953.

<sup>68</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 50, Junho e Julho de 1955.

<sup>69</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 62, Dezembro de 1957.

<sup>70</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 41, Janeiro de 1954.

<sup>71</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 59, Março de 1957.

Serra de Cambas, reclamando a importância destes para os camponeses<sup>72</sup>. As principais críticas à política estatal incidem na exigência ao governo de diminuição de impostos, entrega de subsídio de cultura, concessão de créditos baratos, novos prazos para pagamentos de dívidas ao Estado e à Caixa Geral de Depósitos e fornecimento acessível de adubos. Num contexto de Guerra Fria, em que o Estado português se alinha com o Ocidente, através da NATO e do Plano Marshall, são naturais as críticas por parte do PCP, nas páginas d’*O Camponês*, acusando o governo de Salazar de traição e principal culpado da crise de trabalho rural no Alentejo e Ribatejo<sup>73</sup>. Nesse sentido, o número 33 expressa claramente esta posição: tecem-se críticas à política de importação do trigo, por existirem “*milhares de hectares incultos*”, e denúncia de miséria e fome dos camponeses; consideram-se que verdadeiros interesses da construção da ponte sobre o Tejo sejam o de preparação para a guerra; acusa-se o regime de investir em preparativos de guerra, desinvestindo no bem-estar das massas trabalhadoras; promove-se, entre os camponeses, protestos contra a NATO, e a formação de Comissões de Paz<sup>74</sup>.

Aliadas às críticas ao governo, podem-se ler no jornal orientações do partido para uma instrumentalização das Casas do Povo, em prol da defesa dos interesses dos camponeses, de forma a garantir subsídios de desemprego, acesso igual à saúde, entre outros direitos laborais reivindicados.<sup>75</sup> Esta devia ser feita através da organização camponesa com vista à vitória em eleições para a direção das Casas do Povo. Porém, uma das críticas a estas assenta mesmo na falta de democracia nas estruturas e, por isso, as desejadas instrumentalizações nunca chegam a vias de facto. Outras críticas assentam na administração e na melhor gestão dos fundos, além de se fazerem denúncias de corrupção (“*roubos e falcatriuas*”) nas contas dos Grémios<sup>76</sup>.

*d) A martirização de trabalhadores rurais: a importância de Catarina Eufémia*

O facto de *O Camponês* ser um jornal do PCP direccionado para massas oprimidas, em difíceis condições de vida, justifica uma das suas narrativas características, a martirização de trabalhadores rurais, enquanto forma de conceder incentivo e esperança nas ações coletivas reivindicativas, como via única para a melhoria de condições de vida. O objetivo de homenagear semelhantes, de modo a alcançar unidade, é, inequivocamente, alcançado, através de artigos ou rubricas intituladas “*Honremos os nossos mártires*”. Em Março de 1948, lembram-se Germano Vidiagal, de Montemor, e Patuleia, de Vila Viçosa, assassinados em lutas campestres<sup>77</sup>. No número bimensal de Agosto e Setembro de 1954, ocorre a primeira referência

---

<sup>72</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 4, Julho de 1947.

<sup>73</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 28, Agosto de 1949.

<sup>74</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 33, Janeiro de 1952.

<sup>75</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 22, Fevereiro de 1949.

<sup>76</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 12, Março de 1948.

<sup>77</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 12, Março de 1948.

a Catarina Eufémia (que antes tinha sido erroneamente referenciada como Maria da Graça Sapinho), assassinada por um tenente da GNR, em Baleizão, durante o período das ceifas. Isto terá motivado reações de protesto em Pias, Avis, Benavila, Beja e Mértola, através de cartas assinadas e minutos de silêncio<sup>78</sup>. O impacto imediato da sua morte terá sido excecional. No número 47 reportam-se recusas dos camponeses em trabalhar na seara onde a mesma ocorreu<sup>79</sup>. Em Julho de 1956, recorda-se o dia 4 de Junho, por ser o sexto aniversário da morte de Alfredo Lima, de Alpiarça, publicando-se o respetivo retrato<sup>80</sup>. Nestes relatos, dão-se conta de vários atos de homenagem por parte dos trabalhadores rurais, em oposição à vontade das autoridades.

A figura de Catarina Eufémia é, no entanto, aquela que melhor se perpetua na memória coletiva campesina. Desde a sua morte, até 1958, será constantemente lembrada pel'*O Camponês*, enquanto exemplo de luta e coragem, de forma a incentivar à unidade de mais camponesas. O papel de Catarina, enquanto mulher, na mobilização do PCP de trabalhadoras rurais, revela-se determinante. Nesse sentido, em 1955, orientam-se as comemorações do 8 de Março, Dia da Mulher, enquanto homenagem à sua memória. Além disso, também se relatam atos de homenagem em Baleizão, com o batismo em seu nome do largo mais popular e a afixação de cartazes.<sup>81</sup> Os detalhes em torno da sua morte não são, no entanto, consensuais. Segundo a PIDE, Catarina Eufémia terá colocado uma criança, que levava ao colo, no chão e enfrentado ameaçadoramente o tenente Carrajola que, tendo falhado uma bofetada, a tenta empurrar com a metralhadora, que terá disparado repentinamente. Contudo, o PCP, num documento interno apreendido pela PIDE, relata que o assassinato terá ocorrido quando as ceifeiras da Quinta do Olival (entre as quais, Maria de Graça Sapinho – o nome é depois corrigido no n.º 45 do *O Camponês*), se manifestaram contra as repreensões do manajeiro, que assim chama a GNR de Beja, *cujo comandante, tenente Carrajola, disparara uma rajada de metralhadora contra as mulheres, atingindo aquela no ventre*. Já a versão que Pimentel relata enquanto verdadeira coincide plenamente ao relatado num artigo do n.º 46 do *O Camponês*, com a diferença de que são também referidas declarações do médico Henrique Pinheiro (que procedeu ao relatório clínico da autópsia), que negam os factos dela estar grávida e de ter sido morta de frente, pois o bala terá entrado pelas costas<sup>82</sup>. De acordo com *O Camponês*, Catarina ter-se-á chegado à frente, apesar de outras camponesas lhe aconselharem a não o fazer, por não sentir tanta necessidade disso, visto o seu marido ser cantoneiro e, portanto, não precisar de lutar por emprego, ao que ela terá respondido que lutava *por todas*. O agente da GNR, Carrajola, perguntara-lhe “*O que queres, bruta?*”. Catarina, com um filho novo nos braços, afirma “*O que eu quero é pão*

<sup>78</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 45, Agosto e Setembro de 1954.

<sup>79</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 47, Janeiro e Fevereiro de 1955.

<sup>80</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 56, Julho de 1956.

<sup>81</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 49, Abril e Maio de 1955.

<sup>82</sup> Cf. Pimentel, 2013.

## Ação e Retórica Comunista no Alentejo: O jornal clandestino “O Camponês” para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)

para matar a fome dos meus filhos”, afirmação essa que teve como resposta três tiros à queima-roupa, fatais<sup>83</sup>.

De facto, PCP, através do constante exercício da sua memória, mediante a sua imprensa clandestina, consegue martirizar a figura de uma camponesa, enquanto heroína representativa de todos os trabalhadores rurais, resultando na marcação, em ocasião do segundo aniversário da morte de Catarina Eufémia, do dia 19 de Maio como o dia de luto da classe camponesa<sup>84</sup>.

### d) As constantes dificuldades financeiras da publicação

Uma das principais características de uma publicação clandestina, que influenciam tanto o seu aspeto físico como a sua periodicidade e, acima de tudo, a sua eficácia junto do público destinado, é a capacidade financeira, ou melhor, a insegurança e precariedade da mesma. Inicialmente, o jornal começa por ser dactilografado (ver Figura 1). Apenas a partir do n.º 19 se publica, pela primeira vez, o jornal impresso. Nele, faz-se um apelo aos camponeses para que enviem colaboração, críticas, dinheiro e ajudem na propagação do jornal para mais localidades, para que seja possível adquirir mais espaço e se aumente o número de páginas de 2 para 4<sup>85</sup>. Contudo, à exceção de alguns números, o número regular de páginas do jornal será sempre o de 2. A intensa repressão e a crise partidária, de 1950 a 1951, provoca um recuo nos recursos financeiros do jornal e, quando retoma a sua publicação, em 1952, apresenta-se copiografado (Ver Figura 2). No entanto, é-lo em apenas dois números (33 e 34). Em Julho de 1952 regressa à versão impressa (Ver Figura 3) e reforça o pedido de apoio financeiro para que continue assim<sup>86</sup>. E continuará.



Figura 2 – “O Camponês”,  
N.º 33, Janeiro de 1952

Neste sentido, os donativos recebidos são, periodicamente, publicados no final de cada número. As identidades dos doadores não são reveladas, estando, por isso, substituídas por títulos característicos do mundo rural reivindicativo, tais como “Por Chico Miguel”, “Dois amigos de «O Camponês»”, ou “À memória de Cat. Eufémia”. De forma a receber um maior número de donativos, o jornal decide organizar campanhas, incentivando à organização dos camponeses em comissões, com vista à angariação de fundos, a partir de rifas, feiras ou festas. *O Camponês* promove, assim, a «Campanha dos 5 contos» em 1948<sup>87</sup>, que termina com a inter-

<sup>83</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 46, Novembro e Dezembro de 1954.

<sup>84</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 55, Maio de 1956.

<sup>85</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 19, Outubro e Novembro de 1948.

<sup>86</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 35, Julho de 1952.

<sup>87</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 16, Julho de 1948.



rupção da publicação do jornal, sem conseguir alcançar o objectivo pretendido. Em Março de 1953, lança a «Campanha dos 10 contos»<sup>88</sup>, mais ambiciosa e, por conseguinte, com melhores resultados. De facto, analisando o Gráfico 1 (ver anexos), estas revelam que, após o início destas campanhas, os donativos recebidos conhecem um grande aumento. Se em 1948 o aumento é mais moderado, também por culpa da intensa repressão que estava a desestruturar as malhas do PCP no Alentejo, em 1953 o aumento ganha contornos recorde, pois pela primeira vez recebem-se donativos num valor total que ascende os mil escudos (1 conto). Ainda que não nos seja possível cruzar estes dados com outras fontes que lhes ateste a veracidade dos valores, conseguimos presumir que a importância d'*O Camponês* no quotidiano rural é, também aqui, verificável.

### Considerações finais

A publicação do jornal *O Camponês*, e a sua distribuição pelo Alentejo, significou a instituição de um meio de aproximação de centenas de assalariados rurais, cujas dificuldades e as reivindicações eram as mesmas, tendo como vértice de contacto o Partido Comunista Português. Ora, uma vez que a melhoria de condições de vida constituía uma impossibilidade para muitos, o surgimento de um jornal que se movia em defesa dos seus interesses, respondendo às suas necessidades, é, deveras, impactante, no sentido em que é nele que reside a única fonte de orientação e, sobretudo, de esperança na obtenção de mais direitos laborais e, desse modo, uma possibilidade de abandonar uma vivência de fome e sofrimento.

A influência do papel d'*O Camponês* na oposição social ao Estado Novo, no Alentejo, reside no facto de ter sido um fator chave para a mobilização de trabalhadores rurais e, sobretudo, para a implantação de um partido político numa região, desenvolvendo micro—relações em ambiente de clandestinidade. A abordagem inicial do PCP ao camponês é de secundarização, face ao papel principal do operário na revolução, inserido num meio cosmopolita. Característico da distância entre o mundo rural e o mundo urbano, onde estavam integrados os quadros dirigentes do partido, isto provoca algumas dificuldades — tais como na classificação do camponês enquanto classe —, mas também é potenciadora de dinâmicas interessantes, que contribuirão, à medida que os conflitos sociais rurais aumentam, para a atenuação das barreiras entre proletariado urbano e rural<sup>89</sup>.

A partir do início d'*O Camponês*, a retórica de incentivo e orientação para a reivindicação, nela característica, é natural proporcionadora de um gradual aumento de conflitos sociais, que se tornarão frequentes no Alentejo. Na qualidade de imprensa clandestina, é criadora de hábitos e comportamentos coletivos de resistência. As principais tendências demonstradas nos artigos publicados pelo

---

<sup>88</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 38, Março de 1953.

<sup>89</sup> Cf. Neves, 2010

## Ação e Retórica Comunista no Alentejo: O jornal clandestino “O Camponês” para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)

jornal são de interdependência entre orientações e sucesso de reivindicações<sup>90</sup> e de um crescimento da proximidade entre trabalhadores e a linha ideológica do partido.

Num meio onde predominava o pouco acesso à educação e a miséria de vida, um jornal clandestino fomentava a *consciência política, aprofundando o sentido de pertença a um movimento mais vasto e com apoios internacionais, que lhes prometia melhores condições de vida. Este era, afinal, um objetivo comum a quantos sabiam fazer parte dos grupos sociais mais desfavorecidos*.<sup>91</sup>

Em suma, *O Camponês* terá sido um meio acessível para o evoluir da proletarianização rural e para a partidarização regional, visto ser o único que contactava e interagira de perto com as aldeias e os grupos comunitários existentes. Desse modo, o jornal edificou as relações entre partido e trabalhadores rurais, tornando-as intrínsecas, autónomas e, pelas características de resistência e oposição, desenvolveu tradicionalidade nas filiações ideológicas.



Figura 3 – “O Camponês”, N.º 60, Abril de 1957

<sup>90</sup> Cf. *O Camponês*, n.º 28, Agosto de 1949

<sup>91</sup> Cf. Freire, 2013

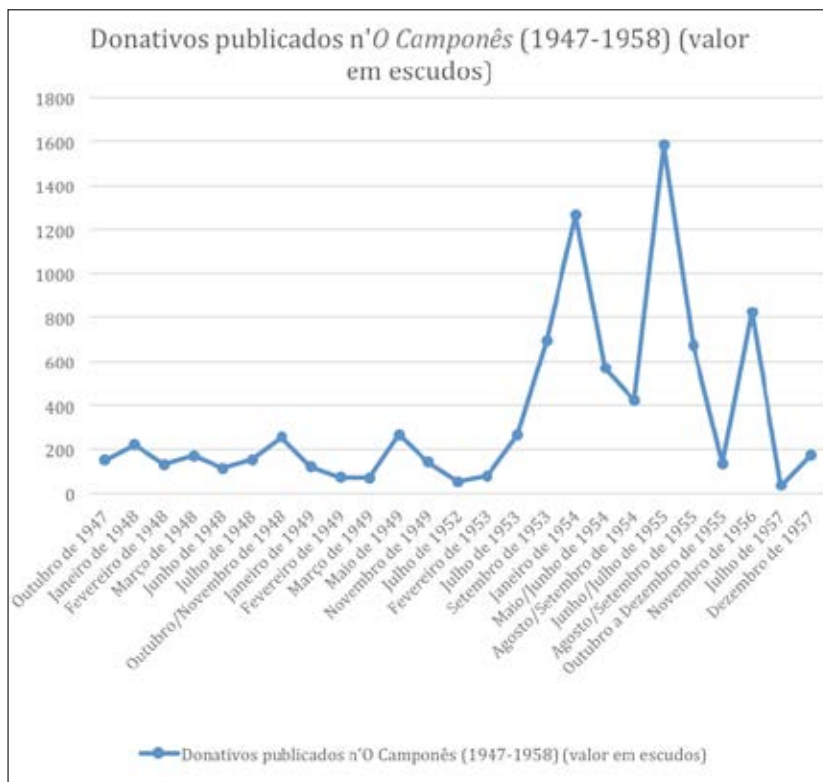
## Anexos

Tabela 1 – Conflitos sociais por localidades (1947-1958)

Quantidade de conflitos sociais relatados n' <i>O Camponês</i>	Localidades
1 a 5	Aljustrel; Alcácer do Sal; Aldeia dos Fernandes; Aguiar; Arronches; Amareleja; Alvito; Almeirim; Aldeia Ruiva; Aldeia do Pinto; Alcáçovas; Arraiolos; Alverca; Alcórrego; Alburnoa; Boa Vista; Borba; Brinches; Beja; Benavente; Castro Verde; Cortiçadas; Canha; Casa Branca; Cortes de Gafo; Chança; Cunheira; Coruche; Campo Maior; Canhestros; Cunheira; Chança; Cuba; Cercal; Cartaxo; Couço; Canal Caveira; Évora; Estômbar; Falcoeiras; Foros da Misericórdia; Ferreira do Alentejo; Montes Velhos; Machede; Mértola; Monte de Trigo; Maranhão; Mora; Monte da Caparica; Odivelas (Ferreira do Alentejo); Odemira; Panóias; Portalegre; Pegões; Portel; Pedrógão (Vidigueira); Pavia; Póvoa; Quintos; Redondo; Reguengos; Rio Frio; São Marcos da Ataboeira; São Romão; S. Manços; Silveira; Sabugueiro; Santiago do Cacém; S. André; S. <sup>a</sup> do Monte Virgem; Santiago Maior; Salvada (Beja); Santa Vitória; Samora Correia; St. <sup>o</sup> Amador; Salvaterra de Magos; Silves; S. Gregório; Sines; Santa Susana; Santa Iria; Sobral da Adiça; Safara; S. João de Negrilhos; Sousel; S. Aleixo; S. Matias; S. Luís; Viana do Alentejo; Vila Nova da Baronia; Vendas Novas; Valongo; Vila de Frades; Vale de Açor; Vila Verde de Ficalho; Vila Franca de Xira; Vendinha; Vidigueira; Vila Viçosa.
6 a 10	Alpiarça; Avis; Bencatel; Ermidas; Estremoz; Foros da Branca; Lavre; Montemor; Montoito; Moura; S. Torcato.
11 a 15	Aldeia Nova de São Bento; Benavila; Escoural; Grândola; Penedo Gordo; S. Cristóvão; Serpa.
16 a 20	Montemor-O-Novo; Vale de Vargo.
21 a 25	Baleizão; Pias.

Fonte: *O Camponês* (1947-1958)

## Ação e Retórica Comunista no Alentejo: O jornal clandestino “*O Camponês*” para a mobilização de trabalhadores rurais (1947-1958)



**Gráfico 1: Evolução do valor doado ao *O Camponês* (1947-1958)**

Fonte: *O Camponês* (1947-1958)

### Fontes

#### Arquivo Casa Comum (Fundação Mário Soares)

- *O Camponês*, n.º 1 (1947) – n.º 66 (1958). Disponível em [http://www.casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_3308#!e\\_3308](http://www.casacomum.org/cc/arquivos?set=e_3308#!e_3308) (Consultado em 13/07/17).
- *I Congresso do Partido Comunista Português. Resoluções.* (1943). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02597.002.023> (Consultado em 21/12/2017)
- *II Congresso Ilegal do Partido Comunista Português. Resoluções.* (1946). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02597.003.019#11> (Consultado em 21/12/2017)

### Bibliografia

- ALMEIDA, Vanessa de (2015). “Vozes femininas da clandestinidade comunista (1940-1974)”. Trabalho de projeto de Mestrado em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993). *A política agrária do Estado Novo*, Porto: Afrontamento.
- CARMO, Renato Miguel do (2007). “As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 20 e 60 do século XX”. *Análise Social*, XLII (184), 811-835.
- COELHO, José Dias (2006). *A resistência em Portugal*. Lisboa: Edições Avante!.
- CUNHAL, Álvaro (1997). *O caminho para derrubamento do fascismo*. Lisboa: Edições Avante!.
- CUTILEIRO, José (2004). *Ricos e pobres no Alentejo: uma sociedade rural portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- FREIRE, Dulce (2013). “Fome de terra e de trabalho. Rendimentos e identidades no Ribatejo na segunda metade do século XX”. In R. M. Carmo, V. A. Silva, (orgs.) *Mundo rural: mito ou realidade?*. São Paulo: Annablume, 253-278.
- GODINHO, Paula (2004). “Movimentos sociais rurais: questões de teoria e métodos”. In I. Fonseca, D. Freire, P. Godinho (coords.), *Congresso Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, 2000. Lisboa: Colibri, 89-105.
- HOBBSAWM, Eric J. (2017). *A Era dos Extremos: a História do Século XX (1014-1991)*. Lisboa: Editorial Presença.
- LAINS, Pedro (org.); Silva, Álvaro Ferreira da (org.) (2012). *História Económica de Portugal 1700-2000. Volume III: o século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MADEIRA, João (2004). ““Nas nossas terras o partido somos nós” A rede do Partido Comunista Português nos campos”. In I. Fonseca, D. Freire, P. Godinho (coords.), *Congresso Mundo Rural: transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*, Lisboa, 2000. Lisboa: Colibri, 119-132.
- MATOS, Márcio José Monteiro (2015). “Organização da Clandestinidade Política do PCP: da Ditadura Militar ao 25 de Abril de 1974”. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- NAVARRO, António Modesto (2004). *Memória alentejana: resistência e reforma agrária no distrito de Évora*. Lisboa: Edições Avante!.
- NEVES, José (2010). *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história do século XX*. Lisboa: Tinta-da-china.
- PEREIRA, José Pacheco (1982). *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- (1993). *A sombra: estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva.
- PIMENTEL, Irene (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Temas & Debates.
- (2013). *História da oposição à ditadura: 1926-1974*, Porto: Figueirinhas.
- RABY, Dawn Linda (1990). *A resistência antifascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*. Lisboa: Salamandra.
- ROSAS, Fernando (coord.); Mattoso, José (dir.) (1998). *História de Portugal, 7.º vol. O Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- (2019). *Salazar e os fascismos: ensaio breve de história comparada*. Lisboa: Tinta-da-China.

# **Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca, António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos em que o segundo interveio ou referiu**

---

**Joaquim Saial**

*À memória de dois saudosos amigos,  
Joaquim Francisco Soeiro Torrinha e Manuel Inácio Pestana,  
iniciadores deste revista e admiradores confessos do padre Joaquim Espanca*

O padre Joaquim José da Rocha Espanca (1839-1896) é figura maior da cultura de Vila Viçosa do século XIX. Não apenas por questão de nascimento, mas – se abstrairmos a função sacerdotal que escolheu como modo oficial de vida – por o estudo das coisas e gentes da alentejana terra pátria ter tido grande relevo na sua existência. Homem de convicções fortes, antipombalino ferrenho e antiliberal igualmente empedernido, era no entanto pessoa de seriedade a toda a prova, capaz de reconhecer nos adversários o devido valor, quando estes o tinham. É claro que com obra tão longa, cometeu um erro aqui, outro ali, mas o conjunto do que escreveu, empresa imensa e de grande honestidade intelectual, releva essas falhas e torna-o num dos calipolenses mais ilustres, motivo de reconhecimento dos seus patrícios de ontem e de hoje. Soube-o fazer Vila Viçosa que, lembrando-se dele, lhe erigiu um busto e deu o seu nome à Universidade Sénior local, bem como a uma rua na sede do concelho, a outra na freguesia de Pardais e a um largo na de Bencatel.

Mais importante que isso, a Câmara Municipal publicou em 36 volumes, entre 1983 e 1992, a sua até aí mítica e manuscrita obra “Memórias de Vila Viçosa” (online 2022, site CMVV) e republicou-lhe em 1990 o “Estudo sobre as antas e seus congéneres”. O resumo que fez das MVV, intitulado “Compêndio de Notícias de Vila Viçosa”, também foi republicado recentemente em versão de grafia actualizada (CECHAP<sup>1</sup>, 2016) e têm-lhe sido feitas diversas homenagens em datas comemorativas, em pelo menos uma das quais participámos.

Porém, nunca é demais estudar esta brilhante figura, à qual todos que nos interessamos pela história e cultura de Vila Viçosa sempre recorremos. Daí que, como

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Património (Vila Viçosa).

no decurso de outra investigação demos com o seu nome e o do irmão António Joaquim em 42 exemplares online do “Diário do Governo” da época monárquica, resolvemos elaborar este trabalho cujo tema é por demais compatível com a revista que à sua maneira também o honra.

E como as pesquisas quase sempre nos levam a terrenos inesperados, descobrimos Joaquim Espanca a expor vinho e azeite na Exposição Industrial de Lisboa em 1888 e na Exposição Universal de Paris, em 1889... ou a referir-se a uma fuga de presos da cadeia de Vila Viçosa que António Feliciano de Castilho já tinha dado em notícia, mas que na sua o nosso patricio ornamenta com impensáveis armações escavadoras, de veados – já para não falar numa velha infanticida, moradora em casas no interior da cerca medieval... Estes dois últimos casos surgem em remate do texto.

Em resumo, através do que se pode ler nestes exemplares da folha oficial do Estado, mais uma vez se comprova como este elemento preponderante do clã Espanca (outros haviam de vir, igualmente importantes) era figura multifacetada, pároco, escritor, historiador, memorialista e sem dúvida interventor empenhado nos assuntos candentes da época em que vivia, a nível nacional e da pequena sociedade calipolense<sup>2</sup>. Eis, pois, o que foi possível apurar e de algum modo contribui para juntar mais alguns dados à biografia do Padre Joaquim Espanca e também à do menos conhecido irmão, António Joaquim.

Para além de 37 notas de rodapé, seguem considerações ao texto em tabulação e tipo de letra menos espesso, como no caso desta passagem inicial.

**DG<sup>3</sup> – 22.02.1859, capa**

*Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Repartição dos Negócios Eclesiásticos*

Arcebispado de Évora

O padre António Joaquim da Rocha Espanca, do arcebispado de Évora, concorre à igreja de Santa Ana de Bencatel.

**DL<sup>4</sup> – 22.03.1866, p. 878**

Parte não Official – Cortes – Câmara dos Dignos Pares do Reino

Em conformidade da resolução tomada pela câmara dos dignos pares do reino, na sessão do corrente mês, publica-se o seguinte:

Dignos pares do reino. – A publicação pela imprensa do, ainda não convertido em lei, e já intitulado «código civil português»<sup>5</sup>, e a proposta com que o governo acaba de o submeter à aprovação das cortes, levam os abaixo assinados, no exercício de um direito imprescritível, e por um interesse visível, a recorrer a vós, para que, no cumpri-

---

<sup>2</sup> E compositor musical, faceta que não surge nestes documentos.

<sup>3</sup> “Diário do Governo”.

<sup>4</sup> “Diário de Lisboa”. Apesar da designação, tratava-se de facto na altura da folha oficial do governo português. Manteve este título entre 1 de Novembro de 1859 e 31 de Dezembro de 1868.

<sup>5</sup> 1.º Código Civil português, foi aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1867, tendo entrado em vigor a 22 de Março de 1868.

**Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca,  
António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos  
em que o segundo interveio ou referiu**

mento da grande missão que a lei fundamental do estado vos confiou, não presteis o vosso assentimento a alguns dos pontos em que a comissão revisora do projecto primitivo o alterou, designadamente nas disposições relativas ao casamento civil. O ilustre autor daquele projecto, como perito que é na legislação e jurisprudência e que na nossa magistratura ocupa um dos lugares mais eminentes<sup>6</sup>, concebera esta parte da sua importantíssima tarefa em termos aceitáveis, porque se regulara pelas leis e pelos usos gerais nunca alterados em Portugal desde a fundação da monarquia, porque respeitara a crença religiosa do povo português essencialmente católico, e porque finalmente prestara homenagem à carta constitucional que, num artigo que não pode ser reformado sem que os deputados recebam para isso faculdades especiais dos seus constituintes, não reconhece como religião do reino senão a católica apostólica romana, segundo a qual o matrimónio é um Sacramento que, conforma o concílio de Trento (secção 24.<sup>a</sup>, título 1.<sup>o</sup>), *os que intentarem contrai-lo de outro modo que não seja na presença do pároco ou de outro sacerdote com licença dele, ou do ordinário, e de duas ou três testemunhas, fazem um acto irritado e nulo*.

(...) No que também persistem, nem podem deixar de insistir os abaixo-assinados, é em que, se uma para nós tão extraordinária inovação, como o casamento civil, se reputou prudente e talvez indispensável em França, quando se organizou o seu código civil, em Portugal, mui longe de ter em seu favor algum princípio de utilidade geral que a desculpe, é, além de extremamente perigosa, de todo escusada e sem razão de ser. (...)

O teor da longa petição prossegue no sentido dos dois excertos que acabam de ser reproduzidos, tendo em vista no essencial que o casamento civil não fosse instituído. Desconhecemos de quem partiu a iniciativa da petição mas ela é primeiramente assinada por gente de Torres Vedras, com data de 26 de Novembro de 1865. Seguem-se Vilar, Lugar da Vermelha, Cadaval, Óbidos, Amoreira, Caldas da Rainha, Estremoz, Freguesia de Mora, Freguesia de S. Paulo de Pavia, Freguesia da vila de Cabeção e N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Brotas. Surge então Vila Viçosa, com alguma confusão de transcrição, sendo que não aparecem as designações das freguesias urbanas (N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição e S. Bartolomeu) mas 117 assinaturas representando-as, reconhecidas em 19 de Dezembro pelo tabelião Tibúrcio da Conceição Mata. A 5 de Janeiro de 1866, o mesmo tabelião reconheceu mais 115, estas de habitantes das freguesias de Santa Ana de Bencatel, Santa Catarina de Pardais, S. Romão e Cildas. Entre as 232 assinaturas, estavam as de João Bernardo Espanca<sup>8</sup>, José Maria Espanca<sup>9</sup> e seus filhos António Joaquim da Rocha Espanca, Joaquim José da Rocha

---

<sup>6</sup> Pensamos que o autor do texto se estará a referir ao 1.<sup>o</sup> visconde de Seabra, António Luís de Seabra e Sousa (1798, Mogofores – Anadia, 1895), jurisconsulto e magistrado de grande prestígio que entre outros cargos de elevado estatuto teve o de juiz do Supremo Tribunal de Justiça e foi um dos principais autores do primeiro código civil português, a ponto de o mesmo ser conhecido por “Código Seabra”.

<sup>7</sup> “Sem efeito”, significado idêntico ao da palavra seguinte.

<sup>8</sup> Tio dos irmãos padres Espanca, citado nas “Memórias de Vila Viçosa”, manuscrito publicado em 36 fascículos pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, entre Março de 1983 e Outubro de 1992. No presente caso, ver por exemplo o vol. 17, p. 78.

<sup>9</sup> Pai dos irmãos padres Espanca.



Espanca e José Bartolomeu da Rocha Espanca<sup>10</sup>. Temos aqui, pois, o ramo masculino da família Espanca bem unido na defesa das suas convicções, seguido por quase duas centenas e meia de calipolenses, forças-vivas de Vila Viçosa da altura.

**DG – 24.03.1876, p. 557**

Senhores deputados da nação portuguesa. – A junta de paróquia da freguesia de Santa Ana de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, interpretando os sentimentos dos seus comparoquianos, vem reclamar perante vós contra a privação de suas justas comodidades na ventilação das causas judiciais. Acostumados desde séculos a depender dos tribunais de Vila Viçosa numa distância inferior a quatro quilómetros e de boa estrada macadamizada, mal podem conformar-se a recorrer ao juiz ordinário da vila do Alandroal, na distância de sete quilómetros, e muito menos ao juiz de direito da vila do Redondo, tendo de atravessar a serra de Ossa com caminhos escabrosos e caudalosas ribeiras.

Senhores deputados, o povo de Bencatel não quer mostrar-se acintosamente oposto a quaisquer reformas intentadas pelos governos, só porque essas reformas trazem uma novidade para os seus hábitos e costumes; pelo contrário, aceitaria de bom grado essas alterações, uma vez que sejam baseadas na conveniência geral; e é isto, que não se dá na última divisão comarcã, ordenada pelo decreto de 16 de Junho. Aqui teve parte a veleidade ministerial, porque é inconcebível que se ponha de parte a geografia nas boas divisões judiciais ou administrativas. A vila do Redondo está separada pela natureza dos plainos de Bencatel e só pode ser cabeça de uma comarca composta de povoações da cordilheira da Serra de Ossa, ao passo que Estremoz fica na mesma zona e em distância mais curta.

Bem sabemos, senhores deputados, quanto é difícil a um governo o reformar as suas próprias medidas, porque seria confessar que tinha errado ou procedido com parcialidade em tais medidas. No entanto, reconhecendo os suplicantes que vós sois constituídos representantes e advogados dos interesses dos povos para reprimirdes as demasias dos governos e fazerdes sanar os seus erros administrativos, não duvidámos lançar mão do direito de petição, embora tantas vezes ludibriado, e fazer-vos sentir quanto nos foi desagradável e prejudicial a segregação do julgado de Vila Viçosa e da comarca de Estremoz.

Nós, senhores deputados, contávamos de pertencer a uma comarca novamente criada em Vila Viçosa, povoação digna disso, tanto pela sua posição geográfica, como pelos seus precedentes históricos, tribunais excelentes e boa cadeia correcional; e só com esta criação ficaríamos satisfeitos e até reconhecidos ao actual governo, ou a outro que tal reforma decretasse, por ser uma medida vantajosa para os povos de Vila Viçosa, Borba e Alandroal. Mas enquanto não se cria a tal comarca, pedem-nos que ao menos anexeis de novo a aldeia de Bencatel ao julgado ordinário da sua Vila Viçosa, para continuar a pertencer à comarca de Estremoz e não à do Redondo. = E. R. M.cê

Bencatel, 2 de Janeiro de 1876. = O presidente da junta de paróquia, padre António Joaquim da Rocha Espanca. = O regedor, Jacinto António da Silva = Os vogais, João Marques = José Anastácio Nazareth. = O secretário, Joaquim José da Rocha Espanca.

(Segue-se o reconhecimento.)

---

<sup>10</sup> O menos conhecido, 25.07.1841-26.07.1873.

Embora o presidente da junta da paróquia fosse António Joaquim da Rocha Espanca, é quase garantido que esta petição é do punho do mano Joaquim José, aqui como “secretário”. No excerto das “Memórias de Vila Viçosa”<sup>11</sup> que reproduzimos a seguir, de certo modo ele completa os fundamentos desta petição, mostrando-se grande defensor da autonomia da sua terra e forte crítico das malfeitorias administrativas que tinham feito à mesma e a Bencatel, sua freguesia rural. Estranhamente, tudo isto parece muito actual, se nos lembrarmos do que tem sido praticado nas últimas décadas pelos nossos governos relativamente à eliminação (nalguns casos, junção) de freguesias, escolas, postos de correio e tribunais...

**Volume 19 das “Memórias de Vila Viçosa”, p. 27**

(...) Por Decreto de 16 de Junho [de 1875] fez o Governo Central uma nova divisão das comarcas judiciais. E quando se esperava confiadamente que Vila Viçosa fosse constituída em cabeça de uma das trinta criadas de novo, sendo composta com os concelhos de Borba e do Alandroal como também desejavam estes povos, aparece o dito decreto mandando-a continuar a fazer arte da comarca de Estremoz e tirando-lhe a aldeia de Bencatel para a dar à comarca do Redondo, visto haver-se criado uma comarca nova na vila de Reguengos. Isto causou imenso desgosto em Vila Viçosa e em Bencatel. A Câmara Municipal e a Junta de Paróquia desta aldeia dirigiram logo representações a El-Rei e à Câmara dos Deputados, mas debalde. Que significa o tão cacarejado constitucional direito de petição, não havendo nos governantes a obrigação correlativa de atenderem a essas petições quando se mostre serem justas e de uma imperiosa necessidade e utilidade comum dos povos? Respondam os entendidos.

Eu tenho ouvido a muitas pessoas interessadas nesta questão da divisão das novas comarcas e todas são conformes em decidir que a permanência da comarca do Redondo é a causa verdadeira de não ser criada, ou antes, restabelecer a de Vila Viçosa, afirmando que a de Reguengos pode subsistir, mas não a dita do Redondo que, apesar de lhe darem a aldeia de S. Miguel de Machede, pertencente outrora a Évora, e esta de Bencatel, ficou de terceira ordem, reponteada na Serra de Ossa ao poente quando se estende para oriente até Juromenha, e finalmente pouco rendosa por conter pequena população constando de terrenos pouco habitados.

Até mesmo a pessoas do Redondo tenho ouvido que esta vila deve pertencer à comarca de Reguengos, passando o Alandroal com Terena e Juromenha e Bencatel para a comarca de Vila Viçosa e o resto para Évora.

Mas que importa a razão, a justiça e o interesse dos povos perante ministros que só se dirigem por influências eleitorais e conveniências de interesse particular?... Nada.

(...) A 15 do referido mês de Novembro [de 1875] acabou a autonomia judicial da nossa vila para crimes de polícia correcional e até para inventários de órfãos e semelhantes. Ficou, é verdade, um Juiz Ordinário de nomeação Régia sobre proposta do Juiz de Direito da comarca de Estremoz, mas unicamente com a alçada dos Juizes Eleitos que desta feita foram suprimidos, isto é, com as atribuições de julgar coimas até à quantia de 5\$000 réis, salvo erro meu; de formar corpos de delito e interrogar testemunhas por precatória em matéria civil.

---

<sup>11</sup> No presente caso, ver vol. 19, p. 27.

Acabando a autonomia judicial para crimes e para o julgamento de partilhas menores, cessou o cargo de Subdelegado do Procurador Régio com o anexo de Curador de Órfãos, então exercido por Manuel Maria de Brito Peracha, filho de Manuel Bernardo.

Era isto efeito da nova reforma judicial e divisão de comarcas de que já fiz menção. Bencatel portanto passou a fazer parte do julgado Ordinário do Alandroal e a pertencer à comarca do Redondo.

Dos tabeliães de Notas e escrivães do Judicial e órfãos, foi suprimido o mais moderno para ficar continuando somente o mais antigo (José Joaquim dos Ramos Leal) com o carácter de mero tabelião de Notas. Mas logo se viu que ficavam assim muito mal servidas as vilas que não eram cabeça de comarca por ser muitas vezes necessária a presença do tabelião em diversos lugares e para fins urgentes com o protesto de uma letra da terra, a aprovação de um testamento, etc. e portanto o Juiz de Direito houve de nomear um tabelião adjunto ou substituto para servir no impedimento do efectivo. Foi o nosso patrício José Maria da Conceição Nunes.

Os cartórios, exceptuando os de Notas, foram remetidos para Estremoz e distribuídos ali pelos Escrivães do Juiz de Direito. Porém, o que respeitava a Bencatel foi entregue ao tabelião do Alandroal e aos Escrivães do Redondo.

Perguntarei agora aos meus patrícios: Vila Viçosa tem de agradecer alguma coisa aos governantes desta época, Fontes<sup>12</sup> e Companhia? (...)

Mas a Câmara Municipal também não ficou inactiva, neste particular. Apenas três dias depois do protesto da junta de paróquia da freguesia de Santa Ana de Bencatel, exarava longo documento dirigido aos deputados às cortes que a seguir reproduzimos, a partir do “Diário do Governo” de 27 de Março de 1876.

#### **DG – 27.03.1876, p. 565**

Senhores deputados da nação portuguesa. A Câmara Municipal de Vila Viçosa, intérprete dos sentimentos do povo que representa, vem hoje ao parlamento elevar sua reclamação acerca da nova divisão e circunscrição comarcã, operada ultimamente por virtude da lei de 16 de Abril de 1874.

É certo que o governo, na sua proposta em que pediu autorização para aumentar o número de comarcas, pareceu ter em vista melhorar a administração da justiça e levar aos povos a maior economia e comodidade possíveis; assim se expressou o senhor ministro em seu relatório que precedeu a citada lei, e assim se manifestou também pelas informações pedidas às câmaras municipais e autoridades administrativas, acerca da melhor circunscrição: o resultado, contudo, não atingiu ainda o pensamento do senhor ministro; a circunscrição, no estado actual, desatende a comodidade e economia dos povos, tornando-lhes a justiça menos acessível e duplamente mais cara; é finalmente um completo vexame.

Não cabe às câmaras municipais censurar os actos consumados do governo; todavia, a Câmara Municipal de Vila Viçosa, usando do direito de petição concedido pela carta

---

<sup>12</sup> António Maria Fontes Pereira de Melo (Lisboa, 1819 – Lisboa, 1887), oficial do Exército e político empreendedor, em particular na área dos transportes, com importantes cargos governativos nos reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luís. A sua política de desenvolvimento do país ficou conhecida como “fontismo”.

**Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca,  
António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos  
em que o segundo interveio ou referiu**

constitucional, vem respeitosamente reclamar ao parlamento, acerca da divisão e circunscrição comarcã, ultimamente feita no distrito de Évora, que ferindo Vila Viçosa no seu incontestável direito de sede de uma comarca, abrangendo os concelhos de Borba e do Alandroal, no centro dos quais se acha colocada, distando do primeiro três a quatro quilómetros e do segundo oito, aproximadamente, com a população de 4300 fogos, foi desatendida nestas especialidades da lei e em muitas outras razões que a tornam recomendável; e o mais é, que para a criação de umas, conservação e engrandecimento de outras comarcas, veio ainda aniquilar-se o julgado, extorquindo-lhe a freguesia de Bencatel, a mais importante do concelho, contra a vontade dos seus habitantes, que tão inacessível se lhes torna hoje a justiça na comarca de Redondo, cujo caminho altamente acidentado, cortado por caudalosas ribeiras, lhes interceptará sem recurso a comunicação na estação invernos.

Estes inconvenientes previu a câmara quando por portaria de 1 de Maio de 1874, se lhe mandou informar acerca da melhor circunscrição, propondo o arredondamento de uma comarca composta dos três concelhos referidos de Borba, Vila Viçosa e Alandroal, com sede em Vila Viçosa, no qual foram uníssonas as autoridades administrativas nas informações que também se lhes pediram.

Senhores. A Câmara Municipal de Vila Viçosa, interpretando o pensamento dos seus munícipes, não reclama o engrandecimento desta terra à custa do aniquilamento dos mais povos: o que se não conforma, porém, é que à sua custa gozem outros, tanto mais, que está convencida que, apesar do mal já consumado, Vila Viçosa pode ainda ser indemnizada, dando-lhe a categoria de cabeça de comarca, restituindo-lhe a freguesia de Bencatel e reunindo-se esta às demais freguesias constantes do mapa que junto oferece<sup>13</sup>.

Não sendo o egoísmo o sentimento que preside a esta reclamação, mais representa esta câmara a benefício dos concelhos que desprotegidos das precisas condições, ficam reduzidos a simples julgados, que aos novos juizes ordinários lhes sejam concedidas algumas atribuições mais, por forma que a esses povos se lhes tornem menos pesados os encargos judiciais que têm de cumprir.

A Câmara Municipal de Vila Viçosa, tendo inteira confiança na rectidão e justiça dos ilustres representantes do parlamento – E. R. Mcê.

Vila Viçosa, 26 de Janeiro de 1876. = O presidente da câmara, Diogo de Castro Silva Sotto Maior = O vice-presidente, Francisco de Paula Tarana = O vereador fiscal, António Augusto da Silva Paracana = O vereador, José Francisco Simões.

**DG – 17.09.1877, capa**

*Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Direcção-Geral dos Negócios Eclesiásticos*

**1.ª Repartição**

Despacho efectuado por decreto de 13 do corrente

---

<sup>13</sup> O mapa indica os “Julgados componentes da comarca designados pelas suas sedes”: Comarca de Vila Viçosa (Vila Viçosa e Borba, com sede em Vila Viçosa). Vila Viçosa ficaria com Vila Viçosa (matriz), Vila Viçosa (S. Bartolomeu), Bencatel, Pardais, S. Romão, Ciladas e Terrugem; Borba ficaria com Borba (S. Bartolomeu), Borba (Sobral), Orada, Santa Bárbara, Ana Loira (S. Domingos), Glória, Vila Fernando e Santo Aleixo. O mapa indicava ainda a Comarca de Estremoz e a Comarca do Redondo – nesta, se integraria o julgado do Alandroal.

O presbítero Joaquim José da Rocha Espanca – apresentado, precedendo concurso por provas públicas, na igreja paroquial de Santa Catarina de Pardais, do concelho de Vila Viçosa, arcebispado de Évora.

Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Direcção-Geral dos Negócios Eclesiásticos, em 15 de Setembro de 1877. = Luiz de Freitas Branco

**DG – 26.03.1881, p. 755**

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Direcção-Geral dos Negócios Eclesiásticos

1.<sup>a</sup> Repartição

Despachos efectuados por decreto de 22 do corrente.

(...)

O presbítero António Joaquim da Rocha Espanca, pároco colado<sup>14</sup> da igreja de Santa Ana de Bencatel, diocese de Évora – apresentado na igreja paroquial de Santa Maria do Castelo de Évora Monte, no concelho de Estremoz, da mesma diocese.

**DG – 02.05.1881, p. 1065**

*Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Direcção-Geral dos Negócios Eclesiásticos*

1.<sup>a</sup> Repartição

Despachos efectuados por decretos de 21 e 28 do corrente mês.

(...)

Declarado sem efeito, a pedido do interessado, o decreto de 22 de Março último, pelo qual o presbítero António Joaquim da Rocha Espanca, pároco colado na igreja de Santa Ana de Bencatel, diocese de Évora, foi apresentado na igreja paroquial de Santa Maria do Castelo de Évora Monte, no concelho de Estremoz, da mesma diocese.

**DG – 26.05.1887, capa**

*Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Direcção-Geral dos Negócios Eclesiásticos*

1.<sup>a</sup> Repartição

Despachos efectuados por decretos de 20 do corrente mês.

(...)

O presbítero Joaquim José da Rocha Espanca, pároco colado na igreja de Santa Catarina de Pardais, diocese de Évora – apresentado na igreja paroquial de S. Bartolomeu de Vila Viçosa, da mesma diocese.

---

<sup>14</sup> Por interferência do Estado, após 1862, a escolha dos párocos passou a fazer-se por concurso público documental, limitando a intervenção dos bispos no processo de provimento de lugares de exercício da actividade eclesiástica. Os *párocos colados* eram aqueles que, através de concurso, se tornavam titulares dos benefícios, pagando por isso direito de mercê; distinguiram-se dos *párocos encomendados*, nomeados anualmente pelos bispos. A este propósito, ver PINTO, Sérgio Ribeiro. “O Clero Paroquial e a I República – Nova Abordagem à Querela das Pensões”, in “Lusitania Sacra”, n.º 30, Julho-Dezembro.2014, p. 96.

**Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca,  
António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos  
em que o segundo interveio ou referiu**

**DG – 01.01.1889, pp. 290 e 302**

*Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – Direcção-Geral de Agricultura*

1.<sup>a</sup> repartição – Serviços Agrícolas

A pedido da comissão executiva da Secção Agrícola da Exposição Industrial Portuguesa de 1888<sup>15</sup>, e por ordem superior, se publica a seguinte **RELAÇÃO DOS PRÉMIOS CONFERIDOS PELOS JÚRIS DA MESMA SECÇÃO, ABAIXO ASSINADOS.**

Os prémios do padre Joaquim José da Rocha Espanca estavam assim referidos:

**Menção honrosa**, atribuída pelo 4.º Júri – Grupo 1.º – Classe 3.<sup>a</sup> “Vinhos de pasto e de lotação” das 6.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> regiões, júri constituído por António Batalha Reis, Luiz Rebello da Silva e Sebastião Álvares<sup>16</sup>.

**Menção honrosa**, atribuída pelo 7.º Júri – Grupo 2.º – Classes 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> “Óleos”, júri constituído por Jorge José de Mello (presidente), António Gonçalves Ramalho (relator), António Bernardino Carneiro (vogal) e Joaquim Lopes Serra (vogal).

Dado o interesse para a biografia do padre Joaquim Espanca (e para a história agrícola de Vila Viçosa), e já que este ponto a isso se presta, não podemos deixar de mostrar a sua participação no ano seguinte na Exposição Universal de Paris (a de 1889, da Torre Eiffel), acompanhado de uma serie de calipolenses, ele e esses bem identificados pela terra de pertença no “Catalogue Général de l’Exposition Universelle de 1889, Tome 7”. São mais de nove dezenas de expositores, alguns mostrando vinho e azeite em simultâneo, o que parece mostrar certa pujança de Vila Viçosa no capítulo destes produtos. E com uma dúzia de mulheres em cena, o que mostra que olivais e vinhas não eram em Vila Viçosa apenas coisas de homens.

---

<sup>15</sup> A Exposição Industrial Portuguesa (sic), inaugurada a 7 de Junho de 1888, tinha uma secção agrícola. Daí as menções honrosas obtidas pelo padre Joaquim Espanca pelos seus vinho e azeite. O certame teve lugar na Avenida da Liberdade, Lisboa. Nomes da lista, próximos do do padre Joaquim Espanca, também com menções honrosas, são óbvias figuras de Vila Viçosa. Com a ressalva de podermos estar a errar nalguns ou a não indicar outros, aqui ficam os seguintes nomes: (nos vinhos) Maria da Assumpção Cravo, José Francisco Rosa, João António da Silva Pereira, Marianno da Boa Morte Rosa, João António Segurado, Manuel Zeferino Sande, Ignacio da Silveira Menezes; (no azeite) Joaquim Maria da Silva Paracana, Francisco Soeiro, Manuel Diogo da Silveira Menezes, Eugénio Joaquim Tarana. Poderá haver outros expositores calipolenses com prémios mais importantes, o que obrigaria a investigação exaustiva que este trabalho não requer, mas que é de interesse para a história agrícola e industrial de Vila Viçosa. Sabemos no entanto que a Câmara Municipal de Vila Viçosa recebeu uma medalha de cobre pela exibição de mármore, xisto e argilas e que um parente nosso, Manuel Rodrigues Saial, obteve menção honrosa pela sua invenção de uma “fechadura de quatro línguas”. O nosso amigo e parente por afinidade Manuel Francisco Grilo, antigo funcionário da Fundação da Casa de Bragança, já falecido, ofereceu-nos cópia do diploma que segundo ele reproduziu a partir do original existente na instituição e que já divulgámos no blogue “Arquivo de Vila Viçosa”. <https://arquivovilavicosablogspot.com/2020/07/0105-comemoracao-do-100-post-do-avv-5-e.html>

<sup>16</sup> Neste primeiro caso, não são identificadas as atribuições específicas de cada um dos membros do júri.

Vejamos quem são, por ordem alfabética de apelido, depois de Sua Alteza Real o Duque de Bragança que apresentava azeite e vinho branco da sua propriedade de Montemor-o-Novo:

**Azeite (huile d’olives)**

José Pereira Aldiagas<sup>17</sup>  
Antonio José Anao  
Manuel Pereira Anao  
António José Assa  
Miguel Azambuja  
Joao Lopes Barradas  
Antonio Ribeiro Boim  
Antonio Bom  
Francisco Bravo  
Joaquim Bravo  
Maria Ascensao Bravo  
Leonor Thereza Bribales  
Agostinho Augusto Cabral  
Mathias de Castro  
Valentina das Dores Coelho  
Maria Umbelina<sup>18</sup> da Costa  
Joao Crano<sup>19</sup>  
Francisco Martins Curado  
P. [Padre] Joaquim José da Rocha Espanca<sup>20</sup>  
Joaquim José Fernandes  
Antonio Francisco Ferreira  
Felippe Franco Ferreira  
José de Sousa Figueiredo  
Joao José Pereira Fradinho  
José Ribeiro Francisco  
Ignacio Rosado Leao  
Antonio Maria Lobo  
Joao Augusto da Silva Lobo  
Joaquim Lourenço

---

<sup>17</sup> Em Bencatel, sobretudo, há “Aldeagas”. Mas, tal como referimos antes, não alteramos nem este nem os restantes antropónimos, excepto em casos demasiado deturpados como o do padre Espanca, como veremos. Nota-se a falta de til e de agudos – estes são colocados em palavras que os pedem e desaparecem noutras que também os deveriam ter, decerto problemas motivados na passagem das indicações ao tipógrafo sem prática de escrita em português.

<sup>18</sup> Grafado como “Umbolina”.

<sup>19</sup> Talvez “Cravo”.

<sup>20</sup> Grafado como “Esperança”.

**Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca,  
António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos  
em que o segundo interveio ou referiu**

Manoel Lourenço  
Rosalia de Lucena  
André Ponce Macias  
Manoel de Jesus Ponce Macias  
P. [Padre] Angelo Maria Manhoso<sup>21</sup>  
Joao Bernardo de Matos  
Ignacio da Silva Menezes  
Joao de Sousa Menezes  
Manoel Diogo da Silveira Menezes  
P. [Padre] José Ignacio das Neves<sup>22</sup>  
Joaquim Vicente Nunes  
Venancio Antonio Nunes  
Dr. Caetano da Graça Brito Nogueira  
Joao Antonio da Silva Nogueiras  
Joaquim Maria da Silva Paracana  
Maria d'Assumpção Paracana  
José Paulo  
Antonio Rosado Perdigão  
Joao de Deus Rosado Piteira  
P. [Padre] Caetano Joaquim de Carvalho Ramos<sup>23</sup>  
Marianna d'Almeida Reixa  
José Pereira Ribeiro  
Joao Nepomuceno da Cunha Rivara  
José Francisco Rosa<sup>24</sup>  
Marianno da Boa Morte Rosa  
Maria da Conceição Rocha Rosario  
Antonio Joaquim de Sant'Anna  
Joao Antonio Segurado  
Manoel Nunes Sereno  
José Maria da Silva

---

<sup>21</sup> Citado no vol. 24 das “Memórias de Vila Viçosa”, p. 96. Foi colega do padre Joaquim Espanca na administração do Asilo Calipolense da Infância Desvalida, como veremos no DG – 11.05.1894, p. 1188.

<sup>22</sup> No Arquivo Distrital de Évora existe o seu “Processo de habilitação *de genere*” para ser admitido a *prima tonsura*, a ordens menores e ordens sacras. Pais e avós maternos e paternos era tudo gente de Vila Viçosa.

<sup>23</sup> Existe no Arquivo Distrital de Portalegre documentação (19.01.1855) deste padre (local de Elvas/Alcáçova) que o dá como testamenteiro de António José Ferreira. Há mais informação sobre ele em livro que não nos foi possível consultar: ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, 2010.

<sup>24</sup> Este antroponímico (e os das duas pessoas seguintes, sendo a terceira “Rozario”) surge na lista seguinte de vinhos como “Rosa”. Como aqui estava grafado como “Roza”, decidimos uniformizá-los pela versão que mesmo na altura era mais comum.



## Joaquim Saial

Francisco Soeiro  
Luiza Bom Soeiro  
Joaquim Bento Tarana  
Joaquim da Silva Tavares  
Antonio da Silva Torres  
Joao de Deus Torres  
José Maria da Trindade  
Antonio da Silva Vedor  
Maria Isabel Veiga  
Antonio Maria Vieira  
José Antonio Cordeiro Vinagre  
José Pereira Zita

**Vinhos**<sup>25</sup> (o sinal ■ significa que os expositores que o ostentam também estão na lista de expositores de azeite)

José-Pereira Aldiagas ■  
José Antonio de Almeida  
L. Joaquim Barradas Junior  
Manoel<sup>26</sup> Nascimento Cabeça  
Agostinho Augusto Cabral ■  
Mathias de Castro ■  
Alvaro José Clarinho  
Francisco Cravo  
Joao do Espirito-Santo Cravo  
Joaquim Pedro Cravo  
Maria d'Ascensao Cravo  
Francisco Martins Curado  
P. [Padre] Joaquim José da Rocha Espanca<sup>27</sup> ■  
Joaquim-Marianno Gomes  
Joao Augusto da Silva Lobo ■  
Joao Lourenço  
Joaquim Lourenço ■  
Manoel de Jesus Ponce Macias ■  
P. [Padre] Angelo Maria Manhoso ■  
Joao Bernardo da Matta  
Ignacio da Silva Menezes ■  
Joao de Souza Menezes ■  
Candido Jose Mouraria  
Joaquim Vicente Nunes

---

<sup>25</sup> Tudo vinhos tintos.

<sup>26</sup> Grafado como “Menoel”.

<sup>27</sup> Grafado como “Joaquina José da Rocha Esperança”.

**Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca,  
António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos  
em que o segundo interveio ou referiu**

Joao Antonio da Silva Pereira  
Ignacio de Jesus Rosado Piteira  
Joaquim Rosado Piteira  
Joao Antunes Nunes Reixa  
Marianna d'Almeida Reixa ■  
José Francisco Rosa ■  
Manoel Maria Rosa  
Marianno da Boa Morte Rosa ■  
Maria da Conceição Rocha Rosario ■  
Maria da Conceição Rocha Rosaria<sup>28</sup>  
Manoel Zeferino Saude  
Joao Antonio Segurado ■  
Manoel Nunes Sereno ■  
José Maria da Silva ■  
Francisco Maria Toscano  
José Maria da Trindade ■

**DG – 30.11.1891, p. 2280**

*Ministério dos Negócios da Fazenda – Direcção-Geral da Contabilidade Pública*  
Repartição Central

Relação dos párocos da diocese de Évora a quem, nos termos da carta de lei de 14 de Setembro e decreto regulamentar de 30 de Dezembro de 1890 foi reconhecido o direito de aposentação.

Entre a lista de seis dezenas de nomes, surge o do Padre António Joaquim da Rocha Espanca da paróquia de Santa Ana de Bencatel, concelho de Vila Viçosa, distrito administrativo de Évora com “lotação da paróquia” de 270\$600, “importância sobre que recai a quota” de 90\$600. O padre António Joaquim tinha 55 anos em 5 de Janeiro de 1891 e era obrigado a contribuir com a quota mensal de \$453 para a caixa de aposentação.

A título de curiosidade, surgem também na lista com direito a aposentação o padre Ângelo Maria Manhoso (paróquia de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição) que já vimos a expor a sua produção de azeite e vinho em Paris, e o padre José de Sousa Fialho (paróquia de S. Romão).

**DG – 22.07.1893, p. 1908**

*Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Direcção-Geral dos Negócios Eclesiásticos*

1.<sup>a</sup> Repartição

Despachos efectuados por decretos de 20 do corrente;

(...)

---

<sup>28</sup> Embora pareça repetição do nome anterior (excepto “Rosaria” em vez de “Rosario”), decidimos mantê-lo.

O presbítero António Joaquim da Rocha Espanca, pároco colado na igreja de Santa Ana de Bencatel, diocese de Évora – apresentado na igreja paroquial de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição de Vila Viçosa da mesma diocese<sup>29</sup>.

**DG – 11.05.1894, p. 1188**

*Administração do Concelho de Vila Viçosa*

*Edita*

António José d’Aça Castelo Branco, administrador do concelho de Vila Viçosa, por Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde, etc.

Faz saber que a esta administração baixou um acórdão da exma. comissão distrital de Évora, proferido no processo de tomada de contas do Asilo Calipolense de Infância Desvalida, deste mesmo concelho, respectivas ao ano económico de 1892-1893, o qual é do teor seguinte:

“Visto e examinado este processo de conta geral da gerência do Asilo Calipolense de Infância Desvalida, concelho de Vila Viçosa, relativo ao ano económico de 1892 a 1893, pelo qual são responsáveis os reverendos Ângelo Maria Manhoso [e] Joaquim José da Rocha Espanca e António Augusto da Silva Paracana e António Carlos da Silveira Meneses, na qualidade de administradores do respectivo asilo;

Mostra-se que o débito é na importância de 908\$835 réis, incluindo o saldo anterior de 25\$250 réis, e que o crédito monta a 900\$066 réis, do que resulta um saldo em transição de 8\$769 réis;

Considerando que as despesas efectuadas estavam autorizadas competentemente, notando-se o excesso de 3\$643 réis, para pagamento de contribuições, e que foi despendida sem autorização a quantia de 9\$793 réis, em pagamento também de imposto de rendimento sobre juros de inscrições; pelo que são relevados os ditos responsáveis, atendendo-se à indisponibilidade de efectuar tais despesas e à sua natureza obrigatória;

Considerando que todas as despesas vêm comprovadas com documentos passados na devida forma, e que o processo está instruído convenientemente;

O que visto e ponderado e ouvido o ministério público:

Acordam em conferência os vogais da comissão distrital em aprovar a presente conta, julgando quites os responsáveis para com o cofre da corporação, e somente obrigados a responder na conta seguinte pelo mencionado saldo, e outrossim pela importância de 208\$240 réis de dívidas activas ao mesmo cofre no fecho desta conta.

Seja copiado e intimado e pague-se o emolumento devido.

Évora, 22 de Fevereiro de 1894. = Francisco Barahona = Conceição = António Maria de Oliveira Parreira. – Fui presente, A. P. Marques”

Eis aqui, pois, o padre Joaquim Espanca inserido em mais uma das suas múltiplas actividades, a de coadministrador do Asilo Calipolense de Infância Desvalida. E com sucesso de contas, escrutinadas pela Comissão Distrital de Évora.

---

<sup>29</sup> Veja-se a referência anterior, onde divulgamos que o pároco de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, padre Ângelo Maria Manhoso, se aposentara – e entretanto faleceu, como veremos.

**Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca,  
António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos  
em que o segundo interveio ou referiu**

**DG – 22.05.1894, p. 1317**

Esta publicação, datada de apenas 11 dias a seguir à anterior, é quase na totalidade idêntica a essa. Junta-se-lhe apenas o seguinte:

E porque seja falecido o responsável padre Ângelo Maria Manhoso, pelo presente são intimados os seus herdeiros para no prazo de trinta dias, contados da segunda publicação deste edital no Diário do Governo, apresentarem qualquer reclamação que entenderem a bem de sua justiça.

Dado e passado na administração do concelho de Vila Viçosa, aos 6 dias do mês de Março de 1894. = E eu, Joaquim da Rosa Piçarra, secretário da administração deste concelho, o subscrevi. = António José d'Aça Castello Branco.

**DG – 07.07.1894, p. 1782**

*Avisos e anúncios oficiais*

*Biblioteca Nacional de Lisboa*

Em cumprimento do disposto no artigo 605.º do código civil se faz público que no mês de Maio último foram depositados nesta biblioteca dois exemplares de cada uma das seguintes publicações:

(...)

Do padre Joaquim José da Rocha Espanca, como autor: *Compendio de Noticias de Villa Viçosa, concelho da provincia do Alentejo e reino de Portugal*. Redondo, 1892. Typographia de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho. Um volume em 8.º de 448 páginas<sup>30</sup>.

(...)

**DG – 05.06.1895, p. 1583**

*Avisos e anúncios oficiais*

*Biblioteca Nacional de Lisboa*

Em cumprimento do disposto no artigo 605.º do código civil se faz público que no mês de Maio último foram depositados nesta biblioteca dois exemplares de cada uma das seguintes publicações<sup>31</sup>:

Do padre Joaquim José da Rocha Espanca, como autor e editor: *Estudo sobre as antas e seus congêneres*. Vila Viçosa. 1894. Um folheto in-8.º de 55 páginas<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> O Catálogo Geral da Biblioteca Nacional (online) indica-nos que a instituição possui três exemplares, com as seguintes cotas: H.G.13839 V., H.G.16458 P. e H.G. 16459 P., todos exemplares do Fundo Geral de Monografias.

<sup>31</sup> Ao contrário do anterior, neste caso o livro do Padre Joaquim Espanca é o primeiro a ser citado.

<sup>32</sup> Não se diz na notícia, mas o livrinho foi composto (200 exemplares, apenas) em maquinaria adquirida pelo autor. Os pedidos para compra, como se refere na contracapa, eram feitos a ele ou ao seu amigo homónimo Joaquim José Amaro. Podia ainda ser adquirido na Livraria Gomes, 70, ao Chiado, Lisboa [situava-se na Rua Garret, no local onde depois existiu a Pastelaria Marques. Era local de encontro de intelectuais e literatos]. Algures por 1990, por iniciativa do Grupo Amigos de Vila Viçosa e Câmara Municipal de Vila Viçosa, o documento foi reeditado na Gráfica Calipolense, com prefácio do arqueólogo António Carlos Silva que a 5 de Outubro do ano anterior proferira uma palestra sobre o tema na sala dita da Biblioteca Municipal de Vila Viçosa (hoje local do Arquivo

(...)

**DG – 29.05.1897, p. 1485**

Pelo juiz de direito da comarca de Vila Viçosa, e cartório do escrivão do segundo officio, na acção ordinária proposta pelo Asilo Calipolense de Infância Desvalida da Imaculada Conceição de Maria<sup>33</sup>, desta vila, correm éditos de 40 dias, citando as pessoas incertas que se julgarem com direito aos legados instituídos nos testamentos cerrados com que faleceu o padre Joaquim José da Rocha Espanca, e deixados à freguesia de S. Bartolomeu de Vila Viçosa, e aos priores da mesma freguesia, para na segunda audiência posterior àquele prazo, e a contar da segunda e última publicação deste “Diário do Governo”, verem acusar a citação, e na terceira seguinte, contestarem, querendo.

As audiências nesta comarca fazem-se às segundas e quintas-feiras de cada semana, ou nos imediatos, sendo aqueles feriados santificados, por dez horas da manhã, no tribunal judicial.

Vila Viçosa, 25 de Maio de 1897. = O escrivão, António Dias da Silva

Verifiquei. = O juiz de direito, Fernando Dias

O padre Joaquim Espanca falecera seis meses antes, a 26 de Novembro de 1896, e o irmão morreria em 8 de Janeiro de 1904<sup>34</sup>. O aviso que acabámos de ver e outros semelhantes no “Diário do Governo”, alusivos a ambos, vão repetir-se muito para além da sua desapareição, até pelo menos 1908, referentes a: Asilo Calipolense de Infância Desvalida, Irmandade do Santíssimo Sacramento e Junta de Paróquia da freguesia de S. Bartolomeu, Irmandade das Almas e Confraria de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário do extinto Convento de Santa Cruz, Irmandade do Santíssimo Sacramento e Confraria do Santo Nome de Jesus da igreja de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, Venerável Ordem Terceira e Irmandade de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Lapa. Pelo seu reduzido interesse para este artigo, não os reproduzimos, embora deixemos em nota de rodapé a referência a quem os desejar consultar<sup>35</sup>.

---

Histórico Municipal de Vila Viçosa). O Catálogo Geral da Biblioteca Nacional (online) indica-nos que a instituição possui quatro exemplares, com as seguintes cotas: H.G.5332//3 A., H.G. 5359//2 A., H. G. 13789//5 V. e H.G. 16762//1 P., todos do Fundo Geral de Monografias.

<sup>33</sup> É a primeira vez que o nome do asilo nos surge com a adenda “da Imaculada Conceição de Maria”.

<sup>34</sup> Datas ainda bem visíveis na campa da família Espanca no cemitério de Vila Viçosa.

<sup>35</sup> 31.05.1897, p. 1498 – 20.09.1897, p. 2553 – 27.09.1897, p. 2605 – 31.03.1898, p. 0846 – 01.04.1898, p. 0864 – 24.03.1899, p. 0771 – 13.07.1900, p. 1890 – 14.07.1900, p. 1901 – 06.12.1900, p. 3529 – 10.12.1900, p. 3553 – 09.02.1901, p. 0393 – 11.12.1901, p. 3493 – 12.12.1901, p. 3502 – 25.04.1902, p. 1122 – 26.04.1902, p. 1135 – 15.09.1904, p. 3242 – 21.10.1904, p. 3732 – 22.10.1904, p. 3748 – 16.02.1905, p. 0613 – 17.02.1905, p. 0628 – 07.08.1905, p. 2743 – 08.08.1905, p. 2756 – 26.07.1907, p. 2320 – 27.07.1907, p. 2333 – 09.01.1908, p. 0057 – 10.01.1908, p. 0069.

## **DUAS FUGAS DE PRESOS DA CADEIA DE VILA VIÇOSA**

**“Revista Universal Lisbonense”, jornal dos interesses physicos, moraes e literários. Colaborado por muitos sabios e literatos e redigido por Antonio Feliciano de Castilho – Tomo III. – Anno de 1843-1844, p. 557.**

### **FUGA DE CADEIA**

Na noite de 11 para 12 de Junho evadiram-se da cadeia de Vila Viçosa, oito criminosos, que conseguiram o seu intento penetrando por baixo dos alicerces na casa vizinha, d’onde saltaram pela janela; parece que o carcereiro só é culpado do desleixo; todavia as autoridades deram as providências convenientes.

### **Volume 17 das “Memórias de Vila Viçosa”, p. 31**

Nos princípios de Junho [de 1844] tornaram os presos a evadir-se da cadeia civil, praticando uma escavação subterrânea no pavimento da enxovia para a parte do açougue do peixe<sup>36</sup>. Esta mina foi praticada pouco a pouco: arrancaram primeiro uma pedra do pavimento junto à parede e depois, com chifres de veado, foram escavando a terra e cimento do alicerce da parede cujo extracto lançavam na cloaca. Faziam-se estas operações durante a noite e de dia estava a pedra do pavimento posta no seu lugar para que o carcereiro, nas revistas diárias, não desse pelo arrombamento. Na noite em que a contramina comunicou com o açougue do peixe, passaram todos os presos a este e abriram a janela que não tinha grades de ferro nem fechadura. Por aqui se puseram em liberdade, mas limpando primeiro os pequenos cortiços dos expositores de peixe de algum dinheiro que neles estava.

Não havia então destacamento algum na nossa vila e a guarda aos presos era feita por paisanos colocados na casa da entrada onde há uma escuta para a enxovia, mas isto somente durante a noite.

Não tardou, porém, a vir para a nossa terra o Batalhão de Caçadores n.º 6 que se demorou cá dois anos e saiu por causa da revolução da Patuleia.

Segundo me informam, chegou este corpo no dia de Santo António e então passou a haver guarda permanente à cadeia.

Tendo o padre Joaquim Espanca cerca de cinco anos à data deste acontecimento (e ainda menos quando a anterior fuga se passou), é óbvio que dele terá tomado conhecimento através de familiares ou patrícios (eventualmente pela notícia da “Revista Universal Lisbonense” ou de outro periódico) que terão vivido na altura. Curioso é como lhe junta pormenores mais saborosos, nomeadamente a indicação dos chifres de veado (provenientes da Tapada Ducal?) que serviram de ferramenta principal para a fuga. Começa a notícia pela expressão “tornaram os presos a

---

<sup>36</sup> O açougue do peixe (hoje diríamos “peixaria”) ficava no edificio da câmara municipal, na zona onde até há poucos anos se situava a Repartição de Finanças, bem como a cadeia, depois adaptada a Tesouraria da Fazenda Pública. Perto, estava o açougue de carne, o “talho”. Digamos de modo geral que se trata do canto em que um dos lados dá para a Rua Dr. António José de Almeida (antiga do Cambaia).

evadir-se da cadeia”. Fomos um pouco atrás e demos com a fuga anterior que aqui também deixamos.

**Volume 16 das “Memórias de Vila Viçosa”, p. 92**

Na noite de 12 para 13 de Julho [de 1842] fugiram os presos da cadeia descendo pela cloaca e saindo por um cano que lhe transmite águas do quintal dos Paços Municipais. Tinha este na extremidade umas grades de ferro, já carcomidas pela ferrugem, que puderam ser arrancadas por eles. Só lá ficou um preso muito rechonchudo que não coube pelo dito cano.

A Câmara mandou logo fazer os consertos precisos para não se repetir a evasão dos encarcerados.

**A VELHA INFANTICIDA**

**DG – 20.07.1854, p. 928**

*Cortes*

*Câmara dos Senhores Deputados*

*Sessão de 19 de Julho de 1854*

*Presidência do Exmo. Sr. Silva Sanches*

(...) O deputado Correia Caldeira declarava que desejava ouvir explicações do Sr. Ministro do Reino sobre um facto muito importante, ultimamente referido pelos jornais.

Os ilustres Deputados haviam de saber que foi julgada em tribunal uma mulher, a quem se provou o crime atroz de ter sido autora da morte pelo menos de nove recém-nascidos e dizia, pelo menos, porque se supõe que ela matou muitos mais.

Este crime atroz, esta malvadez, proveio do inqualificável procedimento da Câmara Municipal de Vila Viçosa que para se subtrair a votar uma verba para a sustentação dos expostos daquele concelho, contratou com uma mulher para ir expor a outros concelhos as crianças que davam entrada na roda de Vila Viçosa, mediante a quantia de 480 réis por cada um, e o resultado foi que esta mulher, para subtrair-se ao trabalho de ir à roda mais vizinha, julgou mais pronto matar os recém-nascidos. Isto era uma monstruosidade de tal ordem, um crime tao atroz, que merecia um exemplar castigo (*apoiados*).

Pedia pois que o senhor Ministro do Reino fosse convidado a dar informações a este respeito na primeira ocasião que fosse possível. (...)

**Volume 17 das “Memórias de Vila Viçosa”, p. 73**

Ao serão de 27 para 28 de Dezembro [segundo Espanca, de 1852<sup>37</sup>], dia dos Santos Inocentes (notável coincidência!) descobriu-se um crime de infanticídio que veio a causar dissabores grandes, principalmente para a municipalidade. Uma velha chamada Maria, viúva de um Manuel António, por cuja razão a conheciam vulgarmente por Maria do Manuel António, era nesta época encarregada pela parteira Maria José Troca,

---

<sup>37</sup> Por razões óbvias, é mais fiável a data de 1854 que a de 1852 que o Padre Espanca apresenta, ainda assim próxima da verdadeira.

**Achegas à biografia dos padres calipolenses irmãos Rocha Espanca,  
António Joaquim e Joaquim José, com desenvolvimento de alguns assuntos  
em que o segundo interveio ou referiu**

em cuja superintendência e casa estava a roda dos expostos de torná-los a expor em Borba e no Alandroal, conforme recomendações confidenciais do Vereador Fiscal e outros que aprovavam a medida e isto por se alegar que as duas vilas referidas nos mandavam para cá muitos enjeitados e para que fosse menos dispendiosa ao nosso concelho a criação dos mesmos enjeitados.

O que era secreto veio por aquele facto a tornar-se público e até escandaloso. A parteira recebia da câmara 480 réis para gratificar cada reexposição, mas dava apenas 120 réis à dita Maria do Manuel António, ficando com o resto. Ora a velha, que era useira e vezeira na bebedice, enfadando-se das jornadas nocturnas a Borba e ao Alandroal por tão baixo preço, começou a deixar alguns enjeitados fora das rodas, até pelos campos onde foram encontrados, uns vivos e outros mortos e já meio devorados pelos cães, aves e feras.

Por fim, tinha a velha em sua casa um enjeitado para o reexpor na noite de 27 para 28 de Dezembro. E como se embriagasse, meteu-o debaixo da esteira em que dormia, talvez para não se inquietar com os seus vagidos. Os vapores do vinho inspiraram-lhe instintos desumanos contra o pobre inocente que chorava com toda a sua força, tanto por causa da frialdade do chão em casa térrea do adro da matriz, como pelo sufocamento e opressão que lhe fazia a velha bêbeda recostada na mesma esteira e dizendo vaposamente: – *Morre aí, meu filho da pu...* – palavras que foram ouvidas por alguns rapazes que à sua porta espreitavam casual ou providencialmente. Estes foram logo dizer a alguns moradores do Castelo que a Maria do Manuel António estava matando uma criança e esses moradores vizinhos, movidos de compaixão pelo inocente, não se demoraram em ir-lhe bater à porta para verificarem a exactidão da denúncia e obstarem ao infanticídio. Foram lá. Bateram com instância e por último a velha resolveu-se a acudir ao chamamento. Quando abriu a porta, havia já expirado a criança.

Levado este caso ao Administrador do Concelho, foi a viúva metida na cadeia no dia seguinte e começou a levantar-se grande poeirada. Instaurou-se um processo pelo Juiz Ordinário. Além do corpo de delito feito ao cadáver do enjeitado referido, procedeu-se a escavações no quintal da parteira para verificar a existência de cadáveres de outros que se dizia terem ali sepultura e assim era posto que ela jurasse que eram de crianças abortivas ou nascidas já mortas e que ela tinha aparado. Apareceram entretanto pasquins em verso e em prosa contra os vereadores e contra o Juiz Ordinário a quem se criminava de os patrocinar, etc. Na primavera seguinte veio de Estremoz o Juiz de Direito da comarca a sentenciar a causa da infanticida e por ser velha de cerca de 70 anos de idade condenou-a na pena de prisão perpétua que só veio a durar-lhe uns três anos, por falecer de doença natural.

Ao contrário da notícia emitida pelo “Diário do Governo”, que atribui apenas à Câmara Municipal de Vila Viçosa e “a uma mulher” o ónus dos infanticídios, o Padre Joaquim Espanca introduz mais uma figura, a da parteira – que inclusive nomeia, uma tal Maria José Troca – que, essa sim, receberia do Município os tais 480 réis “por cabeça” de que de igual modo fala o DG mas que por sua vez dessa quantia só dava 120 réis à Maria do Manuel António. Tal como nos casos das fugas dos presos, também neste início ou quase meados da década de 1850 o Padre Espanca, era ainda muito novo embora já com idade suficiente para se aperceber pessoalmente do horrendo caso. A cópia de factos aqui presentes de que o texto do



## **Joaquim Saial**

DG não dá fé total, tê-la-á bebido ele próprio logo na altura e talvez depois, juntando-lhe os relatos da imprensa da época ou mais uma vez os testemunhos de calipolenses que ainda recordavam o crime, quando escreveu as “Memórias de Vila Viçosa”.

## Um Santo entre nós e as giestas. Papa São João Paulo II em Vila Viçosa, 40 anos depois

---

**Francisco Caeiro**

Amanheceu lavada aquela sexta-feira, catorze de maio do ano da graça de mil novecentos e oitenta e dois, e quando os quatro helicópteros da Força Aérea Portuguesa se deixaram ver, cruzando os céus, sobre a Praça da República e a Avenida Bento de Jesus Caraça, é fácil deduzir que, pela janela do único que trazia o brasão com as armas de Sua Santidade, terá sido feliz o primeiro olhar trocado entre o Papa João Paulo II e Vila Viçosa.

O relógio marcava, rigorosamente, as oito horas e quarenta e cinco minutos, e talvez mais do que nunca, nesse instante de primavera, a Vila Ducal desse razão a André de Resende quando a apelidou, muito justamente, de *Calípolis*, sorrindo, elegantemente viçosa, para um dos seus mais ilustres visitantes, que, presságio dos presságios, estava destinado a ser eternamente do Céu.

No dia 13 de maio de 1981, em plena Praça de São Pedro, em Roma, Sua Santidade tinha sido vítima de um atentado. Baleado e gravemente ferido pelo terrorista turco *Mehmet Ali Agca*, a data estabelecia, desde logo, uma clara ligação a Fátima e às aparições, pelo que, após o restabelecimento, o Papa João Paulo II manifestou intenção de vir à Cova da Iria no ano seguinte, agradecer a proteção da Virgem Maria.

Entendeu-se então que o papa peregrino de Fátima, faria também a sua primeira visita pastoral a Portugal, assentando a mesma nos vértices do triângulo que une as três mais relevantes coordenadas do amor filial de Portugal por Maria de Nazaré. O papa do *Totus Tuus*, do “Todo Teu, Maria”, visitaria o Sameiro, Fátima e Vila Viçosa, para além das três cidades mais importantes do país: Lisboa, Porto e Coimbra.

Reunido o consenso entre a Comissão Nacional criada para o efeito, e a Santa Sé, o programa para a visita ficou estabelecido com a chegada a Lisboa, na manhã de dia 12, um percurso em carro descoberto pelas principais ruas da cidade, incluindo a Baixa, e todos os procedimentos protocolares próprios da visita do Chefe de Estado do Vaticano.

Celebraria para os jovens, em Lisboa, no Parque Eduardo VII, na tarde de dia 14, para as famílias, no Sameiro no dia 15, depois de se dirigir às gentes da ciência, na Lusa Atenas, fazendo a despedida no Porto, na Avenida dos Aliados, onde se dirigiria às questões do trabalho.

Em Vila Viçosa, e sob o olhar protetor e inspirador da Rainha de Portugal, o papa abordaria a questão agrária, num Alentejo ainda a ferro e fogo, envolto nas celeumas e querelas da reforma agrária, e do verão quente de 1975.

Um desafio.

E por aqui, sem perder tempo, meteram-se ambas mãos à obra, no âmbito de uma Comissão Diocesana, encarregue de todos os detalhes, mormente o local da celebração, o espaço para a aterragem segura das aeronaves, e também, os espaços percorridos por Sua Santidade.

Os meios de comunicação questionavam a pertinência da visita a uma vila alentejana, duvidando se ela reunia condições para receber o Chefe da Igreja Católica. As autoridades nacionais, regionais e locais, nunca menosprezaram as condições evidenciadas pela Vila Ducal, e até o Primeiro-ministro de então, Dr. Francisco Pinto Balsemão, que visitou Vila Viçosa umas semanas antes de Sua Santidade, afirmou aos microfones da RTP que não duvidassem dessa capacidade.

Optou-se por construir um altar na encosta do Castelo que desde as Portas de Évora mira a Avenida e a Praça, com o projeto do mesmo a ser coordenado pelo saudoso Padre João de Deus, eminente sacerdote e grande professor da Escola Secundária de Vila Viçosa. Pelas dificuldades de segurança colocadas pelas muralhas e o espaço arborizado do castelo, não se optou por uma visita ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição. A imagem da Padroeira de Portugal seria transportada para o altar, no seu andor, instantes antes da chegada de João Paulo II.

Nobres na genética do ser, do trato e do bem receber, muito cedo, os Calipolenses começaram os preparativos para tão nobre visita.

Até à tribuna, uma imensa escadaria coberta por alcatifa vermelha, estava ladeada por enormes canteiros com giestas e jarros, flores colhidas nos campos ao redor de Vila Viçosa, fazendo emergir o branco e amarelo da bandeira do Vaticano.

No chão de todas as ruas, onde ecoam os passos da fé de tantas gerações, espalhou-se rosmaninho e pétalas de flores, para que de aroma, e sem hesitar, rimassem com as flores das muitas laranjeiras espalhadas pela vila.

E pelas janelas, iluminadas por gambiarras e fotos de João Paulo II, na Avenida Duques de Bragança, por onde passaria o cortejo, seriam colocadas colchas brancas e amarelas, sendo que na Praça, e em todo espaço fronteiro ao altar, se poriam colchas brancas e azuis, as cores de Vila Viçosa, e também de Nossa Senhora, que dos Calipolenses é divino brasão.

Nas casas de todas as outras ruas da vila, foi recomendado que se pusessem as colchas melhores que tivéssemos em casa.

E em seda se escreveu a fé.

Vieram peregrinos de perto, de longe, de aquém e além-fronteiras, muitos de véspera com colchões para improvisarem as suas camas, e na banda sonora dessa noite, as Ave Marias dos rosários rezados em grupo, mesclaram-se com as histórias

**Um Santo entre nós e as giestas.  
Papa São João Paulo II em Vila Viçosa, 40 anos depois**

de tantas vidas, para aqui convocadas pelo privilégio de poder cruzar o olhar com o do Papa, o primeiro que em dois mil anos de catolicismo, visitava o Alentejo.

E amanheceu, com tudo rigorosamente alinhado conforme o plano.

Agitaram-se as bandeiras ao primeiro sinal da passagem dos helicópteros, que aterraram todos no Terreiro do Paço, com o de Sua Santidade a ficar mais perto do Jardim do Bosque, mesmo em frente ao portão do Seminário de São José.

Receberam o Papa, entre outras individualidades, o Presidente da Assembleia da República, Dr. Oliveira Dias, segunda figura na hierarquia do Estado, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Sr. Miguel Patação Rodrigues, o Senhor Arcebispo de Évora, D. Maurílio Quintal de Gouveia, e a Deputada à Assembleia da República eleita por Évora, Dra. Mariana Perdigão.



Sua Santidade, São João Paulo II, a deslocar-se do helicóptero para a igreja dos Agostinhos

[Foto: “L’osservatore Romano”]

Por entre os vivas gritados à distância pela multidão que se juntara nos jardins do Largo 25 de Abril, entrou o Papa João Paulo II na Igreja do Convento dos Agostinhos, Panteão dos Duques de Bragança, teve um momento privado de oração numa das capelas anexas, pertencente ao seminário, paramentando-se, de seguida, para tomar lugar numa viatura descoberta, acompanhado pelo Senhor Arcebispo, que o transportou até ao altar, com a particularidade de ter percorrido toda a extensão da praça, até ao cimo, à porta da igreja de São Bartolomeu.



O Papa sobe a escadaria acompanhado por D. Maurílio de Gouveia. [Foto: "L'osservatore Romano"]

“Papa, amigo, o Alentejo está contigo” e “*Juan Pablo segundo, te quiere todo el mundo*”, frases irmãs a ecoarem pelo espaço da Vila Ducal, porque por maiores que sejam as diferenças ditadas pela história e pela cultura dos Homens, sempre estaremos unidos sob a bênção do mesmo, e único, Céu.

Depois de subir a escadaria, o Papa Polaco, particular devoto da Virgem de Czestochowa, padroeira do seu país, ajoelha-se perante o andar da Padroeira de Portugal, a quem oferece um círio inscrito com as suas armas, e também as de São João de Latrão, a basílica do Bispo de Roma, que é ele próprio, por inerência.



Sua Santidade reza perante a imagem da Padroeira de Portugal. [Foto: "L'osservatore Romano"]

**Um Santo entre nós e as giestas.  
Papa São João Paulo II em Vila Viçosa, 40 anos depois**

Depois da alocução de boas-vindas proferida pelo prelado de Évora, teve o privilégio de se dirigir a Sua Santidade, em nome dos trabalhadores da terra, Delfim Custódio Joaquim, homem do campo deste Alentejo imenso, assalariado rural na região de São Miguel de Machede.



O Senhor Arcebispo de Évora, D. Maurílio de Gouveia, profere a alocução de boas-vindas. À frente da estante é visível a imagem em mármore oferecida ao Papa pela Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição. [Foto: “L’osservatore Romano”]

Fala em nome de tantos, e expõe ao Papa, as dificuldades que ele e os seus tantos companheiros iam sentindo. Concluindo com a devida esperança que o momento encerrava em si mesmo:

“O Papa está connosco, e sabe que não queremos continuar abandonados ao ódio ou às injustiças. Ajude-nos, Santo Padre. A vossa bênção.”

As leituras escolhidas para a Celebração da Palavra centraram-se na temática do trabalhar da terra, mormente o evangelho:

“Ide vós também para a minha vinha e tereis o salário que for justo”.

Contextualizando a parábola que acabara de ser proclamada, afirma o Papa, não deixando de sublinhar que se dirigia aos “*queridos filhos de Portugal, em especial das regiões do Ribatejo, Alentejo, e Algarve, e também convosco diletos ciganos e peregrinos vindos de outras terras portuguesas ou da vizinha Espanha*”:



“O homem que trabalha honestamente, como ser livre e inteligente, continua a obra da criação, realizando a comunhão com Deus; tornando-se participante da Redenção até chegar à gradual e plena participação da Vida divina”.



Numa das capelas do Santuário da Padroeira de Portugal, o círio oferecido por Sua Santidade, João Paulo II, a Nossa Senhora da Conceição.

O Papa que, desde o início do seu pontificado, em 16 de outubro de 1978, viaja desde Roma até à “casa” de cada crente, por mais longe que seja o caminho, faz-se presente, aqui, em Vila Viçosa, trazendo com ele toda a Igreja, nomeadamente os bispos de Portugal, que em grande número se encontravam em Vila Viçosa nas tribunas laterais construídas junto ao altar:

“E quero dizer-vos, a todos os que viveis entregues ao duro trabalho de cultivar a terra: a minha presença aqui, bem como a do Senhor Arcebispo de Évora e de outros Bispos de Portugal e da Espanha, é sinal concreto de que a Igreja compreende e reconhece as vossas legítimas aspirações de justiça, progresso e paz no desempenho da vossa profissão. A Igreja, o Papa, os Bispos de Portugal estão convosco para vos ajudar a vencer incompreensões e injustiças, para dar a mão aos mais pobres e desprotegidos, dentro da esfera da sua missão, a fim de todos poderem progredir e participar com serenidade dos altos valores humanos e cristãos de um trabalho digno e produtivo. Aqui, no Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, sob a olhar da “Rainha” de Portugal, coroada por Dom João IV”.

## Papa São João Paulo II em Vila Viçosa, 40 anos depois

Há muitas décadas que gerações de alentejanos saíam para a periferia das grandes cidades, fugindo ao rigor do trabalho do campo, tão duro e muito mal remunerado. O Papa não deixa de salientar essa importância da agricultura, e sempre no contexto social:

“Nos nossos tempos, de acentuadas tensões económicas e sociais, prevalece a visão unilateral do progresso, voltada prevalentemente para a industrialização. Mas é consolador verificar também como se vai já pondo em evidência a necessidade de restituir à agricultura o lugar que lhe compete no âmbito do desenvolvimento de cada nação e do progresso internacional. Ainda recentemente os vossos Bispos, à luz da Encíclica “*Laborem Exercens*” mostravam a necessidade de “atacar com decisão as crónicas enfermidades da agricultura em Portugal, na linha do reconhecimento da dignidade e dos direitos dos homens, das mulheres e das famílias do campo”.

Estamos em 1982, os muros persistem entre o leste e o ocidente da velha Europa, que em menos de uma década assistirá ao regresso da guerra, aquando do desmembramento da Jugoslávia.

A guerra que hoje, quarenta anos depois da visita de João Paulo II a Vila Viçosa, destrói a Ucrânia.





Entre o profético e lúcido, o discurso do Papa prossegue:

“Numa palavra, é necessário olhar às exigências da justiça, e atribuir o primado moral àquilo que deriva da verdade total sobre o homem. O mundo contemporâneo, apesar do enorme progresso científico e da técnica, vive sob o terror de uma grande catástrofe, que poderá inverter os seus grandes sucessos, se a guerra vier a prevalecer sobre a paz. Por isso as despesas com o armamento deveriam ser reduzidas, a fim de garantir a todos os países um mínimo de condições necessárias ao seu desenvolvimento global, especialmente pelo que se refere ao sector agrícola e alimentar. O estado de pobreza absoluta de certos grupos humanos de muitos países, com economia agrícola atrasada, ofende a dignidade de milhões de pessoas constringidas a viver em condições de miséria degradante”.

E de forma inteligente, carinhosa, e na mais efetiva marca do Evangelho, o Papa coloca as gentes do campo como protagonistas, a bordo do futuro de Portugal:

“Caríssimos agricultores e trabalhadores rurais: com espírito de colaboração, vós deveis ser os artífices do progresso da agricultura, como elemento importante do desenvolvimento económico e social da vossa pátria. Procurai, pois, desenvolver o espírito de iniciativa, promovendo a inserção de jovens qualificados, nas empresas agrícolas”.

É difícil descobrir depois, na parte final do discurso, aonde começam e acabam a oração e a poesia. Ou serão uma e a mesma coisa?

“Ó Senhor nosso Deus, como é grande o vosso nome em toda a terra! Aqui, neste Santuário da Virgem Imaculada, hoje o Bispo de Roma e sucessor de São Pedro ergue para Vós as mãos, o pensamento e o coração, juntamente com todos os Filhos e Filhas desta terra portuguesa, em união sobretudo com os que cultivam a terra com o trabalho das suas mãos e com o suor do seu rosto.

Em uníssono com eles, ó Pai de bondade e Senhor de todo o universo, eu imploro a vossa bênção para o seu duro trabalho. Abençoi, Senhor, os seus campos e as suas canseiras! Desça copiosa a vossa bênção sobre as suas famílias e sobre todas as suas comunidades! Abençoi, Senhor, a sua pátria, Portugal!

Criador do universo, é fruto do trabalho desta gente o pão e o vinho que diariamente oferecemos no Sacrifício eucarístico, para se transformarem no Corpo e Sangue do vosso Filho Jesus Cristo. É um trabalho que serve para a Eucaristia!”

Um Santo entre nós e as giestas.  
Papa São João Paulo II em Vila Viçosa, 40 anos depois



Jornal “O dia”. 15 de maio de 1982

Do Alentejo, Sua Santidade levou muitas, e variadas, recordações, expressão de afeto de toda a gente, que assim convocou o melhor destas terras do Sul, muito generosas por imperativo genético.



Réplica em bronze da medalha oferecida pela Fundação da Casa de Bragança

Duas crianças de Vila Viçosa, seleccionadas de entre as que frequentavam a catequese, e trajando as vestes dos camponeses, ofereceram flores e um tarro, a Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição, uma réplica em mármore da imagem de Nossa Senhora, obra do escultor Calipolense, José Manuel Pernas.

A Câmara Municipal de Vila Viçosa brindou o Papa com um prato em estanho, e a Fundação da Casa de Bragança, com uma medalha em ouro, obra do grande Mestre Lagoa Henriques, que posteriormente seria responsável pela criação do busto em bronze, que assinala a visita de Sua Santidade, junto ao Santuário Nacional da Padroeira de Portugal, devendo salientar-se que de todas as localidades visitadas por João Paulo II nessa viagem apostólica de maio de 1982, Vila Viçosa foi a primeira a erigir-lhe um monumento.

A comunidade cigana ofereceu um turíbulo em prata, e os jovens alentejanos, o inevitável capote.

Depois, a partida...

Na mesma viatura de antes, o Papa desce a Avenida dos Duques de Bragança, sempre na companhia do Senhor D. Maurílio de Gouveia, e volta a entrar na igreja dos Agostinhos, passando depois para o Seminário de São José, que visita, e onde repousa por breves instantes, antes de sair pelo portão principal em direção ao helicóptero.

Os motores assinalam o adeus, os sinos repicam em festa, mas também, e já, saudade, a multidão aglomera-se nas proximidades do Terreiro do Paço, e uma enorme bandeira da Polónia flutua por sobre os olhares, que muito mais que os braços, acenam um até breve.

Alentejo, Vila Viçosa, Portugal, Polónia... detalhes breves da Terra que muito pouco importam perante a magnitude do Céu, a verdadeira pátria de João Paulo II.



O Papa João Paulo II saudado à saída do Seminário de São José

[Foto: "L'osservatore Romano"]

## **Um Santo entre nós e as giestas. Papa São João Paulo II em Vila Viçosa, 40 anos depois**

*Karol Wojtila*, o Papa sem fronteiras, faleceu no Vaticano, no Palácio Apostólico, a 2 de abril de 2005, tendo sido beatificado a 1 de maio de 2011, na Basílica de São Pedro, pelo seu sucessor, Papa Bento XVI, e, posteriormente, canonizado em 27 de abril de 2014, também na Basílica de São Pedro, pelo Papa Francisco.

«Homens da Galileia, porque estais assim a olhar para o céu?»»

Da Galileia, de Vila Viçosa... por entre a saudade de um dia grande e único, em que tivemos o privilégio de cruzar o nosso olhar com um Santo do nosso tempo, num inequívoco, único e privilegiado instante do Céu.

### **Bibliografia**

[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1982/documents/hf\\_jp-ii\\_hom\\_19820514\\_vila-viosa.pdf](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1982/documents/hf_jp-ii_hom_19820514_vila-viosa.pdf)  
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-papa-veio-a-tres-santuarios/>  
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/discurso-do-papa-joao-paulo-ii-em-vila-vicosa/>  
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrevista-a-delfim-custodio-joaquim/>

# O Feriado Municipal de Vila Viçosa, contributo para uma reflexão

---

Luís Filipe Roma

Vila Viçosa, baptizada por André de Resende, em 1593, de Callipole (*do latim Kallipolis, que significa lugar formoso*), na sua obra intitulada “De Antiquitatibus Lusitaniae” (*Antiguidades da Lusitânia*), é uma das terras mais importantes de Portugal, não só pelo vasto e diverso património que detém, mas, principalmente, pelo facto de ter albergado a semente da revolução de 1640, sob a protecção e intercessão de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Se Portugal nasceu em Guimarães, por isso designada o “berço da Nação”, depois da assinatura do Tratado de Zamora, em 5 de outubro de 1143, com El-Rei de Portugal, Senhor Dom Afonso Henriques, após as batalhas de S. Mamede (1128) e de Ourique (1139), tendo tido reconhecimento por SS o Papa Alexandre III, através da Bula “*Manifestis Probatum*”, em 23 de Maio de 1179, foi a partir de Vila Viçosa que Portugal se emancipou e libertou, tornando-se definitivamente independente, em 1640, sob a liderança do maior dos ilustres calipolenses El-Rei de Portugal, Senhor Dom João IV, oitavo Duque de Bragança, com reconhecimento de SS o Papa Clemente X, pela Bula “*Ex Literis*”, em Julho de 1670.

## 1. O feriado municipal de Vila Viçosa

O feriado de Vila Viçosa, que tem lugar a 16 de Agosto, instituído há relativamente pouco tempo, homenageia um dos muitos ilustres calipolenses. Uma figura ímpar, dotado duma estatura humana de excepção, o Senhor Dr. Couto Jardim. Este feriado, que pretenderia lembrar o dia do seu nascimento, nunca é celebrado ou festejado; a maior parte das vezes nem sequer lembrado dado ser numa altura em que a Vila está praticamente deserta devido ao período propício ao gozo anual de férias estivais. Dito de uma forma mais dura, mas realista, ninguém lhe liga qualquer importância, totalmente ao arrepio daquilo que deveria significar ou representar uma data deste tipo, tornando-se mesmo uma forma de desrespeito e de descon-

sideração, perante a personagem em causa, de que a sua memória não é de todo merecedora.

## **2. A Provisão de 25 de Março de 1646**

Se, inegavelmente, a Restauração da Independência de 1 de Dezembro de 1640 foi um dos maiores acontecimentos da história lusitana, ele torna-se ainda maior em 25 de Março de 1646 quando, em Cortes Gerais de Lisboa, Sua Alteza Real, El-Rei Dom João IV, propõe a **consagração** do Reino a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, e a proclama **“Padroeira de Portugal”**, considerando que a independência, perdida sessenta anos antes, e então restaurada, se deveu à Sua superior intercessão.



Rosto da Provisão de 25 de Março de 1646. [foto Luís Filipe Roma]

Tudo isto pode ser constatado através da leitura desse documento único, a *“Provisão de Juramento, Promessa e Vassalagem”* (testemunho histórico que deveria ser do conhecimento de todos os portugueses), que transcreve todas as decisões das referidas Cortes, cito: *“... sendo ora restituído, por mercê muito particular de Deus nosso Senhor, à Coroa, destes meus Reinos e Senhorios de Portugal; ... reco-nhecendo ainda em mim avantajadas e continuas mercês e benefícios da liberal e piedosa Mãe de Deus Nosso Senhor, por intercessão da Virgem Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Estando ora juntos em Cortes com os três Estados do Reino, lhes fiz propor a obrigação de renovar e continuar esta promessa, ... e nelas, com parecer de todos, assentamos de tomar por Padroeira de nossos Reinos e Senhorios a Santíssima Virgem Nossa Senhora da Conceição...”* (fim de citação).

## O Feriado Municipal de Vila Viçosa, contributo para uma reflexão

Esta Provisão Real, então aprovada pelas mais altas instâncias do Reino (por unanimidade e aclamação) contem em si três pilares a que ousou atribuir particular importância e significado, e que foram, seguramente, escolhidos intensionalmente pelo Senhor Dom João IV (#1), Rei de Portugal:

(#1) Individualidade descrita como tendo uma excepcional formação cristã, intelectual e cultural, mas, sobretudo dotado de especial sensibilidade, sendo muitas vezes referido como o Rei músico e cristão.

– *primeiro pilar: o dia* (25 de Março), que, como sabemos, é o dia que a Igreja dedica à Anunciação do Senhor, por meio do Arcanjo São Gabriel, a Nossa Senhora, um dos três dias mais importantes no calendário Mariano (25 de Março – *Anunciação*, 15 de Agosto – *Assunção* e 8 de Dezembro – *Imaculada Conceição*) (#2);

(#2) Estes três dias do calendário cristão, intimamente associados e interdependentes, marcam os mais importantes momentos da vida de um ser especial escolhido por Deus para ser a Mãe de Seu filho, Jesus Cristo, e, para isso, concebida sem pecado original (*Imaculada Conceição*), como, aliás, refere o Anjo na *Anunciação* “Salve oh cheia de graça, o Senhor está contigo” (Apocalipse 12 “... viu-se um grande sinal no céu: uma mulher vestida de sol, tendo uma lua debaixo de seus pés e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça. E estava grávida... e deu à luz um filho, que haverá de reger todas as nações... e o seu filho foi arrebatado para Deus e para o seu trono...”). Por outro lado, a *Assunção* de Nossa Senhora ao céu é, por vontade de Deus, o corolário da vitória de Nossa Senhora sobre o pecado (imaculada na Sua concepção). Deus quis que, o ente por Si escolhido para ser o primeiro sacrário de Seu filho Jesus Cristo, fosse em corpo e alma para o Céu.

– *segundo pilar: a consagração de Portugal a Nossa Senhora*, seguindo não só o exemplo dos seus antecessores, como reza a Provisão, cito: “... *considerando que o Senhor Rei Dom Afonso Henriques, meu progenitor e primeiro Rei deste Reino, sendo aclamado e levantado por Rei, em reconhecimento de tão grande mercê, tomou por especial advogada sua a Virgem Mãe de Deus Senhora Nossa, e debaixo de Sua sagrada protecção e amparo, Lhe ofereceu todos os seus sucessores, Reino e Vassalos, desejando eu imitar o seu santo zelo, e a singular piedade dos Senhores Reis meus predecessores,...*”, mas também em profundo e humilde agradecimento pela intercessão da Virgem em todo o processo que culminou com a independência de Portugal em 1 de Dezembro de 1640: “...*sendo ora restituído, por mercê muito particular de Deus Nosso Senhor, à Coroa destes meus Reinos e Senhorios de Portugal; ... reconhecendo ainda em mim avantajadas e continuas mercês e benefícios da liberal e poderosa Mãe de Deus Nosso Senhor, por intercessão de Nossa Senhora da Conceição, estando ora juntos em Cortes com os três Estados do Reino, lhes fiz propor a obrigação que tínhamos (eu, o Príncipe Dom Teodósio, meu sobre todos muito amado e prezado filho, todos os meus descendentes, sucessores, Reinos, Senhorios e Vassalos) de renovar e continuar esta promessa...*”



Estojo de prata – “senha”. [foto BMPortalegre/Margarida Ribeiro]

Este reconhecimento não foi oportunístico ou de ocasião existindo mesmo a prova de que o mesmo foi assente em actos de devoção que se prenderam com a própria preparação da revolução. Efectivamente existe uma peça, a que chamaram “senha”, que era possuída por cada um dos Conjurados e que proporcionava a sua identificação permitindo, assim, o acesso a reuniões e à veiculação de informações secretas, entre eles, sobre o andamento e evolução da situação. Essa pequena peça de prata, mediante a activação de um segredo, permitia o acesso a um compartimento interior onde estava uma pequena imagem, em terracota, de Nossa Senhora da Conceição. Há ainda, segundo a Senhora Prof.<sup>a</sup> Margarida Ribeiro, pelo menos uma dessas peças que serve de testemunho a este facto.

– *terceiro pilar: a proclamação de Nossa Senhora de Vila Viçosa como Padroeira de Portugal*, “... e nelas (Cortes), com parecer de todos, assentamos de tomar por Padroeira de nossos Reinos e Senhorios a Santíssima Virgem Nossa Senhora da Conceição da Sua Santa Casa sita em Vila Viçosa, por ser a primeira que houve, em toda a Espanha desta invocação, ... será logo levado `a Corte de Roma para se expedir a Confirmação da Santa Sé Apostólica, ...”. (#3)

(#3) SS o Papa Clemente X, através da Breve “Eximia Dilectissimi” de 8 de Maio de 1671, confirmou solenemente a aprovação da eleição de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa como Padroeira de Portugal.



## O Feriado Municipal de Vila Viçosa, contributo para uma reflexão

A humildade e, simultaneamente, a grandeza, evidenciadas pelo nosso Monarca no reconhecimento da intervenção Divina, por intercessão de Maria, realçam bem a veneration e importância que os “Bragança” atribuíam a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e à Sua mensagem de **Consagração**. É fundamental lembrar que estamos em meados do século XVI, época em que monarcas e imperadores eram senhores todo poderosos, alguns mesmo considerando-se Deuses. Mas o Senhor Dom João IV, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém Mar e Africa, Senhor da Guiné e da conquista da navegação e comercio da Etiópia, Arabia, Pérsia e da India, não ficou só pela aprovação da Provisão. Passados alguns dias deslocou-se a Vila Viçosa com todo o seu séquito e, ajoelhado aos pés da venerada imagem de Nossa Senhora da Conceição, veio consagrar-se a si, os seus descendentes e todos os portugueses, isto é, veio consagrar Portugal a Nossa Senhora, num acto que já não era só seu, mas de toda uma Nação e, por considerar que estava perante a Rainha do Céu (#4), num gesto de respeito e veneração, tirou a coroa, uma vez que estava perante a Majestade Suprema.

(#4) Rainha do Céu, como Sua Santidade o Papa Pio XII quis afirmar na sua encíclica “Ad Caeli Reginam” (Rainha do Céu), em 11 de Outubro de 1954. Nela recorda as palavras do Arcanjo Gabriel “*Mãe do meu Senhor*”, e usa, como suas, as expressões de Santo Efrém e S. Gregório Nazianzeno “*Mãe do Rei* de todo o universo”, de S. Jerónimo e Santo André Cretense “Maria que se encontra *acima de tudo* o que não é Deus”, de S. Germano, Santo Ildefonso e S. João Damasceno “*Rainha de todas as criaturas*”.



Painel de azulejos, Universidade de Coimbra. [foto Internet]

Transcrição da mensagem do painel:

**“AOS XXV DIAS DE MARÇO DE MDCXLVI, EM VILA VIÇOSA, EL-REI D. JOÃO IV ELEGEU PADROEIRA DE PORTUGAL A SANTÍSSIMA VIRGEM MARIA, SENHORA DA CONCEIÇÃO”**

Acerca da eventual coroação de Nossa Senhora como Rainha de Portugal permito-me aqui opinar que, interpretando aquilo que se sabe do nosso Rei e da sua elevadíssima estatura e formação cristã, não houve nenhuma coroação, mas tão somente um acto de reconhecimento e veneração por estar perante uma Rainha (*do Céu*), que, já o sendo, não era ele que tinha nem poder, nem direito para o fazer, razão porque não consta na respectiva Provisão, documento que consubstancia o relato dos acontecimentos que lhe dariam origem. A referência a que o Senhor Dom João IV teria coroado, nessa ocasião, Nossa Senhora da Conceição como Rainha de Portugal não passa de uma convicção, que, tendo origem unicamente em crenças populares, se foi tornando costume com o decorrer do tempo.

### 3. O início da devoção a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa

A devoção a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa remonta à época de D. Nuno Alvares Pereira que, no início do último quartel do século XIV, mandou acrescentar e remodelar a capela de Santa Maria do Castelo, existente em Vila Viçosa desde os tempos de D. Dinis, tendo-a consagrada a Nossa Senhora da Conceição. Sabe-se que D. Nuno, nomeado Fronteiro do Alentejo em 1383 por D. João I, Mestre de Avis, antes das várias batalhas que travou contra Castela, acompanhado por alguns dos seus principais cavaleiros, se recolhia em oração para pedir, por intercessão de Nossa Senhora, a protecção divina, **consagrando-se** à Virgem Maria. Um desses locais era a pequena ermida gótica, em Vila Viçosa, que existia no local onde é hoje o Santuário Nacional de Nossa Senhora da Conceição.

Após a consolidação da nossa independência, e em reconhecimento desta protecção e intercessão de Nossa Senhora, D. Nuno, nos princípios do século XV, trouxe para Vila Viçosa a imagem que hoje veneramos. Uma peça magnífica em pedra ansã, policromada, feita em Inglaterra, que tem, na base, como única inscrição, a data de 1406 e que se pensa ter sido oferecida, a D. Nuno, pela família Real Inglesa.

Posteriormente, em 1646, El-Rei D. João IV faz aprovar, nas citadas Cortes de 25 de Março: “... *de confessar e defender (se necessário com a própria vida) que a Virgem Mãe de Deus foi concebida sem pecado original (#5), tendo respeito a que a Santa Madre Igreja Romana, a quem somos obrigados seguir e obedecer, salvando, porém, este juramento no caso em que a mesma Santa Igreja resolva o contrário... e venerar, com muito particular afecto e solenidade, a festa da Sua Imaculada Conceição ...*”.

(#5) Posição defendida por Portugal, através das suas mais altas instâncias (Rei e Cortes), dois séculos antes da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição de Maria, instituída pela Bula “*Ineffabilis Deus*”, de 8 de Dezembro de 1854, por SS o Papa Pio IX.

## O Feriado Municipal de Vila Viçosa, contributo para uma reflexão

Por isso este templo foi o primeiro na Península Ibérica consagrado a Nossa Senhora da Conceição, como se pode ler na referida Provisão: “... a Sua Santa Casa da Conceição sita em Vila Viçosa, por ser a primeira que houve em toda a Espanha desta invocação ...”. No entanto as imagens representativas da Imaculada Conceição apresentam a figura de Nossa Senhora envolvida pelo clarão do sol, com uma meia lua aos pés e doze estrelas á volta da cabeça (seguindo a descrição do Livro do Apocalipse). A imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa não tem qualquer destes símbolos e tem o Menino ao colo. A mão direita de Maria está a apontar para um fruto (**Seu Filho**), sobre o qual está a mão direita de Jesus; por outro lado a mão esquerda o Menino segura um rolo (**a palavra**). Isto leva-me a deduzir que esta imagem, presente no altar mor do Santuário de Vila Viçosa, nos mostra Nossa Senhora apresentando-nos **Jesus como fruto do Seu ventre, que é o verbo portador da palavra de Deus**.



Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. (pormenor das mãos)

[foto Luís Filipe Roma]

Penso, pois, que a imagem venerada de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa não pretende simbolizar a Concepção de Maria, mas sim a Concepção de Jesus como, alias, a imagem põe em evidência – **o fruto do Meu ventre** (*concebido por obra e graça do Espírito Santo*) **que veio ao mundo para anunciar e proclamar a palavra do Pai**.

### 4. A actuação da Casa Real de Bragança

D. Fernando, Conde de Arraiolos e, mais tarde, Marquês de Vila Viçosa, segundo filho de D. Afonso, primeiro Duque de Bragança, era um amante do Alentejo, muito provavelmente por influência de seu avô materno, D. Nuno Álvares Pereira, e, em particular de Vila Viçosa (#6), onde passava a maior parte do tempo quando estava em Portugal. D. Fernando, ao tornar-se, em 1422, sucessor do

Ducado de Bragança, pela morte prematura de seu irmão mais velho D. Afonso, Conde de Ourém, resolve construir um Paço no Castelo de Vila Viçosa, e passa a residir na sua Alcáçova medieval, a partir do seu casamento em 1429.

(#6) Vila Viçosa era, à data, uma das Praças que formavam a Casa de Arraiolos/Vila Viçosa, que D. Nuno havia doado a seu neto D. Fernando. Um dos três Condados que formavam a Casa de Bragança, sendo os outros dois o de Barcelos e o de Ourém,

Trinta anos após a formação da Casa de Bragança, em 1401, através do casamento de D. Afonso, filho bastardo legitimado de El-Rei Dom João I, com D. Beatriz, filha de D. Nuno Alvares Pereira, Condestável do Reino, Vila Viçosa passa a ser o local de eleição dos Duques de Bragança, tornando-se a nova sede do Ducado.

A construção do Paço Ducal, iniciada em 1501, por D. Jaime, quarto Duque de Bragança, objecto de uma primeira ampliação por vontade de D. Teodósio I (#7), no início do séc. XVI, viria a permitir a consolidação do Palácio de Vila Viçosa como a sede dos Duques de Bragança, a mais rica, influente, e, portanto, prestigiada e poderosa, casa real portuguesa. Por consequência este facto proporcionou que se fixasse, em Vila Viçosa, toda a corte que compunha uma casa real desta envergadura, com os Fidalgos, o Clero, e, com eles, a cultura, as artes, a educação e o consequente desenvolvimento económico, social e cultural.

(#7) *O Palácio de Vila Viçosa viria a ter ainda ampliações nos reinados de D. João IV (em meados do sec. XVII), de D. João V (início do sec. XVIII) e, finalmente, de D. Carlos (no sec. XIX).*

Foi duma enorme dimensão a contribuição que deram, quer directa, quer indirectamente, ao longo de sucessivas gerações, os Duques de Bragança, para o cabal desenvolvimento desta terra de Santa Maria, ampliando e construindo o riquíssimo e ímpar património edificado, a esta escala, como é o caso do Castelo, do Palácio Ducal, do Santuário, dos onze conventos, das catorze igrejas e capelas, de diversas infraestruturas industriais e atividades produtivas, dos vários palacetes e casas senhoriais. É incontornável referir, como forma de exemplo, a autorização, na forma de Breve do Papa Pio IV, de 15 de Junho de 1560, para abertura de uma “Universidade de Estudos Gerais”, recebida por D. Teodósio I, quinto Duque de Bragança, razão pela qual, constituiu uma biblioteca que, pela sua dimensão, variedade e actualidade literária e científica emergia, era, à data, uma das grandes colecções de livros da europa. Incontornável mencionar a construção e instalação, em 1621, de uma **fábrica de vidro**, nos anexos do Palácio, e, em 1636, duma **fábrica de papel** (Moinho de Papel) ambas patrocinadas sob o mecenato de D. João II, oitavo Duque de Bragança (futuro Rei de Portugal). Existia ainda no Concelho, agora em ruínas, o “**engenho do ferro**”, local onde os artesãos trabalhavam alguns metais e as **azenhas do Paraíso**, onde era feita a moagem de cereais.

Registo há também da existência de vários **lagares**, de **fábricas de curtimenta** (Pelames) e de um **celeiro** situado na extinta Praça Velha, junto ao Pelourinho.



Moinho de Papel – confluência das ribeiras de Borba e do Beijúdo, Vila Viçosa

[foto Internet – 38,793311/-7,382290]

A evidente estreita e exemplar relação entre o divino e o humano, personalizada, neste caso, por Nossa Senhora e pela Casa Real de Bragança, ou seja, por um lado o divino poder protector e, por outro, a grandeza da humildade perante o divino, o reconhecimento e a enorme gratidão, é a razão fundamental que, em minha opinião, explica o grande desenvolvimento de Vila Viçosa. Desenvolvimento protagonizado por uma família que ao longo dos séculos granjeou um prestígio e influência reconhecidos pela grande maioria dos seus pares por toda a Europa.

A implementação destas acções, abrangentes dos vários sectores de actividades, teve, como consequência, a possibilidade de proporcionar a criação de riqueza e, com isso, potencializar o aparecimento dum importante património cultural, artístico e social que se veio a reflectir num património humano de referência nas mais variadas áreas, como são exemplo *Martim Afonso de Sousa* (1490/1564), Governador da Índia, *Púbia Hortense de Castro* (1548/1595), Filósofa e Humanista, *D. Catarina* (1540/1614), Infanta de Portugal, *D. João IV* (1604/1656), Rei de Portugal, *Oliveira Cadornega* (1623/1690), Militar e Historiador, *D. Catarina de Bragança* (1638/1705), Rainha consorte de Inglaterra, *Henrique Pousão* (1859/1884), Pintor Naturalista, *Padre Joaquim Espanca* (1839/1896), Historiador, *Florbelza Espanca* (1894/1930), Poetisa, *Bento de Jesus Caraça* (1901/1948), Matemático, ou, mais recentemente, *Túlio Espanca* (1913/1993), Historiador, *Joaquim Torrinha* (1919/2014), Farmacêutico e Investigador e *Espiga Pinto* (1940/2014), Escultor e Pintor.

## **5. A consagração a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e os Calipolenses**

Isto foi o fruto que recolhemos da atitude de grandes figuras da nossa história que, em tempos de particulares dificuldades, tiveram a humildade, a consciência, mas sobretudo a fê para, **consagrando-se**, a si e a todo o povo, à superior protecção de Nossa Senhora, Lhe pedirem a Sua intercessão na orientação do destino da nossa Nação, como foi o caso de D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino (#8), em finais do sec. XIV, aquando das batalhas de consolidação das nossas fronteiras, ou de D. João IV, Rei de Portugal, nos meados do sec. XVII, quando da restauração da nossa independência.

(#8) A Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa terá sido instituída por D. Nuno Álvares Pereira, de acordo com o Prólogo que precede o Compromisso aprovado por El-Rei D. Pedro II “... collocada pello Senhor Dõ Nuno Aluares Pereyra Condeftauel defte Reyno na Capela mayor da Igreja matris defta Villa Viçozza ...”, citado por SE Reverendíssima o Arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro, no Decreto de Aprovação dos Estatutos da Regia Confraria em 15 de Agosto de 1961; segundo menciona ainda o Senhor Dr. Joaquim Torrinha terá sido no ano de 1389, facto registado em pergaminho existente nos arquivos da Confraria em Vila Viçosa.

Esta devoção a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, iniciada por inspiração de Dom Nuno Álvares Pereira, o nosso desde sempre Santo Condestável, e, desde Abril de 2009, São Nuno de Santa Maria nos altares da nossa Igreja Católica, mantem-se bem acesa no povo desta Nação Fidelíssima (#9).

(#9) Transcreve-se uma passagem elucidativa desta realidade mencionada por SS o Papa S. João Paulo II na carta enviada a SER o Arcebispo de Évora D. Maurílio de Gouveia, datada de Maio de 1996, por ocasião da peregrinação nacional ao Santuário de Vila Viçosa, em comemoração do 350º aniversário da proclamação de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa como Padroeira de Portugal:

... “E a Sua imagem bendita foi, desde então, colocada nos paços municipais e episcopais, nos tribunais e, até a maior parte das famílias adornou a fachada de suas casas com o ícone da Virgem Imaculada. Mas, acima de tudo, é de assinalar a presença de Nossa Senhora no mais íntimo da alma da Nação que, recordada de tantos benefícios recebidos, A aclama: “Ó Glória da nossa Terra, que tens salvado mil vezes!” ...

A Senhora da Conceição, esta Nossa Senhora, que os Calipolenses aprenderam a amar e venerar de forma própria e muito especial, cientes da grande responsabilidade que representa sermos fiéis depositários dum Ente maior que, sendo nosso, é, também, de todos os Portugueses.

## 6. Conclusão

O dia 25 de Março é, inquestionavelmente, um marco histórico em toda a longa existência desta bendita terra de Santa Maria. Foi nesta data, do ano de 1646, que o nosso conterrâneo e Rei, o Senhor Dom João IV, reconheceu e agradeceu a acção fundamental que Nossa Senhora teve como intercessora e protectora em todo o processo que conduziu à restauração da nossa independência como Nação livre, originado a partir de Vila Viçosa.

Não é por acaso que a bandeira do Município de Vila Viçosa, bem como o seu brasão, têm, como figura principal, a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Não é por acaso que, no dia 8 de Dezembro, dia de Nossa Senhora (como aqui dizemos), a grande maioria dos calipolenses, crentes ou agnósticos, mais praticantes ou menos, de todos os quadrantes sociais, culturais, políticos ou económicos, se deslocam à Igreja de Nossa Senhora (Santuário Nacional de Vila Viçosa e Solar da Padroeira), para, cada um à sua maneira, A visitarem.

*A data da proclamação da Nossa Padroeira (25 de Março) é a data a que Vila Viçosa tudo deve.*

O seu excepcional desenvolvimento, em comparação com qualquer outra povoação, à nossa escala, é a prova evidente dessa realidade.

Seria, em minha opinião, de toda a justiça que pudéssemos pôr, como Calipolenses e Portugueses, a nossa história em dia, adoptando para feriado municipal o dia 25 de Março, e, assim, podermos mostrar o nosso profundo reconhecimento e agradecimento pelo amparo e protecção que temos recebido ao longo dos séculos, fruto da contínua intercessão da Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus e Nossa Mãe, Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, junto de Seu Filho Jesus (#10), bem como evidenciarmos, ao País e ao Mundo, o orgulho de termos sido, e continuarmos a ser, debaixo do manto azul protector de Maria, um dos pilares mais importantes desta Nação Fidelíssima.

(#10) Todos nós, cristãos, sabemos bem que para se chegar a Deus Pai só há uma porta, Nosso Senhor Jesus Cristo, mas também sabemos, pela convicção consubstanciada na fé e reforçada pelos factos e relatos da nossa História, de Nação mais antiga da Europa, que a “chave mestra” que abre essa porta é Nossa Senhora, Mãe de Deus e Nossa Mãe.

***“Nossa Senhora da Conceição guardai-nos e guardai Portugal que em Vós confia”***

# Makḥḥul Ibn ‘Umar, Şāhib Jalmāniyya (Senhor de Juromenha) (866 – 875 d.C.)

---

António Rei<sup>1</sup> | Patrícia Bruno<sup>2</sup>

## Introdução

Entre 866 e 930, no Ġarb al-Andalus, regiões algures entre o Mondego e o atual Algarve, e integrando também parte da atual Extremadura espanhola, existiram movimentos autonómicos, por vezes em revolta declarada e guerra aberta, contra o poder centralizador de Córdoba e dos seus Emires omíadas.

Durante cerca de seis décadas, esta zona de autonomias, por sinal de área bastante vasta, foi, mais do que governada, talvez chefiada, principalmente pela família muladi<sup>3</sup> dos Banū Marwān al-Jillīqī<sup>4</sup>. Vários membros daquela família foram, sucessivamente, reconhecidos como chefes pelas elites dos seus seguidores, até que o último foi vencido, em 930, por ‘Abd al-Raḥmān III, que há época já usava os títulos de Califa e de Príncipe dos Crentes, e que conseguiu submeter todo o al-Andalus ao seu poder hegemónico e unificador.

Será sobre um dos intervenientes no despoletar daquelas autonomias que irá incidir a nossa atenção: Makḥḥul ibn ‘Umar, também um muladi, possivelmente

---

<sup>1</sup> Ph.D. Investigador Integrado Contratado no IEM / NOVA FCSH.

<sup>2</sup> “Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória DL 57/2016/CP1453/CT0072”.

<sup>3</sup> Ph.D. Investigadora Integrada na UNIARQ – FLUL.

<sup>4</sup> *Muwalladun* ou mais vulgarmente *muladis*, são designações que identificam os muçulmanos conversos de origem hispano-goda (V. REI, António, *Moçárabe – Conceitos e Realidades Cultural e Social* (Séculos VIII – XII), in *Xarajib* 8 (2015), Silves, CELAS, pp.13-27, p. 14).

<sup>5</sup> Sobre todo este período, sobre os Banū Marwān al-Jillīqī e os seus aliados, v. SIDARUS, Adel, “O Alentejo durante a Grande Dissidência Luso-Muçulmana do Século IX/X”, *Actas do Encontro Regional de História «Nós e a História»*, Univ.de Évora, 1990, p.31-43; IDEM, “A Amaia de Ibn Maruán – Marvão”, *Ibn Maruán*, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, 1991, p.13-26; IDEM, “Um Texto Árabe do Século X relativo à nova Fundação de Évora e aos Movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz”, *A Cidade de Évora*, n.ºs 71-76, Câmara Municipal de Évora, 1988-1993, pp.7-37.



originário da zona de Juromenha; ou, ao menos, presente nessa região na 2.ª metade do século IX d.C.

A principal fonte árabe que nos dá informações sobre aquele indivíduo, é o *Al-Muqtabis*, de Ibn Ḥayyān, e será essencialmente sobre essa fonte que assentaremos o nosso estudo<sup>5</sup>.

### Causas das revoltas autonómicas

As revoltas que acabaram por dar origem àquelas autonomias tiveram como causa principal a excessiva subalternização social e fiscal a que tinham sido votados os muçulmanos de origem peninsular romano-godos, conversos ou deles descendentes (*muwalladun* ou *muladis*), por comparação com os árabes e os berberes que ocuparam, por aquela mesma ordem, a hierarquia social em al-Andalus, desde os inícios do século VIII.

Os muladis, apesar de já muçulmanos, continuavam oprimidos sob a mesma carga fiscal que tinham quando ainda eram cristãos moçárabes, mais pesada do que aquela que incidia sobre os muçulmanos, e a que eles passavam a ter direito, pelo facto de se terem convertido ao Islão.

### Makḥūl ibn ‘Umar, segundo Ibn Ḥayyān

Em 866 Mérida revoltou-se contra o Emir Muhammad de Córdoba. No ano seguinte, o Emir omíada enviou uma força militar que não conseguiu submeter os revoltosos, pelo que em 868 o Emir em pessoa chefiou o seu exército, e dirigiu um ataque a Mérida. Através de um movimento que dirigiu inicialmente para norte, fez crer que se dirigia a Toledo. Infletiu subitamente para oeste e, de surpresa, atacou Mérida.

Tendo cercado a cidade, Muhammad exortou a população a desobedecer aos muladis chefes da insurreição, designadamente ‘Abd al-Raḥmān ibn Marwān al-Jillīqī, Ibn Šākīr e Makḥūl.

É a primeira referência a Makḥūl. A ordem de menção terá sido aquela que as crónicas lhes atribuíram, em função dos protagonismos, dele e de seus descendentes, se fosse o caso.

Quando Mérida se rendeu, aqueles chefes da revolta e respetivas famílias foram, sob custódia, para Córdoba. Durante aquela permanência, de cerca de seis anos, e em função da sua experiência militar, chegaram mesmo a estar integrados nos exércitos emirais. No entanto, uma rixa ocorrida em 874, entre Ibn Marwān e o general Hāšim, que se detestavam mutuamente, fez com que aqueles muladis tives-

---

<sup>5</sup> IBN ḤAYYĀN, *Al-Muqtabis* (ed. M. A. Makkī), Beirute, 1973, pp. 321-2; 344-8; 355 e 357ss. V. ainda PÉREZ ÁLVAREZ, Maria Ángeles, *Fuentes Arabes de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1992, pp. 100-127.

sem abandonado inesperadamente Córdoba, se dirigissem novamente à sua região natal, e tivessem declarado um novo estado de rebelião.

Ibn Marwān, Ibn Ṣākir e Makhūl reuniram-se em Ḥiṣn al-Ṭalj (= Cidadela da Neve), cuja localização não foi identificada até hoje. De lá saíram em formação militar, atacando e pilhando pelo caminho, até que chegaram a Qala’at al-Ḥanš (= Fortaleza da Serpente), a atual Alanje, na província de Badajoz, três dias mais tarde. Neste local apenas ficou Ibn Marwān, a sua família e os seus clientes diretos, pois “*os demais chefes foram para as suas regiões*”<sup>6</sup>.

Esta última informação de Ibn Ḥayyān faz-nos colocar duas possibilidades de leitura, com relação a Makhūl ibn ‘Umar: ou seria originário de Juromenha, e para lá regressou após deixar Alanje, colocando-se à sua frente como cabeça da região; ou Ibn Marwān teria repartido pelos seus eventuais “lugares-tenentes”, algumas regiões, quase como se de “feudos” se tratasse, quer como cargo de chefia, quer como recompensa pelo reconhecimento que estes teriam feito daquele como chefe último do movimento. Aspeto que factos subsequentes irão por em questão, como veremos mais adiante.

Ibn Marwān e Makhūl continuaram a fazer pilhagens em propriedades e espaços de todos os que obedeciam ao Emir de Córdoba, quer como forma de pressão e retaliação, quer também como forma de aprovisionamento.

Aquelas ações de rapina e de humilhação, levadas a cabo pelos muladis de recente conversão, incidiam em especial sobre os árabes e os berberes, a quem despojavam de armas, adornos, roupas, montadas e outros pertences, tendo conseguido, desta forma, reunir, em três dias, cerca de cinco centenas de cavalos.

Um exército de Córdoba, comandado pelo mesmo Hāšim ibn ‘Abd al-‘Azīz que antes humilhara Ibn Marwān, dirigiu-se à zona de Mérida, mas evitou confrontos com Ibn Marwān e também com Makhūl. Estes dois indivíduos surgem tratados de igual forma, nos textos, podendo subentender-se que seriam então os dois principais caudilhos, ainda que de facto não se saiba se ambos atuavam paritariamente; ou se Makhūl atuava sob ordens de Ibn Marwān.

Quando estes dois chefes souberam que o próprio Emir Muhammad vinha juntar-se ao exército, e com eventuais reforços, enviaram um pedido de ajuda a um outro chefe muladi, Sa’dūn al-Šurunbaqī, cujo domínio se situava mais a norte, e então com acordo estabelecido com o rei Afonso III das Astúrias.

Tendo informado o monarca asturiano de que iria voltar para o sul, al-Šurunbaqī, ao dirigir-se com as suas gentes para a região de Mérida, optou por se recolher em Juromenha junto de Makhūl. Este facto conduziu ao significativo reforço do grupo armado que já ali se encontrava.

E essa força armada tornou-se tão poderosa que o próprio Emir de Córdoba, que pretendia iniciar as suas ações militares por um ataque a Juromenha, foi instado pelos seus conselheiros militares a não empreender esse ataque.

---

<sup>6</sup> IBN ḤAYYĀN, *Al-Muqtabis* (ed. M. A. Makkī), Beirute, 1973, pp. 346-347. V. ainda PÉREZ ÁLVAREZ, Maria Ángeles, *Fuentes Arabes de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1992, p. 108.

A grande concentração de homens em Juromenha levou a que o plano emiral tivesse que ser alterado, e o cerco acabasse por vir a ter lugar em torno a Alanje, onde se encontrava Ibn Marwān.

Para enfraquecer os sitiados, os cordoveses procuraram privá-los de todos os acessos à água. Aqueles tiveram que escavar poços no interior das muralhas, que lhes permitiram aguentar o cerco durante mais três meses e dez dias, durante o qual os exércitos sitiados usaram mesmo armas pesadas, como catapultas.

Perante a incapacidade de aguentar aquele poder militar, Ibn Marwān começou a negociar com o Emir, através do príncipe ‘Abd Allah, que atuou como intermediário.

O Emir, magnânimo, perdoou os muladis revoltosos, e estes com Ibn Marwān à cabeça, deixaram aquela fortaleza e foram fixar-se no povoado de Badajoz.

Como garantia de que o acordo ia ser cumprido, o Emir Muḥammad exigiu a ‘Abd al-Rahman ibn Marwān a entrega do seu filho mais velho, Muḥammad, e de mais trinta dos seus companheiros de armas que deveriam seguir, como reféns, para Córdova.

Ainda assim, no seguinte ano de 875 deu-se uma nova rebelião, o que fez com que o Emir tivesse mandado, em direção ao ocidente, um exército comandado pelo seu filho al-Mundir coadjuvado pelo sempre presente general Hāšim.

Ibn Marwān, quando soube que o exército se pusera em movimento, abandonou Badajoz e foi-se estabelecer, com os seus partidários, em Karkar (que supomos tratar-se de Albuquerque < Abū’l-Karkar). O seu aliado Sa’dun al-Šurunbaqī, que após ter estado em Juromenha em 874, também se estabelecera em Badajoz, deixa esta localidade e vai para um outro local da atual província de Badajoz.

Entretanto o exército cordovês, comandado por al-Mundir e pelo general Hāšim, no seu trajeto para submeter Ibn Marwān, estacionou numa fortaleza não identificada. Não terá sido uma opção estratégica muito feliz, pois acabaram sendo atacados por Ibn Marwān, que os venceu e obteve um abundante botim de guerra.

*“Chegou Makhūl desde Juromenha (Jalmāniyya) para ajudar o seu amigo. Sa’dun pediu-lhe que fosse para Karkar; o que ele fez em seguida, e onde chegou dois dias depois. Lá foi atacado pelo Emir, pelo que teve que se entrincheirar junto a uma azinheira”<sup>7</sup>.*

Depois desta passagem não se constata mais qualquer referência a Makhūl ibn ‘Umar.

## Novas propostas de leitura

Transcrevemos aquele excerto, aparentemente o último a referir o Senhor de Juromenha, quer por aquela condição última, quer também pelo facto de não ser

---

<sup>7</sup> IBN ḤAYYĀN, *Al-Muqtabis* (ed. M. A. Makkī), Beirute, 1973, p. 372. V. ainda PÉREZ ÁLVAREZ, Maria Ángeles, *Fuentes Arabes de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1992, p. 111.

muito claro no seu teor, e permitir várias leituras, de que iremos formular as que se nos afiguram mais plausíveis.

Ainda assim, queremos previamente assinalar uns pontos de importância na descodificação do texto da fonte.

- 1) O condicionalismo do cronista frente às informações de que dispunha, e que viriam da mesma origem, os vencedores Omíadas; e sem dispor de dados contraditórios;
- 2) A presença constante dos Banū Marwān ao longo de todo aquele período de mais de seis décadas, pesará na própria apreensão dos factos, e conduzirá a que sejam considerados como “os protagonistas” de todo este período das autonomias muladis do Ġarb. Sendo esse genericamente o discurso transmitido pelas crónicas, é possível que uma leitura mais fina permita outras e novas conclusões, se não para todo o período, pelo menos para esta fase inicial.

Sendo escassas as informações sobre Makḥūl ibn ‘Umar, ainda assim o que temos a partir de Ibn Hayyān, permite levantar algumas questões sobre a eventual liderança de ‘Abd al-Rahmān ibn Marwān, geralmente aceite como um dado adquirido, pelo menos durante o período em que Makḥūl esteve presente.

Assim, se Ibn Marwān era ‘o chefe’,

- 1) Porque não é explicitada aquela condição de primazia relativamente a Makḥūl e a Ibn Ṣākīr?
- 2) Porque Ibn Marwān e Makḥūl surgem tratados como ‘senhores’ de Alanje e Juromenha, respetivamente?
- 3) Porque al-Šurunbaqī, ao vir do Norte, vai para Juromenha e não para Alanje?
- 4) Porque o Emir Muhammad, estando mais perto de Alanje, desde Córdoba, se dirigiu especialmente a Juromenha, que lhe ficava mais distante?
- 5) Porque queria atacar especialmente Juromenha, facto apenas evitado pelas insinúas dos conselheiros militares do Emir?
- 6) Porque é que Makḥūl e/ou al-Šurunbaqī não auxiliaram Ibn Marwān quando do cerco de Alanje?
- 7) Se Makḥūl lhe desobedeceu, porque não o puniu publicamente; e se se lhe rebelou, porque não o combateu?
- 8) Porque é que Ibn Marwān, com a participação de al-Šurunbaqī, acabam conduzindo Makḥūl a um inesperado confronto com o exército do próprio Emir, e no qual terá perdido a vida?

Vamos tentar responder através de duas abordagens da figura de Makḥūl ibn ‘Umar, uma como ‘chefe’, e uma outra como ‘homem’.

### **Makḥūl ibn ‘Umar – o chefe**

Após o abandono de Córdoba em 874, e do retorno à sublevação por parte dos muladis do Ġarb, Makḥūl estabeleceu-se em Juromenha.

Através de ações premeditadas pela estratégia da chefia militar e/ou pelo carisma do próprio Makḥūl, ou ainda por fatores circunstanciais relacionados com a vinda se

Sa'dun al-Šurunbaqī para Juromenha, donde resultou o aumento do poder militar daquela praça, de tal forma que impediu o ataque do exército do Emir de Córdoba, o que se constata é que Makhūl não foi vencido, nem humilhado, nem desapossado dos seus domínios, como aconteceu a Ibn Marwān após a rendição em Alanje.

Aquele cerco durou três meses e dez dias e não consta que quer Makhūl, quer al-Šurunbaqī tivessem ido então em auxílio de Ibn Marwān. É possível, que, pelas suas ausências naquele momento crítico, Ibn Marwān lhes tenha ganho ressentimento.

Ainda assim, e mercê de um diverso conjunto de fatores, Makhūl, após a rendição de Ibn Marwān terá visto o seu prestígio aumentado, quer entre os muladis, quer ante o poder de Córdoba, surgindo como o ‘chefe invicto’ ou o ‘melhor dos chefes’.

Esta eventual ascensão de Makhūl não terá agradado nada a Ibn Marwān, que pelo contrário terá acentuado o ressentimento, inveja mesmo, deste por aquele. Ibn Marwān via-se assim remetido a uma condição secundária no cenário político de al-Andalus, e também dentro do movimento muladi do Ġarb al-Andalus.

De tal forma que, naquela passagem pouco clara do texto, onde aparece a última referência ao Senhor de Juromenha, tudo parece indicar que Ibn Marwān, com a cumplicidade de al-Šurunbaqī, que trocara Juromenha por Badajoz, prepararam uma cilada a Makhūl, atraindo-o a um inesperado encontro com o exército de Córdoba, a pretexto de ir a Karkar supostamente em auxílio de Ibn Marwān, que lá não se encontrava.

A posterior ausência de qualquer notícia sobre Makhūl após o ‘cerco’ que lhe fizeram “junto a uma azinheira”, faz-nos por a hipótese de que tenha então sido morto.

Atendendo ao seu prestígio dentro do movimento, Ibn Marwān não se atreveria a atacar frontalmente Makhūl, pelas consequências negativas para ele, que tal ato desencadearia entre os muladis da região.

Daí ter preferido atraí-lo a uma situação em que fossem os adversários a eliminá-lo. Assim, Makhūl morreria mártir, e, desse facto, Ibn Marwān ainda poderia extrair dividendos a seu favor, agora como único chefe e instigador da luta dos muladis.

O desaparecimento de Makhūl ibn ‘Umar ocorreu no ano de 875. Outro eventual indício da sua morte é o facto de Ibn Šākir, ausente das crónicas desde 874, quando da fuga de Córdoba, ter reaparecido nos textos relativos a 880, enquanto Makhūl nunca mais foi citado.

Makhūl ibn ‘Umar terá sido, no movimento muladi inicial, um chefe ideológico e carismático. Não seria um estratega, pois não soube aproveitar oportunidades, como a que se apresentou quando o Emir Muhammad foi cercar Alanje, e em que ele poderia ter colocado o exército emiral entre duas frentes, o que não fez. Também não seria um político, pois a sua lealdade não lho permitiria.

Não terá tido consciência da situação favorável em que ficou a pós a rendição de Ibn Marwān em Alanje; ou, se a teve, não buscou extrair vantagens dessa mesma situação, em prejuízo do mesmo Ibn Marwān.

## **Makḥḥul Ibn ‘Umar, Ṣāhib Jalmāniyya (Senhor de Juromenha) (866 – 875 d.C.)**

Desta forma, Makḥḥul não recusou ajuda a Ibn Marwān quando este lhe pediu, de nada suspeitando que ele se tornara, aparentemente mesmo contra a sua vontade, o rival de Ibn Marwān, e, para este, um homem a abater.

A única exceção a esta “amizade leal” foi a ausência de Makḥḥul quando do cerco de Ibn Marwān em Alanje. Por ter sido uma situação excepcional, pode que na mesma tenha havido alguma influência de al-Šurunbaqī, que então estava em Juromenha.

A figura de Makḥḥul ibn ‘Umar teve relevo e protagonismo durante o período inicial do movimento autonomista muladi no Ġarb al-Andalus: nos primeiros movimentos de rebeldia; na permanência em Córdoba com Ibn Marwān e Ibn Šākir; e depois o seu assentamento em Juromenha e posteriores ações militares até ao seu desaparecimento, textualmente pouco claro e algo enigmático. Tudo ente 866 e 875.

Apesar da longa presença e ação dos Banu Marwān entre 866 e 930 no Ġarb al-Andalus, com natural impacto nas crónicas posteriores, os factos atrás referidos levam-nos a levantar a questão sobre quem teria sido, de facto, o ‘cérebro’ do movimento muladi.

Quando da rendição em Mérida em 868, nenhum dos três cabecilhas é tratado de forma especial. A referência a Ibn Marwān em primeiro lugar será a consequência textual do reflexo da memória da sua linhagem na historiografia califal posterior.

Porque teria o Emir Muhammad procurado atacar prioritariamente Juromenha em 874? Apenas pelo maior número de homens ali, do que em Alanje? Ou porque ali se encontraria o verdadeiro cabecilha do movimento?

Cremos, assim, que o mentor do movimento teria sido Makḥḥul ibn ‘Umar, enquanto Ibn Marwān seria mais um homem de ação, um estratega no terreno, e a quem a ambição do poder e os poucos escrúpulos o terão conduzido a eliminar Makḥḥul, quando este, mais pela força das circunstâncias, deixara de ser apenas o ‘ideólogo’ do movimento, para se tornar o ‘chefe invicto’, que poderia remetê-lo a ele, Ibn Marwān, para a sombra.

### **Makḥḥul ibn ‘Umar – o homem**

Há poucos dados que permitam esboçar um perfil do Senhor de Juromenha.

Temos um aspeto que o diferencia relativamente a Ibn Marwān e a al-Šurunbaqī e que parece ser a sua lealdade.

Enquanto aqueles dois seriam homens pragmáticos, políticos e guerrilheiros, com ambições concretas e que procuravam extrair o máximo de cada situação, e para quem amizade e lealdade seriam circunstanciais; para Makḥḥul o movimento muladi deveria assentar o seu ideário em objetivos elevados e nobres, sendo, portanto, essencialmente, um idealista.

Se Makḥḥul tivesse planos mais pessoais, para além do próprio movimento, poderia ter ficado em Juromenha, sem se imiscuir nas confrontações entre Ibn Marwān e o Emir de Córdoba. Poderia ter conseguido um acordo separado e ter

deixado Ibn Marwān entregue à sua sorte, como, de facto, este último acabou por vir a fazer, mais tarde, ao próprio Makhūl.

Um outro ponto, que, de alguma forma, ajuda a corroborar o ponto anterior, e que manifesta uma evidente preocupação ‘islâmica’, é o que se pode concluir a partir dos vestígios encontrados nas escavações do Castelo Velho (Hortinhas, Terena).

Aquela povoação fortificada, geograficamente próxima de Juromenha, e então pertença dos domínios de Makhūl, apresenta uma especificidade arquitetónica muito significativa: trata-se da orientação das estruturas construídas, as quais todas apresentam uma parede orientada a sudeste, à *qibla*, ou seja, a Meca. Para tal as construções desprezaram a solução, mais simples e económica, de adossar as construções às muralhas da cidadela<sup>8</sup>.

Vejamos, por fim, e entre os escassos contributos, o que nos pode dizer o seu próprio nome: *Makhūl*.

Makhūl significa “*o que tem*” ou “*usa kuḥl nos olhos*”<sup>9</sup>. O *kuḥl* é o pó do anti-mónio, que em colírio era, e é, usado para tratar afeções oftálmicas, mas também como adorno visual<sup>10</sup>.

O Profeta Muhammad usava-o regularmente, uso confirmado pelos *aḥādīṭ*<sup>11</sup>, e seguir-lhe o exemplo era considerado um bom costume, mesmo para os homens.

Digamos que, em função do atrás referido, e por antonomásia, o termo Makhūl referir-se-ia ao próprio Profeta, e dessa menção teria surgido o nome que usava o Senhor de Juromenha.

Finalizando, poderemos concluir que um homem que cumpre os seus deveres religiosos, pessoal e comunitariamente, seguindo de perto o exemplo do seu Mensageiro, e que buscou ser íntegro e leal, seria de carácter exemplar, e destacar-se-ia singularmente do conjunto dos cabecilhas dos movimentos muladis no Ġarb al-Andalus.

### A *Jalmāniyya* de Makhūl ibn ‘Umar – rastos de uma fortaleza

Foi Makhūl ibn ‘Umar, o Senhor de Juromenha, uma fortaleza, à época tão poderosa, que mereceu especial atenção do Emir Muhammad (852-888), sobretudo no ano de 874.

---

<sup>8</sup> CALADO, Manuel, *Carta Arqueológica do Alandroal*, Câmara Municipal de Alandroal, 1993, p. 83.

<sup>9</sup> KAZIMIRSKI, A. de B., *Dictionnaire Arabe-Français*, II vols., Maisonneuve et Cie. Ed., Paris, 1860, vol. II, pp. 870-871.

<sup>10</sup> AL-BAYTAR, Ibn, *Kitāb al-Jamī‘ li-Mufradāt al-Adwiya wa-l-Aġdiya (Coletânea Completa de todos os Remédios e Alimentos Simples, conhecido como Tratado dos Simples)*, trad. franc. Lucien Leclerc, *Traité des Simples*, 3 vols.: A, B e C, Paris, Institut du Monde Arabe, 1990 (ed. fac-simile da original, Paris: I – 1877; II – 1881 e III – 1883): I, 18; III, 1898.

<sup>11</sup> *Ṣaḥīḥ al-Bukḥārī* – KHAN, Muhammad Muhsin (ed. e trad.), *The Translation of the Meanings of Ṣaḥīḥ al-Bukhari. Arabic-English*, IX vols., Medina al-Munawwara, Islamic University, 1981, Vol. VII: “Livro da Medicina” (*Kitāb al-Ṭibb*) p. 408).

Mas como seria essa estrutura fortificada? E será que algo subsiste dessa época até à atualidade.

Há uma torre, na zona norte da muralha medieval, que comporta na sua estrutura elementos que colocam a sua edificação em período claramente anterior à época de Makhūl ibn ‘Umar.

A torre em causa (v. infra Figuras 1 e 2) incorpora no seu alçado principal elementos pétreos pré-islâmicos, talvez visigóticos<sup>12</sup> ou talvez mesmo moçárabes, mas seguramente cristãos, atendendo a que a peça maior, mais vistosa e significativa, é um pé-de-altar, que está num cunhal da torre, na horizontal de quem vê.

Entendemos que se trata de uma manifestação do novo poder islâmico, degradando, dessacralizando peças da liturgia cristã, transformando-as em meros materiais de construção, mas mantendo-as de forma manifesta e dissuasora, para os cristãos que ainda viveriam na região.



Figura 1 – A Torre com peças cristãs



Figura 2 – Duas peças cristãs, o pé-de-altar à direita

Quando é que aquela torre teria sido construída, para incorporar aquelas peças?

Ou logo no início do século VIII, algures após 713, quando a presença islâmica se impôs na região de Mérida, que resistira militarmente ao novo poder, e onde a presença cristã visigoda era muito significativa<sup>13</sup>; ou mais tarde, cerca de um século depois, quando as autonomias moçárabes das regiões entre a Serra de

<sup>12</sup> Segundo Fernando Branco Correia, aqueles três elementos pétreos (uma imposta, um fragmento de friso e um pé-de-altar), proviriam de um edifício religioso existente em Juromenha ou nos seus arredores, integrados “no contexto dos materiais ditos da época visigótica da Lusitânia [...] influenciados pelo foco emeritense”, propondo o autor que a datação dos mesmos se situe no século VII (CORREIA, Fernando Branco, *Materiais de época visigótica de Juromenha (Alentejo)*, IV Reunió d’Arqueologia Cristiana Hispànica: Lisboa 28-30 setembro, 1-2 outubro 1992, p. 493-498).

<sup>13</sup> LÉVI-PROVENÇAL, E., “La Conquista y la Islamización de España”, in *Historia de España* (dir. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón), IV, 1976, pp. 3-59, pp. 15-16.



Portel e a região do Mondego, foram extintas entre 798 e 809, por suspeita de que os moçárabes teriam sido colaboracionistas e simultaneamente se teriam tentado rebelar, quando das investidas militares de Afonso II das Astúrias em direção ao sul<sup>14</sup>.

Qualquer daqueles momentos é anterior a 866 e aos primórdios das revoltas muladís quando Makh̄l aparece como “Senhor de Juromenha”.

Tendo surgido no Ġarb al-Andalus, pela primeira vez, a utilização da taipa, na construção das muralhas de Badajoz, algures entre 884 e 888, e tendo Makh̄l desaparecido em 875, somos levados a admitir que toda a fortaleza de Juromenha em vida daquele chefe seria ainda de alvenaria de pedra; e que o que lá surge em taipa será eventualmente posterior a 913, depois de a muralha de Badajoz ter sido reforçada, após o ataque de Ordonho das Astúrias a Évora, naquele ano<sup>15</sup>.

Com efeito, somos levados a crer que a construção (ou reconstrução), em taipa, das muralhas do castelo de Juromenha (ou, pelo menos, do seu troço norte, ainda visível na atualidade) terá tido lugar após a construção das muralhas de Badajoz, mas ainda na primeira metade do século X, antes do período de paz que antecedeu a queda do califado<sup>16</sup>.

Acresce que o referido troço apresenta um conjunto de aspetos característicos da arquitetura militar das fases emiral e califal – as suas torres possuem plantas quadrangulares, pouco salientes da muralha e com reduzidas distâncias entre elas, sem torres albarrãs ou plurifacetadas; a entrada da fortaleza era direta; a construção combina a utilização de taipa com a de silharia e alvenaria de pedra, com reaproveitamento de materiais de períodos anteriores<sup>17</sup>, nomeadamente de silhares do período romano, aplicados em cunhais de torres<sup>18</sup>.

Em síntese, parece-nos que subsistem, no que resta da fortificação islâmica de Juromenha, estruturas pertencentes a duas grandes fases construtivas:

---

<sup>14</sup> REI, António, “Os Condes de Coimbra no século VIII. Ascendências e descendências”, in *Armas e Troféus*, revista do Instituto Português de Heráldica (Lisboa), 2014, pp. 295-311; SIDA-RUS, Adel, “Um Texto Árabe do Século X relativo à nova Fundação de Évora e aos Movimentos Muladí e Berbere no Ocidente Andaluz”, *A Cidade de Évora*, n.ºs 71-76, Câmara Municipal de Évora, 1988-1993, pp. 7-37; LÉVI-PROVENÇAL, E., “‘Abd al-Rahman al-Nasir, Emir y Califa de al-Andalus (912-961)”, in *Historia de España* (dir. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón), IV, 1976, pp. 261-368, pp. 279-281.

<sup>15</sup> TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Ciudades Hispanomusulmanas*, t. II: Las defensas urbanas, IHAC, Madrid, 1970, p. 561.

<sup>16</sup> BRUNO, Patrícia, *A Fortaleza de Juromenha: contributo para o estudo e conservação da muralha islâmica de taipa militar*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2000, passim; TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Ciudades Hispanomusulmanas*, t. II: Las defensas urbanas, IHAC, Madrid, 1970, p. 477;

<sup>17</sup> TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba*, *Historia de España* (dir Ramón Menéndez Pidal), V, 1973, p. 647

<sup>18</sup> CORREIA, Fernando Branco, *Materiais de época visigótica de Juromenha (Alentejo)*, IV Reunio d’Arqueologia Cristiana Hispanica: Lisboa 28-30 setembro, 1-2 outubro 1992, pp. 493-498.

## **Makḥhūl Ibn ‘Umar, Ṣāhib Jalmāniyya (Senhor de Juromenha) (866 – 875 d.C.)**

- a) Uma primeira fase, datada do século VIII ou do IX, da qual subsiste uma torre de alvenaria de pedra irregular, na construção da qual foram integrados elementos pétreos provenientes de edificações de cronologias anteriores;
- a) Uma segunda fase, aparentemente datada da 1.<sup>a</sup> metade do século X, constituída por muralhas e torres de taipa, com embasamentos e cunhais pétreos (alvenaria e silharia), na qual foram também empregues materiais provenientes de construções anteriores (silhares do período romano, em cunhais de torres), e que possuía uma entrada direta (sem os posteriores “cotovelos” almorávidas e almóadas), segundo as tipologias correntemente atribuídas ao período califal.

## **Bibliografia**

### **Fontes**

IBN ḤAYYĀN, *Al-Muqtabis* (ed. MAKKĪ, M. A.), Beirute, 1973

AL-BAYTAR, Ibn, *Kitāb al-Jamī’ li-Mufradāt al-Adwiya wa-l-Aḡdiya* (*Coletânea Completa de todos os Remédios e Alimentos Simples, conhecido como Tratado dos Simples*), trad. franc. LECLERC, Lucien, *Traité des Simples*, 3 vols.: A, B e C, Paris, Institut du Monde Arabe, 1990 (ed. fac-símile da original, Paris: I – 1877; II – 1881 e III – 1883).

AL-BUKHĀRI, Ṣaḥḥīḥ, (KHAN, Muhammad Muhsin – ed. e trad.), *The Translation of the Meanings of Sahih al-Bukhari. Arabic-English*, IX vols., Medina al-Munawwara, Islamic University, 1981

### **Estudos**

BRUNO, Patrícia, *A Fortaleza de Juromenha: contributo para o estudo e conservação da muralha islâmica de taipa militar*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2000

CALADO, Manuel, *Carta Arqueológica do Alandroal*, Câmara Municipal de Alandroal, 1993

CORREIA, Fernando Branco, *Materiais de época visigótica de Juromenha (Alentejo)*, IV Reunião d’Arqueologia Cristiana Hispânica: Lisboa 28-30 setembro, 1-2 outubro 1992, p. 493-498

KAZIMIRSKI, A. de B., *Dictionnaire Arabe-Français*, II vols., Maisonneuve et Cie. Ed., Paris, 1860,

LÉVI-PROVENÇAL, E., *La España Musulmana, 711-1031*, v. IV in *Historia de España* (dir. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón), 1976.

PÉREZ ÁLVAREZ, Maria Ángeles, *Fuentes Arabes de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1992

REI, António, *Moçárabe – Conceitos e Realidades Cultural e Social* (Séculos VIII – XII), in *Xarajib* 8 (2015), Silves, CELAS, pp.13-27.

- REI, António, “Os Condes de Coimbra no século VIII. Ascendências e descendências”, in *Armas e Troféus*, revista do Instituto Português de Heráldica (Lisboa), 2014, pp. 295-311.
- SIDARUS, Adel, “O Alentejo durante a Grande Dissidência Luso-Muçulmana do Século IX/X”, *Actas do Encontro Regional de História «Nós e a História»*, Univ.de Évora, 1990, pp. 31-43;
- “A Amaia de Ibn Maruán – Marvão”, *Ibn Maruán*, n.º 1, Câmara Municipal de Marvão, 1991, pp. 13-26;
- SIDARUS, Adel, “Um Texto Árabe do Século X relativo à nova Fundação de Évora e aos Movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz”, *A Cidade de Évora*, n.ºs 71-76, Câmara Municipal de Évora, 1988-1993, pp. 7-37.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Ciudades Hispanomusulmanas*, t. II: Las defensas urbanas, IHAC, Madrid, 1970, p. 437-653.
- *Arte hispanomusulmán hasta la caída del califato de Córdoba*, in *Historia de España* (dir. MENÉNDEZ PIDAL, Ramón), V, 1973, pp. 333-788.

# A Casa de Bragança: Origem, Mercês e Património Senhorial

---

Inês Fraústo Jonífero\*

## Contextualização Histórica

É no contexto da crise dinástica que o Mestre de Avis sobe ao trono português acompanhado pelo seu Guerreiro Condestável. Referimo-nos a Nuno Álvares Pereira, Pai da Casa de Bragança e impulsor da mesma. Foi devido a todas as suas mercês, conquistas, honras e doações que o seu património foi crescendo e enriquecendo. A sua gestão passa por uma política de repartição por aqueles que lhes são mais próximos. Sem dúvida que, a questão do matrimónio, é o vínculo mais propício no que toca ao fecho de acordos entre famílias. Quando se fala na importância do casamento, podemos adiantar que foi uma das estratégias mais sábias e utilizadas, primeiramente por Nuno Álvares, e mais tarde pelos Bragança. Isto no que toca à penetração de cargos dentro da família real ou famílias de renome. Devido às suas mercês, a casa acatará diversos privilégios e isenções referentes a leis e gestão de senhorios jurisdicionais.

Ao terminar toda a situação de crise dinástica e interregno presentes no Reinado de D. Leonor Teles e D. Fernando, surge uma ponta de luz no caminho da esperança dos Portugueses. D. João I era filho bastardo de D. Pedro e Inês de Castro, nascido em Lisboa a 11 de abril de 1357.<sup>1</sup> Após atravessar uma infância dita normal para a época, o Mestre de Avis, durante a sua adolescência, fidelizou-se a Ordens Sacras tendo efetuado mesmo um voto de castidade<sup>2</sup>. Porém, em torno dos seus dezoito ou dezanove anos, foi vítima de amores por Inês Pires, da qual paixão surge um descendente bastardo, D. Afonso I, futuro Conde de Barcelos e

---

\*Aluna da Licenciatura de História e Arqueologia, Universidade de Évora. – [inesjonipero@gmail.com](mailto:inesjonipero@gmail.com)

<sup>1</sup> MATTOSO, J. (1993). *História de Portugal. A Monarquia Feudal*. Vol. 2. Editora: Círculo de Leitores; Lisboa, p. 495.

<sup>2</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 496.

duque de Bragança.<sup>3</sup> D. João I subiu ao trono por eleição durante o vasto inter-regno da curta regência de D. Leonor Teles. Convocaram-se as cortes, divididas em dois blocos, um apoiando a nobreza de segunda<sup>4</sup> e outro apoiado pela nobreza de primeira<sup>5</sup>. O jurista João das Regras encarregou-se de se afirmar em longos discursos a “inelegibilidade dos adversários do Mestre”<sup>6</sup>. As Cortes perlongaram-se anos a fio pela indecisão. Quase passados 30 anos do início destes trabalhos, o parlamento elegeu por unanimidade D. João I. Esta unanimidade foi conseguida não graças a João das Regras, mas sim às ameaças fogosas<sup>7</sup> de Nuno Álvares Pereira. Com a sua ascensão, o Mestre enfrentará o momento mais perigoso da sua vida. Ao confrontar o Rei Castelhana, colocou em causa tudo o que foi acordado no Tratado de Salvaterra de Magos. Acompanhado pelo – mais tarde – Santo contestável, alcançam uma das vitórias mais retumbantes da história de Portugal.<sup>8</sup> Esta, que continua a ser um pilar da sociedade e história portuguesa, a Batalha de Aljubarrota. De uma forma geral, podemos dividir o reinado do Mestre de Avis em duas fases: a primeira, marcada pela independência, fortalecimento e guerra contra Castela na defesa da essência da sociedade portuguesa; e a segunda, pelas guerras expansionistas e explorações atlânticas.<sup>9</sup> É importante salientar que também se verificou um avanço na parte administrativa, dando maior destaque ao “caminho” da centralização régia.

## **Mobilidade Social**

O Mestre de Avis, como defensor e regedor do Reino, tentou consolidar ao longo do seu reinado<sup>10</sup> várias fidelidades, apoios políticos, apoios militares e apoios jurídico-administrativos. Confiscasse tudo aos traidores e concede-se tudo aos fiéis de vários grupos sociais, que tenham prestado o seu serviço. Dado isto, foi notável a ascensão de grupos dentro do próprio grupo social. Uma nobreza pequena e média viu engrossar o seu património<sup>11</sup> devido a rendimentos, jurisdições e alguns bens familiares. No entanto, a mobilidade social, não ocorria apenas no grupo nobre. “O clero era, por natureza, uma ordem aberta, incorporando todos os estados sociais que recebiam ordens”.<sup>12</sup> Sendo então um grupo aberto, as famílias da ainda pequena burguesia, ingressavam nestas ordens de modo a alargar os seus

---

<sup>3</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 496.

<sup>4</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 496.

<sup>5</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 496.

<sup>6</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 496.

<sup>7</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 496.

<sup>8</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 497.

<sup>9</sup> J. Mattoso, *História de Portugal...*, p. 498.

<sup>10</sup> COELHO, M. H. da C. (1998). “Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista”. *Tempo*, Vol. 3, nº 5; pp 121-145. Rio de Janeiro.

<sup>11</sup> H. Coelho, *Clivagem e Equilíbrios...*, pp. 121-145.

<sup>12</sup> H. Coelho, *Clivagem e Equilíbrios...*, pp. 121-145.

conhecimentos patrimoniais tanto a nível social, como religioso, como económico. Voltando novamente o nosso foco para o grupo nobre, a nobreza de sangue passou a observar ao seu lado o crescimento de uma nobreza de toga<sup>13</sup>. A mobilidade social, de um modo geral, não se realizou apenas num sentido de baixo para cima, mas também no seu sentido inverso. A sociedade medieval com o passar do tempo estava cada vez mais hierarquizada, contudo, mais acentuado no século XV, a riqueza, prestígio e poder de uma pequena elite social<sup>14</sup> definia ainda mais o estatuto e mobilidade, fazendo com que, baixo o seu poder aristocrático, os restantes escalões fossem sucedidos hierarquicamente.

É na questão envolvente da mobilidade social, que o casamento ganha destaque. Segundo as máximas da Igreja Católica, o casamento é “uma comunhão espiritual, criada ainda no paraíso, num tipo de união concebida à imagem do casamento entre Jesus e a Igreja, destinada a difundir o amor entre os homens. Secundariamente, e no plano necessariamente imperfeito porque manchado pelo pecado Original transmitido através da reprodução carnal, enquadrava as atividades sexuais que permitiam a reprodução física da sociedade”<sup>15</sup>. Entendemos que, primeiramente, o matrimónio assume um meio de difusão de transmissão entre os homens, mas que também é aplicado na criação de um laço social forte, que será utilizado na construção de uma unidade social de alto ou baixo cariz. A união matrimonial, resulta no acordo de várias alianças, vínculos ou trocas, entre grupos familiares específicos que pretendem alcançar uma adesão recíproca de interesse que brotassem do mesmo.

Começando pelas estratégias adotadas por Nuno Álvares Pereira no que toca a alianças familiares, a sua aquisição e dimensão territorial senhorial fez com que a sua proximidade de parentesco com a Casa Real portuguesa aumentasse.<sup>16</sup> Um dos exemplos deste argumento, é o casamento de D. Beatriz Alvim – filha do, mais tarde, Santo Contestável – e Afonso I, filho bastardo de D. João I<sup>17</sup>. Só com base neste exemplo, conseguimos perceber que a estratégia de ascensão da casa de Bragança passa pela penetração e criação de ligações em inúmeras linhagens medievais<sup>18</sup>, ou até mesmo em casamentos diretos com a Coroa Portuguesa.<sup>19</sup> É importante ainda salientar que as escolhas recaiam na maior parte das vezes sob os cônjuges que ocupassem um lugar na sucessão de linhagens de Casas Senhoriais. Isto explica o facto de a Casa ducal recorrer repetidamente à opção de matrimónio

---

<sup>13</sup> Nobreza composta por burgueses enriquecidos que tentavam comprar títulos ou cargos nobiliárquicos.

<sup>14</sup> H. Coelho, *Clivagem e Equilíbrios...*, pp. 121-145.

<sup>15</sup> AGUIAR, M. P. (2021). *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Tese de Doutoramento em História – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.515.

<sup>16</sup> CUNHA, M. S. da. (2004). “Estratégias Matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento Do Duque D. João III”. *Hispania*; LXIV/1. Número 216. pp. 39-62.

<sup>17</sup> Tema que será explorado num dos próximos pontos do trabalho.

<sup>18</sup> Noronha, Castro e Meneses.

<sup>19</sup> M. Cunha, *Estratégias Matrimoniais...*, pp. 39-62.

no que toca às figuras femininas e aos seus primogénitos, enquanto outras empurravam os seus filhos mais novos para o celibato.<sup>20</sup>

As uniões matrimoniais, foram um mecanismo decisivo na consolidação social da linhagem brigantina,<sup>21</sup> permitindo que houvesse uma criação de redes e alianças com as principais casas nobiliárquicas dando, por sua vez, um cargo cada vez mais prestigioso no que toca ao posicionamento político deste grupo familiar,<sup>22</sup> sendo este um grande polo de defesa dos interesses senhoriais. No que toca às relações conjugais, sabemos que as famílias envolvidas pretendiam sempre maximizar as vantagens que cabem a ambas as partes, quer no cariz social e político, quer no ponto de vista simbólico.

### **A Questão Matrimonial**

Antes do bem-dito matrimónio entre Afonso I e D. Beatriz Alvim, sucederam diversas doações e trocas a Nuno Álvares, quer por parte do Rei, quer por algumas Casas com alguma importância. Depois de mais uma acumulação patrimonial, começou-se a preparar mais ativamente o Casamento do bastardo – Afonso I – e da filha única do Santo – Beatriz Alvim. Não temos datas concretas de quando esta união se celebrou, mas podemos apontar para uma data em redor de 1401,<sup>23</sup> pois coincide com a data em que D. João I dá ao seu filho os bens naturais do Conde Gonçalo Telo<sup>24</sup>. Segundo João Gouveia Monteiro:

“Trata-se de uma doação irrevogável e ampla, em que o monarca reserva para si somente as apelações, alçadas e correições; na mesma ocasião, doa também ao filho a terra de Penafiel de Bastuço e o couro de Várzea, com as respetivas jurisdições e com todos os foros e tributos costumeiros.”<sup>25</sup>

No mês de outubro do ano acima indicado, legitima o seu filho bastardo sem prejudicar os seus já nascidos filhos do casamento com D. Filipa de Lencastre. Segundo a citação apresentada e com base neste argumento, podemos pressupor que o casamento entre o filho do monarca e a filha do Santo Condestável era algo de verdadeira importância. Como podemos calcular, para haver um selar do contrato matrimonial, teria de haver cedências de ambas as partes. Passamos agora a observar o que Nuno Álvares teria para oferecer e quais eram as suas condições. Tratou-se de uma doação que incluí algumas terras, vilas e castelos pertencentes ao mesmo.<sup>26</sup> As cláusulas sucessórias do documento emitido regulamentam em favor

---

<sup>20</sup> Outra forma de mobilidade social abordada no ponto anterior.

<sup>21</sup> M. Cunha, *Estratégias Matrimoniais...*, pp. 39-62.

<sup>22</sup> M. Cunha, *Estratégias Matrimoniais...*, pp. 39-62.

<sup>23</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 188.

<sup>24</sup> Terras e julgados de Viana, Perelhal, Darque, Vermoim, Rates e Faria. Tudo com os seus termos e coutos.

<sup>25</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 188.

<sup>26</sup> Chaves, Montenegro, Montalegre, Barcelos e Paços com os seus termos, jurisdições, honras

do cônjuge sobrevivente, dos respetivos herdeiros<sup>27</sup> ou, em último caso, do próprio Nuno Álvares Pereira. Graças ao pedido de D. Afonso I – Conde de Barcelos<sup>28</sup> – esta doação ficou confirmada a 8 de novembro pelo monarca vigente – D. João I, Mestre de Avis.

### As primeiras mercês

Como já foi referido, Nuno Álvares foi o principal pilar na guerra com Castela. Após o término, em 1393, e início do período de tréguas entre ambos os Reinos, Nun'Álvares, entende que chegara o momento de compensar todos aqueles que até então o tinham apoiado. É desde aqui que repartiu com essas pessoas, terras e rendas das quais o rei lhe havia dado para sua mercê. No entanto, este movimento não terá sido bem visto por vários conselheiros do Rei. Se desde o início o seu poderio tinha gerado bastante inveja, agora, com as suas doações, terá causado bastante desconforto para quem tanto as desejava. Assim, já nos inícios de 1394, o monarca, influenciado pela raiva dos seus conselheiros, convocou alguns fidalgos e cavaleiros para uma reunião no Paço da Serra,<sup>29</sup> onde foi comunicado o objetivo de retirar várias terras e rendas que lhes tinham sido concebidas em tempo de guerra. Essas mesmas terras tinham sido outorgadas de herdade e juro. O Condestável rapidamente mostrou o seu descontentamento, uma vez que, seria o mais rico e o mais prejudicado, ainda para mais depois de ter dividido os seus bens pelos seus companheiros de guerra. Mesmo perante esta situação, o Regente mostrou-se irredutível.<sup>30</sup> O Senhor Feudal não se deixou ficar atrás e partiu para Estremoz onde convocou os seus homens, relatou-lhes o sucedido e passou a transmitir que, por sua vontade, deixaria de servir o Rei e que estava na posição de deixar o Reino.<sup>31</sup> Os seus homens apoiaram-no e seguiram-no. O rei, ao tomar consciência do sucedido e de estar prestes a perder o seu melhor guerreiro e aquele que o colocou no trono, enviou rapidamente emissários ao encontro do Condestável com o objetivo de demover esta sua decisão, onde o próprio negou ceder. Perante isto, chegou-se a uma outra negociação que demoveu Nun'Álvares.

“i) Nuno Álvares reavia dos seus companheiros as terras que lhes doara (o que fez «muito contra sua vontade» segundo os cronistas); ii) manteria as terras que o rei lhe tinha concedido de juro e herdade e devolveria ao monarca as que tinha em regime de préstamo; iii) o rei tomava para si todos os vassallos do conde (assim como os dos outros fidalgos), ao abrigo do princípio de que apenas o monarca poderia ter vassallos próprios; iv) em compensação, a Coroa atribuiria a esses homens

---

e padroados das igrejas.

<sup>27</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 189.

<sup>28</sup> O Santo Condestável teve de pedir a outorga ao Rei para a consagração deste título.

<sup>29</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 127.

<sup>30</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 128.

<sup>31</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 128.



«contias» (rendimentos) anuais, em substituição das terras que lhes tinham sido retiradas, de modo que todos se dessem por contentes»<sup>32</sup>

Segundo esta transcrição, podemos concluir que este acordo não passou de um jogo de interesses que Nuno Álvares se tinha aproveitado. Se analisarmos mais profundamente, o próprio tinha a plena noção que era o melhor guerreiro em campo e que sem ele a segurança de Portugal, e até mesmo do monarca, seria posta em causa. Terá então deixado D. João I cair na sua plena consciência, o que fez com que rastejasse até aos pés do Santo Condestável, dando-lhe ainda mais privilégios do que os que ele já tinha. Deparamo-nos com todo um jogo de estratégia e aproveitamento, desde o facto de não se mostrar importado e supostamente abandonar todo um reino com uma comitiva de guerra atrás, até ao Rei implorar e ceder ainda mais privilégios para ele permanecer do seu lado.

É importante salientar que não foi só desde Nun'Álvares que se formou um vasto poderio patrimonial. O seu pai, Álvaro Gonçalves Pereira conteve vários privilégios concebidos durante o Reinado de D. Pedro I e de D. Fernando. Como cartas de privilégios, liberdades e foros. Dentro destas perspetivas das cartas encontramos a legitimação dos filhos de Álvaro Gonçalves Pereira. Segundo João Gouveia Monteiro, a segunda doação feita ao Santo Condestável, terá sido emitida no Tratado de Salvaterra de Magos, que também coincidira com a data do seu casamento, onde o guerreiro partia em direção ao douro com apenas 16 anos, mas reconfortado com terras da Pena que continham todos os seus termos, frutos e rendas.

Assim que o Mestre de Avis sobe ao trono, recomeçam as doações a Nuno Álvares Pereira, como gesto de agradecimento do seu condestável apoio. Um dia após as Cortes de Coimbra,<sup>33</sup> foi doado novamente a este sujeito os reguengos que havia no termo de Lisboa e Ribeira do Sal, da mesma forma que Leonor Teles teria usufruído dos mesmos. No fundo, é retirar aos castelhanos para dar e preservar nas mãos dos ditos portugueses fiéis. No entanto, esta doação foi motivada por Nun'Álvares, que defende ter sido já prometido mercês de vilas e lugares do Reino.<sup>34</sup>

Estas são algumas das mercês comprimidas num espaço de aproximadamente vinte e dois meses. E como se não bastasse, ao longo deste período, vários familiares do Condestável terão também recebido mercês por parte do monarca.<sup>35</sup>

Com a vitória em Aljubarrota, Nuno Álvares Pereira foi oficializado como o segundo homem mais rico do Reino, logo a seguir do Monarca. D. João, fazendo este uma avulta doações de bens ao seu guerreiro: “Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Évora Monte, Portel, Montemor – o – Novo<sup>36</sup>, entre outros ao longo da Estremadura, Lisboa, Douro e Minho”.

<sup>32</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 129.

<sup>33</sup> 7 de abril de 1385.

<sup>34</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 175.

<sup>35</sup> Como foi o caso da sua mãe, que recebeu, por exemplo, a portagem de Marvão com todas as suas rendas, pertenças e direitos.

<sup>36</sup> J. Monteiro, *Nuno Álvares Pereira...*, p. 178.

## Património Senhorial, leis, jurisdições e privilégios

Os senhorios ou domínios senhoriais são uma característica vigente do sistema feudal, que foi evoluindo com o passar dos séculos. Estes podem ser definidos como domínios permanentes a um senhor a quem o rei concebia privilégios para além de terras. Tinham também uma certa autonomia no que toca à justiça, impostos e organização militar. Como já pudemos observar, as providências reais iniciam-se pelo acrescentamento das jurisdições, estabelecendo-as de forma tabelada, em modo de representação para os senhorios que não tivessem carta régia.<sup>37</sup> É natural que a política de jurisdições vá sofrendo alterações.

Começando no reinado de D. Fernando, encontramos estabelecido na lei «privilégios relativos à jurisdição e à sua doação que irão servir de suporte a uma política de afirmação do poder da coroa até aos finais do Antigo Regime».<sup>38</sup> Na base desta política terá estado presente as exigências dos conselhos que haviam sido prejudicados pela autonomia de rendas e doações e, como é claro, a figura de superioridade do rei<sup>39</sup> no carácter real das jurisdições. Como leis mais importantes desta política podemos destacar as leis de 1372<sup>40</sup> e a lei de 13/09/1375<sup>41</sup> em que os livros dos tabeliães eram verificados e contribuíam profundamente para o arquivo jurídico da sociedade.<sup>42</sup> Na lei de 1372, impõe-se que as doações feitas aos nobres apenas contivessem o direito de jurisdição cível, ficando entregue a jurisdição criminal aos juizes das terras. Não obstante, ainda dentro desta jurisdição cível, o senhor só teria exercício de poder apenas por apelação, não podendo julgar individualmente as causas,<sup>43</sup> dando estes casos para sentença no tribunal de corte.

“Se a lei de 1372 terá sido motivada pelas queixas dos conselhos em cortes, já a lei de 13 de setembro de 1375 constitui uma peça claramente inspirada em princípios doutrinários acerca do carácter real da jurisdição”<sup>44</sup>

O grande princípio afirmado nestas leis foi precisamente a inalienabilidade das jurisdições que estava sujeito as três exceções: não era aplicável a certos grupos grandes do reino,<sup>45</sup> não se aplicava a jurisdições obtidas do Rei, e não se aplicava a jurisdições que tivessem sido declaradas antes do édito geral de 1325. Nos casos destes grandes grupos sociais, a quem terá sido atribuída doações e jurisdições,

---

<sup>37</sup> HESPANHA, A. M. (1982). *História das instituições. Épocas Medieval e Moderna*. Editora: Almedina, Coimbra; pp. 282

<sup>38</sup> A. Hespanha, *História das instituições...*, p. 282.

<sup>39</sup> A. Hespanha, *História das instituições...*, p. 282.

<sup>40</sup> Terá sido elaborada na sequência de queixas e reclamações do povo durante as Cortes de Leiria e do Porto.

<sup>41</sup> A. Hespanha, *História das instituições...*, p. 283.

<sup>42</sup> A. Hespanha, *História das instituições...*, p. 283.

<sup>43</sup> A. Hespanha, *História das instituições...*, p. 283.

<sup>44</sup> A. Hespanha, *História das instituições...*, p. 284.

<sup>45</sup> Como é o caso dos Bragança.

autorizavam-lhes a prática da jurisdição criminal e civil, apenas sob forma de jurisdição intermédia,<sup>46</sup> ou seja, os senhores só poderiam julgar por eles próprios ou pelos seus ouvidores, se estas causas lhes chegassem por apelação<sup>47</sup>.

Como último exemplo, achamos por bem retratar um pouco do que terá sido a *Lei Mental*<sup>48</sup>, pensada no Reinado de D. João I, e apenas aplicada no reinado de D. Duarte.<sup>49</sup> Após a maioridade, D. Duarte ficou encarregue do controlo e chefia dos negócios da justiça. No fundo, esta lei contribuía para que as terras voltassem às mãos da coroa, caso as mesmas não se encontrassem num processo hereditário direto. Isto quer dizer que, caso não houvesse filho varão ou primogénito para as administrar, o rei teria de conceber a sua mercê a outro indivíduo. Ora, conceder ou não a mercês já iria partir da vontade do monarca. Se o mesmo visse que seriam terras de grande rendimento e poderio, podia-as tomar para si, caso visse que era vantajoso conceber as terras sempre como meio para alcançar um fim, o regente iria ceder facilmente. De um modo geral, e como já apresentamos, podemos concluir que, esta lei servia para minimizar a concentração de terras presentes nas mãos de uma família nobre subordinada ao rei que teria de recorrer à justiça real para assegurar os seus bens e direitos perante, ou não, o modo hereditário. Era pedido ao rei que outorgasse cartas onde descrevesse e aprovasse a isenção por parte da Casa de Bragança face às leis estipuladas que envolvessem o corte de privilégios e poderes dentro das terras senhoriais. Isto acontece, na *Lei Mental*, onde o podemos comprovar nas suas oito últimas linhas:

“filho varom sempre sse entende lijdímo que tal era sua tençom E Nos assy mandamos que sse garde fecta em sanctarem oyto dias do mês d’abrill El rey o mandou alvaros anes a ffez anno do naçimento de nosso senhor jesus cristo de mjl iiij trinta e quatro A qual ley assy mostrada o dicto conde meu Jrmãao nos disse que a Jfante dona Jsabell molher de Jffante dom Joham meu Jrmãao ssua ffilha e elle E os condes dóurem e d’arayollos meus sobrinhos seus filhos tijnhem todallas terras e padroados de Jgrejas que foram do condestabre per suas doações confirmadas per El Rey meu senhor e meu padre cuja alma deus aja E per nos as quaes eram fectas a elle e aos disctos seus ffilhos per maneira de moorgado E que quando nom ouvessem ffilhos varõees que as ffilhas podessem herdar as dictas terras e padroados E quando hi nom ouvesse ffilhos nem ffilhas decedentes que as podessem herdar os herdeiros colleteraaes E que esso mesmo ell tinha per a dicta que vira terra de vermoym E as terras que foram do conde dom gonçallo das quaes lhe fezera doaçom o dicto senhor

---

<sup>46</sup> A. Hespanha, *História das instituições...*, p. 285.

<sup>47</sup> Segundo António Manuel Hespanha, na prática, nem no reinado de D. Fernando nem no Reinado de D. João I estas leis se cumpriram de forma totalitária, havendo sempre ideias irrealistas na inalienabilidade das jurisdições. É também neste contexto que surgem as *Ordenações Afonsinas*, com um carácter mais moderador.

<sup>48</sup> Tinha princípios como: Primogenitura e masculinidade, o Princípio da sua inabilidade e o do seu carácter não feudal.

<sup>49</sup> Podemos ainda destacar que estão isentas desta lei as concessões de bens da coroa, doações aos clérigos em que os bens da coroa perdiam a sua natureza e se transformavam em bens eclesiásticos, e as doações de bens a ordens militares.

Rey dom Joham meu padre E que outrossy nos ffezemos meerçe a ell do paul de paay lepa E a conde dóurem sseu ffilho da auga dálvella E artefícios que em ella forem fectos pera poderem fazer dello o que quisessem como doutra qualquer herdade A qual cousa dicta nossa ley contradízia E querendolhes fazer merçee mandamos que nom embargando a dicta nossa ley sse guardem pera sempre as doações e conformações que eles teem dél Rey meu senhor e meu padre cuja alma deus aja E nossas das merçees que lhes ffez o dicto senhor e confirmações das doações em ellas contheudas assy nas terras como nos padroados E queremos por nos e nossos seçesores que eles e seus herdeiros as aijam pera guisa que em ellas he conteúdo E em testemunho desto lhes mandamos dar a cada huum sua carta sijgnada per nossa mão sellada com o nosso seello do chumbo E outra tal que sse ponha na nossa torre de lixboa com as nossas scripturas E esta he pera se poer na discta torre dante em obidos xij dias de setenbro concertada com as outras per mjm afonso cotrim scrip-vam da camara do dicto senhor Rey Era do naçimento do nosso senhor jesus cristo de mil iiij xxxiiij anos.”

Posto isto, apesar do documento ser designado por lei, a carta é na verdade um privilégio outorgado a pedido do conde de Barcelos, mas que antes copia a lei sobre a qual se cria a isenção. A lei apenas existiria no pensar de D. João I, que somente se veio a realizar no Reinado do Rei D. Duarte. Mais tarde será copiada nas *Ordenações Afonsinas* e *Manuelinas*, fazendo-se acompanhar por um conjunto de esclarecimentos sobre a sua aplicação.

### A política administrativa da Casa de Bragança

De um modo geral, o tempo que uma casa levava a impor a sua implementação determinava se era por legitimidade ou pela tradição que o exercício da autoridade impunha.<sup>50</sup> A acumulação de conhecimento produzia processos de decisão assertivos e fulcrais para os interesses das populações, pois quanto mais era a maximização de ganhos políticos e económicos,<sup>51</sup> maior seria a adesão populacional de um Casa. Como já pudemos ver ao longo do trabalho, a Casa de Bragança foi fortemente criada baixo as mercês que D. João I doava ao seu guerreiro, Nuno Álvares Pereira.

Mesmo no final do Reinado de D. Manuel, o próprio monarca decidiu voltar a ceder a totalidade dos bens, prerrogativas e direitos<sup>52</sup> que haviam pertencido a esta Casa. Por outro lado, a extensão do Senhorio que os Bragança possuíam traduziam virtudes nas suas exigências administrativas gestacionais. Uma vez que o seu território senhorial era bastante extensivo e repartido pelo território, a sua gestão para se tornar eficaz teria de ser sustida por um forte aparelho administrativo e burocrá-

<sup>50</sup> CUNHA, M. S. da. (2000). *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Editora: Editorial Estampa, Lisboa; p. 202.

<sup>51</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 202.

<sup>52</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 204.

tico passando, naturalmente, por uma seleção inteligente nas escolhas dos representantes que colocavam à frente dos lugares-chave da administração senhorial, tanto à escala regional, como local. A importância desta casa parece, desde já, óbvia. Estes tipos de privilégios não estavam habitualmente estabelecidos em documentos gerais, mas sim em específicos que, em caso de dúvida, eram apresentados. Os documentos específicos eram concebidos por mercê especial<sup>53</sup> que, como já foi referido, eram cartas de privilégio específico que promulgavam isenções do cumprimento da lei geral.<sup>54</sup> Estas cartas atribuíam privilégios, sobretudo a indivíduos: titulares, oficiais do aparelho administrativo, assim como, a concessão de estatutos especiais a determinadas terras e ou moradores.<sup>55</sup> A sua sede de administração senhorial localizava-se em Vila Viçosa – hoje, atual arquivo da Casa de Bragança, – onde residiam os duques e a sua corte.<sup>56</sup> Todas as estratégias tomadas pela administração bragantina concentravam-se nela mesma e de forma periférica.<sup>57</sup> Um ponto forte da sua administração era o facto de que as decisões mais importantes eram tomadas dentro do núcleo da coroa, pois a mesma encontrava-se pulverizada pela família bragantina. Este modelo administrativo além de ser melhor estruturado, era o mais importante no que toca à lógica das doações e privilégios jurisdicionais<sup>58</sup> e «essencial do ordenamento jurídico-político existente».<sup>59</sup> Como já referi anteriormente, o ordenamento de cartas servia como um certificado ou comprovativo para quando algumas das suas exigências atingissem um nível notório e autoritário no exercício do poder tomando, como exemplo, os esmagadores direitos cobrados sobre dízimos e reguengos.<sup>60</sup>

Esta imensidão de documentos, necessitava de um cartório bastante organizado, não só como acontecia no cartório central em Vila Viçosa, como também nos vários almoxarifados que pertenciam à Casa. Especialmente no cartório de Vila Viçosa estavam incluídos:

“tombos do património, títulos dos documentos originais, inventários das rendas, officios e mercês da Casa, bem assim como toda a papelada produzida pelo expediente diário dos seus departamentos administrativos.”<sup>61</sup>

---

<sup>53</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 209.

<sup>54</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 210.

<sup>55</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 210.

<sup>56</sup> Foi apenas aclamada por Casa Reinante no dia 1 de dezembro de 1640, com a aclamação de D. João IV.

<sup>57</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 210.

<sup>58</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 215.

<sup>59</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 215.

<sup>60</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 216.

<sup>61</sup> M. Cunha, *A Casa de Bragança...*, p. 217.

### Apontamentos finais

Podemos afirmar que a Casa de Bragança se formou na conjuntura dos acontecimentos políticos e sociais que envolviam Portugal no século XIV. D. João I distribuiu terras à custa daqueles que tinham traído<sup>62</sup> a causa nacional,<sup>63</sup> e D. Nuno é o mais favorecido com estas atribuições. Em contrapartida e com a evolução do tempo, Nuno Álvares vai conter mais privilégios do que qualquer outro membro da Nobreza. À sua vasta concentração senhorial e titular, podemos juntar o conceito defendido por Inácio Pestana, de Estado dentro do Estado, visto que, grande parte dos territórios e da administração estava debaixo da sua alçada. Como é claro, esta acumulação de património causa alguma inveja por parte dos restantes membros da nobreza. Face a esta situação podemos concluir que estamos perante um monopólio de interesses e jogadas políticas. Outro aspeto a destacar é o facto de as uniões matrimoniais formarem um mecanismo decisivo na consolidação social da linhagem brigantina permitindo que houvesse uma criação de redes e alianças com as principais casas nobiliárquicas. Em relação às relações conjugais sabemos que as famílias envolvidas pretendiam sempre maximizar as vantagens que cabem a ambas as partes, quer no cariz social e político, ou no ponto de vista simbólico. Em relação à parte senhorial, deparamo-nos ainda com mais estratégias, no que toca ao pedido de cartas de isenção perante as leis outorgadas, ou pedidos de total jurisdição nos seus territórios, onde os acusados seriam ouvidos nos tribunais da coroa, que se encontravam totalmente penetrados pela administração bragantina, fazendo com que o juízo final pudesse ser corroborado.

### Bibliografia

- AGUIAR, M. P. (2021). *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Tese de Doutoramento em História – Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ARRUDA, J. J. e FONSECA, L. A. da. *Brasil – Portugal: História, agenda para o milénio*.
- COELHO, M. H. da C. (1998). “Clivagens e Equilíbrios da Sociedade Portuguesa Quatrocentista”. *Tempo*, Vol. 3, nº 5; pp 121-145. Rio de Janeiro.
- CUNHA, M. S. da. (1990). *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483)*. Fundação da Casa de Bragança, Lisboa.
- (2000). *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Editora: Editorial Estampa, Lisboa.
- (2004). “Estratégias Matrimoniais da Casa de Bragança e o Casamento Do Duque D. João III”. *Hispania*; LXIV/1. Número 216.

---

<sup>62</sup> Referimo-nos aos apoiantes de D. Beatriz, filha de D. Leonor Teles.

<sup>63</sup> PESTANA, M. I. (1987). A Casa de Bragança: Um sereníssimo estado dentro do estado. *Ler História*, nº10. Lisboa; p. 261.

## **Inês Fraústo Jonífero**

- HESPANHA, A. M. (1982). *História das instituições. Épocas Medieval e Moderna*. Editora: Almedina, Coimbra.
- LOPES, F. (2017). *Crónica de D. João I*. Casa da Moeda, Lisboa; pp. 316.
- MATTOSO, J. (1993). *História de Portugal. A Monarquia Feudal*. Vol. 2. Editora: Círculo de Leitores; Lisboa.
- MONTEIRO, J. G. (2017). *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, Senhor Feudal, Santo: os Três Rostos do Condestável*. Editora: Manuscrito, Lisboa.

# Estudos do Património

---



# **Farmácia Monte, um Templo da Ciência, em Vila Viçosa**

---

**Tiago Salgueiro\***

## **Introdução**

A história da Farmácia Monte é também parte da história de Vila Viçosa. O antigo estabelecimento, tesouro da memória, surpreende pela originalidade e preservação dos objetos. O legado científico, excepcionalmente conservado, permite uma leitura muito objetiva sobre o dia-a-dia de uma farmácia, no início do século XX.

Esta verdadeira instituição calipolense conta com um dos acervos mais antigos da Europa. O local, onde se faziam todos os medicamentos, conta ainda com todo o espólio de utensílios usados no início do século XX para as práticas farmacêuticas.

Num período de constante incerteza, em que as questões de saúde pública estão a ser alvo de uma profunda reflexão, é oportuno olhar para o passado, sobretudo para a história das ciências médicas e farmacêuticas, de modo a compreender como foi feita a evolução técnica e científica no que diz respeito ao tratamento de doenças.

É de assinalar a vontade expressa do seu fundador, António Victor do Monte, que pretendeu criar a farmácia para servir a população de Vila Viçosa, de forma desinteressada e altruísta, também como resultado de um grande amor à ciência.

A Farmácia Monte tinha um modo ordenado e sintético de apresentar os seus remédios, numa configuração que se mantém intacta, assumindo, deste modo, uma personalidade própria e muito peculiar. Visitar a Farmácia Monte constitui uma experiência única, sem termo de comparação. O ambiente interior que aqui se respira transporta-nos imediatamente para o passado.

Em 2018, verificou-se uma mudança nas instalações farmacêuticas para um outro espaço, o que irá permitir a abertura deste edifício e do notável acervo ao público, tendo em conta a relevância das suas coleções.

---

\* Mestre em Museologia pela Universidade de Évora.

## A História da Farmácia Monte

A Farmácia Monte foi inaugurada no dia 1 de Agosto de 1912, pela mão de António Victor do Monte, um redondense radicado em Vila Viçosa. Na sua terra natal, desde tenra idade que frequentava a farmácia do tio, onde passava horas a ver manipular os medicamentos. Foi com dez anos que começou a trabalhar com o tio, no Redondo e posteriormente, em Vila Viçosa, no Hospital local. Convém relembrar que até ao século XIX, a transmissão dos saberes farmacêuticos efetuava-se através da aprendizagem nas boticas<sup>1</sup>.

Seguiu depois para Lisboa, a fim de concluir os estudos na Faculdade de Farmácia, onde obteve o diploma, com distinção, em 1907.

Importa realçar que a história da farmácia e dos farmacêuticos em Portugal contemporâneo encontra-se intimamente ligada a dois desenvolvimentos que tiveram lugar na sequência do Liberalismo: a criação e consolidação do ensino superior farmacêutico e o fortalecimento do associativismo entre os praticantes da profissão<sup>2</sup>.

António regressou então à Farmácia do Hospital da Misericórdia de Vila Viçosa, já diplomado pela Escola de Pharmácia de Lisboa, com a ambição de criar o seu próprio estabelecimento. Já casado, partiu para Silves onde adquiriu uma farmácia e por onde se manteve durante alguns anos.

Mas, o sonho de regressar ao Alentejo estava sempre presente e regressou à sua província natal, para cumprir o desejo que formulara ainda muito jovem. Numa primeira fase, instalou-se no Alandroal, onde constituiu uma botica, mas também por pouco tempo, já que o seu desejo incidia no regresso a Vila Viçosa.

Com o apoio da família, adquire a loja de um antigo sapateiro que estava à venda, na antiga Rua de Cambaia e cria a sua própria farmácia, sem pressas, sem precipitações e sem anseios de lucro fácil e imediato, mas antes motivado pela vontade em prestar um serviço útil à comunidade calipolense, enquanto homem da ciência<sup>3</sup>.

Para cumprir este objetivo, preocupou-se com o ambiente da farmácia, mas sobretudo com a sua funcionalidade. O mobiliário, feito com madeira de maçaneira, árvore que crescia em Vila Viçosa, foi concebido para as funções que estavam previstas. A frascaria, de vidro amarelo, dita “à francesa” foi importada diretamente da Alemanha, assim como foram importados os bustos dos mais relevantes vultos da ciência, entre os quais se destacam Hipócrates, Esculápio, Galeno, Lavoisier e Buffon, entre muitos outros que decoram as estantes.

Os balcões de atendimento ao público completam o espaço interior da antiga farmácia, onde tiveram lugar muitas tertúlias e convívios sobre medicina e ciência. O teto é sustentado por dois pares de arcadas, com inscrições latinas e chão em mosaico.

---

<sup>1</sup> DIAS, José Pedro Sousa, *A Farmácia em Portugal – Uma introdução à sua história, 1338-1938*, Associação Nacional das Farmácias, Lisboa, 1994, p.55.

<sup>2</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 81.

<sup>3</sup> CANEJO, Saraiva, BENTO, Manuel, MARQUES, Sentieiro, *Interfarma visita: Farmácia Monte – Vila Viçosa*, Revista INTERFARMA, Ano VI, Número 71, Julho de 1989.

António Victor, um Sacerdote da Farmácia, foi um qualificado farmacêutico de oficina e simultaneamente um empresário, muito à frente do seu tempo, que criou uma estrutura que pode ser considerada como um embrião da atual indústria farmacêutica. Deslocava-se frequentemente a Lisboa, sempre movido pelo interesse em conhecer os avanços e desenvolvimentos a nível da ciência farmacêutica e ficar a par das novidades que não chegavam ao Alentejo.

A sua faceta de investigador era frequentemente solicitada pelos médicos da região, com destaque para o Dr. João Augusto do Couto Jardim, que morava na mesma rua e que frequentemente pedia apoio técnico para a resolução dos casos clínicos mais difíceis.

A vida do farmacêutico era passada neste local, por si concebido, onde trabalhava, ensinava e convivia. Os seus ajudantes técnicos aprendiam graças ao seu saber, que generosamente partilhava, mas também às exigências que eram vitais para o funcionamento da Farmácia. Para além das funções farmacêuticas, essenciais para a comunidade calipolense, havia também tempo e espaço para a componente social.

No final do dia, após o jantar, com a Farmácia ainda aberta, aconteciam as tertúlias, frequentadas pelas personalidades de Vila Viçosa, que por aqui permaneciam, em animados diálogos, até altas horas da madrugada<sup>4</sup>.

Essa memória permanece ainda, de forma indelével, nas paredes da Farmácia, assim como o espírito metódico e organizado do seu fundador. E é sobretudo esta história de empenho, dedicação, investigação e trabalho que se pretende transmitir aos visitantes, num futuro próximo, com a criação de um projeto museológico.

### A antiga Farmácia Monte

O espaço da Farmácia propriamente dito, situado na Rua Dr. António José de Almeida (antiga Rua de Cambaia), localiza-se no centro histórico de Vila Viçosa, onde funcionou até 2017.

O edifício propriamente dito, propriedade de D. Maria da Conceição Lima do Monte, é constituído por uma ampla sala, com duas portas de acesso, para a receção de clientes, guarnecida por doze elegantes armários e três mostradores envidraçados, que alojavam uma grande quantidade de drogas e produtos químicos e uma enorme profusão de acessórios e especialidades farmacêuticas, nacionais e estrangeiras. No balcão principal, encontrava-se a máquina registadora, que controlava todos os movimentos.

Ao fundo da sala, as duas divisórias de vidro que indicavam a passagem e os acessos ao Escritório e Laboratório. Neste último, morava a alma da Farmácia.

Alargando sucessivamente a área inicial pela aquisição de prédios confinantes com o edifício original, António Victor do Monte foi instalando e apetrechando sucessivos espaços técnicos (laboratórios), que lhe permitiram aplicar produtiva-

---

<sup>4</sup> CANEJO, Saraiva, BENTO, Manuel, MARQUES, Senteiro, *Interfarma visita: Farmácia Monte – Vila Viçosa*, Revista INTERFARMA, Ano VI, Número 71, Julho de 1989.

mente a ciência farmacêutica num grau que se poderia considerar como industrial. Numa pequena brochura por si editada, em 1938, são deste modo descritos os laboratórios<sup>5</sup>.

### **a) A Farmácia Galénica**

Ocupava duas salas e um anexo. As duas primeiras áreas estavam guarnecidas com os copos e frascaria com drogas, mesas de trabalho e variados utensílios para a preparação de solutos, hóstias, pílulas, óvulos e supositórios, entre outros. O segundo é destinado à lavagem de frascos e garrafas.

### **b) Espaço de operações tecno-farmacêuticas**

Com a sua *hotte*, provida de estufas, autoclave, alambique, maçaricos e outros dispositivos.

### **c) Área das ampolas**

Trata-se de um espaço dotado de todo o material necessário para a preparação de solutos injetáveis: balanças de precisão, máquina pneumática, aparelhos de *Stass* e balões, entre outros instrumentos.

### **c) Área das análises**

Seção abastecida de todos os aparelhos para os fins a que se destina.

### **d) Área dos preparados oficinais**

Possuindo a mais moderna aparelhagem, este espaço incluía maquinaria acionada por eletricidade.

Nesta seção, as máquinas para os comprimidos, para as emulsões, para pastas e pomadas, para encher e fechar bisnagas, reduziam ao mínimo o esforço, ao mesmo tempo que asseguravam um perfeito acabamento a todos os produtos.

Disponha ainda a Farmácia Monte de uma sala de empacotamento, com uma oficina tipográfica anexa, onde se fazia toda a rotulagem e outros trabalhos congêneres para uso próprio e de uma sala de pulverizações, que permitia obter pós em todas as gradações de tenuidade e de armazéns de acessórios e especialidade, drogas, medicamentos, águas minerais e óleos.

O estabelecimento farmacêutico estava apetrechado, talvez como nenhum outro, para dar resposta às variadas solicitações clínicas<sup>6</sup>, na sequência do progresso verificado nesta área. A indústria farmacêutica começou a desenvolver-se em Portugal na última década do século XIX, com a aprovação, em 1892, da pauta aduaneira

---

<sup>5</sup> CANEJO, Saraiva, BENTO, Manuel, MARQUES, Sentieiro, *Interfarma visita: Farmácia Monte – Vila Viçosa*, Revista INTERFARMA, Ano VI, Número 71, Julho de 1989.

<sup>6</sup> CANEJO, Saraiva, BENTO, Manuel, MARQUES, Sentieiro, *Interfarma visita: Farmácia Monte – Vila Viçosa*, Revista INTERFARMA, Ano VI, Número 71, Julho de 1989.

## Farmácia Monte, um Templo da Ciência, em Vila Viçosa

protecionista de Oliveira Martins<sup>7</sup>. A título de curiosidade, uma das primeiras áreas da atividade da indústria farmacêutica portuguesa a desenvolver-se foi a produção de vinhos medicinais<sup>8</sup>, que era também concebida pela Farmácia Monte.

Todo este passado está ainda bem conservado, de forma preciosamente intacta.



Figura 1 – Laboratório – Espaço de operações tecno-farmacêuticas, onde se encontra a trabalhar o Dr. António Vítor do Monte. © Farmácia Monte.



Figura 2 – Laboratório – Área das ampolas. © Farmácia Monte.

<sup>7</sup> DIAS, José Pedro Sousa, *A Farmácia em Portugal – Uma introdução à sua história, 1338-1938*, Associação Nacional das Farmácias, Lisboa, 1994, p.55.

<sup>8</sup> Vide Idem, *Ibidem*, p. 103.



Figura 3 – Laboratório – Área dos preparados oficiais, com destaque para a máquina de encher bisnagas (à esquerda) e as prensas. © Farmácia Monte.



Figura 4 – Laboratório – Área das análises clínicas. © Farmácia Monte.

## Farmácia Monte, um Templo da Ciência, em Vila Viçosa



Figura 5 – Tipografia para a execução dos rótulos dos medicamentos e da frascaria. © Farmácia Monte.



Figura 6 – Zona de atendimento ao público e balcões. © Farmácia Monte.

## **O projeto museológico – Coleção Visitável da Farmácia Monte**

A ideia de criação de uma exposição permanente visitável, no edifício onde outrora funcionou a Farmácia Monte, surgiu na sequência de um conjunto de conversações mantidas com a Família, onde essa hipótese foi abordada, tendo em conta diferentes formatos. Para que o projeto avance, é necessário o beneplácito dos proprietários e do Município.

A ideia é aproximar o visitante da vida quotidiana da Farmácia no início do século XX, num mundo em constante mudanças sociais, políticas e económicas, levando-o a percorrer um universo mágico de coleções únicas, que nos remetem para uma atmosfera genuína e apaixonante, reveladora de antigas histórias e geradora de conhecimentos.

Muito para além de um depósito de objetos, a Farmácia Monte é um depósito de conhecimento. Preservar, investigar as peças e documentos, entendidos como fontes primárias mudas e eloquentes, divulgar os resultados e transmitir as coleções às gerações posteriores, constituem a sua verdadeira razão de ser.

Os testemunhos existentes e felizmente salvaguardados, constituídos por peças utilizadas para a produção de medicamentos, permitem recriar o ambiente original da farmácia e dar a conhecer a forma como eram feitos os medicamentos no início de novecentos. Nas estantes, organizadas de forma criteriosa, encontramos os frascos, com uma caracterização que os torna únicos.

Pretende-se, por esse motivo, criar um espaço de identificação do visitante com a coleção, forjando um espaço cultural que promova o diálogo entre a ciência farmacêutica e os diferentes públicos, através de um fio condutor que promova o conhecimento sobre a produção semi-industrial de medicamentos.

Consideramos que este projeto pode constituir um importante contributo para a reabilitação de um espaço singular e que faz parte integrante da identidade e da história calipense.

O vasto acervo museológico da antiga farmácia constitui um legado muito importante e a concretização desta iniciativa pode assumir-se como elemento dinâmico, onde os objetos deixam de ser inertes para se tornarem peças adequadas e vivas, estimulando a curiosidade pela evolução do conhecimento científico do passado, transformando o projeto numa mais-valia do ponto de vista cultural e turístico.

O que se pretende é dar visibilidade a um antigo espaço onde se salvaguardou um conjunto de testemunhos únicos, que permitem dar a conhecer a história da farmácia e o seu desenvolvimento neste contexto em particular.

A farmácia, além de ser uma profissão e um conjunto de ciências voltado prioritariamente para a preparação de medicamentos e a prevenção da deterioração da saúde pública, também tem uma importante vertente estética. De facto, neste processo há que juntar a beleza dos utensílios e instalações, através dos quais os profissionais puderam exercer o seu trabalho ao longo dos séculos.

Com este projeto de musealização da Farmácia Monte, pretende-se, através da constituição de uma coleção museológica única, permitir a sua fruição pública e



apresentar o panorama da atividade profissional e científica no início do século XX, que é indissociável da história de Vila Viçosa.

Numa memória herdada de uma época em que a revolução industrial iria modificar, como em muitas outras disciplinas, a estética e a dinâmica do mundo farmacêutico. A coleção visitável da antiga Farmácia Monte integra um conjunto de ferramentas farmacêuticas destinadas a alcançar o bem-estar da pessoa e a lutar contra as doenças. Material que vai desde a preparação, manipulação, conservação e venda do próprio medicamento, até útil para análise, coleta de vegetais simples, especialidades classificadas por formas farmacêuticas, publicidade, livros e tabelas de consultório de farmácia.

Contar histórias dos combates à tuberculose, varíola, gripe, poliomielite e sarampo, entre outras, através dos medicamentos utilizados e produzidos segundo algumas receitas originais concebidas pelo proprietário, António Victor do Monte, com acompanhamento clínico do Dr. Couto Jardim, permite perceber a importância da farmácia no interior do Alentejo e do seu papel fundamental na luta contra as epidemias que grassavam por esta região, no final do século XIX e no início do século seguinte.

Pretende-se criar um instrumento de divulgação científica, pois, através da abertura ao público desta excelente coleção, semeando, tanto entre crianças como entre adultos, o interesse pela cultura e pela ciência, e com isso promover a preocupação em aprender e aprofundar o desenvolvimento do conhecimento científico.

O material farmacêutico existente é caracterizado pela abundância e diversidade, o que nos remete para a dinâmica atmosfera de trabalho neste espaço, relativamente à azáfama necessária para a preparação dos medicamentos em grande quantidade. A contemplação deste vasto espólio pode aprofundar o nosso conhecimento sobre os procedimentos farmacêuticos, através das substâncias poeticamente rotuladas nos escuros frascos de vidro.

### Conclusão

Vila Viçosa é uma localidade com um elevado valor patrimonial em diversas vertentes. A componente cultural tem sido desde sempre um vetor de desenvolvimento económico que poderá conhecer um acréscimo considerável com a desejada classificação da UNESCO, enquanto Património Mundial. O turismo cultural tem sido apontado como uma das atividades que poderão contribuir para induzir processos de desenvolvimento em regiões deprimidas, como o Alentejo.

É precisamente isso que, do ponto de vista conceptual, se pretende constituir, com este projeto. O objetivo primordial assenta na possibilidade de constituição de uma coleção visitável, que cumpra requisitos museológicos e que permita a fruição pública.

Considera-se coleção visitável o conjunto de bens naturais e culturais, conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa coletiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afetas e adequadas a esse fim, mas que não reúnam os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que, habitualmente, se atribuem a um museu.

Para uma política de turismo cultural, é indispensável contar com um conjunto diversificado de recursos locais, que, em conjunto, respondam a todas as possíveis solicitações dos visitantes<sup>9</sup>.

Convém realçar que os museus, os monumentos, os equipamentos culturais e as coleções visitáveis podem ser muito importantes como recursos turísticos, mas não devem ser concebidos tendo em atenção um potencial público de turistas, que até pode nunca aparecer. Serão as próprias qualidades dos projetos, a diferentes níveis, que os poderão tornar relevantes e compatíveis com estratégias turísticas de sucesso. É o que se pretende implementar com esta iniciativa.

A antiga Farmácia Monte e a coleção que integra, constitui um testemunho muito bem conservado de um espaço emblemático de Vila Viçosa, no que à saúde diz respeito. A visita a este local permite o contacto com aparelhos e sistemas que foram concebidos por António Victor do Monte para dar uma melhor resposta ao seu labor de farmacêutico e que são reveladores do seu espírito empreendedor<sup>10</sup>. A criação deste projeto configura um equipamento cultural com capacidade para converter-se em dinamizador do desenvolvimento e sustentabilidade do território.

Esta iniciativa pode ser pensada como um elemento de atratividade, em conjugação com outras ofertas culturais existentes no concelho e na região, promovendo conhecimento, debates sociais e diálogos entre as diferentes instituições no entorno da comunidade. Deve estar alinhada com as dinâmicas que se mantêm na sociedade e ser agitadora de consciências contra o saber estabelecido, salientando a importância dos progressos verificados a nível da medicina.

As ilações anteriores são de resumo imediato: a criação de novos projetos museológicos, é uma realidade inofismável que tem como paradigma a atribuição de novos usos ao património e a extensão dos campos de aplicação das funções museológicas, que abre possibilidades para a conquista de novos públicos e para a sua utilização e fruição; o processo potencia a implicação de agentes que participam na sua conservação e preservação e, ao mesmo tempo, permite a sua abertura à comunidade local, aos portugueses e ao mundo, com efeitos positivos na promoção do desenvolvimento local.

A Farmácia Monte e as suas coleções falam por si. Este espaço constituiu uma referência em Vila Viçosa durante o século XX, já que, para além das funções cumpridas em termos farmacêuticos, também tinha uma componente social. Realizavam-se aqui tertúlias políticas e filosóficas, no final de cada dia, onde se reuniam médicos, intelectuais, poetas e escritores. Não se vendiam somente medicamentos: eram aqui concebidos nos laboratórios produtos de drogaria e uma variada gama de cosméticos.

Os objetos científicos e os reservatórios dos produtos farmacêuticos constituem elementos fundamentais para a compreensão do serviço de saúde pública prestado

---

<sup>9</sup> TORRES, João, *Rede de Museus do Sabugal. Memória, história e identidade de um concelho raiano*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [Dissertação de Mestrado em Museologia], 2012.

<sup>10</sup> CANEJO, Saraiva, BENTO, Manuel, MARQUES, Sentieiro, *Interfarma visita: Farmácia Monte – Vila Viçosa*, Ano VI, Número 71, Julho de 1989.

por esta instituição calipolense. O que se propõe é a manutenção deste espaço único, através de uma estratégia que permita uma leitura global dos espaços públicos e laboratoriais.

Numa época em que as interrogações sobre a evolução científica e os seus resultados estão na ordem do dia, olhar para o passado, através das coleções deste local, pode permitir uma melhor compreensão e um mais aprofundado conhecimento sobre o esforço, empenho e dedicação dos profissionais de saúde no combate às doenças. Pretende-se portanto criar uma mensagem aglutinadora e afetiva, criando uma marca identitária.

O interesse pelo património é holístico. Exige uma visão integral que envolva estudo, conservação e valorização, para a fruição e são todas essas funções que este projeto pretende cumprir. Este fator é importante para a qualidade de vida dos cidadãos e para a preservação das identidades culturais, assumindo-se este património como elemento com capacidade para converter-se em polo dinamizador do desenvolvimento e sustentabilidade do território.

Através destas ações, o desenvolvimento deste plano e a sua constituição como base de trabalho para futuras ações pode vir a constituir uma ferramenta no combate à sazonalidade em termos turísticos, permitindo criar mais um equipamento cultural numa zona com grandes oscilações em termos de fluxos turísticos, entre o verão e o inverno.

Propõe-se a realização de um inventário detalhado do acervo farmacêutico, a recolha de informação sobre as receitas dos medicamentos manipulados no interior da farmácia, digitalização dos rótulos dos medicamentos e produtos com o selo da Farmácia Monte, análise e transcrição das receitas relativas aos medicamentos preparados *in loco*, recolha de testemunhos orais sobre o funcionamento da farmácia, com os descendentes ainda vivos, definição de um circuito de visitas no interior do espaço, aos diferentes núcleos, elaboração de um folheto informativo sobre as coleções e os espaços.

Pretende-se, pois, criar um percurso que permita viajar por entre as janelas do tempo, através da exposição dos objetos da antiga farmácia, da partilha e do conhecimento de antigos procedimentos farmacêuticos.

A Farmácia Monte assume-se como uma instituição secular, que possibilitará, no futuro, uma viagem ao passado das ciências farmacêuticas. Pensamos que este projeto poderá constituir uma ferramenta pedagógica muito relevante, não somente para a comunidade escolar do concelho, mas também para o país, na medida em que o seu acervo é único e excecional. O desenvolvimento desta iniciativa permitirá também a salvaguarda deste legado, que corre o risco de se vir a fragmentar.

Sendo esta uma instituição local intimamente ligada à história de Vila Viçosa, o estudo que se pretende desenvolver poderá constituir um argumento válido para permitir que o acervo permaneça na região e possa assumir-se como mais um vetor de atratividade turística, numa região que enfrenta graves problemas como a desertificação demográfica, o abandono gradual do centro histórico e o envelhecimento generalizado da população.

Espera-se portanto recuperar um espaço emblemático para fruição pública e constituir uma ferramenta educativa sobre a ciência farmacêutica, através de uma dinâmica de visitas que permita, também através do retorno dos ingressos obtidos, o investimento numa melhoria contínua da resposta que se pretende dar, através de apoio a investigações, organização de exposições temporárias, realização de conferências e *workshops* e aquisição de equipamentos interativos que possibilitem uma visita mais enriquecedora. Ganha-se, assim, dimensão com um sistema de visitas virtuais, recorrendo a imagem, áudio, vídeo e informação adicional, que permitam navegar de forma interativa através dos espaços e aceder a informações sobre a coleção visitável da Farmácia Monte.

Pretende-se a promoção de uma prática crítica que identifica e questiona as relações e o diálogo entre a cultura, a ciência e a sociedade, através das coleções farmacêuticas, relacionando o avanço científico com os progressos na saúde e na vida quotidiana das populações do interior do país.

O conjunto do património museológico local, que atesoura importantes museus, sob tutela municipal, ganha agora mais força com a musealização da Farmácia Monte. Representa um exemplo expressivo da sinergia de forças, que reuniu a proprietária do edifício, D. Maria da Conceição Lima do Monte, o Dr. Vítor Lopes, detentor do espólio, e a Câmara Municipal de Vila Viçosa.

De tal dinâmica decorre certamente a acertada designação de *Vila-Museu*, numa aliança que se mantém ao longo dos tempos. Enfim, a propósito deste património museológico, cabe recordar que Vila Viçosa, apresenta, numa área relativamente pequena, uma das mais altas densidades de núcleos museológicos, quando comparada com outras vilas e cidades de igual ou superior dimensão geográfica.

## **Bibliografia**

- ANDRADE, Maria Helena Rebelo de (coord.), *Manual do Inventário do Património Museológico da Saúde: Guia Prático, Museu da Saúde*, Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, 2012.
- CANEJO, Saraiva, BENTO, Manuel, MARQUES, Sentieiro, *Interfarma visita: Farmácia Monte – Vila Viçosa*, Revista INTERFARMA, Ano VI, Número 71, Julho de 1989.
- DIAS, José Pedro Sousa, *A Farmácia em Portugal – Uma introdução à sua história, 1338-1938*, Associação Nacional das Farmácias, Lisboa, 1994.
- DIAZ, M.T. López: *La Farmacia y el Arte de Curar: Exposición*. Sevilla, Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1999.
- RAMOS, Carrillo A. e RUIZ, Altaba R. *Museo de Historia de la Farmacia de Sevilla*, revista Farmacia Hispalense, junio 2014.

**Agradecimentos** – Maria da Conceição Lima do Monte, Dr. Vítor Lopes, Dr.<sup>a</sup> Inês Borrões.

# As Inscrições, o Mestre Construtor e o Castelo do Alandroal

---

Luís Faria

**Resumo:** apresentam-se e analisam-se as inscrições e a obra de arquitetura do castelo do Alandroal, de finais do século XIII, cujo mestre construtor era muçulmano. Como novidades principais dá-se a conhecer uma lápide inscrita referida pela última vez no século XVIII, descrevem-se as entradas em cotovelo do alcácer típicas da arquitetura militar muçulmana e que foram posteriormente desfiguradas, e apresenta-se uma nova cronologia para a construção do castelo baseada na documentação, nas inscrições e na análise da planta da povoação.

**Palavras-chave:** inscrições medievais; mestre construtor muçulmano; arquitetura militar medieval.

## Introdução

Uma réplica da lápide com a chamada inscrição do Alandroal, cujo original do século XIII se conserva no castelo, foi incluída na exposição *Guerreiros e Mártires. A Cristandade e o Islão na formação de Portugal* do Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) em 2021. Integrava o seu núcleo final intitulado *Identificação de um país*, que abordava, nas palavras dos seus coordenadores científicos, “A construção de uma nova nação e os ecos, cada vez mais difusos, do passado”.

A inscrição do Alandroal começa por transcrever, em caracteres portugueses, a divisa do reino muçulmano de Granada, oferece depois, em prosa rimada, uma tradução livre dessa divisa para português e termina identificando, na primeira pessoa, o mouro Calvo com o mestre construtor do castelo.

Vários estudos realçaram a importância e singularidade dessa inscrição. Os primeiros foram os de Leite de Vasconcellos (1), coligindo também os de António Rei (2) e Mário Barroca (3) trabalhos anteriores. O de Fernando Correia (4), na história de 2019 *Portugal, uma retrospectiva*, valoriza-a em conjunto com as soluções cons-

trutivas que o mestre construtor e autor da inscrição escolheu para o castelo. No texto de Santiago Macias e Cláudio Torres do catálogo da exposição do MNAA (5) a inscrição é apresentada como “um dos exemplos derradeiros de afirmação de uma comunidade [a muçulmana] que, aos poucos, se apaga[va] das paisagens do sul.”

Outras inscrições existem no castelo, contemporâneas daquela. São referidas, juntamente com a primeira, num registo feito em 1541 no exemplar do foral manuelino do Alandroal que pertenceu à Ordem de Avis (6) e são também mencionadas no *Diccionario Geografico* (7), nas *Memórias Paroquiais* (8), nos trabalhos de Leite de Vasconcellos já citados e mais recentemente no *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora* (9) e na *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)* (10), onde exaustivamente se descrevem as diversas tentativas da sua leitura e a sua relação com a epigrafia e a arquitetura militar medieval portuguesa.

As inscrições destacam a intervenção do comitente/dono da obra e do mestre construtor, ou alarife, na obra de edificação do castelo. O primeiro encomendou-a e financiou-a e o segundo imaginou-a, projetou-a e dirigiu-a, participando também em tarefas específicas (11). Em geral os mestres tinham liberdade para assinar o seu trabalho (12), mas decisões finais sobre projetos e obras estavam limitadas pelo comitente, que podia ser muito exigente e específico (13).

O comitente era a Ordem de Avis, representada pelo seu Mestre, que tomou a decisão da construção em 1296 e a iniciou em 1298, menos de setenta anos depois da região ter sido conquistada e no contexto do tratado de Alcanizes (1297).

O mestre construtor era muçulmano. Em Aragão e Castela estes mestres são conhecidos, tendo uma posição social próxima do poder. Em Portugal este parece ser até agora caso único (14).

São eles, comitente e mestre construtor, os autores dos textos das inscrições, ou alguém deles próximo os redigiu. Dessa forma exprimem, sem intermediários, como a obra foi entendida pelos seus criadores e principais intervenientes.

Neste trabalho apresentam-se novidades e novas análises e interpretações sobre as inscrições do Alandroal, o mestre construtor, a obra de arquitetura e a sua relação com as inscrições, abordando-se também as outras questões a que se aludiu.

## **As inscrições**

### **A chamada inscrição do Alandroal**

A lápide replicada na exposição do MNAA está no torreão direito da porta norte do castelo, do lado de fora. Segue-se a transcrição de Leite de Vasconcellos (15), que se confirmou:

LEGALI : BI : IL : ILLALLA : DEOS:  
E : E DEOS : SERA : POR : QUEN : EL  
FOR : ESE : UENCERA : EU : MOURO : C  
ALUO : FOI : MAESTRE : DE FAZER : ES<sup>T</sup>  
<sup>E</sup>CASTELO : DE LANDROAL

Afirma depois: “A primeira frase é uma sentença árabe, visto que o mestre da obra era Maometano: tem notável o estar transcrita em letras portuguesas, e creio ser isto entre nós caso único por ora”. E em nota acrescenta: “o ilustre arabista Dr. David Lopes notou-me que a sentença *le galibi il ill’ Alla* era a divisa dos reis de Granada: *la galib illa Allah*, isto é, “não vencedor senão Deus”.”

Essa divisa fixou-se no reinado de Muhammad I (1237 – 1273) e aparece profusamente nos palácios e noutros lugares do reino de Granada; fora desse território, nomeadamente em Portugal, há exemplos da sua utilização. Para Virgílio Martínez (16), os mestres e artistas muçulmanos dos reinos peninsulares usavam a divisa nas suas obras pois Granada representava, para eles, um modelo artístico e a última referencia de poder. Pablo Gumiel (17), embora analise o período mais tardio de Pedro I de Castela, relaciona a difusão da divisa em Castela com o afluxo de arquitetos e construtores granadinos que aí vieram trabalhar.

No entanto a inscrição do Alandroal continua a ser a única conhecida em que a divisa do reino de Granada aparece escrita em letras portuguesas.

Leite de Vasconcellos nota que a segunda frase – Deus é, e Deus será por quem ele for, esse vencerá – é em prosa rimada; para Filomena Barros (18) seria a tradução para português da divisa dos reis de Granada. Não sendo uma tradução literal, adequa o sentido da divisa ao contexto de muçulmanos a viver num estado cristão e transmite-o através de uma frase em rima cuja qualidade revela o nível cultural do autor.

A terceira e última frase – Eu mouro Calvo foi (fui) maestre de fazer (dirigi a construção d’) este castelo de Landroal (inseriram-se os comentários de Leite de Vasconcellos) – está escrita na primeira pessoa: o mestre construtor Calvo é o autor do texto da inscrição e refere-se a si próprio como mouro com orgulho evidente.

A lápide é em mármore com letras em relevo. A síntese de Ana Labarta (19) relativa à epigrafia árabe no *Garb al-Andalus* mostra que a utilização desse tipo de letra é comum e exclusiva se a lápide for em mármore, sendo o texto gravado reservado às lápides em materiais menos nobres. Em contraste, a maioria (mais de 95%) das inscrições medievais portuguesas (20) têm as letras gravadas, independentemente do material utilizado.

Túlio Espanca (21) propôs uma leitura da inscrição em que o nome do mestre construtor é Galvo em vez de Calvo. A fotografia abaixo da lápide, em que se pode comparar a primeira letra do nome do mestre com o G de LEGALI e os Cs de UENCERA e de CASTELO, mostra que é a leitura de Leite de Vasconcellos que está correta.

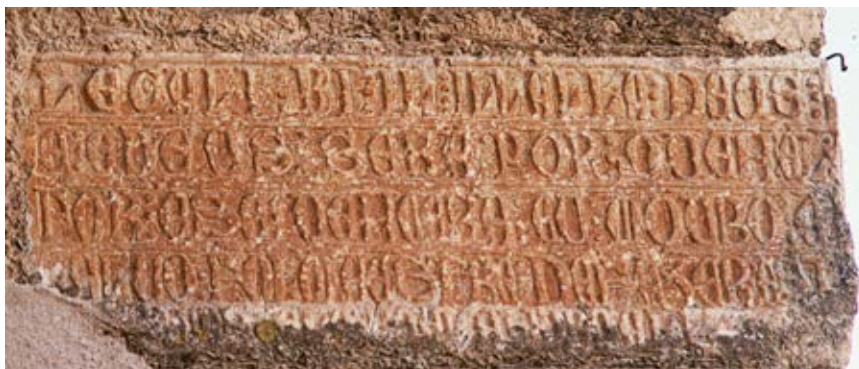


Figura 1 – A inscrição do Alandroal. [Fotografia do autor]

A última nota de Leite de Vasconcellos sobre esta inscrição acrescenta “que o elemento *il* [terceira palavra da primeira frase], que não entra na divisa do rei granadino, talvez seja devido a erro do lapicida, por causa do começo de *ill(a)*”. Posteriormente outras opiniões foram dadas sobre esse erro, sugerindo que se podia estar perante uma deformação intencional da divisa *la galib illa Allah* por parte do mestre Calvo (22).

Esta questão pode ser melhor esclarecida considerando uma outra inscrição existente no castelo com texto semelhante.

### A segunda inscrição do Alandroal

O *Diccionario Geografico* do século XVIII e as *Memórias Paroquiais* do Alandroal dão conta de uma lápide existente na torre de menagem com texto semelhante ao anterior. Embora não tenha sido referida pelos autores que modernamente descreveram as inscrições, ela lá permanece, parcialmente tapada pela parede da igreja como se vê na fotografia seguinte,



Figura 2 – A segunda inscrição do Alandroal. [Fotografia do autor]



## As Inscrições, o Mestre Construtor e o Castelo do Alandroal

e aqui se transcreve

B : ILA    LLA : DEU  
EUS : SERA : POR :  
FOR : ESEUENCER  
OURO : FOI : MEES  
ZER : ESTE : CAST  
LANDROAL :

Comparando a segunda e terceira linhas com o texto da lápide anterior nota-se estarem ocultas sete colunas, podendo a primeira linha, que perdeu dois caracteres, a segunda e a terceira serem:

número de letras ocultas	número de separação de palavras por pontos	número de separação de palavras sem pontos	total	
6	0	1	7	LA GALIB : ILA : ALLA : DEU
4	2	1	7	S : E : E DEUS : SERA : POR :
6	0	1	7	QUEN EL FOR : ESEUENCER

o que confirmaria a sugestão de Leite de Vasconcellos: o elemento *il* incluído na primeira frase da lápide anterior deve-se a erro do lapicida.

Se se tentar reconstituir o resto do texto encontra-se um problema na quarta linha, onde há divergência com o texto da inscrição anterior:

LA GALIB : ILA : ALLA : DEU  
S : E : E DEUS : SERA : POR :  
QUEN EL FOR : ESEUENCER  
A ? MOURO : FOI : MEES  
TREDEFAZER : ESTE : CAST  
ELO : DE LANDROAL :

É necessário levantar o estuque que cobre a lápide dentro da igreja para compreender o texto e ter a certeza da totalidade da transcrição.

Note-se ainda que, embora os textos das duas lápides sejam semelhantes, há diferenças entre a ortografia das duas inscrições, tanto no texto da divisa como no texto português.

Estas inscrições serão denominadas inscrição 1 e inscrição 2.

## A decisão da construção do castelo e as inscrições da Ordem de Avis

Nos trinta anos que medeiam entre 1288 e 1318 ocorreu, com D. Dinis (1279-1325), um momento ímpar na arquitetura militar portuguesa, quer pelo grande volume de obra de construções novas e reformas em fortificações, quer pelo curto espaço de tempo em que se concentrou (23). Para tal foi necessário:

- um projeto político claro;
- uma situação socioeconómica favorável;
- comitentes esclarecidos, capazes de desenvolverem as obras com persistência e vigor;
- mestres construtores de alto nível, capazes de imaginarem e projetarem as fortificações, e de dirigirem e participarem nas diferentes etapas das obras;
- operários organizados, especializados e com domínio das tecnologias.

O projeto político existiu. D. Dinis seguiu uma política de nacionalização coerente e determinada, onde sobressaem os sistemas defensivos subordinados ao monopólio régio de construir ou permitir a construção de fortificações ou obras militares (24). Citando José Mattoso (25): “Foi D. Dinis quem mais contribuiu para a transformar [a fronteira de Portugal] numa linha contínua, sujeita à vigilância de uma sequência de castelos que ele mandou construir ou restaurar com infatigável perseverança, segundo um programa, provavelmente bem consciente, de estabelecimento definitivo dos limites espaciais do reino. O tratado de Alcanizes foi o coroamento desta política.”

Esses castelos estavam sempre associados a povoações, satisfazendo o desejo dos seus habitantes se protegerem contra tropas inimigas e bandos errantes. O forte isolado em posição estratégica, ocupado permanente ou temporariamente por uma guarnição, não existiu nesta campanha (26). Diz José Pizarro (27) que “talvez nunca como no reinado dionisino o binómio povoamento-defesa tenha encontrado uma articulação tão perfeita”.

Entre Juromenha e a foz do Lucefecit a fronteira de Portugal era definida pelo rio Guadiana, que delimitava igualmente o termo de Juromenha (28), doado em 1237 à Ordem de Avis depois da conquista definitiva da região. Nos seus limites há notícias da vila do Alandroal a partir de meados do século XIII (29).

A 22 de Outubro de 1296 tem aí lugar uma reunião para acertar a construção do castelo da vila, pedido pelo concelho ao Mestre de Avis, e descrita no documento transcrito em apêndice (30).

Da parte da Ordem de Avis estão presentes o Mestre, o Comendador-Mor, o Comendador do Alandroal, outros cinco comendadores e *peça* doutros freires. Da parte do concelho estão quatro alcaides (magistrados), sete tabeliães (notários) e *peça* de homens-bons.

Começa por se fazer a demarcação da muralha, indicando as casas dos moradores por onde deve passar e o número de portas da cerca com as torres de proteção.

O objetivo explícito do concelho era terem *castelo a que s'acolesem*. Mas o

prestígio que a muralha constitui também é evidente quando se especifica que *a de seer o muro tanto come o do castelo de Vila Viçosa*.

O financiamento da obra é seguidamente detalhado: *o conchelo do Alândroal deuê pagar a adua a o mestre deste sam Martinho primeiro que vê a X anos assy como pagavã a el Rey en Vila Viçosa*, sendo a penalidade por não pagamento, ou não construção do castelo, dois mil maravedis. Repete-se a referência à vila vizinha, cujo concelho estava sujeito ao rei.

Finalmente são indicados três indivíduos para prosseguir com a edificação do castelo e com autoridade para alterar a demarcação da muralha (31).

Ressalta do documento uma impressão de prosperidade e emulação do concelho vizinho, em concordância com o período de crescimento demográfico e intensificação das atividades económicas que ocorreu na segunda metade do século XIII (32).

O comitente/dono da obra era o Mestre de Avis D. Lourenço Afonso, homem de confiança de D. Dinis (33). Ao longo do seu mestrado, de 1296 a 1310, desenvolveu uma notável atuação de construção e reforma de fortificações, de que existem testemunhos epigráficos no Alandroal, em Veiros e em Noudar. Sabe-se também que esse esforço construtivo se traduziu no endividamento da Ordem pois, em diploma de 1319, D. Dinis quitaria todas as dívidas que D. Lourenço Afonso contraíra com as obras nesses três castelos (34).

A inscrição que expõe a atuação e o propósito do Mestre de Avis no castelo do Alandroal, inscrição 3, está na face ocidental da torre de menagem, hoje parede de uma sala da igreja matriz. Segue-se a transcrição de Leite de Vasconcellos (35), que se confirmou:

: ERA : DE : MIL : E : CCC : E : XXXUI : AN<sup>o</sup>  
: XXIII : DIAS : ANDA <sup>(cruz)</sup> DOS : DE : FEUEREIRO  
: FEZ : ESTE : CASTELO : DON : LOURENCO AFONSO :  
: MAESTRE : DAUIS : A : ONRA : E : A SERVIÇO : DE : DEUS  
: E : DE : SANTA : MARIA : SA : MADRE : E : DA SA ORDEN : E :  
: DO : MUI : NOBRE : SENOR : DON : DENIS : REI : DE :  
: PORTUGAL : E : DO : ALGARUE : REINANTE : EN :  
: AQVEL : TENPO : E A DEFENDEMENTO : DOSE  
: US : REINOS : SALUA <sup>(ornato)</sup> TOR : MUNDI : SALUA : ME :

Isto é: “Era de mil e trezentos e 36 anos, 24 dias andados de Fevereiro, fez este castelo Don Lourenço Afonso, maestre d’Avis, a onra e a serviço de Deus e de Santa Maria sa madre, e da sa orden e do mui nobre sen(h)or Don Denis, rei de Portugal e do Algarve, reinante en aquel tenpo, e a defendemento do’ seus reinos. *Salvator mundi, salva me*”.

A inscrição tem os caracteres gravados e é datada pela Era Hispânica, correspondendo a 1298 = 1336 – 38. Em notas, Leite de Vasconcellos acrescenta um conjunto de comentários sobre formas antigas de português nela utilizadas e lista os erros de ortografia.

Para Túlio Espanca (36) esta é a lápide fundamental do castelo. Mário Barroca (37) faz uma análise detalhada da inscrição e das leituras anteriores, elogia a qualidade da mancha gráfica, dos traços de suporte e dos símbolos gravados (ao centro cruz de Avis em cima e vieira em baixo e, nas extremidades da sétima linha, duas vieiras idênticas à primeira não indicadas) e sugere, para o lapicida, familiaridade com o latim e filiação geográfica e cultural no *atelier* de Coimbra.

O duplo caráter religioso e militar das ordens militares é manifesto na inscrição: o Mestre de Avis dedica o castelo, uma construção militar, a Deus e à Virgem Maria. A associação da Virgem às ordens militares é conhecida e comum no ocidente (38).

A inscrição também transmite a proximidade e sintonia entre o Mestre D. Lourenço Afonso e o monarca de Portugal: a construção do castelo insere-se no plano de defesa do reino.

O texto termina com o voto religioso *Salvator mundi, salva me*.

No eixo de simetria da porta norte do castelo, do lado de fora, existe outra inscrição da Ordem de Avis, a inscrição 4, que se mostra na fotografia da figura 3 e depois se transcreve na figura 4.

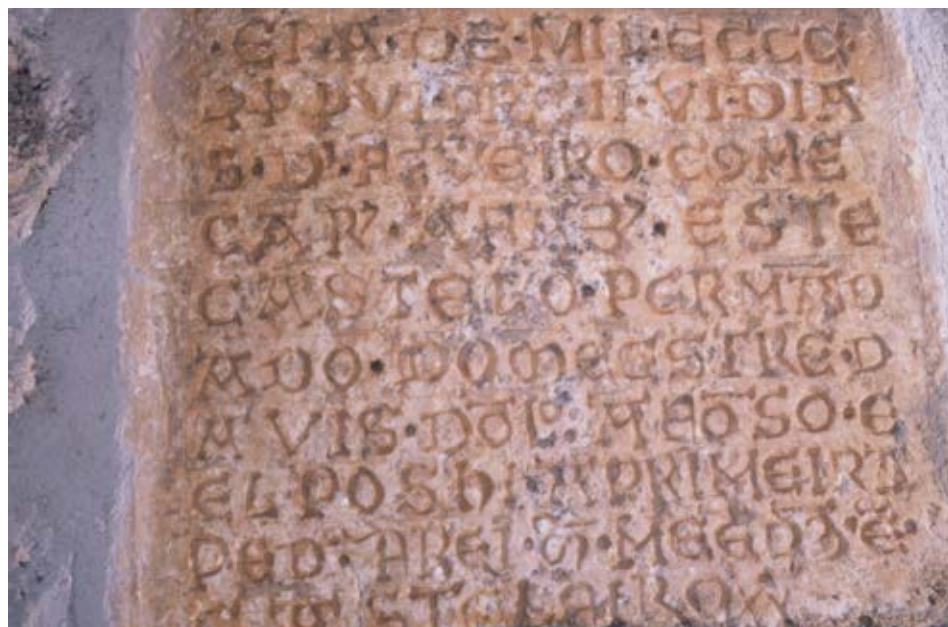


Figura 3 – A inscrição 4 na porta norte do castelo. [Fotografia do autor]

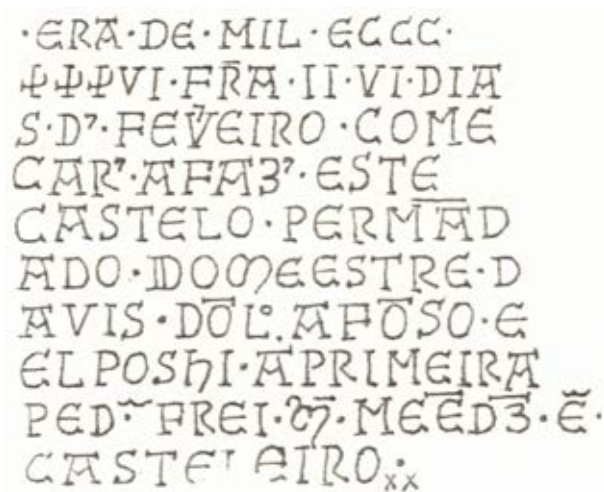


Figura 4 – Transcrição da inscrição 4.

Isto é: “Era de mil e trezentos trinta e seis, f(e)r(i)a segunda, seis dias d(e) Fev(er)eiro começar(am) a faz(er) este castelo per ma(n)dado do Meestre d’Avis, Do(m) L(ourenço) Afo(n)so e el pos hi a primeira ped(ra). Frei M(artim) Mee(n) d(e)z e(ra) casteleiro”.

Esta inscrição tem tido várias leituras. A que se apresentou coincide genericamente com a de Manuel Branco (39).

A inscrição assinala a data de começo das obras do castelo, numa cerimónia em que o Mestre/comitente lança a primeira pedra, um ano e quatro meses depois da reunião com o concelho que acertou a sua construção. O texto não é da sua autoria, como se nota na referência ao casteleiro; esta é feita no pretérito, indicando redacção posterior ao evento.

Tal como na inscrição anterior, o ano corresponde a 1298 e os caracteres são gravados; mas a qualidade epigráfica é inferior, com muitas abreviaturas e letras com desenho e dimensões mais irregulares.

Rafael Cómez estudou, num livro famoso, os mestres construtores da Espanha medieval. Eram profissionais cultos e sofisticados (para além de arquitetos, eram consumados engenheiros e matemáticos) que pertenciam às camadas dominantes da sociedade e nela gozavam de grande prestígio. Inicialmente conheciam e exerciam todas as atividades do processo construtivo, mas com a especialização da profissão, progressivamente, essa condição foi-se alterando. A organização gremial de que faziam parte inspecionava e garantia a qualidade dos arranjos urbanísticos e das construções, tanto civis como militares, e ascendia certamente ao mundo islâmico, onde os ofícios da construção estavam desde há muito regulados e estruturados.

A participação de muçulmanos na construção enquanto profissionais qualificados, mestres construtores ou alarifes, é conhecida em Aragão e Castela. Ao serviço dos soberanos, do alto clero e das ordens militares e religiosas, numerosos artistas e mes-

tres mudéjares intervinham em edificações militares e em construções civis e religiosas, deixando inscrições onde expressavam a autoria dessas obras. Existem também exemplos de mestres aragoneses que, no início do século XV, incluíam nessas inscrições as suas convicções religiosas, mas utilizando caracteres árabes (40).

Em Portugal a pedra consigna a memória de apenas um desses responsáveis mudéjares, o mestre Calvo no Alandroal (14), (18). Descrevem-se seguidamente as outras inscrições da sua lavra existentes no castelo, antes de se analisar a fortificação por si projetada e cuja construção dirigiu.

### **As outras inscrições do mestre construtor**

Existe outra lápide no exterior da muralha, na parede sul da torre mais oriental do castelo, a torre da cadeia, hoje visível numa sala do segundo piso da cadeia setecentista. Reproduzida na fotografia da figura 5, apresenta na parte superior os símbolos da Ordem, cruz florenciada, duas aves aludindo a Avis e dois grilhões ou *trabas* orientados para o centro da cruz ao modo de Calatrava; na parte inferior a inscrição “Mouro me fez” (inscrição 5). Os símbolos e os caracteres são em relevo.



Figura 5 – A inscrição 5 na lápide da torre da cadeia. [Fotografia de Frederico Alves]

Inscrições que incluem um nome e a menção, muitas vezes em latim, “me fez” são comuns em igrejas e objetos artísticos na Europa medieval e colocam o seguinte problema: o nome é o do comitente ou o do artista/mestre?

Segundo Émilie Mineo (41), a partir do século XII o artista começa a sair do anonimato, o seu estatuto social evolui e procura emancipar-se dos restantes trabalhadores manuais; o nome na inscrição passa a ser preferencialmente o do artista/mestre e a expressão “me fez” passa a indicar a realização material da obra e não a sua encomenda.

No Alandroal a questão da autoria do castelo do século XIII é iluminada pela profusão de inscrições existentes: o comitente/dono da obra afirma que “fez este castelo D. Lourenço Afonso, mestre de Avis” (inscrição 3), o mestre construtor/arquiteto declara que foi “mestre de fazer este castelo do Landroal” (inscrições 1 e 2) e a objetiva inscrição 4 informa que “começaram a fazer este castelo por mandado do Mestre de Avis, D. Lourenço Afonso, e ele pôs a primeira pedra”.

A inscrição 5 está associada ao mestre construtor e a palavra que antecede a menção “me fez” não é o seu nome, mas a sua identidade moura, pelos vistos para ele neste caso mais significativa. O comitente/dono da obra também está presente na lápide através dos símbolos da Ordem de Avis.

Note-se que na inscrição 2, que espera uma transcrição completa por estar parcialmente tapada, também é possível que apenas a condição de muçulmano do mestre construtor seja mencionada e não o seu nome.

À entrada da torre de menagem, na sua face leste, está a inscrição 6 (figura 6), com tipo de letra análogo ao das inscrições 1, 2 e 5 e em relevo, todas associadas ao mestre Calvo. Segue-se a transcrição de Leite de Vasconcellos (42), que se confirmou:

QVANDO : QVISERES : FAZE  
R : ALGUA : COUSA : CATA : OQUE  
TE : EN : DEPOIS : UERA : EQUEN : DET  
I : FIAR : NONO : ENGANES : LEALDADE  
UENCE : TODALAS : COUSAS

Isto é: “Quando quiseses fazer algũa (no texto sem til) cousa, cata (procura) o que te en (d’isso) depois vêrá (no texto sem til; virá, acontecerá); e quem de ti fiar, nono enganes: lealdade vence toda’las cousas”, em que se inseriram entre parenteses as notas de Leite de Vasconcellos. Observa também que “nono = no’no = não no e que assim se diz ainda hoje, sem claro nasalamento, na língua popular do Norte e da Beira (propriamente: nu’no)”. Sobre a inscrição, comenta: “Os nossos antigos eram muito sentenciosos no seu dizer; aqui temos um bom exemplo d’isso”.

Na secção “O castelo e as inscrições” propor-se-á uma explicação para esta inscrição.





Figura 6 – A inscrição 6 na verga da porta da torre de menagem. [Fotografia de Stephan Bentke]

## O castelo do Alandroal

### Considerações gerais

Orlando Ribeiro esquematizou desta forma as vilas medievais do Alto Alentejo, que tantas vezes ocupam sítios alcandorados (43):

- castelejo que ocupa geralmente o lugar menos acessível, em posição extrema relativamente ao conjunto da aglomeração fortificada;
- torre de menagem que tanto pode ocupar o centro como um dos extremos do castelejo, sendo esta a posição mais comum;



- circuito de muralhas, às vezes com uma porta única, outras com várias, defendidas sempre por torreões arredondados ou quadrados. Há sempre uma porta principal, o acesso nobre da vila, outras portas secundárias destinadas a facilitar os homens e bestas que, findo o trabalho do campo, buscam abrigo e repouso; algumas dão acesso fácil a fontes, as “portas da traição” permitiam surtidas das guarnições ou mesmo o abandono sub-reptício da praça.

As inovações góticas introduzidas nos castelos portugueses a partir de 1288 pelo movimento de reformas de D. Dinis a que já se aludiu, foram elencadas assim por Mário Barroca (44):

- as portas passam a estar enquadradas por um ou dois torreões;
- nas muralhas, multiplicação do número de torreões adossados, distantes entre si oito a quinze metros, com plantas retangulares, exceto no Alentejo onde são semicirculares;
- no adarve, ou caminho de ronda, melhoria das condições de defesa e de circulação: merlões mais largos que altos abrigando uma seteira e escadas de acesso adossadas em vez de pedras fincadas;
- introdução da planta poligonal nas torres de menagem e seu posicionamento junto das muralhas, em vez de se erguerem no centro do pátio, isoladas das muralhas; a nova localização mais comum é junto à porta de entrada;
- aparecimento e difusão dos mecanismos de tiro na vertical, machicoulis e balcões com matacães;
- aparecimento de inscrições que revelam o nome dos arquitetos, ou mestres construtores especializados, responsáveis por essas reformas;
- as inovações do castelo gótico ficarão completas com as barbacãs extensas, que apenas surgem em Portugal a partir dos meados do século XIV e que são sobretudo características das reformas do século XV.

Anteriormente, no sul muçulmano da península, durante a dinastia Almóada (1147-1212), assistiu-se a uma renovação da arquitetura militar de que Magdalena Valor e Avelino Gutiérrez (45) sintetizam as inovações principais:

- portas com entrada em cotovelo;
- torreões de muralha com planta poligonal de mais de quatro lados;
- circuitos de muralhas duplos concêntricos (barbacãs) com fossos inundados;
- acessos à água protegidos (couraças).

As inovações prosseguiram no reino muçulmano de Granada, a partir de 1232:

- as entradas em cotovelo são aperfeiçoadas, passando a ter dois ou três cotovelos;
- as portas tornam-se monumentais;
- a torre de menagem, edifício central de grandes dimensões, é integrada nos castelos urbanos.

Algumas destas soluções foram posteriormente incluídas nas fortificações cristãs.

## A vila do Alandroal

O Alandroal parece ser uma daquelas “povoações nascidas de modo accidental, por assim dizer, espontâneo e insensível” (46) cujo principal estímulo é a ocupação agrária da terra. O nome conserva lembrança da flora primitiva (baseia-se no nome da planta loendro) e não é recente, tendo origem no latim tardio (47). Situa-se numa região abundante de águas e o seu núcleo primitivo assenta naturalmente numa pequena plataforma de xisto.

Tem uma estrutura urbana típica: planta alongada com rua central, além da qual se constituiu um arrabalde antigo, no prolongamento do mesmo eixo (48). A rua central do núcleo primitivo denomina-se rua do Castelo e o arrabalde que se constituiu no seu prolongamento, em acentuado desnível, designa-se por Arrabalde, com a rua Grande, hoje Alexandre Herculano, como eixo principal. As duas ruas são paralelas, como se pode observar na planta da figura 7, na direção das hortas e pomares a sudoeste da vila, ao longo da ribeira de Alandroal.



Figura 7 – Planta do Alandroal, adaptada da Planta A.0.1, Anexo 1.3 de Cláudia Manso (54).

1. Fonte da vila; 2. Rua Teófilo Braga, antiga rua da Mata; 3. Rua do Castelo; 4. Rua Alexandre Herculano, antiga rua Grande; 5. Vila muralhada; 6. Torre de menagem; o dígito 6 localiza o quintal da paróquia; 7. Castelo ou alcácer dos freires; 8. Torre da cadeia.

A leste e próximo (40 m) do núcleo primitivo situa-se a fonte da vila, cujas águas regavam as hortas contíguas ao Arrabalde.

A nordeste, na direção de Vila Viçosa, formou-se posteriormente o arrabalde da Mata (49), cujo nome português evoca o bravio da vegetação (50). O seu eixo principal era a rua da Mata, hoje Teófilo Braga.

Na reunião de 1296 entre o Mestre, comendadores e outros freires da Ordem de Avis e os magistrados, tabeliães e homens-bons do concelho fez-se a demarcação inicial do circuito de muralhas, descrita no documento em apêndice. Começou na traseira das casas de *Estevã Domingues*, tabelião do Alandroal presente na reunião, e prosseguiu no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, encerrando as casas de quatro moradores.

Passou depois *per antre Dou Durã e Martim Simoez e per antre Johã Duraez e Domingo Mateu*, ficando duas dessas habitações fora da cerca: como se disse, a periferia da plataforma onde o núcleo da vila assenta sofre a sudoeste um desnível acentuado e, seguindo a muralha a curva de nível, essas casas ficariam no Arrabalde.

A seguir o circuito incluiu o *adro uedro*. O nome é o de um largo de igreja, situado geralmente em frente da fachada, mas às vezes na sua entrada lateral (51). Sabe-se que em 1262 a igreja estava em construção pela Ordem de Avis (52) e esta referência a um adro velho indica que haveria um templo anterior, cujo adro se situaria a sul da matriz atual, onde é hoje o quintal da paróquia.

Dirigiu-se depois para o canto de uma tapada de horta, das já referidas hortas do Arrabalde irrigadas pela água da fonte, e terminou junto ao campanário, *como se iunta a deuisom primeyra*.

Este traçado podia ser alterado se os encarregados de prosseguirem com a edificação do castelo *entederẽ que e mester de o chegarẽ mais cõtra a fonte sobirem as deuisaçoens asuso*.

A demarcação não refere casas ou ruas no arrabalde da Mata. Menos de cem anos depois está urbanizado, pois é na rua da Mata que se trava um combate entre apoiantes do Mestre de Avis, comandados pelo alcaide do Alandroal e tropas do alcaide de Vila Viçosa, descrito na Crónica de D. João I (53).

Executados no final da primeira década do século XVI, os desenhos do *Livro das fortalezas* de Duarte de Armas (54) mostram uma vila que extravasou do núcleo amuralhado para os dois arrabaldes.

Na figura 8, *O Alandroal tirado natural, da banda do sul*, adivinha-se à esquerda ao fundo, pelo alinhamento das casas, a rua Grande, e nota-se o grande número de tapadas de hortas e de oliveiras do Arrabalde, irrigadas pela fonte da vila. Esta poderá estar representada à direita, em primeiro plano (55), embora a localização não seja precisa. A sua abundância de águas é comprovada pela extensão da lagoa, aos pés do castelo; dela emergem plantas, sinal de pouca profundidade.

Na figura 9, *O Alandroal tirado natural, da banda do norte*, sobressai a rua da Mata, no arrabalde com o mesmo nome. Dentro das muralhas nota-se a igreja construída no século XIII, anterior ao castelo, com a orientação tradicional a leste, mas sem o campanário referido na demarcação. Este poderia estar relacionado com o templo anterior e já ter sido demolido quando o desenho foi feito.

Segundo o *Numeramento* de 1532 havia na vila 284 fogos (1136 habitantes (56)), dos quais 26 intramuros (57).

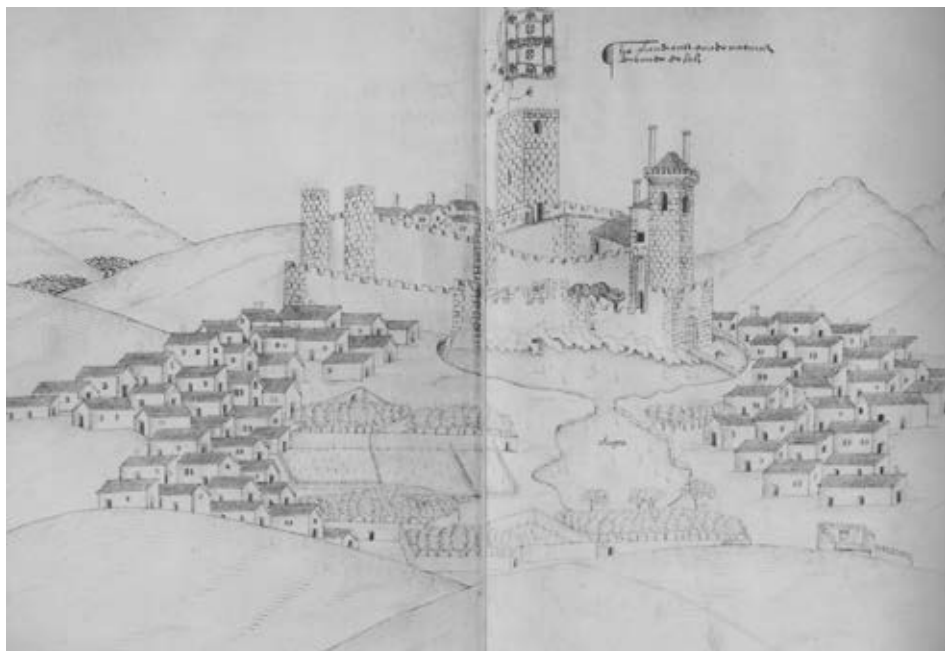


Figura 8 – Duarte de Armas, *O Alandroal tirado natural, da banda do sul.*

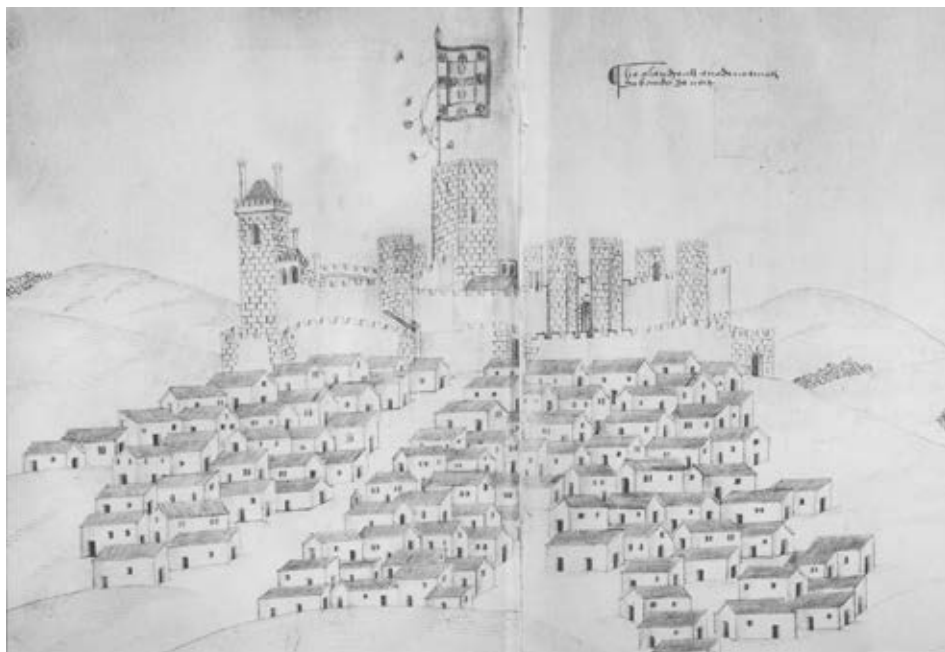


Figura 9 – Duarte de Armas, *O Alandroal tirado natural, da banda do norte.*

## Muralhas, torres e portas do castelo

Sabe-se pela inscrição 4 que o lançamento da primeira pedra do castelo do Alandroal se deu em 1298. A muralha exterior ficou a contornar a plataforma de xisto alongada e ligeiramente elevada onde o núcleo primitivo da vila assenta, tendo um trajeto irregular, com ângulos salientes e reentrantes para se adaptar ao limite da plataforma rochosa, nalguns casos visível debaixo da muralha. O seu perímetro mede cerca de 335 metros e encerra uma área de uns  $\frac{3}{4}$  de hectare, ocupando o castelejo o extremo oriental.

A alvenaria utilizada é composta por pedras de xisto de maior e menor tamanho, extraídas no local, ligadas por argamassa e dispostas em fiadas finas e grossas alternadas, de espessura constante de aproximadamente 6 e 12 cm. A regularidade do aparelho em fiadas é notável, típica da alvenaria do sul muçulmano da península (58). Outra constatação: todas as superfícies dos panos de muralha ou das torres são planas; apenas existem zonas arredondadas nas concordâncias entre panos que se intersejam obliquamente.

Com uma espessura média de 2,5 m, a muralha suporta um adarve, ou caminho de ronda, com parapeito exterior que comporta seteiras regularmente espaçadas e onde se apoiam merlões de secção quadrada com capacete piramidal (59), característicos das fortificações almóadas (60).

Há sete torreões adossados à muralha mais duas torres de maiores dimensões. Os torreões têm plantas retangulares com dimensões todas diferentes, mas próximas de 3,5 x 4,5 m<sup>2</sup>, e são maciços até à altura do adarve. Nesse nível uma câmara abobadada, com abertura para aceder ao terraço superior, ocupa toda a área do torreão e do adarve adjacente, ficando a circulação neste constrangida pelas pequenas portas de acesso à câmara nas faces do torreão. Esta solução, que dificulta a movimentação do atacante mesmo depois de alcançado um ponto do adarve, existe também em fortificações almóadas (61).

A distância entre torreões contíguos é de aproximadamente 50 metros, não considerando a separação entre torreões gémeos de uma porta e entre aqueles e as outras duas torres de maiores dimensões, que é inferior. Segundo Basílio Pavón (62), com os almóadas a partir do século XII aparecem intervalos entre torres muito superiores a 20 metros, mas sem ultrapassar os 35 metros; exceccionalmente atingem-se valores mais elevados, com um máximo de 57 metros.

A torre de maiores dimensões, de menagem, será referida na próxima secção. A outra torre, da cadeia, será comentada a seguir, a propósito das portas, pois trata-se de uma torre-porta. Todos estes elementos defensivos estão representados na planta da figura 7.

O número e tipo de portas da muralha está prescrito no documento de 1296: *ao de fazer cõ duas portas e na hũa porta a de fazer hua torre e na outra huũ cobelo*.

Na realidade a comunicação com o exterior faz-se por três portas, duas no circuito de muralhas da vila e uma no castelejo, possivelmente porque a decisão expressa no documento cuidou apenas das portas da vila muralhada.

Estabeleceram-se acima paralelos entre soluções construtivas usadas nesta fortificação e nas almôadas, que agora se retomam considerando o caso da Sevilha almôada dos séculos XII-XIII. A sua muralha, que entre as cidades do sul peninsular encerrava a maior área, contava com doze portas de quatro tipos (63):

- portas de acesso direto flanqueadas por duas torres;
- portas de acesso direto flanqueadas por uma torre;
- portas em torre saliente com entrada em cotovelo;
- portas em cotovelo entrante; destas não resta nenhum exemplar, apenas representações gráficas.

No Alandroal a porta norte da vila é do primeiro tipo; é a porta principal, o acesso nobre da vila, na direção de Vila Viçosa. A segunda porta, a sudoeste, é do segundo tipo; porta secundária, dá acesso ao Arrabalde e às hortas e pomares a sudoeste da vila e tem uma vara padrão esculpida na sua face exterior direita (64), indicando que era nesta zona e não junto à porta principal que a atividade económica da vila se centrava quando a muralha foi construída.

Em comparação com a decisão registada no documento de 1296 melhorou-se a proteção de ambas as portas, de uma para duas torres e de um cubelo para uma torre, em linha com a orientação de reforço dos acessos da reforma dionisina da arquitetura militar e a que os ofícios do mestre construtor não foram quicá estranhos.

O terceiro acesso encontra-se na torre da cadeia, no extremo leste do circuito de muralhas. Foi modificado em finais do século XVIII quando se construiu e adossou o edifício da cadeia à face sul da torre (daí o seu nome) e à muralha. O desenho de Duarte de Armas (figura 8) mostra a provável situação original: a porta abria na face sul da torre, junto à muralha. A comunicação com o interior do castelejo seria estabelecida por um corredor que lá desembocava por um arco ainda hoje existente. Como a porta e o arco eram perpendiculares entre si, o corredor virava à esquerda depois da entrada, fazendo um ângulo reto.

Na sala do segundo piso da cadeia contígua à torre existe um arco grande; por cima deste e descentrada, como se vê na fotografia tirada na sala da figura 10, está a lápide com a inscrição 5. Anteriores à construção da cadeia, as *Memórias Paroquiais* localizam essa lápide *na porta* [do castelo] *que fica para Nascente* (65), confirmando ser essa a posição original da porta.

A sala correspondente do piso inferior da cadeia é abobadada e não ocupa toda a área da sala superior. Será que a porta da torre ainda lá existe, certamente entaipada? O que se pode afirmar é que se tratava de uma porta em torre saliente com entrada em cotovelo, do terceiro tipo.

O arco grande é semicircular e forma um vão no fundo do qual estaria a desaparecida porta, compondo um portal monumental representado com todo o detalhe no desenho do século XVI. Tem uma altura, medida até ao extradorso, de 7 m, luz de 3 m e profundidade de 1,5 m, medidas aproximadas. As lajes de xisto que constituem as aduelas do arco têm uma dimensão radial de 0,46 m, correspondendo ao côvado comum de 0,47 m, uma das unidades de comprimento utilizadas na construção civil e militar no sul muçulmano (66).



Figura 10 – Arco monumental e lápide na torre da cadeia com a inscrição 5. [Fotografia de Frederico Alves]

No piso da torre da cadeia ao nível do adarve há uma janela em mármore, por cima do arco grande e da desaparecida porta, representada esquematicamente no desenho de Duarte de Armas (figura 8). O seu arco é em ferradura ligeiramente apontado e com alfiz, comum na arquitetura almóada (67).

É apropriado comparar a torre-porta do Alandroal com a de Moclín, na fronteira entre o reino de Granada e o território cristão de Jaén, datada dos séculos XIII-XIV (68). Trata-se em ambos os casos de portas com entradas em cotovelo simples instaladas em torres quadrangulares, com janela e salas no piso superior; a portuguesa é arquitetonicamente mais requintada, tanto pela janela de arco ultrapassado como pelo arco de ingresso monumental. De notar igualmente a semelhança de forma e dimensões deste com o da alcáçova de Loja (69), a 50 km de Moclín. Tal como no Alandroal, sobre ambas as portas destas duas vilas há elementos simbólicos, neste caso do reino de Granada, descritos nas referências apresentadas.

A construção da cadeia inutilizou a porta exterior, tapou o arco e aproveitou o corredor para celas. Para restabelecer a comunicação do castelejo com o exterior escavou-se, quando se construiu a cadeia ou posteriormente, um túnel retilíneo na espessura da torre e é essa a situação atual depois de obras de restauro e conservação.

Bem visível nos desenhos de Duarte de Armas é a barbacã, muralha exterior paralela à primeira e de menor altura, com três portas. Ainda existia quando as *Memórias Paroquiais* foram redigidas (70), mas foi demolida no último quartel do século XVIII (71).

Essa componente defensiva era comum nas fortificações almóadas, nalguns casos com o fosso inundado, e surge em Portugal a partir de meados do século XIV, sendo sobretudo característica das reformas do século XV. Será a barbacã do Alandroal contemporânea da primeira linha de muralhas e da autoria do mesmo mestre construtor?

Não havendo dela restos evidentes, a resposta plausível é afirmativa e baseia-se num pormenor indireto: o início das ruas principais dos arrabaldes (Teófilo Braga e Alexandre Herculano, antigas Mata e Grande) não coincide com as duas portas do circuito de muralhas, mas com as correspondentes portas da desaparecida barbacã, que são desencontradas das primeiras (ver figuras 7, 8 e 9). Esse desalinhamento era comum e intencional, para romper o ímpeto do atacante. Se a segunda cerca não fosse contemporânea, mas posterior à primeira, as ruas principais dos arrabaldes ter-se-iam desenvolvido a partir das portas iniciais existentes, no prolongamento da rua central do núcleo primitivo.

A terceira porta da barbacã servia a entrada do castelejo pela torre da cadeia e tinha um passadiço para vencer o fosso inundado junto à sua base (ver figura 8). O acesso fácil que dava à fonte era protegido pela torre, como nas couraças. É possível que a extensão da lagoa até à barbacã fosse artificial e propositada, constituindo um obstáculo adicional integrado no sistema defensivo da vila.

As outras duas inovações principais deste período, torres de secção poligonal de mais de quatro lados e mecanismos de tiro na vertical, parece não terem existido nesta fortificação.

## **O alcácer dos freires**

Segundo Mário Barroca a construção do castelo do Alandroal foi confiada pela Ordem de Avis a um alarife muçulmano e este “criou uma estrutura que, em planta, obedece ao conceito cristão de castelo, com um alcácer destinado aos freires claramente demarcado da povoação muralhada, isolado desta por linha de muralhas, sobre a qual ergueu a torre de Menagem” (72).

No entanto um mestre construtor muçulmano contemporâneo da construção do castelo não estranharia essa separação, pois na época almóada a alcáçova (ou o alcácer) dominava a paisagem urbana e estava isolada da medina por altas muralhas. Ocupava geralmente uma posição periférica no espaço urbano fortificado e uma área considerável (até 20%), e permitia separar os governantes almóadas da população andaluza. Dispunha de sistemas de acesso complexos, de torres albarrãs, de estruturas de armazenagem com aljibes e silos, poços e couraças e incluía um espaço habitacional (73); no reino de Granada, o espaço e a estrutura permaneceram.

No contexto do sul muçulmano da península usa-se atualmente o termo alcáçova para designar uma fortaleza urbana situada numa elevação com vista para a cidade ou vila, enquanto alcácer identifica uma fortaleza ao mesmo nível da cidade ou vila (74).

Assim, e seguindo a feliz designação de Mário Barroca, chamar-se-á doravante ao castelejo do Alandroal o alcácer dos freires. Localizado no extremo oriental do castelo, era uma fortaleza independente com a torre da cadeia num extremo e três torres no outro, dois torreões mais a torre de menagem em posição central, todas unidas por uma muralha conforme se vê nas figuras 7, 11 e 12. Esta compreendia parte da cerca exterior do castelo, já descrita, bem como dois outros panos que ligavam os torreões à torre de menagem e separavam o alcácer da aglomeração



## As Inscrições, o Mestre Construtor e o Castelo do Alandroal

fortificada; tinha um perímetro de cerca de 105 m, encerrava uma área irregular de uns 660 m<sup>2</sup>, 9 % da área fortificada, e nela se apoiava um adarve, independente e isolado do da cerca da vila.

Deste modo as muralhas e torres, para além das reconhecidas funções de defesa e de proteção, separavam e isolavam da povoação a área reservada a quem exercia o poder e a autoridade (75), neste caso a Ordem de Avis.

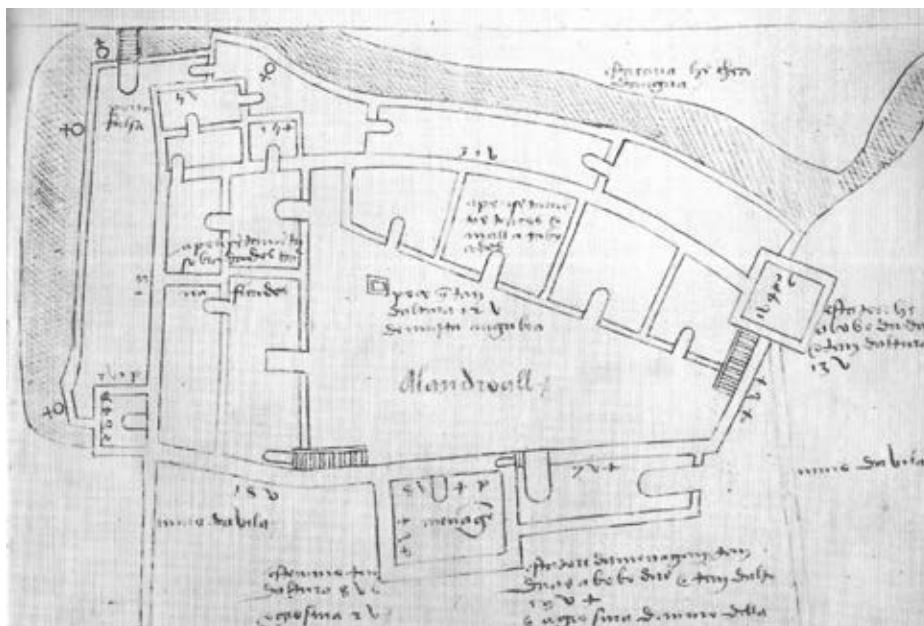


Figura 11 – Duarte de Armas, planta do alcácer dos freires (54).



Figura 12 – Alcácer dos freires. [Fotografia de Stephan Bentke]

Originalmente havia dois acessos ao alcácer: o primeiro pela torre da cadeia e sem passar pela vila, já descrito; o segundo estabelecia a comunicação com a vila muralhada na zona do quintal da paróquia e situava-se junto à base e a sul da torre de menagem. Ambos eram em cotovelo. O corredor em ângulo reto do segundo é visível na planta de Duarte de Armas (figura 11), em baixo à direita da torre de menagem, mas atualmente já não existe (ver figura 12). Seria constituído pela muralha contígua e a sul da torre de menagem, e por um muro que a ela se encostava; possivelmente não teria cobertura. Existiriam arcos nas duas extremidades do corredor, ambos representados na planta quinhentista: um do lado interior da muralha do alcácer, que se mantém e se vê na figura 12, e o segundo no outro extremo. Desaparecido o muro, foi talvez este colocado junto do primeiro, do lado exterior da muralha do alcácer, pois é nessa posição que hoje se encontra um outro arco. As fundações do muro e do segundo arco, se localizadas, confirmariam esta hipótese.

A torre de menagem, em posição central, tem dimensões excecionais especialmente se se considerar as dimensões do conjunto fortificado: 22 metros de altura e secção praticamente quadrada, de 10 metros de lado. Maciça até à entrada, ao nível do adarve, tinha na parte superior duas salas abobadadas, a de cima iluminada por estreitas frestas, em concordância com os desenhos e comentários explicativos de Duarte de Armas. Uma escadaria permitia aceder a essa sala e ao terraço da torre, como hoje ainda acontece.

Fernando Correia nota que a abóbada da escadaria tem a particularidade de ser do tipo escalonado, semelhante a outras abóbadas existentes em edifícios civis e militares almóadas (76).

A circulação no adarve do alcácer, como no da vila muralhada, foi intencionalmente dificultada pela necessidade de atravessar os torreões e as pequenas portas da torre da cadeia. Esta solução defensiva tinha uma realização particular na zona da torre de menagem, como se vê na planta e na vista *da banda do sul* de Duarte de Armas, mas hoje desaparecida: um muro pequeno com a largura do adarve e encostado à esquina sudeste da torre, que se franqueava por uma porta, constrangia aí a passagem.

Esta torre de menagem de grandes dimensões segue a tendência de, a partir do século XII e tanto em contextos cristãos como muçulmanos, se incorporar uma torre grande nas fortificações urbanas (77), esta com pormenores construtivos típicos muçulmanos. A fotografia da porta da torre de menagem da figura 6 ilustra mais um desses detalhes, notado por Mário Barroca no texto citado: “portas com os seus vãos enquadrados por grandes arcos cegos, uma solução desconhecida entre a arquitetura cristã, mas amplamente utilizada pelos muçulmanos”. A dupla verga da porta é também aí usada com funções decorativas.

Outro pormenor constatado por Mário Barroca no mesmo texto é a utilização no castelo “do sistema de aduelas típicas da arquitetura muçulmana”. Compõem, por exemplo, o arco interior da porta da cadeia e os arcos de acesso à vila, junto à torre de menagem; dois deles são visíveis na fotografia da figura 12 e por cima do que está oculto há outra verga de porta decorativa.

O material de construção utilizado para as muralhas é a pedra de xisto cuidadosamente aparelhada, já mencionada, mas também existe cantaria de mármore na parte inferior dos cantos das torres e nas aduelas dos arcos, técnica de construção usada pelos almóadas e que Magdalena Valor (78) refere.

Os arcos interiores das portas e da janela do primeiro piso da torre da cadeia são de tijolo com fecho de pedra, prática construtiva repetida noutros torreões do castelo e de que Alfonso Jiménez (79) dá notícia em vários edifícios civis pré-almóadas do sul muçulmano.

O reaproveitamento de cantaria antiga lavrada e sua colocação em posição de relevo é outra originalidade deste castelo. Parece uma tentativa de estabelecer relações com criações arquitetónicas anteriores, que aqui encontrariam a sua continuidade. Exemplos: a entrada da sala do primeiro andar da torre da cadeia é construída com blocos de mármore reaproveitados, tendo a verga as arestas decoradas (e por cima arco cego decorativo em tijolo); a jamba que sustenta à direita as aduelas do arco de acesso à vila, junto à torre de menagem, inclui a meia altura um bloco de mármore com uma figura em relevo, reportada por Cláudia Manso (80); D. Fernando de Almeida (81) assinala na mesma zona uma pilastra decorada em mármore branco, visigótica.

Na planta e nas vistas quinzentistas estão representadas construções habitacionais e de armazenamento de que restam hoje algumas ruínas. Várias obras de restauro e conservação têm sido executadas, nomeadamente nos acessos, repondo nalguns casos e alterando noutros a disposição original.

### O castelo e as inscrições

Das seis inscrições existentes no castelo as quatro primeiras podem agrupar-se por proximidade em dois conjuntos, o primeiro formado pelas inscrições 2 e 3 e o segundo pelas inscrições 1 e 4.

As que formam o primeiro conjunto estão colocadas na face oeste da torre de menagem, viradas para o interior da vila muralhada. Nenhuma das inscrições é hoje aparente, mas quando o castelo foi construído a situação era diferente: no lugar da atual matriz, de meados do século XVI, existia uma outra igreja, de dimensões menores e com a orientação tradicional a leste, que não as ocultava.

Essa igreja estava em construção em 1262 (52) e naturalmente já existia quando o castelo foi construído. Como se vê na vista de Duarte de Armas *O Alandroal tirado natural, da banda do norte* (figura 9), o seu eixo era perpendicular à face oeste da torre de menagem, intersectando-a na metade esquerda. A inscrição 3 do Mestre D. Lourenço Afonso está localizada na metade direita dessa face, a quatro metros de altura e a quatro metros da aresta direita e a inscrição 2 do mestre construtor Calvo está encostada a essa aresta e um metro acima da do Mestre de Avis.

Ocupavam uma posição excepcional na vila fortificada, bem visíveis e lado a lado: a meio da face a inscrição do comitente e à direita, ligeiramente acima, a do

mestre construtor. Pela qualidade do texto, qualidade epigráfica e localização privilegiada parece ser este o conjunto principal das inscrições do Alandroal.

O segundo conjunto de inscrições, na porta nobre da vila do lado de fora da muralha, segue o mesmo figurino: a meio a inscrição 4 da Ordem de Avis e à direita a inscrição 1 do mestre construtor, agora num nível inferior. Ambas têm qualidade de execução inferior às do primeiro conjunto.

A inscrição 5 está colocada no exterior da torre da cadeia, sobre o arco, como se vê na fotografia da figura 10. A construção da cadeia inutilizou a porta exterior primitiva e tapou o arco, e o seu telhado dificulta a vista da janela de mármore de arco ultrapassado do primeiro piso da torre. Mas consegue-se imaginar e apreciar o conjunto alinhado porta, janela e arco de ingresso encimado pela lápide com o símbolo da Ordem de Avis e os dizeres “Mouro me fez”, a formar um portal monumental de acesso ao alcácer dos freires por uma entrada em cotovelo aberta numa torre saliente.

No interior do alcácer há apenas uma inscrição, a 6, localizada à entrada da torre de menagem (ver figura 6) e com características particulares: não é informativa nem tem sentido ou conteúdo religioso; é antes, como diz Leite de Vasconcellos, muito sentenciosa; tem um tipo de letra comum com as inscrições 1, 2 e 5 associadas ao mestre Calvo e é, como estas, em relevo; em contraste com as outras inscrições do castelo está colocada ao nível dos olhos, para ser sempre lida por quem entre na torre de menagem.

Aqui se repete a sua transcrição: “Quando quiseses fazer algũa cousa, cata (procura) o que te en (d’isso) depois vêrá (virá, acontecerá); e quem de ti fiar, nono enganes: lealdade vence toda’las cousas”.

Qual a razão de ser e significado desta inscrição? O que segue é especulativo, mas tenta estabelecer uma ligação explicativa com o edifício que se tem vindo a descrever.

Existem nesta fortificação algumas soluções construtivas insólitas. Por exemplo, como se vê na figura 12, os panos de muralha que separam o alcácer da vila, ligando os torreões à torre de menagem, formam dois diedros e interseitam obliquamente a muralha exterior. Normalmente esses panos são coplanares e perpendiculares à muralha. Mas ainda mais surpreendente é a ligação entre o pano de muralha e a muralha exterior no T a norte, que se contactam sem se imbricar. Não se conseguiu observar o T a sul, mas também aí Cláudia Manso (82) reportou ligação imperfeita.

Estas irregularidades parecem estranhas na obra dum mestre construtor com a capacidade do Calvo, demonstrada num sem-número de recursos e soluções construtivas. E permitem sugerir que nalgum momento o comitente e o mestre construtor se desentenderam, forçando o Mestre de Avis decisões com que o Calvo não concordava e que o levaram a gravar na pedra a razão de fundo do conflito e os valores que na sua convicção o previnem.

## Conclusões

Relembrem-se as datas associadas à edificação do castelo e apresentam-se outras, com ela relacionadas:

- 1296, reunião entre representantes do concelho do Alandroal e da Ordem de Avis para acertar a construção de um castelo na vila;
- 1298, início da obra com a colocação da primeira pedra pelo Mestre de Avis;
- 1306, fim do prazo para pagamento da construção do castelo definido na reunião de 1296;
- 1318, foral dionisino do Redondo que ordena a construção de *huum castello em essa vila do Redondo tamanho come a çerca da vila do Alandroal e tam alto e tan ancho* (83), evidenciando que a construção estava concluída;
- 1364, inventário dos bens da Ordem efetuado pelo provedor do mestrado, que refere ter achado no castelo uma *arca que diziã que era do Caluo* (84), indicando que o mestre construtor já falecera. Note-se a referência ao mestre pelo nome e não pela condição de muçulmano, ao contrário da preferência revelada pelo próprio em diferentes inscrições de que foi autor.

Em síntese, a edificação do castelo do Alandroal coincidiu com uma situação económica e social favorável: surto de prosperidade baseado no desenvolvimento da agricultura e na generalização da economia monetária (85), e comunidades a demonstrarem vitalidade e força, capazes de se organizarem ao lado do seu senhor (86); e beneficiou da energia e tenacidade de três indivíduos, o Mestre de Avis D. Lourenço Afonso, o mestre construtor muçulmano Calvo e o monarca português D. Dinis. O resultado é uma obra de qualidade singular no panorama das fortificações medievais portuguesas.

Salientem-se alguns dos aspetos que fazem a sua originalidade:

- o registo epigráfico de obras em castelos foi sempre excecional; as primeiras inscrições que revelam o nome dos mestres construtores responsáveis pela construção e restauros de castelos só aparecem a partir do movimento de reformas dionisino (87). No entanto no castelo do Alandroal existem seis inscrições, tanto da parte do comitente/dono da obra como do mestre construtor, todas de elevada qualidade textual e epigráfica;
- o seu mestre construtor, o mouro Calvo, era um profissional instruído que não procurava o anonimato, antes afirmava claramente a sua identidade. A sua obra no Alandroal é um catálogo resumido e erudito da arquitetura muçulmana militar, e também civil, sua contemporânea.

Não tendo uma localização estratégica como Elvas, Estremoz ou Juromenha a fortificação não foi renovada na Restauração, mantendo a forma primitiva favorecida pela qualidade do projeto e da construção: segundo as *Memórias Paroquiais*, com o sismo de 1755 o castelo *não teve mais ruína que o cahirem algumas ameias*,

*e ... huma quazi imperceptível fenda de alto a baxo enquanto outras construções ficaram muito danificadas* (88).

Por último: D. Dinis foi o mais fecundo dos trovadores em galego-português, promoveu outros géneros da literatura medieval portuguesa e fomentou uma política cultural com resultados assinaláveis, incluindo a fundação da Universidade, a determinação do uso exclusivo do português nos documentos judiciais e a tradução para português de textos historiográficos e jurídicos (89). E na arquitetura? Será que foi alheio à escolha de um arquiteto muçulmano para erigir o castelo do Alandroal, conhecendo-se a sua proximidade do dono da obra, o Mestre da Ordem de Avis? Uma coisa é certa: do castelo tinha opinião positiva pois escolheu-o como modelo, no foral do Redondo, do que aí se deveria edificar.

## **Agradecimentos**

Agradeço às senhoras Aurélia Recto e Conceição Roque, que me receberam no Alandroal de braços abertos, e ao senhor padre Marcelino Caldeira que me prestou todo o apoio solicitado.

## **Notas**

- (1) José Leite de Vasconcellos, “Entre Tejo e Odiana”, pp. 177-179.
- (2) António Rei, “Os castelos entre o Odialuiciuez e o Odiana (713-1298)”, pp. 18-19.
- (3) Mário Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, pp. 1114-1118.
- (4) Fernando Correia, *Portugal, uma retrospectiva 929*, p. 43.
- (5) Santiago Macias e Cláudio Torres, “O Gharb: Cristãos e Musulmanos no século dos Almóadas”, p. 21.
- (6) Manuel Branco, “A reforma manuelina dos forais”, p. 18.
- (7) Isabel Moreira, *Memórias Paroquiais da vila de Alandroal e seu termo (1758)*, pp. 25-26.
- (8) Isabel Moreira, *Memórias Paroquiais da vila de Alandroal e seu termo (1758)*, pp. 34-35.
- (9) Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, pp. 6-7.
- (10) Mário Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, pp. 1109-1121 e pp. 1140-1144.
- (11) Rafael Cómez, *Los constructores de la España medieval*, Sevilla, p. 165.
- (12) Robert Favreau, “Commanditaire, auteur, artiste dans les inscriptions médiévales”, p. 53.
- (13) Spiro Kostof, “The Architect in the Middle Ages, East and West”, p. 84.
- (14) Jean-Pierre Molénat “L’Élite Mudéjare dans la Péninsule Ibérique Médiévale”, p. 47.
- (15) José Leite de Vasconcellos, “Entre Tejo e Odiana”, pp. 178-179.
- (16) Virgilio Martínez, ““Lema de Príncipes”. Sobre La *Galiba* y algunas evidencias epigráficas de su uso fuera del ámbito nazarí”, p. 544.

- (17) Pablo Gumiel, “Causas y Consecuencias de la maurofilia de Pedro I de Castilla en la arquitectura de los siglos XIV y XV”, p. 35.
- (18) Filomena Barros, “Construtores e artesãos muçulmanos: do serviço colectivo do rei ao desempenho individual (séculos XIII-XV)”, p. 198.
- (19) Ana Labarta, “Epigrafia árabe sobre piedra en el Garb al-Andalus”, p. 216.
- (20) Mário Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, p. 166.
- (21) Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, p. 7.
- (22) António Rei, “Os castelos entre o Odialuicuez e o Odiana (713-1298)”, p. 19.
- (23) Mário Barroca, “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, p. 812.
- (24) Mário Barroca, “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, p. 807.
- (25) José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, p. 196.
- (26) Stéphane Boissellier, *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal*, p. 183.
- (27) José Pizarro, *D. Dinis*, p. 170.
- (28) O termo de Juromenha incluía uma estreita faixa na margem esquerda do Guadiana.
- (29) Ruy de Azevedo, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, p. 59.
- (30) ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 2, n.º 115. A leitura apresentada difere em vários pontos da de Mário Costa publicada em Manuel Pestana, “Reflexões históricas sobre a sua importância e antiguidade”, p. 84.
- (31) O nome de um desses indivíduos, o de Elvas, está ilegível no documento e poderia estar relacionado com o futuro mestre construtor do castelo.
- (32) José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, p. 25.
- (33) Maria Cristina Cunha, “A Ordem de Avis e a monarquia portuguesa até ao final do reinado de D.Dinis”, p. 120.
- (34) Mário Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, p. 1143.
- (35) José Leite de Vasconcellos, “Entre Tejo e Odiana”, pp. 177-178.
- (36) Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, p. 7.
- (37) Mário Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo I, p. 1142.
- (38) Philippe Josserand, *Église et pouvoir dans la péninsule ibérique. Les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)*, p. 158.
- (39) Manuel Branco, “Os três concelhos antigos”, p. 62.
- (40) Rafael Cómez, *Los constructores de la España medieval*, caps. II, III e p. 76 e *El urbanismo durante el reinado de Alfonso X El Sabio*, pp. 54-70.
- (41) Émilie Mineo, “Las inscripciones con “*me fecit*”: ¿artistas o comitentes?”, p. 113.
- (42) José Leite de Vasconcellos, “Entre Tejo e Odiana”, p. 178.
- (43) Orlando Ribeiro, “Achegas para o estudo das vilas alcandoradas do Alto Alentejo”, p. 348.
- (44) Mário Barroca, “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, pp. 812-819.
- (45) Magdalena Valor and Avelino Gutiérrez, *The Archaeology of Medieval Spain 1100-1500*, cap. 7.
- (46) Leite de Vasconcellos citado por Orlando Ribeiro, “Novas contribuições para o estudo do povoamento em Portugal”, pp. 344 e 346.
- (47) Maria Luísa Azevedo, *Moçarabismo e toponímia em Portugal*, p. 11.

- (48) Orlando Ribeiro, “Elementos estruturantes das cidades ibéricas”, p. 371.
- (49) Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, p. 27.
- (50) Orlando Ribeiro, “Novas contribuições para o estudo do povoamento em Portugal”, p. 346.
- (51) Orlando Ribeiro, “Elementos estruturantes das cidades ibéricas”, p. 374.
- (52) ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 2, n.º 119.
- (53) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, p. 202.
- (54) Utilizaram-se as reproduções dos desenhos de Duarte de Armas da tese de Cláudia Manso, *O castelo do Alandroal. Uma perspetiva através da arqueologia da arquitectura*, Anexo 2.
- (55) Manuel Pestana, “Reflexões históricas sobre a sua importância e antiguidade”, p. 83.
- (56) Aceitando a conversão de 4 habitantes por fogo ou morador, ver Orlando Ribeiro, “Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes”, p. 287.
- (57) Stéphane Boissellier, *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal*, p. 456.
- (58) Basilio Pavón, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana*, Vol II, pp. 569, 601 e 604.
- (59) A maioria dos merlões foi refeito segundo o modelo dos que permaneciam em pé. A ficha *online* do Castelo do Alandroal contam as fotografias dos restauros, ver: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4360](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4360)
- (60) Fernando Correia, “Prevalências do período islâmico em castelos portugueses das Ordens Militares”, p. 104.
- (61) Fernando Correia, “Prevalências do período islâmico em castelos portugueses das Ordens Militares”, p. 104. Para uma descrição detalhada dos diferentes torreões consulte-se a tese de Cláudia Manso.
- (62) Basilio Pavón, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana*, p. 248.
- (63) Magdalena Valor, *La arquitectura militar y palatina en la Sevilla musulmana*, p. 213.
- (64) Rui Cunha, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, p. 63.
- (65) Isabel Moreira, *Memórias Paroquiais da vila de Alandroal e seu termo (1758)*, p. 35.
- (66) Na prática a média oscilava em torno de 0,45 m, especialmente depois da presença norte africana, ver Virgilio Martínez, Carmen Martínez, Jesús Bellón, “A vueltas con la cronología del edificio del Castillejo de Monteagudo, Murcia: estudio de un epígrafe con el lema de los nazaries y reflexiones sobre la metrología de sus tapias constructivas”, p. 231.
- (67) María Marcos e Dolores Villalba, “Fronteras entre el arte almorávide y almohade: oposición y complementariedad”, p. 46.
- (68) Basilio Pavón, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana*, p. 484.
- (69) Samuel Marquez e Pedro Gurriarán, “La torre del homenaje de la alcazaba de Loja (Granada)”, p. 93.
- (70) Nas *Memórias Paroquiais* indica-se *que de circunferencia tem todo o castelo 247 braças. E a esta proporção huma barbacan que lhe serve de foço*, ver João Cosme e José Varandas, *Memórias Paroquiais (1758)*, vol. I, p. 325.
- (71) No último quartel do século XVIII a Câmara promoveu o calcetamento e regularização de muitas ruas, o aterro da barbacã e, na praça principal, deu novo arranjo à zona da fonte e mandou construir um edifício municipal novo, ver *Livro da Receita e Despeza*



- das Obras Públicas da Vila, 1773-1802*. No contrato de arrematação das casas do concelho afirma-se que ao arrematante pertence “toda a pedra arrancada na praça e ao redor do castelo”, ou seja, a pedra da barbacã, ver *Livro do Lançamento das Arrematações do Concelho para Obras da Câmara, 1777*.
- (72) Mário Barroca, “Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séculos XII a XIV)”, p. 547.
- (73) Christine Mazzoli-Guintard, “Paisajes urbanos del Garb al-Andalus en época almohade”, pp. 69-71.
- (74) Magdalena Valor e Avelino Gutiérrez, *The Archaeology of Medieval Spain 1100-1500*, p. 177.
- (75) Oleg Grabar, *La Alhambra: iconografía, formas y valores*, p. 42.
- (76) Fernando Correia, “Prevalências do período islâmico em castelos portugueses das Ordens Militares”, p. 105.
- (77) Magdalena Valor e Avelino Gutiérrez, *The Archaeology of Medieval Spain 1100-1500*, p. 175.
- (78) Magdalena Valor e Avelino Gutiérrez, *The Archaeology of Medieval Spain 1100-1500*, p. 150.
- (79) Alfonso Jiménez, *La mesquita de Almonaster*, p. 42.
- (80) Cláudia Manso, *O castelo do Alandroal. Uma perspetiva através da arqueologia da arquitetura*, p. 76.
- (81) Fernando de Almeida, *Arte visigótica em Portugal*, p. 195.
- (82) Cláudia Manso, *O castelo do Alandroal. Uma perspetiva através da arqueologia da arquitetura*, p. 99 e figura 15.
- (83) Duarte Catalão, *Redondo no primeiro século após a fundação (1318-1418): primórdios, declínio, ressurgimento. Subsídios para a História local, nos 700 anos do seu Foral dionisino*, p. 29.
- (84) ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 5, n.º 595, transcrito por Pedro de Azevedo, *Arqueólogo Português*, 1.ª série, VII, 1903, p. 261.
- (85) Orlando Ribeiro, “Novas contribuições para o estudo do povoamento de Portugal”, p. 345.
- (86) Stéphane Boissellier, *Naissance d’une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, p. 314.
- (87) Mário Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. I, p. 336.
- (88) Isabel Moreira, *Memórias Paroquiais da vila de Alandroal e seu termo (1758)*, p. 37.
- (89) Elsa Gonçalves, “Dom Denis”, p. 206.

### **Fontes manuscritas**

ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 2, n.º 115.

ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 2, n.º 119.

*Livro do Lançamento das Arrematações do Concelho para Obras da Câmara, 1777*.

*Livro da Receita e Despesa das Obras Públicas da Vila, 1773-1802*.

## Fontes impressas

AZEVEDO, Pedro de, transcrição parcial do documento *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 5, n.º 595, *Arqueólogo Português*, 1.ª série, VII, 1903, p. 261.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. João I*, Porto, Civilização, 1994.

## Bibliografia

ALMEIDA, Fernando de, *Arte visigótica em Portugal*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1962.

AZEVEDO, Maria Luísa, *Moçarabismo e toponímia em Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 2015.

AZEVEDO, Ruy de, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, Lisboa, Ática, 1937.

BARROCA, Mário, “D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa”, *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15, 1, 1998.

——— *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Corpus Epigráfico Medieval Português, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

——— “Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séculos XII a XIV)” em *Mil anos de fortificações na península ibérica e no Magreb (500-1500)*, Colibri e Câmara Municipal de Palmela, 2002.

BARROS, Filomena, “Construtores e artesãos muçulmanos: do serviço colectivo do rei ao desempenho individual (séculos XIII-XV)”, em *História da Construção – Os Construtores*, Braga, CITCEM, 2011.

BOISSELLIER, Stéphane, *Naissance d’une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l’Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

——— *Le peuplement médiéval dans le sud du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BRANCO, Manuel, “A reforma manuelina dos forais” e “Os três concelhos antigos”, em *Forais Manuelinos. Juromenha, Alandroal, Terena (1512-1516)*, Lisboa, Colibri, 2015.

CATALÃO, Duarte, *Redondo no primeiro século após a fundação (1318-1418): primórdios, declínio, ressurgimento. Subsídios para a História local, nos 700 anos do seu Foral dionisino*, Évora, 2017.

CÓMEZ, Rafael, *Los constructores de la España medieval*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2009.

——— *El urbanismo durante el reinado de Alfonso X El Sabio*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2020.

CORREIA, Fernando, “Prevalências do período islâmico em castelos portugueses das Ordens Militares”, em *Castelos das Ordens Militares: actas do Encontro Internacional*, Lisboa, Direção Geral do Património Cultural, 2013.

——— *Portugal, uma retrospectiva 929*, 22, Lisboa, Público e Tinta da China, 2019.

COSME, João e VARANDAS, José, *Memórias Paroquiais (1758)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009.

- CUNHA, Maria Cristina, “A Ordem de Avis e a monarquia portuguesa até ao final do reinado de D.Dinis”, *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, 1995.
- CUNHA, Rui, *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003.
- ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*, I volume, IX, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.
- FAVREAU, Robert, “Commanditaire, auteur, artiste dans les inscriptions médiévales”, em *Auctor et Auctoritas, Invention et conformisme dans l’écriture médiévale*, Paris, École des Chartes, 2001.
- GONÇALVES, Elsa, “Dom Denis”, em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993.
- GRABAR, Oleg, *La Alhambra: iconografía, formas y valores*, Madrid, Alianza Editorial, 1980.
- GUMIEL, Pablo, “Causas y Consecuencias de la maurofilia de Pedro I de Castilla en la arquitectura de los siglos XIV y XV”, *Anales de Historia del Arte*, 26, 2016.
- JIMÉNEZ, Alfonso, *La mesquita de Almonaster*, Huelva, Instituto de Estudios Onubenses “Padre Marchena”, 1975.
- JOSSERAND, Philippe, *Église et pouvoir dans la péninsule ibérique. Les ordres militaires dans le royaume de Castille (1252-1369)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2004.
- KOSTOF, Spiro, “The Architect in the Middle Ages, East and West”, em *The Architect. Chapters in the History of the Profession*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 2000.
- LABARTA, Ana, “Epigrafia árabe sobre piedra en el Garb al-Andalus”, em *Epigrafia árabe y arqueología medieval*, Granada, Alhulia, 2015.
- MACIAS, Santiago e TORRES, Cláudio, “O Gharb: Cristãos e Musulmanos no século dos Almôadas”, em Joaquim Caetano e Santiago Macias (coordenadores científicos) *Guerreiros e Mártires. A Cristandade e o Islão na Formação de Portugal*. Catálogo da Exposição, Lisboa, MNAA e INCM, 2020.
- MANSO, Cláudia, *O castelo do Alandroal. Uma perspetiva através da arqueologia da arquitetura*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, 2013. Acesso em <https://run.unl.pt/handle/10362/10941>
- MARCOS, María e VILLALBA, Dolores, “Fronteras entre el arte almorávide y almohade: oposición y complementariedad”, em *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer (1147-1217): definição e dinâmicas de um território de fronteira*, Lisboa, Colibri, 2019.
- MARQUEZ, Samuel e GURRIARÁN, Pedro, “La torre del homenaje de la alcazaba de Loja (Granada)”, *Arqueología y Territorio Medieval*, 17, 2010.
- MARTÍNEZ, Virgilio, “‘Lema de Príncipes’. Sobre La Galiba y algunas evidencias epigráficas de su uso fuera del ámbito nazarí”, *Al-Qantara*, XXVII 2, 2006.
- MARTÍNEZ, Virgilio, MARTÍNEZ, Carmen, BELLÓN, Jesús, “A vueltas con la cronología del edificio del Castillejo de Monteagudo, Murcia: estudio de un epígrafe con el lema de los nazaries y reflexiones sobre la metrología de sus tapias constructivas”, *Revista del Museo Arqueológico de Murcia*, 10, 2007.

- MATTOSO, José, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325*, Volume II, Lisboa, Estampa, 1985.
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine, “Paisajes urbanos del Garb al-Andalus en época almohade” em *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer (1147-1217): definição e dinâmicas de um território de fronteira*, Lisboa, Colibri, 2019.
- MINEO, Émilie, “Las inscripciones con “*me fecit*”: ¿artistas o comitentes?”, *Románico: Revista de arte de amigos del románico*, 20, 2015.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre “L’Élite Mudéjare dans la Péninsule Ibérique Médiévale” em *Elites e Redes Clientelares na Idade Média*, Évora, Colibri, 2001.
- MOREIRA, Isabel, *Memórias Paroquiais da vila de Alandroal e seu termo (1758)*, Lisboa, Colibri – Câmara Municipal de Alandroal, 2013.
- PAVÓN, Basilio, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1999.
- PESTANA, Manuel, “Reflexões históricas sobre a sua importância e antiguidade”, em *Castelo do Alandroal – VII séculos*, Alandroal, Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, 2001.
- PIZARRO, José, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.
- REI, António, “Os castelos entre o Odialuicuez e o Odiana (713-1298)”, em *Castelo do Alandroal – VII séculos*, Alandroal, Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, 2001.
- RIBEIRO, Orlando, “Novas contribuições para o estudo do povoamento em Portugal”, em *Opúsculos Geográficos*, IV Volume, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- RIBEIRO, Orlando, “Achegas para o estudo das vilas alcandoradas do Alto Alentejo” em *Opúsculos Geográficos*, V Volume, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- RIBEIRO, Orlando, “Elementos estruturantes das cidades ibéricas” em *Opúsculos Geográficos*, V Volume, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- \_\_\_\_\_, “Localização e destino dos centros urbanos de Trás-os-Montes” em *Opúsculos Geográficos*, V Volume, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- VALOR, Magdalena, *La arquitectura militar y palatina en la Sevilla musulmana*, Sevilla, Diputación Provincial. Sevilla, 1991.
- VALOR, Magdalena and GUTIÉRREZ, Avelino, *The Archaeology of Medieval Spain 1100-1500*, Sheffield, Equinox, 2015.
- VASCONCELLOS, José Leite de, “Entre Tejo e Odiana”, *O Archeólogo Português*, 1.<sup>a</sup> Série, vol. XXI, Lisboa, 1916.

## **Apêndice Documental**

Era de 1334, Outubro 22, Alandroal

Carta de escritura entre D. Lourenço Afonso, Mestre da Ordem de Avis e o concelho do Alandroal para a construção do castelo.

*Sabhã quantos esta carta virẽ e lerẽ ... como o conchelo do Alãndroal pidirõ per merçe a Don Lourenço Afonso pela graça de Deus mestre d’Avis que lhis fezese castelo a que s’acolesem e o mestre cõ conselho de Lopo Afonso comẽndador moor d’Avis e*

*com Rodrigo Anes comedador do Alãdroal e cõ Martim Ffernãdez comẽdador de Vora e com Esteuã Martins comẽdador de Benauẽte e cõ Gyl Afonso comẽdador de Santarẽ e cõ Gõçalo Rrodrygez comẽdador d'Aalbofeyra e cõ Gomez Lourẽço comẽdador de Cabeçõ e cõ peça doutros freyres e staua hy Per Andre Afonso Perez ... Fernão Gonçalves Gõçalo Esteuez alcaldes do Alãdroal, Esteuã Domingues Esteuã d'Espynho e Johã Gonçalves Johã Delgado e Lourenço Calado e Domingo Martins Pasqual Domingues tabaliones dessa vila e cõ peça d'omẽs bõs teue por bẽ de le lo fazer por tal logar per tras las casas d'Esteuã Domingues e per a par de cas de Martim Mugaães e sobre la casa do Rogado e pela casa de Simõ Boria e pela casa que foy de don Âdreu e per antre Dou Durã e Martim Simoez e per antre Johã Duraez e Domingo Mateu e pelo adro uedro e pelo canto da tapa des cotra a orta e per a par do campanayro como se iunta a deuisom primeyra e ao de fazer cõ duas portas e na hũa porta a de fazer hua torre e na outra huũ cobelo e a de ser o muro tanto come o do castelo de Vila Viçosa e se o mestre nõ cõprir esta pustura pagar ao conchelo de pea dous mil maravidiz de portugaeses e por esta razõ o conchelo do Alãdroal deuẽ a pagar a adua a o mestre deste Sam Martinho primeiro que uẽ a X anos assy como pagauã a el Rey en Uila Uiçosa e se lha nõ quiserem pagar ... esto ao mestre pagar o conchelo ao mestre de pea dous mil maravedis de portugaeses e sobr'esta rrazõ do castelo a de vyr Rodrygo Domingues d'Estremoz e ... d'Eluas e ffrey Esteuã ffrade d'Al Cobaça e se entederẽ que e mester de o chegarẽ mais cõtra a fonte sobirem as deuisações asuso que quis o mestre e por esta razõ foy o conchelo do Alandroal apregoado e outorgarõ esta pustura e per estas causas nõ podeseem vyr en douida pos en esta carta o mestre o seu selo pendente e o conchelo do Alandroal o seu en testemho desta cousa feyta carta no Alãdroal segunda feyra xxij dias d'oytubro era mil ccc xxx iiij anos*

ANTT, *Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis*, mç. 2, n.º 115.

# Passado, Presente e Futuro do Mármore\*

---

Carlos Fiolhais\*\*

**Resumo:** Depois de discutir algumas obras-primas mundiais da escultura em mármore, relacionando-as nalguns casos com a ciência, apresento o mármore de Estremoz, resumindo a história da sua exploração e do seu uso na escultura e arquitectura. Termino com uma perspectiva sobre o futuro desse mármore, sugerindo que à dimensão económica se acrescente a dimensão cultural, na qual tanto a arte como a ciência se integram.

**Palavras-chave:** Mármore; Escultura; Anticlinal de Estremoz; História industrial; Arte; Ciência.

## 1. A beleza do mármore

O mármore tem uma longa história, tendo sido aproveitado pelos antigos gregos em obras escultóricas que hoje nos maravilham. Foi Fernando Pessoa (1888-1935), ou melhor Álvaro de Campos, o poeta e engenheiro naval, que escreveu nos anos 30 do século XX, num poema sem título, estes versos lapidares sobre a relação entre ciência e arte [1]:

“O binómio de Newton é tão belo como a Vénus de Milo.  
O que há é pouca gente a dar por isso.”

De facto, pouca gente conhecerá o binómio de Newton, a fórmula matemática que permite calcular qualquer potência com um expoente inteiro  $n$  de uma soma de dois quaisquer números reais  $a$  e  $b$ :

---

\* Comunicação convidada no Congresso «Mármore do Alentejo», realizada em Évora em 27/10/2021.

\*\* Centro de Física da Universidade de Coimbra, 3004-516 Coimbra (tcarlos@uc.pt).

$$(a+b)^n = \sum_{k=0}^n \binom{n}{k} a^{n-k} b^k$$

mas quase toda a gente conhecerá a «Vénus de Milo» (Fig. 1), a famosa estátua em mármore de Afrodite, a deusa do amor exibida no Museu do Louvre em Paris, que foi descoberta em 1820 na ilha de Milos, no arquipélago das Cíclades, no mar Egeu, e que é atribuída a Alexandre de Antioquia (séculos II-I a.C.) [2]. Apesar da ausência de braços, subtraídos pelas vicissitudes do tempo, muitos têm reconhecido nela as medidas ideais, invocando até a «razão de ouro» ou «proporção áurea», o número designado pela letra «phi»,  $\phi = 1,6180\dots$  que, para alguns esteticistas, indica a harmonia perfeita [3]. Este número está «escondido» no binómio de Newton, uma vez que se pode obter a partir dos coeficientes binomiais.

A associação entre o binómio de Newton e uma Vénus foi precedida por uma outra, entre nós menos conhecida. Deve-se ela ao escritor italiano Filippo Marinetti (1876-1944), o autor do *Manifesto Futurista* ([4], publicado originalmente no jornal francês *Le Figaro* em 1909):

“Nós afirmamos que a magnificência do mundo se enriqueceu de uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida com o seu cofre enfeitado com tubos grossos, semelhantes a serpentes de hálito explosivo... um automóvel rugidor, que parece correr sobre a metralha, é mais bonito que a Vitória de Samotrácia.”

A «Vitória de Samotrácia» ou «Nice de Samotrácia» (Fig. 2) é outra famosa escultura, esta representando a deusa grega Nice, a deusa da vitória, da força e da velocidade, que, tal como a Vénus de Milo, está patente no Museu do Louvre, no topo de uma escadaria, e que, embora tenha sido descoberta posteriormente (em 1863) na ilha de Samotrácia, na costa da Trácia, no Norte do mar Egeu, é um pouco mais antiga: sendo o seu autor desconhecido, sabe-se que remonta ao final do século III a. C. ou início do século II. Nesta estátua, a que falta a cabeça, os braços estão substituídos por asas, que remetem para a ideia de velocidade que Marinetti pretendia enfatizar como valor artístico supremo. Pessoa conhecia provavelmente o *Manifesto* de Marinetti. Ele é um dos arautos do futurismo português, que surgiu no número 1 da revista *Orpheu*, dirigida por Luiz de Montalvôr, onde vieram à estampa o «Opiário» e a «Ode Triunfal» de Álvaro de Campos [5].

As duas estátuas têm em comum, para além de serem obras-primas da Antiguidade Grega (de resto, de toda a arte escultórica) e de terem servido, pela pena de Pessoa e Marinetti, para expressar metaforicamente a relação da arte com a ciência e a tecnologia no início do século XX, o facto de serem feitas do mesmo material, vindo da mesma região: o mármore branco, fino e semitransparente de Paros. Paros, outra das numerosas ilhas do Mar Egeu, situa-se num lugar central entre a península do Peloponeso e a costa asiática (no arquipélago das Cíclades, tal como Milos). Paros é hoje um lugar turístico cujos visitantes podem ver as antigas pedreiras de mármore, hoje praticamente abandonadas, da montanha outrora chamada

Marathi (actualmente Capresso), de onde veio o material não só para as referidas maravilhas da escultura, mas também de várias outras, assim como templos e edifícios públicos.

Foi uma escritora nascida em Vila Viçosa, Florbela Espanca (1894-1930), contemporânea de Fernando Pessoa, mas com vida ainda mais breve, que, no poema «Os versos que te fiz» [6], fala do mármore de Paros (podia ter falado do mármore que abunda na sua terra natal):

“Deixa dizer-te os lindos versos raros  
Que a minha boca tem para te dizer!  
São talhados em mármore de Paros  
Cinzelados por mim para te oferecer  
(...)”

Dada a relevância do mármore na região, não admira que a campa de Florbela, uma das calipolenses mais ilustres (outro é o matemático e divulgador de ciência Bento de Jesus Caraça), no cemitério de Vila Viçosa, esteja coberta por mármore local, continuamente adornado de flores (Fig. 3). Várias obras literárias, bem como uma cinematográfica (*Florbela*, do realizador Vicente Alves do Ó, de 2012), têm celebrado a espantosa obra poética de Florbela. Tanto quanto se sabe, ela e Pessoa nunca se cruzaram, apesar de ambos terem frequentado os mesmos sítios da Baixa lisboeta na mesma época [7] e de um soneto de Florbela aparecer na *Antologia de Poemas Portugueses Modernos* [8] que Fernando Pessoa e António Botto publicaram em 1944 (uma obra póstuma dele como quase toda a dela).

Mas, voltando à Antiguidade Grega, encontra-se também mármore na Acrópole de Atenas, que coroa a capital grega, em particular no Partenon, o tempo dedicado a Atena, que data do século V a. C., o século de Péricles, portanto muito anterior ao tempo das estátuas acima referidas. Não falta quem aí também encontre a razão de ouro, desde logo no rectângulo da fachada do Partenon, que seria um «retângulo dourado», isto é, um rectângulo com os dois lados na proporção dourada (Fig. 4). De facto: essa visão é um pouco forçada, nesta como noutras obras, dado que não existe uma regra matemática para definir beleza. Um conjunto de mármore do Partenon encontra-se hoje no Museu Britânico em Londres (Fig. 5). Têm o nome de «mármore de Elgin» porque foram levados da Grécia por Thomas Bruce (1776–1841), 7.º conde de Elgin, em 1806, quando era embaixador do seu país na corte do império Otomano. Muitos gregos têm vindo a reclamar desde há décadas a devolução das obras ao país de origem. De facto, perto do Partenon foi inaugurado em 2009 o novo edifício do Museu da Acrópole, onde há várias peças em mármore da Acrópole e onde os mármore de Elgin poderiam, para contentamento dos locais, ser vistos nas proximidades do seu contexto natural. Existem nesse museu algumas réplicas de obras que se encontram no estrangeiro.

O arquitecto dos mármore de Elgin, que constituíam o friso do Pártenon, foi Fídias (c. 480 a.C.– c. 430 a.C.), que surge, num quadro de 1868 do pintor neoclássico nascido nos Países Baixos, mas que trabalhou em Inglaterra, Sir Lawrence



Alma-Tadema (1836-1912), patente no Museu e Galeria de Arte de Birmingham, a mostrar o friso, pintado tal como no original, a um grupo de amigos (Fig. 6). A letra grega  $\phi$  que costuma representar a razão dourada provém precisamente do nome de Fídias. Os mármores do Partenon não vieram da ilha de Paros, mas sim do muito mais próximo Monte Pentélico, na Ática, a nordeste e perto de Atenas e a sudoeste de Maratona. Em contraste com os mármores de Paros, os do Monte Pentélico são brancos com um tom levemente amarelado que o fazem parecer brilhante quando vistos à luz solar. A antiga pedreira é hoje exclusivamente usada para extrair pedra para o projecto de reconstrução da Acrópole.

Dando um salto no tempo até ao Renascimento, um outro grande mestre do mármore foi o italiano Michelangelo Buonarroti (1475–1564), conhecido entre nós por Miguel Ângelo [9]. Ele é o autor, entre várias obras-primas talhadas em mármore, da «Pietà», esculpida entre 1498 e 1500, que se encontra na Basílica de São Pedro, no Vaticano. Uma outra extraordinária obra de Miguel Ângelo é o «David» (criado um pouco depois, em 1501-1504), que pode ser visto na Galeria da Academia de Belas Artes de Florença (Fig. 7). Existe uma réplica dessa enorme escultura: a altura é de 5,17 m) numa praça de Florença próxima da Galeria. Usando moderna tecnologia, foi efectuada uma cópia para exibição no Pavilhão de Itália da Exposição mundial no Dubai (Expo 2020) [10]. A estátua era tão grande que ocupava três andares, tendo havido o cuidado, já que se tratava de um país árabe, de esconder o órgão sexual numa passagem entre dois andares.

Escreveu Miguel Ângelo, com quem o português Francisco de Holanda terá contactado na sua estada em Roma, a propósito das suas esculturas [11]:

«Em cada bloco de mármore vejo uma estátua; vejo-a tão claramente como se estivesse na minha frente, moldada e perfeita na pose e no efeito. Tenho apenas de desbastar as paredes brutas que aprisionam a adorável aparição para revelá-la a outros olhos como os meus já a veem».

Ele haveria de repetir esta sua pretensão da pré-existência obra de arte escondida dentro do mármore: «Como faço uma escultura? Simplesmente retiro do bloco de mármore tudo que não é necessário.» E, num outro seu escrito: «Eu vi o anjo no mármore e esculpi até que o libertei.»

Vários outros autores haveriam de repetir, por vezes sem referir a fonte original, esta mesma ideia: o trabalho do artista consiste em revelar aos nossos olhos a obra antes oculta. Um deles foi o francês Auguste Rodin (1840–1917), o autor de estátuas famosas como «O Beijo» e «O Pensador» [12], que disse: «Eu escolho um bloco de mármore e retiro dele tudo o que não preciso».

A Sacristia Nova, uma das Capelas dos Medici, na Basílica de São Lourenço em Florença, contém também obras de mármore da autoria de Miguel Ângelo. São as esculturas nos mausoléus de dois membros pouco conhecidos da família Medici: Giuliano di Lorenzo de' Medici, duque de Nemours, e Lorenzo di Piero de' Medici, duque de Urbino: no túmulo do primeiro as figuras são chamadas «Dia» e «Noite» (1520-1534) ao passo que no do segundo são chamadas «Aurora» e «Crepúsculo»

(Fig. 8). Apesar de semelhantes, há evidentes contrastes entre as duas. O conjunto impressiona pela harmonia e sobriedade.

O Prémio Nobel da Física de 1930 Subramanyan Chandrasekhar (1910–1995), professor na Universidade de Chicago de origem indiana mas naturalizado norte-americano, que desvendou alguns dos segredos da estrutura e da evolução estelar, indicou, no seu livro *Truth and Beauty. Aesthetics and Motivations in Science* [13], estes belos túmulos em mármore como exemplos da relação profunda entre arte e ciência. Ele não devia conhecer os versos de Álvaro de Campos, mas cita o matemático inglês George Neville Watson (1886-1965), que passou muitos anos a provar algumas das famosas identidades de Srinivasa Ramanujan (1887–1920), um extraordinário génio matemático indiano cuja intuição o levou a escrever um conjunto de fórmulas num caderno sem a devida demonstração. Escreveu Watson:

“O estudo do trabalho de Ramanujan e o problema que origina inevitavelmente me lembram a observação de Lamé que, quando lia os artigos de Hermite sobre funções modulares, ficava com pele de galinha [no original, ‘on a la chair de poule’, manifestação epidérmica de uma emoção forte). Eu expressaria a minha própria atitude com maior prolixidade dizendo que uma fórmula como

$$\int_0^\infty e^{-3\pi x^2} \frac{\sinh \pi x}{\sinh 3\pi x} dx = \frac{1}{e^{2\pi/3}\sqrt{3}} \sum_{n=0}^{\infty} e^{-2n(n+1)\pi} (1 + e^{-\pi})^{-2} \times (1 + e^{-3\pi})^{-2} \dots (1 + e^{-(2n+1)\pi})^{-2},$$

me transmite uma sensação que é indistinguível da sensação que tenho quando entro na Sacristia Nova da Capela dos Medici e vejo diante de mim a beleza austera do ‘Dia’, da ‘Noite’, do ‘Crepúsculo’ e da ‘Aurora’ que Miguel Ângelo colocou sobre os túmulos de Giuliano de’ Medici e de Lorenzo de’ Medici.”

Tal como as estátuas de mármore, também as identidades de Ramanujan são belas e emocionantes apesar de frias e austeras. Tal como as esculturas, elas permanecem incólumes para a eternidade. E, tal como Miguel Ângelo as descobriu na pedra informe, também Ramanujan extraiu as suas fórmulas matemáticas do «bloco bruto» das ideias. De certo modelo, as verdades matemáticas também são «esculpidas» pelos matemáticos, só faltando, como disse Álvaro de Campos, suficiente gente para as admirar. Um filme, do realizador britânico Matt Brown, sobre Ramanujan, conta a história da sua curta vida, contribuindo para a sua popularidade: *O Homem que Viu o Infinito* (2015).

A matemática tem de ser escrita num suporte que dure e, de facto, as relações matemáticas mais antigas de que dispomos foram escritas não em mármore, mas em tabuletas de argila da Babilónia (numa data entre 1900 e 1600 a C) [14]. Numa delas aparece representado um conjunto de triângulo e rectângulos que prefigura o famoso teorema do filósofo, matemático e músico Pitágoras de Samos (c. 570-c. 495 a.C.), muito antes de este ter nascido (Fig. 9).

A tradição de gravar teoremas matemáticos ou leis da física, com expressão matemática, prolongou-se no tempo. Veja-se o caso das famosas equações de Maxwell, que sumariam todo o electromagnetismo, incluindo as ondas luminosas, e que se encontram gravadas numa placa metálica na casa que foi habitada pelo físico escocês James Clerk Maxwell (1831-1879), em Edimburgo, a sua cidade natal. Ou veja-se, nos nossos dias, a fórmula, bem mais extensa, subjacente ao modelo-padrão da física de partículas, que foi gravada numa rocha *in situ* à entrada do edifício de controlo do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear – CERN, em Genebra, na Suíça (Fig. 10). É pena não ser em mármore, mas não o havia nesse local como há em Paros, Carrara ou Vila Viçosa. A pedra e o metal, sendo a primeira de uso mais antigo, sempre foram os suportes onde o homem deixou inscrições que queria duradouras. A pedra, em particular, que já existe na Terra há milhares de milhões de anos, é uma garantia de eternidade ou, pelo menos, a melhor aproximação a ela.

O mármore usado por Miguel Ângelo era de Carrara, no Norte da Toscana, um mármore branco ou azul acinzentado de grande qualidade. O próprio artista ia lá escolher a melhor pedra, falando com os canteiros. Ainda se encontra em Carrara uma placa (colocada apenas em 1862), naturalmente em mármore, que documenta a estada do artista numa casa dessa localidade a cerca de 100 km de Florença (Fig. 11).

Um outro grande artista italiano que, na escultura, não fica atrás de Miguel Ângelo é Gian Lorenzo Bernini (1598-1680), que viveu no tempo barroco [15]. Ele é o autor entre outras obras de «O Rapto de Proserpina» (de 1621-1622) e de «Apolo e Dafne» (de 1622-1625) (Fig. 12), que se encontram na belíssima Galeria Borghese em Roma. A primeira retrata o rapto violento de Proserpina, filha de Júpiter e Ceres, por Plutão, o deus dos mortos. A segunda representa o momento culminante da história mitológica de Apolo, o mais belo Deus do Olimpo, e da ninfa Dafne. Cupido lança uma seta de ouro a Apolo, instilando nele o amor, e uma seta de chumbo a Dafne, que afasta o amor. O pai de Dafne, perante o desespero da filha, transforma-a num loureiro quando Apolo a alcança. Dificilmente se poderia conjugar a força com a leveza como nestas duas esculturas em mármore, que é de Carrara como nas obras de Miguel Ângelo. Bernini gabava-se de conseguir dar ao mármore a aparência de carne humana.

## 2. O mármore em Portugal

Portugal também tem muito e bom mármore. Trata-se aliás de um dos melhores mármore do mundo, pois, sendo diferente, não fica a dever ao de Paros, ao do Monte Pentélico ou ao de Carrara. Só não houve aqui artistas como Alexandre de Antioquia, Fídias, Miguel Ângelo ou Bernini, que o tivessem metamorfosearam em beleza eterna. O centro nacional do mármore, que é uma rocha metamórfica (calcite ou dolomite recristalizado devido a uma acção ígnea sob grandes pressões) é o «anticlinal de Estremoz», uma dobra geológica convexa, com os estratos mais recentes por cima. Mas há também mármore em menor quantidade nou-

tros locais do Alentejo, como Viana do Alentejo e Trigaches, diferindo de sítio para sítio.

O anticlinal de Estremoz estende-se entre Sousel, a Oeste, e Alandroal, a Leste, não longe de Vila Viçosa (Fig. 12), sendo delimitado a norte por Borba e a sul por Estremoz. É uma estrutura elíptica, orientada de NW-SE e que mede 42 km x 8 km. A sua época geológica é provavelmente o Câmbrio (há 510 milhões de anos), o período mais antigo do Paleozoico [16]. Só uma parte pequena da formação (27 km<sup>2</sup>) é explorada para extracção de mármore.

Encontra-se aí um enorme volume de mármore, conhecido desde tempos remotos (Fig. 13) e usado deste há muito para fins artísticos [17-18]. As pedreiras a céu aberto marcam a paisagem. O mármore de Estremoz é branco, sendo caracterizado por um padrão chamado «raiada» que pode variar em cor e forma. A primeira obra de arte conhecida feita com esse mármore é um túmulo, no Alandroal, encomendado por um capitão cartaginês, por volta de 370 a.C. As referidas pedreiras foram exploradas pelos romanos. O seu mármore foi usado, por exemplo, nos capiteis das colunas (graníticas) do templo romano de Évora, dito de Diana (Fig. 14). Os romanos dispunham de tecnologia para levar mármore de Estremoz à distante cidade de Conimbriga, em Condeixa-a-Velha, perto de Coimbra, e à mais próxima cidade de Mérida (foram aí usados no Teatro Romano).

O mármore alentejano foi usado na Idade Média, como testemunham vários castelos, palácios e casas dessa época (por exemplo, o castelo de Estremoz). Foi levado pelos navegadores portugueses para África, Brasil e Índia. Foi usado na fachada e noutros locais do majestoso Paço Ducal de Vila Viçosa (Fig. 15), sede da Casa de Bragança, cuja construção remonta ao século XVI e que foi restaurado em 1940, quando se comemorava o centenário da Restauração da nacionalidade. Cinco anos depois foi erigida na praça em frente uma estátua equestre de D. João IV, da autoria de Francisco Franco, não em mármore, mas em bronze (sendo a base de granito). Outros monumentos nacionais, como o Mosteiro dos Jerónimos e o Convento de Mafra, também usaram algum mármore alentejano.

As notícias sobre a existência de mármore em Estremoz espalharam-se no século XVIII através de monografias corográficas, memórias paroquiais e diários de viagens de estrangeiros. Com a Revolução Liberal, de 1820, o aproveitamento do mármore, até então ocasional, ganhou um impulso no sentido de uma progressiva industrialização, com a ajuda das então muito recentes ciências geológicas. Nesse tempo crescia o interesse não só pela história da Terra, mas também pela exploração de pedreiras e minas, começando esta actividade a ser regulada. O engenheiro e geólogo francês Charles Baptiste Bonnet (1816-1867), que liderou a partir de 1848 a primeira Comissão Geológica de Portugal [19], andou pela região, tendo recolhido várias amostras de mármore, que apresentou em exposições internacionais. Em 1852, no quadro da Regeneração, saiu uma Lei de Minas. A referida Comissão deveria ter produzido um levantamento geológico para um mapa geológico de Portugal, mas dificuldades de vária índole impediram a concretização desse desiderato: Bonnet só produziu um mapa geográfico do Alentejo e Algarve, tendo a Comissão sido extinta em 1857, para dar lugar a uma segunda Comissão Geoló-

gica liderada pelo militar e geólogo Carlos Ribeiro, que foi coadjuvado pelo médico e lente de Mineralogia e Geologia da Escola Politécnica de Lisboa Francisco Pereira da Costa, que haveria de durar até 1868. Carlos Ribeiro e Joaquim Nery Delgado, um seu discípulo nascido em Elvas, também militar e geólogo, prepararam o primeiro mapa geológico de Portugal na escala 1: 500 000, apresentado na Exposição Universal de Paris de 1867, e publicado em 1876.

As pedreiras de Estremoz já eram licenciadas e inventariadas em meados do século XIX [20]. O maior impulsionador da extracção de mármore na região do Alto Alentejo foi outro francês, Pedro Bartolomeu Déjante (?-1859), um partidário de Napoleão que, com a queda deste, fixou residência em Lisboa, estabelecendo em 1821 uma marcenaria que prosperou [18]. Alguns dos seus móveis exigiam pedras de mármore, que existiam em quantidade na região de Estremoz. Apresentou pedras e móveis na Exposição de Produtos da Indústria de Lisboa de 1849 e na Grande Exposição de Trabalhos da Indústria de todas as Nações, realizada em Londres em 1851, onde também Bonnet apresentou amostras de mármore, trabalhados na oficina de Déjante. Este último ganhou uma medalha de ouro. Voltaria a ser premiado com duas medalhas de prata na Exposição Universal de Paris da Indústria e das Belas Artes de 1855, para onde tinha enviado amostras, em colaboração com Bonnet. Essas exposições internacionais foram grandes atracções do público na segunda metade do século XIX por exibirem dos progressos da Indústria. A obra pioneira de Déjante na exploração e aplicação dos mármore haveria de ser continuada pelo seu filho Júlio.

A chegada do caminho de ferro (linha do Sul e Sudeste) a Évora, em 1863, a Estremoz, em 1873, e a Vila Viçosa, em 1905, facilitou enormemente o transporte da pedra para Lisboa, de onde podia seguir, em geral transformada, por via marítima, para outros destinos, como o Brasil [21].

De início a exploração de mármore na região era feita recorrendo a processos artesanais por empresas de pequena dimensão caracterizadas pelas propriedade e administração familiares. Mas, entre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda, ocorreu um ressurgimento da indústria de extracção dos mármore, tendo-se constituído empresas mais profissionais dirigidas por engenheiros, que investiram na formação de pessoas e na modernização de procedimentos. Uma dessas sociedades tinha capital internacional: a Sociedade Luso-Belga de Mármore SA (Solubema). O trabalho essencialmente manual foi substituído progressivamente pelo mecânico. Foram surgindo oficinas perto das pedreiras. O apogeu da exploração dos mármore foi atingido entre os anos de 1960, década em que a electrificação foi reforçada, e de 1980, quando adveio a crise. Com o decorrer do tempo, as máquinas-ferramentas passaram a ter maior eficácia enquanto as questões da segurança e saúde ganhavam relevância.

Vários artistas portugueses modernos e contemporâneos têm trabalhado o mármore de Estremoz. Destaco dois: o primeiro é alentejano, natural de Alcácer do Sal, António Branco de Paiva (1926-1987), que esculpiu a estátua da Rainha Santa (Fig. 16) em frente ao castelo de Estremoz (foi nessa localidade, em 1336, que Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, faleceu); o segundo, mais conhecido, é o

lisboeta de pai eborense João Cutileiro (1937-2021), que esculpiu uma figura feminina exposta na praça do Giraldo (Fig. 17), para além de ter criado uma estátua de el-rei Dom Sebastião para a praça central de Lagos e uma estátua feminina num lago fronteiro ao Palácio de Mateus, próximo de Vila Real.

A entrada da Wikipédia para «Mármore» em português [22], na data em que a consultei (25 de Maio de 2022) é muito parca sobre o mármore português: apenas diz que «em Portugal, as maiores explorações de mármore localizam-se em torno da zona de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, de onde é extraído o chamado Mármore de Estremoz». Na iconografia mostra-se a Vénus de Milo, mas o monumento exibido é o Taj Mahal, na Índia, e a pedreira exibida é indiana. A página em inglês não fala sequer do mármore português, apesar de indicar uma extensa lista de sítios onde há mármore no mundo. Em contraste, a sua correspondente em alemão [23], muito mais desenvolvida do que as outras, fala do mármore de Estremoz, apresentando amostras dos mármore de Estremoz e de Trigaches, comparando-o com o de outras regiões do mundo, incluindo Carrara. Apresenta uma lista seleccionada das regiões do mundo com maior produção de mármore, que vale a pena reproduzir:

“Europa

- França: Região do Pas de Calais
- Grécia: Drama, Thasos, Penteli
- Itália: Massa-Carrara, Laas, Südtirol
- Portugal: Estremoz-Borba-Vila Viçosa

Ásia

- Turquia: Regiões de Izmir, Muğla, Afyon, Sivas, Akhisar, Antalya, Alanya, Sakarya e Amasya

América do Norte

- Estados Unidos: Estados federais da Geórgia e Vermont
- Canadá: Província do Quebec.”

A entrada apresenta uma imagem do *Ehecarrussel* («Carrocel do Casamento») (Fig. 18), também chamada Fonte de Hans Sachs, do escultor alemão da escola realista Jürgen Weber (1928–2007), situada no centro de Nuremberga, no norte da Baviera, na Alemanha, que tem partes feitas de mármore de Estremoz, tal como lá vem indicado. A fonte foi construída entre 1977 e 1981, com o propósito prosaico de cobrir um respiradouro de metro. As figuras grotescas em bronze representam as várias fases do casamento, segundo um poema do poeta nascido na cidade no século XV Hans Sachs [24]. Tendo sido muito criticado no tempo da sua inauguração, tornou-se entretanto uma dos locais simbólicos da cidade. A arte tem a capacidade de regenerar os sítios urbanos.

O nosso país tem sido desde o século XIX um exportador de mármore, dada a sua elevada produção e a boa qualidade do produto. O maior produtor mundial de pedra natural, blocos que servem para construção civil e ornamentação e que incluem, para além do mármore, o granito, o calcário e o xisto (só para referir ao materiais mais abundantes), eram, em 2014, a China, com 42,5 megatoneladas [24]. Seguiam-se a

Índia, com 22, a Turquia, com 11,5, o Irão, com 7, e a Itália, com 6,8. Em 9.º lugar aparece Portugal, com 2,8 megatoneladas. Não é uma posição modesta, pois em poucas matérias-primas Portugal está no *top ten* mundial: Portugal, apesar de ser um país muito mais pequeno, aparece à frente dos Estados Unidos. Na listagem de países exportadores, no mesmo ano, Portugal ocupa o 7.º lugar mundial, com 1,7 megatoneladas, só sendo batido pela China, Índia, Turquia, Itália e Espanha. Isto significa que a maior parte da nossa produção é para exportação.

### 3. O futuro do mármore

O mármore tem uma grande história no mundo, pontuada por obras de arte extraordinárias, e tem também um grande futuro, por ser um material inigualável. As projecções indicam que as necessidades de mármore vão continuar a crescer à escala global dado o aumento da população mundial e o concomitante aumento da construção civil.

A produção de mármore no Alentejo tem sido mais ou menos estável nos últimos tempos, dado não ter havido crescimento da procura e de haver forte concorrência de outras regiões, designadamente a China e a Índia (razão por que se fala de «crise» do sector), mas existem condições para responder a uma eventual maior procura. No anticlinal de Estremoz as reservas são imensas; apesar da grande exploração realizada, há uma enorme riqueza ainda por extrair. Só cerca de um terço dos 27 km<sup>2</sup> de mármore foram explorados até hoje. A exploração de mais um décimo, com pedreiras de uma altura de 100 m, dará um total de 220 milhões de toneladas, o que considerando os valores correntes da extracção anual, seria um trabalho que levaria mais de 500 anos! Esta estimativa peca decerto por defeito porque a altura de mármore é bastante maior, podendo nalguns sítios ultrapassar os 400 m. Portanto, não falta mármore para uso interno e, principalmente, externo.

O património do mármore tem sido estudado e valorizado nos últimos anos. As pedreiras de mármore de Estremoz ganharam má fama com a derrocada em 2018 de um troço da estrada municipal 255 numa zona de pedreiras entre Vila Viçosa e Borba, causando cinco mortos, mas essa funesta circunstância não deve impedir nem a continuação da exploração sustentável, usando as melhores tecnologias e assegurando os melhores cuidados para os trabalhadores e para as populações, nem a continuada promoção turístico-cultural da região. Como a maior parte do mármore de Estremoz se destina a exportação, trata-se de uma riqueza nacional que urge valorizar: há quem fale em «ouro branco». Mas também tem um inegável valor turístico com componentes económica e cultural. As duas devem ser harmonizadas da melhor maneira.

As maiores povoações da formação geológica onde se encontra o mármore – por ordem alfabética, Alandroal, Borba, Estremoz, Sousel, Vila Viçosa Alandroal e Borba – bem fariam, em constituir um pólo de atracção turística, juntando a história, a arte, a ciência e a tecnologia (Carrara pode ser um exemplo inspirador). Todas essas dimensões são manifestações da vasta cultura humana. Nesta perspectiva,

cumpre, por exemplo, modernizar o interessante Museu do Mármore de Vila Viçosa, reforçar o Centro Ciência Viva de Estremoz, que justamente se especializou nas Ciências da Terra, e dar a conhecer, em visitas guiadas às pedreiras, as profundezas da Terra que o engenho do homem revelou para seu benefício. Seria também conveniente convidar para a região artistas da pedra, que pudessem mostrar como uma obra de arte que começa por existir só na imaginação do artista emerge da pedra a golpes de cinzel, para além de organizar exposições das obras de mármore e congéneres. A junção da arte com a ciência só pode reforçar a cultura.

O mármore vem da Terra e começa por ser um assunto das ciências geológicas. Mas é também matéria-prima das artes, incluindo até a literatura. O Padre António Vieira (1608–1697), que foi segundo Fernando Pessoa o «imperador da língua portuguesa», usou no «Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma» (1644), o mármore numa das sujas poderosas metáforas morais [25]:

«E assim como não há mármore nem bronze tão duro que, ferido do raio do sol, não responda ao mesmo sol com a reflexão do seu raio, assim não há coração tão de mármore na dureza, e tão de bronze na resistência, que, prevenido no amor, o não redobre e corresponda com outro.»

## Bibliografia

- [1] CAMPOS, Álvaro de. *Obra Completa*, ed. Jerónimo Pizarro e António Cardiello, Lisboa: Tinta da China, 2024.
- [2] PASQUIER, Alain, *La Vénus de Milo. Les Aphrodites du Louvre*: Paris: Ed. Réunion des Musées Nationales, 1985.
- [3] LIVIO, Mario, *O Número de Ouro*, Lisboa: Gradiva, 2012.
- [4] [https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto\\_Futurista](https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_Futurista) (consultado em 25 de Maio de 2022)
- [5] «ORPHEU» Revista Trimestral de Literatura, Ano I – 1915, n.º 1 Jan.-Fev.-Mar. Lisboa: Oficinas da Tipografia do Comércio. Edição fac-similada, Lisboa: A Bela e o Monstro, 2015.
- [6] FARRA, Maria Lúcia del Farra, «De Florbela para Pessoa com amor», *Pessoa Plural*: 7 (P/Spring 2015), 116-131.
- [7] ESPANCA, Florbela, *Poesia Completa*, Lisboa: Bertrand, 9.ª ed., 2009.
- [8] PESSOA, Fernando e BOTTO, António (coords.) *Antologia de Poemas Portugueses Modernos*, Coimbra: Editorial Nobel, 1944.
- [9] NÉRET, Gilles, *Miguel Ângelo*, Colónia: Taschen, 2010.
- [10] <https://www.reuters.com/world/middle-east/dubai-expo-offers-close-up-michelangelos-david-only-neck-up-2021-10-06/> (consultado em 25 de Maio de 2022)
- [11] In *International journal of religious education*: Vol. 23, p. 23, National Council of the Churches of Christ in the United States of America. Division of Christian Education, International Council of Religious Education, 1946.
- [12] NÉRET, Gilles, *Rodin. Esculturas e Desenhos*, Colónia: Taschen / Público, 2004.



- [13] CHANDRASEKHAR, S., *Truth and Beauty. Aesthetics and Motivations in Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- [14] <https://mymodernmet.com/ancient-babylonian-geometry-tablet/> (consultado em 25 de Maio de 2022)
- [15] MORMANDO, Franco, *Bernini: His Life and his Rome*, Chicago: University of Chicago Press, 2013.
- [16] CARVALHO, A. Galopim de, *As Pedras na Ciência e na Cultura*, Lisboa: Âncora, 2021.
- [17] SERRÃO, Vítor, SOARES, Clara Moura e CARNEIRO; André, (coords.), *Mármore 2000 anos de história*. Vol. I. *Da Antiguidade à Idade Moderna*. Lisboa: Theya Editores, 2019.
- [18] MATOS, Ana Cardoso de e ALVES, Daniel (coord.), *Mármore: 2000 anos de história*. Vol. II. *A evolução industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea*, Lisboa: Theya Editores, 2019.
- [19] CARNEIRO, Ana, MOTA, Teresa Salomé e LEITÃO, Vanda, *O Chão que Pisamos. A Geologia ao serviço do estado (1848-1974)*, Lisboa: Edições Colibri, 2013.
- [20] ALVES, Daniel (coord.), *Mármore, Património para o Alentejo: Contributos para a sua história (1850-1986)*, Vila Viçosa: CECHAP, 2015.
- [21] QUINTAS, Armando, «Técnicas e tecnologias ligadas ao mármore: uma viagem pela história, in [20], pp. 129-160.
- [21] <https://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rmore> (consultado em 25 de Maio de 2022)
- [22] <https://de.wikipedia.org/wiki/Marmor> (consultado em 25 de Maio de 2022)
- [23] <https://de.wikipedia.org/wiki/Ehekarussell> (consultado em 25 de Maio de 2022)
- [24] ANIET, *Diagnóstico competitivo sobre o setor da extração e transformação da pedra natural*, Porto, s.d.  
[http://www.aniet.pt/fotos/editor2/internacionalizacao/diagnostico\\_competitivo\\_sector.pdf](http://www.aniet.pt/fotos/editor2/internacionalizacao/diagnostico_competitivo_sector.pdf) (consultado em 25 de Maio de 2022)
- [25] <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=134889> (consultado em 25 de Maio de 2022)



Figura 1 – Vénus de Milo, séc. II a.C., atribuída a Alexandre de Antioquia, Museu do Louvre em Paris.



Figura 2 – Vitória de Samotrácia, sécs. III-II a.C., de autor desconhecido, Museu do Louvre em Paris.



Figura 3 – Campa da poeta Florbela Espanca, no cemitério de Vila Viçosa.

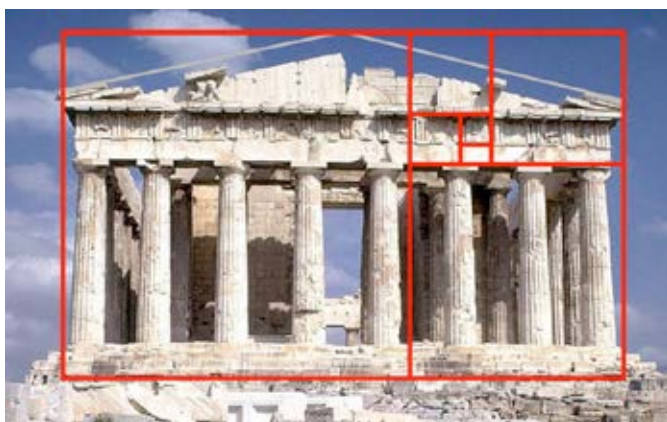


Figura 4 – Fachada do Partenon, em Atenas, Grécia, com um rectângulo dourado sobreposto.



Figura 5 – Frisos do Partenon, mais conhecidos por «mármore de Elgin», no Museu Britânico, em Londres.



Figura 6 – «Fídias mostrando o friso do Partenon aos seus amigos», de Sir Lawrence Alma-Tadem, no Museu de Birmingham e Galeria de Arte..



Figura 7 – «David», de Miguel Ângelo, na Galeria da Academia de Belas Artes de Florença.



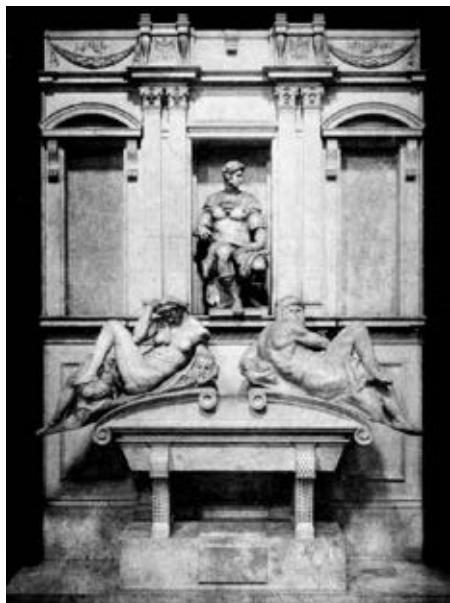


Figura 8 – Esculturas tumulares de Miguel Ângelo feitas para dois membros da família Medici na Sacristia Nova da Basílica de São Lourenço em Florença. A primeira, no túmulo de Giuliano de' Medici representa o “Dia” e a “Noite”, e a segunda, no túmulo de Lorenzo de' Medici, representa a “Aurora e o Crepúsculo”



Figura 9 – Tabuleta de argila da Antiga Babilónia com uma inscrição matemática sobre a área de triângulos, que para alguns autores antecipa o teorema de Pitágoras.



Figura 10 – Pedra com a inscrição da fórmula que sumaria o modelo padrão da física de partículas, à entrada do Centro de Controlo do CERN, em Genebra.



Figura 11 – Placa que documenta a presença de Miguel Ângelo numa casa de Carrara.



Figura 12 – «Apolo e Dafne» de Bernini, na Galeria Borghese, em Roma.

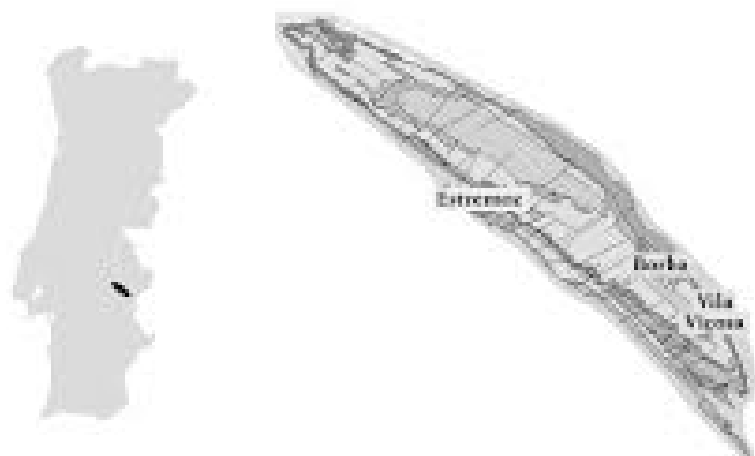


Figura 13 – Localização do anticlinal de Estremoz.

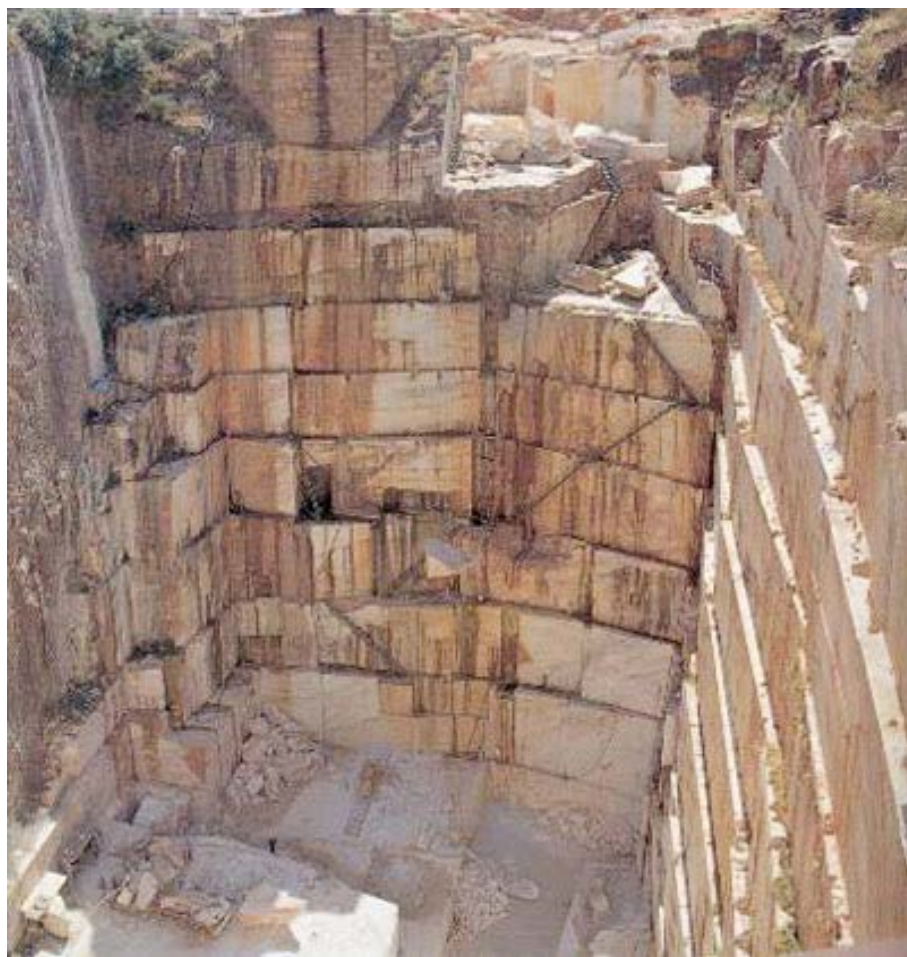


Figura 14 – Pedreira de mármore no anticlinal de Estremoz.



Figura 15 – Templo Romano, dito de Diana, em Évora.



Figura 16 – Paço Ducal de Vila Viçosa.



Figura 17 – Escultura da Rainha Santa de António Branco de Paiva, junto ao castelo de Estremoz.





Figura 18 – Escultura de João Cutileiro, na Praça do Giraldo, em Évora.



Figura 19 – *Ehecarrussel* («O Carroucel do Casamento»), escultura de Jürgen Weber numa praça de Nuremberga.

# **Economia, Património e Cultura (im)material da Indústria dos Mármore de Vila Viçosa, Borba e Estremoz**

---

**Armando Quintas**

**Resumo:** A exploração de mármore, tal como outras rochas decorativas, constitui uma actividade milenar que em Portugal recebeu o seu mais recente impulso modernizador em inícios do século XX.

A sua zona de extracção mais emblemática localiza-se nos concelhos alentejanos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz, nos quais, uma moderna indústria permitiu um grande desenvolvimento económico destes territórios, com uma grande empregabilidade e dinamismo, mas que em simultâneo também nos passou a apresentar desafios no decorrer do seu desenvolvimento.

Esta actividade constituiu um caso exemplar de industrialização num território regional pretensamente apenas agrário e a importância dos seus recursos geológicos deu lugar não só a interessantes complexos fabris e a uma paisagem em constante mudança, como também conduziu à construção de uma identidade e de uma memória histórica muito importante que urge preservar e dinamizar como elemento de valorização cultural, industrial e turística.

## **1. O enquadramento económico da indústria dos mármore**

A importância da zona dos mármore do Alentejo<sup>1</sup> no contexto histórico de dois milénios, explica-se pela sua jazida, formada há vários milhões de anos e que apresenta mármore cristalinos de elevada qualidade, cujos tons mais comuns são o branco, o rosa, o creme e o azul acinzentado. Trata-se de uma abundante jazida, cujos recursos disponíveis, considerando um rendimento de 20%, foram estimados

---

\* Centro de Estudos CECHAP (Vila Viçosa) / CIDEHUS – Universidade de Évora.

<sup>1</sup> Refira-se que os mármore portugueses, concentrados na região do Alentejo, também podem ser encontrados noutras zonas, tais como Serpa, Viana do Alentejo, Ficalho, Trigaches ou Escoural. No entanto e apesar desta diversidade geológica, todas estas jazidas se encontram inactivas há mais de duas décadas.

em 2009, num total de 103 milhões de metros cúbicos, distribuídos pelos seus núcleos de exploração da seguinte forma: Estremoz: 6 milhões de m<sup>3</sup>; Borba: 8 milhões de m<sup>3</sup>; Vigária (Vila Viçosa): 16 milhões de m<sup>3</sup>; Lagoa (Vila Viçosa): 65 milhões de m<sup>3</sup>; Pardais (Vila Viçosa): 8 milhões de m<sup>3</sup>.<sup>2</sup> Já em 2012, uma outra estimativa mais modesta, apresentou uma disponibilidade total destas jazidas na ordem dos 51 milhões de metros cúbicos.<sup>3</sup> Fazemos notar que este valor apenas se refere aos 5 núcleos de exploração, não contabilizando as existências fora das zonas delimitadas para exploração. Refira-se ainda, para melhor compreensão da presente análise, que a densidade média deste mármore, é de 2700kg por cada m<sup>3</sup>. Por outro lado, os mármore continuam a ter uma importância económica de relevo, cujo panorama mais recente é possível traçar a partir dos dados publicados a propósito da indústria portuguesa. Nesse sentido, para se compreender a nossa indústria extractiva e a posição dos mármore na mesma, observem-se os quadros seguintes.



Figura 1 – A típica paisagem dos mármore, CECHAP, 2022

---

<sup>2</sup> Cartografia Temática do Anticlinal, INETI, 2009

<sup>3</sup> Carvalho, Jorge e outros, Evaluation of the Portuguese Ornamental Stone Resources, in Key Engineering Materials Vol. 548, 2012, 3-8

**Quadro 1 – Produção comercial das pedreiras portuguesas, total vs rochas ornamentais 2005-2020<sup>4</sup>** (Toneladas / Valor em €)

Ano	Tonelagem			Valor (€)		
	Total	R. O.	%	Total	R.O	%
2005	198.164.325	2.948.732	1.48	819.395.000	166.336.000	20.30
2010	74.712.623	2.816.731	3.77	454.324.000	176.228.000	38.79
2015	45.448.278	2.887.076	6.35	320.447.000	165.957.000	51.79
2016	43.028.997	2.810.220	6.53	320.795.000	166.879.000	52.00
2017	47.492.352	3.207.051	6.75	342.285.000	179.925.000	52.56
2018	48.197.758	4.442.639	9.22	352.484.000	185.517.000	52.63
2019	53.057.942	4.683.654	8.83	342.154.000	175.134.000	51.18
2020	56.738.188	3.769.122	6.64	366.065.000	171.966.000	46.98

Fonte: D.G.E.G. 2021

O Quadro 1 mostra-nos, o volume e o valor de extracção das pedreiras portuguesas entre os anos de 2005-2020. Em simultâneo mostra-nos também os volumes e valores das rochas ornamentais possibilitando aferir a importância das mesmas dentro do quadro geral da extracção de pedra em Portugal. Pela análise dos dados apresentados, podemos verificar uma grande quebra nos primeiros anos da produção das pedreiras portuguesas, o que está em sintonia com a plena crise económica mundial que se originara em 2008. No seu todo, a exploração de rochas no país, registou um recuo de 62% na tonelagem extraída e de 45% no respectivo valor. Esta situação só se começou a inverter em 2016. Contudo, se verificarmos as rochas ornamentais no seu todo (incluem-se os mármore, calcários, granitos e rochas, pedra para calçada, pedra rústica, ardósia e xistos) a tendência no mesmo período foi inversa, pois apesar de uma baixa da tonelagem extraída, esta subiu no contexto geral e o valor da produção foi subindo, apenas começando a registar quebra no final do período analisado.

**Quadro 2 – Produção comercial das rochas ornamentais, total vs mármore 2005-2020** (Toneladas / Valor em €)

Ano	Tonelagem			Valor (€)		
	Rochas ornamentais	Mármore	%	Rochas ornamentais	Mármore	%
2005	2.948.732	242.752	8.23	166.336.000	39.848.000	23.96
2010	2.816.731	223.408	7.93	176.228.000	46.022.400	26.11
2015	2.887.076	182.930	6.34	165.957.000	34.079.000	20.53

[continua]

<sup>4</sup> Estão incluídas as produções de minerais industriais e de minerais para a construção. Estes últimos subdividem-se em agregados, minerais para cimento e cal e rochas ornamentais.

Ano	Tonelagem			Valor (€)		
	Rochas ornamentais	Mármore	%	Rochas ornamentais	Mármore	%
2016	2.810.220	179.838	6.40	166.879.000	31.853.000	19.08
2017	3.207.051	191.448	5.97	179.925.000	34.511.000	19.18
2018	4.442.639	177.971	4.00	185.517.000	30.480.000	16.43
2019	4.683.654	179.954	3.84	175.134.000	18.858.000	10.77
2020	3.769.122	155.877	4.14	171.966.000	18.888.000	10.98

Fonte: D.G.E.G. 2021

O quadro 2, reporta-nos o volume e valor da extracção de todas as rochas ornamentais de Portugal e em paralelo dos mármore, mostrando-nos a importância destes dentro do contexto das rochas ornamentais. Nesta análise estão incluídas as seguintes rochas: mármore, calcário, granito e rochas similares, pedra para calçada, pedra rústica, ardósia e xistos. Não são incluídos os minérios industriais nem os agregados, que pertencem a outros subsectores económicos e que já foram anteriormente analisados. Quanto aos mármore, estes correspondem simultaneamente a toda a produção nacional, que se concentra nestes três concelhos e que em 2016 estava sustentada em 46 pedreiras, 5 em Borba, 8 em Estremoz e 33 em Vila Viçosa.<sup>5</sup> Pela análise do quadro, verifica-se assim que o percurso que o sector na sua globalidade vinha encetando, apesar de alguma oscilação, era de crescimento, e que só acaba travado pela situação anormal dos mercados mundiais em 2020. Por outro lado, no caso do mármore, vai-se revelando quebras sucessivas e abaixamentos dos valores de produção. Se em 2015 ele ainda valia 20.53% de todo o sector, em 2020 a sua importância baixa para 10.98% do total e isto explica-se em parte pela quebra de dinamismo da sua indústria, bem como da subida de valor das restantes rochas. De referir, que apesar de não ser nosso objectivo analisar aqui esta dinâmica histórica, estes mármore chegaram a deter entre os anos 60 e os inícios dos anos 90 do século passado, a esmagadora maioria do valor de extracção de todo o sector.

### Quadro 3 – Empresas e pessoal ao serviço – 2019

	Alentejo Central	Portugal
N.º de Empresas de extracção	45	146
N.º de Empresas de transformação	57	1096
Pessoal ao serviço nas empresas de extracção	n/d	1058
Pessoal ao serviço nas empresas de transformação	418	6177

Fonte: I.N.E. 2021: Empresas / Pessoal ao serviço

<sup>5</sup> Pedreiras da Região Alentejo: Caracterização do setor da extração de massas minerais. Situação face à regulamentação técnica e legal. D.G.E.G. – Divisão de Pedreira do Sul, Outubro 2016, 21.

**Quadro 4 – Volume de negócios e valor acrescentado bruto – 2019**

	<b>Alentejo Central</b>	<b>Portugal</b>
Volume de negócios das empresas de extracção (em euros)*	56.797.431	99.318.084
Volume de negócios das empresas de transformação (em euros)	33.507.795	452.358.494
Valor acrescentado bruto das empresas de extracção (em euros)*	22.158.388	44.880.989
Valor acrescentado bruto das empresas de transformação (em euros)	9.594.963	163.480.893

\* Dados disponíveis apenas para a totalidade da região Alentejo  
Fonte: I.N.E. 2021: Volume de negócios / Valor acrescentado bruto

No quadro 3, referente às empresas de mármore e respectivo pessoal ao serviço, é possível verificar a discrepância entre a indústria extractiva e transformadora. No primeiro caso, um terço das empresas estão oficialmente presentes no Alentejo, ainda que na prática seja a sua totalidade, já que as jazidas aqui se encontram, mas por comodidade comercial ou por deterem outras explorações, as suas sedes oficiais estão registadas noutros locais. Já para o caso da indústria transformadora, sendo o mármore extraído um recurso com grande mobilidade, se verifica que a esmagadora maioria da transformação se encontra fora da região, mais precisamente 95% da mesma. Quanto ao pessoal ao serviço, ele é proporcional ao número de empresas de transformação e apesar de não termos dados, é expectável que o seja também para a extracção. No quadro 4 encontram-se plasmados os volumes de negócio e valores acrescentados brutos, que nos permitem verificar que a diferença se reduz em termos da extracção, contando o valor regional como cerca de metade do total nacional, mas que aumenta a diferença na transformação, já que, como acima mencionamos, a maioria das empresas de transformação está instalada noutras regiões. Para completar a análise económica, apresentamos as exportações e os seus principais destinos no período compreendido entre 2019-2021.

**Quadro 5 – Exportação de rochas ornamentais e mármore (em Euros)**

	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Exportação de rochas ornamentais (Em Euros)	465.069.268	401.070.915	472.298.674
Exportação total de mármore (em Euros)	108.943.443	91.558.219	106.006.467
Exportação de mármore em bruto / bloco	39.205.980	28.351.182	37.033.836
Exportação de mármore serrados	22.062.528	18.312.920	17.958.874
Exportação de mármore em obra	47.674.935	44.894.117	51.013.757

Fonte: I.N.E. 2021: Exportações em valor

**Quadro 6 – Mármore, Países de destino por valor, maiores importadores**

	2019	2020	2021
Exportação de mármore em bruto/bloco	China	China	China
Exportação de mármore serrado	Arábia Saudita	Arábia Saudita	Arábia Saudita
Exportação de mármore em obra	França	França	Arábia Saudita

Fonte: I.N.E. 2021: Exportações em valor

No quadro 5 podemos observar a totalidade do valor das exportações de todas as rochas ornamentais e a sua particularização ao nível do mármore e a sua desagregação por tipos, no computo da exportação nacional por conjunto de todas as regiões e empresas. Observamos que existiu uma quebra em 2020, fruto da situação anormal dos mercados, logo de seguida com uma recuperação que ultrapassou o valor inicial. Em relação aos mármore, eles registaram um movimento semelhante, atingindo respectivamente 23,42%, 22,82%, e 22,44% de toda a exportação. Refira-se, que, também na exportação em décadas passadas, detinham por si, a maior quota do sector, sendo que em 2004 ainda contabilizavam 48% de todo o valor exportado.<sup>6</sup> A ligeira queda verificada em 2020 devido à situação mundial começou a ser recuperada no ano transacto e nestes três anos a exportação do mármore em obra, o tipo de mármore com maior valor acrescentado por ser produto finalizado reforçou-se, passando de 43% para 49% de todo o valor de exportação. Por último, no quadro 6 referente aos destinos de exportação, a China e a Arábia Saudita mantêm o perfil de exportações registadas na última década para os mármore em bloco e serrados. Quanto aos mármore em obra, a França vem recentemente disputando o lugar de maior importador à Arábia Saudita, modificando os destinos destas exportações que se têm mantido maioritariamente extra-europeias. Em traços gerais, esta é a situação económica recente da indústria dos mármore do Alentejo. Sem entrarmos em grandes aprofundamentos que exigiriam estudos mais complexos, fazemos notar que o fraco dinamismo desta indústria (em comparação com as décadas anteriores), não se deve à falta de matéria-prima em qualidade e abundância, mas a outros problemas estruturais ao nível empresarial. Um dos grandes problemas ao nível regional é a fraca presença da indústria transformadora. Já ao nível nacional, o facto das vendas de mármore em bloco, continuarem a ter um grande peso no total das exportações.

## 2. A dimensão cultural da indústria da pedra

Nos últimos anos, esta actividade tem assistido ao aparecimento de uma nova dimensão que ultrapassa o seu quadro tradicional de extracção, transformação e

<sup>6</sup> Quintas, Armando, Os Mármore do Alentejo. História, Património e Valorização Cultural (1850-2020), Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2021, 255-270



comercialização e que assenta na sua valorização cultural. É uma consequência da ampliação dos últimos trinta anos, do conceito de “património cultural”, devido à consciencialização dos valores intrínsecos de outros elementos históricos que também passaram a ser considerados como testemunhos de cultura e civilização. Assim, aos campos já consagrados como a arte, a arqueologia ou a arquitectura, foi adicionado o “património industrial”, que é o testemunho, o vestígio e a memória da indústria bem como do sector produtivo.



Figura 2 – Monumento ao trabalhador do mármore, Bencatel, CECHAP, 2022

Desta forma o desenvolvimento do conceito de património industrial, testemunho autêntico da evolução do mundo do trabalho, ligado às actividades produtivas e sua modernização económica e tecnológica, faz com que a economia da pedra não se limite unicamente às suas operações comerciais típicas. Ele também possibilita a sua extensão ao campo cultural, uma vez que pode gerar um capital, um valor seja ele monetário ou simbólico, a partir de elementos comuns, nomeadamente a memória e a construção ou reforço da identidade de um território, dois conceitos indissociáveis que só podem ser aprimorados através da compreensão da evolução das dinâmicas históricas e territoriais. Mas para valorizar não basta anunciar intenções, é necessário conhecer profundamente os usos deste material, desde os tempos mais remotos até à actualidade. A actividade milenar é por si geradora de uma cultura muito própria em torno da descoberta, transformação e uso de um recurso mineral de elevada qualidade e entenda-se por actividade milenar, as vicissitudes dos processos de encomendas de mármore, os desejos por detrás dos mesmos e o que isso despoletou no território, em termos de técnicas empregues e



respectivas ferramentas, cooptação de mão de obra, aspirações das mesmas, o necessário comércio e o papel do próprio mineral como agente de afirmação social dos encomendadores, ou não se tratasse o mármore de um produto caro e à partida não acessível a todos os habitantes de um determinado local. Pela sua génese produtiva ao longo de dois milénios, com uma intensidade industrial no último século, esta actividade tem gerado uma série de patrimónios. Desde logo as paisagens da produção, locais de extracção do mármore, as pedreiras, hoje presentes às centenas numa exígua faixa de território que não se estende por mais de 35 km de comprimento por 15 km de largura, mas também as suas fábricas transformadoras. Nelas se pode apreciar a evolução do território, com o desventrar da terra, as alterações geológicas e deformações bem gravadas nas frentes de exploração e ainda todo o processo de desmonte da pedra e sua preparação para um produto de luxo maioritariamente de exportação. A maquinaria, as ferramentas e os objectos técnicos são outro tipo de testemunho patrimonial que nos remete para a memória desta indústria, sejam os mecanismos mais modernos, como os mais arcaicos possível onde a mão e a força braçal jogavam um papel fundamental. Por outro lado temos a cultura do saber fazer muito presente nas oficinas de canteiro, onde se concilia as técnicas de trabalho ancestrais com as novas tecnologias e se produz ora para um mercado ainda utilitário como também e cada vez mais para um mercado artístico, ou não fosse o canteiro, um mestre artesão com muita arte e engenho. Outros patrimónios existem e podem ser considerados, como as estruturas de suporte e ou vias de comunicação. Mas foquemos-nos sobretudo no património vivo que constitui a comunidade e no seu sentimento de pertença a uma zona específica de produção de pedra. Nos territórios de exploração de recursos pétreos, não limitados a estes três concelhos, e alargando mesmo ao espectro internacional, é comum os laços familiares revelarem a pertença a este tipo de actividade, em que as famílias da zona, costumam ter um elemento que ali trabalha ou trabalhou, e por outro lado, é comum também existirem festividades ou expressões culturais cíclicas que nos remetem para a indústria da extracção e transformação das pedras. Neste sentido os casos das regiões da Valónia na Bélgica, de Carrara em Itália ou Macael em Espanha, são bastante elucidativos a este respeito, e partilham com o Alentejo, um conjunto de semelhanças ao nível da memória do trabalho da pedra e do impacto da actividade nas populações das redondezas.

### **3. A valorização do património dos mármore do Alentejo**

Este devir cultural tem contribuído para um novo modelo de desenvolvimento, em que o próprio sector e também as políticas de produção de cultura, turismo e planeamento regional podem perspectivar novas formas de progredir através da apropriação simbólica da dimensão industrial e, em particular do passado industrial. Algumas destas práticas já as podemos encontrar presentes na zona dos mármore, com a promoção e valorização do património da indústria, seja esse no âmbito material, como imaterial. Em primeiro lugar, o estudo PHIM – Património

## Economia, Património e Cultura (im)material da Indústria dos Mármore de Vila Viçosa, Borba e Estremoz

e História da Indústria dos Mármore<sup>7</sup>, promovido desde 2012 pelo Centro de Estudos CECHAP em colaboração com diversas Universidades portuguesas. Esta investigação no âmbito das ciências sociais e humanas complementa perfeitamente bem aquela outra iniciada há décadas no âmbito da geologia, dando-lhe um sentido histórico e humano. Este estudo já produziu 5 monografias e 2 cadernos patrimoniais. Já deu origem a mais de três dezenas de artigos científicos e ainda a meia centena de comunicações orais em congressos nacionais e internacionais, em vários países europeus e no Brasil.



Figura 3 – Publicações do Centro de Estudo CECHAP (2012-2022), CECHAP, 2022

Por seu lado, o turismo industrial do mármore está assegurado pela Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz<sup>8</sup>, produto turístico especializado na visita e na actividade criativa do sector do mármore, cujos guias, conhecedores do território, têm como missão dar a conhecer as dinâmicas desta indústria e a sua evolução histórica. É actualmente a única oferta turística no âmbito dos mármore existente em Portugal, encontrando-se integrada no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal. No que diz respeito à gestão da informação documental, Vila Viçosa pode contar com a Biblioteca / Arquivo Alfredo Tinoco, pertencente ao Centro de Estudos CECHAP, na qual se encontram depositados inúmeros fundos documentais dos mármore portugueses, e que é porventura o repositório físico mais completo neste momento no país sobre esta temática. No âmbito expo-

<sup>7</sup> <https://www.marmore-cechap.pt/publications>

<sup>8</sup> <https://rotadomarmoreae.com/pt>

sitivo de representação cultura do mármore, contamos também em Vila Viçosa, com dois núcleos expositivos, quer o núcleo museológico da Gradinha, de gestão municipal, quer o núcleo expositivo do Centro de Estudos CECHAP, de gestão privada. Em ambos podemos encontrar desde amostras de mármore, instrumentos de trabalho, ferramentas desta indústria, bem como imagens e fotografias desta indústria.



Figura 4 – Núcleo expositivo da rota do Mármore, em detalhe, ferramentas do mármore, CECHAP, 2022

Estas actividades e dimensões de promoção da cultura da pedra, sua indústria e economia, são muito importantes, no entanto são insuficientes. O actual território do mármore, sofre de uma estrondosa desorganização ao nível territorial, empresarial e institucional que se foi agravando a partir dos anos 90 do século passado, com a extinção do Serviço de Fomento Mineiro, com o encerramento do Cevalor em 2016 e que atingiu proporções calamitosas com o acidente da estrada de Borba, ocorrido em 19 de Novembro de 2018. Esta situação só se pode inverter profundamente, com um plano de desenvolvimento integrado que tenha em conta todos os actores do território e os vários vectores existentes, económicos, sociais, territoriais, formativos e institucionais. É necessário um plano regional estratégico que identifique na sua concepção as necessidades dos industriais e das populações, que os escute e que seja preparado de forma integrada, isto é incluindo todos os aspectos da vida económica e social dos concelhos abrangidos. Incluimos aqui, o retorno a uma parte das ideias do antigo Prozom – Plano Regional de Ordenamento da Zona dos Mármore, adaptando-as às circunstâncias actuais e futuras, em que os PDM – Planos de Ordenamento Municipal sejam integrados numa óptica a pensar a expansão da actividade dos mármore, evitando a contínua classificação e desclassificação de zonas de extracção / agrícolas e florestais que têm ocorrido ao longo dos últimos anos, tendo como instrumento uma nova análise mais completa de todas as zonas de exploração, activas e inactivas que nos possa informar que pedreiras esgotaram a sua vida útil em termos de extracção de materiais com capacidade de colocação nos mercados e quais, estando inactivas, que potencialidades apresentam em caso de reinício de actividade. Há também que ter em conta, as necessidades futuras em termos de água para consumo humano / industrial, as

acessibilidades rodoviárias e ferroviárias e os problemas ambientais das explorações, desde o esvaziamento dos terrenos, instabilidade de taludes e os rejeitos das explorações e transformações com aplicações industriais, escombreliras e lamas.

Situações como a falta de água em Bencatel por problemas na captação, numa zona de abundantes recursos hídricos, das estradas em perigo, que ligam o concelho como a de Bencatel e a de Alandroal / Pardais, têm que ser resolvidas no mais curto espaço de tempo, sob pena de estrangularem a actividade económica, originando ainda mais problemas sociais. Por outro lado, a ferrovia é uma oportunidade futura que não deve ser desperdiçada e está longe de se esgotar na construção da linha pesada de mercadorias Sines – Europa, pois a proximidade com Vila Viçosa e com a antiga linha e o seu ainda existente espaço canal de Vila Viçosa – Estremoz, oferecem uma possibilidade de instalação de novos modelos de ferrovia ligeira que estão a ser implementados em toda a Europa, conjugando o transporte e transbordo não só de mármore, como de envio e recepção de outros produtos para a zona dos mármore, tais como produções agro-industriais, maquinarias e consumíveis para a indústria, nesse sentido, a escolha da localização da futura estação técnica de Alandroal, deve ser muito bem ponderada. Quanto aos problemas dos rejeitos da indústria, escombreliras de mármore que abundam no território bem como as lamas das serragens, devem ser pensados na óptica de recursos a usar como sub-produtos, não só fazendo cumprir a legislação mais recente, mas criando condições para o seu escoamento / utilização. Nas escombreliras encontram-se a maior parte dos mármore extraídos, pois com uma jazida fracturada, o aproveitamento máximo é de apenas até 20%, nelas se encontram as despesas da extracção e grande parte dos lucros que faltam aos industriais. Nos montes de lamas deixados ao azar por todo o território, encontram-se quer potencialidades já estudadas para sub-produtos, como por exemplo melhorias das pastas cerâmicas, mas também problemas latentes de nível muito grave, com infiltrações nos solos, o que mais tarde ou mais cedo irá originar problemas de saúde pública para as populações. Outra dimensão muito importante, que se encontra neste momento inactiva, é a formação profissional e pedagógica. O centro tecnológico Cevalor em Borba detinha particular importância nesta área, com a formação e reciclagem de operários para a indústria dos mármore. O seu encerramento em 2016 deixou um enorme vazio que se faz sentir, particularmente no último ano com a possibilidade de reforma antecipada dos actuais trabalhadores. Note-se também, que a formação pedagógica nos ofícios e estímulo das gerações mais novas pela cultura e trabalho da pedra revela-se de extrema importância pela revalorização dos recursos naturais face à mudança de paradigmas produtivos e energéticos. A carência de profissionais para trabalhar no restauro da catedral de Notre-Dame por exemplo, é um desses fortes indícios das tendências futuras. Por último não queremos deixar de abordar a questão da Candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial. Trata-se de um tema muito importante quanto sensível, pelos impactos positivos que poderá trazer ao concelho pelo aumento do turismo, mas também pelos impactos no custo de vida dos seus habitantes, caso não seja um processo bem gerido. Estamos convictos que a nova equipa coordenadora, recen-

temente escolhida, trará novos contributos durante o processo de reformulação do dossier de candidatura. Da nossa parte, defendemos que a mesma se deve focar no contexto histórico alargado, incluindo e privilegiando Vila Viçosa ducal mas não ignorando a história anterior e posterior do concelho e em particular deve-se focar também na sua dimensão produtiva, na qual o mármore e sua actividade têm sido centrais durante séculos.

Todas estas dinâmicas devem ser integradas num projecto de longa duração pensado para melhorar a performance da indústria, para que produza de forma mais sustentada com mais valor de exportação, valorizando-se assim a região dos mármore e resolvendo-se os problemas das populações. É pois necessário atrair emprego especializado e qualificado, de forma a inverter a tendência do envelhecimento e da fuga dos jovens para outras regiões. Este projecto deve ser pensado segundo os actuais objectivos estratégicos da União Europeia, uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada e social, bem como mais próxima de todos os cidadãos.

## **Fontes e Bibliografia**

À Descoberta do Ouro Branco, Caderno Patrimonial dos Mármore, n.º 1, Centro de Estudos CECHAP, 2020.

À Descoberta do Ouro Branco, Caderno Patrimonial dos Mármore, n.º 2, Centro de Estudos CECHAP, 2022.

Cartografia Temática do Anticlinal, INETI, 2009.

CARVALHO, Jorge e outros, Evaluation of the Portuguese Ornamental Stone Resources, in Key Engineering Materials Vol. 548, 2012, 3-9.

CARNEIRO, André; MOURA SOARES, Clara; GRILO, Fernando; SERRÃO, Vitor, *Mármore – 2000 Anos de História*, Vol. III – Contributos dos Mármore do Alentejo para Afirmação das Artes, Almedina, 2022.

MATOS, Ana Cardoso de; PORFÍRIO, José; FREITA, Pedro Caridade, *2000 Anos de História*, Vol. IV – Contributos dos mármore do Alentejo para um percurso global, Almedina, 2022.

### **Direcção Geral de Geologia e Energia:**

Produção comercial de pedreiras por setor / subsector e por anos (2007 a 2020), Lisboa, 2021.

Produção comercial de agregados por substância e por anos (2000 a 2020), Lisboa, 2021.

### **Instituto Nacional de Estatística:**

Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3); Anual (3), Janeiro 2022.

Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3); Anual (3), Janeiro 2022.

**Economia, Património e Cultura (im)aterial da Indústria dos Mármore  
de Vila Viçosa, Borba e Estremoz**

Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3); Anual (3), Janeiro 2022.

Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS – 2013) e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3); Anual (3), Janeiro 2022.

Exportações (€) de bens por Local de destino e Tipo de bens (Nomenclatura combinada – NC8); Anual – INE, Estatísticas do comércio internacional de bens, Janeiro 2022.

Pedreiras da Região Alentejo: Caracterização do setor da extração de massas minerais. Situação face à regulamentação técnica e legal. D.G.E.G. – Divisão de Pedreira do Sul, Outubro 2016.

QUINTAS, Armando. *Os Mármore do Alentejo. História, Património e Valorização Cultural* (1850-2020), Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora, Évora, 2021.

SERRÃO, Vitor; MOURA SOARES, Clara; CARNEIRO, André. *Mármore – 2000 Anos de História*, Vol. I – Da Antiguidade à Idade Moderna, Teya, 2019.

MATOS, Ana Cardoso de; ALVES, Daniel. *Mármore – 2000 Anos de História*, Vol. II – A Evolução Industrial, os seus agentes económicos e a aplicação na época contemporânea, Teya, 2019.

# A Arquitetura dos Mármore nos Conventos Paulistas

---

Carlos Filipe\* | João Pires Lopes\*\*

## Introdução

O presente artigo, com o título “A arquitetura dos mármore nos conventos paulistas”, procura evidenciar a importância de um conjunto de edifícios conventuais da extinta Ordem dos Eremitas de São Paulo da Serra D’Ossa. Desta ordem religiosa, cuja data de fundação é ignorada pela historiografia, conhece-se apenas, com recurso a documentação existente, as dinâmicas da sua expansão a partir do século XIV.

Tendo como base as diversas casas que se constituíram, procuraremos desenvolver o artigo em duas partes. A primeira parte, concentrando a nossa atenção na descrição que nos é facultada por um documento inédito, dedicado às antiguidades do Convento de Nossa Senhora do Amparo, em Vila Viçosa<sup>1</sup>. A segunda parte, a publicar no próximo número da revista *Callipole*, será dedicada a cinco casas religiosas: o Convento de São Paulo da Serra d’Ossa (cabeça da Ordem), o Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, o Mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios ou Convento de São Paulo de Elvas e, finalmente, o Convento de Santo António de Sousel.

Todas estas casas religiosas da Ordem de São Paulo, que era composta por catorze mosteiros ou conventos, dois colégios (um em Borba e outro em Évora) e o hospício de Coimbra, procuraram acompanhar as orientações internas impostas, a partir do século XVI, pela reforma tridentina, como à frente se verá.

No que diz respeito à sua arquitetura e à organização do espaço monástico, verifica-se uma profunda adaptação reformista. Investindo em diversas artes, como a utilização da talha, da pintura, do azulejo e dos mármore, estes provenientes das

---

\* ARTIS-IHA, FLUL | CECHAP

\*\* UÉ | CECHAP

<sup>1</sup> BPE-CNSA-VV – Livro n.º 11. Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa. *Antiguidades deste Convento. Memoria de cousas notaveis que acontecerão neste moesteiro de Nossa senhora do emparo Em Val bom.*

pedreiras de Borba, Estremoz e Vila Viçosa, esta ordem religiosa terá procurado, dessa forma, a utilização de uma nova linguagem estética com forte mensagem religiosa.

Quanto aos mármoreos do Alentejo, eram bastante conhecidos entre a comunidade dos eremitas da Serra D'Ossa, tal como se comprova pela descrição que deles fazem na sua crónica:

Mármoreos de todas as cores, e de extraordinária grandeza se desentranham e constam nestes nossos séculos dos aprazíveis campos de Viana, Estremoz, Vila Viçosa, Borba, Montes Claros, e outras terras; com estes adornou, e engrandeceu a real, e magnífica obra do seu Escorial o maior, e mais prudente Monarca que no seu tempo respeitou o Mundo; deles consta também quase toda a sumptuosa fábrica da Capela-mor da Santa Basílica Eborense, e outras semelhantes na corte, e de todo Reino; alguns canteiros mais peritos quando os lavram descobrem em muitos destes mármoreos várias figuras de leões, veados, rosas, açucenas, cravos e outras semelhantes primorosas obras, mais da natureza, que da arte, e por isso dignas da maior estimação<sup>2</sup>.

## 1. A origem dos eremitas de São Paulo da Serra D'Ossa e a sua dimensão religiosa.

A origem do movimento eremítico, ligado à Serra D'Ossa, é desconhecida devido à falta de fontes documentais que esclareçam a veracidade das informações prestadas pelos vários cronistas da Ordem que, ao longo dos séculos, tentaram dar resposta a esta questão. Na atualidade, não podemos deixar de referir o trabalho minucioso realizado por João Inglês Fontes que estudou esta realidade na sua tese de doutoramento<sup>3</sup>, dando uma resposta historiograficamente satisfatória sobre a origem do movimento eremítico nesta região do Alentejo. Não se conhecendo na realidade o porquê, nem como este movimento religioso surgiu nas entranhas daquele lugar inóspito, sabemos que no século XIV os ermos da Serra D'Ossa já eram habitados por homens da *pobre vida*. Numa sentença dada pelo chantre de Braga, Vasco Domingues, em resposta a uma bula concedida em Avinhão no ano de 1376, encontra-se a primeira referência documental aos pobres que habitavam os ermos e montanhas do bispado de Évora. Segundo João Inglês Fontes, estes documentos são os primeiros a relatar e normalizar a vida religiosa destes *pobres* pois esclarece que, caso eles vivam de acordo com a heterodoxia católica, não sejam molestados, admitindo-se, ainda, que o braço secular defenda e promova o seu estilo de vida<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Fr. Henrique de Santo António. *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. 2 vols. Lisboa: Officina de Francisco da Sylva, 1745, fls. 14-15.

<sup>3</sup> João Inglês Fontes. *Da «pobre vida» à Congregação da Serra D'Ossa. Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa. 2012.

<sup>4</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 31-33.



As crónicas da Ordem, nomeadamente a obra intitulada *Thebaida Portuguesa*<sup>5</sup>, referem também este episódio, mas numa dinâmica sequencial de histórias, narrativas e lendas que recuam a fundação do estilo de vida dos *pobres da pobre vida* até ao momento da pregação de São Manços, lendário bispo de Évora, ao tempo dos primeiros cristãos a instalarem-se no território. Fazendo uma apologia da dita anti-guidade e primazia deste movimento, as crónicas justificam a falta de documentação pela alegada destruição causada pelas invasões islâmicas na Península.

A partir do século XIV, a documentação referente aos eremitas, bem como às fundações ligadas à Serra D'Ossa, é mais rica, respondendo mais satisfatoriamente às questões levantadas pela historiografia. Sabemos da existência de muitos sítios onde os eremitas, asceticamente, praticavam o seu modo de vida. Estes locais seriam, esconderijos naturais de abrigo, extremamente precários – ocupados por um a cinco religiosos, muitas vezes construídos em acidentes naturais, ou cabanas de madeira e colmo – e não mosteiros ou conventos, como aconteceu a partir do século XV.

## 2. A geografia e a reforma da Ordem de São Paulo.

Os eremitas fundaram vários locais de culto na Serra D'Ossa e em todo o Alentejo. Antes de mais, é necessário compreender, como já foi dito, que a existência destes eremitérios, muitas vezes, não obrigava à existência de um edificado monumental, mas apenas de esconderijos perto de locais de culto cristão. De facto, só a partir dos finais do século XV, início do século XVI, é que estas fundações se constituem em edifícios monásticos com as suas celas, capela e demais espaços próprios das ordens regulares, alguns ligados à região dos mármores, sobre os quais nos iremos deter.

No atual concelho de Vila Viçosa existiam, nos séculos XIV e XV, o Eremitério de São Pedro de Bencatel (1395), o Eremitério do Ameal do Gorjão (1409) e o Eremitério de Valbom (1416). No concelho de Borba, o Eremitério de Montes Claros (1441). Em Estremoz, o Eremitério da Espadaneira (1433) e o Eremitério da Amieira (1428). Todos eles, espiritualmente ligados à Serra D'Ossa, o que permite entender uma dinâmica de disseminação deste ideal religioso junto das vilas em crescimento.

Os dados documentais que nos chegaram, fazem-nos crer que estes eremitérios eram fundados por um indivíduo que juntava, à sua volta, uma pequena comunidade de seguidores. Durante o século XV, assistimos à aglutinação de alguns eremitérios, o que se pode justificar por uma tentativa de se aumentar o efetivo das comunidades de religiosos. Assim, em 1441, o Eremitério de São Pedro de Bencatel junta-se ao de Montes Claros; em 1425 o Eremitério do Ameal do Gorjão junta-

---

<sup>5</sup> Fr. Manoel de São Caetano Damásio. *Thebaida Portuguesa: Compêndio histórico da Congregação dos Monges Pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa, etc.* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.

-se ao de Provença de Viana do Alentejo, extinguindo-se este em 1450, anexa-se ao Eremitério de Valbom; em 1440, o Eremitério de Amieira é incorporado no Convento da Serra D'Ossa; durante o século XVI, sabemos que o Eremitério da Espadaneira é extinto e transferido para Elvas, para a Herdade da Provença.

No século XVI, assiste-se a uma reforma interna na Ordem de São Paulo da Serra D'Ossa [Fig. 1], quer por iniciativa das próprias comunidades, quer por obrigação tridentina, no contexto da Reforma Católica. Assim, em 1536, todas as comunidades dos Pobres da Serra D'Ossa adotaram a Regra de Santo Agostinho e, em 1578, por ditame do Concílio de Trento, tiveram de escolher uma Ordem Religiosa para se fundarem em congregação: escolhida a Ordem de São Paulo, Primeiro Eremita, foi fundada a Congregação dos Pobres da Serra D'Ossa. No espírito reformista pós-conciliar, os capítulos da Serra D'Ossa decidiram a atribuição de oragos às diversas fundações:

No anno de 1585 em hum Capitulo geral celebrado no conuento de Val do Jffante sendo prouincial o padre Frey Martinho de são Paulo, E definidores os padres Frey Bras de santa Maria, frey Manoel de são Paulo, frey symão da Cruz, E frey Rodrigo de JESVS, se mandou que todas nossas casas tiuessem particulares oragos E inuocações<sup>6</sup>. [Fig. 2]



Figura 1 – Fr. Francisco da Natividade. *Livro da Regra do Bispo & Doutor da Igreja Santo Agostinho. E das Constituições da Ordem de São Paulo Primeiro Ermitão da Congregação da Serra D'Ossa, e mandadas, & reformadas pelo Provincial & definidores & capitulares juntos no capítulo celebrado no convento de Santo Antão sito em Val do Infante o ano de 1616*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1617.

© BNP <https://purl.pt/26890>.

<sup>6</sup> BPE-CNSA-VV – Livro n.º 11. *Idem*.

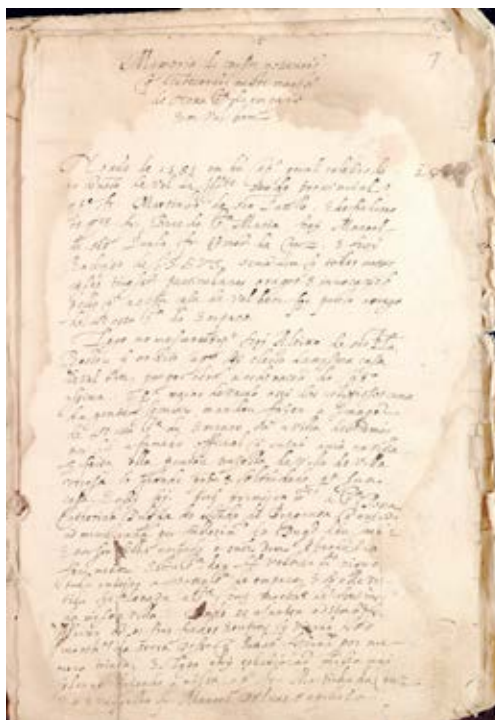


Figura 2 – Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa. *Antiguidades deste Convento*. Livro n.º 11. © BPE-CNSA-VV.

Assim, o Eremitério de Montes Claros adotou a invocação de Nossa Senhora da Luz [Fig. 3]; o de Valbom a invocação de Nossa Senhora do Amparo; o de Elvas a invocação de Nossa Senhora dos Remédios [Fig. 4]; o da Serra D'Ossa, cabeça da Ordem, adotou a invocação de São Paulo, Primeiro Eremita. O Convento de Sousel, porque foi uma fundação mais tardia, no ano de 1616, ficou com a invocação de Santo António, orago da ermida que fora doada aos frades pelo povo e vila de Sousel [Fig. 5].

Na transição do século XVI para o século XVII, esta ordem religiosa [Fig. 6]<sup>7</sup> já estava completamente estabelecida e regularizada, começando um período de grande prosperidade no que diz respeito à requalificação e alteração dos seus espaços monásticos, de que é exemplo o caso de um manuscrito que iremos analisar neste texto.

<sup>7</sup> Fr. Francisco da Natividade. *Livro da Regra do Bispo & Doutor Da Igreja Sancto Agostinho. E das Constituiçoe[n]s da Ordem de São Paulo primeiro Ermitão da cõgregação da Serradossa, emendadas, & reformadas pello Provincial & Definidores, & Capitulares juntos no Capitolo celebrado no Convento de Santo Antão sito em val d'Iffante o anno de 1616. & confirmadas Authoritate Apostolica pello Illustrissimo & Reverendissimo senhor Octavio Acorombono Bispo de Fossombruno Collector gèral Apostolico de sua Santidade nestes Reynos de Portugal, & Protector Apostolico da dita Ordem*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1617.



Figura 3 – Igreja do extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Borba.

© CECHAP | PHIM | CF



Figura 4 – Convento extinto de Nossa Senhora dos Remédios ou S. Paulo em Elvas (IPA.00014243).

© Monumentos.gov.pt.





Figura 5 – Igreja do Convento de Santo António de Sousel. © CECHAP | PHIM | CF



Figura 6 – Fr. Henrique de Santo António. *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. 2 vols. Lisboa: Officina de Francisco da Sylva, 1745. © BNP – R. 6641 A.

### 3. Convento de Nossa Senhora do Amparo ou S. Paulo de Vila Viçosa.

O manuscrito *Antiguidades deste Convento. Memoria de cousas notaveis que acontecerão neste mosteiro de Nossa senhora do emparo Em Val bom*, agora transcrito (vide anexo), de autoria desconhecida, abrange uma larga cronologia (1384-final do século XVIII), e vem trazer alguns dados bastante interessantes sobre os antecedentes da última casa dos Paulistas de Vila Viçosa, o Convento de Nossa Senhora do Amparo. O documento pode ser confrontado com outras fontes, como a *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*<sup>8</sup>, ou a obra das *Memórias de Vila Viçosa*, da autoria do Pe. Joaquim da Rocha Espanca, que lhe dedicou parte do seu estudo. Este erudito, embora tenha feito uma descrição muito próxima, viu-se confrontado com a falta de elementos sobre a comunidade religiosa de Vila Viçosa, conforme assim desabafava: «ainda não encontrei nem me consta que haja uma Crónica minuciosa deste convento de Nossa Senhora do Amparo, chamado vulgarmente de S. Paulo»<sup>9</sup>. Por sua vez, o autor do *Inventário Artístico de Portugal para o distrito de Évora*<sup>10</sup>, Túlio Espanca, pouco mais adianta sobre a arquitetura dos mármore.

Como se pode verificar na descrição do manuscrito, foram duas as localizações do convento na jurisdição de Vila Viçosa. A primeira, na quinta da Provença, no caminho de Juromenha, a sueste de Vila Viçosa, conhecida pela *Provença de Valle Bom*, fundada por volta do ano 1384<sup>11</sup>.

O lugar de Valbom viria a ter várias intervenções nos séculos XV e XVI, até de lá saírem para o Rossio, em Vila Viçosa. [Fig. 7]<sup>12</sup>.

Frei Martinho de São Paulo foi o promotor da nova casa localizada a sul, no Rossio, conforme refere o Pe. Espanca, pela existência de um retrato a óleo com a identificação: *Frei Martinho de S. Paulo, fundador do nosso Convento de Vila Viçosa*<sup>13</sup>. Transferida a comunidade de religiosos de São Paulo, em 1597, para casas particulares da vila, aí permanecendo durante anos, pela preeminência do devotíssimo D. Teodósio II, seu protetor, viriam os pobres eremitas a uma festa – onde marcaram presença todas as comunidades religiosas instaladas e fidalgos e duques da corte ducal – para assistirem à colocação da primeira pedra da igreja, no dia 29 de abril daquele ano<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> Fr. Henrique de Santo António. *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa*. 2 vols. Lisboa: Officina de Francisco da Sylva, 1745.

<sup>9</sup> Joaquim José da Rocha Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 22. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense, 1984, pp. 61-79.

<sup>10</sup> Túlio Espanca. *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Volume IX, Lisboa: SNBA, 1978, pp. 677-681.

<sup>11</sup> BPE-CNSA-VV – Livro n.º 11. *Idem*, fl. 3.

<sup>12</sup> SIPA. Mosteiro de São Paulo / Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo / Fábrica de São Paulo. IPA.00024834 – [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/sipa.aspx?id=24834](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=24834)

<sup>13</sup> Joaquim José da Rocha Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 22, p. 65.

<sup>14</sup> BPE-CNSA-VV – Livro n.º 11. *Idem*, fls. 5-5v.



Figura 7 – Convento extinto de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa (IPA.00024834).

© Monumentos.gov.pt

A nova igreja seria consagrada, por volta do ano de 1620, após mais de duas décadas do seu início, num ritmo consignado aos apoios mecénáticos, que obrigavam a demora e evolução da própria construção.

A igreja seria projetada em planta de cruz latina, de nave única de elevação apreciável, com abóboda de penetrações, capelas intercomunicantes, seguindo o modelo de igrejas de Évora, (Espírito Santo e Santo Antão), com cruzeiro e capela-mor. Subsiste, atualmente, a estrutura integral do edifício, em estado de avançado abandono. Profusamente utilizados, os mármore foram extraídos das pedreiras próximas. É possível observar no seu exterior a torre sineira quadrada com olhais e cúpula piramidal, pilastras dóricas, cunhal e dois arcos plenos, de mármore branco, apoiados em cunhais. No alpendre de acesso à igreja, descreve Túlio Espanca: «dantes franqueado e sem grades, por ser destinado a albergue de peregrinos ou desencaminhados, abre-se o vestíbulo, de pavimento calcário, formado por ampla abobada, dividida em duas naves suportadas por robusto pilar do mesmo material, que dava comunicação à igreja e portaria, esta despojada do seu rico altar marmóreo [...]»<sup>15</sup>. [Fig. 8, 9 e 10]

<sup>15</sup> Túlio Espanca. *Inventário Artístico de Portugal*, p. 678.



Figura 8 – Convento extinto de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa, lado nascente.  
© CECHAP | PHIM | CF.



Figura 9 – *Idem*, antigos arcos que davam comunicação à igreja e portaria.  
© CECHAP | PHIM | CF.





Figura 10 – *Idem*, antiga portaria do convento. Inventário Artístico Distrito de Évora, volume II.

© Túlio Espanca.

No interior da igreja, como nos restantes edifícios anexos – constituídos pelo claustro, as celas nos dormitórios dos padres e outras oficinas – utilizaram abundante mármore nos seus ornatos ou nos elementos estruturais. Na descrição do manuscrito, *Antiguidades deste Convento*, dá-se conta que, «o edefício do Comuento de figura quadrangula, quazi prefetamente mathematica, por ter quatro angullos, vestidos de marmores Lavrados»<sup>16</sup>.

A reforma interna na Ordem de São Paulo da Serra D'Ossa, ocorrida no século XVI, na sequência das determinações impostas pelo Concílio de Trento, influenciou a vida dos eremitas pobres que até aí viviam em contato com a natureza, em lugares dedicados à oração junto dos seus eremitérios, distantes do espaço mundano. Viriam a aceitar a introdução plena de uma aproximação ao mundo das artes

<sup>16</sup> BPE-CNSA-VV – Livro n.º 11. *Idem*, fl. 5.

e dos materiais, como é o exemplo da introdução dos mármore nos seus espaços conventuais.

No convento dos paulistas de Vila Viçosa, foi realizada uma reforma na sua casa, iniciada no final do século XVII, e que se viria a prolongar até ao final da primeira metade do século seguinte. Foi no governo de Fr. José Galho que foram realizadas importantes obras de cantaria, como a reedificação do claustro ou a portaria da sacristia geral do corredor de ligação ao cruzeiro (que iria conduzir à tribuna da capela-mor). [Fig. 11 e 12]. O Pe. Joaquim Espanca nas suas *Memórias*, descreve a importância do governo de Fr. José Galho, «que muito recordam os paulistas expulsos em 1834»<sup>17</sup>.

Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, o património do Convento de Nossa Senhora do Amparo, conheceu várias utilizações no decorrer daquele século (XIX), até à sua venda e desmembramento, só comparável a um “lego desmontado” com peças distribuídas por vários lugares. [Fig. 13]. No caso dos mármore, desconhece-se a dimensão do conjunto de ornatos ou altares marmóreos, provavelmente, vendidos ou destruídos para servirem de alvenarias em obras municipais. Outros elementos da arquitetura, salvaram-se e foram reaproveitados. Ainda hoje é possível identificar algumas das suas localizações, os materiais utilizados e produção do seu ornato, conforme o quadro que mais à frente se descreve.



Figura 11 – Claustro convento extinto de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa. Inventário Artístico Distrito de Évora, volume II. © Túlio Espanca.

<sup>17</sup> Joaquim José da Rocha Espanca. *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 22, p. 68.



Figura 12 – Tanque ou bocal da cisterna barroca, tipo centralizada, proveniente do claustro do Convento de Nossa Senhora do Amparo. © CECHAP | PHIM | CF.



Figura 13 – Convento extinto de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa, lado poente.  
© CECHAP | PHIM | CF.

**Convento de Nossa Senhora do Amparo ou S. Paulo – quadro descritivo.**

<b>Equipamento</b>	<b>Existência – Séc. XIX</b>	<b>Fonte</b>	<b>Localização – Séc. XXI</b>
<b>Lavabo da Sacristia</b>	Botica da Misericórdia	Padre Espanca	<i>Desconhecido</i>
<b>Lavabos do Refeitório</b>	Adro dos Capuchos	Padre Espanca	Adro da Igreja dos Capuchos [Fig. 14 e 15]
<b>Púlpitos da igreja<sup>a)</sup></b>	<i>Desconhecido</i>	<i>Constatação</i>	Av. Duques de Bragança, balcão de moradia
<b>Mesa dos Cálices</b>	Sacristia da Conceição	Padre Espanca	Sacristia da Conceição [Fig. 16]
<b>Estante do Coro<sup>b)</sup></b>	Coro de São Bartolomeu	Padre Espanca	Igreja de S. João Evangelista [Fig. 17]
<b>Piso de mármore quadrilátero do Claustro<sup>c)</sup></b>	Adro da Conceição	Padre Espanca	Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição [Fig. 18]
<b>Arcos do Claustro<sup>d)</sup></b>	Ponte do Ratinho	Padre Espanca	Ponte do Ratinho
<b>Arcos do Alpendre</b>	<i>In loco</i> (emparedados)	Padre Espanca	<i>In loco</i> (emparedados, mas com projeto para serem de novo abertos)
<b>Credencias da Capela do Rosário</b>	Capela do Santíssimo da Conceição	Padre Espanca <sup>e)</sup>	Capela do Santíssimo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição [Fig. 19]
<b>Balaustrada da Capela do Rosário</b>	Capela do Santíssimo da Conceição	Padre Espanca <sup>f)</sup>	<i>Desconhecido</i>
<b>Altar da Sacristia</b>	<i>In loco</i>	Padre Espanca	<i>Desconhecido</i>
<b>Balaustrada do coro</b>	<i>In loco</i>	Padre Espanca	<i>Desconhecido</i>
<b>Portada do Refeitório</b>	Botica da Misericórdia	Padre Espanca	<i>Desconhecido<sup>g)</sup></i>
<b>Altar da Portaria</b>	<i>In loco</i>	Padre Espanca	<i>Desconhecido</i> – provavelmente, nos jardins do Lar da Santa Casa da Misericórdia
<b>Púlpito do Refeitório</b>	Santa Catarina de Pardais	Padre Espanca	Santa Catarina de Pardais [Fig. 20]
<b>Outras cantarias, degraus, ladrilhos, portadas de celas</b>	<i>Pela Vila</i>	Padre Espanca	<i>Pela Vila ou desaparecidos</i>

<sup>a)</sup> Joaquim José da Rocha Espanca. Memórias de Vila Viçosa, vol. n.º 22, p. 73. O padre Espanca, faz referência à existência de um púlpito entre a Capela do Rosário e o Cruzeiro, quadrado e de mármore branco; <sup>b)</sup> Estante dos antifonários; desconhecemos o lugar da estante em madeira. O pedestal, em mármore, encontra-se à guarda da Paróquia de São Bartolomeu, na Igreja de São João Evangelista; <sup>c)</sup> Muitas lápides do claustro e igreja foram aproveitadas nas fontes, chafarizes e nos Paços do Concelho; <sup>d)</sup> Dos 24 arcos do claustro, foram utilizados 6 na Ponte do Ratinho, 14 ficaram *in loco*, 4 têm paradeiro desconhecido; <sup>e)</sup> Joaquim José da Rocha Espanca. Memórias de Vila Viçosa, vol. n.º 22, p. 72; <sup>f)</sup> Joaquim José da Rocha Espanca. Memórias de Vila Viçosa, vol. n.º 22, p. 72; <sup>g)</sup> Será a portada que se encontra na antiga botica, no claustro da Misericórdia.



Figura 14 – *Idem*. Lavabo do refeitório. Instalado da Igreja dos Capuchos.

© CECHAP | PHIM | CF





Figura 15 – *Idem*. Lavabo do refeitório. Instalado da Igreja dos Capuchos.

© CECHAP | PHIM | CF



Figura 16 – *Idem*. Mesa dos cálices. Instalado na sacristia da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

© CECHAP | PHIM | CF



Figura 17 – *Idem*. Pedestal em mármore da estante dos antifonários. Igreja de São João Evangelista.  
© CECHAP | PHIM | CF





Figura 18 – *Idem*. Piso de mármore quadrilátero do antigo Claustro. Adro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. © CECHAP | PHIM | CF

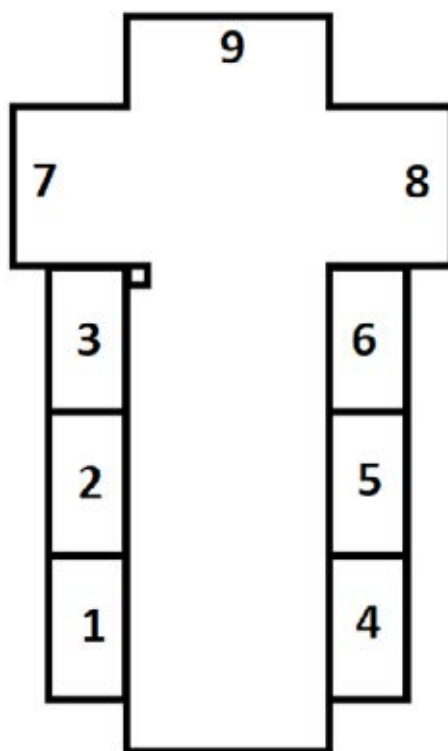


Figura 19 – *Idem*. Duas credências. Capela do Santíssimo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. © CECHAP | PHIM | CF



Figura 20 – *Idem*. Púlpito. Igreja paroquial de Santa Catarina de Pardais.

© CECHAP | PHIM | CF



**Croqui com a descrição da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, segundo Padre Joaquim da Rocha Espanca.**

Capela 1	Calvário <sup>a)</sup>
Capela 2	São Brás ou São Gregório – Padre Manuel Vieira
Capela 3	Rosário – Beatriz de Torres Baptista e Jerónima da Costa Baptista
Capela 4	São Cristóvão – Francisco Soares Moreno
Capela 5	Rainha Santa Isabel – Luísa Mendes, viúva de Fernão Duarte
Capela 6	Santíssimo Sacramento
Capela 7	Cruzeiro. São Crispim – Irmandade dos Sapateiros de São Crispim
Capela 8	Cruzeiro Santo Cristo ou Senhora da Piedade – Padre Manuel Homem Pessoa?
Capela-mor 9	Altar-mor – Nossa Senhora do Amparo, São Paulo e São José

<sup>a)</sup> Esta capela esteve dedicada à Santíssima Trindade. Cf. BPE-CNSA-VV – Livro n.º 11. Idem, fl. 6v. *A primeira Cappella entrando pela porta da Igreja á mão esquerda, tem por titular a Santissima trindade. he padroeiro della o Doutor Manoel Pessoa Tizoureiro mor que foi da Capella da Caza de Barganca desta Corte.*

## Nota final

O extinto espaço conventual dos frades de São Paulo compreende um conjunto de edifícios que, desde a sua fundação, tiveram diferenciadas funções. De todas as ocupações/ utilizações que conheceu, a mais evidente, e que ainda se pode observar, foi a sua transformação em unidade industrial no século XX, quando ali se instalou a extinta sociedade Fabril Alentejana – moagem de cereais e azeitona –, fundada em outubro de 1921<sup>18</sup>. Essa intervenção de adaptação terá sido muito profunda e visível, necessária para que fosse possível cumprir o seu objetivo de função industrial.

Prometem agora os seus novos proprietários dar um novo uso ao espaço, com a instalação de um luxuoso hotel. Desconhecemos que tenha sido realizada qualquer monografia histórica daquele interessante conjunto arquitetónico, o que se revela indispensável para a salvaguarda e interpretação do seu passado.

Importa conhecer e respeitar o conjunto de elementos arquitetónicos do espaço do extinto Convento de Nossa Senhora do Amparo, assumindo os momentos que provocaram a sua transformação com todas as vicissitudes históricas que atravessou, para que possamos ter um olhar, distante, interpretativo de conjunto.

O património pode e deve transmitir a verdade no contexto da sua função temporal e, para isso necessita ser estudado, conhecido e divulgado, para que possa ser reivindicado pela sociedade.

Finalmente, deixamos a quem nos lê um convite para uma leitura atenta do manuscrito inédito que se segue, que nos fornece informação relevante para o estudo desta importante ordem religiosa extinta no século XIX, que deixou um legado único através do seu património religioso que, ainda hoje, podemos contemplar em diversos lugares do Alentejo.

## Fontes e bibliografia

### Fontes Manuscritas

#### Biblioteca Pública de Évora

BPE-CNSA-VV – Livro n.º 11. Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa. *Antiguidades deste Convento. Memoria de cousas notaveis que acontecerão neste moesteiro de Nossa senhora do emparo Em Val bom.*

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, Memórias Paroquiais, volume 32, n.º 131, fls. 787 a 794.

ANTT, Ministério das Finanças, *Convento de Nossa Senhora do Amparo de Vila Viçosa*, cx. 2264.

---

<sup>18</sup> Armando Quintas. “A Fábrica e a Sociedade Sofal de Vila Viçosa – o processo de constituição e seus intervenientes”. *Callipole – Revista de Cultura* n.º 21. Vila Viçosa: Câmara Municipal, Colibri – Artes Gráficas, 2014, p. 221.

## Fontes Impressas

- COSTA, Pe. António Carvalho da. *Corografia Portuguesa e descripçam topographica do famoso Reyno de Portugal*, Lisboa, 1712.
- DAMÁSIO, Frei Manoel de São Caetano. *Thebaida Portuguesa: Compêndio histórico da Congregação dos Monges Pobres de Jesu Christo da Serra de Ossa, etc.* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.
- NATIVIDADE, Fr. Francisco da. *Livro da Regra do Bispo & Doutor Da Igreja Sancto Agostinho. E das Constituiçoe[n]s da Ordem de São Paulo primeiro Ermitão da cõgregação da Serradossa, emendadas, & reformadas pello Provincial & Definidores, & Capitulares juntos no Capitulo celebrado no Convento de Santo Antão sito em val d'Íffante o anno de 1616. & confirmadas Authoritate Apostolica pello Illustrissimo & Reverendissimo senhor Octavio Acorombono Bispo de Fossombruno Collector gèral Apostolico de sua Santidade nestes Reynos de Portugal, & Protector Apostolico da dita Ordem.* Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1617.
- SANTO ANTÓNIO, Fr. Henrique de. *Chronica dos Eremitas da Serra de Ossa.* 2 vols. Lisboa: Officina de Francisco da Sylva, 1745.
- SÃO BOAVENTURA, Frei Carlos de. *Constituições dos Eremitas de S. Paulo da Serra d'Ossa*, Lisboa, 1707.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato de, e Damião Peres. *História da Igreja em Portugal*. Nova edição. (4 vols.). Porto: Portucalense, 1967.
- ARRUDA, Luísa, Coelho, Teresa Campos. *Convento de S. Paulo de Serra de Ossa*, Lisboa: Medialivros, 2004.
- CARITA, Hélder e Cardoso, António Homem. *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*. Lisboa: Edição de Autores, 1987.
- CHAVES, Luís. “O Mosteiro da Serra de Ossa”. In *O Arqueólogo Português*, vol. XXI. Lisboa, 1916, p. 239-244.
- ESPANCA, Joaquim José da Rocha. *Memórias de Vila Viçosa*, vol. 22. Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Vila Viçosa: Gráfica Calipolense, 1984.
- ESPANCA, Túlio. “Convento de São Paulo da Serra D'Ossa”. *A Cidade de Évora*, n.º 55, Évora: Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 1973, pp. 149-171.
- . *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Tomo IX, vol. 1, Lisboa: ANBA, 1978.
- . *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*. Tomo IX, vol. 2, Lisboa, ANBA, 1978.
- . “Mosteiros de Vila Viçosa”. *A Cidade de Évora* n.º 53-54. Évora: Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 1970-1971.
- FILIPPE, Carlos (coord.) *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa, composto pelo Espanca, Padre Joaquim da Rocha*. Coleção CallipoArtes n.º 1. Vila Viçosa: Cechap Centro de Estudos, 2016.

FILIPPE, Carlos. *A Misericórdia de Elvas: Memórias do Século XX*. Elvas: Santa Casa da Misericórdia, Regi7, 2016.

———. *Confraria da Santíssima Trindade de Vila Viçosa. Uma vida terrena no caminho de Deus*. Vila Viçosa: Gráfica Eborense, 2019.

FONTES, João Inglês. *Da «pobre vida» à Congregação da Serra D'Ossa. Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2012.

QUINTAS, Armando. “A Fábrica e a Sociedade Sofal de Vila Viçosa – o processo de constituição e seus intervenientes”. *Callipole – Revista de Cultura* n.º 21. Vila Viçosa: Câmara Municipal, Colibri – Artes Gráficas, 2014.

### **Webgrafia**

SIPA. Mosteiro de São Paulo / Mosteiro de Nossa Senhora do Amparo / Fábrica de São Paulo. IPA.00024834

– [http://www.monumentos.gov.pt/site/app\\_pagesuser/sipa.aspx?id=24834](http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=24834)

[https://www.marmore-cechap.pt/data?form%5Bsearchterm%5D=S.+Paulo&form%5Bitemtype%5D=0&form%5Bcollection%5D=0&form%5Bcreator%5D=0&form%5Bitemsperpage%5D=15&form%5Bitemspage%5D=1&form%5Borderby%5D=title&form%5Borderdirection%5D=asc&form%5B\\_token%5D=5be5f98ee53fb40bb385aa8a4c8c4bd78ae69360](https://www.marmore-cechap.pt/data?form%5Bsearchterm%5D=S.+Paulo&form%5Bitemtype%5D=0&form%5Bcollection%5D=0&form%5Bcreator%5D=0&form%5Bitemsperpage%5D=15&form%5Bitemspage%5D=1&form%5Borderby%5D=title&form%5Borderdirection%5D=asc&form%5B_token%5D=5be5f98ee53fb40bb385aa8a4c8c4bd78ae69360)

ANEXO

[*Antiguidades deste Convento*]

**Amparo 11**

**Vila Viçosa**

**[Amparo]**

*Antiguidades deste Convento*<sup>19</sup>

/img. 3 – fl. 1 (7)<sup>20</sup>

Memoria de cousas notaveis  
que acontecerão neste moesteiro  
de Nossa senhora do emparo  
Em Val bom.

21

No anno de 1585 em hum Capitulo geral celebrado no conuento de Val do Jffante sendo prouincial o padre Frey Martinho de são Paulo, E defin<i>dores os padres Frey Bras de santa Maria, frey Manoel de são Paulo, frey symão da Cruz, E frey Rodrigo de JESVS, se mandou que todas nossas casas tiuessem particulares oragos E inuocações pello que a esta casa de Val bom foy posto o orago de Nossa senhora do Emparo.

Logo no mesmo anno o padre frey Aleixo de são Paulo Rector que no dito Capitulo foy electo da mesma casa de Val bom, pos por obra a ordenação do Capitulo assima, E pera maior devação assy dos religiosos como da gente secular, mandou fazer a Jmagem de Nossa senhora do Emparo em a Villa d'estremós por hum afamadao official que então auia na villa E feita ella procurou traze-lla da Villa de Villa viçosa com grande pompa E solennidade pera sua casa. E assy foy porque primeiramente a senhora Dona Catherina Duqueza do estado de Bragança, que então administrava por fallecimento do Duque dom João E <sup>22</sup> por seu filho morgado o senhor dom theodosio ser menor: Esta senhora deu hum vestido muito riquo todo enteiro a Nossa senhora do emparo, E com elle vestida foy Leuada a santa Cruz moesteiro de freiras da mesma villa. Onde se ajuntou o dito padre frey Aleixo com os seus frades, E outros que vierão dos moesteiros da serra D'ossa que todos fizeram por numero trinta, E Logo ahy çelebrarão missa muy solenne dizendo a missa o padre frey Martinho da Cruz E o Evangelho frey Manoel D'eluas E epistola /img. 4 – fl. 1v (7v)/ frey Sebastião tambem natural da mesma

---

<sup>19</sup> Transcrição paleográfica realizada por Lina Maria M. Oliveira.

<sup>20</sup> Para melhor referenciação colocámos o n.º da imagem, seguida de uma numeração sequencial de fólhos, iniciando com o n.º 1, a anteceder a foliotação original entre parêntesis, uma vez que a numeração do manuscrito não é sequencial, iniciando no fólho 7. (NT)

<sup>21</sup> Na margem direita: “1585”.

<sup>22</sup> Ms. repete: “E”.

cidade D'eluas, E os mais padres a officiarão. Pregou <sup>23</sup> a mesma \missa/ o padre frey Manoel Gemeo frade da mesma ordem com grande applauso, E acceptação do pouo que na dita Jgreja de santa Cruz estaua Junto. foy feito tudo isto o 2º domingo de octubro do <sup>24</sup> anno de 86.

E Logo no mesmo dia à tarde se tornarão a juntar na mesma Jgreja de santa Cruz, os mesmos padres vindo todos em porcição das nossas enfermarias que estão na villa, pera Leuarem com porcição solenne a senhora do emparo á casa de Valbom E assy foy. porque pera isto se ajuntou tambem na Jgreja de santa Crus o Dião do Duque que então era por nome Manoel peçanha com todos os Capellães, da Capella, cantores, E chara-mellas, E ordenada a porçissão nos aCompanhou toda a Capella ate fora da villa, E dahy por diante nos aCompanhou o mais pouo até esta casa de Val bom, De maneira que Da villa ate casa sempre trouxemos a senhora em porcição, com muito grande concurso de gente assi da villa, como do campo. E chegando ao moesteiro, fizemos porcição polla crasta E a leuamos á jgreja, E pozemos em seu Lugar que pera isto estaua Ja ornado E aparelhado, E despedida a gente se foj cada hum pera sua casa por serem horas pera isso.

Na mesma porcição a gente que acompanhaua a senhora do emparo, vinha apre-goando milagres, E particulares merçes que cada hum sentia em sy, E dahy por diante muitas mulheres contaão cada dia merçes que a senhora lhe fazia, E algũas que ao parecer humano se tinhão por dezemparadas, continuando na devação della em poucos dias sentirão por experiencia serem por ella muy bem emparadas.

Dahy a poucos mezes quis o padre frey Aleixo çelebrar a primeira festa desta senhora do emparo em sua casa, como de feito a çelebrou depois da paschoa na /img. 5 – fl. 2 (8)/ *Dominica ego sum pastor bonus* que Veo aos doze dias do mes de abril de 1587. E pera Jsto mandou chamar os Rectores das casas da serra \d'ossa/ com seus frades E da mesma maneira o Rector da casa de Nossa senhora da Lus em montes claros, E Juntos celebrou a festa com muito grande solennidade, dizendo a missa o Daião do Duque Manoel de peçanha, E foy feita tambem hũa porcição polla <sup>25</sup> Crasta com muito concurso de gente. Pregou á missa o padre frey Pedro da Crus o gemeo, com tanta acceptação do pouo, que Logo se assentarão na Confraria da senhora do Emparo que então se começou, trezentas pessoas pouquo mais ou menos, E derão de esmola sinquo mil reis E muita mais se dera, se os mordomos tiuerão Liberdade de pedir, o que não tinhão porque lho empedia a bulla da Cruzada. E dahy por diante foy proseguindo esta confraria de Nossa senhora do Emparo E forão electos por mordomos Chrystouão d'andrade fidalgo da Casa do Duque E seu tyzoureiro, E Manoel Rodri-guez que então era procurador do conselho, E escriuão pero da fonsequa todos mora-dores em villa Viçosa.

---

<sup>23</sup> Ms. riscado: “no dito dia”.

<sup>24</sup> Ms. riscado: “mesmo”.

<sup>25</sup> Ms. riscado: “a”.



/img. 6 – fl. 2v (8v)/

Aos 12 dias do mes de Fevereiro de mil E quinhentos E nouenta e tres annos Frey \ gaspar/ das chagas Reitor deste mosteiro de nossa senhora do emparo E frey Belchior dos reis discreto E escriuão do dito mosteiro E frey Diogo da resureição procurador delle abaixo assinados fomos uer os marcos das erdades .*scilicet*. fomos á Erdade da seiçeira termo de Oliuença E achamo-lla toda demarcada E deuisada com suas lindas abertas, e claras conforme ao tombo E demarcação antiga, que esta neste liuro da outra parte E somente lhe faltaua hum marco iunto ao Ribeiro de São Bento da contenda no cabo da erdade contra castella E não auia outra duvida algũa.

E assi fomos á Erdade de Joromenha, E achamos que toda estaua demarcada E diuisada com lindas abertas, E distinctas conforme á demarcação E tombo que esta na outra parte deste liuro, mas achamos que lhe faltauão oito marcos .*scilicet*. hum no canto pegado á Villa, e ao longo dos oliuais ate sair delles faltão tres, E ao longo da ribeira faltaua outro que logo metemos pollo acharmos tirado, E na chaue que esta na estrada que uai pera nossa senhora dos Sellados falta outro, E partindo com a erdade dos padres de Sancto Augustinho e noutra chaue falta outro, e por baixo da cabeça d’aguia contra o caminho dos siuilhanos pegado ao dito caminhpo falta outro E não há outra duuida algũa.

E assi foi o dicto padre frey Diogo e frei Marcos da cruz uer os marcos da Erdade do Val da ulsa, E acharam-na toda demarcada E diuisada per lindos E marcos distinctos antigos sem nenhũa d[uii]da<sup>26</sup> <sup>27</sup>

E assi forão mais á Erdade que chamão de Dona Joana E acharam-na toda demarcada E diuisada per lindas e marcos antigos sem nenhũa duuida.

E assi fomos aos oliuais .*scilicet*. ao de S. Bento E esta todo demarcado E diuisado sem duuida algũa.

E assi o outro oliual do ual do Bispo esta demarcado e diuisado sem duuida algũa.

A erdade da seiçeira termo da Villa de Olivença esta arendada por tres annos que começam por dia de Sancta Maria de Agosto deste presente anno de 1593 a Joam aluarez godinho, paga cada hum anno sinquo mojos de trigo anafil, E hum de çeuada, E a de ajudar trazer a este mosteiro ametade desta renda con caualgaduras suas, E de pitanças paga doze queijos de ouelhas, ou doze tostõis, dous carneiros de dous annos cada hum, ou mil reis por elles, hum porco, ou dous mil reis por elle e hũa marran, ou seiscentos reis por ella.

A erdade de Joroumenha está arrendada por tres annos a Manoel Lourenço, os quais começarão por sancta Maria de agosto de 1591 annos paga en cada hum anno noue mojos de trigo anafil, E dous mojos d[e] seuada medido E posto á sua custa neste mosteiro, E de pitanças p[a]ga tres mil reis en dinheiro pagos por dia de S. Miguel en cada hum anno, E hum carneiro de dous annos, ou quinhentos reis por elle, e hum carneiro de hum anno. E doze queijos de ouelhas, ou mil reis por elles, E os meios das amendoas.

<sup>26</sup> Palavra parcialmente ilegível por existência de buraco no suporte causado por insetos, com leitura restituída pela transcritora. Da mesma forma, entre [], serão assinaladas todas as ocorrências semelhantes. (NT)

<sup>27</sup> Ms. continua a linha com “E a”, que abandona para fazer parágrafo. (NT)

/img. 7 – fl. 3 (61)/

28

Senhor Costa e Sousa.

Por ordem de Vossa Real Magestade, que Deos guarde por felices annos, nos procurou o Reuerendissimo Cabido da Se de Evora noticias das antiguidades deste Comuento,<sup>29</sup> \da/ sua fundação, e familia padroeiros das Capellas de sua Igreja e dos sogeitos que nele florecerão em vertude, e letras: As noticias que podemos dar, para se porem no mapa, ou noticiario geral, que se pertende fazer, e as tirámos dos nossos Cartorios, e de outras tradições fidedignas, são as seguintes:

A primeira fundação, que tiuemos nesta Corte de Vila Viçosa foi a de Val bom, Citio Ameno, e aquozo distante meia Legoa desta Corte, emtre o nasente, e o sul, mais emclinado ao nascente. Autor desta fundação de Comuento foi Pedro Afonço Robre (este nome Robre, hera nome apelatiuo do todos os Eremitas de Nosso Padre S. Paulo, nas premitiuas fundações), e outros seus companheiros. Teue principio esta fundação de Comuento pelloz annos de mil, e trezentos, e outenta e quatro, o que se proua porque neste tempo Comesou a Reinara El-Rey D. João o primeiro, Com Cuija Lisença se prencipiou a dita fundação, e lhe Comsedeu também hũa grande Sesmaria de terra baldia, e montuosa, no mesmo Citio, Chamada de vasqu'ianes: A qual merce da sesmaria Consta de hũa Carta do mesmo Rey, feita na mesma Corte, em vinte de outubro do anno [d]e mil, e quatrocentos, e dezaceis. O mesmo Rey por sua grande devossão, e piedade se constetuyo Real protector do Comuento ja fundado; /img. 8 – fl. 3v (61v)/ E lhe Comsedeo muitos preuiLegios, que dipois forão Confrimados por seu filho D. Duarte, que Lhe socedeo na Coroa, em Evora a des de marco do anno de mil, e quatrocentos, e sincoenta Como<sup>30</sup> se uerefica do segundo Liuro de odiana da torre do tombo, a folhas cento, e setenta, e noue, uiuendo os nosos eremitas neste seu primeiro Comuento com toda a mortificação diuida, e exemplo de virtude, sendo no anno de mil e quinhentos E outenta e sinco, ordenou o difinitorio da ordem Comgregado no noso muito reformado Comuento de Val de Infante, que Cada hum dos Comuentos que estauam fundados tiuessem a Nossa Senhora por Orago, \e/ pretectora, e padreeira das suas Igrejas, Com aquelle titolo que a sua devossão elegece. Todos os Congregados elegerão á senhora por padroeira das Suas Igrejas com diuersos titolos. Fizerão os Relegiozos deste Conuento elleição da Senhora May de Deos Com o titolo do Amparo. E Logo com toda a pressa devota mandarão fazer hũa Eymagem de Nossa Senhora com o menino Deos nos braços, sahio ella das mãos do jmaginario, tão bela, e tão fremozza, que na prerogatiua de fremozza, e bela, se fás digna dos emcomios, com que Sallamão nos Cantares aplaude de bela, e fremozza á Sua espoza, ficou esta sagrada jmagem, mais fremozza, e Rica com hum preciozo vestido que Lhe deu a senhora D. Catarina, filha do Infante D. Duarte, e naquele tempo administradora do Ducado de Bargaça, por falecimento de seu Marido o Duque D. Joam, e menoridade /img. 9 – fl. 4 (62)/ de seu filho o senhor D. Theodozio;

<sup>28</sup> No cimo da página, escrito a vermelho o número: “498”.

<sup>29</sup> Ms. riscado: “pella”.

<sup>30</sup> Letra “C” emendada sobre a letra “q”. (NT)

e preparada asim a dita Imagem foi Colocada na Igreja do mosteiro das muito obseruan-tes Relegiozas da Santa Crus desta Corte, para dahi ser Comduzida Com Solemne culto para o nosso Conuento de Val bom. E sendo no segundo Domingo de outubro do anno de mil, e quinhentos, e outenta e seis, junta toda a Comonidade dos nosos Eremitas de Val bom, e comuocados tãobem outros muitos do Comuento da serra d'ossa, e de outros Conuentos uezinhos, selebrarão com toda a solemnidida(*sic.*) missa, e se pregou altissimamente da noua jmgem de Nossa Senhora do Amparo, e logo no mesmo dia de tarde junto todo o Pouo Secular, Eccleziastico, na mesma jgreja da santa Crus; assistindo tambem <sup>31</sup> Manoel pesanha Deão do Serenissimo Duque D. theodozio, e com todos os Cappelães de sua Capella, e cantores de sua muzica, se ordenou a procissão, com admirauel ordem, e Relegiozo comcerto, sendo inumerauel o Concurso da gente que ComCorria por sua grande devoção a este nouo aplauzo da May de Deos e com este Solemnissimo culto foi Leuada a senhora em hũa bem fabricada Charola, Com Inume-raueis flores de Ceda batida Lindas, e uarias, para o nosso Conuento de Val bom aos hombros daqueles deuotos Eremitas: Para esta função não so concorreo o deuotissimo Duque Com a Clerezia, e muzica de sua Capella, mas tãobem com os mais instromentos festiuos, *Verbi gratia*, atabales, Clarins, e Charamelas, que /img. 10- fl. 4v (62v)/ Retumbando pelos Ares, fazião as Almas deuotas mais prontas em Seus Louuores. A Clerezia da Capella, so aCompanhou a Imagem da senhora athe fora desta Corte, o mais pouo Cortezão, e Campestre que hera inumerauel aCompanhou á Sagrada Imagem the o Conuento de Val bom, em Cuja Igreja foi colocada, em decente trono, que com muita atenção se Lhe tinha preparado. Muitas pessoas, que uoltarão para suas Cazas, deichando a sagrada Imagem na sua, Comfeçarão grandes Comsolaçois espirituaes, sentimentos interiores muito feruorozos, e toques mui diuinos, e parteculares merces. E muitas pessoas, que se uião como dezemparadas, Lograrão o amparo necessario por ejntrecessão desta Senhora do Amparo. Assim o affirmauam muitas pessoas fidedignas. Esta Real função se fes sendo Reitor do Conuento de Val bom e padre Frey Aleixo de S. Paulo. A missa Solemne selebrou o padre frey Martinho da Crus: O Sermão pregou o padre frey Manoel Gemio, com aplauzo e aseitação.

Segunda funda-  
ção)

Passados onze annos depois desta devota e aplauziuel função, e passados duzentos e treze annos do principio da fundação de Val bom, sendo ja no anno de mil e quinhentos, nouenta, e cete a Rogo do deuotissimo Duque D. theodozio, fidalguia, governança, e nobreza desta /img. 11 – fl. 5 (63)/ Corte, e mais gente popular, deixamos o Conuento de Val bom, e uimos pera esta Corte pera nela fundarmos outro Comuento melhor, Com muita Repugnancia deicharão os nosos Eremitas antigos aquele dezerto de Val bom, que na uerdade para elles era Val bom aquele dezerto: pois nele se uião Liures de tumultos, applicados a oração, e todos entregues ao ex<r>ccio espiritual: porem foi forçoza Renderem-ce aos Rogos do deuotissimo Duque, fidalguia, governança, e gente Popular que instaua pella sua mudança, allegando que queriam jmitar de perto as suas

---

<sup>31</sup> Ms. riscado: “o Deão”.

Virtudes, serem testemunhas oculares dos seus exemplos, e participarem dos seus exercicios: pois na sua vezinha<n>ça <sup>32</sup> terão mestres para a sua doutrina, Comselheiros, para os seus acomtecimentos, pregadores espirituaes para os seus pulpitos, das quais Rezoins moudos deicharão aquelles Eremitas aquelle seu amado dezerto trocando a Comsolação das suas almas contemplatiuas pela edificação dos proximos. E asim sendo no mes de Abril <sup>33</sup> da era de mil e quinhentos, e nouenta, e cete, fizerão a sua mudança para esta Corte.

E no dia vinte e oito do mesmo mes, o mesmo deuotissimo Duque D. theodozio, que naquelle dia Cumpria vinte e nove annos de jdade, ou para falar com mais ellegancia, de virtude, aCompanhado de toda a sua familia que herá numeroza, fidalguia, nobreza, e gente ordinaria de sua Caza, assistindo tãobem a nobreza desta Corte, e muita parte da gente popular, (img. 12 – fl. 5v (63v)/ aos sons de festiuas Charamellas, ás Comsonancias de Clamorozas Tronbetas bastardas, aos multiplicados suspiros de Clarins sonoros: aos Rebatidos toques de belicozos atabales, Cendo esta função muito para uer, pelo nobre, pelo festiuo, e pelo graue: deitou o nunca bem Louuado, e deuotissimo Duque D. theodozio a primeira pedra nesta nobre Jgreja, persagio foi que auia de ser alto este edefficio, e auia de ser perfeita esta Igreja: O que tudo bem se mostra, pois a Arquitetura o indica, e o tempo da sua fabrica o declara, pois durou vinte, e tres annos, primeiro que se uice aprefeçoada; os quais os nosos eremitas viuerão em cazas particulares com tanto Retiro, e obseruança como se estiuerao no seu dezerto de Val bom; Era neste tempo Reytor o padre frey Pedro de Jezus natural de Evora. Dando noticia do edeficio deste Comuento, digo que he hum alto, e fremozo edeficio; fundado em hum fresquissimo Vale á parte do polo antartico deste pouo, e desta parte Lhe fas hum vistozo angulo, e forma hum espaçozo Rocio. He o edefício do Comuento de figura quadrangula, quazi prefetamente mathematica, por ter quatro angullos, vestidos de marmores Lavrados, em igual distancia: a distancia que os cunhais tem emtre si são sincoenta e oito uaras, de sinco palmos cada hũa; a Altura deste edeficio Consta de onze varas da mesma medida: tem tres Lansos, que são tres dormitorios, e com a Igreja que fas outro Lanço, se forma o Coadrado perfeito. o Claustro se principiou no anno de 1733 sendo Reitor o Padre Pregador Frey João dos Reis obra toda de Marmore, e será o mais famozo claustro de toda a provincia.

(img. 12 – fl. 6 (64)/

Tem vinte, e oito Cellas este Conuento; entrando nellas hũa boa caza de fogo, e outra que consta de Estantes e Liuros: bastantes Cellas, para uinte Relegiozos que he a sua ordinaria familia: inda não tem o Claustro acabado, mas no meyo delle hum tão fermozo poco, que nem na pedraria, nem na bondade da Agoa, nem na ferragem, e Rondanas, nem nos Cobres com que se tira cede aos melhores da provincia: fas correspondencia este poço a hũa nora que o Conuento tem na Cerca, que na grandeza da obra, e perinidade da Agoa leua a ventagem a todas.

Vamos agora á Igreja; e prencipiando por fora tem hũa torre Com tres sinos, hum

---

<sup>32</sup> Ms. riscado: “me”.

<sup>33</sup> Ms. riscado: “fize”.

dos quais he digno de topa a estimação, pela grandeza e sonido, e tambem serue de Relogio e bom Relogio, se lhe não falta o tempero. Tem esta Itreja hu<m> atrio, alpendre, Commummente se chama, tão espaçozo, tão alto, que outro semelhante não uirão ainda os meus olhos: no tempo da guerra á falta de quartéis, seruia de quartel a hum Regimento. <sup>34</sup> [.....]o he alto, [.....]de chamar-se [.....]ssimo, porque [.....]ma caza muito [.....]ora de figura [.....] comprimento qua[.....]da, e muito ale[gre ....] muito claro, [.....]á comvidan[do ....] os relligiozos [.....] a asistencia: [.....] sempre me achei, [assis]tindo nelle [.....]solado. [.....]de.....]ped[ra m]ar[more] a mais fer[m]oza, está [.....]latado, hum [gra]nde, e devoto [cr]ucifixo que [.....]cride ao [ch]oro debaxo [d]o qual esta [hu]m altar, [em] que os Padr[es ....] aguo[.....]em missa [.....]m cadeyras [de] pao de bordo com seo enta[lh]ado muito bom [co]m capacidade de [.....]om[.....] tem [m]ais hum grande Orgão para [ce]lebração [do]s [o]ficios diu[in]os./ Emtrando pela porta da Jgreja, se alegrão os olhos de uerem hum templo Comprido, Largo, alto na sua proposão diuida, e para ser claro tem des genellas de vidraças, que Lhe dão Lus em abundancia. tem tres Capellas fundas, e fermozas pela mão direita e outras tantas pela mão esquerda, A primeira Cappella da mão direita emtrando pela porta da jgreja; he da invocação de S. Christouão: são padroeiros della, e nella estão sepultados em distintas Sepulturas, Francisco Soares Moreno, Caualleiro do Abito de Christo, Criado (img. 14 – fl. 6v (64v)/ que foi da Caza de Bargança; e sua Molher Dona Maria de Monte arroyo, que faleceo a vinte de Julho de mil e seiscentos, e trinta e dois, nas suas sepulturas tem cada hum o escudo de Armas de seus apelidos, deicharão estes padroeiros vinte e seis mil reis de juro que lhe paga o estado de Barganca para misas pelas suas almas. Cuja escritura esta no Cartorio deste mosteiro. Segue-se a segunda Capella de Jnuocação da Raynha Santa Izabel: he padroeira della D. Luiza Mendes. Está esta Capella azuleijada, e pintada, como tãobem a de S, Christouão que fica atras. nesta Capella não há mais Couza algũa digna de noticia.

Segue-ce a treceira Capella da inuocação de S. Chrispim esta está ainda em branco e sem padroeiro.

Seguem-se agora as Cappellas da mão esquerda. A primeira Cappella emtrando pela porta da Igreja á mão esquerda, tem por titular a Santissima trindade. he padroeiro della o Doutor Manoel Pessoa Tizoureiro mor que foi da Capella da Caza de Barganca desta Corte, e ja de antes Reitor do Colegio dos Reys: deichou vinte e quatro mil reis para misas, e dois para fabrica, e seis alqueires de azeite para a alampada da dita Cappella: está esta Capella azoleijada, e pintada.

Segue-ce a Segunda Capella de que he titular São Bras: he padroeiro della /img. 15 – fl. 7 (65)/ o Padre Manoel Vieira Cappellão da Cappella da Serenissima Caza de Bargança desta Corte: este padroeiro ajnda he viuo na escretura de Comtrato que fes com este Conuento deicha dois anais de missas <sup>35</sup>a hum dos quais aplica o juro de tres mil Cruzados, e para o outro anal, o que renderem Certas fazendas, e se emtende que Ren-

<sup>34</sup> Entrelinhado escrito na margem esquerda, assinalado com “+2”. É parcialmente ilegível por estar escrito junto da dobra do caderno, ocultando o início de cada linha e no final por existência de buracos no suporte causados por insetos. A leitura foi restituída pela transcritora apenas nas ocorrências em que a mesma se mostrou viável e credível.

<sup>35</sup> Ms. riscado: “cad”.

derão setenta mil reis esta Cappella ainda está em toscó, mas breuemente se porá em limpo, e perfeito. não há aqui mais de que dar Conta; nem noticia

Segue-se a trezeira Cappella que tem por titular Nossa Senhora do Rozario São protectoras della Betris de torres, Jeronima da Costa. nella esta tãobem sepultada D. Ignes da Costa sobrinha das sobreditas esta deichou hum anal de missas, ao qual Vinculou fazenda que Rendera á Comonidade perto de setenta mil reis aquellas deicharam outro anal Com sincoenta mil reis de esmola. esta Capella está muito bem pintada, e azoleijada, com seu Retabolo de paineis de Ricas pinturas: no qual em decente sacrario se guarda o Santissimo Sacramento nesta Cappella esta cita a Irmandade do Rozario Com hum grande tizouro espirital de jndulgencias não ha nesta Capella mais de que dar noticia; a qual Commumente se chama a Cappella das Bautistas.

<sup>36</sup>Todo o corpo da igrej[a .....] grades do cruz[eiro ....] fora, he da Comunida[de sem] embargo de estar no meyo da [.....] das armas da Serenissima caza [de] Bargaça, [p]orque este mandarão as[y] pintar os nossos relligiosos antigos, em atençaõ do amor que os sereniss[imos] Duques sem[pr]e nos tiverão, e p[e] llos favores que nos fizerão, [por]que erão nossos protectores, e por esta ultima rezão uzamos nós do escudo das a[r]mas uay nas nossas cartas de irmandade *et cetera* e não e[sta] ali o ditto escudo, porque o ditto corpo da igreja pertença a Serenissima Caza de Bargaça] – por algum direyto, nem se mostrara./

Noticiadas estas Capellas, que estão no corpo da Igreja que Corespondem hũas as outras, /img. 16 – fl. 7v (65v)/ Emtrando no espaçozo e porprocionado Cruzeiro, no meyo delle á mão, direita se ue emcostado á parede o altar de Nossa Senhora da piedade, Com seu querido filho morto em os braços, jimagem perfeita, e deuotissima, e em Conrespondencia se ue da outra parte esquerda, o altar do santo Christo Imagem mui perfeita, e por ser de marfim, tãobem precioza. Segue-se Vltimamente a Capella Mayor, que pella sua porposão giometrica pode ser a mayor das Cappellas ainda que se ue em toscó, e sem Retabolo, mas com esperanças bem fundadas, que breuemente se uerá perfeitamente ornada, que assim o esta pedindo, o Santissimo Sacramento que nella está em Custodia; e o animo deuoto, e Coração Relegiozo, e piedozo espirito, de seu Real padroeiro, que he Sua Magestade que Deos guarde, El-Rey D. João o quinto nosso Senhor Como Duque de Bargaça pois seu <sup>37 38</sup>avo El-Rey D. João o quarto sendo ainda

<sup>36</sup> Entrelinhado escrito na margem esquerda, deitado, assinalado com: “+ 2 ”. O final da 1.<sup>a</sup> linha não é legível por estar oculta sob a dobra do caderno. E existem muitas lacunas por buracos no suporte causados por insetos. A leitura foi restituída apenas nos casos em que não oferecia dúvida. (NT)

<sup>37</sup> Ms.: oito linhas riscadas, com anotação à margem – “o mesmo que escreueo o riscou”. Riscado: “bizauo o serenissimo Duque de Bargaça D. theodozio a Comprou a este Comuento, o qual Recebe por hum pedrão publico por elle asinado sem mil Reis de juro empostos no morgado de Santa Crus da Caza de Bargaça juro do presso Com que Comprou a dita Cappella e deichou ordenado em seu testamento que El-Rey D. Joam o quarto de saudoza memoria, que emtão ainda não hera Rey”.

<sup>38</sup> Ms. repete: “Pois seu”.

Duque de Bargarça /img. 17 – fl. 8 (66)/ Mercou esta Cappella a este Comuento por hum pedrão por elle asinado, em vertude do qual lhe paga todos os annos \[a] Caza de Bargarça/<sup>39</sup> cem mil reis de juro. tem esta Cappella Mor hũa tribuna no meyo muito fremozza, e funda, em que se espoem o Santissimo Sacramento: e duas grandes janellas Rasgadas nos Lados, nas quais se podem formar facilmente duas tribunas, para as pessoas Reais nellas assistirem aos officios diuinos. O arco desta Cappella Mor he de marmore, dobrado, e com todo o primor da arte burnido: este deu de esmola o deuotissimo Duque D. theodozio, como testemunha o litreiro que no mesmo arco está esculpido, que he o seguinte

*Theodozii Secundo Dulci Brigantini, ordinis  
D: Pauli primi Eremitae Protectoris Primi  
excelentia Dono Dedit. Anno 1612.*

No ponto da volta deste arco da Cappella mor está o escudo das armas da serenissima Caza de Bargarça.

Quando o deuotissimo Duque D. theodozio segundo pasou deste mundo para o Ceo Cheyo de merecimentos deichou Recomendado em seu testamento; a seu filho primogenito D. João, que dipois foi D. João o quarto Rey de Portugal, que mandace sepultar seu Corpo nesta Cappella mor, e que nella estiuece depozitado emquanto se não acabasse a Cappella /img. 18 – fl. 8v (66v)/ Mor de Santo Augustinho, e que para emterro, e depozito, Lhe ordenaua que Comprace esta Cappella mor, e Cruzeiro e juntamente para que esta Cappella mor e Cruzeiro seruicem para nella serem sepultados em Mauozoleos dessentes os principes por linha Recta da serenissima Caza de Bargarça, que não tiuecem Lugar de sepulturas na Capella Mor do Conuento de Santo Augustinho desta Corte: e tambem para os parentes da Linha transversal: mas estes Com Lisença da Caza: Esta sepultura para depozito, ellegeo o deuotissimo Duque D. theodozio segundo, pelo grande affecto e deuocão que tinha á nossa Relegiam sagrada, de quem hera Proctetor, e primeiro sem segundo, Como Consta do Litreiro que esta grauado no arco da mesma Cappella. Esta Cappella mor esta toda Rodeada de hum Largo Corredor, com abobadas por sima que se chama Via Sacra, onde se emterrão os Relegiozos: e nesta mesma uia sacra junto á porta da sanchristia (que he caza de bastante grandeza Como tãobem todas as mais ofecinas inferiores, do Conuento que já estão todas acabadas, ainda que não todas guarnecidas) esta hũa sepultura com o seguinte Litreiro: Sepultura de Manoel Homem da Costa, secretario que foi /img. 19 – fl. 9 (67)/ do Duque de Bargarça, Pay de El-Rey D. João e de Donna Anna de AVreu, e Castel branco, sua Molher: e de sua filha D. Joanna homem, e de mais ninguem,

Agora chega o Lugar de dar noticia dos Relegiozos que florecerão neste Comuento, em vertude, e letras; Muitos forão os Relegiozos da familia deste Conuento; de virtude Conhecida: Porem Relegiozos emsignes na Virtude e santidade, so forão dois de que temos em Lembrança. O Primeiro foi o Padre Frey Pedro da horta que faleceo pelos

---

<sup>39</sup> Entrelinhado escrito na margem, assinalado com: “+2”.

annos de mil, e seiscentos. Herá este Relegiozo <sup>40</sup> Varão natural desta mesma Corte. forão suas Vertudes mais Conhecidas de Deos que dos homens, porque as occultaua quanto hera posiuél, mas como herão estremadas tãobem se deichauão uer dos olhos humanos, principalmente as que exercitaua abrazado com as chamas da Charidade dos proximos, aos quais assistia feruorozamente em suas emfermidades; e ás suas necessidades acodia com tal gosto, que nestes exercicios sempre se uia com a boca cheia de Rizo. Deos [na] sua morte manifestou a gloria de sua alma, pois na hora em que esta se despedia do Corpo, sahindo as Relegiozas de Santa Crus da mesma Corte de Rezar matinas no Coro, virão sobre o dormitorio deste Comuento na dereitura de sua Cela / img. 20 – fl. 9v (67v)/ huma Lus extraordinaria da qual sahio humaa Coluna de Resplandecente fogo, que subio athe o Ceo. Os mais progresos deste Varão Santo se não Relatão aqui, porque os tras defuzamente tratados Jorge Cardozo no seu tomo segundo do angilogio Luzitano; a folhas trezentas, e dezaceis onde se podem uer.

O Segundo Relegiozo de einsigne Vertude, e santidade, que floreceo neste Conuento foi o padre frey Martinho \de são Paulo natural de Elvas/ tão feruorozo na Charidade do proximo, que ardendo a cidade de Euora em peste, abrazado do amor deuino, e do proximo, foi acodir com pressa á gente daquella cidade em mal tão Comtagiozo: foi tão asserimo inimigo do seu corpo, para que se não Reuelace Contra o espirito, que nunca Comeu hum bocado de Carne, nem bebeo huma pinga de vinho; foi Vigilantissimo defensor da Castidade, e a todo o trabalho prompto, nunca soube o que hera o descanso, e soube com uerdade, o que hera ser honesto. os vestidos de seu Corpo heram os mias groceiros trazendo á flor da Carne hum asparo Calhamaso: foi dotado de esperito profetico, pois pasando por este Citio, antes de se tratar da fundação deste Conuento, estando debacho de huma Aruore frendoza /img. 21 – fl. 10 (68)/ descansando, apontando Com o seu bordão, dice para o Companheiro: Aqui hei de ser Sepultado: e Verificou-ce a profecia, porque naquelle mesmo Lugar foi sepultado, depois de ser edificada e acabada a Igreja. <sup>41</sup> \ por tantas virtudes perogativas, e dottes celestiais com que Deos o inrequeceo pella sua divina mão se vio a nossa religião obrigada a elege-llo provincial para sua conçoção e bom regimen, e foi o quinto no numero dos provinciais de nossa ordem./ tinha o Serenissimo Duque de Bagança D. theodozio segundo, tanta feé com a sua Vertude, e santidade que o Veneraua por Santo, e o Respeitaua Como Oraculo a quem pedia Comselhos. E pella Veneração Com que o tratauá, Lhe lhe mandaua da sua menza todos os dias hum prato acompanhado de hum archeiro da sua Guarda. <sup>42</sup> \ [Co]m a fê, e devoção [.....] com este servo [.....]os sua may a senhora [don]a Catherina filha [do I]fante Dom Duarte, [...me]sma fé, e devoção [.....]a com este insigne [var]ão na virtude

<sup>40</sup> Ms. riscado: “o”.

<sup>41</sup> Ms. riscado: “Não ha noticia qual seja a patria deste Varão Santo. Consta porem que”. Seguindo-se o entrelinhado na margem direita, assinalado com “+ 2” e com indicação de “primeiro”.

<sup>42</sup> Entrelinhado escrito na margem esquerda, assinalado com: “+2”. O mesmo é parcialmente ilegível por estar junto da dobra da cosedura do caderno, ocultando o início de cada linha, e no final por existência de buracos no suporte causados por insetos. A leitura foi restituída pela transcritora apenas nas ocorrências em que a mesma se mostrou viável e credível. (NT)



[...D.] Theotonio de [Ba]rganca ramo [S]antissimo da [sereniss]ima Caza, e Ar[cebis]po de Evora, [...]al movido da [...] grande virtu[de e] santidade, o elegeo [...] seu confessor, [...]moler, officios [que] elle exercitava [com] tanta rectidão [com]o comvinha, [dis]pendendo as [re]ndas eccleziasticas nas esmollas [or]dinarias mais [...]dade e do Ar[ce]bispado, mais [no]bres, e honradas. [A]lguma couza [q]ue poupava dos [o]rdenados, que tinha destes officios que exercitava. [qu]e o mesmo prelado [l]he concedia, gastava [...]ramente em [...]roupa, que serão proximamente [...] consagração do corpo, e sangue [de] Christo senhor nosso./ o que esta dito deste varão santo Consta do Litreiro <sup>43</sup> que esta escrito sobre a sua campa, mudada do Cruzeiro para a Via Sacra na occazião em que El-Rey D. João o quarto sendo Duque de Bagança Comprou o Cruzeiro, e Capella Mor, a qual mudança de sepultura se fes Com sentimento do dito Senhor, porque Veneraua tanto os osos daquelle Santo Varão, que os queria Comseruar no seu Cruzeiro, junto aos ossos do serenissimo Duque D. theodozio que na Capella Mor estauão depozitados, o qual Litreiro, fielmente tresladado he o seguinte. E ainda que agora este fielmente se tresladou, auelle einfielmente se escreueo, quando na fermoza Campa de Marmore, se esculpio. Seria defeito do escultor que emtão abrio as Letras no marmore, e não discuido, nem ignorancia do poeta que compos /img. 22 – fl. 10v (68v)/ os disticos do Litreyro. De qualquer modo que seja, se tresladou para aqui fielmente o Litreiro Como La esta grauado: e sem embargo que la(sic.) escrito na Campa não guarda as Leis da gramatica Claramente se conhece o que o Litreiro sinifica, Com os seus Versos em parte irrigrulares, e he de modo que se segue Leo mal<sup>44</sup>

*Noster in hoc. tumulo Martinus Conditur, olim.  
Ebora ut antidutum Contagione Luis.  
SCindere Morens E alitum posuit, per conia Vero  
Ejus Virtutis tempora nulla que Vnt.  
Carnibus abstinuit, Vino, que, Labore pudicus,  
Membra premens humilis hissine Volle prior  
Ante obitum in numiris presaga mente diebus*

*Hic. dixit Requies ossibus ista Meis.*

*Dii Cal. oCt Anno 1614*<sup>45</sup>

As mais noticias que Lá da santidade deste Varão <sup>46</sup> que se não Comtem no Litreiro, Constam de tradição fidedigna, a nos daquelle tempo antigo diriuadas. Morreo este Varão Santo em o senhor, no anno de mil e seiscentos, e Catorze.

<sup>43</sup> Ms. riscado. “que agora”.

<sup>44</sup> Comentário acrescentado, escrito com letra diferente. (NT)

<sup>45</sup> Acrescentada à data uma conta de diminuir em letra diferente: 1823  
- 1614  
209

<sup>46</sup> Ms. riscado parcialmente ilegível por existência de burado no suporte: “Cor[...]”.

/img. 23 – fl. 11 (69)/

Como Consta da hera esculpida, e laurada na Campa.<sup>47</sup> Morreo de setenta e seis annos de idade, e de sincoenta e seis de habito de nosso Padre S. Paulo. O dia do seu obito foi o primeiro de outubro do ditto anno

<sup>48</sup>[Hé] noticia que a vida [des]te servo de Deos [...]da no ageolozio [lus]itano: não se [...]a nas duas pri[me]iras partes: [a te]rceyra não a pude [...] a qual com [as] duas primeyras [...] dos primeyros seis me[ses] do anno, janeyro [...] porque o au[t]or do ditto Ageolo[gio] bem deplorado [pe]lla falta que fes, [...] Cardozo hia [...] p]ondo a vida [.....]as virtu[des e]m seos tomos, [...]ndo a cada dous [m]ezes hum: e o dito [...]ida deste servo [de] Deos se não ache [na] 3.<sup>a</sup> parte provavel[m]ente se achará [n] os manuscriptos [q]eu elle deyxou, [a]o Cardeal Souza [...] fragmentos [.....]rados recolheo [.....] por [.....]igna; E com[fo]rme a ordem Levava Jorge [C]ardozo, ainda [de]ste servo de Deos, [.....]lia, e tocava a o[.....] ou quin[t]a p]arte; por falecer [em] outubro./

Segue-ce, agora dar noticia dos Sugeittos, que neste Comuento \de sincoenta/<sup>49</sup> Annos a esta parte, e neste meio Seculo florecerão no magisterio das Letras Philozoficas, e theologicas, e no exercicio das cadeiras das mesmas Sciencias, o Primeiro foi o Doutor<sup>50</sup> frey Carillos de S. Boa Ventura, Lente Jubilado, qualificador do santo officio, examinador das tres ordens Militares, Relegiozo de grande penitencia, e zelo; geral que foi desta nossa ordem Repetido; muito conhecido neste Reyno pela Vasta noticia que tinha do moral vasto.

Segundo: o Doutor Frey Jozeph de santo Antonio Lente Jubilado, e examinador das tres ordens Melitares teue as partes essenciaes, e accidentaes, que constetuem hum pregador afamadissimo, Cujo officio exercitaua Vniuersal aplauzo do pouo: pelos seus merecimentos subio nesta Relegião a graues postos, hera natural da Cidade de Evora.

Treceiro: o primeiro Mestre Frey Gabriel da Natiuidade Lente Jubilado, e qualificador do santo officio Geral, Repetido, que foi desta nossa Relegião natural de Terena.

Quarto: o Padre Mestre Frey Thimoteo \do Sacramento/<sup>51</sup> Lente Jubilado, Bispo que foi da Ilha de Santo thome

<sup>47</sup> Ms. riscado:” Não Consta da jdade da sua vida porque se atendeo so ás virtudes da sua pessoa.”

<sup>48</sup> Entrelinhado escrito na margem esquerda, assinalado com: “+2”. O mesmo é parcialmente ilegível por estar junto da dobra da cosedura do caderno, ocultando o início de cada linha, e no final por existência de buracos no suporte causados por insetos. A leitura foi restituída pela transcritora apenas nas ocorrências em que a mesma se mostrou viável e credível. (NT)

<sup>49</sup> Entrelinhado sobrescrito a riscado: “quarenta”.

<sup>50</sup> Emendado sobreposto a: “Reytor”.

<sup>51</sup> Entrelinhado sobrescrito a “S. Jozeph”.

## Antonio Bacci

---

**Luís Brito da Luz\***

Em pleno ataque cibernético recebo um aviso de mensagem no meu telemóvel, e, como é hábito, fui ler o que a mesma dizia. Era de um número desconhecido e dizia “faleceu o Antonio Bacci, beijos”. Fiquei perplexo, como se tivesse levado um murro no estômago. Imediatamente realizei que a mensagem seria do meu Pai, mesmo não sendo o número dele. Peguei no telefone, como se não acreditasse no que tinha lido, liguei para esse número, e, infelizmente, o meu Pai confirmou-me o sucedido. Como era possível ter acontecido? Ainda no Natal tínhamos falado com ele, estava de óptima saúde, continuava a trabalhar na empresa, sempre na linha da frente e, como sempre, muito envolvido em todos os aspectos da vida. Nos instantes seguintes, como que sentado numa sala de cinema, revi todos os momentos passados com o Antonio, e, tantos e bons que foram. Muito poderia dizer sobre o Antonio, no recato pessoal e da amizade, mas hoje, e, aqui, apenas quero homenageá-lo enquanto empresário e personalidade importante para o sector dos mármore, e, do Rosa Portugal, em particular.

De seu nome completo, Antonio Bacci nasceu em Pietrasanta no dia 24 de Outubro de 1940, filho de um artista de mosaicos venezianos. Começou a trabalhar na pequena empresa de seu pai, a Ferrari & Bacci onde trabalhou também como artista de mosaicos. Estávamos nos anos sessenta, altura do denominado período italiano, em que as exportações portuguesas de mármore em bruto (blocos) se direccionavam na sua maioria para Itália. Até esta altura era o Rosa Aurora, de Estremoz, o primeiro mármore português com reconhecimento para além-fronteiras, que imperava. Este período italiano estende-se até meados dos anos setenta, altura em que o nosso mármore passa a ser exportado, reconhecido e aplicado nos quatro cantos do mundo.

---

\* Economista e Mestre em Economia – Especialidade em Estudos Europeus pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico.

Este artigo foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

Dotado de uma intuição fora do comum e de uma inteligência empreendedora cedo percebeu que queria muito mais, entrando, por conta própria, quase do nada, para o negócio da pedra.

Chega a Portugal no final dos anos sessenta, inícios de setenta e tenta encetar negociações com a Marmoz e o meu avô José de Brito da Luz para a importação de blocos. Nessa altura, o meu avô estava comprometido com outras empresas pelo que de princípio não lhe pode satisfazer o seu desejo. Não desiste e só a partir de 1975 se torna cliente da Marmoz e começa a importar os tão cobiçados blocos. Inicialmente focado num único tipo de mármore, o Rosa Portugal, Antonio Bacci centrou a sua actividade, na compra e importação destes blocos provenientes da pedreira do Rosal, em Borba, propriedade da Marmoz. Naquele tempo não se vendiam blocos à unidade, estes eram vendidos em grandes lotes e transportados por barco. Meu avô José de Brito da Luz loteava os blocos de Rosa em conjunto com os de Creme, de outra pedreira que tinha em Borba/Rio de Moinhos, a famosa pedreira do Mouro, para os vender a Antonio Bacci. Estas joias da coroa, chegados a Itália, vendidos em blocos e, posteriormente transformados em chapas, seriam aplicadas em pavimentos e revestimentos de habitações de prestígio, as célebres vilas italianas, assim como hotéis.

Uns anos mais tarde por volta de finais da década de setenta funda sozinho a sua empresa, a Marmi Bacci Srl, localizada na famosa Via Aurellia a dois passos do centro da cidade de Pietrasanta, a par com Carrara (a qual dista apenas duas dezenas de quilómetros daquela) o principal centro de pedra em Itália. Este projecto, iniciado há mais de quarenta anos, centralizado na sua marcante figura, sempre beneficiou da sua criteriosa escolha da equipa, colaboradores de alto nível profissional que toda a sua vida o rodearam. Também os clientes eram tratados como se fossem família sem descurar o profissionalismo. É caso para dizer que a Marmi Bacci foi pensada como uma loja Gourmet da pedra, com oferta de produtos de altíssima qualidade, produtos especiais e distintos, difíceis de encontrar, satisfazendo os clientes mais exigentes e sofisticados com um atendimento único.

Estes blocos importados por si, primeiramente, e, pela sua empresa num segundo momento eram criteriosamente seleccionados, assistindo eu, já no final dos anos oitenta e década de noventa a acérrimas trocas de galhardetes entre o Antonio e o meu Pai, verdadeiros amigos até ao fim, no que dizia respeito à escolha dos blocos. Quando vinha, normalmente por uma semana, era sempre um período de agitação, desassossego, impaciência, irritação e tensão que terminava sempre bem fruto da amizade e respeito entre as partes. O Antonio dedicava uma atenção extrema à escolha, queria levar sempre os melhores e mais importantes. Conhecemos, lidamos e negociamos com muitas pessoas com conhecimento profundo sobre mármore, mas não privámos com ninguém que tivesse melhor “olho” para os blocos que o António. Naquele tempo, estes paralelepípedos eram feitos a ar comprimido, ficando as suas extremidades estriadas fruto da entrada do compressor na pedra (só muito mais tarde em meados dos anos oitenta passaram a ser feitos com monolâmina apresentando as faces lisas), pelo que os defeitos da pedra não eram tão visíveis quanto hoje. Apesar disto, o Antonio conseguia descobrir

onde estavam os defeitos, vulgo fios, muitas vezes sem que mais ninguém os vislumbasse.

Esta relação monogâmica com a Marmoz, posteriormente também com a Marbrito e a nossa família durou muito perto de três décadas, quase até ao final do século passado, altura em que também passa a comprar outro tipo de materiais a outras empresas concorrentes uma vez que a sua dimensão e diversificação não eram mais as mesmas.

Hoje em dia a Marmi Bacci é líder no sector dos mármore. Possui um dos maiores depósitos de blocos e chapas de mármore, granito e onixes preciosos e exóticos e desenvolve actividades de importação e exportação, quer a nível comunitário quer extracomunitário. O trabalho da Marmi Bacci é voltado para os seus clientes, principalmente empresas às quais oferece seus produtos para venda directa, criações personalizadas, adaptadas às singulares preferências e de altíssima qualidade. A empresa também oferece trabalhos de design, blocos de granito para pavimentação de estradas assim como presta serviços tais como polimento e beneficiamento de materiais. Tudo isto, sem nunca esquecer o Rosa Portugal. Este acento tónico na qualidade e na importância dos materiais fez do Antonio um dos mais importantes e prestigiados empresários do sector e da sua empresa, a Marmi Bacci, líder do mesmo, uma das empresas mais conhecidas, destacadas e apreciadas por clientes do mundo inteiro. Apesar do mármore português já ser há muito conhecido em Itália, por altura da sua primeira incursão em solo português, podemos considerar que o Antonio foi o primeiro empresário a importar e distribuir ininterruptamente de uma forma sustentada e criteriosa o Rosa Portugal no mercado Italiano. Com esta visão esclarecida e peculiar afirmo sem dúvida nenhuma que o Antonio Bacci foi um dos embaixadores do nosso Rosa Portugal em Itália e no mundo, o qual muito contribuiu para o sucesso e prestígio posteriores que os nossos mármore vieram a ter em Itália e por esse mundo fora.

Faleceu sábado, 5 de Fevereiro deste ano, aos 81 anos. O jornal Il Tirreno de Pietrasanta, de terça feira 8 de Fevereiro, mencionava «Adeus a Antonio Bacci o Rei do “Rosa Portugal”»

Muito obrigado Antonio, um abraço grande para aí e um até já.

## Referências bibliográficas

BOLETIM de Minas – *Exportações*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1964-1970. – 1964, vol. I, n.º 1 a 4, p. 45 e 46; 136 e 137; 200 e 201; 274 e 275; 1965, vol. II, n.º 1 a 4, p. 49 e 50; 110 e 111; 205 e 206; 268 e 269; 1966, vol. III, n.º 1 a 4, 41 e 42; 102 e 103; 153 e 154; 219 e 220; 1967, vol. IV, n.º 1 a 4, p. 60 a 62; 122 e 123; 188 a 190; 256 e 257; 1968, vol. V, n.º 1 a 4, p. 58 e 59; 141 a 143; 213 e 214; 288 a 290; 1969, vol. VI, n.º 1 a 4, p. 59 e 60; 124 e 125; 221 a 223; 328 e 329; 1970, vol. VII, n.º 1 a 4, p. 92 a 94; 178 a 180; 242 a 244; 348 a 350.

LUZ, Luís Miguel Nunes Barata de Brito da – *Análise crítica ao modelo de desenvolvimento do sector das pedras naturais: o caso dos mármore no triângulo de Estremoz-*

## **Luís Brito da Luz**

*-Borba-Vila Viçosa 1980-2003*. Porto: A. Alves – Arte e Edições Lda, 2008. – Tese de Mestrado defendida em Setembro de 2005, p. 15 a 18.

MARTINS, Octávio Rabaçal – *A indústria extractiva das rochas ornamentais do Alentejo/ in “Boletim de Minas”*. Lisboa: Direcção-Geral de Geologia e Minas, 1991. – Vol. 28, n.º 4, p. 309 a 359.

MOURA, A. CASAL – *Rochas ornamentais carbonatadas de Portugal – Os mármore. Definição e características gerais/ in “Boletim de Minas”*. Lisboa: Direcção-Geral de Geologia e Minas, 1991. Vol. 28, n.º 1, p. 3 a 15.

QUINTAS, Armando – *Os mármore do Alentejo em perspectiva histórica: de meados do século XIX a 2020*. Évora: CIDEHUS – Universidades de Évora, 2020.

## **Agradecimentos**

O autor agradece a seu pai e seu tio, José Manuel e João Miguel, pela importante e privilegiada informação..

# **Processos Geológicos Dinâmicos: Contributos para a sua interpretação**

---

**Luís Lopes\***

**Palavras-Chave:** tectónica de placas; geodinâmica; mármore; Estremoz; Vila Viçosa.

## **A dinâmica da Terra nos Mármore Alentejanos**

A excelência dos mármore portugueses e em particular dos que ocorrem no famoso Triângulo dos Mármore (Lopes, 2007), é sobejamente reconhecida internacionalmente e por isso mesmo alcançaram o estatuto de Global Heritage Stone Resource (Lopes & Martins, 2014, 2018), distinção atribuída no âmbito da UNESCO que visa realçar o contributo que determinadas pedras tiveram no desenvolvimento da Humanidade.

Quer seja pela resistência, pela versatilidade nas aplicações, ou pela sua escolha como matéria-prima para a elaboração de obras de arte, objetos decorativos, e utilitários ou ainda como elementos estruturais e de suporte em edifícios históricos, é unânime que a sua utilização aporta um carácter distintivo, nobre, que socialmente também eleva quem opta pela sua escolha.

Para os geólogos o “mármore” é especial. Por um lado, representa a mutabilidade dos materiais geológicos. Os padrões e texturas que exhibe, imediatamente remetem para longos períodos de tempo, forçosamente necessários à sua formação. Sabemos que se tratam de rochas metamórficas que se formaram a partir de outras muito diferentes, inicialmente seriam calcários, que são rochas sedimentares. Estes calcários imediatamente remetem para ambientes marinhos de águas temperadas, límpidas e cheias de vida, é assim que se passa nos dias de hoje e é assim que imaginamos que tenha ocorrido no passado – o presente é a chave para o passado (James Hutton, 1726-1797).

---

\* Departamento de Geociências – Universidade de Évora e Instituto de Ciências da Terra – FCT, Évora, Portugal. \*lopes@uevora.pt

Só processos geológicos demorados e complexos que, ao fim e ao cabo, não são mais do que a dinâmica da Terra a contar a sua História, permitiram que, em profundidade e a condições de pressão e temperatura bem mais elevadas que as que ocorrem à superfície, os calcários se transformassem em mármore (Lopes, 2007; Lopes & Martins, 2018; Moreira & Lopes, 2019; Pereira et al., 2012; Taelman et al., 2013; e referências inclusas). Estamos a falar de movimentos com amplitude de centímetros ao ano, ou seja, de quilómetros por milhão de anos, o que acaba por fazer todo o sentido pois essa velocidade de deformação é necessária para explicar o tempo para as estruturas que se observam nas rochas se possam formar. Se o leitor quiser ter uma ideia do que esta velocidade realmente significa, podemos dizer que será sensivelmente a mesma a que crescem as unhas nos nossos dedos. A “troca” de Espaço por Tempo é um conceito fundamental para a compreensão dos fenómenos geológicos e uma vez adquirida não é necessário que se esteja sempre a evocar.

O que é ainda mais impressionante é que nas rochas as transformações atrás referidas ocorrem no estado sólido (domínio das rochas metamórficas), em condições de equilíbrio permanente onde a matéria, leia-se os elementos químicos, se combinam para formar minerais (que formam as rochas), que representam continuamente para cada estado de pressão e temperatura a forma cristalina mais estável que têm para se combinar. É por isso, e também porque em cada local da Terra a evolução é geodinamicamente distinta que, a partir de rochas similares há uma enorme possibilidade de se obterem materiais muito diferentes, isto não é mais que o reflexo da Natureza a funcionar e constitui um enorme desafio ao Homem para a tentar compreender. Nesta analogia, os elementos químicos são as letras, os minerais as palavras e as rochas serão as frases que nos vão contando o seu passado.

O fascínio pelas *histórias que as rochas contam* é algo que os geólogos entendem e que gostam de transmitir. Neste aspecto, os geólogos são contadores de estórias. É claro que a partir de dados e factos cada vez mais robustos, em face dos avanços tecnológicos, que também muito devem aos trabalhos dos geólogos de prospeção que descobrem as jazidas de elementos químicos cruciais à vida em Sociedade como a conhecemos hoje em dia e permitiu esse avanço tecnológico, a todos os níveis, excecional. Refira-se ainda que estas ocorrências minerais são cada vez mais raras e mais difíceis de encontrar à superfície, ou por apresentarem concentrações cada vez menores ou por se encontrarem em profundidade, pelo que só com conhecimento e meios adequados podem ser reveladas.

A história geológica dos mármore alentejanos remete-nos para um passado longínquo incompreensível à escala humana e, talvez, por isso mesmo nem sequer é alvo de qualquer contestação. Os métodos analíticos permitem-nos obter idades, são números que aceitamos em face da credibilidade, fiabilidade e da robustez de onde e por quem são obtidos/publicados e por isso os créditos dessas determinações devem ser sempre referidos, a partir daí, as interpretações não são mais do que uma elaboração baseada nesse conhecimento e por isso mesmo suscetíveis de discussão.

A formação das rochas sedimentares obedece a regras simples e compreensíveis a qualquer um. Os princípios básicos da Geologia dizem que numa bacia de sedi-



mentação, por exemplo num estuário de um rio, como o Tejo, num lago ou no oceano, os materiais (sedimentos) transportados na coluna de água se depositam na horizontal (Princípio da Horizontalidade), ou seja a perda de velocidade faz com esses sedimentos acabem por se acumular no fundo; depois os que estão por baixo serão mais antigos do que os que estão por cima (Princípio da Sobreposição); é de admitir que os materiais adjacente no mesmo plano tenha a mesma idade (Princípio da Continuidade Lateral) e que os materiais incluídos numa rocha seja contemporâneos ou anteriores à própria rocha (Princípio da Inclusão). Por fim temos o Princípio da Interseção que diz que uma estrutura que corte outra é-lhe posterior, ou seja só podemos ter uma falha se já tivermos materiais para serem separados por essa falha. Como em tudo, existem algumas exceções e mais uma série de regras que ajudam os geólogos a “ler” as rochas, por exemplo, uma coisa tão simples como saber o que está por cima e por baixo implica uma leitura atenta da composição e do arranjo dos sedimentos que constituem as rochas. Se no caso das rochas mais recentes esta questão é mais fácil de observar e interpretar, nas rochas que foram dobradas, falhadas e que ainda por cima sofreram metamorfismo, mais ou menos acentuado, a leitura nem sempre é imediata e requer análise espacial e uma leitura holística tão própria do pensamento geológico.

A recolha de dados estruturais permite reconstruir espacialmente a posição em que encontramos as rochas no terreno, a isto chama-se Análise Geométrica. A interpretação destas estruturas sugere movimentos que levaram à sua formação – Análise Cinemática. Em consequência dos movimentos determinados podemos indicar a orientação das forças que foram responsáveis por esses movimentos e a isso chama-se Análise Dinâmica. É esta última que nos permite dizer para onde se estavam a deslocar as rochas quando se estava a formar a Pangea... o geólogo olha para um monte de “pedras” e diz que: “os mármore de Estremoz sofreram duas fases de deformação dúctil” (foram dobrados duas vezes em direções diferentes; figuras 1, 2 e 3), depois foram cisalhados longitudinalmente segundo um movimento sinistrogiro ao longo dos flancos das dobras maiores de segunda fase (depois de dobrados, foram “rasgados”, figuras 3 a 6), durante esta evolução a temperatura e a pressão a que estava a ocorrer a deformação foi diminuindo e finalmente ocorrem três fases de deformação em regime frágil (ou seja depois de dobrados e rasgados, os mármore são partidos pelo que o simples facto de ainda assim se podem obter blocos de dimensão comerciável, é quase um milagre, figuras 1 a 8)”. Acrescente-se que as variáveis litológicas e as características estruturais locais, à escala da pedreira, por exemplo, têm um papel determinante na localização de massas menos fraturadas, nas texturas, nos padrões e nas cores que os mármore apresentam. Empiricamente, quem trabalha no sector das rochas ornamentais no anticlinal de Estremoz, sabe distinguir os mármore pelo local de proveniência. É claro que essas diferenças têm uma justificação geológica. Para informação complementar, convidamos o leitor a ler ou reler os nossos textos já publicados em números anteriores da *Callipole* e outras publicações (Alves et al., 2016; Cupeto & Lopes, 2019; Falé et al., 2008; Falé et al., 2009; Germano et al., 2014; Lopes & Martins, 2014; Lopes & Martins, 2018; Lopes, 2019; Lopes, 2020; Lopes et al.,

2011; Lopes et al, 2013; Lopes & Martins, 2015; Martins et al., 2015; Martins et al., 2016; Martins et al., 2021; Moreira & Lopes, 2019).

O que é certo é que só por existirem e pela idade das rochas que estão subjacentes e sobrejacentes aos mármore de Estremoz, estes imediatamente nos remetem para um oceano que há cerca de 541 milhões de anos (Ma) estava a abrir e no qual se estavam a depositar materiais vindos de cadeias de montanhas ainda mais antigas das quais restam muito poucos vestígios em Portugal, mas que, por exemplo, ainda se podem encontrar no núcleo do continente africano em Marrocos e noutros locais. Esse enorme oceano, que em coordenadas atuais iria desde Campo Maior a Vila Verde de Ficalho, cerca de 120 quilómetros em linha reta na atualidade que corresponderiam a mais de 2.000 quilómetros nesse período de tempo que globalmente designamos por Paleozoico inferior (541 – 419 Ma). No Paleozoico superior (419 – 242 Ma), esse oceano irá fechar. Em resultado disso e à escala global formase a Pangea (todos os continentes unidos) e no Alentejo os materiais que estavam mais próximos da superfície são transportados em profundidade e são dinamicamente transformados em rochas metamórficas. Assim, as rochas mais antigas que hoje afloram no Alentejo fariam parte da raiz de uma imensa cadeia de montanhas (Orogenia Varisca, ou Hercínica). Posteriormente, nos processos de abertura do Oceano Atlântico, essa cadeia de montanhas foi desmantelada dando origem às rochas do Mesozoico... os ciclos repetem-se no espaço e no tempo, mas essa é outra história...

As pedreiras de mármore constituem um laboratório vivo em permanente mutação, sempre com novos motivos de interesse em face do avanço da exploração mineira, constituem uma fonte de informação quase infinita e extremamente rica para desvendar o passado geológico, não só da região, mas de Portugal e do Mundo. A Geologia também tem esta particularidade, determinados fenómenos não podem ocorrer “apenas” num local, não é possível, a Geologia ocorre à escala regional (pelo menos) e o que se observa num local é reflexo dessa geodinâmica. Qualquer afloramento ou qualquer frente de pedreira é potencial fonte de informação, desde que saibamos ler esses dados (figura 7). Os processos que atrás referimos conjuntamente com as pistas que deixamos neste pequeno texto servem apenas o intuito de despertar o interesse e motivar os mais curiosos para a aprendizagem da linguagem geológica de modo a apreenderem este Mundo fascinante que nos rodeia e que de outro modo nos está oculto, apesar de o estarmos sempre a ver.

A mobilidade dos continentes é um facto e hoje pode-se medir com um rigor científico inimaginável há duas ou três décadas. Sabemos que os continentes se movem uns em relação aos outros a velocidades que variam entre 1 e 14 cm/ano. Indiretamente estes movimentos ficam registados nos padrões e texturas que as rochas metamórficas exibem. Nos mármore do anticlinal de Estremoz estas estruturas são superlativas, de tal modo que, num processo orientado de aprendizagem pela descoberta, estão acessíveis a todos os leigos que tenham curiosidade e interesse no assunto.

Quando observados ao microscópio os mármore desvendam ainda mais mistérios e é possível relacionar as estruturas observadas a olho nu com as causas identi-

## Processos Geológicos Dinâmicos: Contributos para a sua interpretação

ficadas ao microscópio, mas esse é outro mundo que ficará para outra oportunidade. Em breve os visitantes do Museu do Mármore de Vila Viçosa poderão presencialmente constatar isso mesmo numa das instalações que pretendemos implementar.

Nas páginas seguintes descreveremos alguns exemplos destas estruturas e do respetivo significado.



Figura 1 – Exemplo de deformação em regime dúctil, os mármore dobram, mas não quebram. Pedreira com lavra suspensa, em Borba, onde se consegue perceber que os mármore foram dobrados duas vezes. Os padrões que se observam são similares aos que obteríamos, por exemplo, dobrando um lenço de pano duas vezes, obliquamente, e cortando-o em seguida.



Figura 2 – Pormenor da mesma pedreira ilustrando os aspectos descritos.



Figura 3 – Mais um exemplo, também em Borba, de deformação em regime dúctil com a particularidade de se observar estiramento nos flancos das dobras, ou seja, nestes locais atingiu-se o limite de ductilidade para os mármore e ocorre o fenómeno de cisalhamento, é como se o mármore se rasgasse por estes planos. A distinta composição dos mármore nestes limites é muito evidente e pode ser a causa para a nucleação destas estruturas discordantes.



Figura 4 – Neste local, próximo de Bencatel, observa-se uma brecha posterior à fase metamórfica da transformação dos calcários em mármore. O bandado metamórfico nos blocos é bem evidente e destaca-se a matriz escura, que sendo mais dúctil, os envolve.



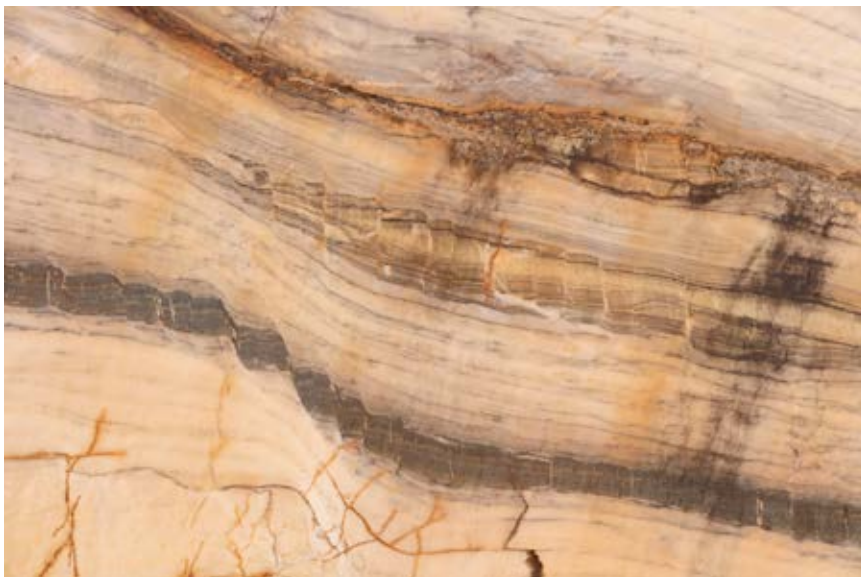


Figura 5 – Exemplo de comportamento distinto entre os mármore, mais claros, e os níveis de sedimentos siliciclásticos, mais escuros. Enquanto os segundos se partem e nos dizem que nesta fase da evolução geodinâmica houve um período de estiramento crustal, os primeiros fluem e ocupam o espaço deixado por eles. Em pormenor consegue-se perceber a relação de corte entre os níveis milimétricos que nos indicam uma situação de polaridade normal, ou seja, os materiais que estão por cima são mais recentes. Pedreira em laboração na região de Lagoa, Bencatel.



Figura 6 – Pormenor da mesma pedreira ilustrando um exemplo de *boudinage*, ou seja adelgaçamento regular de uma bancada por diferenças de resposta reológica à deformação. Não chega a haver uma rutura como na figura 5 mas o nível intermédio na imagem é mais resistente à deformação, diz-se que é mais competente e por isso não se deforma como a matriz envolvente.



Figura 7 – Neste caso não se trata de mármore, mas de rochas metavulcânicas ácidas, meta riólitos, que apresentam dobras de fluxo com orientação aleatória que localmente não é correlacionável com a tectónica. Afloramento na EN4, junto a Estremoz.



Figura 8 – O mármore representado nesta imagem corresponde a um acaso furtivo e único que ocorre na pedreira do Monte da Marinela, com laboração suspensa, em Estremoz. Efetivamente a libertação quase instantânea das tensões acumuladas na água que preenchia os poros das rochas, levou a uma intensa fragmentação do mármore, posteriormente e porque também havia ferro em disponível no sistema geoquímico, ocorre a recristalização de calcite que incorpora esse ferro na sua rede cristalina originando os veios dourados. Como a rocha apresenta um fundo escuro azulado (típico da variedade Ruivina), após polimento resulta este padrão de “ouro sobre azul” único e com belo efeito estético, tendo sido, por exemplo, utilizado no revestimento do interior da Sé Catedral de Maputo, em 1944, pelo arquiteto Marcial Freitas.

## Bibliografia

- ALVES, T.; MARTINS, R.; LOPES, L.; GOMES, C.; BAROSO, M.; SANTOS, D.; ROSADO, F.; ROSADO, L. 2016. Formulação de pastas cerâmicas a partir de matérias-primas argilosas e carbonatadas dos concelhos de Vila Viçosa e Redondo para a produção de olaria tradicional. *Callipole* – Revista de Cultura n.º 23, 2016, pp. 207-224. Vila Viçosa.
- CUPETO, C.; LOPES, L. 2019. A Terra bebe-se no vinho. *Callipole* – Revista de Cultura n.º 26, 2019, pp. 251-260. Vila Viçosa.
- FALÉ, P.; Lopes, L.; MARTINS, R.; HENRIQUES, P.; CARVALHO, J.; VIEGAS, J.; CABAÇO, J. 2009. A Rota do Mármore no Anticlinal de Estremoz (Portugal), pp. 123 – 133, in Paúl Carron M. Ed., *Rutas Minerales en el Proyecto RUMYS*, p. 135, Guayaquil – Ecuador. ISBN 978-9942-02-240-0. CYTED. <http://www.rumys.espol.edu.ec/publicaciones.asp?pagina=Publicaciones>
- \_\_\_\_\_. A Rota do Mármore no Anticlinal de Estremoz (Portugal), in Paúl Carron M. Ed., *Rutas Minerales de Iberoamérica*, p. 242, ISBN 978-9942-01-654. RUMYS, *Rutas Minerales y Sostenibilidad*, CYTED – Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo. Guayaquil, Ecuador; pp. 169-177.
- GERMANO, David; LOPES, Luís; GOMES, Carlos Pinto; SANTOS, António Pedro e MARTINS, Ruben. 2014. O impacte das pedreiras inactivas na fauna, flora e vegetação da zona dos mármore: problema ou benefício? *Callipole* – Revista de Cultura n.º 21, 2014, pp. Vila Viçosa.
- LOPES, L. & MARTINS, R. 2014. Global Heritage Stone: Estremoz Marbles, Portugal. From: Pereira, D., Marker, B. R., Kramar, S., Cooper, B. J. & Schouenborg, B. E. (eds) *Global Heritage Stone: Towards International Recognition of Building and Ornamental Stones*. Geological Society, London, Special Publications, 407, <http://dx.doi.org/10.1144/SP407.10>
- \_\_\_\_\_. 2018. Reconhecimento do mármore de Estremoz como pedra património mundial. *Callipole* – Revista de Cultura n.º 25, 2018, pp. 293-310. Vila Viçosa.
- LOPES, L. 2007. O triângulo do Mármore – Estudo Geológico, *Revista Monumentos*, N.º 27, Vila Viçosa, pp. 158-167. Lisboa: IPPAR/IRHU. ISSN: 0872-8747, Depósito Legal n.º 79253/94.
- \_\_\_\_\_. 2019. Pedras dos Monumentos de Évora, in: Soler, M.; Valente, M.; Candeias, A. Eds. *Évora com Ciência – Percursos*. Universidade de Évora. ISBN 978-972-778-135-5, pp. 137-163. <http://hercules.uevora.pt/EvoraComCiencia/>. <http://hdl.handle.net/10174/26898>
- \_\_\_\_\_. 2020. Anticlinal de Estremoz: Geologia, Ordenamento do Território e Produção de Rochas Ornamentais após 2000 de exploração. *Boletim de Minas, 54 – Tema em Destaque* – Rochas Ornamentais, 2019-2020, Direção Geral de Energia e Geologia – Direção de Serviços de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos. Martins, Luís; Lourenço, Cristina; Lourenço, Carla; Cruz, José Alcântara; Falé, Patrícia; Ferreira da Costa, J.; Cavaco, Miriam; Martins, José Miguel. pp. 59-83. ISSN: 00008-5935. <http://hdl.handle.net/10174/29106>. <https://www.dgeg.gov.pt/media/hnwdhroc/boletim54-rochas-ornamentais2.pdf>
- LOPES, L.; MARTINS, R.; FALÉ, P. & HENRIQUES, P. 2011. Pedreira António Mocho.

- In: Brilha J. & Pereira P. (Eds.) (2011) – Património geológico: geossítios a visitar em Portugal / Geological heritage: geosites to visit in Portugal. 1ª edição, Universidade do Minho, Braga, 84-85. ISBN: 978-972-95255-7-5. 2ª edição, 2012, Porto Editora, Porto, ISBN: 978-972-0-32008-7, 137p.
- LOPES, L.; MARTINS, R.; FALÉ, P.; PASSOS, J.; BILOU, F.; BRANCO, M. & PEREIRA, M. F. 2013. Development of a Tourist Route around the Mining Heritage of the Estremoz Anticline, p16. In ROSA, L.; SILVA, Z. & LOPES, L., eds., Proceedings of the Global Stone Congress, Key Engineering Materials Vol. 548 (2013), pp, 348-362; © (2013) Trans Tech Publications, Switzerland; doi:10.4028/www.scientific.net/KEM.548.348.
- LOPES, Luís & MARTINS, Ruben. 2015. Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo. *Callipole* – Revista de Cultura n.º 22, 2015, pp. 101-119. Vila Viçosa.
- MARTINS, R., LOPES, L., BRANCO, E. 2021. Exploração Subterrânea de Mármore: Alguns Aspectos Técnicos. *Callipole* – Revista de Cultura n.º 27, pp. 222-244. Vila Viçosa. <http://hdl.handle.net/10174/31896>
- MARTINS, R., LOPES, L., BRITO DA LUZ, L., GERMANO, D., MELO, N. 2016. Museu do Mármore – O Futuro, Presente! *Callipole* – Revista de Cultura n.º 23, 2016, pp. 227-256. Vila Viçosa.
- MARTINS, Ruben; LOPES, Luís; BILOU, Francisco. 2015. As pedreiras de mármore ao longo dos tempos. *Callipole* – Revista de Cultura n.º 22, 2015, pp. 83-110. Vila Viçosa.
- Moreira, N., Lopes, L. 2019. Caracterização dos Mármore de Estremoz no contexto dos Mármore da Antiguidade Clássica da Zona de Ossa-Morena. In: Serrão, V., Soares, C.M., Carneiro, A. (coord.). PHIM – Património e História da Indústria dos Mármore: Mármore: 2000 anos de História. Volume 1: Da Antiguidade à idade Moderna. Theya Editores, Lisboa, 13-54. ISBN: 978-989-99164-3-2.
- PEREIRA, M.F., SOLÁ, A.R., CHICHORRO, M., Lopes, L., Gerdes, A., Silva, J.B. 2012. North-Gondwana assembly, break up and paleogeography: U–Pb isotope evidence from detrital and igneous zircons of Ediacaran and Cambrian rocks of SW Iberia, Gondwana Research (2012), <http://dx.doi.org/10.1016/j.gr.2012.02.010>
- TAELMAN, Devi; ELBURG, Marlina; SMET, Ingrid; PAEPE, Paul De; LOPES, Luís; VANHAECKE, Frank; VERMEULEN; Frank. 2013. Roman Marble from Lusitania: Petrographic and Geochemical Characterization, Journal of Archaeological Science, ISSN 0305-4403, <http://dx.doi.org/10.1016/j.jas.2012.12.030>.



# Estudos Literários

---

## **Da Condição Feminina à Condição Humana: A expressão do arquétipo materno nos contos de Florbela Espanca**

---

**Beatriz Canas Mendes\***

Em trabalhos já realizados sobre a obra de Florbela, quer poética quer de ficção, tem sido estudada a elaboração do feminino. Afinal, a condição feminina é indicada como um dos grandes temas florbelianos.

Através dos seus contos, Florbela cria a possibilidade de trazer as mulheres e os temas da condição feminina para a esfera pública, de uma forma igualmente conveniente para si própria. Cláudia Pazos Alonso destaca, no primeiro capítulo de *Imagens do Eu na Poesia de Florbela Espanca*, que “a poesia, ao contrário do romance, não era uma ocupação lucrativa” (1997, p. 15), de resto indicado como um motivo de produção de prosa em certos momentos da vida de Florbela, que os publicava em revistas literárias da época (uma forma de publicação bastante comum no início do século passado), tendo sido uma das únicas mulheres a fazê-lo em Portugal no seu tempo.

Do que se conhece, até ao momento, da escrita ficcional de Florbela, além de quatro contos considerados “imatuross” ou “inacabados”, por terem sido escritos durante a infância e adolescência de Florbela ou não terem sido dado por terminados, contam-se dois volumes: *O Dominó Preto* (quatro contos escritos na década de 1920, mas publicados em livro em 1982, 50 anos depois da sua morte – devido à entrada no domínio comum) e *As Máscaras do Destino* (dez contos, publicados postumamente, um ano depois da sua morte, e escritos após a morte do irmão Apeles, em 1927).

---

\* Beatriz Canas Mendes (1995) é licenciada em Comunicação e Cultura (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa), pós-graduada em Psicologia Positiva Aplicada (ISCSP, Universidade de Lisboa) e mestranda em Estudos Comparados – Literatura e Outras Artes (Universidade Aberta). Em 2022, terminará ainda uma pós-graduação em Escrita de Ficção (Universidade Lusófona). O seu interesse de investigação atual é a autobiografia e a autoficção, em particular na literatura e nas artes visuais. É professora de Português e Inglês, formadora, eterna estudante e, acima de tudo, leitora.

O que se pretende neste artigo é a elaboração de uma proposta de leitura (ou releitura) dos contos de Florbela, através de uma lente psicanalítica. Procura-se acrescentar algo à constante atualização do olhar, interpretação e valorização de uma obra já canônica da literatura nacional, mas que continua interessante para as gerações de investigadores mais novas. Por essa razão, gostaria de dedicar este espaço à reflexão sobre uma das suas diversas nuances: a maternidade e a figura materna, enquadradas no arquétipo materno de Carl G. Jung.

### **Do inconsciente pessoal ao inconsciente coletivo**

Florbela escreveu sobre os seus temas pessoais, mas acabou por escrever os temas da sociedade, em particular das mulheres, do seu tempo. À semelhança de outras escritoras, escrevendo-se, ainda hoje escreve todas nós. Confinadas ao espaço privado, as mulheres da obra florbeliana são personagens em tensão e no limite da libertação. O íntimo é extravasado na página. A experiência pessoal dá palavras e proporciona a expressão do inconsciente pessoal, mas não menos do inconsciente coletivo.

Desta forma, apesar da associação frequente dos temas florbelianos à condição feminina, é inevitável que cada um dos seus leitores encontre um pouco de si próprio ao ler o que Florbela escreveu. Esta exposição parte, precisamente, da indagação sobre o que nos fascina e atrai à obra de Florbela, tanto tempo depois de ter sido escrita, seja qual for a nossa história, origem ou género.

Na apresentação do volume *Florbela Espanca. O Espólio de um Mito*, Ana Luísa Vilela destaca “a permeabilidade e abertura do texto de Florbela, ecrã disponível ao acolhimento das obsessões criativas e críticas dos seus leitores” (2012, p. 11). Cada um bebe desta fonte, que é a obra de Florbela, a água que lhe sacia a sede e alimenta o espírito, pelo que é na continuação desta tradição que nos aventuramos por renovadas leituras.

Entende-se, pois, que o papel da literatura é dar expressão à experiência pessoal da humanidade, através das suas circunstâncias muito particulares do escritor, através da sua voz. Florbela escreve-se, escreve o seu tempo e escreve cada um de nós, como almeja a literatura. A maternidade é, indubitavelmente, um dos temas centrais na sua biografia, como também na sua criação.

Por ser filha ilegítima de João Maria Espanca e Antónia da Conceição Lobo, mas ainda assim também criada pela mulher do primeiro e sua madrinha de nascimento, Mariana (pois esta não podia ter filhos), Florbela teve duas mães (uma circunstância curiosa partilhada com o irmão Apeles, três anos mais novo). Além disso, Florbela terá sofrido pelo menos um aborto espontâneo.

“E a verdade é que a maternidade chega a converter-se numa obsessão para Florbela: ter um filho é reconciliar-se com a vida e com o mundo; a obrigação de entrar nas suas alegrias simples e dores desvinculadas de carga metafísica. Lá no fundo, uma responsabilidade para com o outro que pode converter-se também numa

## Da Condição Feminina à Condição Humana: A expressão do arquétipo materno nos contos de Florbela Espanca

fuga relativamente ao estar face a face connosco próprios. Ter um filho é, para Florbela, encontrar um sentido ancestral e telúrico na vida: o da perpetuação do sangue e da forma, que encha o vazio de não conseguir arrancar a esta o seu verdadeiro sentido íntimo.” (Fernandéz, 2012, p. 166)”

Passemos, então, a reler e explorar os contos de Florbela através da teoria junguiana dos arquétipos.

Carl G. Jung, talvez o mais notável psiquiatra e psicoterapeuta suíço, foi contemporâneo de Florbela. Nasceu em 1875, enquanto Florbela nasceu em 1894. Mesmo assim, o fundador da psicologia analítica veio a falecer mais de 30 anos depois da poeta e contista portuguesa.

Jung fundou e aprofundou alguns dos conceitos psicanalíticos mais conhecidos até aos dias de hoje, nomeadamente os de inconsciente coletivo, inconsciente pessoal, e arquétipo (como o arquétipo materno).

De acordo com Jung, existem dois tipos de inconsciente: o inconsciente pessoal e o inconsciente coletivo (2002, p. 53). Enquanto o primeiro se forma através da experiência pessoal, o segundo será de origem hereditária, próprio da espécie humana, também definido como “motivos”, “temas”, “representações coletivas”, “categorias da imaginação”, “pensamentos elementares” ou “primordiais” por outros autores e campos de estudo (ibid). Depreende-se, assim, que “os arquétipos sejam imagens inconscientes dos próprios instintos; em outras palavras, representam o *modelo básico do comportamento instintivo*” (ibid, p. 54).

A relação entre psicanálise e literatura é conhecida e frutuosa, pois ambas lidam com a psique humana, as suas pulsões e recalques, através da palavra. No *E-Dicionário de Termos Literários*, Campinho (2019) escreve no verbete sobre Imagologia Literária:

“Pela sua essencial propensão alegórica e recriadora, a Literatura constitui-se como um amplo e profundo repositório imagológico. Como diz, designadamente, Eduardo Lourenço, a Literatura, expressão superior de cultura, encerra a intimidade complexa, profunda e integral de um povo. Consequentemente, pela Literatura deve seguir quem procura indagar o pensamento e a vivência de uma sociedade humana ou proceder à sua psicanálise identitária, seus mitos, medos, obsessões, traumas, recalcamientos, desejos, sonhos e pesadelos, ilusões e vitórias.”

Jung, por seu turno, reconhece que “em todas as áreas do conhecimento há premissas psicológicas”, pois “há um fator apriorístico em todas as atividades humanas, que é a estrutura individual inata da psique, pré-consciente e inconsciente” (2002, p. 89). O inconsciente coletivo é formado por “ideias primordiais” (primeiramente descritas por Platão), inatas à espécie humana, e essas ideias são o que chamamos “arquétipos”.

A palavra “arquétipo” surge da palavra grega *archétypon*, que significa “modelo” ou “padrão”, e foi um termo proposto por Jung em 1919. Também no *E-Dicionário de Termos Literários*, no verbete de Arquétipo, Ceia (2009) enumera alguns arquétipos jungianos abundantes na literatura: “o velho sábio, a criança e o herói-criança,

a mãe (“Mãe Primordial”/“Mãe Terra”), a virgem, a *anima* (o feminino do homem) e o *animus* (o masculino da mulher) [...], o paraíso perdido, os irmãos inimigos, o círculo, a rosa, a serpente, etc. ou *stock characters* como Don Juan, a *femme fatale*, o herói e o anti-herói, o mágico e o alquimista, o *braggadocio*”, arquétipos que “permanecem sempre intactos e inalteráveis qualquer que seja o tratamento literário que sofram.” Com certeza, vários destes arquétipos nos chamarão a atenção e relembrações leituras passadas e personagens queridas.

Após esta breve definição do conceito de arquétipo e da sua contextualização no seio da literatura, voltemos a nossa atenção para um dos arquétipos em particular: o arquétipo materno. O arquétipo materno é o primeiro de quatro arquétipos descrito por Jung nas conferências que deram origem à obra *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. É sobre o arquétipo materno que nos debruçamos neste artigo.

### O arquétipo materno: da condição feminina à condição humana

Do que já se tenha escrito sobre a produção de contos por Florbela, além do território da poesia, destaquemos as observações de Elisabeth Batista (2012), no capítulo “Da Poesia ao Conto: A itinerância criativa de Florbela Espanca”. Batista sugere que o leque temático de Florbela até podia ser limitado; no entanto, reclamava a voz da mulher, a sua própria visão da experiência na primeira pessoa. O facto de Florbela não só ter escrito poesia, mas também contos, permitiu-lhe deixar um testemunho da experiência feminina. Este é um legado para a posteridade, com certeza até útil do ponto de vista sociológico, mas bastante significativo para as suas contemporâneas.

Também escreve Alonso (1997, p. 29), que com certeza o amor terá sido o tema que, sendo do “domínio das suas limitadas experiências”, melhor poderia ser narrado por uma mulher, incluindo o amor (ou desamor) de mãe. Como uma porta-voz, Florbela dá protagonismo às mães e à relação destas com os seus filhos, sem ter de o fazer partindo de uma definição mediada pelos homens, o que se traduz, segundo a mesma autora, a “mudanças na concepção dos papéis das mulheres” (ibid, p. 25).

Florbela carrega a tocha do seu tempo e que, cem anos volvidos, nos continua a iluminar o caminho: 1905 foi o ano de publicação do manifesto feminista “Às Mulheres Portuguesas”, de Ana de Castro Osório, e nos anos seguintes assistimos à criação exponencial de instituições, iniciativas e produção intelectual que visam representar as mulheres na vida pública, política, social, culminando no seu papel determinante na Primeira Guerra Mundial.

Temas como a sexualidade/sensualidade (cf. Ladeira, 2009) e o “prince charmant” têm sido ligadas à sua obra. No entanto, a figura de Florbela engloba, como já foi mencionado, ainda mais um mito pessoal ligado à feminilidade: o de filha ilegítima do pai, filha de uma mãe que morre precocemente, criada pela mulher do pai, sua madrinha. Além do mais, Florbela nunca chegou a ter filhos.

No que toca à maternidade, a biografia de Florbela apresenta traços rasando o mitológico:

## Da Condição Feminina à Condição Humana: A expressão do arquétipo materno nos contos de Florbela Espanca

“É o motivo das duas mães, arquétipo encontrado no campo da mitologia e da religião em múltiplas variações, constituindo a base de numerosas representações colectivas. Poderia mencionar, por exemplo, o motivo da dupla descendência, a descendência de pais humanos e divinos, tal como no caso de Héracles, que foi inconscientemente adotado por Hera, alcançando a imortalidade. O que na Grécia é mito, no Egito é até mesmo um ritual. Neste último caso, o Faraó é por sua natureza um ser humano e divino. Nas paredes da câmara de nascimento dos templos egípcios vê-se representada a segunda concepção e nascimento divinos do Faraó – ele “nasceu duas vezes”. (Jung, 2002, p. 55)

Aliás, é este motivo literário da mãe dupla que também se encontra presente no conto “O Crime do Pinhal do Cego”, no qual uma viúva acaba por se juntar à amante do falecido marido para criar o filho dos últimos dois:

“[...] gritou para cima: «Mãe!»

À janela engrinalhada de madressilvas assomaram, no mesmo gesto repentino, dua cabeças de mulher e ambas responderam ao grito no mesmo tom de carinho, com o mesmo acento maternal e enternecido: «Filho!»” (Espanca, 2017, p. 126).

Também se reconhece este arquétipo da mãe dupla em dois dos contos que não se incluem nem em *O Dominó Preto*, nem em *As Máscaras do Destino*. No primeiro conto que Florbela terá escrito, ainda na adolescência, “Mamã!”: “[...] a pobre mãe pensava, talvez, no futuro bem negro dos filhinhos. [...] Uma mulher divinamente formosa, envolta em ondas de rendas e sedas, arrastando a longa cauda, entra na choupana.” (ibid, p. 7); e ainda noutro, “Alma de Mulher”, através da figura da ama, a segunda mãe que, à semelhança de outras “mães florbelianas”, na condição de mulher, se encontra desamparada: “Ai, meu anjinho do céu, para onde iremos nós agora, duas pobres mulheres que não têm ninguém no mundo para as proteger e guiar?!” (ibid, p. 22).

Jung enumera, além deste, outros arquétipos interessantes:

“Como todo arquétipo, o materno também possui uma variedade incalculável de aspectos. Menciono apenas algumas das formas mais características: a própria mãe e a avó; a madrasta e a sogra; uma mulher qualquer com a qual nos relacionamos, bem como a ama-de-leite ou ama-seca, a antepassada e a mulher branca; no sentido da transferência mais elevada, a deusa, especialmente a mãe de Deus, a Virgem (enquanto mãe rejuvenescida, por exemplo Deméter e Core), Sofia (enquanto mãe que é também a amada, eventualmente também o tipo Cibele-Átis, ou enquanto filha-amada (mãe rejuvenescida); a meta da nostalgia da salvação (Paraíso, Reino de Deus, Jerusalém Celeste) [...]” (2002, pp. 91-92)

À semelhança de “Alma de Mulher”, outros contos contêm a figura da ama, como “Mulher de Perdição”, e ainda existe uma figura de segunda mãe, neste caso a ti Ana, do protagonista desaparecido, Francisco.

Contudo, o arquétipo que parece estar mais presente é a de mãe virginal, sacrificada. Na verdade, todas as mães que Florbela escreveu demonstram nada menos do que devoção pelas suas filhas e filhos.

Em “Amor de Sacrifício”, Florbela alude a figuras de mães doridas da guerra: “[...] figuras de mulheres, para tratar mais aqueles que iam cair trespassados pelas balas inimigas, longe do conforto do seu lar, longe dos filhos, das mães e de tudo quanto ao longe lhes sorria, na terra abençoada da Pátria!” (p. 13); “Ó mãe piedosa e santa daquela pobre criança, como tu o terias percebido, se o tivesses visto morrer!” (Espanca, 2017, p. 16)

Em “Mulher de Perdição”, duas mães de sangue se destacam. Em primeiro lugar, D. Laura, mãe do protagonista:

“Quando subiu o primeiro lanço da escadaria, viu logo no espelho, ao alto, encostada à balastrada de madeira entalhada que rodeava a galeria do segundo andar, a mãe, que, em voz jovial onde vibrava em notas de alegria o mais sentido dos orgulhos por aquele filho, lhe dizia:

– Que noite! Não tiveste frio?” (ibid, p. 38)

Em segundo lugar, outra mãe que chora a morte de um filho bebê, visitando-o no cemitério:

“Reine olhava curiosamente em volta. O olhar deteve-se-lhe numa pequenina campá rasa ao rés da parede, perdida e nua entre o esplendoroso tapete multicolor; nem uma simples florzinha no meio da erva, e era uma campá de bebê, tão pequenina e estreita como teria sido o berço...”

Reine, lentamente, desprende da gola de skungs a mancha pálida do cravo enorme e, piedosamente, depô-lo à cabeceira do pequenino abandonado.” (ibid, p. 59)

No segundo livro de contos de Florbela, *As Máscaras do Destino*, os contos revelam um tom ainda mais tétrico (pois foram escritos após a morte do seu irmão, Apeles, e a ele dedicados).

Em “A Paixão de Manuel Garcia”, é-nos descrita uma mãe que encontra o corpo do filho após este se suicidar, conformada com a circunstância: “Quem o diria!... Só a mãe, talvez. As mães adivinham sempre, não sei por que miraculosa intuição, o mistério que no mistério das suas entranhas foi gerado, e nunca se enganam!” (ibid, p. 186); “Havia muitos anos que aquela pobre, aquela desgraçada, sentia a morte rondar-lhe a porta [...]. Quando, naquele aziago anoitecer de Novembro, transpôs o limiar do quarto e viu o filho morto, não gemeu, não gritou. Para quê?...” (ibid, p. 188)

Já no conto “As Orações de Soror Maria da Pureza”, a mãe de Maria como que enterra a filha em vida, entregando-a a uma vida de clausura num convento: “Fora então para isso que a mãe a trouxera nas suas entranhas, que a alimentara aos seus peitos, que a embalara nos braços tantos anos!” (ibid, p. 219).

## **Da Condição Feminina à Condição Humana: A expressão do arquétipo materno nos contos de Florbela Espanca**

Por fim, conhecemos mais duas mães cujos cuidados desafiam a morte, seja pela morte dos filhos, em “A morta”: “Branca, a caixinha de sete palmos pequeninos onde a mãe a deitou, como a deitara anos a fio na brancura do berço.” (ibid, p. 162); seja pela sua morte da qual “volta”, para aconchegar o filho, ao contrário do que anuncia o título do conto “Os mortos não voltam”: “Tinha visto, segundo ele dizia, a mãe entrar no seu quarto, depois de ter atravessado um comprido corredor que levava directamente à alcova onde meses antes expirara.” (ibid, p. 170).

O que todas estas mães têm em comum é a sua abnegação e dedicação total aos filhos ou “afilhados”, representando a proteção e a pureza de espírito, além da vida terrena, como forças da natureza. Em suma, apresentam características semelhantes às da Virgem Maria, mas também a outras figuras arquetípicas listadas por Jung, como a Grande Mãe, a ama, a cuidadora.

### **Mãe, imagem primordial**

Silva (2012, p. 322) observa que, na figura feminina criada por Florbela na sua poesia, “estão imbricados os estereótipos de gênero aplicados às suas funções sociais como construtores do comportamento das mulheres perante os papéis que lhes foram atribuídos, os quais, em sua maioria, recomendam o recato e a submissão”. O mesmo se verifica nos contos.

Da leitura que se propôs no presente artigo, articulando as figuras maternas presentes nos contos de Florbela com o arquétipo materno definido por Jung, mais do que procurar estereótipos, pretendia-se discutir o que é mais fascinante e comum na apreciação dos contos de Florbela, que têm sido publicados e republicados nas últimas décadas após a descoberta do seu espólio. O que atrairá um leitor no século XXI e que poderá continuar a atrair o leitor futuro, tendo em conta que muitos dos contos já terão sido escritos há mais de cem anos?

Regressando à definição do conceito de arquétipo, e à sua relação com a arte, regressamos também ao artigo de Anaz (2020, p. 255):

“O arquétipo, enquanto fenómeno psíquico, materializa-se quando é expresso simbolicamente nas criações artísticas e narrativas. Ele manifesta-se como imagens psíquicas específicas e peculiares cujo conteúdo significante é apreendido pela consciência. É necessário, portanto, compreendê-lo em dois âmbitos: o do arquétipo em si, que é irrepresentável, pois ocorre no nível do inconsciente da mente humana; e das imagens simbólicas ou arquetípicas.”

Não nos podendo cingir apenas à biografia de Florbela, nem sendo justo afastar os acontecimentos e factos da sua vida da obra que produziu, o que nos faria correr o risco de a despersonalizar, a análise de arquétipos e outros símbolos reconhece o que partilhamos, cultural e socialmente, qual a nossa herança imaterial, e refletir no que torna a literatura (e a arte, em geral) uma manifestação universal, até do que aparenta pertencer ao domínio privado, a cada leitor e a cada artista.



Florbela criou para si uma imagem suscetível a variadas interpretações e indagações (além de ser inevitável que nos sintamos intrigados pela sua história de vida e a relação desta com a obra), pelo que cabe ao leitor explorá-las. No caso particular dos contos, estes prestam-se a tal questionamento, pois permitem, mais do que a poesia, a construção de personagens, de enredos e motivos literários mais detalhados e desenvolvidos, sem uma limitação específica de espaço.

Assim sendo, não cingir a leitura dos contos florbelianos a uma matriz exclusivamente religiosa, católica, significa que mais pessoas os conseguirão ler, contactar e interessar-se pela obra florbeliana, além dos tempos, fronteiras, credos ou culturas. É um convite, quiçá, à internacionalização de Florbela, confiando que a compreensão e fruição dos textos depende apenas de uma humanidade partilhada... Da experiência pessoal, à experiência coletiva, em língua portuguesa ou noutra, que com certeza encontrará uma forma de traduzir o que todos tivemos alguma vez na vida, ou que procuramos ter, numa aceção mais literal ou mais metafórica: uma mãe ou figura materna.

Florbela legou-nos, através da sua obra, a manifestação de ideias e imagens ditas *primordiais* que, partindo da experiência e condição femininas, colocadas no centro da discussão e fruição cultural pública, dizem respeito a todos os leitores, isto é, à condição humana.

## **Referências bibliográficas**

- ALONSO, C. P. (1997). *Imagens do Eu na Poesia de Florbela Espanca*. Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ANAZ, S. A. L. (2020). Teoria dos arquétipos e construção de personagens em filmes e séries. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, 47 (54), 251-270.
- BATISTA, E. (2012). “Da Poesia ao conto: A itinerância criativa de Florbela Espanca”, em Vilela, A. L., Franco, A. C., Dal Farra, M. L., & Silva, F. M. D. *Florbela Espanca. O Espólio de um Mito*. Colibri.
- CAMPINHO, J. M. C. (2019). *Imagologia Literária*. E-Dicionário de Termos Literários. Consultado em 31 de Maio de 2022, de <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/imagologia-literaria>.
- CEIA, C. (2009). *Arquétipo*. E-Dicionário de Termos Literários. Consultado em 31 de Maio de 2022, em <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/arquetipo>.
- ESPANCA, F. (2017). *Contos Completos*. Bertrand Editora.
- FERNANDÉZ, J. C. (2012). *Florbela Espanca. A Vida e a Alma de uma Poetisa*. Edições Nova Acrópole.
- JUNG, C. G. (2002). *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*. Editora Vozes.
- LADEIRA, A. (2009). “Mythologies of the feminine and of the poet in Florbela Espanca and beyond.” Proceedings of the conference “From Renaissance to Post-Modernism: Rewritings of Myths in Britain and Portugal. University of Oxford.
- PEREIRA, J. C. S. (2011). Introdução, *Obras de Florbela Espanca, Contos – Volume III*. Editorial Presença.

**Da Condição Feminina à Condição Humana:  
A expressão do arquétipo materno nos contos de Florbela Espanca**

SILVA, F. M. (2012). “A Virgem Maria, o sagrado feminino e sua relação com Florbela Espanca”, em Vilela, A. L., Franco, A. C., Dal Farra, M. L., & Silva, F. M. D. *Florbela Espanca. O Espólio de um Mito*. Colibri.

VILELA, A. L. (2012). “Apresentação”, em Vilela, A. L., Franco, A. C., Dal Farra, M. L., & Silva, F. M. D. *Florbela Espanca. O Espólio de um Mito*. Colibri.

## Florbela Espanca, para além da vida

---

João Cabrita

De Vila Viçosa para além de uma vida curta de 36 anos. Estava para além do seu tempo. Segundo Jorge de Sena, ela foi a expressão do feminino na poesia portuguesa. Admirava Júlio Dantas, Camões, Guerra Junqueiro e José Duro, para lá de outros. Emocionava-se até às lágrimas com António Nobre, a quem dedicou um soneto.

Mulher de vida dolorida e atribulada, de saúde precária, terá sucumbido a dois frascos de Veronal, medicamento crónico que apaziguava a dor e apelava ao sono. Da certidão de óbito, assinada por Manuel Alves de Sousa, carpinteiro, consta que expirou devido a um edema pulmonar, às 22 horas do dia 7 de Dezembro, embora tivesse acabado às duas horas da madrugada de oito, de 1930.

O dia do aniversário de Florbela é o dia marcado para o funeral. Matosinhos, localidade onde vivia com o médico Mário Lage, seu último marido, com quem casara catolicamente, é fustigada por um grande temporal, não sendo possível realizar o cortejo fúnebre. O corpo é depositado na capelinha contígua ao cemitério. A chave do esquifo é entregue a Guido Battelli, professor do curso de História da Literatura Italiana na Universidade de Coimbra, que mantém com Florbela correspondência entre 27 de Junho de 1930 até à morte da poetisa, que confessara a sua dificuldade em editar *Charneca em Flor*. Os jornais noticiaram. O seu nome apareceu projectado nas páginas da imprensa. Se a sua vida não fora conhecida como desejava, a sua partida foi dada a conhecer.

Em forma de testamento, Florbela deixou uma carta de instruções, bem como dos seus pertences para a amiga Maria Helena Calás Lopes. Ao marido, uma carta, e alguns postais de despedida às amigas mais próximas, pedindo que fosse sepultada com os pequenos discos metálicos recuperados do hidroavião onde perdera a vida seu irmão Apeles Espanca.

Tal como António Nobre, repousa junto ao mar, vastidão só comparável ao Alentejo que a viu nascer e que transportou nas palavras em forma de vida. Quantos

---

\* Não foi adoptado o Novo Acordo Ortográfico.

sonhos por concretizar! Quantas esperanças desfeitas! Quantas lágrimas enxutas em livros, remédio de males passados, consolo dos males dos outros e de si próprio, refrigério de amores não conseguidos!

Quanta mágoa no *Livro de Mágoas* e *Soror Saudade*! Quanta censura e reprovação na intimidade de uma vida vivida, mostrada e compartilhada!

Nutrida na insatisfação, no narcisismo, transportando-se nas asas de Ícaro, deixou o rasto de um talento que ainda perdura.

Teve admiradores, muitos, que se deleitam no seu imaginário e cantam a poesia para gáudio dos que procuram nas suas palavras o aconchego de um verso e o consolo de um poema. E ao falar-se de Florbela experimenta-se um halo de virtuosismo a que poucos chegaram. Não concretizou os seus sonhos, mas ajudou-nos a transformar, a melhorar e a amar a palavra. Com ela o soneto atingiu, nos tempos modernos, uma expressão que só havíamos encontrado em Antero de Quental. Na sua poesia a exaltação do querer ser mais e maior, a par da solidão e do sofrimento. Retiremos o que a nossa inteligência persegue e cumramos o nosso caminho.

Não partiu incólume. Não foi esquecida. Deixou rasto. Deixou a marca da admiração e do respeito. Se o seu talento não é posto em causa, a sua vida de mulher à frente do seu tempo merece reparos por parte dos seus detractores. A sua obra multiplica-se. Os estudos em redor da sua pessoa e dos seus livros não param. Vão de Portugal ao Brasil. Admiradores muitos. Estudiosos outros tantos. Não ficou só Florbela, a quem dedicamos algumas linhas fazendo especial incidência no período após o seu desaparecimento do mundo dos vivos.

A 14 de Dezembro de 1930, poucos dias após o seu falecimento, Celestino David (1880- 1952), um covilhanense, secretário do governo civil de Évora, radicado na capital do Alto- Alentejo, fundador do grupo Pró-Évora em 1919, que nunca tinha falado com Florbela, mas que tinha seguido o seu trajecto de vida, movido por laços que o prendiam à sua admiração, lançou no *Diário de Notícias* a ideia de ser prestada uma homenagem nacional à poetisa, sugerindo que fosse erguido um monumento em sua memória na cidade de Évora.

Não foi em vão a sugestão de Celestino David. Em 25 de Janeiro de 1931 é aberta uma subscrição a nível nacional para a construção de um busto que perpetuasse a memória da poetisa alentejana, nascida em Vila Viçosa e que fizera de Évora cidade sua, onde habitara e frequentara o Liceu André Gouveia, como aluna interna.

António Ferro, que viria a dirigir o Secretariado da Propaganda Nacional, a convite de Salazar, como que respondendo à iniciativa de Celestino David, em artigo de 24 de Fevereiro de 1931, no *Diário de Notícias*, lamenta o esquecimento a que a poetisa tinha sido votada, lembra- lhe o talento e dá origem a uma Comissão dinamizadora que integra entre outros, Henrique Lopes de Mendonça, Cândida Aires, Bourbon e Menezes e Fernanda de Castro, mulher de António Ferro.

Graças a Guido Batttelli, sai *Charneca em Flor*, constituído por 56 sonetos, livro póstumo que alcança grande êxito editorial, que a poetisa não teve tempo de rever na totalidade. De autoria do professor italiano, é dado à estampa *Juvenília*, opúsculo dedicado à poetisa, contemplando comentários de carácter ensaístico, e cerca de 18 sonetos, alguns inéditos.

*Máscaras do Destino* e *Dominó Preto* saem, igualmente, em 1931, mostrando a poetisa num universo diferente, sendo a prosa a grande dominante.

Apesar de uma forte censura que chega ao ponto de se queimarem ou crenarem, conforme é escrito em 1926, por Marcelo Caetano, em artigo na *Ordem Nova*, sob o título *Arte sem moral nenhuma*, a obra de Florbela escapa aos autos-de-fé movidos pelo Governo Civil de Lisboa, encabeçados por Pedro Teotónio Pereira e pelo homem que seria mais tarde o último ditador de Portugal.

A promoção e a divulgação da obra de Florbela na imprensa não abrandam. O grupo Pró-Évora está firmemente apostado em levar por diante a homenagem à poetisa que tão bem dignificara as letras e a sua província. A subscrição vai engrossando a pecúnia. Apoios vão sendo recebidos de várias origens. A declamadora brasileira Margarida Lopes de Almeida contribuiu com um valioso donativo, fruto de um recital. O Secretariado da Propaganda Nacional e a Sociedade de Mármore de Vila Viçosa disponibilizam a matéria-prima, alegando não poder oferecer todo o mármore para o pedestal, mas somente metade. Diogo de Macedo (1889-1959) é encarregado de esculpir o busto que será colocado numa das praças da cidade, cabendo ao arquitecto Jorge Segurado, a construção do plinto e a projecção das linhas do monumento.

Concluído o busto em fins de Dezembro de 1934, o grupo Pró-Évora recebe um aviso de que se encontra na estação dos caminhos-de-ferro de Évora, um caixote com o busto de Florbela Espanca endereçado à Câmara Municipal e que esta não o levanta por falta de verba. Pagas as despesas pelo grupo Pró-Évora presidido, nesta altura, pelo Dr. Celestino David, foi o busto conduzido para a arrecadação que a Câmara possuía no rés-do-chão do Palácio de D. Manuel, por ser ali o local mais próximo daquele em que o monumento seria erigido.

Embora os apoios solicitados no Diário de Notícias tivessem sido alcançados, é certo que por parte da edilidade foram muitos os obstáculos que inviabilizavam a instalação do monumento num local público da cidade.

Entre as vozes discordantes à legitimidade da instauração do busto, conta-se o Padre José Augusto Alegria (1917-2004) alegando que:

Uma estátua a uma mulher cuja obra reflecte uma posição perante a vida, diametralmente oposta à que está na própria base da Constituição do Estado Português, é praticar um acto de sabotagem, porque representa uma traição ao que se jurou defender.

José Fernando de Sousa (1855-1942) conhecido por Conselheiro Fernando de Sousa, fundador do jornal *A Voz* vituperava contra Florbela alegando razões várias que punham em causa a vida de Florbela. O grupo Pró-Évora vê baldados os seus esforços com vista a erguer o busto em local visível na cidade de Évora. Autoridades civis e religiosas tudo fazem para inviabilizar um projecto cujo beneplácito já fora concedido nalguns dos principais jornais portugueses. Florbela de vida sofrida e vituperada continuava após a morte a ver-se esmagada pelos sectores mais radicais da sua terra, do seu Alentejo que tão bem divulgara.

Os membros da Comissão Administrativa Municipal de Évora presidida pelo Dr. António Gromicho mostravam-se contrários à consagração de Florbela, embora em 16 de Junho de 1836 tivessem deliberado autorizar a realização das obras de construção dos alicerces para o monumento no Passeio Público, tendo um vogal votado contra. Um dos vogais que votara a favor propõe que a Comissão Administrativa não tome parte no acto inaugural do monumento. Nesse mesmo ano, em 2 de Julho, foi suspensa a autorização concedida para a construção dos alicerces, alegando ser necessário consultar a Junta Nacional de Educação acerca do merecimento da homenagem.

Em Lisboa, a homenagem não era vista com bons olhos, regressando o busto às origens, não obstante Diogo de Macedo o ter oferecido ao grupo Pró-Évora.

Vila Viçosa e Matosinhos pedem a Évora que lhes ceda o busto, o que é recusado pelo grupo Pró-Évora.

António Ferro, Alberto Serpa e o Padre Nuno Sanches, pároco de Matosinhos, aventam a hipótese de o busto ir para Matosinhos, tendo Diogo de Macedo sido da mesma opinião.

José Régio, a quem de Florbela Espanca afirmara ser a maior poetisa portuguesa de qualquer tempo e um dos grandes nomes da nossa poesia moderna manifesta-se nos jornais por várias ocasiões pelo facto do busto da poetisa ainda não estar colocado no espaço a que tinha direito, encontrando-se, entretanto, depositado no Museu Regional de Évora, por despacho do Ministro da Educação, Dr. Carneiro Pacheco.

Face a esta demora, a Comissão de Turismo de Matosinhos disponibiliza fundos para a instalação do busto na sua cidade. Nos jornais são muitos os comentários, as críticas, as censuras à obstinação da Câmara de Évora insensível ao valor da artista

O *Diário de Évora* citando o *Diário de Lisboa* noticia que o busto de Florbela Espanca não pode sair do Museu de Évora para o Jardim Público, como era desejo do grupo Pró-Évora. O *Século*, por seu turno, informa que foi embargada, mais uma vez, a erecção do monumento a Florbela Espanca.

Guido Battelli que a Florbela havia ficado ligado, era possuidor de algum espólio da poetisa, resultante da sua troca de correspondência e da amizade estabelecida, cimentada pelas férias de vinte dias passadas em Matosinhos, a convite de Florbela. Em comum, o gosto pelo conhecimento, pela poesia e a admiração recíproca. Homem de cultura, mandou entregar ao Dr. Lopes da Silva, Director da Biblioteca Pública de Évora, fundada por Frei Manuel do Cenáculo, o espólio de Florbela, constituído por três retratos, dezoito sonetos autógrafos e 24 cartas que lhe eram dirigidas, recomendando que a abertura não se fizesse antes de dez anos, i.e., nunca antes de 8 de Dezembro de 1941. Junto iam duas pinturas e aguarelas, a primeira, à mão, de Apeles Espanca, irmão de Florbela, falecido em 6 de Junho de 1927, em desastre de hidroavião, no Tejo, em frente à Torre de Belém, não tendo o corpo aparecido. Destinava-se a pintura a servir de capa ao livro *Soror Saudade*. A outra, de autoria de Guido Battelli, destinava-se a ilustrar o soneto *Toledo*, de *Charneca em Flor*.

Acerca da morte de Florbela Espanca, o Padre Nuno Sanches, pároco de Matosinhos, em entrevista concedida ao jornal *O Primeiro de Janeiro*, em 22 de Novembro de 1944, afirma que a poetisa não se suicidou, tendo morrido cristãmente. Para

o enterro feito religiosamente não foi pedida nenhuma dispensa ou autorização especial às autoridades eclesiásticas, não se excluindo Florbela do grémio da Igreja.

Novos entraves se levantam para a colocação do busto. Em 4 de Outubro de 1945, consta que o monumento não será erigido porque o busto não é próprio para o ar livre e deveria recolher ao museu.

Finalmente o busto está no Jardim Público. Num acto sem solenidade, em religioso silêncio, sem alardes. Nem um só discurso. Flores espalhadas em profusão à volta do monumento, devendo-se a erecção do busto à Câmara de Évora, na pessoa do seu presidente, Eng<sup>o</sup>. Henrique da Fonseca Chaves. Eram 9 horas de 18 de Junho de 1949.

Celestino David podia gritar hossanas ao fim de 19 anos de trabalho. Estava feliz. Comunicara a Guido Battelli, seu interlocutor privilegiado, retirado em Itália, onde ia acompanhando Florbela, depois da sua saída de Portugal.

Mário Lage enviara a 19 de Maio de 1934, todo o espólio de Florbela a José Emídio Amaro que o ofereceu ao grupo Amigos de Vila Viçosa.

É verdade que Florbela nascera como filha de pai incógnito, sendo educada pelo pai biológico João Maria Espanca que só a vai perfilhar 19 anos após a morte da filha, em 1949, por insistência de um grupo de florbelianos, por altura da inauguração do busto.

Não ficou indiferente às constantes notícias em torno de Florbela Espanca, o grupo Amigos de Vila Viçosa. Florbela era calipolense. Deveria regressar à terra que a vira nascer. A súplica “Terra quero dormir, dá-me pousada” cumpriu-se. A alentejana que tão bem cantara a sua terra, regressava. A exumação dá-se em 16 de Março de 1964, procedendo-se a trasladação no dia seguinte para mausoleu próprio.

A Matosinhos, à sua Biblioteca Pública, foram doados alguns retratos e pequenas recordações, conjuntamente com as primeiras edições dos seus livros.

Dos despojos, Mário Lage acedeu a que três peticionários retirassem umas pequenas relíquias que declararam conservar como se fossem elementos sagrados. Mais tarde, Mário Cláudio, em *Cidade no Bolso*, escreverá um texto a que deu o título de *Os ossinhos de Florbela*.

Porque Vila Viçosa, também, estava apostada em celebrar a sua poetisa, à semelhança do que sucedera em Évora, foi inaugurado um busto de autoria do escultor Raul Xavier e o plinto do arquitecto Raul David, tendo discursado o escritor José Emídio Amaro e o Dr. José Madureira. Muitos anos passaram na apatia, na turbulência, no desânimo e na obstinação dos que gostavam ou não gostavam. Venceram os mais tenazes e os que não soçobraram a critérios que

não se compaginavam com o valor da maior sonetista nascida no Alentejo.

Revoltas as águas, vieram espraiair-se na terra planas, sossegando os espíritos e inspirando os que à poesia dedicam o seu tempo e aos que teimam em ler os que a este país acrescentam muito do seu talento, e o fazem ombrear com os maiores.

O nosso tributo a um escritor que há muito apreciamos. Trabalho que nos entusiasmou e que ao escrevermos, mostrámos o que estava disperso e desconhecido, formando este puzzle a que denominámos texto.

# Homenagens

---



# António Telmo

---

Carlos Aurélio

António Telmo, figura incontornável da cultura portuguesa na segunda metade do século XX, protagonizou tertúlia assídua em Vila Viçosa, nomeadamente no *Café Framar* ao longo de três décadas (1980-2010). Desses anos indeléveis e daquela personalidade marcante fica aqui o testemunho pessoal de um seu amigo calipolense.

## 1. O Encontro

Avistei o António Telmo a meio de uma manhã de Agosto de 1979 sentado a ler à mesa de um Café em Sesimbra. Estava na sombra de um contraluz ao fundo da sala longilínea e, a minha mulher, a Luísa, disse-me: “aquele é que é o António Telmo”. Eu só o avistei como do alto de uma gávea, uma vaga de mar que se levanta e desfaz, uma sombra de ilha desenhada pela luz, um escritor a ler um livro. Liguei o quanto bastava e segui adiante nos meus 22 anos, ligeiro para a praia, era Verão e estávamos em Sesimbra.

Passados três anos a linha da vida deu-me a conhecer o Luís Paixão, arquitecto, e, também em Sesimbra, falámos toda uma tarde do que em mim foi quase uma revelação, a filosofia portuguesa e claro, de António Telmo. Em seguida o João Tavares indicou-me uma conferência no IADE, julgo que em Novembro de 1982, no ano seguinte outra no Vale do Infante até que, passados dois anos, em 1985, António Telmo me pescou para a sua mesa no *Café Framar* em Vila Viçosa, depois do anzol do Luís: “sente-se aqui” e falámos a sós mais de uma hora sobre percepções e Leonardo da Vinci, de sonhos, sono e vigília, de imaginação e génese das imagens das que chamou fosfóricas, prévias ao adormecimento. Na semana seguinte, eu já pertencia ao “grupo” do António Telmo, melhor será dizer ao ramo dessa árvore frondosa que é a filosofia portuguesa, cuja raiz penetra a terra e a tradição pátrias e a copa aspira ao sol de Deus. A figura que avistei em Sesimbra

começou a ganhar vida real em mim, foi guia e companheiro, fomos viajantes a terras novas, à ilha de sonhos a haver.

Não cabem aqui, mesmo esboçados, 25 anos de intensa amizade, ainda menos a amplitude e a profundidade dos caminhos percorridos com suas luzes e penumbras que também as houve e, não havê-las com personalidade tão poderosa, seria até sinal de pouca estima. Tal relato – sempre importante – seria uma outra coisa paralela à obra editada, assaz bastante estudada e anotada, nunca definitiva em suas interpretações e florescências infinitas. Quando se conhece uma pessoa assim e de tão perto, escritor e filósofo, o que se guarda não é tanto a obra publicada que todos conhecem tão forte e de estilo próprio, plena de arte e subtilidade, mas os meandros do percurso, as várzeas do convívio, os penhascos do espírito numa paisagem de sentimento e pensamento em saudade de luz indelével.

O que mais marca numa personalidade assim eram os passeios peripatéticos em Vila Viçosa ou em Estremoz, à volta de praças e de filosofia, as investidas de portugalidade em territórios espirituais “profanos”, às vezes adversos, as conversas, a tertúlia, na qual ele era o centro ou, se quisermos, no símile da elipse de que falava, o foco visível, sendo o outro, ora o oculto e a decifrar da tradição portuguesa, ora o explícito dos seus companheiros coetâneos. Tanto poderia ser tema Sampaio Bruno, Leonardo, Marinho, Álvaro Ribeiro, ou Camões, Pascoaes e Régio, como Agostinho da Silva ou Orlando Vitorino, ou então, toda a vastidão de filósofos com destaque para os clássicos Sócrates, Platão e Aristóteles, como outro qualquer aspecto da arte da palavra, da estética, da vida. Raramente se falava de política ou de curiosidades vulgares e quando acontecia, percebíamos com tristeza sincera que o tónus da conversa tinha “baixado”. Neste convívio tão especial ficávamos longe do que a cultura vigente sabe e imagina de supostas tertúlias outras que então pululavam no país, entre cogumelos langorosos de invejas pútridas, tão eivadas de pedantismo, maledicência e de torpe elogio mútuo. No nosso grupo preponderava o carácter varonil dos que eram capazes de escutar verdades difíceis entre amigos que se estimavam. O António Telmo marcava o ritmo, rejeitava de si o grau de mestre e antes se permitia ser o companheiro mais velho e experiente no que chamava “grupo de investigação espiritual”. Quando cheguei, em 1985, entrei no “grupo”. Mas porquê “grupo”?

Depressa soube que quando “avistei” a silhueta do António Telmo em Sesimbra ele participara activamente, desde 1975, num grupo filosófico imbuído do ensino operativo do famoso “taumaturgo” e esoterista arménio George Ivanovitch Gurdjieff (1866-1949), liderado em Portugal pelo poeta austríaco Max Hölzer (1915-1984) que se deslocava nesse intuito e quinzenalmente entre Paris e Lisboa. Quando fui “chamado” no *Café Framar*, em 1985, já o António Telmo havia saído (Abril/1980) por vicissitudes de carácter existencial e filosófico amplamente narradas em *Trabalho de Grupo*, no livro *Contos Secretos*.<sup>1</sup>

Existem 33 cartas de Hölzer dirigidas ao António Telmo assim como indicações de mestre para discípulo, entre as quais ressaltam a operatividade do “rapell de soi”

---

<sup>1</sup> António Telmo, *Contos Secretos*, Tartaruga, 2007, *Trabalho de Grupo*, pp. 89-111.

e da Lei de Três, termos retomados mormente de *Fragments d'un Enseignement Inconnu* de P. D. Ouspensky (1878-1947), outro renomado gurdjieffiano russo. Estranhamente ou talvez não, guardo bem encadernado esse livro em casa sem nunca o ter lido, talvez por volta e meia ouvir a Telmo a frase de René Guénon: «Fujam de Gurdjieff como da peste!». O que comecei por ler (e estudar) com gosto e entusiasmo foram os livros de Rudolf Steiner. Recordo em pueril nostalgia as minhas incursões reflexivas (diria existenciais!) à volta de Goethe e, principalmente, a pedagogia sobre arte e pintura eivadas de natureza e ritmo em Steiner, tal o caso de *Nature des Couleurs*. A cor da flor-de-pessegueiro, «l'image vivante de l'âme», fazia eclodir em mim uma luz vibrante, como um adolescente em busca de tesouros em histórias de aventuras. Até quadros pintei, nessa atmosfera e viagem ao mundo da imaginação. Estas notas pessoais têm o único fito de evidenciar o quanto no Grupo do António Telmo tudo tinha que ver com tudo em unidade verídica de vida, a tal filosofia operativa «em que o pensamento é ao mesmo tempo o ser e a pessoa», sem rupturas e artifícios eruditos, uma arte de filosofar no sentido dado por Álvaro Ribeiro, uma forma individual capaz de pensar o universal e o movimento, uma ressonância em todo o ser existencial.

O que estava em causa no ensino de Max Hölzer ao qual Telmo aderiu e dele se veio a subtrair sem daí perder frutos, não seria apenas a quase anulação da individualidade, método por vezes transitoriamente necessário, mas a evidente orientação esotérica de índole orientalista, ao caso tão carregada de experiências psíquicas arriscadas e até susceptíveis de fazerem perigar o destino da alma sadia. Depois do 25 de Abril, Portugal, como de resto todo o mundo cristão e ocidental desde finais do século XIX, foi sucessivamente invadido por correntes neo-orientalistas que mimetizam e até degeneram o Oriente. Álvaro Ribeiro em seu amor pátrio veio colocar em 1943 a questão de *O Problema da Filosofia Portuguesa*, não só em modo de real consciência alternativa aos modelos filosóficos da Europa Central, mas também como afirmação peremptória e nítida de Portugal ser precisamente “terra do Ocidente”. Mas se a filosofia portuguesa é problema significa que há-de ter solução humana, caso os portugueses se movam a resolvê-lo, seja pela Educação a qual precisa de escol que a movimente.

Quando cheguei ao Grupo, o cerne das reflexões e operações de alma, ainda que volteando como borboletas encantadas à volta dos “exercícios” trazidos de Hölzer, já o António Telmo as impregnara da teleologia portuguesa alvarina e do criacionismo de Leonardo Coimbra. *A Alegria, a Dor e a Graça*, obra maior leonardina, bastas vezes nos servia de salmo e oração na iniciação filosófica. O colectivo orientalista passara a busca pessoal ainda que em fraterna partilha, convergente e diversa. O Grupo abriu-se em Tertúlia. Telmo recorda que achou por bem «constituir um grupo disposto a trabalhar esotericamente sobre textos portugueses. Através de vicissitudes várias, foi-se formando em Estremoz um escol, isto é, um grupo de gente escolhida desejosa de se libertar do que é malefício na condição humana. Alguns tinham passado pela escola de Max Hölzer [Luís Paixão, João Tavares, Balesteros]; outros, ao mesmo tempo, tinham ainda ouvido Álvaro Ribeiro que admiraram em vida [os mesmos três]; os restantes chegaram à filosofia portu-

guesa através de mim. [João Rêgo, Helena e Vítor Lopes Dias, Manuel Campos Costa, João Pedro Secca, Avelino de Sousa, Carlos Aurélio; depois, Joaquim Domingues e Isabel Xavier em 1993, Pedro Sinde em 1997,]»<sup>2</sup>.

À época, entre 1985 até ao início dos anos 90 a vida da Tertúlia era intensíssima, com “exercícios”, trocas epistolares, textos, reflexões, tudo muito localizado no Alentejo, às vezes com visitantes esporádicos como António Cândido Franco, Francisco Soares, Eduardo Aroso, Mário Rui ou outros ainda, bem diferentes, que por diversas razões desertavam ou não mostravam empenho genuíno. Era tudo tão empenhado e sério que nos encontrávamos no Alentejo duas, três e mais vezes por semana, alguns vinham de Lisboa e do Porto ... todos os sábados!

Entretanto em Lisboa Orlando Vitorino, irmão de Telmo, reunia com outros jovens em tertúlia (Francisco Moraes Sarmento, Elísio Gala, José Luís Gala, João Luís Ferreira, Paulo Perloiro, Magalhães Colaço, etc.) não propriamente em grupo “esotérico” ainda que profundamente interior à filosofia lusa, o que se traduzia em edições de revistas (*Escola Formal*, *Ensaio*, *Leonardo*), em conferências temáticas trazendo junção e emulação entre estes dois ramos da árvore enraizada desde Bruno e da Renascença Portuguesa. Orlando e Telmo eram dois focos da mesma elipse, em analogia com a anterior, a portuense e “exilada” em Lisboa, a de Marinho e Álvaro, isto com outras figuras importantes que eram para nós referências incontornáveis: António Quadros, Afonso Botelho, Braz Teixeira, Pinharanda Gomes, Luís Furtado, Francisco Sottomayor, Dalila Pereira da Costa, Abel Lacerda Botelho. Amiúde convivíamos em jantares e conferências em Lisboa onde conhecemos Rodrigo Sobral Cunha (Palácio da Independência, IADE), no Porto com Paulo Samuel (Ateneu e Católica, que saudades!), em Setúbal com Raposo Nunes e Maurícia Teles (Livreria Universo) e em tantos outros sítios onde podíamos pensar Portugal, a maioria das vezes convergindo, outras nem por isso, que a luz também faz sombras sem que deixe de iluminar. Mais tarde, já entrados no presente milénio, pelos encontros de Sesimbra chegaram outros (Pedro Martins, Helder Cortes, Ricardo Prezado, José Albuquerque, Renato Epifânio, António Carlos Carvalho, etc.) mas sem tertúlia regular, de momento como que suspensa entre nevoeiro.

## 2. O Ensino

Repito, para quem conhece de tão perto uma pessoa como António Telmo a obra, e tão importante ela é, surge como roteiro ou estação de viagem, uma estrada importante mas que não conta exactamente o caminho nos seus imprevistos, contornos e horizontes. Num mapa assim o filósofo fica reduzido a um esquema, por claro e profundo ele seja. Ah! Como deve ser luminoso e verídico, sem artifício ou mancha o olhar de Deus que a cada um conhece que nem o próprio! Talvez esteja eu a discorrer em erro, tacteando em campo interdito: quem pode arrogar-se pró-

---

<sup>2</sup> Ibidem, p. 106.

ximo ao juízo divino sem se queimar? Deus me guarde! Escrevo aqui como se estivesse a conversar com o meu Amigo António Telmo sem peias de intrusos. O melhor é contar um episódio simples para elucidar os que tomam Telmo como ocultista, epíteto de que ele mesmo se queixava pelo sucesso da sua *História Secreta de Portugal* e que tantas vezes lhe trouxe gente fanática com tiques astrais e congêneres, essa coisa *new age* que por aí vegeta para quem se quiser mostrar, fingindo ocultar-se.

O episódio simples, contado por ele, passou-se antes de 1980, creio: uma figura culta de conferencista em temas ditos "esotéricos", adjacente, senão afastada à filosofia portuguesa, convidou-o a escutar-lhe uma conferência volante na Igreja de São João Baptista em Tomar. O tema era uma das pinturas do Portugal tardo-gótico de Gregório Lopes, *Abraão e Melquisedeque*, sobre a qual o conferencista dissertou com apegos iniciáticos, quiçá ocultistas, isto sob o quase completo alheamento do autor da *História Secreta* a quem, depois e em particular, o dito lhe apontou a sua deselegante desatenção. Narrado o episódio, desdramatizava comigo Telmo: «Veja, enquanto ele conferenciava, o tal sábio "esotérico", na mesma Igreja eu assistia a um casamento e observei, enternecido, o pai da noiva comovido pela sua filha deixar o lar. O homem lacrimejava, chorava mesmo de saudades futuras. Achei que perante a cena pungente a dissertação valia muito pouco!». Era esta a alma do António Telmo: cultuava muito mais a vida que a "cultura", esta subjacente àquela.

Outra vez, aqui posso precisar, em Agosto de 1994, fomos com o João Tavares assistir a uma final (europeia?) de futebol de selecções juniores, em Mérida. O jogo foi nocturno entre Portugal e Alemanha (ganhámos!) e com o António Telmo fazia-se uma viagem assim, de ida e volta, sem quase se falar do jogo em si, a tal ponto que, lembro muito bem, desde que comprámos bilhetes e já nas bancadas o tema que lhe levantei foi sobre a correspondência linguística entre *ventana* e *window*, o "vento" na ligação comum, enquanto *fenêtre* e *finestra* teriam a palavra "fresta" a unir conceitos. Falámos depois da particularidade portuguesa que por *Janus* faz de uma janela uma pequena porta. E por aí nos demorámos sob o futebol à vista. O tema da língua era crucial no seu ensino, o entusiasmo pela palavra, pelo ritmo, seu encantamento e mistério, no fundo pelo que chamava de "razão poética", no seguimento diverso e irradiante do que outros que admirava haviam realizado em obra filosófica: "razão experimental" em Leonardo Coimbra, "razão animada" em Álvaro Ribeiro. Telmo diz o que o moveu: «eu criei a expressão "Razão Poética", precisamente por causa dessa relação com o irracional, porque um irracional que não é pensado é qualquer coisa de inquietante. E o pensamento é a lâmpada que alumia o nosso caminho no mundo irracional e do supra-razional. (...) Para isso é preciso aprender a pensar, é preciso conhecer a língua». O esteio da filologia na filosofia do seu mestre Álvaro Ribeiro foi a sua luz de discípulo.

Neste jogo de espelhos que permite à razão investigar o irracional em analogia de não vermos a luz que faz ver, ou seja, vivemos dentro do que procuramos, nesta intuição dos que buscam, surge a necessária ideia de guiamento: a razão é uma lâmpada, ela mesma alumia a luz que buscamos, de um guia experiente pois

precisamos para não nos perdermos no sub-racional, assim Virgílio guiando Dante na barca descida aos infernos. António Telmo não enfrentava o irracional no desvario surrealista submerso em instinto, por vezes objecto e visceral, retirando ao homem aquela condição que mais o aproxima de Deus: a razão poética, sendo luz e sincronia necessária entre os círculos da vida intelectual, sensitiva e instintiva, ela é pois centrada precisamente na alma, de modo que pela imaginação e pela força das virtudes (cristãs!) altera a própria natureza das emoções. Trata-se de uma inteligência enraizada no coração como a situa Aristóteles e, de certa forma, a ela alude a sabedoria de Salomão: «Terás, pois, de conceder ao teu servo *um coração cheio de entendimento* para governar o teu povo, para discernir entre o bem e o mal».

Em Dezembro de 1997 o cabalista inglês Z'ev ben Shimon Halevi veio a Lisboa e encontrou-se com Telmo no Mosteiro dos Jerónimos. Éramos um grupo de 5 a 6 pessoas e, depois de uma esplanada em Belém, fomos almoçar a Sintra. Nesse almoço deu-se um acontecimento singular: Halevi assegurou “ver” naquele momento um frade que descreveu de nariz adunco e figura de falcão falando em alta voz a António Telmo sem que este o escutasse e o quisesse ouvir. «Uma espécie de Savonarola» lhe chamou Telmo na entrada da sua admirável *Autobiografia Espiritual* em diálogo de noviço com Frei Anselmo. Este texto, do mais impressionante que li, foi o último na vida de Telmo e mereceria estudo decifrador que aqui não cabe, a não ser, de momento, o seguinte registo: o diálogo autobiográfico é, absolutamente, a antecipação corajosa e humilde ante a porta purificadora, um purgatório na vida presente ante o juízo divino. Quem consegue, como Telmo, confiar-nos confissão tão pungente ao falar de arrependimento por violação concreta de leis divinas, usando mesmo palavras como crime e pecado? Ali, não há literatura ou ficção filosófica, nem sequer arte ou artifício gnóstico capaz de simbolicamente se ocultar por vias hermenêuticas misteriosas. Não, aquelas palavras exprimem o mistério existencial de uma pessoa, António Telmo, a intuir num espelho a imagem do seu destino eterno, a sua voz íntima expondo-se e amando a clemência de Deus. Não vi até hoje algo similar, assim dado à luz dos seus coetâneos e amigos. Este homem amava tremendamente a Verdade a qual exprimia muitas vezes sobre outros em palavras irónicas e argutas, acutilantes até, outras vezes de forma subtil e sibilina. Também não se escondia de si próprio e sabia conhecer-se sem piedade ou pudor. Muitas vezes generoso, quase sempre amante da beleza, era por aí que nunca descaía em palavras grosseiras e vulgares. Mais tarde e por duas vezes distintas, perguntei ao António Telmo o que pensava sobre aquele acontecimento “visionário” em Sintra. Resposta resoluta e limpa, singela e igual, ambas as vezes: «o que quer que Halevi tenha visto, foi *ele* que viu...».

Quem consegue julgar-se a si mesmo como nas palavras de “Frei Anselmo”? O frade não é outro senão um dos nomes do seu anjo, aqui Santelmo, o fogo que percorre nas tempestades os mastros dos navios como a verdade purgativa em frases assim: «Subordinaste muitas vezes os erros dos pensamentos à beleza das palavras e das ideias e fizeste dos erros, tornando-os belos, estradas para os caminhantes do Absoluto. Os teus pecados e os teus livros serão pesados à esquerda e à direita da

Balança».<sup>3</sup> Não sei se, como ele diz, os seus livros sabem ou não mais que Telmo. Talvez, mas no que dele conheci sei que os seus livros também aprenderam muito com ele. Que mais não fosse a atitude corajosa dos que temem a Deus, não em pavor legítimo dos que se amedrontam com castigos justos e punições mal interpretadas, mas dos que se percebem vivos dentro do mistério da própria Vida. E aí, Deus reina e ama.

O ensino do António Telmo, do qual se não achava mestre mas companheiro de investigação espiritual na tradição portuguesa, era acroamático, de boca a ouvido, em grupo ou em tertúlia, de pessoa a pessoa, buscando a «comunicação entre espíritos», de longe a sua mais lídima meta existencial. Tudo fazia para isso, para aí convergiam as suas energias, lutas e superior dádiva, como se nesta época conturbada por tempestades ou, pior, tolhida por pântanos e modismos sociais nos fosse crucial uma arca noética e noemática, capaz de guardar numa barca a vida interior do Portugal ontológico, aquilo que nos faz ser o que somos, a realização a que esta pátria foi chamada por Deus. O que este homem pensou e escreveu de melhor e podemos anichar como tesouro, passou pelo seu amor a Portugal, não do país que vemos atolado em questiúnculas menores dos “media” ou da cultura vigente, não esta miséria invertebrada de molusco afeito à economia e à União Europeia, mas o tal outro que perpassa amado e consciente de si desde a Renascença Portuguesa até nós, pobres remadores sem fôlego que os ventos se nos desafeioam. Que Deus nos ajude!

Dizia Marinho na tertúlia do seu tempo, em meados do século passado, que restariam poucos portugueses capazes de escutarem Portugal e se entenderem em causa final, parece que 500, pela sua intuição. Seriam os das conferências, mais os que liam textos ou livros dos “nossos”, os que, mesmo sem se conhecerem, eram próximos interiormente. Certa vez (o Carlos Vargas já era um de nós), em Junho de 1997, e porque bastam dois ou três para em nome de Cristo se atrair em boa intenção o Espírito Santo, sobrevoou-nos inspiração desafiadora de um curto anúncio, pago e editado no *Diário de Notícias*. Dizia assim: «Por El-Rei D. Sebastião – Convocatória – Convocam-se os 500 portugueses que acreditam na vinda do nosso rei – Senhor D. Sebastião – para um encontro dentro do castelo de Marvão, no dia 28 de Junho, pelas 15 horas. Os que vão, vão! Os que não vão, não vão!». E publicámos, saiu a 23 de Junho. “Os que vão, vão”, também pelos que ao-mar-vão, queria fazer apelo e ressonância a Marvão, penhasco interior e alto de Portugal de onde se avistam as águias pelas costas. Os que foram, foram cinco, e ainda hoje cremos nos 500! Mas também, há 25 séculos, bastaram os 300 do desfiladeiro das Termópilas tombados em sacrifício, para salvarem a Grécia e o que daí veio a ser o Ocidente.

António Telmo amava as palavras e porque foi da língua portuguesa que alimentou o seu espírito e sabia o pensamento verdadeiro como suprema expressão da bondade e, porque interrogava o espanto e o mistério de saber-se vivo, buscava no ritmo, na hermenêutica, na razão poética, o sentido de Deus e do mundo. No hexá-

<sup>3</sup> António Telmo, *O Portugal de António Telmo*, Guimarães Editora, 2010, p. 46.

gono que alia e confronta a pares, poetas e filósofos portugueses e que Telmo desenhou, passará a octógono pondo Bruno e Junqueiro enfrentados em vértices e não no centro. Aí, talvez devesse estar Camões a sós, pois é a poesia o coração verídico de Portugal. Sem Camões a língua portuguesa dificilmente teria ganho alforria da castelhana e diversas personalidades da nossa filosofia lhe deveriam fazer guarda de honra. Entre elas, por certo, António Telmo.

### 3. Tomé Natanael

Vai longa a escrita, não sei se apontada e escorreita no que deve.

Sobre Tomé Natanael já em tempos arrisquei a interpretação que toma a personagem criada por António Telmo como uma espécie de projecção do que para ele teria sido o mestre e amigo Álvaro Ribeiro.<sup>4</sup> O sábio antiquário de Estremoz que lhe revelou a Cabala e nela os segredos da palavra em fonética e linguística a desembocar no que me parece ser a sua obra maior, a *Gramática Secreta da Língua Portuguesa*, esse “homem” misterioso surge enigmático desde o conto *No Hades* editado em 1990, suponho, por conjectura quase segura, escrito em 1986.

Esses anos de meados da década de 80 correspondem à concretização da *Tertúlia Criativa* em Estremoz, substituindo o *Trabalho de Grupo*, cumprindo o conselho sábio de Álvaro Ribeiro em confronto à influência de Max Hölzer: «As realizações no mundo intermediário estão envolvidas de múltiplos enganos. Eu não digo que as pessoas que nos põem em contacto com esse mundo não sejam bem intencionadas. Ou porque não pode ou porque não quer (fez um gesto vago) Deus é como que alheio ao que ali se passa. Só o filósofo é capaz de intuir a verdadeira ideia de Deus».<sup>5</sup> Teve pois bastas razões Telmo para que o Grupo ganhasse pujança criadora em Tertúlia. Lembro aliás, as reflexões no início, ainda sob a prática intensiva e múltipla dos “exercícios” quando, no “rapell de soi” a “consciência de si” pouco mais adiantava do que uma estéril mecânica de esvaziamento sem semente espiritual verídica. A mim parecia faltar a intimidade da verdadeira oração, pondo Deus no centro do vazio inatingido que, em si mesmo, apenas fazia deslocar a alma emocional em vegetativa. Um homem não nasce para vegetar em legume, Deus quer em acréscimo de amor a colaboração livre e criativa das criaturas humanas como num longo Oitavo Dia redentor! Mais ainda, a meditação, a oração, aos meus olhos de hoje, só têm sentido se Deus for mais do que uma palavra, ou seja, a expressão do Verbo Encarnado em “Verdade, Caminho e Vida”, a Pessoa de Cristo na alma de um cristão. Mas este tema crucial volta e meia o “converso” em amizade com o António Telmo, às vezes sem entendimento mental, sem que no coração outro acorde superior não deixe de vibrar.

Se em filosofia e vida Álvaro Ribeiro foi o mestre de fundamento que iniciou verdadeiramente António Telmo, de tal modo que que na década dos anos 90 ele

<sup>4</sup> Carlos Aurélio, *Cadernos de Filosofia Extravagante*, n.º 5, 2015, *Tomé Natanael*, p. 70-74.

<sup>5</sup> António Telmo, *Contos Secretos*, Tartaruga, 2007, *Trabalho de Grupo*, p. 99.



reaparece criativamente na figura do antiquário cabalista Tomé Natanael, isso não obsta a que tal personagem anagramática não seja e amadureça em algo superior. Num dos textos póstumos encontrado no espólio, já editado, Telmo escreve ao irmão Orlando: «Quando passei a idade dos 14 anos, que é, segundo os talmudistas, a idade em que é permitido ao rapaz ler e estudar o Pentateuco, tive-te como meu primeiro mestre. Depois seguiu-se o Eudora de Sousa, o José Marinho, o Álvaro Ribeiro, o Agostinho da Silva e o Max Hölzer, que me prepararam, passando como quem não quer, para conhecer o único e verdadeiro mestre, de cujo nome o meu, teu Pai, pôs remoto sinal etimológico ao baptizar-me Telmo e até os que gostam de utilizar um *diminutivo* serviram, sem saber, a mesma ideia. Recordo nitidamente preceitos e ensinamentos dessa época distante, em Arruda dos Vinhos, quando o Anjo do Bem passou a assistir-me ao meu lado direito.»<sup>6</sup> É notável a humildade de indicar o irmão e mesmo Agostinho no caminho do magistério mas o que aqui importa é a sugestão do mestre interior, o seu Anjo, Tomé Natanael, anagrama de António Telmo.

No fecho da entrevista a Antónia de Sousa em 1991 a propósito da edição de *Filosofia e Kabbalah* esclarece o hermeneuta sobre o aparecimento do cabalista antiquário, seu mestre autêntico, isto «em contos verdadeiros, [que] não são ficções»: «Pretendi dar pistas de aperfeiçoamento interior, (...) os meus livros sabem mais do que eu. Na verdade, eu não sei nada. Quem quiser saber alguma coisa terá que procurar Tomé Natanael. Tem que o procurar.»<sup>7</sup> Apetece parafrasear: «Quem quiser saber, quem iniciar o caminho da verdade tem que saber que não sabe nada e buscar cada um o seu Tomé Natanael, o seu Anjo.» Nele, vive a enteléquia do ser no encontro com Deus.

Desde os Templários à Cabala, do esoterismo aos neopitagóricos pelos quais passou em “aventura” e veio a indagar já no grau de mestria se tudo não teria sido «apenas fantasia»<sup>8</sup> e «delírio de imaginação», tudo nele respondeu a uma voz: entre Portugal e Deus quem sou eu aqui? Porque pensou, com acerto ou não, que o subconsciente português era judaico, estudou e viveu a Cabala e não o inverso; porque viu essencial o escol, tudo demandou do esoterismo à religião, da literatura à filosofia; porque nascido português, Portugal foi a sua estrada no mapa universal de Deus. A sua enteléquia de amor verídico e eterno foi-se-lhe revelando em Tomé Natanael, desde adolescente em seu diminutivo entre rapazes de aventura e figa (o “Tó”) até a Frei Anselmo, no qual descobre a purga e o amparo ante o Juízo de Deus. Este foi o homem extraordinário que me foi dado conhecer e ao qual sou devedor.

A voz angélica que Telmo sempre quis escutar ao longo da vida, ainda que como nós, amiúde, dela se permitiu desviar, essa vocação transcendente nele

<sup>6</sup> António Telmo, *A Terra Prometida*, Vol. I das Obras Completas, Zéfiro, 2014, p.156.

<sup>7</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>8</sup> António Telmo, *A Hora de Anjos Haver* (poesia), Porto, 2007, p. 37. *Mestria* «Mas ao lembrar-me disto no outro dia / Foi como se tivesse ouvido um conto / E o que houve fosse apenas fantasia».

António Telmo, *O Portugal de António Telmo*, Guimarães Editora, 2010, p. 43: «... não te deixes mais arrastar pelo delírio da imaginação. Na tua associação ao número nove ...»

expressiu-se pelo amor à língua portuguesa, expressão maior do Espírito de Deus nos homens. Foi patriota para amar Deus e os homens, dito de outra forma, o seu cristianismo expressiu-se pelo espírito da pátria. Agiu de forma viva, de boca a ouvido, de mestre a discípulos. Daí, a importância decisiva da Tertúlia. Ele sabia, e os que com ele conviveram, sabemos, que sem Tertúlia não há filosofia portuguesa a qual não resiste ao confinamento universitário, ao silenciamento da cultura vigente, aos “senhores” que nos governam pagos pela Europa onde nunca Portugal se realiza inteiro. Os que ficaram sabem do que falo: sem Tertúlia não há Filosofia Portuguesa. Os tempos acelerados e vorazes desgastam e obstam, mas o Espírito Santo dará notícias de inspiração.

Nos últimos dois meses de vida visitei António Telmo em casa, já a doença o não deixava sair. A vez derradeira foi numa tarde de Agosto de 2010, a 12, no mesmo mês quando há mais de 40 anos o havia avistado em Sesimbra, o mês das grandes batalhas de Portugal, a de Aljubarrota e a de Alcácer-Quibir onde nos ganhámos ou refizemos, mesmo em aparências de derrota. Fui com a Luísa, estava a Maria Antónia e ele sentados à grande mesa da cozinha, um calor de Agosto no Alentejo. O meu amigo estava com as mangas da camisa cortadas pelas cavas para refrescar do calor e da febre. Falámos longamente já com o primeiro exemplar nas mãos d’O *Portugal de António Telmo*, como que em balanço final da sua vida à vista do Anjo como lhe dissera Frei Anselmo: os teus livros serão pesados à direita da Balança! Quando nos despedimos, eu e a Luísa íamos dez dias de férias, dissemos que lá voltaríamos. Acenei da meia-porta e vi-o outra vez em contraluz, sentado com o livro na mão, na penumbra obscura da cozinha. O António Telmo disse, sem que eu deveras acreditasse: «É muito tempo». Como sempre, acertou. A 21 de Agosto partiu para onde Deus o tem, esperando por nós à hora da tertúlia.



1967 Maria Antónia Braia, António Telmo,  
Agostinho da Silva – Brasília



1988 António Quadros, António Telmo – Lisboa



1996 António Telmo,  
Inácio Balesteros, João Tavares –  
Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa



1997 Inácio Balesteros, António Telmo,  
Carlos Aurélio – Porto



2010 Pinharanda Gomes, António Telmo  
– Vale do Infante, Serra d'Ossa



2002 António Telmo, Carlos Aurélio  
– Vila Viçosa



2003 Grupo da Filosofia Portuguesa (Alentejo) – Café Framar, Vila Viçosa

## **À memória de João Augusto do Couto Jardim: Egrégio Benemérito Calipolense**

---

**Licínio Lampreia**

Começo por sublinhar que as comunidades a que chamamos pequenas e periféricas, como é o caso de Vila Viçosa, não têm menos homens e mulheres importantes do que outras de grandes dimensões e de estrídulo eco mediático. Sabemos que esta vila foi berço de personalidades ilustres, de grandes figuras que nela nasceram, viveram ou trabalharam. Há grandes talentos aí no meio. A lista onde constam os nomes de figuras maiores da “*vila ducal*”, candidata a Património Mundial da UNESCO, obriga-nos a recordar o nome do Dr. João Augusto do Couto Jardim (1879-1962), onde avulta com luz própria. Por isso, os desígnios da História levam-nos a evocar agora o insigne benemérito calipolense. Na verdade, quando se escolhe uma personalidade da primeira metade do século XX que nos representa, que nos dá a voz e que é a nossa voz, escolhe-se, convictamente, Couto Jardim.

Recordo que não é possível, num breve estudo com estas características, não sendo mais do que um proémio, uma atenção exaustiva e abrangente à obra e à vida do médico Couto Jardim. Por isso, é inevitável uma selecção, enfatizando alguns aspectos que porventura constituem os vectores mais representativos do conjunto do seu legado, em sentido que adiante se verá.

A razão por que decidi mostrar as virtudes principais que exornam a sua pessoa, remete para o facto de rememorar, em acto de pura justiça, uma personagem exemplar que, pela faceta de alta dignidade e qualidade da sua vida, é digna de nota e de memória, por ser singular. Se antes escolhi para qualificar a sua vida o adjectivo de singular, não foi porque não mereça de sobra as consabidas ponderações laudatórias com que em ocasiões como esta se costuma destacar a grandeza de um Homem. Para além, do que a retórica convencional exige, também poderia acrescentar-lhe, igualmente, a condição de excepcional.

Portanto, um claro sentido de justiça: reconhecer publicamente a Couto Jardim o lugar que na História e no imaginário da comunidade local lhe corresponde, por mérito próprio. Enfim, um preito de gratidão à sua memória.

E quando lembramos Couto Jardim é justo não esquecer que no ano de 2022 (no dia 14 de Novembro), se completam 60 anos da sua morte. A partir de então, desaparecido o Homem, fica-nos a sua obra e, com ela, a sua memória perene, que ora evoco e reivindico. Trata-se de uma humilde forma de contribuir de maneira mais directa para trazer à colação uma figura que se dedicou, sem pausa nem descanso, ao bem público. E não há melhor momento, do que as comemorações do sexagésimo aniversário da sua morte, para o fazer. Sentimos apenas vontade e necessidade de, pelo reconhecimento, pagar uma dívida. É um alegato ao Homem e um alegato à sua obra. Estas são, em poucas palavras, a génese deste trabalho.

E, agora sim, depois de este preâmbulo, vou aonde, como disse, me propus ir desde o princípio: até Couto Jardim.

É difícil que possa haver alguém mais consciente do que eu sobre o quimérico que resulta neste momento qualquer pretensão de originalidade no que concerne ao modo de acrescentar algo de novo ou interessante sobre esta egrégia figura e de relevar méritos que já foram aquilatados com dilatada minuciosidade, numa obra escrita a muitas mãos. Mas, isso não significa que não tenha nada que dizer. Muito já se sabe, mas ainda há muito por descobrir. Uma longa e discreta vida, sem emblemas, e em que muitos momentos ocorriam sem testemunhas, não se descreve facilmente. O novo e o original, está verdadeiramente no seu labor e no momento em que foi realizado.

Em cada um de nós há quase sempre um involuntário usurpador. Usurpamos o lugar de quem nos precederam na vida e de quem poderia alcançar com muito mais mérito o que o crisol da vida reservou para nós. Todavia, a minha intrusão será justificada, em parte, se a aproveito para recordar o magnífico legado desta personalidade exemplar. Quando escrevo estas linhas, sobre o médico (que faleceu quando eu tinha nove anos), a sua figura acompanha-me e guia-me e, agora, a minha voz sobrepõe-se ao eco nunca escutado da sua.

Há que ter memória histórica, que é o fundamento do que somos! E não há futuro sem memória. Desde que trampolim saltaremos para o futuro se não temos o da memória?

No momento em que escrevemos estas linhas, o património cultural de Vila Viçosa, entendido no sentido lato do termo, conhece um grande momento e está com evidentes sinais de vida, tratando-se de um tema com presença constante nos discursos científico, académico, institucional e mediático. Nunca houve um tempo melhor para ele, porque conhecemos regularmente novos projectos, como é o caso muito recente da inauguração da Colecção Visitável da Farmácia Monte, no local fundado por António Victor do Monte. Ora, convém recordar que era um farmacêutico muito respeitado e solicitado pelo Dr. Couto Jardim, que, aliás, residia na mesma rua.



Figura 1 – Vista da fachada da casa onde viveu e morreu o Dr. Couto Jardim, na Rua Doutor António José de Almeida, em Vila Viçosa. © Câmara Municipal de Vila Viçosa/Bruno Cardoso.

Nunca é demasiado cedo, nem excessivamente tarde, referir, como exemplo, a vida de um Homem que se salientou para além do comum dos mortais, e para a fazer renascer no espírito de calipolenses e de forâneos.

É o labor de Jardim que recordamos hoje, começando por lembrar que o distinto clínico representa as personalidades secundárias e aparentemente marginais, afastadas do centro da acção e dos episódios centrais. Mas, quando entram na nossa vida relatos e perspectivas que tratam do seu labor, compreendemos que existem figuras que pareciam secundárias e que, depois, dão pé a exemplos verdadeiramente principais e que convertem em protagonistas as personagens que antes podiam pertencer ao universo do secundário. Este é, sem assomo de dúvida, o caso de Couto Jardim. De facto, vejo na sua vida e obra o que poucas vezes havia podido ver. Vejo um alto e raro testemunho de solidariedade para com o próximo e uma total dedicação à causa social, inseparavelmente unidas, felizmente um ao serviço da outra, e vice-versa. Vejo, ainda, o valor de viver numa sociedade onde ninguém é como Couto Jardim.

O primeiro que queremos recordar aqui são várias panorâmicas, ainda que tímidas, do desenvolvimento do seu percurso que nos ajudem a traçar um perfil. O médico, nasceu em Vila Viçosa no dia 16 de Agosto de 1879, onde passou a sua infância e adolescência. Como se verifica através das suas ligações familiares, João Augusto do Couto Jardim, era filho do médico João Gomes Jardim e de Maria Olímpia do Couto Jardim.



Figura 2 – Foto do Dr. Couto Jardim.

Fonte: <http://dnunalvarespereira.blogspot.com/2006/06/dr-couto-jardim.html>

Pouco depois de mover-se a dobradiça, que ao contar o tempo, separa os séculos, Couto Jardim, em 1903, concluiu o Curso de Medicina na Universidade de Coimbra e de imediato regressa à sua terra natal para exercer a profissão de médico. Um ano depois, aliás, da fundação da Farmácia Torrinha, que ocorreu no longínquo ano de 1902<sup>1</sup>.

Porém, para entender o contexto em que se desenvolveu a sua acção, é mais fácil olhar para a sociedade coeva, da qual nos limitaremos a dar a pálida imagem que uma resenha sumaríssima consente. A realidade da sociedade portuguesa do dealbar de novecentos é uma época conturbada, marcada por enormes contrastes, por grandes convulsões políticas, pela proclamação da República (1910) e pelo advento do Estado Novo (1933-1974).

Situemo-nos agora em Vila Viçosa, mas sem esquecer o notável clínico, antes de mais para perceber melhor as condições em que a arraigada associação e a relação umbilical do médico com Vila Viçosa é significativa e amplamente reconhecível. Nas últimas décadas da primeira metade de novecentos “*o Hospital de Vila Viçosa dispunha apenas de dois enfermeiros – ou melhor, de dois barbeiros que faziam*

---

<sup>1</sup> Vide o melhor sentido desta perspectiva em “*Farmácia Torrinha comemora 1.º Centenário*”, in Farmácia Portuguesa, Associação Nacional de Farmácias, Número 139, Janeiro / Fevereiro 2003 – ANO XXIV, Lisboa, p. 65. No ano de 2022, comemoram-se, respectivamente, os 120 anos da fundação da então Farmácia Central, hoje Farmácia Torrinha, e os 80 anos, desde que Joaquim Francisco Soeiro Torrinha, começou a exercer na Farmácia Central (em 1942), que mudou para o actual nome em homenagem ao seu pai.

*uma perninha como enfermeiros*”<sup>2</sup>. Demais, existia uma grande falta de médicos e de farmacêuticos, não só em Vila Viçosa, como em todo o Alentejo. Situação típica de um contexto que poderíamos designar de “*rural*”. Contudo, não há contrariedade que sufoque ou rasure minimamente a sua dedicação e empenho.

Pelo meio, lá fora, estala a I Guerra Mundial (1914-1918), ocorrem enormes genocídios e aparece uma mortífera pandemia.

Resulta evidente que o valor do seu labor é enormemente exarcebado pela dimensão das condições, das limitações e das dificuldades contra as quais teve de lutar. De essas impossibilidades está feito o melhor da sua obra.

Vale a pena recordar que é perfeitamente reconhecível em Couto Jardim que o seu labor se encontra indissociavelmente ligado a Vila Viçosa, onde nasceu e viveu, e que tão enraizada e enternecidamente amou, deixando na sua terra uma profunda marca da sua vida e obra. Dito doutro modo, um calipolense de quatro costados. De facto, é absolutamente vital a sua permanência em Vila Viçosa; permanência não entendida como mera existência e inerte no tempo, mas com vida que se sucede e com actividades e ideias que se renovam e sucedem sem desfalecimento.

Cabe sublinhar que na vida deste notável clínico, sobressai uma bagagem de interesses e uma multifacetada personalidade que abrange um largo espectro de actividades nos diferentes domínios do seu campo de actuação. Na verdade, há o Jardim médico e há o Jardim investigador; há o filantropo e o humanista; há o cidadão exemplar que desenvolveu uma grande actividade cultural e social; há ainda o autor de uma obra singular que é solidária com o progresso humanitário e com o desenvolvimento social, ambos concorrendo para o aumento da força e da riqueza Humana.

Nesta indagação, resulta intorneável enfatizar a sua extraordinária dimensão intelectual, a sua sólida formação científica, a sua craveira humana, a sua autoridade moral e a sua serenidade, como componentes fundamentais do seu carácter. Não é este o momento para fazer um recorrido pela sua obra científica. Mas, seria um erro imperdoável não reconhecer a sua faceta de estudioso e de investigador. Sem descurar um ápice a prática clínica, empenhou-se cada vez mais no estudo ao longo da vida e na actualização científica de conhecimentos, procurando sempre contactar com os avanços e as novas descobertas, no campo da medicina, no país e no estrangeiro. Era assíduo frequentador de congressos e de encontros científicos, algo de invulgar para a época. Até ao final dos anos 20 do século passado, frequentou o curso de Radiologia da Universidade de Paris, de modo a conhecer as potencialidades dessa técnica de diagnóstico clínico.

Por outro lado, não deixa de ser uma casualidade que a situação em que nos encontramos agora, perante a Covid-19, que ainda mantém, uma certa incidência, embora com tendência bastante decrescente da situação epidemiológica, recorda muito aqueles problemas que viveu Vila Viçosa, em 1918, com a eclosão e generalização da letal pandemia designada *Gripe Espanhola*, cujo pico de mortalidade coincidiu com os derradeiros estertores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

---

<sup>2</sup> Tenha-se presente “*A Farmácia do Meio Pequeno é a Enjeitada da Nação*”, in Farmácia Portuguesa, Associação Nacional das Farmácias, Jan/Fev. 2019, Lisboa, p. 69.





Figura 3 – Aspecto do Hospital Militar de Emergência durante a epidemia de “*Gripe Espanhola*”, Camp Funston Kansas Estados Unidos. © Museo Nacional de Salud y Medicina. Disponível em <https://gacetamedica.com/investigacion/la-gripe-espanola-la-pandemia-de-1918-que-no-comenzo-en-espana-fy1357456/>

A vida de Jardim foi reflexo da época em que viveu; essa brutal primeira metade do século XX, onde tantas coisas desapareceriam para nunca regressar. Mas, entre tanta escuridão, o médico calipolense foi capaz de alumbrar uma obra límpida e luminosa, cuja grandeza foi crescendo de forma exponencial.

É evidente que em 1918, Vila Viçosa era distinta. Um elevado número dos seus habitantes eram analfabetos e a taxa de mortalidade infantil quase duplicava a dos países mais pobres de hoje, mas várias medidas para conter a epidemia recordam as actuais. A maior pandemia do século XX, cerceou a vida de centenas de calipolenses. Como hoje, era momento de unir forças e de patriotismo e, como em outras ocasiões, o então jovem Couto Jardim esteve na primeira linha do combate à doença. É justamente neste pano de fundo, que quero sublinhar que o médico calipolense teve nesta mortífera pandemia uma acção meritória e um invulgar espírito altruísta no serviço médico e no auxílio aos doentes, no meio do caos e do medo que então grassava. Na verdade, ofereceu assistência e procurou por todos os meios existentes ajudar os doentes a sobreviver, numa época em que a panóplia dos médicos era limitada, sem opções curativas e que as técnicas de diagnóstico e as análises médicas<sup>3</sup> eram muito mais rudimentares e limitadas, valendo a muitos calipo-

---

<sup>3</sup> Veja-se a “*A Farmácia do Meio Pequeno é a Enjeitada da Nação*”, in Farmácia Portuguesa, Associação Nacional das Farmácias, Jan/Fev. 2019, Lisboa, p. 69, onde se escreve que “*Joaquim Torrinha e a esposa, Fernanda Torrinha, eram, então, os únicos farmacêuticos em todo o Alentejo credenciados com o título de especialistas em análises clínicas*”.

## À memória de João Augusto do Couto Jardim: Egrégio Benemérito Calipolense

lenses os serviços prestados por este benemérito. Enfim, um estímulo contra o desfalecimento e o pânico prevalecente e uma esperança que fortaleceu a vontade de muitas pessoas, num período sumamente difícil. Para além disso, assumiu-se, durante o período da pandemia, como um grande investigador desta nova doença; registou e compilou dados e observou a evolução do estado de saúde dos contagiados. Foi especialmente criativo e tenaz na sua paixão e no seu inabalável empenho em mitigar os efeitos desta pandemia. Não é, certamente, pouca coisa.



Figura 4 – Imagem do Dr. Couto Jardim, durante o período da “Gripe Espanhola”, em Vila Viçosa.  
© Tiago Salgueiro.

A obra de Jardim parece-nos tão inteligente, virtuosa, humana e vivencial que não me parece possível medi-la apenas com critérios relacionados com o exercício da medicina. Além do testemunho da importância desta acção médica e científica, sobreleva, igualmente, uma experiência de outras actividades de matriz humana, cívica e cultural. A propósito do alto valor humano deste vulto de primeira plana da vida local, permitam-me que acrescente, agora, apenas uns poucos rasgos do Homem, que em vida foi tão amigo dos calipolenses.

Essa tarefa grandiosa exigiu uma tensão ao máximo das suas capacidades e das energias, um apetrechamento intelectual sem o qual não se pode ser, em nada, um bom obreiro. Mas, o grande capital de Couto Jardim não é só científico, é também moral. Com efeito, não podemos falar do benemérito calipolense, prescindindo da sua condição humanitária, porque seria vaziar a sua voz.

Viveu sempre de uma forma austera, discreta e modesta, completamente focado no exercício metódico e rigoroso da sua profissão e na sua proverbial inclinação para facilitar o bem para o próximo, sobretudo para quem mais precisava. Nunca esqueceu os pequenos, que serviu de alma e coração. É notório que não perdia tempo a falar de outros, mas sim a pensar e a falar com outros. Quase tudo esquece, para só pensar nos outros. Esse é um dos passos mais importantes em direcção aos princípios da solidariedade.

Pelo meio, assinala-se que no exercício da sua actividade profissional sempre se preocupou com as situações clínicas e sociais dos seus pacientes, que eram motivo da sua maior preocupação. Por sua iniciativa, uma e outra vez, fazia imensas visitas ao domicílio sem receber qualquer remuneração pecuniária pelos serviços prestados, assim como efectuava muitos contactos pessoais. Era um médico generoso

que, para além da prática assistencial, transmitia aos pacientes o conforto moral de uma palavra amiga. As situações de carência de recursos e a enorme pobreza com que, por vezes, se deparava, provocavam nele um sentimento de piedosa caridade, fazendo com que, para além de dar o seu melhor, a título gratuito, partia depois de deixar o dinheiro que levava consigo. Muitos calipolenses, beneficiaram não só da sua ciência, como também da sua incomensurável generosidade. Sublime e silenciosa lição de vida, dedicada aos seus semelhantes e com a qual todos temos muito que aprender.

Tudo ajuíza, portanto, que serviu exemplarmente a sua terra natal, que é honra e legítimo orgulho da pátria calipolense e que é um dos mais genuínos e lídimos filhos de Vila Viçosa.

Um mestre de energia e de esforço que protagonizou uma gesta que é grande na história contemporânea desta vila. Como é convicção generalizada, o distinto benemérito é um exemplo do interesse vivo e do amor a Vila Viçosa; toda a grandeza de uma alma posta ao serviço da sua bela *Callipole*.

E soube fazê-lo com simplicidade natural, com recato e sem atavios e adornos desnecessários, e com simpatia. Todos nós descobrimos, num instante do rio do tempo, as afinidades e os laços que unem as pessoas; a identificação ou fusão de sentimentos e de afinidades, numa sólida armadura em que se entrelaça o fenómeno psicológico da *sympátheia*; da simpatia, do sentir com o outro, do entender com o outro, do ver e ver-se com o outro, tal como o filósofo definia como o mais característico da amizade.

Não admira que tem aqui o lugar merecido e devido na galeria dos nossos antepassados e que não deixa dúvidas quanto ao lugar que lhe pertence no contexto da sociedade local. Por isso, mereceu sibilantes, calorosas e prolongadas palavras de elogio das gentes da sua terra, assim como a expressão indelével de toda a gratidão e respeito que lhe dedicou, desde sempre, a comunidade local. Resumindo bastante, direi que o encómio, neste caso, é sempre apaixonado, sincero e espontâneo. É essa postura que pretendemos, agora, realçar e repetir tais palavras, com igual veemência aos ouvidos de calipolenses e de forâneos.

A este propósito, é justo não esquecer que o ano de 1953 foi testemunha da homenagem da sociedade local ao excelso benemérito, por ocasião da comemoração do cinquentenário do exercício da sua actividade como médico em Vila Viçosa. Não é muito vulgar, julgo eu, que toda uma comunidade, incluindo colegas do mesmo ofício, leve aos extremos da sua amizade, da sua admiração e do seu respeito a obra de Couto Jardim. É a maior e melhor homenagem ao médico e a prova decisiva da elevada admiração e estima dos calipolenses, sendo um reconhecimento que chegou quando estava no exercício da sua carreira médica.

Apresentamos outro exemplo, dos vários que se poderiam citar, para documentar os seus elevados princípios e rica sensibilidade, que coloca especial ênfase nos seus dotes de notável benemérito e de Homem de invulgar humanismo e altruísmo, e que comprova a teia de relações humanas e sociais que estabeleceu com todos os calipolenses. A comunidade local, num generoso movimento que cresceu de forma espontânea e imparável, ofereceu-lhe um automóvel, como forma de agradeci-

## À memória de João Augusto do Couto Jardim: Egrégio Benemérito Calipolense

mento e reconhecimento pela sua dedicação e pelos serviços prestados à comunidade local. Porém, o médico pediu aos calipolenses, de quem partiu a iniciativa desse gesto, que não o levassem a mal, mas como passava bem sem a viatura, pretendia vendê-la e com o dinheiro resultante adquirir um aparelho de radiologia para o Hospital de Vila Viçosa, o que concretizou efectivamente, e que se estima como um sólido testemunho do seu carácter.

As frequentes lamentações acerca da ingratidão das sociedades para com as suas grandes personagens históricas, não são certamente aplicáveis ao caso de Couto Jardim. Por isso mesmo, esta notável figura mereceu consagração na arte pública escultórica e na toponímia, que se espalha em avenida e em rua do espaço urbano da vila. A seguir ao 25 de Abril, e precedendo uma longa recolha de fundos, inaugurou-se a 16 de Agosto de 1982, o monumento de homenagem ao benemérito Dr. João Augusto do Couto Jardim, assinalando-se, em 2022, o 40.º aniversário da sua inauguração. A estátua, onde o mármore é o elemento essencial, domina a Avenida Bento de Jesus Caraça, uma das principais artérias da terra onde nasceu, com desenho da autoria do artista local Manuel Lopes e com execução de canteiros da vila<sup>4</sup>.



Fig. 5. Vista da estátua do Dr. Couto Jardim, Vila Viçosa. © Joaquim Saial.

<sup>4</sup> Veja-se o Catálogo da Exposição intitulada “Doutor João Augusto Couto Jardim: médico filantropo e benemérito. Um percurso ao serviço de Vila Viçosa”, da autoria de Carlos Filipe e João Pires Lopes, organizado e editado pelo Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios – CECHAP, 2022.

Trata-se, pois, de uma homenagem pública escultórica, desde 1982, alusiva à figura do “*Bom médico*”, que já o era para muitos calipolenses desde o início do século, quando começou a exercer a sua actividade clínica no concelho de Vila Viçosa. Acresce, que a antiga Rua dos Fidalgos, ostenta o nome do Dr. Couto Jardim. Sirva, também, de exemplo o facto de uma associação de Vila Viçosa ostentar o nome de Associação Juvenil Doutor Couto Jardim. Enfim, basta recordar que o distinto clínico foi tão estimado e lembrado que a sua data de nascimento, 16 de Agosto (de 1879), passou a ser a do feriado municipal de Vila Viçosa.

Actos de homenagem e gratidão para com este notável calipolense, vemo-los a cada passo. Entre outros, destacamos muito recentemente a exposição biográfica “*Doutor João Augusto Couto Jardim: médico filantropo e benemérito. Um percurso ao serviço de Vila Viçosa*”, organizada por meritória iniciativa do Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios – CECHAP, que decorreu entre os dias 16 de Agosto e 4 de Setembro de 2022, na Galeria Aqui D’El Arte, na sede da mencionada Associação. Feliz sinal dos tempos em que vivemos, quando, segundo o ditame de Nietzsche, “*Reina em todas as partes uma originalidade baseada no esquecimento*”<sup>5</sup>. Esquecimento é ingratidão. Reconhecimento é memória e diálogo.



Figura 6 – Aspecto da sessão de inauguração da exposição “*Doutor João Augusto Couto Jardim: médico filantropo e benemérito. Um percurso ao serviço de Vila Viçosa*”, organizada pelo Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios (CECHAP).

© Digital.pt.

<sup>5</sup> Antonio Muñoz Molina, *Destierro y destiempo de Max Aub*, Discurso lido no dia 16 de Junho de 1996 na recepção pública de ingresso na Real Academia Espanhola, Madrid.

Não pretendo esgotar o sumário de exemplos sobre estas homenagens. Mas, não me parece que tenha a necessidade de esboçar-me mais para evidenciar a força da ligação e dos exemplos de gratidão para quem tanto amou e serviu o povo da sua terra, apesar de poder ampliar muito mais o registo de outros exemplos.

Qualquer que seja a voz que ecoa e qualquer que seja o livro que se abra sobre este excelso calipolense, em todos se encontram palavras de inextinguível admiração e de estima a Couto Jardim. Nos distintos comentários, escritos ou orais, sempre está presente a sua profunda humanidade, a sua modéstia, a sua honestidade, o seu apurado sentido do dever e, sobretudo, a responsabilidade social. Jardim caminhou sempre pela senda da colaboração estreita entre a ciência e o altruísmo.

Apesar de ser sempre respeitado e enaltecido e de granjear a contínua admiração dos calipolenses, que sentem por ele uma enorme gratidão e veneração, Jardim era um espírito independente que não era permeável a desvios que o afastassem do seu pensamento e da sua concepção de vida.

Desprovido de qualquer ambição de bens materiais, a responsabilidade individual e a consciência cívica, sempre estiveram por cima da procura do seu bem-estar. Couto Jardim sabia perfeitamente que o valor de um homem não se mede pelos bens que possui, mas, acima de tudo, pelo seu carácter e pela nobreza dos seus ideais. Não se julgue, porém, que o médico calipolense teve uma vida fácil. No fim da sua existência, quando deixou de trabalhar, muitas foram as dificuldades por que passou. Devido à sua bondade e dignidade, morreu pobre, facto que o impediu de realizar uma grandiosa obra social que era o seu sonho. Deixou em testamento a sua casa na antiga Rua do Cambaia (actual Rua Dr. António José de Almeida), à Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, para a instalação de um jardim-de-infância.

É esta a mensagem do humanismo integral do indivíduo, que Couto Jardim coloca como tema central da sua acção e à qual dedicou todas as suas energias e que constitui o essencial da sua tarefa grandiosa. Não sei se o mundo de hoje é melhor do que aquele em que o médico viveu e trabalhou, mormente, na primeira metade do século XX. Mas, sei que ele, durante toda a sua vida, lutou denodadamente em favor do progresso humanitário e que contribuiu, generosamente, para melhorar a situação dos homens e das mulheres do seu tempo.

Durante a sua existência, fez da vida dos outros a sua pedra de acanto. Neste sentido, este comportamento representa, acima de tudo, uma virtude. E que grande ela é; é a maior de todas: a de saber transmitir um compromisso social e humanitário, que transborda de generosidade e de solidariedade pelo próximo, movido pelo mais desinteressado sentimento de serviço à causa societária. Trata-se, pois, de um exemplo que se ilustra pela qualidade humana, pela participação cívica, pela generosidade e pela competência científica. Num momento em que campeia uma certa decadência humana, moral e cívica, o abaixamento dos critérios morais e em que a cidadania e o dever cívico são noções vagas e incertas, as mulheres e os homens terão mais a ganhar com o exemplo das suas maiores figuras, cujo *ethos* é o de trabalhar em benefício da nossa sociedade, rumo ao futuro, com é o caso singular de Couto Jardim. O seu exemplo de vida e a sua obra constituem um gesto extre-

mamente fértil com efeitos mais duráveis e replicáveis do que qualquer discurso pomposo ou retórica.

Decorridas seis décadas desde o seu desaparecimento, a meritória actividade de Couto Jardim é todavia um legado vivo e um exemplo de vida. Apesar de tudo, da fugacidade da passagem do tempo, a figura do médico está fortemente incrustada entre nós, cuja sombra errante, por vezes, imaginamos quando caminhamos pela Rua Doutor António José de Almeida ou quando circulamos pela Avenida Bento de Jesus Caraça, onde erigiram a Jardim uma estátua, ou pela Rua que ostenta o seu nome. Devemos acrescentar, porém que o tempo, que segundo Charlie Chaplin é o melhor autor, porque encontra sempre o final adequado, torna verdadeiro o real valor da obra do médico.

Um Homem infatigável, que defendeu de forma acérrima os valores da vida humana e cuja obra deixou uma marca indelével no imaginário da comunidade local, que exemplarmente serviu. Enfim, um exemplo de justiça social, de moral cívica, nobre e puro, de civismo, forma tolerante e humana de patriotismo, na sua expressão mais nobre e mais civilizada. Nesta caminhada, Couto Jardim foi mais longe do que qualquer outro.

Há pessoas que respeitamos pelo que foram forjando neste labiríntico caminho, que é a vida; outras pelo que chegaram a ser e por como nos ajudaram a ser melhores. E há outras que veneramos pelo que sempre foram: é o caso de Couto Jardim.

Quanto mais lemos e estudamos a obra de Couto Jardim, menos aceitamos que a simplifiquem. Estamos, pois, muito longe do que se poderia chamar um labor subalterno. Mas, quem percorra de princípio a fim o seu trabalho, terá tirado a prova decisiva de que o ilustre calipolense pensou e sentiu a inspiração dos altos valores humanos. Estamos convictos de que a enumeração dos marcos essenciais do seu legado, que abrangem um largo espectro de actividades nos diferentes domínios do seu campo de actuação, fará perceber só por si como elas não são determinadas por circunstâncias ocasionais, mas que antes se inserem numa acção duradoura e num abnegado e prolongado esforço, que se traduz por resultados de grande alcance e por um impacto positivo junto da comunidade calipolense. Em suma, toda uma vida, dedicada à sua grande vocação pela medicina e pela defesa dos valores humanitários, que exerceu em muitas e variadas frentes.

A sequência narrativa do que atrás se disse sobre o egrégio médico é de resumo imediato: Jardim foi uma pessoa séria, honesta e bondosa, consagrou grande parte dos seus ingentes esforços a enriquecer a vida das pessoas da sua terra; apontou-nos uma via que, sintonizando o coração e o exercício da medicina, permitiu instaurar os valores da solidariedade e da dedicação aos seus semelhantes na memória do futuro; cumpriu a sua profissão com elevado espírito de missão e com enorme profissionalismo, imbuído por profundo sentimento de dedicação e de amor pelo próximo. Para o médico, o amor ao próximo era o único assunto da sua vida. Um extenso e hercúleo labor, que apenas pode ser fruto do enraizado e inexcedível amor de Couto Jardim à sua terra e às suas gentes, levado ao extremo das suas capacidades e forças.



## À memória de João Augusto do Couto Jardim: Egrégio Benemérito Calipolense

Não me parece, pois, necessário insistir muito mais na irrefutável transcendência do legado de Jardim. Pensemos apenas que a sua acção deixou uma marca indelével no imaginário da comunidade local. Só para citar um exemplo mais representativo, veja-se por todos, o acerto da inscrição que se encontra gravada na placa colocada na casa onde viveu e morreu o médico, que é a mais importante vara de medir a dimensão da sua obra. Certamente que Jardim não soube nunca que a posteridade iria considerá-lo como o *“Homem mais estimado e respeitado de todos os moradores do concelho de Vila Viçosa”*.



Figura 7 – Vista da placa colocada na casa, em Vila Viçosa, onde viveu e morreu o Dr. Couto Jardim.

© Câmara Municipal de Vila Viçosa/Bruno Cardoso

Eu poderia tecer aqui amplas considerações, se o tempo o permitisse, acerca do seu labor. Penso, contudo, que os exemplos representativos da sua obra e as anotações que deixei sobre o seu infatigável esforço, embora dispersas e apressadas, terão sido suficientes para comprovar o que ao princípio afirmei: Couto Jardim, um grande humanista, um grande médico, mas também um grande cidadão ao serviço da sua comunidade, pelo que estamos bem longe de poder negligenciar a sua acção. Com o seu espírito insubmisso, Jardim elevou o espírito humanitário e o altruísmo até limites de horizonte infinito; esses limites, nos que, como na planície alentejana, terra e céu se fundem.

Naturalmente que o retrato de Couto Jardim foi delineado com traços apressados e com cores pálidas. Mas, é supérflua toda e qualquer apreciação. Fale por nós a vastidão e o alto valor humano, de civismo, de moral e de virtude pública da sua vida e obra.

É difícil que a teoria retórica nos proporcione palavras para mostrar uns sentimentos de agradecimento tão autênticos e profundos como os que agora sentimos. Encontramo-nos muito próximos daquela insuficiência da linguagem que tantas vezes nos surpreende. Renunciamos, pois, de antemão a simples palavras de cortesia e abraçamos, acima de tudo, a expressão indelével, carregada do seu sentido mais profundo, de toda a nossa eterna gratidão.

E pouco mais temos para dizer, ainda que o Dr. Couto Jardim mereça uma cuidada e sagaz atenção, certamente muito superior aquela que agora lhe dedicamos.



Sublinhámos, não mais que timidamente, alguns traços da sua obra e da sua dignidade humana. Mas, agora, ao procedermos à recontagem, constatamos que uma parte importante do seu labor e da sua dimensão humana ficou, pura e simplesmente, no tinteiro.

E chegamos já ao final. Acabar algo é uma questão tão delicada como começar. Deixamos pois, como nota final, que é absolutamente evidente que a obra de Couto Jardim, tem uma total vigência. Em suma, uma imortalidade.

## **Bibliografia**

Catálogo da Exposição “*Doutor João Augusto Couto Jardim: médico filantropo e benemérito. Um percurso ao serviço de Vila Viçosa*”, da autoria de Carlos Filipe e João Pires Lopes, organizado e editado pelo Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios – CECHAP, 2022.

Farmácia Portuguesa, Associação Nacional de Farmácias, “*Farmácia Torrinha comemora 1.º Centenário*”, Número 139, Janeiro / Fevereiro 2003 – ANO XXIV, Lisboa.

Farmácia Portuguesa, Associação Nacional das Farmácias Tenha-se presente “*A Farmácia do Meio Pequeno é a Enjeitada da Nação*”, Jan/Fev. 2019, Lisboa.

MOLINA, Antonio Muñoz, “*Destierro y destiempo de Max Aub*”, Discurso lido no dia 16 de Junho de 1996 na recepção pública de ingresso na Real Academia Espanhola, Madrid.

SALGUEIRO, Tiago, “*Vila Viçosa, a Gripe Espanhola e o heroísmo do Dr. Couto Jardim*”, 2020, disponível em <http://sentirvilavicosa.blogspot.com/2020/03/vila-vicosa-gripe-espanhola-e-o.html>

